

Ivy Gonçalves de Almeida

Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de  
acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização?

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP,  
como parte das exigências para a obtenção  
do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clotilde  
Rossetti-Ferreira

**RIBEIRÃO PRETO - SP**

**2014**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Ivy Gonçalves

Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização? / Ivy Gonçalves de Almeida; orientadora Maria Clotilde Rossetti-Ferreira - Ribeirão Preto, 2014.

390 p.

Tese (Doutorado), apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

1. Acolhimento institucional. 2. Abrigo institucional.  
3. Criança. 4. Recepção/Acolhida 4. Proteção e/ou (re)vitimização.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Ivy Gonçalves de Almeida

Título: Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização?

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciências. Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em:

### Banca Examinadora

Profa. Dra.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Às crianças, razão desta pesquisa.



## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, por me mostrar, na sua relação comigo e com todos, o que é acolhimento. Por todo o aprendizado, pela disponibilidade, confiança, pelas oportunidades e pela amizade.

À Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social do município participante, por ter autorizado a realização da pesquisa.

Às gestoras dos serviços de alta complexidade do município, por terem mediado e facilitado meu primeiro contato com as instituições de acolhimento e com os conselhos tutelares.

Aos presidentes das instituições de acolhimento, por terem autorizado a realização da pesquisa.

Aos profissionais que, de maneira muito comprometida, aceitaram o convite para participar da pesquisa. Vários foram os momentos em que me emocionei, junto com vocês, ao ouvi-los falar com tamanho envolvimento sobre situações e experiências que cotidianamente vivenciam com as crianças.

Às docentes Maria Isabel Kahn Marin e Kátia da Silva Amorim, por aceitarem participar da minha banca de qualificação e pelas importantes contribuições que deram a esta pesquisa.

À Michelle Zuccatti Marinheiro, Desirée Gusson e ao Maurício Teixeira Franco, pela transcrição cuidadosa das entrevistas.

Ao meu irmão, Daniel Almeida, pela linda ilustração da capa da minha tese. Foi um dos presentes mais especiais que já recebi.

Ao meu marido, por compartilhar comigo os cuidados com nossa filha e todas as alegrias e angústias vivenciadas ao longo desses quatro anos. Por me “salvar” todas as vezes em que meu computador parecia ter vontade própria e pela formatação final da tese.

À minha amada filha, que me ensina a ser mãe todos os dias. Pela maturidade com que lida com minhas ausências e pela tolerância em relação à minha “incompreensível” relação com o computador.

À minha mãe e minha sogra, por assumirem os cuidados de minha filha, sempre que precisei.

À minha família, aos meus pais e irmãos, por me proporcionarem a reconfortante sensação de pertencimento e amor.

À minha querida amiga, Lorena Fraga, pela leitura atenta e contribuições valiosas para a confecção deste texto.

À minha querida amiga, Fernanda Lacerda, pelo companheirismo e compartilhamento.

A Gabriela Moura, por se dispor a ler os resultados desta pesquisa em um momento tão difícil de sua vida.





A Alda Roma (*in memoriam*), pela forma carinhosa com que “cuidava” de todos nós do Centro de Investigação sobre o Desenvolvimento e Educação (Cindedi).

A todos os colegas do Cindedi, pelas trocas sempre muito ricas e prazerosas.

A Jaqueline Corrêa e Maria Inês Joaquim, pela forma sempre atenciosa e eficiente com que me orientaram e sanaram minhas dúvidas em relação às questões ligadas à pós-graduação.

Ao Ronie e demais funcionários da FFCLRP-USP, pelo suporte oferecido.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro, tornando possíveis a pesquisa e minha formação acadêmica.



[...] Depois acrescentaram que algumas pessoas bondosas da cidade estavam tomando providências para conseguir uma vaga para ela num lar de crianças.

– Já tenho minha vaga num lar de crianças – disse Píppi.

– Como assim? A questão já foi resolvida? – perguntou um dos policiais. – Onde fica esse lar de crianças?

– Bem aqui! – disse Píppi, orgulhosa. – Eu sou uma criança, e este é meu lar, portanto este é um lar de criança. E aqui tem vaga de sobra para mim.

– Querida menina – disse o policial, sorrindo –, acho que você não entendeu. Você vai ter de ir morar num lar de verdade, com alguém para tomar conta de você.

– E a pessoa pode levar cavalos para o lar de crianças? – quis saber Píppi.

– Não, lógico que não! – disse o policial.

– Bem que eu estava desconfiada – disse Píppi, tristemente. – E macacos, dá pra levar?

– Também não. Você tem que entender que é impossível!

– Bom... Nesse caso vocês vão ter de procurar crianças para esse lar de vocês em outro lugar. Não tenho a menor intenção de ir morar lá [...].

Lindgren, A. (2001). *Píppi meialonga*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 37-38<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Trecho de um dos livros mais famosos da literatura infantil escandinava, publicado originalmente em 1946. No Brasil, foi lançado em 2001 e conta a história de uma menina de 9 anos que não tem pai nem mãe e mora sozinha e feliz.



## RESUMO

Almeida, I. G. (2014). *Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização?* Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Quando acolhida institucionalmente, a criança é abruptamente separada de pessoas de referência e colocada em um ambiente estranho, com pessoas desconhecidas. A vivência inicial da criança na instituição, como é recebida/acolhida, influenciará a maneira como enfrentará essa situação, a construção de novas relações afetivas e a manutenção dos vínculos afetivos anteriormente estabelecidos. Na creche/educação infantil, o processo de recepção/acolhimento tem importância reconhecida. O mesmo não acontece no acolhimento institucional. Com base teórico-metodológica na Rede de Significações, objetivou-se investigar o processo de recepção e acolhimento de crianças com idades até 6 anos, desenvolvido por instituições de acolhimento, a partir da perspectiva de profissionais envolvidos no processo. Participaram quatro instituições de cidade de grande porte do interior do estado de São Paulo. Foram entrevistadas 26 pessoas: três coordenadoras; quatro psicólogas; quatro assistentes sociais; três pedagogos; sete educadoras; um apoiador técnico; quatro conselheiros tutelares. As entrevistas contaram com questões disparadoras, no contexto de uma conversa e os dados foram analisados qualitativamente. Os resultados indicam que investimentos vêm sendo feitos na formação dos profissionais. E que a maioria dos que participaram da pesquisa está envolvida com a causa da criança e/ou com as crianças em si. Foram relatadas algumas práticas e sugestões de melhoria para o processo de acolhimento inicial, que se mostraram sensíveis às necessidades e capacidades da criança. Porém, ainda é insuficiente para garantir um processo de acolhimento inicial respeitoso e acolhedor para com a criança e sua família. Concepções antigas impregnam as práticas e o imaginário das pessoas. Apesar dos avanços, guardadas as diferenças pessoais/institucionais, decisões são tomadas sem que a criança e família participem efetivamente e sem que sejam preparadas para lidar com as mudanças decorrentes. A criança é, simplesmente, pega e levada à instituição. Sob essas condições, é separada e/ou desapropriada de tudo o que lhe é significativo (pessoas e objetos significativos), frequentemente, sem que nada lhe seja dito sobre o que está acontecendo e o que acontecerá. Recepção e acolhimento da criança resumem-se a higienizá-la, alimentá-la e distraí-la, por vezes, a partir de procedimentos altamente invasivos (nudez, fotografia, banho, corte de cabelo e unhas, por exemplo). E a instituição de acolhimento ainda encontra dificuldades para assumir sua corresponsabilidade no trabalho de manutenção dos vínculos familiares e comunitários (demora para dar início às visitas, que são semanais, com uma hora de duração, em dia e horário comerciais e regras rígidas a serem seguidas). Percebe-se que reflexões que promovam a (re)significação da identidade da instituição de acolhimento e a desconstrução das concepções e preconceitos que perpassam a relação entre profissionais e famílias, bem como entre adultos e crianças precisam receber atenção especial e contínua nos espaços já existentes de formação, e em novos espaços que devem ser criados. Apenas assim será possível qualificar o processo de acolhimento inicial da criança. Espera-se que esta pesquisa fomente e subsidie discussões e construções coletivas que contribuam para qualificar os procedimentos atualmente utilizados, perante a urgente necessidade de serem desenvolvidas práticas que respeitem e protejam a criança e não a (re)vitimizem.

**Palavras-Chave:** Acolhimento institucional. Criança. Recepção/Acolhida; Proteção e/ou (Re)vitimização.



## ABSTRACT

Almeida, I. G. (2014). *Process of entry and reception of young children in foster care institutions: protection and/or (re)victimization?* Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

When the child enters in a foster care institution, he/she is abruptly separated from family members and placed in a strange place, with strange people. Their initial experience in the institution, how they are received/welcome, will have an effect on the way they face the situation, construct new affectionate relationships and maintain the affective bonds already established. In early child education, the importance of the reception/welcome process is recognized. That does not occur in institutional foster care. Having the Network of Meanings perspective as a basis, this study investigated the process of entry and reception of zero to six years old children, in four foster care institutions of a large inland town of the State of São Paulo, Brazil. The process was observed from the perspective of 26 professionals involved: three heads of the institutions, four psychologists, four social workers, three pedagogues, seven educators, one technical support, four “tutelar” counselors. Interviews included instigative questions in a conversation context. Data was qualitatively analyzed. Results indicate that some investments are being made in professional training. Most professionals who were interviewed are involved in the cause of children and/or in the children per se. Some practices and suggestions of improvements were made for the reception, which indicate sensitivity to the children’s needs and abilities. But, it is still insufficient to guarantee a respectful and welcoming reception process to child and family. Old conceptions impregnate people’s practices and imaginary. Despite some progress observed, decisions are taken with no participation of the child and family, and with no preparation to face the resulting changes. The child is simply caught and taken to the institution. In those conditions, he/she is received in the institution separated or destitute of all that is meaningful (people and objects), frequently with no information about what is occurring or will occur in the future. The reception of the child is reduced to measures of hygiene, feeding and distraction, often through highly invasive procedures (nakedness, photos, bath, hair and nail cut, for example). The foster care institution has difficulties in assuming its co-responsibility in the maintenance of family and community bonds (delays in the visits, just once per week, at working hours, last one hour, with rigid rules to be followed). The spaces for training (and new spaces to be created) should offer opportunities to reflect on this situation, to deconstruct conceptions and prejudices that prevail between professionals and families, as well as between adults and children, helping to build up a new meaning and identity for the foster institution. Only in such way it will be possible to qualify the reception for the children. We do hope this research stimulate and contribute for discussions and collective constructions that improve the quality of those processes. There is an urgent need to develop practices that respect and protect the child and do no (re)victimize her/him.

Key-Words: Institutional foster care. Child. Entry/Reception. Protection and/or (Re)victimization.





## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Caracterização das instituições de acolhimento.....	75
Quadro 2 – Escolaridade e histórico profissional das psicólogas participantes da pesquisa.....	79
Quadro 3 – Escolaridade e histórico profissional das assistentes sociais participantes da pesquisa.....	79
Quadro 4 – Escolaridade e histórico profissional dos pedagogos participantes da pesquisa.....	80
Quadro 5 – Escolaridade e histórico profissional das coordenadoras das instituições de acolhimento participantes da pesquisa.....	81
Quadro 6 – Escolaridade e histórico profissional do apoiador técnico participante da pesquisa.....	81
Quadro 7 – Escolaridade e histórico profissional das educadoras participantes da pesquisa.....	82
Quadro 8 – Escolaridade e histórico profissional dos conselheiros tutelares participantes da pesquisa.....	83
Quadro 9 – Cronograma da coleta de dados e tempo de duração das entrevistas.....	85

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Caracterização dos participantes.....	77
--	----

## **LISTA DE FLUXOGRAMAS**

Fluxograma 1 – Escolaridade dos participantes.....	78
Fluxograma 2 – Como se chega à decisão de que a criança será acolhida.....	101
Fluxograma 3 – Participação da criança no processo de decisão sobre o seu acolhimento institucional.....	103
Fluxograma 4 – Participação da família no processo de decisão sobre o acolhimento institucional de sua criança.....	106



## LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 5 – Sentimentos e reações do conselheiro tutelar.....	116
Fluxograma 6 – Circunstâncias em que a criança é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem para ser levada ao abrigo institucional.....	120
Fluxograma 7 – Como os conselheiros tutelares lidam e o que dizem à família no momento em que retiram a criança de seu contexto familiar e/ou de origem.....	124
Fluxograma 8 – Sentimentos e reações da família no momento em que sua criança é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem.....	127
Fluxograma 9 – Sentimentos e reações da criança no momento em que é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem.....	130
Fluxograma 10 – Como os conselheiros tutelares lidam e o que dizem à criança no momento em que a retiram de seu contexto familiar e/ou de origem.....	131
Fluxograma 11 – Retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem conduzida pelos oficiais de justiça, na perspectiva dos profissionais participantes.....	137
Fluxograma 12 – Preparação dos adultos para receber e acolher a criança que está para chegar.....	155
Fluxograma 13 – Preparativos em relação ao espaço físico, às roupas, aos objetos e alimentos para aguardar a criança que está para chegar.....	160
Fluxograma 14 – Como as crianças são preparadas para receber e acolher a criança que está para chegar.....	161
Fluxograma 15 – Outras considerações sobre os preparativos para receber e acolher a criança que está para chegar.....	167
Fluxograma 16 – Participação de pessoas de referência para a criança no seu processo de acolhimento.....	169
Fluxograma 17 – Acolhimento de grupos de irmãos.....	177
Fluxograma 18 – Cuidado com os objetos significativos/transicionais da criança..	182
Fluxograma 19 – Sentimentos e reações da criança ao chegar na instituição.....	188
Fluxograma 20 – Tempo que a criança leva para se adaptar à instituição.....	193



## LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 21 – Sentimentos e reações dos profissionais responsáveis por receber e acolher a criança na instituição.....	197
Fluxograma 22 – Conferência e preenchimento dos documentos da criança no momento de sua chegada à instituição.....	205
Fluxograma 23 – Verificação e registro das condições em que a criança chegou na instituição.....	206
Fluxograma 24 – Procedimentos para higienização da criança.....	209
Fluxograma 25 – Mudança do nome da criança.....	215
Fluxograma 26 – Oferecimento de alimentos à criança.....	216
Fluxograma 27 – Apresentação do espaço físico e brinquedos à criança.....	217
Fluxograma 28 – Procedimentos para acalmar e distrair a criança.....	219
Fluxograma 29 – Conversa e informação à criança.....	225
Fluxograma 30 – Acolhimento de bebês.....	245
Fluxograma 31 – Quem recebe e acolhe a criança que chega.....	251
Fluxograma 32 – Considerações sobre a relação da criança com quem a acolhe.....	260
Fluxograma 33 – Considerações sobre o rodízio de profissionais na instituição.....	263



## **LISTA DE SIGLAS**

AASPTJ/SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

CEB – Câmara de Educação Básica

Cindedi – Centro de Investigação sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil

CBIA/SP - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência/São Paulo

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CNE – Conselho Nacional de Educação

Cras – Centro de Referência da Assistência Social

Creas – Centro Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Febem - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FFCLRP/USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo

Fice - Fédération Internationale des Communautés Educatives

IEE – PUC/SP - Instituto de Estudos Especiais/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

IFCO - International Foster Care Organization

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Paefi - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PIA – Plano Individual de Atendimento

PPP – Projeto Político-Pedagógico

ONU – Organização das Nações Unidas

RH – Recursos Humanos

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo





## Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	35
1.1	Cuidado e educação coletiva de crianças: semelhanças nos percursos históricos das instituições voltadas à infância.....	35
1.2	Creche: a conquista da legitimidade.....	36
1.3	Instituições de acolhimento: em busca da legitimidade.....	38
1.4	Por que focar o processo de recepção e acolhimento?.....	40
1.5	Orientações sobre recepção e acolhida de crianças em acolhimento institucional.....	44
1.6	Importância das pessoas de referência e dos objetos significativos no momento de separações e distanciamentos.....	47
2	JUSTIFICATIVA.....	53
3	OBJETIVOS.....	57
3.1	Objetivo geral.....	57
3.2	Objetivos específicos.....	57
4	HIPÓTESE.....	61
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	65
5.1	Referencial teórico-metodológico.....	65
5.2	A construção do corpus de pesquisa: um pouco a respeito do contexto.....	67
5.3	Participantes.....	69
5.4	Procedimentos de coleta de dados.....	83
5.5	Procedimentos éticos.....	86
5.6	Procedimentos de análise.....	88
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	93
6.1	Concepções prevalentes que ainda envolvem o acolhimento institucional: “um mal necessário”, “um buraco”, “um trauma”, pois “por pior que seja a mãe...”.....	93
6.2	O processo de tomada de decisão a respeito do acolhimento institucional da criança: “não tem mais nada para fazer”.....	97
6.2.1	As mudanças provocadas pela Lei 12.010/2009 na perspectiva de conselheiros tutelares e profissionais das instituições de acolhimento: “foi mais um ‘presta atenção’, realmente, para alguns excessos”.....	98
6.2.2	O processo de decisão de que a criança será acolhida: “se continuar nessa situação seu filho vai...”.....	101
6.3	A retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e transferência para a instituição: “vai lá e pega”.....	115
6.3.1	As perspectivas dos conselheiros tutelares e dos profissionais das instituições de acolhimento sobre a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e a transferência para a instituição: “algumas vezes, isso é feito de forma muito catastrófica”.....	115
6.3.2	Existência (ou não) de planejamento, apoio, supervisão, formação continuada com foco na retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem: “essa capacitação faltou”.....	141
6.4	A chegada da criança na instituição de acolhimento: “não precisa chorar, vamos tomar um banhinho”.....	143
6.4.1	Breve contextualização sobre especificidades dos abrigos institucionais que podem interferir na maneira como a criança é acolhida: “não adianta dizer que é uma casa”.....	143
6.4.2	A qualidade do acolhimento feito pelas instituições na perspectiva dos conselheiros tutelares: “é bem bacana” ou “é uma coisa que tem que melhorar muito”?.....	152

6.4.3 Os preparativos para a chegada da criança na instituição de acolhimento: “ <i>é só mais uma criança que a gente vai receber</i> ” .....	155
6.4.4 A recepção da criança na instituição e o acolhimento voltado para sua distração: “ <i>vamos esquecer o passado</i> ” .....	169
<b>6.4.4.1 Um processo solitário e permeado por rupturas: “se vem sozinho, o sofrimento dele vai ser maior”</b> .....	169
<b>6.4.4.2 Sentimentos e reações da criança que chega e dos profissionais que a acolhem: “não é fácil”</b> .....	188
<b>6.4.4.3 Procedimentos de recepção e acolhimento da criança: “o acolhimento é isso”</b> .....	204
<b>6.4.4.4 Um acolhimento feito por adultos e crianças: “as crianças recebem melhor do que a gente”</b> .....	251
6.4.5 Existência (ou não) de planejamento, apoio, supervisão, formação continuada com foco no acolhimento inicial da criança: “ <i>cada um faz do jeito que acha que deve ser feito</i> ” .....	265
<b>6.5 A relação com a família e a preservação dos vínculos familiares: “vai no colo da mamãe, mamãe veio te ver”</b> .....	278
<b>6.6 A perspectiva dos conselheiros tutelares e dos profissionais das instituições sobre o que pode ser melhorado no processo de acolhimento da criança: “acho que não está ruim”, mas será que é o melhor?</b> .....	298
7 DISCUSSÃO FINAL .....	311
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	323
REFERÊNCIAS .....	329
APÊNDICES .....	347
<b>Apêndice A - Ficha de caracterização e apresentação da instituição</b> .....	347
<b>Apêndice C - Perguntas disparadoras e itens a serem investigados junto aos coordenadores e técnicos dos abrigos institucionais</b> .....	347
<b>Apêndice D - Questões disparadoras e itens a serem investigados junto aos educadores dos abrigos institucionais</b> .....	348
<b>Apêndice E - Questões disparadoras e itens a serem investigados junto aos conselheiros tutelares</b> .....	349
<b>Apêndice F - Autorização para realização da pesquisa</b> .....	350
<b>Apêndice G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)</b> .....	351
<b>Apêndice H - Autorização para inclusão de informações em banco de dados</b> .....	353
ANEXOS .....	357
<b>ANEXO A – Ofício do Conselho de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP sobre análise a aprovação do projeto de pesquisa</b> .....	357
<b>ANEXO B – Outros trechos de entrevistas referentes às situações em que o conselheiro tutelar passou a aplicar a medida de acolhimento, após a Lei 12.010/2006</b> .....	358
<b>ANEXO C – Outro trecho de entrevista referente às mudanças provocadas pela Lei 12.010/2009 na atuação do conselheiro tutelar, no que se refere à aplicação da medida de acolhimento</b> .....	358
<b>ANEXO D – Outro trecho de entrevista referente à percepção dos profissionais de que a aplicação da medida de acolhimento tornou-se mais criteriosa após a sanção da Lei 12.010/2009</b> .....	358
<b>ANEXO E – Outro trecho de entrevista referente às diferentes formas de atuar dos conselheiros tutelares, em relação à aplicação da medida de acolhimento</b> .....	359

<b>ANEXO F – Outros trechos de entrevistas referentes ao acolhimento institucional como resultado de um processo de decisão coletivo .....</b>	<b>359</b>
<b>ANEXO G – Outro trecho de entrevista referente à existência de um histórico de atendimento da família, anterior ao acolhimento.....</b>	<b>360</b>
<b>ANEXO H – Outros trechos de entrevistas referentes à participação da família no processo de decisão sobre o acolhimento de sua criança .....</b>	<b>360</b>
<b>ANEXO I – Outro trecho de entrevista referente à concepção de que a família participa do processo de decisão, uma vez que teve oportunidade para mudar sua conduta, mas não o fez .....</b>	<b>360</b>
<b>ANEXO J – Outro trecho de entrevista referente à dificuldade da família para corresponder ao trabalho e às expectativas dos profissionais .....</b>	<b>360</b>
<b>ANEXO K – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que a família não participa do processo de decisão sobre o acolhimento de sua criança .....</b>	<b>361</b>
<b>ANEXO L – Outro trecho de entrevista referente às situações em que o conselheiro tutelar delega à Guarda Municipal ou à Polícia a tarefa de retirar a criança de seu contexto familiar e/ou de origem.....</b>	<b>362</b>
<b>ANEXO M – Outro trecho de entrevista referente ao choro como a reação da criança mais frequente no momento em que é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem...</b>	<b>362</b>
<b>ANEXO N – Outros trechos de entrevistas referentes às crianças que aceitam ser retiradas de seu contexto familiar e/ou de origem.....</b>	<b>362</b>
<b>ANEXO O – Outro trecho de entrevista referente às situações em que a retirada da criança de seu contexto é violenta .....</b>	<b>362</b>
<b>ANEXO P – Outros trechos de entrevistas referentes ao oferecimento de supervisão aos conselheiros tutelares.....</b>	<b>362</b>
<b>ANEXO Q – Outro trecho de entrevista referente à existência de crianças que aguardam vaga para serem acolhidas .....</b>	<b>363</b>
<b>ANEXO R – Outro trecho de entrevista referente ao conhecimento prévio dos profissionais de que uma nova criança será acolhida .....</b>	<b>363</b>
<b>ANEXO S – Outro trecho de entrevista referente às consequências negativas que questões estruturais podem causar à qualidade do acolhimento prestado pela instituição .....</b>	<b>363</b>
<b>ANEXO T – Outro trecho de entrevista referente ao descontentamento profissional causado pelas condições de trabalho.....</b>	<b>364</b>
<b>ANEXO U – Outros trechos de entrevistas referentes à preparação dos adultos (profissionais da instituição) para receber a nova criança .....</b>	<b>364</b>
<b>ANEXO V – Outros trechos de entrevistas referentes à preparação do espaço físico, das roupas, dos objetos e alimentos para receber a nova criança.....</b>	<b>364</b>
<b>ANEXO W – Outro trecho de entrevista referente à preparação das crianças que já estão acolhidas para receber a nova criança.....</b>	<b>365</b>
<b>ANEXO X – Outros trechos de entrevistas referentes às contradições no que se refere à existência de preparação das crianças que já estão acolhidas para receber a nova criança .....</b>	<b>365</b>
<b>ANEXO Y – Outros trechos de entrevistas referentes à dificuldade dos profissionais pensarem sobre a possibilidade de ter um familiar ou pessoa de referência que acompanhe a criança no processo de transferência para a instituição, bem como em seu acolhimento inicial .....</b>	<b>366</b>
<b>ANEXO Z – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que seria positivo para a criança poder contar com a participação de um familiar ou pessoa de referência no processo de transferência para a instituição, bem como no acolhimento inicial.....</b>	<b>366</b>

<b>ANEXO AA – Outro trecho de entrevista referente à concepção de que não seria possível para todas as crianças poder contar com a participação de um familiar ou pessoa de referência no processo de transferência para a instituição, bem como no acolhimento inicial.....</b>	<b>366</b>
<b>ANEXO AB – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que algumas pessoas têm receio de se envolver no processo de transferência e acolhimento inicial da criança .....</b>	<b>367</b>
<b>ANEXO AC – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de não informar o endereço de onde está a criança à família .....</b>	<b>367</b>
<b>ANEXO AD – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que a criança poderá se sentir abandonada pela pessoa de referência, ao se despedir dela na instituição .....</b>	<b>367</b>
<b>ANEXO AE – Outro trecho de entrevista referente à separação de grupo de irmãos devido aos critérios de idade adotados pelas instituições.....</b>	<b>368</b>
<b>ANEXO AF – Outros trechos de entrevistas referentes à separação de grupo de irmãos por indisponibilidade de vagas .....</b>	<b>368</b>
<b>ANEXO AG – Outro trecho de entrevista referente às possíveis alternativas para manter os grupos de irmãos juntos.....</b>	<b>368</b>
<b>ANEXO AH – Outro trecho de entrevista referente às concepções, organização e funcionamento da instituição que provocam a separação dos grupos de irmãos mesmo quando acolhidos juntos.....</b>	<b>368</b>
<b>ANEXO AI – Outros trechos de entrevistas referentes às condutas dos conselheiros tutelares em relação aos objetos significativos da/para a criança.....</b>	<b>368</b>
<b>ANEXO AJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao fato das crianças, frequentemente, chegarem na instituição sem levar consigo nenhum objeto significativo .....</b>	<b>369</b>
<b>ANEXO AK – Outro trecho de entrevista referente à atitude da família de levar para a criança o objeto que lhe é significativo, pouco tempo depois de ser acolhida.....</b>	<b>370</b>
<b>ANEXO AL – Outros trechos de entrevistas de crianças que levaram consigo objetos significativos.....</b>	<b>370</b>
<b>ANEXO AM – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos, adotados pelas instituições, que buscam higienizar o objeto levado pela criança .....</b>	<b>370</b>
<b>ANEXO AN – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento, adotado pelas instituições, de guardar o objeto trazido pela criança.....</b>	<b>371</b>
<b>ANEXO AO – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos que buscam substituir o objeto da criança por um novo .....</b>	<b>371</b>
<b>ANEXO AP – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos que buscam mudar/retirar hábitos e objetos da criança.....</b>	<b>373</b>
<b>ANEXO AQ – Outro trecho de entrevista referente à dificuldade dos profissionais para citar ou descrever as principais reações da criança ao ser acolhida.....</b>	<b>374</b>
<b>ANEXO AR – Outros trechos de entrevistas referentes ao choro como principal reação das crianças, ao chegarem na instituição .....</b>	<b>374</b>
<b>ANEXO AS – Outros trechos de entrevistas referentes ao susto e ao medo como reações muito frequentes, por parte das crianças, ao chegarem na instituição.....</b>	<b>374</b>
<b>ANEXO AT – Outros trechos de entrevistas referentes à tentativa das crianças de se manterem a alguma distância das pessoas, ao chegarem na instituição .....</b>	<b>374</b>
<b>ANEXO AU – Outro trecho de entrevista referente à resistência que algumas crianças apresentam para aceitar ou fazer o que lhe oferecem ou pedem, ao chegarem na instituição .....</b>	<b>374</b>

<b>ANEXO AV – Outro trecho de entrevista referente à raiva e/ou agressividade como uma das formas da criança reagir ao acolhimento.....</b>	<b>375</b>
<b>ANEXO AW – Outro trecho de entrevista referente à reação da criança de fazer perguntas, ao chegar na instituição .....</b>	<b>375</b>
<b>ANEXO AX – Outros trechos de entrevistas referentes ao tempo que a criança leva para se adaptar à instituição .....</b>	<b>375</b>
<b>ANEXO AY – Outros trechos de entrevistas referentes às crianças que se adaptam muito fácil e rapidamente à instituição.....</b>	<b>375</b>
<b>ANEXO AZ – Outro trecho de entrevista referente às razões que explicariam o fato de algumas crianças se adaptarem muito fácil e rapidamente à instituição .....</b>	<b>375</b>
<b>ANEXO BA – Outro trecho de entrevista referente às crianças que pedem para que seus pais sejam acolhidos junto com elas .....</b>	<b>376</b>
<b>ANEXO BB – Outro trecho de entrevista referente à angústia que o profissional sente diante do desejo da criança de permanecer com a família, apesar de todas as dificuldades e violações de direitos .....</b>	<b>376</b>
<b>ANEXO BC – Outros trechos de entrevistas referentes às formas como os profissionais lidam com o próprio sofrimento .....</b>	<b>376</b>
<b>ANEXO BD – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de verificação da documentação da criança .....</b>	<b>376</b>
<b>ANEXO BE – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos de verificação das condições em que a criança chegou, no abrigo institucional Rosa .....</b>	<b>376</b>
<b>ANEXO BF – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de verificação das condições em que a criança chegou, no abrigo institucional Hortência .....</b>	<b>377</b>
<b>ANEXO BG – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Tulipa .....</b>	<b>377</b>
<b>ANEXO BH – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Hortência.....</b>	<b>377</b>
<b>ANEXO BI – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Rosa .....</b>	<b>377</b>
<b>ANEXO BJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de oferecer alimentação à criança .....</b>	<b>378</b>
<b>ANEXO BK – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de utilizar o brinquedo como mediador da relação com a criança .....</b>	<b>378</b>
<b>ANEXO BL – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de utilizar o brinquedo para distrair e acalmar a criança .....</b>	<b>378</b>
<b>ANEXO BM – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de mostrar o espaço físico da instituição para distrair e acalmar a criança.....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BN – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de inserir a criança no meio das outras que já estavam acolhidas.....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BO – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de manter a criança próxima das educadoras.....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BP – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de proporcionar contato físico com a criança, sobretudo, a partir do colo .....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BQ – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de agradar, fazer carinho e dar atenção especial à criança .....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BR – Outro trecho de entrevista referente à existência de maior flexibilidade no trato com a criança.....</b>	<b>379</b>
<b>ANEXO BS – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de aguardar que a criança pergunte para dar-lhe informações relacionadas ao processo de acolhimento...</b>	<b>380</b>

<b>ANEXO BT – Outro trecho de entrevista referente ao oferecimento de espaço de escuta e conversa apenas para algumas crianças .....</b>	<b>380</b>
<b>ANEXO BU – Outro trecho de entrevista referente à angústia do profissional e à falta de preparo para conversar com a criança.....</b>	<b>380</b>
<b>ANEXO BV – Outro trecho de entrevista referente ao silenciamento do profissional, na tentativa de não contribuir para que a criança crie falsas expectativas .....</b>	<b>381</b>
<b>ANEXO BW – Outro trecho de entrevista referente à tentativa da instituição de se colocar na posição daquela que supre todas as necessidades da criança .....</b>	<b>381</b>
<b>ANEXO BX – Outros trechos de entrevistas referentes às práticas voltadas para o acolhimento de bebês.....</b>	<b>381</b>
<b>ANEXO BY – Outro trecho de entrevista referente às pessoas que participam do acolhimento inicial da criança, no abrigo institucional Hortência .....</b>	<b>381</b>
<b>ANEXO BZ – Outro trecho de entrevista referente à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Lírio .....</b>	<b>381</b>
<b>ANEXO CA – Outros trechos de entrevistas referentes à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Rosa.....</b>	<b>382</b>
<b>ANEXO CB – Outros trechos de entrevistas referentes à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Hortência .....</b>	<b>382</b>
<b>ANEXO CC – Outros trechos de entrevistas referentes à necessidade da criança de se vincular a alguém .....</b>	<b>383</b>
<b>ANEXO CD – Outro trecho de entrevista referente à existência de vinculação afetiva do educador com algumas crianças .....</b>	<b>383</b>
<b>ANEXO CE – Outros trechos de entrevistas referentes à forma de conduzir a troca de educadores ao final dos turnos de trabalho .....</b>	<b>383</b>
<b>ANEXO CF – Outros trechos de entrevistas referentes à forma como a criança acaba entendendo como é o funcionamento dos turnos de funcionários, conforme vivencia a rotina institucional.....</b>	<b>384</b>
<b>ANEXO CG – Outros trechos de entrevistas referentes à ausência de formação específica e construção coletiva voltadas para o acolhimento inicial da criança.....</b>	<b>384</b>
<b>ANEXO CH – Outros trechos de entrevistas referentes à qualidade do acolhimento inicial relacionada às características pessoais dos profissionais .....</b>	<b>385</b>
<b>ANEXO CI – Outros trechos de entrevistas referentes à existência de encontros de formação, supervisão e reuniões periódicas para os profissionais.....</b>	<b>385</b>
<b>ANEXO CJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao limite, estabelecido pela equipe técnica, para o que deve, ou não, ser dito aos educadores a respeito da história das crianças .....</b>	<b>386</b>
<b>ANEXO CK – Outros trechos de entrevistas referentes à dificuldade das educadoras para acolher a criança, juntamente com sua história e sua família.....</b>	<b>387</b>
<b>ANEXO CL – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que não há o que ser melhorado no processo de acolhimento inicial da criança .....</b>	<b>387</b>
<b>ANEXO CM – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que há o que ser melhorado no processo de acolhimento inicial da criança.....</b>	<b>387</b>
<b>ANEXO CN – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que se melhore a implantação das políticas públicas.....</b>	<b>388</b>
<b>ANEXO CO – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que haja profissionais preparados especificamente para realizar a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e a transferência para a instituição.....</b>	<b>388</b>

<b>ANEXO CP – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que haja uma maior valorização dos profissionais das instituições de acolhimento .....</b>	<b>389</b>
---	------------





---

# Introdução

---



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Cuidado e educação coletiva de crianças: semelhanças nos percursos históricos das instituições voltadas à infância

Instituições voltadas ao cuidado e à educação coletiva de crianças, especialmente creches e instituições de acolhimento<sup>2</sup>, trazem em sua história a marca de serem um “mal necessário” (Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1997; Vieira, 1999; Gulassa, 2005), se considerada a concepção prevalente de que as crianças devem crescer sob os cuidados da mãe (Rossetti-Ferreira; Amorim & Vitoria, 1996; Kuhlmann Jr., 2007) e, preferencialmente, em uma família nuclear (Rossetti-Ferreira, 2006). Além desse estigma, pode-se dizer que, apesar de terem funções sociais distintas, essas instituições trazem outras características semelhantes em seus percursos históricos.

Ambas foram criadas como resultado da interação/interrelação de acontecimentos e mudanças ocorridos no âmbito da infância, família, população, urbanização, trabalho, relações de produção, crenças religiosas, entre outras influências. Assim, pode-se considerar que inúmeros fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, como, por exemplo, o aumento da população nos centros urbanos, crescente número de desempregados e pobres, a inserção da mulher no mercado de trabalho, e o surgimento de diferentes configurações familiares, contribuíram para a proposição dessas formas alternativas de cuidado e educação de crianças (Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1996; Vieira, 1999; Amorim & Rossetti-Ferreira, 1999; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002; Rezende, 2004; Marcílio, 2006; Kuhlmann Jr., 2007).

No Brasil, as instituições de acolhimento (asilos, orfanatos, Casa de Expostos, Casa de Recolhimentos, entre outros) começaram a ser criadas no século XVIII, com o objetivo de assistir crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades para cuidar de seus filhos, como se elas fossem abandonadas ou órfãs (Rizzini & Rizzini, 2004; Marcílio, 2006). As creches, por sua vez, surgiram no final do século XIX, como auxílio nos

---

<sup>2</sup> Nas últimas décadas, as instituições que acolhem crianças vitimizadas, antigamente chamadas de orfanato, passaram a ser denominadas de abrigos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (Brasil, 1990) e, atualmente, de instituições de acolhimento a partir da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a). Existem diversas modalidades de instituições que acolhem crianças e adolescentes (casa lar, casa de passagem, famílias acolhedoras, entre outras); nesta pesquisa, nos centramos nos abrigos institucionais.

cuidados de crianças filhas de mulheres pobres e trabalhadoras (Rezende, 2004; Kuhlmann Jr., 2007).

Originalmente, portanto, as creches e instituições de acolhimento tiveram como público-alvo os filhos das famílias submetidas a condições extremas de pobreza. De certa forma, essa característica favoreceu que essas instituições, durante muito tempo, se desenvolvessem à margem das políticas públicas, sob influência e controle de uma cultura caritativa e assistencial (Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1997; Marcílio, 2006; Kuhlmann Jr., 2007). Essa “marca” inaugural fez, e ainda faz, no caso de algumas creches e, ainda mais, das instituições de acolhimento, com que se limitassem a atender pobremente a pobreza (Vieira, 1999; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002), oferecendo-lhes, com profissionais despreparados, cuidados de higiene, saúde e alimentação (Oliveira, Mello, Vitoria & Rossetti-Ferreira, 1992), assim como educação autoritária (Rizzini & Rizzini, 2004) às crianças e suas famílias.

Porém, mesmo com muito em comum, o fato de terem finalidades sociais diversas contribuiu para que essas duas modalidades de instituição se desenvolvessem de forma diferenciada.

## **1.2 Creche: a conquista da legitimidade**

Enquanto as creches eram criadas para atender às crianças pobres e consideradas moralmente abandonadas, usualmente, os jardins de infância/pré-escolas voltavam-se para o atendimento das crianças filhas de trabalhadores. As primeiras estavam sempre vinculadas aos órgãos da assistência social, enquanto as segundas começavam a se ligar aos setores de educação. Embora todas se configurassem como instituições de caráter educativo, é possível afirmar que se educava com intenções diferentes. As creches, sobretudo, educavam para a subordinação (Kuhlmann Jr., 2007).

Com essa configuração, as principais políticas para educação e cuidado da infância, principalmente da infância pobre, restringiam-se a oferecer ajuda aos necessitados, ou seja, reduziam-se a uma educação para submissão e exclusão. Contribuía-se, assim, para a construção de uma cidadania assistida e tutelada (Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002).

No entanto, as creches passam por transformações, principalmente, a partir da década de 1990. O crescente número de mulheres que ingressam no mercado de trabalho, aliado à

diminuição de espaços disponíveis e seguros para atividades infantis, devido à urbanização crescente, provocam a ampliação da demanda por creches e pré-escolas por todas as classes sociais. A mudança no perfil da população atendida contribuiu para o início da reflexão sobre o fato de que não bastava um atendimento que garantisse apenas assistência e/ou custódia. Era preciso que as instituições fossem capazes de realizar um trabalho educativo das crianças e de compartilhá-lo com as famílias (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993).

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), instituída no País pelo artigo 227 da Constituição Federal [CF] (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (Brasil, 1990), estabelece-se um novo paradigma de atendimento à criança pequena (Brasil, 2009b). E, em 1996, com a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] (Brasil, 1996), as creches passam a ser de responsabilidade da área de Educação, rompendo, de certa forma, com os paradigmas predominantes da matriz sócio-histórica que provocam, até hoje, diferenciações no atendimento à infância, de acordo com sua classe social.

A luta pela educação infantil como dever do Estado, como direito de toda criança e opção da família, teve ampla participação dos movimentos comunitários, de mulheres, de redemocratização do País, além do envolvimento dos próprios profissionais da Educação (Campos, Fullgraf, & Wiggers, 2006; Brasil, 2009b). Assim, aos poucos, as creches e pré-escolas vêm sendo reconhecidas como recursos complementares e legítimos de cuidado e educação de crianças.

Como qualquer outro processo de mudança, atualmente, as inovações introduzidas convivem com antigas concepções e práticas, apresentando desafios que precisam ser enfrentados e vencidos rumo à qualidade no serviço prestado à infância (Campos, Fullgraf & Wiggers, 2006). Porém, muito se avançou. Há décadas vêm sendo produzidos, no Brasil, inúmeros estudos e pesquisas, bem como leis e outros documentos<sup>3</sup> na área de educação infantil que, mesmo com todas dificuldades, têm promovido discussões e criado parâmetros e procedimentos que buscam garantir qualidade no atendimento às crianças.

---

<sup>3</sup> Por exemplo: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006); Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009c); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010).

### 1.3 Instituições de acolhimento: em busca da legitimidade

No que se refere às instituições de acolhimento, o caminho percorrido foi bem diferente. Até poucos anos, as instituições estavam relegadas ao desconhecimento e descaso da sociedade e das políticas públicas. Reproduziam o abandono, do qual é vítima grande parte da população com quem trabalham (Gulassa, 2005).

Com a promulgação do ECA (Brasil, 1990), o acolhimento institucional passa a ser concebido como medida de proteção, em caráter excepcional e provisório, às crianças e aos adolescentes que tenham seus direitos violados. A pobreza, legalmente, deixa de ser causa suficiente para institucionalizar crianças. Todavia, estudos mostram que esta ainda é uma das principais causas de institucionalização da infância (AASPTJ-SP, 2004; Ipea, 2005; Serrano, 2008).

Assim, as instituições de acolhimento ainda são voltadas ao atendimento da população pobre e, muitas vezes, sendo o primeiro e único recurso para lidar com as situações encobertas sob os rótulos de negligência e abandono familiar (Fonseca, 2009) que, frequentemente, decorrem de uma pobreza endêmica que atinge gerações de famílias. Políticas públicas omissas e ineficazes acabam por não promover condições suficientes para a garantia do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes no seio de suas famílias (Rizzini & Rizzini, 2004).

A prática de atender pobremente à pobreza, reiteramos, resiste e vigora, no caso das instituições de acolhimento. Até hoje falta-lhes legitimidade. São consideradas, pela sociedade e também por quem ali trabalha, como um “lugar que não deveria existir” (Gulassa, 2005). Por ser assim, pouco investimento é feito, não só financeiro, mas também profissional e, principalmente, na elaboração de práticas e ambientes de acolhimento que primem pela qualidade e possibilitem, de fato, o desenvolvimento da infância que temporariamente necessita viver nesse contexto.

É comum que, ainda hoje, se ofereçam às crianças e adolescentes apenas os cuidados com o corpo (alimentação, higiene e saúde) e educação repressiva (Rizzini & Rizzini, 2004). Educar os pobres para a subordinação é, portanto, uma prática antiga e muito atual. Necessário se faz criar nova cultura de acolhimento que: “[...] preserve, resgate e possibilite às crianças e aos adolescentes encontrar-se com a própria história, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atuação e autonomia [...]” (Guará, 2006, p. 61).

Por outro lado, nos últimos anos, estamos vivenciando um momento histórico nunca antes ocorrido. Iniciativas regionais têm surgido com o intuito de criar normativas de funcionamento para instituições que desenvolvem programas de acolhimento institucional, objetivando promover parâmetros para o reordenamento dos mesmos, ao mesmo tempo em que propõe diretrizes de fiscalização mais efetiva pelos órgãos competentes (ver exemplos: Estado de São Paulo, 1998; Estado do Rio Grande do Sul, 2001; CBIA/SP; IEE-PUC/SP, 1993; CMDCA/RJ, 2001; CMDCA/SP, 1998).

Tais documentos discorrem frequentemente sobre características das instalações físicas da instituição; regularidade da documentação; avaliação de serviços técnicos; alimentação; financiamento e manutenção financeira; metodologia de trabalho; individualização do atendimento; razão adulto-criança variando conforme faixa etária da população atendida; procedimentos de entrada e desligamento; entre outros pontos.

Segundo Oliveira (2007), parte-se da ideia de reordenamento como um necessário processo de mudanças para que a instituição que acolhe crianças e adolescentes atenda aos princípios estabelecidos no artigo 92 do ECA (Brasil, 1990), que se desdobra em alguns indicativos práticos, no artigo 94, os quais, embora sejam direcionados para a medida socioeducativa de internação, devem ser aplicados, no que convier, às entidades de acolhimento. Muito resumidamente, os dois artigos mencionam a preservação dos vínculos familiares; o atendimento personalizado em grupos pequenos; a não separação de grupos de irmãos. Além de evitar a transferência de instituição, oferecer estrutura física adequada; preservar a identidade e dignidade das crianças e dos adolescentes; reavaliar periodicamente cada caso, informando aos órgãos competentes e à própria criança e/ou ao adolescente a respeito do desenvolvimento processual, entre vários outros princípios e indicativos.

Recentemente, três iniciativas nacionais também surgiram, contribuindo para compor esse novo tempo de mudanças. A primeira refere-se ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), constituindo-se “[...] um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários [...]” (p. 14). A segunda iniciativa traz as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009e), documento lançado há alguns anos, contendo princípios, orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento para as várias modalidades de serviços voltados ao acolhimento de crianças e adolescentes. A terceira iniciativa é a sanção da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a) com as alterações realizadas pelo Senado Federal no ECA

(Brasil, 1990), especificamente no que se refere ao direito à convivência familiar e adoção (Pachá, Vieira Junior & Oliveira Neto, 2009).

De depósito de crianças, bem lentamente, as instituições de acolhimento estão passando a ser vistas e concebidas como lugares de cuidado e educação coletiva. Muito precisa ser feito para que essa mudança de concepção seja incorporada na prática, na rotina, no dia a dia das crianças que vivenciam essa situação.

O momento histórico de mudanças e transformações, pelo qual a área de acolhimento institucional está passando, a educação infantil já o vivenciou, porém há décadas atrás. E, durante este intervalo de tempo, um vasto *knowhow* foi produzido na área de Educação, abordando inúmeras questões. Dentre elas, destaca-se o processo de recepção e acolhimento de crianças.

Existem especificidades e diferenças imensas entre um processo de acolhimento no contexto escolar e um processo de acolhimento em um abrigo institucional. Todavia, é interessante conhecer como isso ocorre no dia a dia de instituições de acolhimento, para identificar se o que foi produzido pela educação infantil pode auxiliar a reflexão sobre as práticas atuais.

#### **1.4 Por que focar o processo de recepção e acolhimento?**

É fato que o bebê humano nasce imaturo e incompleto, dependendo do outro de sua espécie para sobreviver e se constituir como pessoa (Rossetti-Ferreira, 2006). Marin (2011, p.14) afirma, inclusive, que “o homem se diferencia do animal por e graças à sua vulnerabilidade”. Em outras palavras, a autora diz que o humano precisa de outro humano para “se tornar gente, para sobreviver e se sentir importante, amado, com um lugar no mundo” (p. 14).

Com inspiração psicanalítica, a Teoria do Apego, por volta das décadas de 1960 e 70, propõe que, pelo menos nos primeiros anos de vida, esse outro social teria de ser preferencialmente a mãe. E que, a perda, ou a separação, de sua mãe traria, necessariamente, danos desastrosos ao desenvolvimento da criança (Bowlby, 1990; 1997).

Esta afirmação trouxe, e ainda traz, forte impacto sobre a forma de conceber o papel social das instituições coletivas de cuidado e educação de crianças, sobretudo dos bebês e das pequenas, relegando-os à ilegitimidade. Se, por um lado, havia na época, e há também



atualmente, o desejo e/ou a necessidade da mulher trabalhar fora de casa, ou da criança ser afastada temporariamente do convívio familiar, do outro havia, e há, a preocupação com as consequências para a criança da separação entre mãe-criança e de sua permanência em um ambiente de desenvolvimento diferente do familiar.

No entanto, Rossetti-Ferreira e Amaral (2010), com base em vários outros estudos, trazem as seguintes questões: Esse “outro” fundamental nos primeiros anos de vida teria de ser necessariamente a mãe? A família, especialmente a nuclear, é o único ambiente favorável ao desenvolvimento infantil? As autoras argumentam que relatos históricos mostram que a família nuclear e, principalmente, o cuidado exclusivo da criança pela mãe são relativamente recentes e não difundidos no mundo. A família nuclear, surgida com a revolução industrial, e as transformações sociais e políticas do século XVIII, consolidaram gradualmente o papel da mãe como principal responsável pelo cuidado e pela educação das crianças. Mais tarde, teorias médicas e psicológicas enfatizaram esse papel, de diferentes maneiras, entre elas, a Teoria do Apego.

Além disso, variadas pesquisas surgiram criticando e questionando os estudos realizados sobre apego, bem como sobre as consequências da separação mãe-criança. As consequências negativas no desenvolvimento das crianças mostraram-se também relacionadas às péssimas condições que as instituições apresentavam, caracterizadas pela total ausência de estímulos<sup>4</sup>, não se limitando à separação da mãe em si. Crianças que frequentavam, ou adultos que frequentaram quando crianças, instituições de boa qualidade, com número adequado de cuidadores adultos estáveis por criança, não demonstraram, em sua maioria, prejuízos no desenvolvimento (Rossetti-Ferreira, 1984; Rutter, 1995; Fernández, Alvarez e Bravo, 2003).

Mas, o que essas questões têm a ver com o processo de recepção e acolhida de crianças?

Pode-se afirmar que, apesar de todas as contradições existentes, a Teoria do Apego contribuiu, impulsionou e fomentou, e ainda contribui, impulsiona e fomenta, discussões e elaborações sobre as condições adequadas ao cuidado e à educação coletiva de crianças. A formulação de condições mínimas apropriadas ao desenvolvimento infantil ganhou grande relevância social, a partir dos apontamentos elaborados com essa teoria (Rossetti-Ferreira, 1984).

A educação infantil em muito evoluiu nessa discussão a fim de minimizar o sofrimento que, muitas vezes, é causado pela separação diária entre mãe-criança. Um grande

---

<sup>4</sup> Número de adultos insuficientes, quase ausência de brinquedos, paredes sem cores, alimentação inadequada, entre outras características.

número de pesquisas e literatura foi produzido, sobretudo, no que diz respeito ao processo de recepção e acolhimento das crianças que estão chegando à creche, à escola, ou mudando de turma.

Rossetti-Ferreira, Amorim e Vitoria (1997) partem, inclusive, da concepção de que o acolhimento é o princípio de tudo. Afirmam que a vivência desse momento influenciará a construção de novas relações afetivas, bem como a manutenção dos vínculos afetivos anteriormente estabelecidos (com familiares, por exemplo), como também é enfatizado por Mantovani e Terzi (1998).

Partindo desta concepção, na educação infantil, a família foi incluída no processo de recepção e acolhimento, assumindo papel fundamental, com o objetivo de possibilitar que a criança enfrente e se familiarize com o ambiente estranho acompanhada de alguém em quem confie e se sinta segura (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993; Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1997; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002). E na impossibilidade de participação de, pelo menos, um dos cuidadores da criança, Vitória e Rossetti-Ferreira (1993) recomendam que se ela tiver um irmão (ou irmã) mais velho, na mesma creche/escola, este a acompanhe nesse processo inicial. As pesquisadoras apontam, ainda, que, se isso não for possível, a criança poderá levar consigo algum objeto que lhe seja significativo, “querido”, ou seja, um paninho, uma boneca, uma blusa com o cheiro da mãe, entre muitas outras possibilidades.

Também passou a receber atenção especial a relação entre pares e a organização dos espaços, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento e a exploração do ambiente, além de promover o relacionamento entre as crianças. Paralelamente, a construção de um projeto político-pedagógico da instituição, que oriente o trabalho a ser realizado, e a formação continuada dos profissionais, tornaram-se pontos estruturantes e viabilizadores de qualidade nesse processo (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993; Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1997; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002).

Ainda assim, muitas vezes, o processo de decisão que leva a criança a ser inserida na creche/educação infantil não é tranquilo para os adultos responsáveis. Há sentimentos, significados e concepções bastante contraditórios envolvidos nessa decisão, os quais acabam influenciando a forma como a família e a criança lidam com esse momento inicial de separação (Amorim, Eltink, Vitoria, Almeida, & Rossetti-Ferreira, 2004). Nessa direção, sugere-se que, no primeiro contato da família com a creche ou escola (anterior à inserção da criança), esta deve garantir que a família seja bem atendida, receba informações, conheça a educadora que ficará com sua criança, entre outras medidas. Ao receber essa atenção, a família poderá se sentir mais tranquila, o que contribuirá para que a criança também se sinta

menos insegura em seus primeiros dias na creche/escola de educação infantil (Vitoria & Rossetti-Ferreira, 1993).

Em países como França, Israel, Itália e nos países escandinavos, o processo de recepção e acolhimento de crianças em creches e escolas de educação infantil é tratado com muita seriedade (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993). Há décadas, inúmeros estudos, nacionais e internacionais, mostram a importância desse processo na educação, bem como sobre como conduzi-lo. Embora, no Brasil, ainda hoje, observe-se facilmente que existem creches/escolas que (des)cuidam ou dedicam-se com intensidades diferentes a esse processo.

No que se refere às instituições de acolhimento, a questão é alarmante. Diferentemente da creche ou escola de educação infantil, em que a separação cotidiana dos pais, ou cuidadores, acontece por decisão dos adultos responsáveis<sup>5</sup>, além de restringir-se apenas a algumas horas diárias, quando uma criança é acolhida em uma instituição, como medida de proteção, a separação se dá tanto de dia como de noite e por tempo indeterminado. E isso ocorre, quase sempre, sem o conhecimento prévio e contra a vontade dos pais e da criança.

Como muito bem descreve França (2007), algumas vezes, a criança é tratada como “coisa” a ser levada daqui para ali, em alguns casos, com menos cuidados do que se teria ao transportar um móvel. Pode-se afirmar que, embora a medida de acolhimento deva ser aplicada, como último recurso, em casos em que há a vitimização, com certa frequência, a forma como a criança é retirada do contexto familiar e/ou de origem, bem como é recebida e acolhida na instituição, acaba se configurando como nova violência, causando a sua revitimização.

Assim, a partir do conhecimento dessa realidade e cientes de que cuidar adequadamente do processo de recepção e acolhimento “[...] tem sido considerado extremamente importante para garantir um atendimento de qualidade, capaz de propiciar boas condições para um desenvolvimento integral e sadio das crianças [...]” (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993, p. 56), o interesse pela presente pesquisa surgiu.

---

<sup>5</sup> Por mais conflitante que essa decisão possa ser.

## 1.5 Orientações sobre recepção e acolhida de crianças em acolhimento institucional

Ao ser acolhida, de uma hora para outra, a criança se vê longe de todos aqueles com quem já havia construído alguma vinculação afetiva, seja com os pais, irmãos, avós, tios, primos, vizinhos, colegas da escola e, até mesmo, os animaizinhos de estimação e objetos significativos. E, ao mesmo tempo, se vê cercada de pessoas que nunca havia visto, num lugar que lhe é desconhecido.

França (2007) chama a atenção para o fato de que, por melhor que seja uma instituição de acolhimento, ainda assim será um espaço totalmente novo e estranho para a criança. A autora descreve esta situação, salientando que, subitamente, a criança perde todo o referencial de que dispunha, além de, frequentemente, se ver cercada por pessoas estranhas que “não lhe dirigem a palavra, que não lhe explicam nada do que estão fazendo e que, ainda por cima, pretendem que ela compreenda que estão fazendo tudo aquilo pelo seu bem” (p. 2).

Todavia, Fraga (2008) aponta que a chegada de uma criança na instituição de acolhimento é, muitas vezes, um momento de significativa tensão e que desperta, também nos educadores, um emaranhado de sentimentos e emoções, como, por exemplo, tristeza, piedade, nervosismo e raiva, que acabam por mobilizar angústia bastante intensa.

É justamente pelo fato de lidar cotidianamente com dramáticas situações de vida que o profissional acaba desenvolvendo formas de se proteger do sofrimento. No entanto, essa proteção não pode se constituir em um afastamento emocional tão radical que o impeça de ser empático com o sofrimento do outro. Quando a capacidade de empatia encontra-se obstruída, o passo seguinte será tratar o outro como destituído de subjetividade, como “coisa” (França, 2007).

Nesse sentido, o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Brasil, 2009e) aponta que, para que a acolhida inicial seja afetuosa e não represente a revitimização de crianças e adolescentes, é importante que se disponha, entre outras providências, de profissionais (técnicos e educadores) “disponíveis e capacitados para a realização de acolhida afetuosa e segura, capazes de compreender as manifestações da criança ou adolescente no momento de chegada que envolve ruptura, incerteza, insegurança e transição (silêncio, choro ou agressividade, por exemplo)” (p. 45).

França (2007) aprofunda a discussão salientando que não é tarefa simples colocar-se no lugar do outro e ser sensível ao seu sofrimento, sem se misturar com o sofredor. É necessário, então, acompanhamento por parte de outros profissionais, além de

compartilhamento das dificuldades em reuniões de equipe. É preciso cuidar de quem cuida. Apenas quando dispõe de uma escuta respeitosa e sensível às exigências emocionais que o trabalho lhe traz é que o profissional pode, por sua vez, dispensar à criança cuidado com a mesma qualidade.

Acrescenta-se ainda que, além do investimento na formação, capacitação e suporte aos profissionais, se faz essencial que os procedimentos relacionados ao processo de recepção e acolhida a crianças estejam contemplados no Projeto Político-Pedagógico [PPP] das instituições. Ressalta-se, porém, que o PPP deve ser elaborado coletivamente, com a participação dos todos os profissionais da instituição, as crianças e seus familiares, sempre que possível. Sua função é orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, inclusive seu funcionamento interno e relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade (Brasil, 2009e).

Em âmbito internacional, normativas asseguram que o processo de decisão a respeito do acolhimento da criança deve se dar com transparência e com total participação da criança e da família (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006; State of Queensland, 2013). Nessas condições, normas europeias asseguram a obrigatoriedade de informar a criança sobre tudo o que lhe diz respeito, conforme seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006). Normas australianas (State of Queensland, 2013) especificam a necessidade de oportunizar que a criança exponha sua opinião, envolvendo-a no processo de decisão. Todavia, o documento ressalta que esse é um direito dela e que não se pode exigir que se expresse contra sua vontade.

Desta forma, a participação da criança, e de sua família, no processo de admissão no serviço de acolhimento, é garantida (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006; State of Queensland, 2013). Prevê-se, então, que devem receber informações sobre o local e que a criança possa conhecer e se familiarizar com antecedência, tanto com o local, como com o educador que cuidará dela (Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

Normas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), garantem que a transferência da criança para o serviço de acolhimento deve causar o menor transtorno possível a ela e também à sua família. Os parâmetros das Nações Unidas (2009) ainda determinam que a transferência deve ser feita de maneira sensível e amigável, por pessoas especialmente treinadas.

Todas as normativas pesquisadas determinam que os grupos de irmãos não devem ser acolhidos separadamente, a menos que esse seja o desejo da criança ou vá contra seus

interesses e a coloque em risco, em consonância com a legislação brasileira. E para assegurar a qualidade do serviço prestado, determinam o investimento na formação dos profissionais que atuam nessa área (Brasil, 1990; State of Alabama, 2000; International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE], 2006; State of New Jersey, 2008; Brasil, 2009a; Brasil, 2009d; Brasil, 2009e; Texas Department of Family and Protective Services, 2010; State of Queensland, 2013).

No estado do Alabama, nos Estados Unidos, e na Europa (State of Alabama, 2000; SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE], 2006), prevê-se o direito da criança à visitação, a menos que existam motivos contrários documentados. Já em New Jersey, também nos Estados Unidos, estabelece-se que os horários de visita devem ser flexíveis, a fim de assegurar a regularidade (State of New Jersey, 2008). As duas normativas americanas determinam, ainda, que se deve oferecer condições de privacidade à família e à criança durante a visita, exceto em situações que sugiram o contrário. Ambas também evidenciam as condições e formas de garantir que a criança mantenha contato com a família a partir de ligações telefônicas, *e-mails* e cartas (State of Alabama, 2000; State of New Jersey, 2008).

Em linhas gerais, os textos, documentos e as orientações para o processo de recepção e acolhida em instituições de acolhimento no Brasil (França, 2007; Brasil, 2009e; Elage, 2010; Bernardi, 2010; Gulassa, 2010b), apontam que a chegada de uma nova criança deve ser um evento planejado antecipadamente. A criança deve ser tratada pelo nome, de forma respeitosa e afetuosa, e ser informada sobre o que e por que está sendo acolhida. Deve-se também oferecer-lhe espaço de escuta. O ambiente e as pessoas presentes na instituição, devem lhe ser apresentadas. Além disso, propõem que suas necessidades imediatas sejam satisfeitas, como fome, dor e sono, entre outras. A apresentação das regras da instituição é prevista, bem como a construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA)<sup>6</sup>. O

---

<sup>6</sup> O Plano Individual de Atendimento [PIA] é uma exigência incorporada pela Lei 12.010/2009 ao ECA. De acordo com a legislação (Brasil, 2009a), a construção do PIA deve ter início assim que a criança chega na instituição, sob a responsabilidade da equipe técnica do serviço de acolhimento, assegurando-se a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável. O objetivo do PIA, conforme prevê a Lei 12.010/2009, é a reintegração familiar da criança, prioritariamente na família de origem e, caso isso não seja possível, em família substituta. Deverão constar no documento: os resultados da avaliação interdisciplinar; os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis; e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável (artigo 101).

favorecimento de formação de vínculos afetivos e de confiança entre os adultos e as demais crianças também fazem parte das orientações.

Pressupõem-se que todas essas medidas fazem parte de um processo gradual que vai se realizando, em que vão se observando as reações e as necessidades da criança a cada momento e procurando acolhê-la da melhor forma possível.

No entanto, é conhecido o fato de que, muitas vezes, há um grande descompasso entre o que está previsto nas leis, nos planos e nas diretrizes, e a sua viabilização no cotidiano daqueles que são os responsáveis por colocá-las em prática. Colocam-se, então, algumas questões: os procedimentos utilizados estão protegendo as crianças da (re)vitimização, assim como se espera? Essas orientações são suficientes para não (re)vitimizá-las? Os profissionais recebem apoio/cuidado, formação, capacitação e supervisão, a fim de desempenhar seu trabalho, acolhendo as crianças com qualidade?

Talvez nem todas essas questões sejam respondidas por esta pesquisa, mas não podem ser caladas. Este e muitos outros trabalhos são e serão de relevância se quisermos conhecer as condições a que estão submetidas milhares de crianças em nosso país. Este é o primeiro passo para podermos refletir sobre nossas práticas e propor melhorias que contribuam para o desenvolvimento das crianças acolhidas e também dos profissionais que com elas trabalham e convivem.

## **1.6 Importância das pessoas de referência e dos objetos significativos no momento de separações e distanciamentos**

Embora a Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a) obrigue a oitiva e a participação da criança/adolescente e de seus pais, ou responsáveis, no que se refere aos “atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção” (artigo 100), o procedimento tem sido feito? A família e a criança têm, realmente, participado do processo de decisão sobre o acolhimento? Se tem ocorrido, pode-se supor que, no momento de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e transferência para a instituição, nem ela e nem sua família são surpreendidas.

Verdadeira ou não essa suposição, é interessante apontar que, em nenhuma das orientações, dos textos e documentos nacionais, há qualquer menção aos procedimentos que

devem ser adotados no momento de retirada da criança de seu contexto e transferência para a instituição. E, assim, novamente, fica aberta a questão: como isso está sendo feito?

Nota-se também que inexistente qualquer referência à participação de pessoas significativas à criança, familiares ou não, nesse processo de transição, divergindo do que asseguram algumas normativas internacionais (Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006; State of Queensland, 2013).

Ademais, nessa vivência extremamente solitária para a criança, permeada por importantes separações e distanciamentos, cujas relações e referenciais podem se tornar confusos ou fragilizados, os irmãos podem (poderiam) representar estabilidade, constância e pertencimento, fundamentais para seu enfrentamento e superação (Almeida, 2009; Almeida, Maehara, & Rossetti-Ferreira, 2011). No entanto, ainda é frequente a separação de grupos de irmãos, mesmo que em descumprimento da legislação nacional vigente (Brasil, 1990; Brasil, 2009a, d, e).

Outro aspecto não mencionado é o cuidado em garantir que objetos significativos para a criança sejam levados para a instituição e mantidos com ela, especialmente bebê e criança pequena. Tal medida é especialmente oportuna se consideradas as separações de pessoas que desempenham papel importante para a constituição da criança e a necessidade de promover condições para seu desenvolvimento saudável.

Dethiville (2013) argumenta que há “objetos de predileção” para a criança. Esses objetos ajudam a acalmá-la e tranquilizá-la em momentos de angústia, por isso, proporcionar esse recurso é fundamental.

No entanto, os objetos podem ter outra utilização para a criança, ainda mais estruturante para seu desenvolvimento. O psicanalista Winnicott tem vasta produção de conhecimento sobre a importância daquilo que chamou de fenômeno e objeto transicionais.

A criança, ao nascer, não se reconhece separada da mãe (figura materna) e de tudo aquilo que é externo a ela, ou seja, não há diferenciação entre as realidades interna e externa. A diferenciação resulta de um processo “infinitamente sutil e complexo, que marca para a criança o momento de descolamento da mãe” (Dethiville, 2013). Segundo Winnicott (1975, p. 15), “todo indivíduo que chegou ao estágio de ser uma unidade” conta com um exterior e um interior, separados por “uma membrana limitadora”. Quando a organização se constitui, “pode-se dizer que existe uma realidade interna para esse indivíduo”.

Porém, Winnicott (1975) defende que há uma terceira parte, que é a da experimentação, área intermediária entre o subjetivo (parte interna) e o que é objetivamente percebido (parte externa) – a qual dá o nome de fenômeno transicional. Trata-se de um “lugar



de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas” (p. 15).

O autor dá, então, o exemplo de uma criança que chupa o dedo, enquanto segura um lenço com a outra mão, sem o qual tem dificuldade para dormir. O objeto que se torna fundamental nesse contexto é chamado de transicional.

Esse objeto pode ser a ponta do lenço, um ursinho, uma boneca, um novelo de lã, ou qualquer outra coisa escolhida pela criança, e é um apoio representativo de algum objeto parcial, a mãe, por exemplo (Dethiville, 2013). Para Winnicott (1975), o fato de não ser a mãe, é tão importante quanto representá-la. Assim, o autor defende que o objeto transicional permite que a criança torne-se capaz de perceber a diferença e a similaridade, bem como transitar entre o puramente subjetivo e a objetividade.

Alencar (2011, p. 56) diz que é “a partir da alternância entre a presença e a ausência daqueles que exercem função estruturante para a criança que ela irá escolher um objeto transicional”, o qual vai entretê-la quando “o outro não está”, mas também presentificará sua ausência. De acordo com Winnicott (1975), as crianças, frequentemente, elegem seu objeto transicional entre 4 meses e 1 ano de idade, o qual será usado até que, simplesmente, perca seu o significado. O período em que isso ocorre é diferente para cada criança.

No entanto, nem todas as crianças fazem uso de um objeto transicional no processo de construção da terceira área, ou seja, da área transicional, intermediária, de repouso para o indivíduo. Todavia, as que o fazem, não conseguem ficar sem ele. E isso não se deve ao fato da criança amá-lo, de ser um objeto querido, predileto, mas sim pelo uso que faz dele. De acordo com Dethiville (2013, p. 44): “Ela o “utiliza” como suporte material sensorial de uma atividade que representa o seu mundo”.

Diante dessas considerações, qual o cuidado que se tem com os objetos significativos (transicionais ou não) para a criança e que, por vezes, podem ajudá-la a “suportar os momentos de ausência daquele que exerce função estruturante para ela, sem que essa ausência seja avassaladora” (Alencar, 2011, p. 55)?



---

# Justificativa

---



## **2 JUSTIFICATIVA**

A relevância social desta pesquisa encontra-se na possibilidade de conhecer uma prática institucional – o processo de recepção e acolhida de crianças em instituições de acolhimento –, até o momento não estudada sistematicamente. Ademais, buscar-se-á produzir reflexões que contribuam com a qualificação dos profissionais e dos procedimentos atualmente utilizados, diante da urgente necessidade de serem desenvolvidas práticas que não (re)vitimizem crianças sob medida de proteção.



---

# Objetivos

---





### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Pesquisar o processo de recepção e acolhida de crianças com idades até 6 anos, desenvolvido por instituições de acolhimento, a partir da perspectiva de profissionais envolvidos no processo.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- a) Apreender indícios da participação da família e da criança no processo de tomada de decisão sobre o acolhimento;
- b) Examinar como ocorre o processo de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e a transferência para a instituição;
- c) Apurar os procedimentos de recepção e acolhida da criança conduzidos pelas instituições de acolhimento;
- d) Investigar as formas de participação da família, bem como dos demais adultos e crianças envolvidos no processo de recepção e acolhida;
- e) Analisar as condições, os contextos e as oportunidades de interação entre a criança e sua família, promovidos pelas instituições, e seus possíveis efeitos para a manutenção de vínculos familiares.



---

# Hipótese

---



#### **4 HIPÓTESE**

Os procedimentos de recepção e acolhida de crianças, atualmente utilizados por instituições de acolhimento, são negligenciados, podendo causar a (re)vitimização das crianças que estão sob medida de proteção.



---

# Procedimientos Metodológicos

---





## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 Referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico que norteia esta pesquisa é a perspectiva da Rede de Significações (RedSig), que instrumentaliza o pesquisador nos processos de investigação e compreensão do processo de desenvolvimento humano (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004).

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento é um processo contínuo que se dá ao longo de todo o ciclo vital, nas e por meio das múltiplas interações entre pessoas, em contextos específicos, organizados física, social e culturalmente. Desta forma, aspectos das pessoas em interação e dos contextos em que ocorrem essas interações são tidos como “partes inseparáveis de um processo em mútua constituição” (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004, p. 23).

Os campos interativos são, assim, o centro dessa perspectiva. Desde a concepção - ou até anteriormente, uma vez que um bebê pode ser pensado, idealizado ou rejeitado antes mesmo de ser concebido - a relação com o(s) *outro(s)* social(is) tem fundamental importância. Devido à incompletude, imaturidade e imperícia do bebê humano, ao nascer, sua sobrevivência só é garantida na relação com o(s) *outro(s)*. E considera-se que essa relação é construída dialogicamente, reconhecendo-se que o bebê nasce com um complexo repertório perceptivo e expressivo, enquanto o(s) *outro(s)* é(são) capaz(es) de se mobilizar e (re)agir a isso (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004).

Entende-se, assim, por interação, as relações que são co-construídas por meio de interações:

[...] isto é, de ações partilhadas e interdependentes. Essas ações se estabelecem por meio de processos dialógicos, nos quais cada pessoa tem seu fluxo de comportamentos continuamente delimitado, recortado e interpretado pelo(s) outro(s) e por si próprio, através da coordenação de papéis ou posições dentro de contextos específicos [...] (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004, p. 25).

Nessa coordenação de papéis ou posições, as pessoas em interação podem aceitar, negar, rejeitar, negociar e/ou recriar esses papéis ou posições. Transformam seus parceiros de interação e são por eles transformadas. Importante ressaltar que, para a RedSig, são vários os

*outros sociais* – parceiros de interação. Por isso, a pessoa é múltipla, uma vez que são múltiplos e heterogêneos os vários *outros* com quem interage. Além disso, são múltiplas as vozes que compõem o mundo social e os espaços e posições que a pessoa ocupa nas práticas discursivas. No entanto, isso não implica em ausência de singularidade (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004).

Ademais, o contexto/meio em que as interações ocorrem é visto não apenas como ambiente, campo de aplicação de condutas, mas também como instrumento, ferramenta, um recurso para o desenvolvimento humano. Na visão da RedSig, contexto/meio e pessoas são mutuamente constitutivos. Inseridas em determinado contexto/meio, as pessoas assumem determinadas posições em detrimento de outras, as quais contribuem para a emergência de determinados aspectos pessoais e não outros. Além disso, agem sobre o contexto/meio, transformando-o e são transformadas por ele, em uma relação dialética (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004).

As relações acontecem mergulhadas e impregnadas em uma matriz sócio-histórica (elementos sociais, políticos, ideológicos, históricos e culturais) que circunscreve limites e possibilidades para o desenvolvimento humano. A matriz é composta por múltiplas e, frequentemente, antagônicas condições, presentes no aqui e agora das situações, nos componentes pessoais, contextos e campos de interação. Ao mesmo tempo em que existe, independente de cada pessoa; são as pessoas que a preservam, transmitem, modificam e a reconstroem, num processo mútuo de constituição (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004).

Exemplos da concretude da matriz sócio-histórica são as práticas de cuidados: local onde cuidam da criança (rotina, número de pessoas, atributos das pessoas); frequência e tipo de contato; forma como manipulam as crianças; locais em que a colocam; posturas que promovem; direcionamento que dão com a postura; posição do adulto com relação à criança; relações que promovem; se e como introduzem a criança para as outras pessoas; grau de autonomia que promovem; se e como intercedem em situações de dificuldades, emoção; julgamentos de valor sobre adequação ou não dessas formas de cuidados (Amorim, *slides* em PowerPoint da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento, agosto de 2012).

A RedSig pode, portanto, ser entendida como circunscritora dos processos de desenvolvimento humano. A rede disponibiliza um conjunto de significados que vão estabelecer um conjunto de limites e possibilidades à situação, aos comportamentos e ao desenvolvimento. Portanto, considera-se que há, nesse processo, simultaneamente, determinação e indeterminação, “ocorrendo tanto possibilidade de inovação como certa

previsibilidade de trajetórias desenvolvimentais”. Embora a pessoa possa estar imersa em um mundo semiótico do qual é difícil “escapar e ao qual se encontra de certa forma assujeitada”, a polissemia de significados, condições e posições em que se coloca ou é colocada permite que as pessoas interpretem de várias formas aquilo que está presente, podendo transformar seus caminhos (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004, p. 29).

## 5.2 A construção do *corpus* de pesquisa: um pouco a respeito do contexto

Na perspectiva da RedSig, o procedimento de análise dos dados deve compreender, inicialmente, uma “vivência” ou “mergulho” do pesquisador na/com a situação pesquisada (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2004). A experiência da pesquisadora como psicóloga em uma instituição de acolhimento para crianças com idades até 7 anos, no ano de 2006, sem dúvida, possibilitou sua entrada inicial nesse universo. A partir dessa vivência, desse mergulho, viu-se mobilizada e apaixonada pela complexidade que envolve o acolhimento institucional de crianças.

Em seguida a essa experiência, e por causa dela, teve a oportunidade de desenvolver sua dissertação de mestrado nesse contexto, buscando conhecer a perspectiva de crianças acolhidas institucionalmente sobre suas redes sociais e a importância do relacionamento com seus irmãos (Almeida, 2009; Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011). Na ocasião, pôde conhecer um pouco mais de perto outras instituições de acolhimento e suas práticas com relação às crianças. Práticas muito diversas, por sinal.

Imergiu ainda mais nesse contexto a partir de sua atuação como facilitadora em um programa de formação para profissionais dos serviços de acolhimento institucional<sup>7</sup>, durante os anos de 2010 e 2011, na cidade em que a presente pesquisa foi realizada, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela prefeitura, através da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social e da Secretaria Municipal de Educação. Nesses dois anos de trabalho, conheceu as gestoras municipais dos serviços de alta complexidade do município e vários funcionários das instituições que, posteriormente, tornaram-se participantes da pesquisa.

---

<sup>7</sup> Programa de formação coordenado pela pedagoga Maria Lúcia Gulassa.

Esse contato prévio e, principalmente, a mediação das gestoras municipais facilitaram a entrada da pesquisadora nas instituições, embora não tenham garantido que fosse “acolhida” por todas.

Desde 2009, o município, que é de grande porte e fica no interior do estado de São Paulo, vem se mobilizando fortemente para reordenar as instituições de acolhimento. E cada uma delas, no período em que os dados foram coletados, encontrava-se em estágios diferentes do processo. Soma-se a isso, o fato de possuírem características que as diferenciam bastante em relação ao funcionamento e à estrutura, assim como ao perfil e relacionamento entre os profissionais. Outro elemento importante que conferia certa instabilidade ao funcionamento das instituições, naquele momento, era a alta rotatividade de funcionários<sup>8</sup>.

Esses elementos influenciaram para que, em algumas instituições (a maioria), a pesquisadora fosse realmente acolhida, no sentido das pessoas se organizarem para recebê-la, disponibilizando tempo suficiente para as conversas e reflexões sobre o tema pesquisado, mesmo que, inicialmente, tenha havido algum receio de mostrarem as dificuldades enfrentadas; enquanto em outras isso não aconteceu. Em uma das instituições, por exemplo, os contatos iniciais se deram apenas por telefone e muito rapidamente. Os profissionais apresentaram grande resistência em agendar um momento para conceder a entrevista e quando o fizeram<sup>9</sup>, após alguma insistência, disponibilizaram apenas vinte minutos de seu tempo<sup>10</sup>, com exceção de uma técnica recém-ingressa na instituição que se mostrou mais receptiva.

Frente a essas circunstâncias, o tempo de permanência da pesquisadora em cada uma das instituições variou bastante, porém restringiu-se, em geral, ao tempo de duração das entrevistas (mais detalhes no item 5.4).

---

<sup>8</sup> Apenas o abrigo institucional municipal Tulipa não vivencia, significativamente, a rotatividade de funcionários. O último concurso público para contratação de funcionários havia sido há 10 anos. Desta forma, há estabilidade no quadro de recursos humanos da instituição.

<sup>9</sup> A técnica que mediou o contato com as educadoras, permitiu que apenas duas participassem (deveriam ser três, pelos critérios estabelecidos na pesquisa) e com apenas 20 minutos do tempo delas para a entrevista. Inclusive, essa mesma funcionária permaneceu próxima à sala em que a entrevista com as educadoras ocorria, de forma a interrompê-la ao final do tempo por ela estipulado. Porém, todas essas entrevistas, inclusive a da própria técnica, acabaram tendo duração superior ao tempo estipulado.

<sup>10</sup> A duração média das entrevistas foi de 1h10min28seg.

### **5.3 Participantes**

A partir de levantamento da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, feito em março de 2011, de todas as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes vitimizados, identificou-se que existiam, no município<sup>11</sup>, cinco abrigos institucionais que acolhiam, mesmo que não exclusivamente, crianças com idades até 6 anos. Para abarcar todo o universo dessas instituições, com a colaboração e mediação de gestoras da secretaria municipal supracitada, as cinco instituições foram convidadas e aceitaram participar desta pesquisa.

No entanto, foram analisados os dados de quatro instituições. A escolha deveu-se ao fato de duas delas serem mantidas e dirigidas pela mesma associação. Ademais, o abrigo institucional excluído passava por importantes mudanças que também contribuíram para essa decisão: a coordenadora trabalhava na instituição há apenas um mês, além de estar em processo de seleção e contratação de uma assistente social e uma pedagoga.

A escolha das instituições pautada na faixa etária da população acolhida deveu-se às diferenças e especificidades existentes nos processos de recepção e acolhida de crianças e adolescentes de diversas idades. Os procedimentos com crianças pequenas são diferentes daqueles utilizados com adolescentes com vivência de rua, por exemplo. Todavia, embora esta pesquisa aborde questões específicas relacionadas às crianças com idades até 6 anos, há contribuições que fomentam reflexões sobre o processo de acolhimento como um todo, e podem ser ampliadas para outras faixas etárias.

Além dos profissionais das instituições de acolhimento, participaram representantes dos conselhos tutelares do município.

Os oficiais de justiça também foram convidados. Esses profissionais tornaram-se importantes protagonistas no processo de acolhimento institucional, após a promulgação da Lei 12.010/2009 (2009a). O afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar tornou-se competência exclusiva da autoridade judiciária, salvo em situações emergenciais que envolvam vítimas de violência ou abuso sexual (Art. 101, § 2º). Assim, no município em que a pesquisa foi realizada, crianças e adolescentes passaram a ser retirados de seu contexto familiar e conduzidos às instituições de acolhimento por meio de mandados de busca e apreensão expedido pelo juiz e cumpridos pelos oficiais de justiça. No entanto, a pesquisadora

---

<sup>11</sup> Município de grande porte localizado no interior do Estado de São Paulo.

não teve acesso direto aos oficiais de justiça, pois o convite foi mediado por uma técnica da Vara da Infância e Juventude. E, segundo ela, nenhum dos oficiais manifestou interesse em participar da pesquisa.

Tentou-se também entrevistar uma técnica da Vara da Infância e Juventude do município, responsável pelo acompanhamento das crianças acolhidas. No entanto, na época da coleta de dados, devido à demanda de trabalho no sistema judiciário, a profissional não mostrou disponibilidade para conversar com a pesquisadora. Em todas as tentativas de contato, a profissional estava ocupada.

A seguir, estão caracterizadas as instituições de acolhimento e os participantes da pesquisa.

#### **a) As instituições de acolhimento**

Com o objetivo de resguardar a identidade das instituições, são utilizados nomes fictícios<sup>12</sup> e é apresentada apenas breve caracterização de cada abrigo institucional.

#### **1. Instituição de acolhimento: Lírio**

Fundada em 1994, originalmente, oferecia acolhimento especializado a crianças e adolescentes com problemas de saúde. Atualmente, acolhe 20 crianças e adolescentes com idades até 18 anos, de ambos os sexos, independentemente do estado de saúde. A chegada das crianças na instituição acontece apenas em horário comercial (com raras exceções) e em dias úteis, momento que coincide com o horário de trabalho da equipe técnica.

Localizada em um bairro residencial de médio/alto padrão, ocupa terreno bastante extenso. Nesse mesmo terreno há três construções diferentes e distantes entre si. A primeira delas é a casa onde ficam as crianças, que conta com quatro quartos e cinco camas cada um, organizados por faixa etária e sexo. A casa tem ampla varanda, parquinho de madeira em área gramada e horta que foi plantada com a ajuda das crianças. Para as duas outras construções, há uma entrada independente da casa. A segunda construção fica no meio do terreno e oferece atendimento multidisciplinar a portadores de hepatites virais e outras infecções sexualmente

---

<sup>12</sup> Optei por atribuir nomes de flores, aos abrigos institucionais. A intenção é evitar nomes que possam, dependendo da compreensão/significação de cada pessoa, transmitir qualquer juízo de valor ou conotação pejorativa.

transmissíveis. A terceira construção é o local onde fica a equipe técnica da instituição de acolhimento, a equipe administrativa, além da sala onde acontecem reuniões, atendimentos e atividades lúdico-pedagógicas com as crianças.

A equipe é composta por, aproximadamente, 25 pessoas, entre elas: enfermeira, assistente social, psicóloga, pedagoga, nutricionista, motorista, profissionais de manutenção, lavanderia, cozinheira, serviços gerais, educadoras (oito, no total), técnicas em enfermagem (seis, no total). As educadoras trabalham por 12 horas e folgam 36, e as técnicas em enfermagem trabalham seis horas diárias. Por turno, há duas educadoras para 20 crianças, mais uma técnica em enfermagem.

No momento da visita, apenas as crianças pequenas estavam na casa (por volta de dez). Todas estavam na sala e os sofás estavam colocados de forma a impedir que circulassem pelos outros cômodos. Porém, ainda assim, uma das crianças – uma menina de 3 ou 4 anos de idade – driblou a barreira formada pelas funcionárias e chegou até a sala de brinquedos, onde a pesquisadora entrevistava a educadora. A menina interrompeu a entrevista e pegou o gravador da pesquisadora. Após deixar que o olhasse, explicar-lhe a função do gravador e o motivo de estarem naquela sala, a pesquisadora pediu que a criança o devolvesse e, assim, ela o fez.

No entanto, ela tornou a pegá-lo, pelo menos mais duas ou três vezes, sem que a educadora interferisse na situação. Apenas quando a criança começou a chorar, diante do pedido da pesquisadora, a educadora levou-a para perto das outras crianças, dizendo-lhe que o gravador não era brinquedo.

A pesquisadora foi muito bem acolhida pela equipe técnica da instituição. Ressalta-se, no entanto, que a assistente social e a psicóloga foram demitidas da instituição, pouco tempo depois de participarem da pesquisa. Em seguida, a pedagoga pediu demissão.

Quatro pessoas participaram da pesquisa.

## **2. Instituição de acolhimento: Rosa**

Em 1980, vários amigos uniram-se para fundar a instituição, com o objetivo de acolher crianças órfãs e desassistidas. No período da coleta de dados, a capacidade de atendimento estava diminuindo de 60 para 50 crianças e adolescentes, com idades até 14 anos, de ambos os sexos.

A equipe técnica contava com profissionais contratados há pouco tempo, visando repor aqueles que haviam se desligado da instituição. Além disso, o número de educadoras

estava sendo aumentado, com a contratação de novos funcionários. Mudanças no horário de trabalho das educadoras também estavam sendo feitas. No lugar de trabalhar 12 horas e folgar 36, estavam passando a trabalhar diariamente e a folgar segundo escala de revezamento.

A chegada das crianças na instituição acontece apenas em horário comercial (com raras exceções) e em dias úteis - momento que coincide com o horário de trabalho da equipe técnica.

A instituição está localizada em bairro muito próximo a importante rodovia que corta a cidade e possui terreno extenso. A primeira coisa que se vê, ao chegar, é um parquinho com vários brinquedos de ferro, em um grande gramado. Há cinco construções, independentes e próximas umas das outras, nesse terreno. Na primeira delas, fica a parte administrativa e a equipe técnica.

As duas casinhas seguintes, uma acolhe meninas de 6 a 14 anos de idade, contando com três quartos, com cinco camas cada um, além de sala, cozinha (recém-construída) e banheiro; a outra acolhe meninos dessa mesma faixa etária, e conta com estrutura semelhante. A quarta construção é composta por um grande refeitório e brinquedoteca.

A última construção é o “berçário”, onde ficam as crianças com idades até 5 anos. Possui estrutura ampla, com capacidade para acolher 30 crianças nessa faixa etária. Os quartos têm paredes com visor de vidro e havia bebês em berços. Existe sala grande com brinquedos (muito organizados) na altura das crianças, embora elas não estivessem nesse cômodo no momento da visita. As crianças estavam todas na varanda, sem poder sair dela ou entrar na casa. Várias crianças vieram ao redor da pesquisadora, perguntando seu nome, pedindo colo e/ou tocando-a de alguma forma.

Ao todo, são 42 funcionários. Desses, dez são educadoras que trabalham no período noturno e 18 no diurno. Com as novas contratações, as duas casas que acolhem meninos e meninas com mais de 6 anos, passarão a contar com duas educadoras, cada uma, durante o dia, e uma à noite. Já o berçário possui três educadoras durante o dia e à noite.

Cinco pessoas participaram da pesquisa.

### **3. Instituição de acolhimento: Tulipa**

A instituição, pública e municipal, foi fundada em 1982. Acolhia, até pouco tempo, 65 crianças e adolescentes, meninos e meninas, com idades até 14 anos. Em 2009, em decorrência do reordenamento institucional, a capacidade de atendimento foi reduzida para 20 crianças e adolescentes da mesma faixa etária. Além dessas vagas, há mais cinco para



acolhimento imediato e emergencial a qualquer hora do dia e da noite de crianças com até 7 anos de idade. No entanto, no período da coleta de dados, havia 33 acolhidos, e frequentemente supera-se a capacidade.

A casa adaptada está localizada em um bairro residencial de médio/alto padrão. Existem seis quartos, que acomodam as crianças e adolescentes, de acordo com as diferentes faixas etárias. Cada quarto recebe um nome semelhante aos utilizados pelo sistema escolar, como: Berçário de RN (recém-nascido e crianças com problemas de saúde); Berçário 1 (até 2 anos de idade); Berçário 2 (2 a 5 anos de idade); Berçário 3 (5 a 7 anos de idade), Grupo 1 (7 a 10 anos de idade); Grupo 2 (10 a 14 anos de idade – separados por sexo).

Também como ação decorrente do reordenamento, a equipe técnica passou a ocupar um local separado da casa onde ficam as crianças, distante alguns quarteirões. E quase não mantém contato com a rotina institucional. Dois educadores (um educador e uma educadora) exercem a função de apoiadores técnicos, atuam como mediadores entre a equipe técnica e o abrigo, e, principalmente, administram toda a infraestrutura: escala de trabalho dos educadores; saída das crianças/adolescentes para a escola, as atividades extraescolares e passeios; estoque de alimentos em geral e materiais de limpeza e higiene; recebem as crianças no momento de chegada à instituição, principalmente a conferência da documentação; entre outras funções administrativas.

Ao todo, são 50 funcionários, entre eles: coordenadora, assistente social, psicóloga, pedagogo, enfermeira, apoiadores técnicos, educadores (28 no total), cozinheira, pessoal da limpeza, motoristas. Os educadores<sup>13</sup> trabalham diariamente e folgam segundo escala de revezamento. Concurso público é a forma de ingresso na instituição, desta forma, grande parte dos funcionários, especialmente os educadores, está na instituição há, pelo menos, 10 anos, quando o último concurso foi realizado no município. Ressalta-se que não havia, na instituição, dificuldades decorrentes da alta rotatividade dos profissionais, mas, talvez, da falta de renovação nos recursos humanos.

No momento em que a pesquisadora visitou a casa, havia crianças brincando na rua e um guarda sentado no portão de entrada da casa. Crianças pequenas (1 a 5 anos de idade) brincavam na varanda, enquanto uns quatro educadores estavam sentados em um banco conversando entre si. Nesse momento, algumas crianças se aproximaram da pesquisadora. Uma delas, um menino de 4 anos, mais ou menos, escalou literalmente o corpo da

---

<sup>13</sup> No abrigo institucional Tulipa, há homens e mulheres exercendo a função de educador. A proporção de cada sexo não foi investigada.

pesquisadora para chegar ao seu colo, sem nem lhe dar tempo de perceber o que queria. Nos quartos, havia bebês em berços. Três meninas pré-adolescentes conversavam em outro quarto.

A pesquisadora foi bem recebida pela equipe técnica e demais participantes.

Sete pessoas participaram da pesquisa.

#### **4. Instituição de acolhimento: Hortência**

Inicialmente, em 1975, a instituição surgiu para oferecer acolhimento a meninas com histórico de gravidez precoce e drogadição. Atualmente, tem capacidade de acolher 25 crianças com idades até 12 anos, de ambos os sexos.

A chegada das crianças na instituição acontece apenas em horário comercial (com raras exceções) e em dias úteis, coincidindo com o horário de trabalho da equipe técnica.

A casa adaptada está localizada em um bairro residencial popular. Possui cinco quartos organizados por faixa etária: Turma Estrela, com bebês até 1 ano e meio de idade (mais ou menos); Turma Sol, com crianças em torno de 1 ano e meio a 3 anos de idade; Turma Lua, com crianças de 3 a 5 anos; e Turma Arco-íris, com crianças de 6 a 12 anos de idade (separados por sexo). Normalmente, há sete ou oito crianças para cada educadora (essa proporção é a mesma para os bebês), num total de quatro educadoras durante o dia. Porém, à noite, são apenas duas educadoras, para cuidar das 25 crianças. As educadoras trabalham 12 horas e folgam 36.

Nas vezes em que a pesquisadora esteve na instituição, as crianças maiores a cumprimentaram e, de maneira geral, sua presença não provocou grande efeito nas crianças. Os bebês quase sempre estavam em cadeirões na varanda da casa, com as outras crianças. A sala da equipe técnica fica na mesma casa e as crianças pareceram ter acesso fácil à equipe. Enquanto a pesquisadora lá esteve, elas foram muito bem recebidas pelas técnicas, ao entrarem na sala da equipe.

Currículo, experiência com crianças (escolinha, creche ou babá) e perfil são os critérios para seleção das educadoras. No momento da coleta de dados, o salário havia sido reajustado recentemente (em torno de R\$ 800). Ao todo, são 22 funcionários: coordenadora, psicóloga, assistente social, pedagoga, cozinheiras, lavadeira, pessoa de serviços gerais, monitora da saúde, educadoras (13).

As funcionárias, especialmente da equipe técnica, foram acolhedoras com a pesquisadora.

Seis pessoas participaram da pesquisa.

No Quadro 1, constam as principais características das instituições de acolhimento participantes.

Abrigos Institucionais	Tipo	Ano de Fundação	Capacidade de Atendimento	Critério de Seleção da População Atendida	Nº de Pessoas Participantes da Pesquisa	Funções dos Participantes
Lírio	Não governamental sem fins lucrativos	1994	20 crianças	<b>Sexo:</b> meninos e meninas <b>Idade:</b> até 18 anos	4	Assistente social, psicóloga, pedagoga e educadora
Rosa	Não governamental sem fins lucrativos	1980	50 crianças	<b>Sexo:</b> meninos e meninas <b>Idade:</b> até 14 anos	5	Coordenadora, assistente social, psicóloga e educadoras (2)
Tulipa	Municipal	1982	25 crianças	<b>Sexo:</b> meninos e meninas <b>Idade:</b> até 14 anos	7	Coordenadora, assistente social, psicóloga, pedagogo, apoio técnico <sup>14</sup> e educadoras (2)
Hortênci	Não governamental sem fins lucrativos	1975	25 crianças	<b>Sexo:</b> meninos e meninas <b>Idade:</b> até 12 anos	6	Coordenadora, assistente social, psicóloga, pedagoga e educadoras (2)

**Quadro 1** – Caracterização das instituições de acolhimento.

### b) Conselhos tutelares

O município é dividido em quatro regiões e, para cada uma, há um conselho tutelar responsável, com cinco conselheiros atuantes. A cidade, portanto, conta com quatro conselhos tutelares e 20 conselheiros.

Até o término da coleta de dados, a última eleição havia ocorrido em 2009, com mandato até 2012. Os candidatos precisavam ter o ensino médio completo, além de terem passado por avaliação psicológica e prova escrita.

<sup>14</sup> Na instituição, há duas pessoas que desempenham essa função. São responsáveis por administrar o funcionamento e a infraestrutura da casa onde estão acolhidas as crianças e adolescentes: escala de trabalho dos educadores; saída das crianças/adolescentes para a escola, atividades extraescolares e passeios; estoque de alimentos em geral e materiais de limpeza e higiene; receber as crianças no momento de chegada à instituição, principalmente no que se refere à parte burocrática; entre outras funções administrativas.

Os quatro conselhos estão alocados no centro da cidade, num único prédio, ocupando diferentes andares.

Cada conselho é autônomo e possui funcionamento independente dos demais, desenvolvendo, assim, condutas e formas de atuação diversas e, em alguns sentidos, divergentes.

Participaram da pesquisa quatro conselheiros, um de cada região do município.

### **c) Profissionais participantes**

A pesquisa contou com a participação de profissionais dos abrigos institucionais e dos conselhos tutelares, anteriormente descritos. Todos tinham mais de 18 anos de idade.

Inicialmente, pensou-se em entrevistar toda a equipe técnica das instituições, ou seja, coordenador(a), psicólogo(a), assistente social e pedagogo(a), além de um(a) educador(a) para cada dez crianças com idades até 6 anos acolhidas no momento da coleta de dados. Estava previsto também priorizar, especialmente no caso dos educadores, aqueles que trabalhavam nas instituições há mais de 2 anos, como forma de garantir experiência significativa no acolhimento de crianças.

No entanto, nem sempre foi possível, principalmente devido à rotatividade dos profissionais<sup>15</sup>. No abrigo institucional Hortência, por exemplo, uma das educadoras entrevistadas atuava há apenas sete meses. E, no abrigo institucional Rosa, a pedagoga não foi convidada a participar da pesquisa porque acabara de ser contratada. Além disso, nessa mesma instituição, uma das técnicas decidiu que apenas duas educadoras seriam entrevistadas em vez de três, quantidade que corresponderia à proporção estipulada pela pesquisadora (de educadores pelo número de crianças acolhidas naquele momento).

Com essas condições, no que diz respeito aos educadores(as)<sup>16</sup>, priorizou-se, então, entrevistar aqueles(as) responsáveis por ficar com as crianças com idades até 6 anos, devido

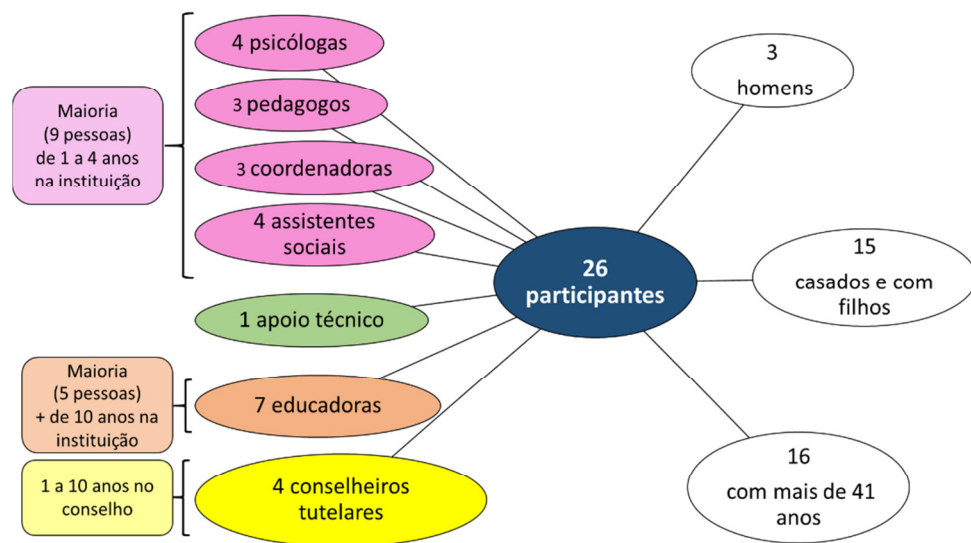
---

<sup>15</sup> A rotatividade dos profissionais refere-se ao fato de permanecerem pouco tempo nelas, exigindo a contratação de outros profissionais para substituí-los. E, como um ciclo, um fato sucede o outro, ininterruptamente. O fenômeno foi facilmente observado nos encontros de formação dos profissionais do acolhimento institucional do município, dos quais participei durante os anos de 2010 e 2011. Os encontros eram mensais e em quase todos havia pessoas novas no grupo, pois eram recém-ingressas nas instituições. Outras deixavam de participar da formação por terem se desligado. Algumas hipóteses foram levantadas, no sentido de compreender o fenômeno, as principais foram: baixos salários, seleção de profissionais com perfil inadequado à função, natureza do trabalho a ser realizado, alta exigência aliada à desvalorização dos profissionais, sobretudo dos educadores.

<sup>16</sup> Tratam-se dos profissionais que ficam diretamente com as crianças e adolescentes como educadores, mas não são registrados na carteira profissional dessa forma. O nome da função que exercem varia de instituição para instituição. Monitor, auxiliar de desenvolvimento infantil, educador social, agente de ação social, são alguns dos nomes atribuídos a essa função.

aos objetivos desta pesquisa. Todavia, dentre esses(as), a escolha dos(as) educadores(as) que seriam convidados(as) a participar ficou a critério das coordenadoras ou das equipes técnicas, e foi possível perceber que foram escolhidas aquelas que estavam há mais tempo na instituição e que tinham perfil considerado mais adequado para lidar com crianças pequenas, sobretudo mais sensibilidade para acolhê-las no momento da chegada na instituição.

A Figura 1 mostra as principais informações da caracterização dos participantes (Fig. 1).



**Figura 1** – Caracterização dos participantes.

Ao todo, participaram 26 pessoas: três coordenadoras<sup>17</sup>; quatro assistentes sociais; quatro psicólogas; três pedagogos<sup>18</sup>; sete educadoras; um apoiador técnico<sup>19</sup>; e quatro conselheiros tutelares. Apenas três eram homens - um pedagogo, um apoiador técnico e um conselheiro tutelar. A maior parte estava casada e tinha filhos (15 pessoas). A idade dos participantes variava entre 24 a 55 anos, e mais da metade (16 pessoas) tinha acima de 41

<sup>17</sup> No abrigo institucional Lírio, não havia uma pessoa que desempenhasse, especificamente, essa função.

<sup>18</sup> No abrigo institucional Rosa, a pedagoga havia sido contratada há pouco tempo e não tinha experiências anteriores na área de acolhimento institucional, portanto, não participou da pesquisa.

<sup>19</sup> No abrigo institucional Tulipa, duas pessoas desempenham essa função. São responsáveis por administrar o funcionamento e a infraestrutura da casa onde estão acolhidas as crianças e os adolescentes: escala de trabalho dos educadores; saída das crianças/adolescentes para a escola, atividades extraescolares e passeios; estoque de alimentos em geral e materiais de limpeza e higiene; entre outras funções administrativas. Não estava prevista, inicialmente, a participação desse profissional. No entanto, ao longo da coleta de dados, tomou-se conhecimento de sua participação no processo de acolhimento, principalmente no que se refere à documentação e encaminhamento da criança para a pessoa responsável por sua recepção e acolhimento (educador, cozinheira ou auxiliar da limpeza). Assim, decidiu-se incluí-lo. Para isso, os dois foram entrevistados, porém apenas a entrevista de um deles foi analisada, após sorteio.

anos. Em relação ao tempo de trabalho, cinco das sete educadoras estavam na instituição há mais de 10 anos<sup>20</sup>, enquanto a maioria das coordenadoras e membros das equipes técnicas estavam de 1 a 4 anos (nove pessoas, sendo 14 no total). O tempo de atuação dos conselheiros tutelares nessa função variava de 1 a 10 anos, uma vez que uma das conselheiras estava em seu terceiro mandato (não consecutivo).

Quanto à escolaridade dos participantes, destaca-se que dentre 26 participantes, 20 possuem ensino superior e mais da metade (12 pessoas) havia realizado algum curso de pós-graduação, sobretudo especializações (nove pessoas).

O Fluxograma 1 sintetiza as informações mais significativas sobre esse assunto.



**Fluxograma 1** – Escolaridade dos participantes.

O histórico profissional dos participantes também chama a atenção, pois, com poucas exceções, possuem experiências anteriores de atuação com crianças e adolescentes, inclusive em acolhimento institucional ou familiar.

Os resumos dessas informações são apresentados nos quadros a seguir. O Quadro 2 refere-se às psicólogas:

<sup>20</sup> É importante ressaltar que as educadoras escolhidas pelas coordenadoras e/ou pelas equipes técnicas para participar da pesquisa foram as que estavam há mais tempo na instituição.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
LÍRIO	Fernanda	29	Psicologia + especialização em terapia infantil + mestrado (doenças psicossomáticas)	2 anos	Atendimento clínico –nenhuma experiência na área - “estou aprendendo fazendo”.
ROSA	Lia	45	Psicologia + especialização (Psicopedagogia)	7 meses	Psicóloga clínica. Trabalhou por 7 anos em uma empresa (recursos humanos, qualidade e assuntos administrativos). Atuou como psicóloga em um abrigo para adolescentes, por 3 anos.
TULIPA	Angélica	46	Psicóloga + três especializações (Violência doméstica contra crianças e adolescentes; Atendimento à Família; Psicoterapia Institucional)	3 anos	Funcionária pública, atuou na Proteção Básica por 7 anos (grupos de famílias que recebiam ajuda financeira do município e apresentavam violação de direitos). Posteriormente, trabalhou na Alta Complexidade com violência de gênero em um abrigo para mulheres vitimizadas. E, há 3 anos, foi convidada pela gestão do município para trabalhar na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.
HORTÊNCIA	Janaina	24	Psicologia + aperfeiçoamento na área de família	7 meses	Fez estágio em serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Trabalhou um ano numa ONG, em parceria com uma das instituições de acolhimento, realizando trabalho com famílias.

**Quadro 2** - Escolaridade e histórico profissional das psicólogas participantes da pesquisa.

Todas as psicólogas têm alguma pós-graduação *lato sensu*, e a maioria em áreas relacionadas à criança e à família. Além disso, três referem experiência profissional anterior em instituições de acolhimento ou no trabalho com família.

O Quadro 3 traz informações sobre as assistentes sociais.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
TULIPA	Valentina	31	Serviço Social + especialização (gestão e política pública)	1 ano e 8 meses	Prefeitura + Gestão de programa estadual em acolhimento familiar no sul do país por 3 anos.
ROSA	Beatriz	29	Serviço Social	3 meses	Atendimento à mulheres vitimizadas + creche + Secretaria da Saúde.
TULIPA	Marina	51	Serviço Social + especialização (Violência doméstica contra crianças e adolescentes)	1 ano	Trabalhou 18 anos com saúde pública, 3 anos em hospital de referência e 9 anos em serviço de acolhimento familiar. E, há 1 ano, foi convidada pela gestão do município para trabalhar na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.
HORTÊNCIA	Simone	37	Serviço Social + especialização (Psicologia Jurídica) + MBA (Gestão de Pessoas)	1 ano	Trabalhou por 12 anos na Vara da Infância. Entrou como auxiliar administrativo e depois de formada foi transferida para a equipe técnica. Mudou-se de cidade. Trabalhou, por 1 ano e 4 meses, num projeto que desenvolve trabalho violência de gênero. Atuou como coordenadora numa instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. E, há 1 ano atua na instituição.

**Quadro 3** - Escolaridade e histórico profissional das assistentes sociais participantes da pesquisa

Das quatro assistentes sociais, três possuem alguma pós-graduação, e apenas uma voltada mais especificamente para a infância. Em contrapartida, três já haviam atuado em serviço de acolhimento familiar ou institucional de crianças e adolescentes.

O Quadro 4 traz informações sobre escolaridade e histórico profissional dos pedagogos.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
LÍRIO	Adriana	46	Magistério + artes cênicas + Pedagogia Waldorf	4 anos	Trabalhou como atriz e professora. Foi convidada para trabalhar como coordenadora pedagógica do abrigo pela presidente da instituição.
ROSA	-	-	-	-	-
TULIPA	João	41	Pedagogia + 2 especializações (Violência doméstica contra crianças e adolescentes; Psicopedagogia Clínica e Institucional)	10 anos	Fez estágio com meninos de rua. Posteriormente, trabalhou durante 3 anos na Febem com meninos de rua. Iniciou como agente de ação social (monitor/educador) em 2001. Foi apoiador técnico durante 5 anos. Há 1 ano está como pedagogo.
HORTÊNCIA	Yolanda	39	Pedagogia	1 ano	Fez magistério. Trabalhou num pronto-socorro em todos os setores (alimentação, higiene, etc). Fez pedagogia a distância e candidatou-se ao cargo de educadora na instituição. No entanto, foi chamada para ser pedagoga.

**Quadro 4** - Escolaridade e histórico profissional dos pedagogos participantes da pesquisa

Entre os pedagogos, apenas um tem pós-graduações relacionadas ao trabalho desenvolvido na instituição de acolhimento. E somente esse profissional tem experiência anterior nessa área.

A inserção do pedagogo na instituição de acolhimento é uma medida recente, inclusive, não consta na composição da equipe profissional mínima sugerida pelas orientações técnicas nacionais (Brasil, 2009e). Esse dado contextualiza a dificuldade das instituições em contratarem pessoas com formação e experiência voltadas ao trabalho com crianças vitimizadas e família.

O Quadro 5 traz informações sobre escolaridade e histórico profissional das coordenadoras das instituições de acolhimento.



INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
LÍRIO	-	-	-	-	-
ROSA	Lara	55	Serviço Social	8 anos	Trabalha há 20 anos em abrigo (já foi assistente social em outro abrigo por 12 anos). Na atual instituição, já foi assistente social.
TULIPA	Cristiana	50	Serviço Social + especialização (Saúde Pública)	4 anos	Foi, por 2 anos, assistente social em empresa. Trabalhou 2 anos com pessoas com deficiência visual. Como funcionária pública, atuou no setor de habitação e saúde escolar. Em 1998, trabalhou com população de rua, o que a aproximou das instituições de acolhimento. Atuou, por pouco tempo, em Cras. Em 2007, foi convidada para atuar como assistente social na instituição de acolhimento. Em 2010, passou para a coordenação da instituição.
HORTÊNCIA	Manoela	47	Pedagogia	3 anos	Formou-se em 1988. Trabalhou em banco e na empresa da família (por 15 anos). Há 3 anos conheceu a coordenadora geral da instituição e foi convidada para atuar como pedagoga no abrigo. Depois de um ano passou para a função de coordenadora.

**Quadro 5** - Escolaridade e histórico profissional das coordenadoras das instituições de acolhimento participantes da pesquisa

Serviço Social e Pedagogia são os cursos de graduação concluídos pelas coordenadoras, e uma delas possui também o título de especialista em Saúde Pública. Todas fizeram parte da equipe técnica da instituição antes de serem convidadas a ocupar a coordenação.

No Quadro 6, constam informações sobre o apoiador técnico da instituição de acolhimento Tulipa.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
TULIPA	Heitor	34	Direito	10 anos	Fez colégio técnico em eletrônica. Trabalhou 1 ano em empresa de alarme residencial e comercial. Trabalhou quase um ano no IBGE e fez estágio na Procuradoria do Estado. Prestou o concurso sem saber qual seria sua função no abrigo. Sabia apenas que trabalharia com criança. O horário de trabalho era bom e o local de trabalho era ao lado de sua casa. Atuou como monitor por 7 anos e há 3 está como apoiador técnico.

**Quadro 6** - Escolaridade e histórico profissional do apoiador técnico participante da pesquisa

Sem qualquer experiência anterior com criança/adolescente ou conhecimento sobre acolhimento institucional, Heitor ingressou na instituição como educador há 10 anos. Há três, exerce a função de apoio técnico.

No Quadro 7 constam informações sobre escolaridade e histórico profissional das educadoras.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
LÍRIO	Sílvia	33	Ensino médio completo + técnica secretariado	1 ano e 6 meses	Monitoria em creche (berçário – durante 3 anos) – não sabia o que era abrigo.
ROSA	Sofia	33	Ensino médio completo	11 anos	Cuidava de crianças, inicialmente em sua própria casa e, depois, numa escolinha. Foi pedir emprego na porta da instituição. Queria trabalhar lá, mas não sabia exatamente como funcionava um abrigo. Já havia ouvido falar de “orfanato”, pois as crianças da instituição estudavam na mesma escola do filho dela. Entrou como auxiliar de limpeza e, depois de 3 meses, passou a ser monitora.
	Camila	50	Pedagogia	12 anos	Trabalhava como professora numa escola em sua cidade de origem. Quando se mudou para o município em que a pesquisa foi feita, Camila foi trabalhar no abrigo como monitora. Após 9 anos nessa função, passou a ser coordenadora das monitoras (há 3 anos).
TULIPA	Flávia	55	Ensino médio completo	10 anos	Costumava cuidar das crianças da vizinhança na própria casa. Prestou o concurso por ser o salário mais alto, pensava que era para trabalhar em creche. Não sabia o que era um abrigo.
	Lourdes	44	Ensino fundamental completo	10 anos	Prestou o concurso sem saber qual a função que exerceria. Achou que fosse trabalhar em creche ou escolhinha. Nunca tinha ouvido falar em abrigo.
HORTÊNCIA	Cássia	46	Ensino médio completo + magistério	10 anos	Trabalhou como professora por 5 anos. Trabalhou em outras áreas, inclusive como babá. Em 2001, candidatou-se à vaga de educadora, mas não sabia o que era um abrigo e qual seria sua função.
	Ana	41	Cursando ensino fundamental	7 meses	Trabalha com crianças há mais de 10 anos. Trabalhou em escolinha, sendo que, inicialmente, fazia de tudo, depois apenas como berçarista. Atuou também como babá. Conhecia o abrigo porque mora na mesma rua. Sempre quis trabalhar lá, mesmo que fosse como voluntária.

**Quadro 7** - Escolaridade e histórico profissional das educadoras participantes da pesquisa.

Uma das educadoras é pedagoga e outra fez magistério. Apenas duas possuem escolaridade inferior ao ensino médio, mínima exigida para essa função, de acordo com as orientações técnicas nacionais (Brasil, 2009e). Com exceção de uma educadora, as demais possuíam experiência prévia no cuidado coletivo de crianças, seja como babá ou como monitora/professora em creche ou escola de educação infantil. Ao serem contratadas, cinco das sete educadoras não tinham conhecimento sobre acolhimento institucional e nem sobre a função que exerceriam.

Informações sobre escolaridade e histórico profissional dos conselheiros tutelares constam no Quadro 8.

PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DA INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM CRIANÇAS E ESCOLHA PELO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
<b>Aline</b>	46	Magistério e Educação Física	5 anos	Sempre trabalhou com crianças e adolescentes, como professora da rede estadual de ensino. Quis ser conselheira por ver como as crianças eram tratadas.
<b>Patrícia</b>	52	Psicóloga + especializações (Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes; Psicologia na Saúde; Violência contra idosos, crianças e mulheres)	10 anos	Trabalhou como psicóloga na saúde mental na prefeitura de um município próximo. Atuou em um abrigo para meninas adolescentes. E também em um abrigo para adolescentes dependentes químicos. Quando era psicóloga da prefeitura achava que existia alguma “coisa errada” com os conselheiros que por qualquer dificuldade encaminhavam as crianças para o psicólogo. Começou a estudar para entender melhor qual era a função do Conselho Tutelar e gostou do que ficou sabendo, candidatando-se logo em seguida.
<b>Pedro</b>	40	Análise de Sistemas + especialização (Gestão Pública)	1 ano	Foi profissional autônomo, teve uma empresa de informática por 15 anos. Começou a fazer trabalho voluntário com crianças e adolescentes em uma ONG que trabalha com humanização do tratamento hospitalar. Percebeu que se identificava com a área social e se candidatou ao Conselho.
<b>Daniela</b>	46	Pedagogia + especializações (Psicopedagogia; Psicanálise)	2 anos	Trabalhou em comércio, na parte de negociação e compras. Trabalhou também na área de telefonia e no Departamento da Reitoria da universidade em que trabalhava. Durante a especialização em psicopedagogia se apaixonou por adolescentes, candidatando-se ao Conselho.

**Quadro 8** - Escolaridade e histórico profissional dos conselheiros tutelares participantes da pesquisa

Embora a escolaridade exigida para os conselheiros tutelares seja o ensino médio (Brasil, 1990), todos são graduados, e três deles pós-graduados; a maioria em áreas relacionadas à infância. Todos referiram ter experiências anteriores com crianças e/ou adolescentes.

#### 5.4 Procedimentos de coleta de dados

O primeiro contato da pesquisadora com as instituições foi precedido pelo envio de *e-mail* postado pelas gestoras municipais dos serviços de alta complexidade do município para a coordenação e equipe técnica de cada abrigo institucional, por meio do qual apresentaram resumidamente a pesquisa e sua importância para o município. Posteriormente, as gestoras também incentivaram a participação das instituições na pesquisa em reuniões que acontecem periodicamente entre a gestão municipal e os serviços de acolhimento, bem como com os conselhos tutelares. A relação entre as instituições e aquelas gestoras consistia em uma parceria muito positiva, assim, a aproximação da pesquisadora com as instituições foi bastante facilitada.

Os primeiros contatos ocorreram por telefonemas, nos quais a pesquisadora se apresentou às coordenadoras e sugeriu o agendamento de horário para que pudessem

conversar pessoalmente<sup>21</sup>. Nessa conversa, a pesquisadora explicou os objetivos da pesquisa e a metodologia que seria usada, entregou cópia do projeto de pesquisa e se disponibilizou a também conversar pessoalmente com o responsável legal pela instituição<sup>22</sup>, uma vez que somente ele poderia autorizar a realização da pesquisa. Porém, a pesquisa foi autorizada em todas as instituições, sem que essa conversa fosse necessária.

A coleta de dados foi realizada no período de outubro de 2011 a março de 2012, por meio de entrevistas individuais áudio-gravadas. Todas foram agendadas com antecedência e ocorreram no ambiente de trabalho dos participantes. Para obter detalhes sobre cuidados éticos, ver descrição no item 5.5 Procedimentos éticos.

O tempo das entrevistas variou significativamente. A duração mínima foi de 24min22s; a máxima, de 2h2min41s; e a duração média foi 1h10min28s. Na análise por instituição, a duração média também diferiu de maneira importante. O abrigo institucional que apresentou menor duração média das entrevistas, coincidentemente, foi o que apresentou mais resistência em participar da pesquisa.

O Quadro 9 traz informações relacionadas ao cronograma da coleta de dados e ao tempo de duração das entrevistas.

---

<sup>21</sup> O procedimento foi sempre esse. No entanto, no abrigo institucional Lírio, não havia coordenador e a conversa foi feita com a equipe técnica, que negociou a autorização da pesquisa com a presidenta da instituição. No abrigo institucional Rosa, a coordenadora não quis agendar horário, pediu apenas para deixar o projeto na recepção para que ela o lesse e encaminhasse ao presidente. No caso dos conselhos tutelares, há um rodízio entre os cinco conselheiros, de forma que a cada seis meses um deles fica na coordenação. Assim, na ocasião do contato, conversei com o coordenador de cada conselho ou com quem ele indicasse.

<sup>22</sup> O responsável legal pela instituição de acolhimento é seu/sua presidente. No caso do abrigo municipal, quem assinou a autorização foi a secretária municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. No caso dos conselhos tutelares, não há um responsável legal. Dispus-me a conversar com os demais conselheiros, o que não foi necessário. A participação na pesquisa foi decidida, bem como quem seria o entrevistado, em reunião entre todos os conselheiros.

Instituição	Participante	Data	Duração	Duração total das entrevistas por instituição	Duração média das entrevistas por instituição	Duração média das entrevistas
Lírio	Fernanda	19/10/2011	1h13min4s	4h13min49s	1h3min27s	<b>1h10min28s</b>
	Valentina	19/10/2011	1h16min45s			
	Adriana	1º/12/2011	57min31s			
	Sílvia	23/11/2012	46min29s			
Rosa	Lara	24/12/2011	43min	3h40min30s	<b>44min6seg</b>	
	Beatriz	24/12/2011	1h21min6s			
	Lia	20/3/2012	40min53s			
	Camila	20/3/2012	31min9s			
	Sofia	20/3/2012	<b>24min22s</b>			
Tulipa	João	25/10/2011	1h9min30s	1h25min58s	1h25min45s	
	Angélica	25/10/2011	<b>2h2min41s</b>			
	Cristiana	3/11/2011	3h15min43s*			
	Marina	2/12/2011	1h25min46s			
	Heitor	12/12/2011	43min34s			
	Penha**	2/12/2011	51min37s			
	Lourdes	12/12/2011	57min55s			
Flávia	5/12/2011	59min12s				
Hortência	Manoela	23/1/2012	2h26min19s*	7h51min27s	1h18min35s	
	Yolanda	25/1/2012	1h38min52s			
	Janaína	24/1/2012	50min39s			
	Simone	24/1/2012	1h22min23s			
	Ana	24/1/2012	57min39s			
	Cássia	25/1/2012	35min35s			
Conselho Tutelar	Pedro	26/10/2011	1h46min49s	6h13min3s	1h33min16s	
	Patrícia	7/10/2011	1h11min45s			
	Aline	26/10/2011	1h26min06s			
	Daniela	8/11/2011	1h48min23s			

\*Esse tempo corresponde ao somatório da duração de duas entrevistas realizadas com as coordenadoras, que ocorreram em dias diferentes, porém, o registro da segunda data não foi localizado.

\*\*Penha exerce a função de apoio técnico. Embora tenha sido entrevistada, sua fala não foi analisada.

#### Quadro 9 - Cronograma da coleta de dados e tempo de duração das entrevistas.

A coleta de dados teve dois focos, o primeiro foi conhecer aspectos que poderiam contribuir para caracterizar os abrigos institucionais e o segundo foi conhecer a perspectiva dos profissionais sobre o processo de acolhimento das crianças, ambos descritos a seguir.

a) Abrigo institucional: pretendeu-se conhecer os aspectos físicos, seu histórico, funcionamento e rotina dos abrigos. A pesquisadora visitou todas as instituições e entrevistou as coordenadoras<sup>23</sup> pautando-se na Ficha de Caracterização e Apresentação da Instituição (Apêndice A). Foram também realizadas notas de campo com informações que se mostraram importantes para contextualizar os dados da pesquisa.

<sup>23</sup> No abrigo institucional Lírio, em que não havia uma pessoa que exercesse a função de coordenação, a pedagoga foi entrevistada, visto que era a técnica que estava há mais tempo na instituição.

b) Perspectiva dos profissionais dos abrigos institucionais e dos conselhos tutelares: buscou-se conhecer alguns dados pessoais que caracterizassem o participante, bem como informações sobre seu percurso profissional. A pesquisadora pautou-se na Ficha de Caracterização e Apresentação do Profissional (Apêndice B).

Em seguida, o profissional foi entrevistado a partir de questões disparadoras sobre assuntos que envolviam sua prática cotidiana, relacionadas ao processo de recepção e acolhida da criança em instituições, num contexto muito próximo ao de uma conversa. Quando necessário, a entrevista era complementada com questões esclarecedoras que contemplavam itens importantes de serem investigados sobre o assunto, porém não contemplados na resposta inicial do participante. Para ter acesso às questões, ver os Apêndices C, D e E.

## **5.5 Procedimentos éticos**

Esta pesquisa teve início somente após sua aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, conforme documento anexo (Anexo A).

Contou com a participação voluntária de profissionais que atuam na área de Proteção Integral à Crianças e Adolescentes de uma cidade de grande porte do interior do estado de São Paulo. Os profissionais foram contatados após autorização para a realização da pesquisa (modelo do documento no Apêndice F) por parte do responsável legal pela instituição em que os profissionais trabalhavam.

Todos foram abordados no local de trabalho pela própria pesquisadora, de forma a convidá-los a participar voluntariamente da presente pesquisa, a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE] (Apêndice G). No ato da apresentação do TCLE, a pesquisadora o leu em voz alta, com a pessoa convidada, de forma a garantir que todos tivessem acesso ao seu conteúdo e pudessem, durante a leitura, tirar suas dúvidas. No entanto, a pesquisadora se colocou à disposição para responder e esclarecer quaisquer dúvidas e perguntas que surgissem em qualquer momento.

Todas as pessoas convidadas manifestaram interesse em participar da pesquisa e aceitaram as condições, ambos os aspectos comprovados pela assinatura do TCLE.

A coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas individuais áudio-gravadas. A licença para o uso do gravador foi pedida explicitamente e, quando solicitado pelos participantes, o equipamento foi desligado.

As entrevistas contaram com questões disparadoras sobre a prática cotidiana dos profissionais, relacionadas ao processo de recepção e acolhida de crianças em instituições de acolhimento. Os dados coletados não são, *a priori*, confidenciais e não existem respostas certas ou erradas às perguntas feitas aos participantes voluntários da pesquisa. Portanto, mesmo com seu conteúdo áudio-gravado, espera-se que o momento de entrevista não tenha causado sentimentos de desconforto e/ou constrangimento, mas, caso tenha gerado, supõe-se que tais sentimentos foram mínimos, pois não foram relatados por nenhum participante ou percebidos pela pesquisadora. Além disso, o contexto de entrevista foi muito próximo ao de uma conversa, na qual o participante também pudesse perguntar, dizer o que estava sentindo, se negar a responder questões ou fazer qualquer outra colocação.

O local de realização das entrevistas foi a própria instituição, o que pode, para algumas pessoas, ter sido um fator de desconforto. Todavia, foram os próprios participantes que escolheram o local (espaço físico da instituição) e o horário em que preferiram conversar com a pesquisadora, garantindo o nível de privacidade desejado, além da confidencialidade das informações e bem-estar de cada participante.

Sobre possíveis benefícios, os voluntários foram informados que se parte do pressuposto de que, na medida em que foram convidados a responder e pensar sobre alguns aspectos relacionados à sua prática, talvez se tornem mais sensíveis a esses aspectos. Em outras palavras, os profissionais podem passar a prestar mais atenção em alguns elementos das atividades que cotidianamente realizam, muitas vezes, automaticamente e sem reconhecer a sua devida importância. Foram informados também que, de forma mais abrangente, a partir desta pesquisa, espera-se produzir material reflexivo que subsidie programas de capacitação e formação de profissionais da área, a fim de promover práticas que busquem a não (re)vitimização de crianças que estejam sob medida de proteção.

Todos os dados de identificação nominal dos participantes foram tornados anônimos. E está garantida a confidencialidade das informações que, por alguma razão, possam expor suas identidades.

Por fim, foi solicitado o consentimento dos participantes para que os dados coletados façam parte do banco de dados do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil [Cindedi-USP], e subsidiar outras pesquisas do grupo, garantindo-se todos os cuidados com os anonimato e sigilo descritos (modelo do documento no Apêndice H).

Desta forma, serão incluídas no banco de dados somente aquelas entrevistas autorizadas pelo participante (18 pessoas).

## 5.6 Procedimentos de análise

De acordo com Spink e Lima (1999), o tratamento dos dados tem início com a imersão do pesquisador nos dados coletados, o que permite que sejam explorados, sem a necessidade prévia de categorização, codificação ou tematização. A partir desse procedimento, surge o confronto entre os sentidos construídos no processo de pesquisa e interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com o campo de estudo, por meio de vivências e da revisão bibliográfica.

A perspectiva da RedSig também prevê longo trabalho de ir e vir no *corpus*, em um diálogo constante com a teoria. Nesse movimento, o conteúdo das entrevistas foi lido e relido inúmeras vezes para que trechos mais significativos pudessem ser selecionados. De acordo com Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), dependendo das perguntas e do momento da análise, determinados significados emergentes das redes são priorizados, num movimento de figura e fundo, no qual diferentes pessoas e contextos assumem maior ou menor relevância.

Para a RedSig, o dado não é “dado” e, sim, construído na relação do pesquisador com o evento pesquisado. O pesquisador é visto como participante ativo da situação, uma vez que seu fazer está imerso em redes de significações que favorecem a emergência de certos significados e sentidos, e não outros, circunscrevendo-o. Desta forma, “o objeto de investigação mobiliza no pesquisador e faz emergir complexas e dinâmicas significações, as quais estruturam e canalizam seus recortes e as interpretações que faz do fluxo de eventos observados” (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2004, p. 33).

A partir dessa perspectiva é que as entrevistas foram analisadas, seguindo os passos propostos por Biasoli-Alves e Dias da Silva (1992), descritos a seguir:

- Realização de leituras sucessivas do material, possibilitando a aproximação do pesquisador com os diferentes temas que foram surgindo;
- Realização de anotações, decorrentes dessa leitura, para apreensão das possíveis interpretações, dos pontos críticos identificados e de seus significados;



- Compartilhamento dos dados com outros pesquisadores, pessoal ou virtualmente, como forma de verificar as formas de compreensão e interpretação, assim como enriquecer o trabalho;
- Revisões da literatura visando ao aperfeiçoamento e à atualização do assunto tratado;
- Busca de regularidades e diferenças nas respostas, investigando suas diferentes nuances;
- Realização da análise final com aprofundamento dos dados, afinando-se o tema em torno de questões centrais, vinculando-o com a realidade, de modo que os indicativos da pesquisa possam contribuir para as reflexões sobre a prática cotidiana.



---

# Resultados e Discussão

---



## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados a partir de seis eixos principais. O primeiro traz breve discussão sobre algumas concepções que ainda prevalecem na área do acolhimento institucional e que acabam influenciando, direta ou indiretamente, a forma como a criança é recebida e acolhida. O segundo eixo aborda o processo de decisão a respeito do acolhimento da criança, de forma a conhecer, minimamente, algumas mudanças decorrentes da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), como se chega a essa decisão e quem participa dela. O terceiro eixo focaliza o processo de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e sua transferência para a instituição – como acontece, reações e sentimentos provocados, entre outros aspectos. Vale destacar que esses três primeiros eixos são importantes para contextualizar e oferecer subsídios para melhor compreensão do quarto eixo, que trata do momento de chegada da criança na instituição, foco principal desta pesquisa. O quinto eixo aborda a relação com a família e a preservação dos vínculos familiares. E, por fim, o sexto eixo traz a perspectiva dos participantes sobre o que pode ser melhorado no processo de acolhimento inicial da criança.

### 6.1 Concepções prevalentes que ainda envolvem o acolhimento institucional: “um mal necessário”, “um buraco”, “um trauma”, pois “por pior que seja a mãe...”

Algumas concepções, embora antigas, ainda são muito atuais, prevalecendo na forma como as pessoas em geral e, especificamente, aquelas que trabalham diretamente com o acolhimento institucional, pensam e significam essa medida protetiva. O trecho da entrevista da conselheira tutelar Aline, apresentado a seguir, traz conteúdos significativos.

*Aline: [...] Para mim é muito frio, o abrigo para uma criança. Por mais que tenha atenção, monitora que brinca, o abrigo não é, é uma instituição [...]. Então, eu já acho uma judiação [...]. Eu sei que é um mal necessário, mas se puder fugir desse mal, eu acho que é a melhor forma. (Aline, conselheira tutelar).*

Para a conselheira tutelar, *o abrigo não é*. Ele é, na verdade, *um mal necessário*. Gulassa (2005; 2010a) discute esse assunto, apontando que as instituições de acolhimento são, muitas vezes, consideradas dessa forma por seus parceiros e observadores por mostrar aquilo que a sociedade não quer ou não consegue olhar. E sendo *um mal necessário*,

consequentemente, não deveriam existir. A autora discute sobre quão temerosa e perversa pode ser essa lógica, pois, apesar de existirem, essas instituições são negadas e abandonadas, tal como a população a que atendem (Gulassa, 2010b).

Para Rossetti-Ferreira, Solon e Almeida (2010), ao serem consideradas como um lugar que não deve existir, impede-se que haja investimentos dos mais diversos tipos, a fim de garantir o planejamento dessas instituições como um contexto saudável e interessante, que promova a formação de laços afetivos e a organização de um ambiente que contribua com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

E consideradas essas circunstâncias, como é acolher a criança num lugar que não deveria existir? Num lugar que não é ou, pelo menos, não é o que deveria ser? O que esperar desse acolhimento?

*Aline: [...] por que a gente vê tanto problema com criança que foi abrigada? Eu, no meu ponto de vista, é isso, é um buraco que fica, que eu acho que por mais que seja investido depois, né, tudo, eu acho um trauma muito grande, o abrigo [...] (Aline, conselheira tutelar).*

Embora a literatura aponte, predominantemente, efeitos negativos em consequência de um longo período de institucionalização, há controvérsias sobre a (ir)reversibilidade de tais efeitos (Gallo *et al.*, 2007). Além disso, nesses estudos, pouco ou nada se discute sobre a relação entre a qualidade dessas instituições e os efeitos causados pela permanência nelas.

Fernández, Alvarez e Bravo (2003), inclusive, realizaram pesquisa na Espanha, com a participação de jovens que haviam passado, pelo menos, nove meses em acolhimento durante a infância, bem como de suas famílias. Os resultados mostram que, apesar das condições dessas instituições não serem as melhores, o desenvolvimento dos meninos e meninas foi bastante positivo. E que, diferentemente do que se acredita, o longo período de acolhimento não exerceu influência negativa relevante, salientando que o mais importante não é quanto tempo se permanece na instituição, mas sim para quê, com que objetivos e com que programas.

Contudo, na fala de Aline, fica claramente evidenciada a ideia que Rossetti-Ferreira (2006) chamou de crônica de uma psicopatologia anunciada, a qual atravessa o campo da adoção e do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Segundo a autora, é como se assumisse que as experiências têm sempre o mesmo sentido para todos que as vivenciam, como se fosse impossível, durante o acolhimento institucional, por exemplo, construir novos vínculos afetivos e usufruir de outras interações significativas ao desenvolvimento, sendo encarado, inevitavelmente, como um marco traumático na vida da criança.

No entanto, Rossetti-Ferreira (2006) chama a atenção para o fato de que a expectativa pela existência desse trauma e, conseqüentemente, de problemas e psicopatologias ajudam, muitas vezes, a construir a realidade concreta que se teme que venha a ocorrer. Isso porque o adulto se relaciona com a criança e organiza os espaços de interação, a partir das expectativas que tem acerca do seu desenvolvimento. Dutra (2004) argumenta ser fundamental que os profissionais compreendam que se considerarem o acolhimento e a si mesmos como “parte integrante de um dispositivo nocivo, isso pode acabar refletindo no modo de agir com a criança ou o adolescente acolhido e na condução do caso pela entidade” (p. 133).

Semelhante ao conteúdo trazido por Aline, a fala de Cássia, apresentada a seguir, parece complementá-lo.

*Cássia: [...] Eu sempre falo que nada preenche esse local [...], aquele vazio ali dentro, é uma criança, porque, desde que o mundo é mundo, a criança tem pai, tem mãe [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

A educadora Cássia destaca, assim, a concepção prevalente da superioridade dos laços consanguíneos para o cuidado de crianças. Rossetti-Ferreira (2006) aponta que é, em parte, dessa concepção que deriva o imperativo da predestinação à psicopatologia das crianças separadas da família biológica, principalmente a separação da criança pequena de sua mãe, encontrada em várias linhas teóricas, tal como a influente Teoria do Apego, de Bowlby.

Contrapondo-se a tais tendências, Rutter (1995), a partir de suas pesquisas e revisões de muitos outros estudos, argumenta que a criança pode desenvolver relação de amor e segurança com outras figuras, além da mãe. E que é equivocado supor que apenas um período do desenvolvimento é o mais vulnerável, uma vez que a vivência de cada período tem seus diferentes efeitos e tipos de experiências. Afirma também que os indivíduos respondem de diferentes maneiras aos eventos negativos a que são expostos. Dessa forma, conclui que não necessariamente a privação materna trará conseqüências desastrosas para todas as crianças.

Marin (2010), com base em sua experiência de 8 anos como supervisora de estágio na Febem – Unidade Sampaio Viana (trabalho que teve início em 1979), bem como a partir de observações da rotina, entrevista com os profissionais e contato direto com as crianças, aborda a questão da perda, da falta, da separação, em seu livro. E, de uma maneira muito interessante, discute que isso, em si, não é um problema para o processo de formação de identidade da criança, uma vez que importa a “possibilidade de sua significação e a condição para a simbolização”. O engano da instituição, segundo a autora, é tentar colocar-se como substituta total da família e acreditar que deve “preencher totalmente a criança”, sem permitir ou dar

espaço para que a criança questione sua origem, seu abandono e, ao mesmo tempo, entenda quem está desempenhando, com ela, os lugares de proteção, ordem e afeto, bem como as possibilidades de futuro de que dispõe (p. 61).

Porém, chega a ser tão forte a idealização em torno da família que o conselheiro tutelar Pedro faz a seguinte colocação:

Pedro: [...] *E a gente fala que por pior que seja a mãe, às vezes, a gente quer tá do lado da mãe, mesmo sofrendo algumas violações de direito [...]*. (Pedro, conselheiro tutelar).

O que Pedro traz, realmente, pode ser verdade: a criança pode querer estar ao lado de sua mãe, apesar de estar sofrendo algumas violações de direito. Nesse caso, muitas questões podem ser levantadas: que violações são essas? Será que a mãe é tão *pior*, tão ruim assim? Aos olhos de quem? Apesar de não ser o que esperam que ela seja, essa mãe pode ser boa naquilo que realmente é significativo para aquela criança? No entanto, também podemos nos questionar: será que por trás dessa fala há a crença de que a mãe é insubstituível, pelo simples fato de ser mãe? Será que há a ideia de que o acolhimento institucional e as relações afetivas que lá poderão ser construídas serão sempre de qualidade inferior e menos significativas, mesmo em relação à *pior* mãe?

A concepção sobre a nocividade do acolhimento institucional está tão enraizada que chega a ser difícil, para algumas pessoas, supor que a criança possa sentir-se bem na instituição, tal como sinaliza a assistente social Marina.

Marina: *A de 10 anos, que tem os dois irmãozinhos de 5, ela é muito comunicativa, ela fala bastante. Ela falou para mim que [...] ela estava adorando lá (a instituição de acolhimento). Não sei até quando que ela ia adorar, mas estava adorando, estava super enturmada, abraçando e beijando todo mundo. E a hora que eu a trouxe para cá, para conversar, eu perguntei como que foi para ela, o que ela esperava do abrigo. Ela disse que foi com muito medo [...] e quando chegou lá e viu que podia brincar, que podia ter coleguinha, ela estava muito feliz [...]*. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Assim, admitir que uma criança adora e é feliz na instituição só é possível se for por um curto período, afinal, Marina frisa que não sabe *até quando ela ia adorar*. As questões que se colocam são: como pode uma criança ser feliz longe de sua família? Será possível legitimar essa forma alternativa de cuidado de crianças? Será possível oferecer, em caráter excepcional e provisório, um acolhimento de qualidade em instituições, sem com isso competir com o papel fundamental, porém idealizado, que a família ocupa em nossa sociedade?



Para cada uma das perguntas feitas neste tópico, há inúmeras possibilidades de respostas que inevitavelmente influenciarão, direta ou indiretamente, a forma como a criança será acolhida. Portanto, o acolhimento institucional não deve ser considerado, **em si**, bom ou mau, traumático ou benéfico. O necessário, então, é ter muito claro o para quê, com que objetivos e com que programas/propostas a criança será acolhida, como muito bem apontam Fernández, Alvarez e Bravo (2003), além de profissionais com perfil e qualificação condizentes com a função que desempenham, uma vez que são esses elementos que determinarão sua finalidade e qualidade.

Mas, na prática institucional, é isso que acontece? Espera-se, ao final desta pesquisa, trazer alguns subsídios que contribuam para essa discussão.

## **6.2 O processo de tomada de decisão a respeito do acolhimento institucional da criança: “não tem mais nada para fazer”**

Este tópico servirá para trazer à discussão alguns indícios relevantes sobre o assunto. Não se tem o objetivo de investigar em profundidade o tema abordado, se considerada a necessidade de delimitar a abrangência da pesquisa e, sobretudo, por não contarmos com a participação de todos os envolvidos no processo investigado, ou seja, a tomada de decisão a respeito do acolhimento institucional da criança.

Antes da promulgação da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar era, quase sempre, decidido e executado pelo Conselho Tutelar<sup>24</sup>. Após a referida lei, a função passou a ser de competência exclusiva da autoridade judiciária (§ 2º, art. 101), exceto em casos emergenciais, o que fez com que muitos outros atores fossem convocados a participar dessa decisão, a fim de subsidiar a decisão do magistrado.

Assim, de acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e), com exceção das situações de caráter emergencial e de urgência, o afastamento da criança ou do adolescente, da sua família de origem, deve estar embasado em recomendação técnica, por meio de um estudo diagnóstico, “preferencialmente realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública, ou, na sua falta, de outra instituição que detenha equipe técnica qualificada” (p.10).

---

<sup>24</sup> De acordo com o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (Brasil, 2011), cujos dados foram coletados nos anos de 2009 e 2010, 52,9% dos acolhimentos haviam sido realizados pelos Conselhos Tutelares e 31,9% pelo Poder Judiciário; os demais tiveram outras formas de encaminhamento.

Tal estudo deve ser realizado em articulação com a Justiça da Infância e Juventude e o Ministério Público, além de incluir todas as pessoas envolvidas, ou seja, aqueles que acompanham (ou deveriam acompanhar) a família nos mais variados setores que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>25</sup>, vizinhos, amigos e, principalmente, a própria família e a criança.

Todavia, como já especificado na Metodologia (Item 5), apenas conselheiros tutelares e profissionais das instituições de acolhimento foram ouvidos nesta pesquisa, constituindo apenas pequena parcela dos envolvidos no processo. Ainda assim, o conteúdo trazido pelos participantes merece reflexões.

### **6.2.1 As mudanças provocadas pela Lei 12.010/2009 na perspectiva de conselheiros tutelares e profissionais das instituições de acolhimento: “foi mais um ‘presta atenção’, realmente, para alguns excessos”**

Alterações feitas pela Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a) no ECA (Brasil, 1990) provocaram e têm provocado mudanças importantes no processo de acolhimento e, especificamente, no processo de tomada de decisão de que uma criança será acolhida. Os trechos das entrevistas, a seguir, sinalizam essa tendência.

*Aline: Hoje, com a (Lei) 12.010, a gente quase não faz abrigo, somente a pedido dos pais, que ainda ocorre, ou do próprio adolescente, em situações emergenciais, à noite ou em finais de semana, aí o juiz autorizou. A gente faz [...] abrigamentos, hoje, em situações bem especiais. (Aline, conselheira tutelar).*

Se, antes, os acolhimentos eram feitos, na maioria, pelo Conselho Tutelar, a conselheira Aline afirma que, atualmente, esse órgão *quase não faz abrigo* (outros trechos de entrevista no Anexo B). O exposto vai ao encontro das alterações perpetradas pela Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), que estabeleceu critérios e condições muito mais explícitos sobre quando e por quem essa decisão será tomada, minimizando a autoridade do Conselho Tutelar sobre a questão. A conselheira Daniela destaca outra mudança.

---

<sup>25</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (artigo 86) dispõe que a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é composto pelas instâncias públicas governamentais (Secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Esportes, Cultura, Trabalho, Segurança, etc.), Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e iniciativas da sociedade civil, como as organizações não governamentais. Conectados e atuando em prol de uma mesma causa, formam uma “rede de atores em ação concomitante, sem que haja hierarquia entre os membros” (Graciane *et al.*, 2013, p. 30).

*Daniela: [...] Se não tem condição da criança permanecer com a sua família de origem lá, pai e mãe, antes de a gente partir para o acolhimento, a gente ainda tenta buscar alguém da família extensa, se tem avó, uma tia, um tio, alguém que possa acolher a criança no momento ou até alguém, uma madrinha, um padrinho ou até um vizinho que tenha um vínculo muito grande com essa criança ou com o adolescente. Mas, quando não existe, aí o nosso papel é proteger a vida nesse momento [...]. (Daniela, conselheira tutelar).*

A conselheira garante que se busca alguém da família extensa ou outra pessoa que tenha vínculo significativo com a criança para responsabilizar-se por ela. Tal conduta parece estar de acordo com os princípios propostos pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) e as alterações advindas da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), cujo objetivo é aperfeiçoar a sistemática de garantia do direito à convivência familiar, bem como priorizar intervenções estatais que promovam a orientação, o apoio e a promoção social da família natural, com a qual a criança e o adolescente devem permanecer (artigo 1º).

Também a exigência de um trabalho com a família, prévio ao acolhimento, é citada pela conselheira tutelar Patrícia, a seguir, assim como os efeitos dessa exigência na atuação de alguns Conselhos e conselheiros na tomada de decisão sobre o acolhimento.

*Patrícia: [...] A gente realmente preza o trabalho da rede. Então, se a rede está acompanhando, a hora que for o limite, ela mesmo aponta. E, depois de novembro, o juiz não aceita mais fazer nenhum abrigamento, se essa família não foi trabalhada pela rede, então, isso é muito bom, né. Por quê? Porque realmente acaba sendo uma punição para família... O município não dá conta, não faz o trabalho com essa família, não orienta, a criança não vai para o núcleo, a mãe não é orientada, não sabe, às vezes, quais as suas funções, não sabe educar seu filho, e aí não teve um trabalho e rede, ela perde o seu filho sem saber o que fazer, entendeu? [...] Eu acho que a lei, de novembro para cá, foi mais um “presta atenção”, realmente, para alguns excessos. Mas, quem já trabalhava com cuidado, continua a mesma coisa [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).*

A conselheira Patrícia conta que o juiz tem exigido o acompanhamento prévio da família pela *rede*<sup>26</sup> e que isso foi um *presta atenção* para excessos cometidos por alguns

<sup>26</sup> De acordo com Carvalho (2010), o conceito de Redes propõe uma forma inovadora de gestão social pública. Como não vivemos em uma sociedade simples e lidamos com problemáticas cada vez mais complexas, a ação em rede convoca a uma retomada da totalidade. Em redes multi-institucionais, a proposta é que haja a integração dos diversos serviços, projetos, sujeitos e organizações, sendo necessário, para tanto, a introdução de uma nova cultura que se caracteriza por “socializar o poder, negociar, trabalhar com autonomias, flexibilizar, compatibilizar tempos heterogêneos e múltiplos dos atores e processos de ação” (p. 9), entre outras demandas. Segundo Gonçalves e Guará (2010), vivemos e transitamos em várias redes que desempenham funções essenciais para a nossa proteção e desenvolvimento. Os autores especificam cinco tipos de redes, interligadas e complementares entre si: redes primárias ou espontâneas, que se organizam no espaço doméstico na perspectiva de apoio, solidariedade e afeto (por exemplo: parentes, vizinhos, amigos, etc.); redes de serviços sociocomunitários, que se organizam na comunidade, muitas vezes, suprimindo deficiências ou inexistência dos serviços públicos (por exemplo: escola comunitária, parteira, etc.); redes sociais movimentalistas, as quais são compostas por “movimentos sociais de defesa dos direitos, de vigilância e luta por melhores índices de qualidade de vida” (p. 25); redes setoriais públicas, que “prestam serviços de natureza específica e especializada,

conselheiros tutelares (outros trechos de entrevista no Anexo C). Essa exigência está explícita no artigo 136 da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), parágrafo único, em que é disposto que se o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará sem demora o fato ao Ministério Público, concedendo-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. Cristiana, coordenadora de uma das instituições, comenta o assunto.

*Cristiana: [...] eu acho que nesse sentido, tem se tomado mais cuidado. Eu acho que antes da nova lei (Lei 12.010/2009) era assim: qualquer coisinha chamava a atenção e vai para o acolhimento. Eu acho que mudou um pouco a característica [...] e eu acho que os casos que têm vindo têm sido mais complexos [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Na percepção da coordenadora, a Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), realmente, tem contribuído para que os acolhimentos sejam mais criteriosos (outro trecho de entrevista no Anexo D), chegando à institucionalização os casos mais complexos. Porém, apesar da legislação, há condutas questionáveis, tal como relata a conselheira Aline.

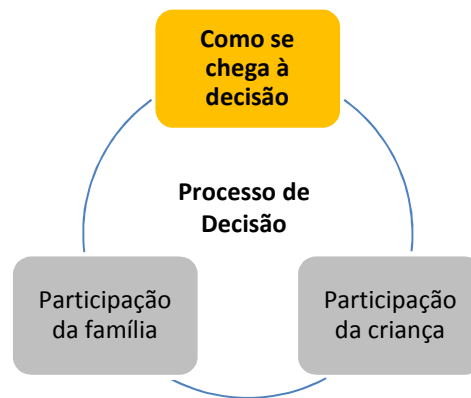
*Aline: [...] Agora, tem situações que [...] é meio brutal o negócio "Não, nós vamos abrigar, que não sei o quê" e bate boca. Eu acho que ninguém ganha com isso, porque a família não cria um vínculo bom com o Conselho; ela pega aversão ao Conselho, que é um lugar de proteção, que é um lugar para ajudar [...]. E, nesses casos, inclusive, que eu tenho observado, não tem nenhum encaminhamento para a família. Coloca a criança no abrigo, mas, por exemplo, não encaminhou a mãe para o CAPS, não encaminhou para um psicólogo, uma avaliação psiquiátrica, que tem que ter [...].* (Aline, conselheira tutelar).

O trecho acima (outro trecho de entrevista no Anexo E) sinaliza que, apesar dos importantes avanços, apenas a legislação não será suficiente para qualificar o atendimento prestado à população. São necessários fiscalização e investimento significativo na formação continuada desses e dos demais atores que são tão importantes para o bom funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 6.2.2 O processo de decisão de que a criança será acolhida: “se continuar nessa situação seu filho vai...”

Com o intuito de apreender alguns dos importantes aspectos do processo de tomada de decisão sobre o acolhimento da criança, os seguintes temas são abordados neste item: como se chega à decisão; participação da criança; e participação da família.

Parte-se da constatação de que o processo de acolhimento da criança inicia-se muito antes de sua chegada na instituição e que, frequentemente, são vários os atores participantes: como se chega à conclusão de que a criança será afastada de seu contexto familiar e/ou de origem? (Fluxograma 2).



**Fluxograma 2** – Como se chega à decisão de que a criança será acolhida.

Aline: [...] nós conversamos e deliberamos se há necessidade mesmo (de acolher a criança em uma instituição) [...], se não tem outra forma, se não tem como colocar em família extensa, ou mesmo com pessoas que tenham um vínculo com a criança [...], aí a gente delibera em grupo e faz o abrigo.

Pesquisadora: É uma decisão sempre coletiva?

Aline: Sempre coletiva, o acolhimento sempre é discutido pelo grupo, né, e realmente nesse Conselho tem sido a última medida [...].

Pesquisadora: E como que normalmente acontece esse processo de tomar a decisão, você diz que é, que é uma medida que vocês tomam em consenso, vocês são em cinco (conselheiros)<sup>27</sup>, né?

Aline: Aham.

Pesquisadora: Como que é, como funciona? [...] Mais alguém participa desse processo?

Aline: Quando o caso já está sendo atendido pela rede [...] e quando a família não adere, não há um progresso, não tem uma adesão da família aos programas, aos encaminhamentos do Conselho (Tutelar), da rede e, aí, a criança fica exposta a inúmeros riscos, aí a gente, o Conselho também assim faz a reunião com a rede, e junto com a rede entende que a melhor medida para a proteção daquelas crianças é o abrigo. Então, o Conselho pede para a Vara da Infância, o Ministério

<sup>27</sup> No município, há quatro Conselhos Tutelares, com cinco conselheiros em cada um. Ao todo, são vinte conselheiros. Cada Conselho atua de forma autônoma, sem articulação com os outros três.

*Público, o abrigo dessas crianças, aí é feito pelo oficial de justiça [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Segundo relato da conselheira Aline, a decisão é sempre coletiva (outros trechos de entrevistas no Anexo F) e, em alguns casos, há o envolvimento da *rede*. O inverso pode ser verdadeiro, ou seja, a *rede* procura o Conselho Tutelar quando for oportuno discutir sobre o acolhimento de uma criança ou um adolescente.

Ainda sobre a interação entre o Conselho Tutelar e os demais integrantes da *rede* no processo de tomada de decisão, a conselheira Patrícia comenta:

*Patrícia: [...] já houve caso que, assim, a rede acha que não tem mais nada para fazer e pede o acolhimento e a gente não concorda, entendeu? Então, aí a gente discute [...], a gente chama os técnicos que estão sugerindo aquilo e a gente aponta: “Olha, isso acho que não foi tentado ainda, então vamos ver se a gente consegue tentar isso, antes de pedir acolhimento?” [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Segundo a conselheira Patrícia, nem sempre há consenso sobre a necessidade de acolhimento. E como, na atuação em rede, diferentes atores agem concomitantemente, “sem que haja hierarquia entre os membros” (Graciane *et al.*, 2013, p. 30), parece existir algum espaço para o diálogo. E, com isso, se beneficiam a criança e sua família, pois, numa construção coletiva, novas alternativas podem ser vislumbradas.

A assistente social Beatriz considera que, realmente, tem sido feito um trabalho com as famílias, anterior ao acolhimento.

*Beatriz: [...] É feito todo um trabalho no início, de quando são vistas as coisas ali, no início da negligência, por exemplo. Ali já começa o trabalho.*

*Pesquisadora: E você acha que realmente acontece, você tem visto que acontece?*

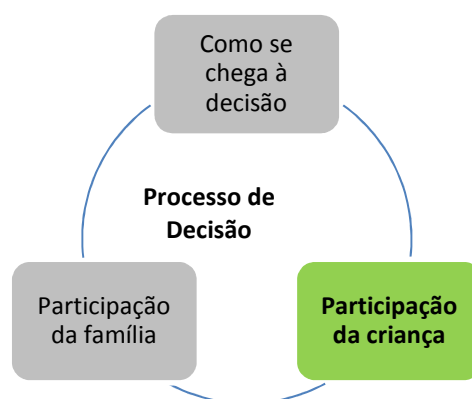
*Beatriz: Sim, acontece. Porque quando a gente recebe o processo aqui da criança, a gente recebe todo esse acompanhamento. Então, a gente recebe: “a fulana foi acompanhada desde mil novecentos e não sei quando, não aderiu aos programas, usuária de drogas” [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).*

No trecho acima, a assistente social diz que quando a criança chega na instituição, frequentemente já existe um histórico de atendimento feito pelo(s) serviço(s) disponível(eis) no município, ao qual não houve adesão da família, resultando, assim, no acolhimento da criança (outro trecho de entrevista no Anexo G). Todavia, Manoela, coordenadora de uma das instituições, afirma:

*Manoela: [...] muitas crianças chegam aqui sem ter tido o trabalho antes [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

Pode-se supor que há, pelo menos, duas hipóteses para a afirmação de Manoela. Pode ser que a não realização do trabalho se deu por se tratar de casos emergenciais e que, portanto, o acolhimento foi considerado inevitável naquele momento, sem que houvesse tempo para um trabalho com as famílias. Ou, então, pode ser que, realmente, houve alguma falha no trabalho em rede e as crianças foram acolhidas sem que, anteriormente, as famílias recebessem o suporte de que precisavam. Pode-se concluir, no entanto, que nas duas hipóteses as necessidades dessas famílias não foram atendidas satisfatoriamente pelos vários atores da rede. Por que será que um “caso” vira emergência? O problema instalou-se de uma hora para outra ou foi um processo que teve como último estágio o estado de emergência? Para Mioto (2006), as políticas sociais, os serviços e as propostas de atenção às famílias permanecem agindo, em sua maioria, em situações-limite, em vez de atuar no cotidiano das necessidades e potencialidades da população.

Então, nesse contexto, a questão que fica é: qual a participação, efetiva, da criança, no processo de decisão a respeito do acolhimento? (Fluxograma 3).



**Fluxograma 3** – Participação da criança no processo de decisão sobre o seu acolhimento institucional.

Pesquisadora: Mas, o que eu queria saber é quanto [...] essa criança participa dessa tomada de decisão, entendeu? O que é dito, quanto é dito?

Pedro: *Então, toda criança, que nem você fala de 0 a 6 anos, quando a criança é muito pequena, é muito difícil você levar em conta o que uma criança fala, [...] mas, assim, a gente deixa essa parte para pessoas que têm esse preparo de escutar [...]. Você sabe que tá sendo até debatido, agora, esse caso da escuta e da revitimização, então, assim, está sendo debatido, mas a gente sempre procurou não escutar, quando é caso de abuso, não escutar as crianças menores, uma porque nós não temos formação na área, então, normalmente, a gente vem pelo relato ou da mãe, ou do tio, ou da tia, seja de quem for que fez a denúncia e, aí, a gente encaminha [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

O conselheiro tutelar Pedro levanta três pontos importantes, no trecho acima. O primeiro diz respeito à desconsideração da voz da criança. Carvalho, Beraldo e Pedrosa

(2004) argumentam que, durante muito tempo, a criança foi considerada como incapaz de falar sobre suas próprias preferências, concepções ou avaliações. Por isso, até algumas décadas atrás, era silenciada, sua voz não era ouvida e suas experiências desconsideradas (Thorne, 2002).

Fala-se, então, de avanço, de conquista, no que se refere ao universo infantil, porém, facilmente, observa-se na fala - *toda criança, que nem você fala de 0 a 6 anos, quando a criança é muito pequena, é muito difícil você levar em conta o que uma criança fala* - que, dependendo do contexto, ainda é realidade na vida dessas crianças. A partir de que idade a voz da criança é legitimada? Que parâmetros são usados para avaliar o grau de maturidade da criança?

O segundo ponto mencionado pelo conselheiro Pedro é o despreparo. Certamente, é preciso estar disponível e preparado para conversar com a criança, caso ela queira conversar (Rossetti-Ferreira, Solon & Almeida, 2010; Rossetti-Ferreira, Serrano & Almeida, 2011), mas como conceber um guardião dos direitos da criança que não esteja preparado para ouvir e conversar com crianças?

E, por último, o conselheiro menciona a questão do cuidado com a revitimização da criança envolvida em situação de violência, pois, muitas vezes, é obrigada a narrar repetidas vezes, para diferentes profissionais, a violência sofrida. Interessante que um membro do Conselho Tutelar esteja a par dessa discussão que vem ocorrendo em âmbitos nacional e internacional, afinal, como argumenta Paiva (2010): “não precisamos ouvir a criança ou o adolescente mil vezes para chegar a alguma verdade real ou pelo menos para auxiliar e proteger, que são, na verdade, o objetivo principal de todo o processo” (p. 25).

Todavia, é preciso cautela, pois a diferença é tênue, mas tratam-se de situações completamente distintas: não ouvir a criança a fim de não revitimizá-la em casos específicos de violência, sobretudo sexual; e revitimizá-la, justamente, por subestimar sua capacidade de falar sobre si e sobre o que a assola, silenciando-a em decorrência do despreparo do adulto.

A conselheira tutelar Aline também fala, brevemente, sobre a (não) participação da criança no processo de decisão sobre o acolhimento.

*Aline: [...] Nós conversamos [...] com a criança, às vezes. Depende da idade da criança, não dá para ela participar efetivamente com a opinião dela [...]. Tendo um certo entendimento, a gente conversa com a criança, em separado, assim, uma conversa informal, sem ela perceber do que se trata, mais para saber, mais ou menos, o que está acontecendo na casa, né [...]. (Aline, conselheira tutelar).*



Nota-se que, ao posicionar a criança no lugar daquela que é incapaz de perceber *do que se trata* a conversa, perde-se completamente a ideia de participação. Pode-se deduzir, inclusive, que mesmo percebendo e compreendendo o teor da conversa, dificilmente caberá à criança o papel de sujeito e/ou protagonista nessa relação e no processo de decisão sobre o próprio acolhimento.

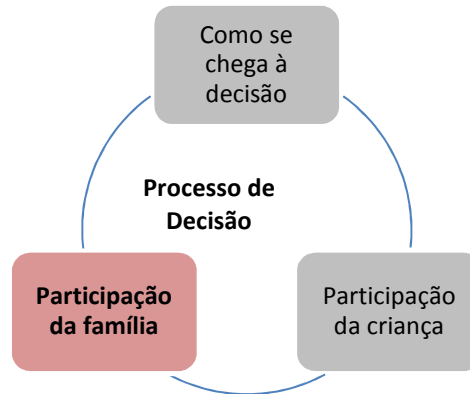
De acordo com parâmetros e normas internacionais relativos a cuidados alternativos de crianças, o direito da criança de ser consultada e de ter sua opinião levada em conta na decisão deve ser totalmente respeitado, garantindo-lhe, para isso, acesso a todas as informações necessárias (International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE], 2006; United Nation, 2009; State of Queensland, 2013).

As normas australianas (State of Queensland, 2013), de maneira bastante específica, enfatizam a necessidade de oportunizar que a criança expresse seu ponto de vista, envolvendo-a no processo de decisão. Esclarecem que, para tanto, será necessário: usar linguagem apropriada à sua idade, maturidade e capacidade; adequar a comunicação às circunstâncias da criança; oferecer ajuda à criança que dela precisa para se expressar; explicar de forma apropriada sobre qualquer decisão que a afete, incluindo seus possíveis efeitos. No entanto, o documento ressalta, ainda, que não pode ser uma exigência que a criança se expresse.

Em consonância com tais parâmetros, o ECA (Brasil, 1990; Brasil, 2009a) também oportuniza, embora com menor detalhamento, que as crianças expressem “sua opinião sobre fatos que digam respeito diretamente à sua vida, oferecendo-lhes a oportunidade de participar ativamente das decisões que interfiram na sua rotina pessoal e familiar” (Azambuja, 2010, p.69).

Todavia, ao conversar com a criança com o único objetivo de investigar *o que está acontecendo na casa*, sem que isso lhe seja explicado/esclarecido, violam-se vários de seus direitos, dentre eles: de ser tratada com respeito e dignidade (art. 4º) e de ser informada (art. 100), tendo a liberdade (art. 4º) de se pronunciar ou não (Brasil, 1990; 2009a). Veda-se, à criança, a possibilidade de participar ou promove-se uma participação alienada, no sentido de “colher informações” significativas para/da criança que poderão influenciar a decisão, mas sem que ela tenha acesso às informações pertinentes sobre a decisão, o seu direito e poder de influenciá-la, além de suas possíveis implicações.

E a família? Qual a sua participação nesse processo? (Fluxograma 4).



**Fluxograma 4** – Participação da família no processo de decisão sobre o acolhimento institucional de sua criança.

Pedro: [...] Agora, com a família, ela tem sim, quando a questão não é muito grave, uma participação nessa questão, sim. É colocada a questão do abrigamento [...] antes de acontecer e como seria para ela essa questão de ter essa perda do vínculo e, normalmente, assim, tem família que não leva a sério a questão, vai deixando, vai deixando até a situação explodir [...], mas ela nunca é pega de surpresa, ela já havia sido alertada que corre o risco dela não fazer o papel dela e vir a tomar essa medida [...]. Só não acontece em casos, assim, que aconteceu uma situação muito grave, que não dá [...] para esperar. Quando não dá para esperar um trabalho com a família, se acolhe, e aí, lá dentro desse serviço, também é feito esse trabalho com a família [...]. Todo mundo joga bem aberto com as famílias, nessa questão, e ninguém abriga criança sem motivo, não tem nem o porquê, ninguém quer. (Pedro, conselheiro tutelar).

Fora as situações emergenciais, em que o acolhimento é uma medida pontual, o conselheiro Pedro considera que a família participa do processo de decisão a respeito do acolhimento de sua(s) criança(s), uma vez que é *alertada* sobre essa possibilidade, caso não cumpra seu *papel*. Segundo ele, a família *nunca é pega de surpresa* (outros trechos de entrevistas no Anexo H). Nessa mesma direção, a assistente social Beatriz complementa a ideia trazida por Pedro.

Beatriz: [...] Quando chega no Conselho, aí, é um acompanhamento mais sistemático. Então, é de ir na casa, de ter que levar no Conselho Tutelar e mostrar alguma modificação [...]. Então, por isso que eu acho que tem essa participação da família, porque ela teve ali a oportunidade de entender o que estava acontecendo, mudar, buscar uma ajuda, enfim, ela teve, só que ela não... Ou por ignorância, ou por não querer, ou por vários motivos, ela foi caminhando ao encontro do acolhimento e não retrocedeu. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Na fala de Beatriz, é evidenciada a ideia que já estava contida no trecho anterior de Pedro, de que a participação da família parece ser equiparada à *oportunidade de mostrar alguma modificação* (outro trecho de entrevista no Anexo I) e corresponder às expectativas e imposições dos profissionais que a estavam acompanhando.

Simone, assistente social, também fala sobre a ausência de resposta da família em relação ao trabalho que lhe é oferecido, sobre como isso faz com que perca o poder de decisão sobre o acolhimento de sua criança e possíveis explicações.

*Simone: [...] muitas vezes, ela (família) não tem mais nem esse poder de decisão, porque foi um período tão grande que tentou se trabalhar com essa família e ela não deu retorno nenhum.*

*Pesquisadora: E porque você acha que não há esse retorno?*

*Simone: Olha, acho que depende muito de cada caso, existem situações que [...] por mais que você faça, você vê que realmente não tem uma predisposição. Eu acho que existem muitas pessoas que não aderem não é nem porque não querem, porque realmente não dá conta. Internamente, a pessoa não tem recursos, não consegue, não consegue. Nós temos casos aqui que, infelizmente, são assim, que falta você falar para a pessoa: "Olha, eu vou fazer por você", mas a pessoa não tem condições, é um fardo muito pesado, ela não consegue caminhar. Por mais opções que você dê, por mais possibilidades, a pessoa não consegue caminhar [...]. Talvez porque a pessoa venha reproduzindo essa realidade de violência, negligência, já é geracional, passou dos avós para os pais, para eles, que agora estão reproduzindo, e nem eles mesmos conseguem entender [...]. Não é nem que ela não tenha poder de decisão, fico me questionando assim: "Será que elas entendem que tem parte nisso, que se tivessem tido uma outra visão, tivesse tido uma outra mínima atitude que fosse..." [...]. Mas, talvez, nem ela tivesse tido essa visão, entender que ela pudesse evitar o acolhimento [...]. Você não consegue dar para o outro o que você não teve. Então, assim, como é que você quer que a pessoa seja uma boa mãe se ela não teve isso [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

A assistente social fala da falta de *predisposição* da família, da falta de recursos internos, que fazem com que as pessoas não consigam corresponder ao trabalho que lhes é oferecido (outro trecho de entrevista no Anexo J), características decorrentes de uma dificuldade familiar *geracional*.

O conselheiro tutelar Pedro fala de uma *predisposição* da família em *não aceitar e não aderir a nada*.

*Pedro: [...] A gente pode fortalecer os vínculos desde que ela queira fortalecer os vínculos, porque tem família que ela já tem a predisposição de [...] não aceitar e não aderir a nada. Não adere ao atendimento psicológico, ao atendimento na área da saúde e não adere a nada. Ela acha que aquilo que faz é aquilo e pronto [...]. Existe hoje na estrutura da baixa complexidade os Cras, Centros de Referências (da Assistência Social) que estão no território, são poucos profissionais e muitas famílias para atender, mas, mesmo com essa dificuldade, a gente sabe que algum trabalho é feito e, às vezes, esse trabalho não tem surtido efeito com as famílias [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).*

Pedro menciona que o profissional pode *fortalecer os vínculos desde que ela* (a família) *queira fortalecê-los*. E, caso contrário, os vínculos não poderão ser fortalecidos, trabalhados, resgatados, (re)significados? Qual a predisposição do profissional para lidar com a suposta falta de *predisposição* (como coloca Marina) ou da *predisposição em não aceitar ou*

*aderir a nada* (como coloca Pedro), da família? Mesmo assumindo que *são poucos profissionais e muitas famílias para atender*, as últimas ainda são as únicas responsabilizadas pelo fato do trabalho não surtir efeito.

De acordo com Yunes (2010), ao “culpabilizar a vítima”, provoca-se uma atuação “paralisada”, a partir da qual os profissionais agem como se não tivessem “o que fazer” pelas famílias, “cujo sofrimento vem se exacerbando diante de tanta desconsideração política e social” (p. 77).

Até aqui, todas as explicações sobre a dinâmica do processo de decisão a respeito do acolhimento institucional da criança recaíram apenas sobre o fracasso da família em cumprir seus deveres. Embora os profissionais estejam, *a priori*, falando sobre a **participação** da família nesse processo, será mesmo que é disso que estão falando?

Fica claramente evidenciado, nos vários trechos que antes se sucederam, a individualização da culpa que recai sobre a família, na medida em que é culpabilizada por não aproveitar o que lhe é oferecido. Não há qualquer questionamento ou reflexão sobre o que e como lhe é oferecido, bem como sobre a real eficácia desse trabalho para alterar as consequências de um longo percurso de pauperização e exclusão que, muitas vezes, atinge várias gerações de uma mesma família. Com isso, escancara-se a concepção predominante e a baixa expectativa que se tem em relação à família.

Utilizando o paralelo feito por Neder (2005) de que, assim como o fracasso escolar não pode ser explicado ou justificado pela desestruturação da família, ou pelas incapacidades do aluno, o fracasso do trabalho social, seja ele qual for, não pode ser explicado ou justificado pelas dificuldades da família. Se não existissem as dificuldades, qual seria o sentido desse trabalho?

Porém, aponta que a baixa qualificação dada à família nos trabalhos desenvolvidos, havendo pouca ênfase na autonomia e empoderamento, bem como a baixa expectativa dos profissionais da área quanto à possibilidade de mudança na família, são alguns dos principais elementos que dificultam a adesão e a responsividade ao trabalho proposto (Gregori, 2000<sup>28</sup> *apud* Finkler, Santos & Dell’Aglío, 2012, p. 165-166; Yunes, Arrieche, Tavares e Faria, 2001).

Ferrari e Kaloustian (2005), bem como Fávero, Clemente e Giacomini (2008), afirmam que, por trás de uma criança em risco, há uma família desassistida pelas políticas públicas, inexistentes ou inadequadas, uma vez que não correspondem a suas necessidades e

---

<sup>28</sup> Gregori, M. F. *Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo: Alegro, Unesco, Fundação BankBoston.

demandas, de forma a apoiá-la no cumprimento de suas funções. Nesse mesmo sentido, Finkler, Santos e Dell’Aglío (2012) argumentam que muitas famílias não conseguem cumprir seus deveres e suprir as necessidades de seus filhos por possuírem carências diversas, e estão inseridas em comunidades onde há precariedade ou inexistência de serviços públicos.

Assim, têm de conviver com a falta de acesso e oportunidade de terem boa educação; oportunidades de emprego; serviços de saúde de qualidade; moradia digna; alimentação adequada; lazer; esporte; e cultura. Como consequência, essas famílias, frequentemente, não sabem ou não têm condições para fazer diferente do que fazem. Como as autoras concluem, as famílias, apesar de serem até multiatendidas, ao não responderem às intervenções de profissionais especializados, são culpabilizadas por tudo o que não conseguem suprir. Valentina, assistente social, relativiza um pouco essa concepção.

*Valentina: Eu acho que em algum momento, a rede até diz: “Olha, se continuar nessa situação seu filho vai...”, mas, na maioria das vezes, quando é determinado, quando é sugerido para o juiz essa destituição, não é dito para a família, até porque eu acho que a rede tem um pouco de receio de dizer. Tanto é que isso é muito velado, ninguém sabe, as famílias nunca sabem de onde saiu a sugestão de acolhê-las. Colocam toda a culpa no juiz, que o juiz é o vilão da história. Não é dito para ela: “Olha, nós aqui, enquanto serviço que atendemos você, achamos que você não está cuidando, vamos sugerir que seu filho vá, para você se reorganizar e depois...”. [...] Até quando você vai na primeira visita e se identifica como abrigo, ou o culpado é sempre o juiz, ou a gente [...]. Tem famílias que ficam completamente perdidas, que não sabem o que aconteceu, porque que aconteceu. Acontece bastante. Acho que elas não são informadas [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

Na percepção de Valentina, *em algum momento a rede até diz: Olha, se continuar nessa situação, seu filho vai...*, todavia, essa medida não parece ser suficiente para tornar as famílias participantes do processo, do qual elas também se tornam vítimas, uma vez que há a busca por um culpado, sem serem capazes de também se responsabilizar pela parte que lhes cabe; e existe desconhecimento significativo sobre o processo de acolhimento como um todo (outros trechos de entrevistas no Anexo K).

De maneira semelhante, pesquisa realizada com as famílias de crianças e adolescentes acolhidos em instituições na cidade de São Paulo revelou que estas têm poucas informações sobre o que significa o acolhimento, enquanto medida de proteção, e sobre seus possíveis desdobramentos (Fávero, Clemete & Costa, 2008).

O pedagogo João fala sobre sua percepção:

Pesquisadora: Você consegue perceber se a família participa dessa decisão?

João: *Eu acho que ela até sabe que isso pode acontecer [...], mas eu não a vejo como participativa nesse processo, até pela maneira que eles chegam, depois do acolhimento. No primeiro contato com o abrigo, muitas vezes, eles estão revoltados, bravos, acusando sempre alguém, então, não vejo a participação, pela reação da família.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Para ele, o fato de a família saber que sua criança poderá ser acolhida, não a torna, necessariamente, participante do processo de decisão.

Simone, assistente social, fala um pouco sobre a inter-relação existente entre as dificuldades que são da família e das que são estruturais:

Pesquisadora: Mas é uma questão só da família ou dos serviços que são oferecidos?  
 Simone: *Também. É um conjunto. A gente tem regiões aqui (no município) que não tem nada de serviço [...]. Aí, se você oferece um serviço num outro determinado local, a pessoa não tem condições de se locomover sequer, entendeu? Tudo é muito difícil, tudo é muito complicado. Tem a questão dos serviços, mas tem a questão do não comprometimento, que eu acho que aí é uma coisa muito individual [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

O conteúdo da fala de Simone teve como disparador e baliza a pergunta feita pela pesquisadora, a qual colocou também em foco os serviços oferecidos. E fala, então, da insuficiência e dos impedimentos impostos pela falta de condição financeira e dificuldades enfrentadas pela família. Porém, aparentemente, parece não considerar que o (não)comprometimento da família pode estar diretamente relacionado aos fatos expostos.

Afinal, como avaliar o comprometimento de alguém que não tem dinheiro para pagar o transporte público para comparecer aos serviços, onde, por sinal, será recebida por profissionais que o atenderão já com um prejulgamento ou expectativa sobre sua (falta de) predisposição para aceitar o que têm para oferecer? E, também, como deve ser, para esses profissionais, trabalharem com “ferramentas” e recursos insuficientes ou impróprios, perante a alta complexidade das dificuldades enfrentadas pelas famílias com as quais atuam?

Manoela faz uma reflexão bastante importante sobre a questão do contexto de vida da família aliado à qualidade e insuficiência do serviço prestado à população.

Manoela: *[...] muitas crianças chegam aqui sem ter tido o trabalho antes [...].*  
 Pesquisadora: E você acha que não foi feito antes, por quê?  
 Manoela: *Eu acho que falta comprometimento de muitos, da rede, enfim, não digo todos, mas de forma geral acho que falta isso. Talvez mais funcionários para trabalhar com isso [...]. Talvez tenha pessoas envolvidas, mas ela sozinha não vai conseguir fazer tudo. Então, você vê que naquela região que a pessoa mora, [...] faltam recursos, falta tudo ali para ela, de repente, se ela tivesse algo mais ali, ela não teria feito o que fez, ela não teria chegado onde chegou. Acho que falta o básico, até [...]. Às vezes, as meninas vão fazer uma visita e fala assim: "Diante das condições que eles estão ali, até que eles não estão tão mal assim" [...]. A pessoa vive na miséria mesmo. Então, falta conscientização à pessoa? Falta, muitas vezes*

*falta, mas falta também ajuda, apoio, ela também não teve. De repente, se tivesse tido um apoio, uma força, ela teria tentado, mas ela não teve isso. A gente se depara muito com isso, com essa dificuldade. A pessoa, muitas vezes, não tem, não consegue, ela sozinha, lutar contra isso [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

De forma sucinta, a coordenadora Manoela traz elementos que são fundamentais para contextualizar e compreender a situação vivenciada pelos profissionais, mas, principalmente, pela família, apontando quão desamparada ela se encontra para lidar com suas dificuldades.

E, por fim, é interessante notar que a culpabilização da família não se dá porque os participantes ignoram as condições de vida e o contexto de exclusão a que está submetida. O conselheiro Pedro, quando questionado sobre o que poderia ser melhorado no processo de acolhimento de crianças, diz:

*Pedro: [...] O que eu penso é que, assim, as políticas públicas de base deveriam funcionar [...]. A violação começa na creche, então, teria que ter creche em período integral para todas as mães poderem trabalhar, [...] atendimento pediátrico para as crianças, atendimento psicológico para as mães, programa de vínculo familiar para esses que têm problemas de afetividade, violência de gênero, violência doméstica, segurança pública para combater a drogadição. Então, é um monte de coisa que [...] acaba estourando na alta complexidade. É lógico! Você não investiu na média, na baixa [...]. É tragédia anunciada [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Nota-se que o conselheiro Pedro demonstra conhecer a complexa realidade multi-excludente a que estão expostas as famílias. Porém, ainda assim, em trecho anterior diz: *são poucos profissionais e muitas famílias para atender, mas, mesmo com essa dificuldade, a gente sabe que algum trabalho é feito e, às vezes, esse trabalho não tem surtido efeito com as famílias.* Percebe-se que, em última instância, a família parece ser a principal responsável por esse insucesso, o que pode estar sinalizando que esse ideário sobre ela tem “raízes” muito profundas.

Neder (2005), ao falar sobre a história das famílias no Brasil, remete-se ao constrangimento surgido, desde a época da fundação da República (1889), quando a formação nacional brasileira viu-se obrigada a englobar e juntar as três raças (brancos, índios e negros), tendo em vista o paradigma hegemônico da superioridade de brancos de origem europeia. O racismo e o preconceito que imperavam naquela época, oriundos da desqualificação da diversidade étnico-cultural, persistem até hoje.

A autora salienta que os trabalhadores sociais devem ser informados de que as famílias-padrão (adotando-se como padrão a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica ou, então, o padrão “higiênico” e moralista da família de origem burguesa e inspiração

vitoriana, introduzido no País a partir da urbanização/industrialização) convivem com outras famílias, as quais, ainda hoje, são pouco conhecidas, de origens e configurações diversas.

A autora argumenta que não há, dos pontos de vista histórico e antropológico, um modelo-padrão de organização familiar, portanto, não existe uma família regular, existem famílias. No entanto, percepções construídas historicamente pelas elites continuam hegemônicas, nas quais há o predomínio da formulação que relaciona pobreza com família irregular, desestruturada ou fora do padrão, o que mina qualquer possibilidade, por mais sincera que possa ser, de valorizar as famílias das classes populares, uma vez que já se parte de uma desqualificação, *a priori* (Neder, 2005).

Mioto (2010) aponta que, de maneira geral, os profissionais já trabalham com a ideia da diversidade de famílias, no que diz respeito à sua estrutura e composição. Porém, ainda esperam um mesmo padrão de funcionalidade, ou seja, as famílias devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros, independentemente da sua situação social, de suas condições objetivas de vida e das próprias especificidades da convivência familiar. A partir dessa expectativa, se atendem satisfatoriamente esse padrão de funcionalidade, as famílias são consideradas capazes, sãs, normais e/ou estruturadas. Caso contrário, são consideradas incapazes, doentes, anormais e/ou desestruturadas.

Salienta, inclusive, que o termo “famílias desestruturadas” ainda é amplamente utilizado, tanto entre os profissionais, como na literatura e nos relatórios técnicos de serviços (Mioto, 1999<sup>29</sup> *apud* Mioto, 2010, p. 53). E, como muito bem sintetiza Fonseca (2005, p. 56): “‘desestruturada’ é uma palavra usada para descrever a família dos outros. Não simplesmente outros ... ainda por cima, pobres”.

Assim, as pessoas em geral e, especificamente, os profissionais da área, encontram-se comumente capturados por essa rede de significações sobre família e pobreza. De acordo com Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 29), a configuração dessa rede, conforme o conjunto de sentidos e significados que disponibiliza, media “os cursos prováveis de ação do conjunto de pessoas participantes de uma situação”. Como consequência, “canalizam as ações/emoções/concepções em determinadas direções, mais do que em outras; promovem certas práticas sociais; delimitam certas zonas de possibilidades de atuação dos parceiros em interação”.

Portanto, não se trata de, em vez de culpabilizar a família, passar a culpa para os profissionais. Estes, capturados por essa rede de significações, pouco ou nada percebem sobre

---

<sup>29</sup> MIOTO, R. C. T. (1999). Serviço social e modelos de intervenção com famílias. In: Seminário: *Família y sociedad*: desafios para el trabajo social. Montevideo, Universidad de la Republica, datilo.



quão imersos estão nessa lógica alienante que os “cega” para além dos rótulos e generalizações a respeito das famílias com diferentes dinâmicas, configurações e funcionalidades, ou nem tão diferentes assim, como denuncia Fonseca (2005), mas, sobretudo, das famílias pobres. Por isso, oportunidades frequentes e contínuas de estudo, discussão e reflexão são essenciais para que os profissionais desconstruam algumas “verdades” e prejulgamentos, viabilizando a emergência de novos sentidos e significados que contribuam para a compreensão e o acolhimento das famílias com quem trabalham.

Assim, de maneira muito resumida, parece que o acolhimento da criança, nos últimos anos, salvo situações emergenciais e algumas outras exceções, tem sido o resultado de uma decisão coletiva, que se dá entre alguns dos profissionais que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Porém, considerando as normas europeias para o acolhimento de crianças (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), percebem-se alguns sinais de alerta, já que a decisão parece ser repentina e inesperada, do ponto de vista da família e, principalmente, da criança, podendo gerar algumas reflexões sobre o grau de transparência das informações e de participação/compreensão que lhes são proporcionados nesse processo.

Pode-se afirmar que, dessa decisão, a criança não participa, ou participa alienadamente, principalmente pelo fato de os adultos pressuporem sua incapacidade de compreensão, bem como estarem despreparados para adequar sua escuta e conversa às especificidades da criança, concebendo e posicionando-a como sujeito de direitos.

Em relação à participação da família, há controvérsias, dependendo de como se define o que é participação. Para parte dos profissionais ouvidos nesta pesquisa, a família participa na medida em que lhe é oferecido atendimento na rede de serviços disponíveis no município, a partir do qual espera-se que ela mude alguns de seus comportamentos, ou condições de vida, ao lhe ser comunicada a possibilidade de perder a guarda do(s) filho(s), caso não corresponda a essa expectativa. Assim, o fracasso por não corresponder a essa expectativa é visto como de responsabilidade da família.

Na percepção de outros profissionais, o trabalho realizado com a família não é suficiente para torná-la participante do processo de decisão sobre o acolhimento de sua(s) criança(s). Pode haver, nesse sentido, a junção entre as dificuldades peculiares de cada família e a insuficiência e ineficiência do trabalho que lhes é ofertado. Porém, mesmo nesses casos, percebe-se uma discussão incipiente sobre o assunto e com tendência à individualização da culpa/responsabilidade, atribuída à família.

De acordo com Bordenave (1983), numa análise sobre diferentes graus e níveis de participação, o menor deles é a informação, ou seja, quando um membro superior do grupo informa a pessoa sobre a decisão já tomada. Para o autor, por menos que pareça, essa atitude caracteriza alguma participação, uma vez que “não é infrequente o caso de autoridades não se darem sequer ao trabalho de informar seus subordinados” (p. 31). Nas situações relatadas, observa-se que, realmente, a desinformação da criança e da família ocorre. Afinal, o quê, como e para que se informa?

O mesmo autor argumenta que a palavra participação comporta os seguintes significados: fazer parte; tomar parte e ter parte. As três possibilidades abarcam sentidos diferentes. No caso analisado, por exemplo, é possível concluir que mesmo nos casos em que a família é informada (a criança não é informada), portanto, **faz parte** da decisão mas, ainda assim, pode não **tomar parte**, visto que “a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação” (p. 22). Caracteriza-se, dessa forma, a diferença entre a participação passiva e a participação ativa. Ademais, é preciso considerar que a participação exige aprendizado, pois é um processo que permite o desenvolvimento de consciência crítica e aquisição de poder (Bordenave, 1983). Portanto, será mesmo que se está proporcionando a participação ativa da família nesse processo de decisão e mesmo em outros que lhe digam respeito?

Normas internacionais (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006; State of Queensland, 2013) defendem, inclusive, que, uma vez tomada a decisão a favor do acolhimento, fruto de um processo transparente e com plena participação da criança e da família, todos sejam implicados no processo de admissão da criança no serviço de acolhimento. Diretrizes apontam, então, para a necessidade da família e criança receberem informações sobre o local, de serem firmados compromissos realistas, honestos e vinculantes entre os envolvidos e, além disso, que a criança tenha oportunidade de conhecer e se familiarizar previamente com o local e com o educador que cuidará dela (Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

Embora num contexto diferente do acolhimento de crianças com até 6 anos de idade, a experiência da Associação Lua Nova que atende jovens mães (a partir de 13 anos) e seu(s) filho(s) em situação de vulnerabilidade social, merece ser citada. Há, no projeto político-pedagógico da instituição, programação voltada para o processo de acolhimento. Dentre os vários procedimentos, referem que se preocupam em se aproximar da jovem antes que ela entre na instituição (ações em diferentes contextos: rua, albergues, centros de triagem),

criando um “ritual de passagem” com visitas prévias à sua chegada, com o objetivo de facilitar a formação de vínculo com a instituição (Associação Lua Nova, 2008).

Porém, os dados da presente pesquisa mostram que é num contexto bastante diferente do já descrito, em que a criança e sua família são abordadas com a notícia de que chegou o dia em que vão separar-se.

### **6.3 A retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e transferência para a instituição: “vai lá e pega”**

No município em que a pesquisa foi realizada, após a promulgação da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), os oficiais de justiça tornaram-se os principais responsáveis por retirar as crianças de seu contexto familiar e/ou de origem e levar para a instituição. É fato que não ter tido a possibilidade de ouvi-los<sup>30</sup>, deixou uma lacuna importante no que diz respeito à proposta de investigar como se dá essa etapa do acolhimento da criança.

Além disso, no decorrer da coleta de dados, tomou-se conhecimento de outra peculiaridade da dinâmica adotada no município: a Guarda Municipal também tem papel relevante nos acolhimentos de crianças e adolescentes, com relato de acolhimentos emergenciais delegados à Guarda pelo conselheiro tutelar. Por desconhecimento de tal dinâmica, a Guarda Municipal não foi convidada a participar da pesquisa. Todavia, os conselheiros tutelares e os profissionais das instituições contribuíram de forma relevante com suas perspectivas.

#### **6.3.1 As perspectivas dos conselheiros tutelares e dos profissionais das instituições de acolhimento sobre a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e a transferência para a instituição: “algumas vezes, isso é feito de forma muito catastrófica”**

Neste tópico, serão abordados os assuntos: sentimentos e reações do conselheiro tutelar no momento de retirar a criança de seu contexto; circunstâncias em que ocorrem a retirada; como se lida e o que é dito à família; sentimentos e reações da família; sentimentos e

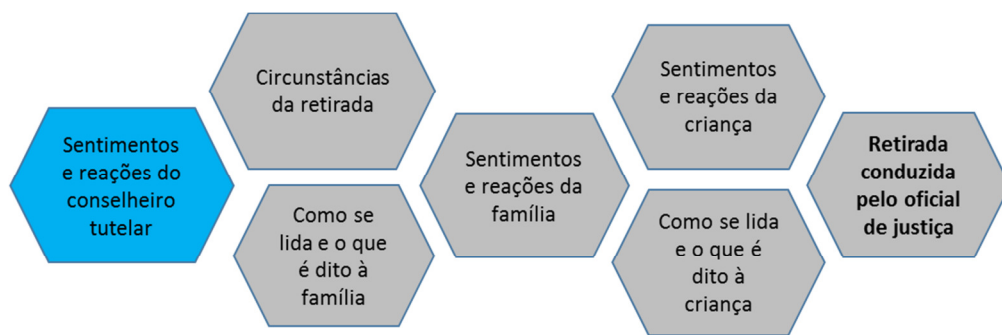
---

<sup>30</sup> Não tive acesso direto aos oficiais de justiça. O convite foi mediado por uma técnica da Vara da Infância e Juventude. Segundo ela, os oficiais não manifestaram interesse em participar da pesquisa. Para mais detalhes, consultar o item 5, referente aos procedimentos metodológicos.

reações da criança; como se lida e o que é dito à criança; considerações sobre a retirada da criança conduzida pelo oficial de justiça.

Assim, a decisão foi tomada e chegou o momento em que um adulto (oficial de justiça, conselheiro tutelar ou guarda municipal) abordará a família e, sobretudo, a criança, com o intuito de levá-la para uma instituição. Como é esse momento? O que acontece?

Chama a atenção o fato de que todos os envolvidos nesse processo são afetados, mesmo que de diferentes formas. Os conselheiros tutelares falam sobre seus sentimentos e reações ao se verem incumbidos da tarefa de acolher a criança (Fluxograma 5).



**Fluxograma 5** – Sentimentos e reações do conselheiro tutelar.

Para a conselheira Daniela, é grande o sofrimento:

*Daniela: [...] embora seja para proteger e para livrar a criança de uma violência, eu pessoalmente, avalio que a violência maior é a separação, porque, você quebrar um vínculo, acho que não tem violência maior que essa [...]. Parece que a família está desistindo dela. Eu não sei nominar as coisas, o sentimento que vem, mas talvez um pouco porque sou mãe e não sou capaz de ver essa quebra com as minhas filhas, ou porque a gente consegue ir além da situação de violência, veja o caso da mãe que [...] a filha era abusada pelo pai, ela própria sofreu a mesma violência. Então, é uma história, assim, que parece que não tem culpados. Embora o pai seja agressivo, você vai conversar, você vai desenterrar, aquele pai não teve condição de ser diferente. Então, é uma situação angustiante, mesmo por que você queria que fosse diferente e você não pode fazer nada melhor que aquilo. Tem alguns momentos, muitos momentos, que você fica revoltada [...], então você quer matar a pessoa, a gente chega aqui: "Aquele filho...", fica revoltado, "Precisa ir para a cadeia, precisa ser castrado, precisa...", mas depois, quando você coloca as coisas no lugar, fica pensando "Uma pessoa, para ela fazer isso, o que também ela não teve?" [...]. Ninguém é sozinho, [...] a gente se faz com os outros que estão perto. Então, eu não sei falar muito, eu sei que é muito sofrido, pelo menos para mim, o sofrimento de fazer o acolhimento é grande [...]. (Daniela, conselheira tutelar).*

A conselheira fala sobre seu sofrimento porque *embora seja para proteger* a criança, ela considera *que a violência maior é a separação*. A despeito disso, a legislação, por meio da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), assegura o princípio da proporcionalidade e atualidade, e dispõe que “a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a

criança e o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada” (art. 100; inciso VIII), bem como assegura o princípio da prevalência na família (art. 100; inciso X).

As Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) alertam, inclusive, para o fato de que o afastamento do convívio familiar é muito sério e provoca profundas implicações, tanto para a criança, quanto para a família. Desta forma, essa medida de proteção deve ser aplicada somente quando “representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento” (p. 10). Assim, quando a violência maior é a separação, o acolhimento institucional é mesmo necessário e adequado? É provável que não.

Outra questão: ao acolher institucionalmente, quebram-se vínculos, assim como afirma Daniela? Não deveria, pelo menos. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009d, p. 31) estabelece que os serviços de acolhimento institucional, caracterizados como de proteção especial de alta complexidade, são destinados a “famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral”, e têm como um de seus objetivos restabelecer os vínculos familiares.

O ECA (Brasil, 1990), reforçado pela Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), assegura que o acolhimento é medida provisória e excepcional, utilizada como “forma de transição para a reintegração familiar” e, em último caso, colocação em família substituta (art. 101, inciso IX, § 1º). E que, uma vez acolhida, o contato da criança com a família deverá ser facilitado e estimulado (art. 101, inciso IX, § 7º). Portanto, o acolhimento institucional não é (ou não deveria ser) o responsável pelo rompimento dos vínculos, visto que uma de suas principais funções, enquanto medida de proteção, é oferecer condições para que os vínculos familiares sejam (re)construídos, (re)significados, mantidos e/ou fortalecidos, dependendo da necessidade de cada família. Se isso não acontece, possivelmente, essa medida de proteção está sendo mal aplicada e/ou a instituição e todos os outros atores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescentes, incluindo o Conselho Tutelar<sup>31</sup>, não estão cumprindo satisfatoriamente seu papel.

Daniela também menciona que em *muitos momentos* sente revolta em relação à família. No entanto, quando consegue se distanciar minimamente da situação e *consegue ir além da situação de violência*, diz que *é uma história, assim, que parece que não tem culpados*. Pode-se perceber que Daniela, nessas ocasiões, consegue se desvencilhar da rede de significações que tende a culpabilizar a família das mazelas de que também é vítima. O que

---

<sup>31</sup> Art. 92, § 4º “Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, se necessário com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, estimularão o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes [...]” (Incluído pela Lei 12.010, de 2009) (ECA, 1990).

não quer dizer que se deva deixar de corresponsabilizá-la pela parte que lhe cabe no processo de vitimização de sua criança.

O conselheiro tutelar Pedro fala da dificuldade de acolher uma criança:

Pedro: [...] a gente [...] naquele momento não pode chorar, tem que ser forte, então, é difícil. Às vezes, é respirar e ver que é uma criança que está sofrendo [...]. A gente tem que se posicionar nesse momento. É difícil também para a gente fazer um acolhimento.

Pesquisadora: E [...] o que você sente? O que gera na pessoa que tem essa responsabilidade?

Pedro: Então, a gente fica [...] se questionando se aquilo é a coisa certa, mas é que tem questões que é tão absurda que a gente não tem ação. Às vezes, nessas questões, é mais fácil para a gente, então, [...] você está na delegacia (com a criança – o pai havia sido preso), você vai deixar ela dormir na delegacia? Não dá. Vai levar para a sua casa? Não pode. Dá vontade, mas não pode, então, a gente abriga. É mais fácil porque é o fim da linha, não tem muito o que fazer. O mais difícil é quando existe a dúvida da situação: de ter sido um pouco mais trabalhada; ou não ter feito alguma coisa a mais. Aí, eu acho que é o pior porque fica na dúvida “Será que aqui a criança ela está reproduzindo uma coisa que não é verdade? Será que eu não tô finalizando esses pais por uma inverdade? Existe mais coisas por trás dessa situação?”. Acho que o pior é isso, você tá cometendo uma injustiça [...]. A gente tenta fazer o nosso melhor, em cima daquilo que a gente acha certo, dos nossos valores. Quando é muito difícil, a gente socializa com o colegiado para realmente ter a questão da equipe, da visão, dos olhares diferentes. E, aí, é feito justiça, mas nem sempre. Às vezes, quem votou tem a mesma impressão que você, mas não era correta. A gente é ser humano, a gente tem que lidar com isso, com nossa impotência e nosso direito de também cometer erros [...]. Acho que o mais importante do nosso trabalho é nunca agir com leviandade, sempre trabalhar em cima realmente de fatos, tentar sempre tudo antes, tudo e mais um pouco [...], mas tem momentos que são bem difíceis. (Pedro, conselheiro tutelar).

Pedro conta que é preciso se convencer de que o acolhimento *é a coisa certa*. Mas, mesmo assim, a *dúvida* persiste em algumas situações, pois sempre há a possibilidade de cometer *uma injustiça*. Mas, se a dúvida persiste, será que o processo de tomada de decisão não deve garantir maior segurança em relação à escolha sobre o que fazer perante a problemática vivenciada pela criança e sua família? Trata-se de uma situação realmente emergencial, para a qual deve-se tomar uma decisão naquele exato momento? Ou a situação é urgente, portanto, merecedora de muito cuidado, mas a atuação em rede poderá contribuir para melhor compreensão do caso e, talvez, prevenção do acolhimento institucional? Trata-se de decisão difícil, mas deverá sempre basear-se em fatos relevantes, obtidos a partir de investigação exaustiva (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

A conselheira Patrícia fala também sobre a dificuldade que sente, mas de uma perspectiva um pouco diferente:

Patrícia: É muito difícil, porque [...] a gente repensa tudo. Será que é esse o meu papel? Será que é isso que é necessário? Como [...] não fazer essa criança sofrer, nesse momento? Mas, assim, por outro lado, é lógico que é dolorido, é difícil, mas a

*gente sempre acredita que é para a melhoria dela. Então, [...] tá com um machucadinho, vou passar uma coisa que vai arder, mas é melhor porque ele vai sarar mais rápido [...]. Muitas acabam tendo o mesmo comportamento da mãe, indo para a droga, então, assim, quando você realmente cessa e manda para uma instituição, é para quebrar isso, [...] que ela tenha chance de ter novas coisas [...]. Eu tenho que ter essa convicção que é para o bem da criança. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Patrícia, assim como Pedro, fala sobre as incertezas e questionamentos da necessidade de acolher uma criança. Todavia, argumenta que a institucionalização serve para *quebrar* a repetição ou reprodução, de comportamentos negativos da mãe, pela criança, uma vez que pode possibilitar que esta tenha *novas coisas* e, talvez, novas experiências e/ou referenciais.

Nessa direção, Barros (2006) refere que o projeto político-pedagógico da instituição deve auxiliar que os acolhidos (re)descubram seus valores morais, éticos e de cidadania, assim como construam um projeto de vida que valorize seus sonhos e habilidades. Guará (2006) também aponta que educar crianças e adolescentes, nesse contexto, significa “ajudá-los a perceber a própria situação sem sucumbir a ela, descobrindo novas estratégias de sobrevivência e de inserção social” (p. 61).

A conselheira Aline, por sua vez, apresenta outra percepção.

*Aline: Eu falo por mim, né, Ivy, porque cada conselheiro é de um jeito. Tem conselheiro que eu vejo que não tem problema nenhum, tira do braço da mãe até à força, já vi isso e eu não consigo. Mas acho que isso é da pessoa; para mim é terrível. Assim, o dia que eu levo uma criança para o abrigo, por mais que eu tenha certeza que foi a melhor medida, por mais que eu sei que foi necessário, que aquela criança não poderia continuar naquela situação, aquilo me dói muito, me dói muito [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Para Aline, acolher uma criança é *terrível* e *dói muito*, mesmo que *tenha certeza de que foi a melhor medida*.

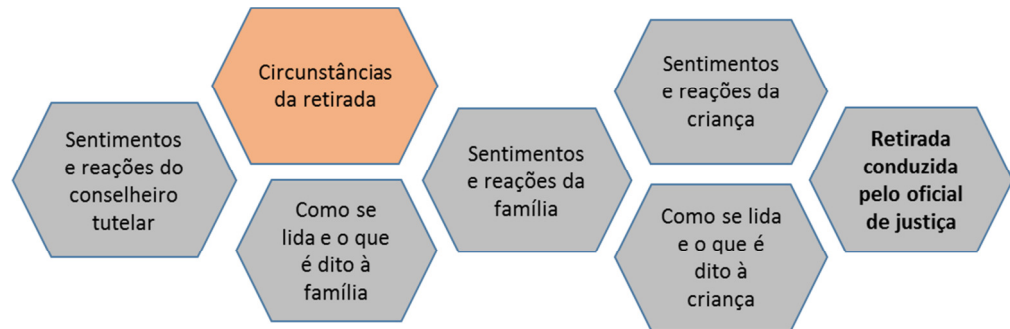
Daniela conta que, para aplicar essa medida de proteção, no Conselho Tutelar em que atua, os conselheiros preferem não agir sozinhos.

Pesquisadora: Daniela, e como que é feito, o momento da retirada da criança, como vocês fazem?

*Daniela: Olha, a gente até nem age sozinho, um conselheiro só [...]. Porque é sofrido para nós também, então a gente sempre procura, na medida do possível, contar até com o apoio do colega, para a gente diminuir o sofrimento. Então, assim, às vezes, um está conversando com o pai, os pais, o outro fica conversando com a criança, ou vice-versa, ou, se os pais nem estão presentes, dois vão conversando com a criança. Assim, a gente tenta causar menos dano possível, porque já é um trauma a criança sofrer violência e é um trauma duplo a criança ser afastada do pai [...]. (Daniela, conselheira tutelar).*

Segundo o que Daniela descreve, atuar nesse momento em parceria com outro conselheiro é uma tentativa de *causar menos dano possível* a si mesmos e à criança.

Assim, mesmo tomados por esses sentimentos, muitas vezes contraditórios, o acolhimento é feito. Então, em que circunstância, geralmente, os acolhimentos ocorrem? (Fluxograma 6).



**Fluxograma 6** – Circunstâncias em que a criança é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem para ser levada ao abrigo institucional.

A conselheira tutelar Patrícia fala sobre o acolhimento emergencial de uma criança, em que a Guarda Municipal foi chamada a atuar:

*Patrícia: [...] Então, por exemplo, é um caso extremo dos extremos, de uma criança de 5 anos que foi encontrada sozinha na rua. Isso acontece também, 5 anos, às 2 horas da manhã, uma criança na rua. A Guarda Municipal vai lá e pega, então, a gente já manda... A gente não vai lá buscar, mas a Guarda já pega ela da rua e já leva já para o (abrigo institucional Tulipa) até o dia seguinte para descobrir o que houve [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).*

No relato, a conselheira Patrícia diz que *não vai lá buscar* a criança. Segundo relata, *a gente já manda... a Guarda Municipal vai lá e pega*. Na lei municipal que regulamenta, entre outros aspectos, as atribuições da Guarda<sup>32</sup> consta que, quando solicitado, deve colaborar com a defesa civil do município. Consta também, no art. 136 do ECA (Brasil, 1990), que o Conselho Tutelar, no exercício de suas funções, pode requisitar serviços públicos nas mais diversas áreas, inclusive, segurança. Portanto, possivelmente, na situação descrita, não se pode concluir que o conselheiro que delega o acolhimento institucional da criança à Guarda Municipal esteja descumprindo suas atribuições.

Todavia, que oportunidade a Guarda Municipal tem de se preparar para lidar sozinha com uma criança nessa situação? Do ponto de vista da natureza do trabalho que desempenham, de suas atribuições e qualificação, supostamente, não seria mais apropriado, na perspectiva da criança, que esse acolhimento fosse feito pelo conselheiro tutelar, mesmo que em parceria com a Guarda? Com certeza, a resposta não será positiva em todos os casos.

<sup>32</sup> Lei 8.950, de 23 de setembro de 1996, do município em questão.



Ao descrever e resumir essa importante parte do processo de acolhimento de uma criança como *vai lá, pega e leva*, o acolhimento, em seu sentido mais amplo, completo e complexo, se perdeu e com ele a qualidade com que será feito também. Afinal, segundo Nascimento *et al.* (2009), a qualidade do atendimento a crianças, adolescentes e famílias que demandam alguma atuação do Conselho Tutelar, depende do tipo de escuta e atendimento oferecido, bem como da disponibilidade do atendimento 24 horas, dentre vários outros aspectos.

Pode-se indagar: qual o cuidado e a disposição que se teve para ouvir a criança a fim de compreender a situação e buscar alternativas anteriores ao “*pega e leva*”, ou seja, anteriores ao simples recolhimento e à institucionalização? O que se observa é a desconsideração de que uma criança de 5 anos, ressalvadas algumas condições especiais, pode possuir plenas habilidades para falar e dar informações sobre si, sobre o que lhe aconteceu e sobre sua família.

Essa postura do adulto reforça a argumentação, anteriormente apresentada, de que há uma pressuposição de que a criança é incapaz/inábil ou, simplesmente, um objeto, portanto, sem voz. Oliveira, Guanaes e Costa (2004) dizem que “estamos sempre envolvidos em ações, posicionando a nós mesmos e aos outros em determinadas categorias sociais e negociando posições em nossas práticas discursivas, estejamos ou não conscientes de quais são essas posições em curso e suas consequências” (p. 78). Dessa forma, o que o adulto demonstra, na verdade, é sua própria incapacidade/inabilidade para lidar com a criança em uma relação horizontal e igualitária, no sentido de serem ambos sujeito ativos e sujeitos de direitos, portanto, posicionando-se e posicionando o outro como tal.

Heitor, que atua no apoio técnico de uma das instituições, questiona a conduta dos conselheiros tutelares que delegam à Polícia e/ou à Guarda Municipal o acolhimento de crianças:

*Heitor: O Conselho Tutelar faz isso tudo por telefone, nem conversa com a criança. Por exemplo, a Polícia que faz o serviço do Conselho Tutelar, eles ligam: “Olha, tô com uma criança aqui, o conselheiro me mandou ligar para vocês”. O conselheiro tem que tá lá conversando com a criança, trazendo elas para a gente, não o policial militar ou guarda municipal! (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).*

Há, na fala de Heitor, uma crítica em torno da atuação impessoal do Conselho Tutelar que *faz isso tudo por telefone, nem conversa com a criança* (outro trecho de entrevista no Anexo L). Ao agir dessa maneira, o conselheiro tutelar está mesmo zelando pelo cumprimento dos direitos da criança (art. 131) como prioridade absoluta (art. 4º) e considerando sua

condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 6<sup>o</sup>), tal como assegura o ECA (Brasil, 1990)?

O conselheiro Pedro enumera outros contextos em que pode ocorrer a retirada da criança.

Pesquisadora: Pedro, e como é feita a retirada da criança das famílias? [...] eu gostaria que você descrevesse o que acontece nesse momento.

Pedro: *Então, [...] cada caso é um caso [...]. Às vezes, o abrigo é feito aqui no Conselho [...]. Quando não existe família extensa [...] e não tem como, [...] daqui mesmo fazemos o acolhimento institucional. Aí comunicamos aos pais que as crianças não vão voltar, que a gente vai fazer um trabalho, que o abrigo vai entrar em contato com eles [...]. Aí passamos essa tarefa para o abrigo [...]. Às vezes, pode ser uma denúncia in loco, a gente só vai in loco quando a denúncia é urgente, na situação que tem uma criança acorrentada num lugar, está sob cárcere, então, a gente junto com a Segurança Pública, juntamente com a Polícia Militar ou [...] a Guarda Municipal, [...] faz essa abordagem [...]. Daí, geralmente, [...] quando já é constatado, [...] ela vai para um abrigo. Justamente, se for uma questão do horário, às vezes isso acontece de madrugada, então, aí não tem como ficar procurando família extensa [...], então, ela vai para o abrigo [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Dentre os contextos em que o acolhimento pode ocorrer, Pedro diz que quando existe *denúncia urgente*, o conselheiro se desloca até o local, contando com o suporte e proteção de agentes da Segurança Pública. E que, sendo de madrugada, não há busca por família extensa, ou outras pessoas significativas para a criança, que é levada diretamente para uma instituição. Por mais difícil que seja, por que *não tem nem como ficar procurando família extensa* de madrugada, o que está sendo priorizado?

Aline, também conselheira tutelar, conta que o processo de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem é diferente, dependendo do conselheiro que está à frente do caso.

Pesquisadora: Aline, qual o procedimento (de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem), como acontece?

Aline: *Acontece de tudo, Ivy, acontece de tudo [...]. Depende da pessoa, do conselheiro que está atendendo, porque a gente decide em grupo, mas tem o papel do conselheiro, a pessoa do conselheiro, que cada pessoa é de um jeito [...]. Tem situações que eu vi [...] que é meio brutal o negócio: "Não, nós vamos abrigar, que não sei o quê" e bate boca, e eu acho que ninguém ganha com isso, porque a família não cria um vínculo bom com o Conselho [...], ao mesmo tempo, ela parece que cria um bloqueio, aí tudo o que você falar para ela, ela não vai fazer [...].* (Aline, conselheira tutelar).

Segundo a conselheira, *cada pessoa é de um jeito*, portanto, há condutas diversas, existindo acolhimentos que são conduzidos de maneira *meio brutal*. Ela descreve, no trecho a seguir, um caso:

Aline: [...] *teve um caso aqui que a mãe ficou muito alterada e a conselheira foi para cima da mãe para tirar à força, era um bebezinho, na hora não teve como impedir, ela tirou à força, a mãe gritando, segurando o bebê, o bebê começando a ficar todo roxo, ela apertando o bebê, eu fiquei desesperada: "Vai matar a criança!" [...].* (Aline, conselheira tutelar).

No relato da conselheira Aline, o bebê, tal como um objeto que pode ser tomado da mão do outro, parece até ter corrido risco de vida. A retirada da criança, feita dessa forma, não seria uma violação de direitos? Qual a função ou legitimidade de um procedimento que visa à proteção, mas (re)vitimiza a criança?

A psicóloga Angélica menciona outra forma de conduzir a retirada da criança que, embora não faça o uso da força, também se mostra violadora de direitos:

Angélica: *Imagino que, algumas vezes, isso (o acolhimento) é feito de forma muito catastrófica: é na Escola, com policial, com a Guarda Municipal, se o contexto todo favorece algum tipo de reação da família. Com o Conselho Tutelar, parece mais light e não aparece de uma forma muito ruim, mas tem relatos de crianças que me contaram situações muito difíceis, assim, de [...] o Conselho Tutelar meio que enganou, dizendo que eles iriam lá para levar para uma consulta, chega na consulta é busca e apreensão, tira todo mundo. Sempre muito traumático, o momento para as crianças, às vezes, [...] difícil para a família também porque eles são surpreendidos pela situação toda. Não existe um processo [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

A psicóloga Angélica pontua que o momento de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem não é o resultado de um *processo*, do qual a família participe, o que torna a situação, algumas vezes, *muito catastrófica*, dependendo do local, de como e de quem participa. Angélica diz que já ouviu relatos em que as crianças foram enganadas, ao serem acolhidas quando pensavam que estavam indo apenas para uma consulta. Serrano (2008), em sua pesquisa de doutorado, questiona o efeito desse tipo de intervenção para a família, a qual pode se sentir enganada, dificultando a vinculação com os profissionais envolvidos.

Angélica refere-se também à participação da polícia ou da Guarda Municipal, *se o contexto todo favorece algum tipo de reação da família*. Como não favoreceria? É fato que o procedimento, sendo feito de forma *catastrófica* e surpreendente, aumenta o risco de haver reação negativa contra o oficial de justiça ou conselheiro tutelar, por isso, a necessidade de se protegerem. A participação da polícia no momento de retirada da criança também é relatada na pesquisa de Serrano, realizada em Ribeirão Preto/SP (2008).

Nesse contexto, como os conselheiros tutelares têm lidado com as famílias? O que lhes é dito nesse momento? (Fluxograma 7).



**Fluxograma 7** – Como os conselheiros tutelares lidam e o que dizem à família no momento em que retiram a criança de seu contexto familiar e/ou de origem.

A conselheira tutelar Aline fala sobre sua forma de conduzir:

Pesquisadora: Aline, qual o procedimento (de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem), como acontece?

Aline: [...] *Tem conselheiro que conversa mais, com mais tranquilidade com a família, traz a família; por exemplo, eu, sempre por uma questão de respeito com a família, por pior que seja, mas para ela refletir, e por questões de ela saber que não é o Conselho que está fazendo aquilo, foi ela, pela conduta dela, pela forma que ela vem conduzindo a vida dela com os filhos, que está levando o Conselho a ter que tomar essa decisão.*

Pesquisadora: Isso é dito no momento da retirada?

Aline: *Isso, isso. Então, eu sempre vou conversando "Olha, você está fazendo assim, você está usando substâncias", ou se não, "Seu filho é, foi espancado, a situação não pode ser assim, tal e tal. Você percebe que você está me fazendo tomar uma decisão que não é a que eu gostaria de tomar, que não é a decisão certa, que a criança tem que estar na família, mas que essa família tem que estar adequada para criar essa criança". Então, [...]às vezes, demora uma, duas horas, mas você consegue fazer a família sair consciente de que ela agiu de forma a perder, naquele momento, o filho [...].* (Aline, conselheira tutelar).

Pelo que descreve, talvez numa tentativa de fazer com que os pais se envolvam com as causas que motivaram o acolhimento, Aline enumera as violações de direitos cometidas em relação à criança e os deveres parentais não cumpridos. Aponta que, *às vezes, demora uma, duas horas, mas você consegue fazer a família sair consciente de que ela agiu de forma a perder, naquele momento, o filho.* Esse investimento de tempo com as famílias, com certeza, deve ser valorizado. No entanto, aparentemente, o conteúdo da *conversa* não trata da corresponsabilização e, sim, da responsabilização/culpabilização da família. Não há, em sua descrição, a referência a uma discussão crítica e contextualizada, a partir de uma escuta atenta dos pais ou responsáveis, sobre a problemática vivenciada. O risco, nesse caso, é convencer a família de que é fracassada e incompetente, portanto, facilmente substituível, em vez de envolvê-la e, realmente, corresponsabilizá-la, contextualizando e (re)significando suas falhas, mas, acima de tudo, apontando sua importância, potencialidades e possibilidades de mudança.

Valente (2010, p. 140) diz que é comum famílias, ao terem seus filhos acolhidos em instituições ou em famílias acolhedoras, acreditarem que nesses locais eles estarão mais protegidos. Salienta que essa descrença em si mesmas pode se dar em decorrência de um “acúmulo de relações de descrédito que as famílias pobres vêm vivenciando”.

Yunes (2010), nessa mesma direção, discorre sobre os resultados de pesquisa que realizou sobre o modelo de relações adotado pelos agentes sociais e as famílias pobres. Refere que a ausência de empatia e de relação genuína não favorece que as famílias desenvolvam identidade positiva e consciência transformadora. Em vez disso, essa atitude negativa e de descrédito parece agir no sentido de assinalar a incompetência destas no que diz respeito a modificarem sua condição de vida, como se isso dependesse apenas delas.

A conselheira Daniela, por sua vez, salienta aos responsáveis que *eles não tem alternativa*:

Pesquisadora: Daniela, [...] como vocês falam para esses pais?

Daniela: *Que eles não tem alternativa, que naquele momento é o melhor para proteger os filhos e a eles mesmos, às vezes, um caso de violência física de uma criança, a gente fala que a pessoa está totalmente desnorreada a ponto de agredir um filho e deixar marcado [...], então, fala que é proteção para ele e é proteção para o pai, também, porque imagina se nessa crise de raiva ele mata o filho, ele acha que vai para onde? Então, também é uma proteção [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

Chama a atenção, no trecho acima, o enfoque que é dado à periculosidade do *pai*, como se o afastamento/acolhimento da criança fosse uma medida protetiva inclusive para o adulto. Não há uma inversão/deturpação da proposta protetiva dessa medida? A criança é afastada/acolhida para proteger a si mesma, mas, sobretudo, o adulto, das consequências de seu próprios atos? Assim, a conselheira diz à família que *eles não têm alternativa*, mas, aparentemente, quem não tem alternativa é a criança.

A conselheira tutelar Aline fala sobre a diferença na forma de conduzir a situação, quando se trata de uma família que já é acompanhada pela rede e de quando não há esse acompanhamento prévio.

Pesquisadora: E tem alguma coisa, assim, que ameniza esse sofrimento, essa angústia que a família se depara diante disso?

Aline: *Então, na hora do abrigo é o que eu disse, se puder não ser de forma tão assim brutal [...], quando dá para conversar, dá para ter um tempo. Quando a família é atendida na rede, ela é o tempo todo trabalhada e conscientizada da não adesão no que pode... [...]. A gente vê que é muito mais fácil, porque ela sabe, [...] ela está consciente do que está acontecendo. Agora, situações que na hora precisa, né, é muito duro. Eu [...] falo: "Mas isso não é uma situação definitiva, nesse momento, está precisando disso, mas o seu filho não vai ficar lá para sempre, isso*

*vai depender de vocês, se vocês fizerem tudo que tem que ser feito, já já eles estão de volta para casa. Agora, se vocês continuarem, a opção de vocês for continuar a ter esse tipo de vida, aí vocês não vão ter o filho de volta". Mas quando você fala: "Isso é uma situação temporária" você vê que já diminui muito, porque, qual é a ansiedade deles? De perder [...]. Eles acham que está no abrigo, que pode ser adotado, então, isso realmente enlouquece qualquer pai, qualquer mãe [...]. Então é tudo questão, Ivy, dessa consciência, desse atendimento, dessa conscientização dos pais, o que é o abrigo, que não é dessa forma que eles pensam, aí as coisas ficariam mais fáceis. (Aline, conselheira tutelar).*

Aline diz que o sofrimento da família é amenizado quando o acolhimento não é *brutal*, havendo espaço para a palavra, para a *conversa*. Menciona que a retirada da criança é *mais fácil* quando a família é acompanhada previamente pela rede, pois *está consciente do que está acontecendo*. A conselheira sinaliza que há, nessa situação, nem que seja minimamente, a construção de um processo, ou seja, *dá para ter um tempo*, e esse tempo possibilita que a retirada não seja tão *brutal*. A questão do tempo também parece ser importante, quando Aline diz que a ansiedade da família diminui, ao saber que o acolhimento é uma *situação temporária*. Entretanto, em sua fala, a reintegração familiar é simplificada a ponto de se tornar, apenas, o resultado de uma opção da família: *se vocês continuarem, a opção de vocês for continuar a ter esse tipo de vida, aí realmente vocês não vão ter o filho de volta*.

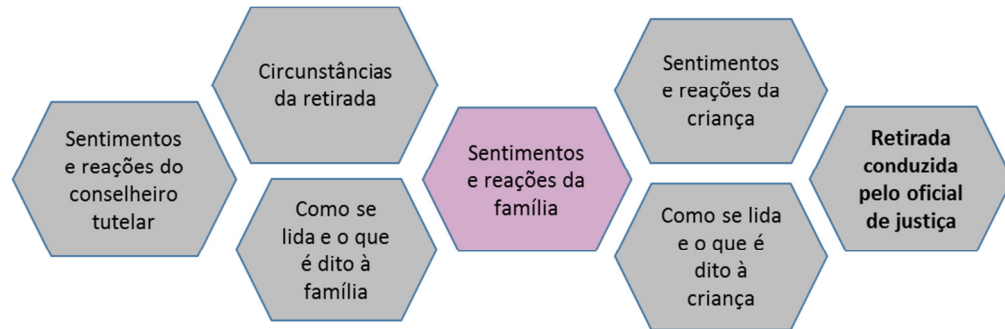
A conselheira Aline também fala de outra intervenção sua com os responsáveis, no caso, a mãe:

*Aline: [...] A gente pede para a mãe não chorar na frente, para a criança não ver a mãe chorando. É complicado. Mãe, por exemplo, quando a gente é chamado no DP [Departamento de Polícia], à noite, quando é presa e que tem filhos, que a gente tem que abrigar a criança, porque, por exemplo, ela foi pega com drogas. Então, a mãe, ela ama os filhos, para ela ir presa e os filhos irem para o abrigo é uma situação, mas a gente sempre chega correndo, nas duas vezes que eu fui, cheguei correndo e falei: "Não, olha, procura não chorar, só na frente deles, para não tornar mais difícil para eles, por mais difícil que está sendo para você, dá um beijo, dá um abraço, fala que logo você vai buscar, conversa com eles, fala que você vai lá assim que você resolver os problemas". Porque a criança entende, para não causar aquela, quando eles veem os pais chorando, aí, fica tudo mais complicado, nervoso. Os pais começam a chorar, gritar, aí tudo fica muito mais difícil para a gente, para a criança e para a família. (Aline, conselheira tutelar).*

Aline parece não considerar que, com exceção de situações em que haja descontrole emocional que culmine em reações exacerbadas de grito e/ou violência, o choro da mãe, como uma manifestação legítima de seu sofrimento, pode ser saudável e até organizador para a criança. Ao entrar em contato com o sofrimento da mãe, o acolhimento e seu próprio sofrimento (sentimento de abandono) podem ser (re)significados, afinal, a criança pode perceber que a mãe lamenta o afastamento entre elas e que uma é importante para a outra.

Porém, implicitamente, a conselheira parece pedir para não entrar em contato com o sofrimento da família, o que facilita sua tarefa.

Assim, diante das intervenções a que são assujeitadas, como a família se sente e reage? (Fluxograma 8).



**Fluxograma 8** – Sentimentos e reações da família no momento em que sua criança é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem.

A conselheira Aline fala da reação da família na situação de acolhimento em que esta entrega, voluntariamente, a criança ou o adolescente:

Pesquisadora: E como, normalmente, as famílias reagem?

Aline: *Na grande maioria das vezes, sempre tem que falar, pós Lei 12.010, porque é a pedido dos pais, aí elas saem daqui, muitas vezes, como se diz, elas se sentem aliviadas, né, porque entregaram o problema para o Conselho, que é o que elas vêm fazendo, entregar os filhos como se fosse mercadoria [...].* (Aline, conselheira tutelar).

No trecho acima, alguns aspectos devem ser levantados: o que está por trás desse alívio da família? Será que é isso mesmo o que sentem? O que torna a criança um problema tão grande a ponto de seu cuidado, naquele momento, ser delegado pela família a outra instituição? O que leva a família a se sentir e se posicionar como impotente e/ou incompetente para lidar com sua criança? O Estado e a sociedade têm arcado com suas obrigações em relação à criança e oferecido o suporte necessário à família? Será que em vez de apoiar, potencializar e fortalecer a família, o Estado e a sociedade têm contribuído para a construção de seu fracasso e sentimento de incapacidade?

Dependendo das respostas atribuídas a cada uma dessas questões, sentir-se aliviada pode ser um sentimento completamente compreensível, por parte das famílias, embora dificilmente manifeste-se isoladamente. É possível e provável que hajam muitos e variados sentimentos coexistindo.

Além disso, a conselheira diz que a família entrega a criança-problema ao Conselho Tutelar *como se fosse mercadoria*. A objetificação da criança não ocorre apenas nas relações familiares, como já apontado anteriormente. Esse ainda é um posicionamento comum do adulto em relação à criança, e especialmente na relação entre o adulto com **essas crianças**, ou seja, as crianças pobres submetidas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

A seguir, as conselheiras tutelares Aline e Daniela falam sobre os sentimentos e reações da família nas situações em que a retirada da criança aconteceu independentemente de sua vontade:

Aline: [...] *Tem inúmeras situações, viu Ivy, mas a grande maioria, eu diria assim, a grande maioria não aceita ver os filhos ir para o abrigo.* (Aline, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Daniela, [...] quando vocês têm que retirar as crianças sem o consentimento dos pais, como eles reagem [...]?

Daniela: [...] *Eles acabam, não aceita, mas compreende [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

Segundo as conselheiras, a família *não aceita* ver os filhos indo para uma instituição de acolhimento, mas *compreende*. O que quer dizer *compreende*, nesse contexto? Será que compreende que o melhor para si e/ou para a criança é a instituição? Por quê? Por que não é boa ou capaz o suficiente para dar conta das necessidades da criança? Nesse caso, possivelmente, a família encontra-se tão assujeitada que *compreende* que é preciso submeter-se.

Diferente seria se a intervenção possibilitasse à família compreender que é corresponsável pela situação em que se encontra, assim como o Estado e a sociedade; que também é vítima da violência estrutural, que muito contribuiu para as causas do acolhimento; que é dever do Estado e da sociedade oferecer-lhe suporte e apoio a fim de superar suas dificuldades e ter sua criança de volta; e que a criança precisa e quer estar com sua família.

É possível concluir que, dependendo do que se faz o outro compreender, ora posiciona-o como culpado, desvalorizado, incompetente e incapaz, ora posiciona-o como agente corresponsável e sujeito de direitos que, embora negados, podem ser reivindicados. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) apontam que “o ser humano é relação, constrói-se na relação com o outro e com o mundo” (p. 25) e que, portanto, as identidades pessoais e grupais são construídas a partir de jogos interativos, através dos quais as pessoas se constituem mutuamente, ao longo de toda a vida. Nesses jogos interativos, há papéis/posições



e lugares possíveis de serem ocupados. A partir disso, é preciso questionar: quais os papéis/posições e lugares possíveis de serem ocupados por essas famílias?

A conselheira tutelar Patrícia traz uma informação que vai ao encontro dessa questão:

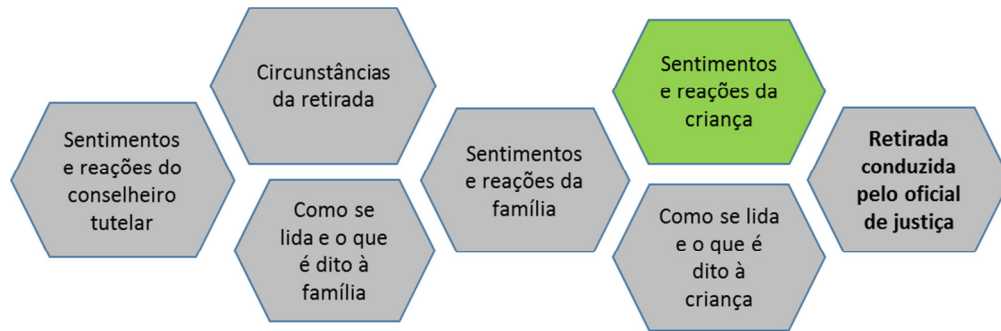
*Patrícia: [...] às vezes, ela resiste, claro, ela não quer perder aquele filho, mas têm outras mães que a gente sabe que, depois que tá no abrigo, é aí que se acomodam mesmo: "Ah, então, agora eles estão cuidados, então, agora ele tá tranquilo, não vou [...] buscar de volta" [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Patrícia conta que, apesar de existirem famílias que resistem ao acolhimento e *perda* dos filhos, há aquelas que consideram que, na instituição, seus filhos estarão mais bem cuidados. Nesse caso, trata-se, necessariamente, de acomodação? Ou será que é resignação? Se as intervenções a que estão assujeitadas as famílias, consciente ou inconscientemente (Oliveira, Guanaes e Costa, 2004), desacreditam-nas (Valente, 2010) e posicionam-nas como incapazes, o que esperar delas?

Bernardi (2010b) aponta que, algumas vezes, as famílias sentem-se inseguras, desconfiadas e desconfortáveis com o afastamento dos filhos. Todavia, com o tempo, percebem que “a instituição oferece a seus filhos bons recursos, moradia confortável, alimentação adequada, boas roupas e cursos extracurriculares” (p. 40). Assim, muitas famílias se tranquilizam ao associarem a instituição a um colégio interno. A autora reforça, então, a importância do trabalho de fortalecimento dos vínculos entre a criança e sua família.

Porém, em outros relatos que serão apresentados no subitem 6.5, observa-se que, embora seja papel da instituição promover os vínculos familiares e trabalhar para que as crianças sejam reintegradas em suas famílias, em algumas instituições, não há busca ativa por essas famílias, a fim de reestabelecerem o contato com suas crianças. Há, ao contrário disso, um prejulgamento e até a culpabilização daquelas que não buscam esse contato imediato, mesmo antes dos profissionais saberem quais as razões que as levaram a agir dessa maneira.

E a criança? (Fluxograma 9).



**Fluxograma 9** – Sentimentos e reações da criança no momento em que é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem.

A conselheira tutelar Aline fala que a maneira como o adulto significa o papel do Conselho Tutelar e das instituições de acolhimento para a criança traz consequências.

*Aline: O grande problema é que as crianças, eles têm medo do adulto, eles têm medo do Conselho, principalmente, os em idade escolar, porque a Escola sempre usa o Conselho para ameaçar a criança. Ao invés de falar para a criança que o Conselho é um órgão de proteção que, quando ela se sentir violada nos direitos dela, tem um órgão que pode ajudar, proteger, dar um encaminhamento, não. O que eles falam, isso eu sei, porque fiquei vinte anos dentro de Escola e cansei de ver isso, "Se você nananã, eu vou te mandar para o Conselho, você vai para um abrigo, você vai ver o que é aquilo lá, aí você vai ver!". Então, eles crescem ouvindo que o Conselho é o lobo mau, que manda eles para um abrigo [...] que é um inferno. Então, na hora aqui, muitos se desesperam [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

A conselheira Aline conta que a criança cresce com *medo do Conselho* devido ao que lhe dizem. Nessas condições, como a criança significa e reage à notícia de que será acolhida?

As conselheiras Daniela e Aline apresentam percepções diferentes:

*Pesquisadora: Daniela, [...] você falou desse sofrimento das crianças, normalmente, como elas reagem?*

*Daniela: Chorando. Inclusive adolescentes, eles choram [...]. (Daniela, conselheira tutelar).*

*Aline: [...] O sofrimento existe, não existe assim, chorar, reações. O sofrimento, a gente percebe não só na hora que você tira, depois no abrigo. Você vai visitar o abrigo, você vê no rostinho de cada um, no olhinho de cada um, o sofrimento, é por isso que eu digo que é um horror. Assim, eu digo que chegar a tirar para ela chorar, espernear, essa cena, graças a Deus, a gente não vê muito, porque vem desses históricos já de muito sofrimento [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Daniela conta que é frequente a criança, e também o adolescente, chorar no momento em que é retirada (outro trecho de entrevista no Anexo M). Aline, por sua vez, diz que, embora perceba o sofrimento, inclusive depois que a criança já está na instituição, o choro não é tão comum, uma vez que ela já vem de um histórico de vida muito difícil.

As conselheiras Patrícia e Aline complementam:

Patrícia: [...] eu tenho notado que é, assim, as crianças mais sofridas mesmo, violentadas fisicamente, emocionalmente, elas vão um pouco caladas, com medo do novo, mas, ao mesmo tempo, a hora que chega lá, parece que dá um alívio, sabe? Porque [...] tem crianças que realmente têm terror dos pais, porque sofrem uma violência muito grande [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Como que, normalmente, elas reagem?

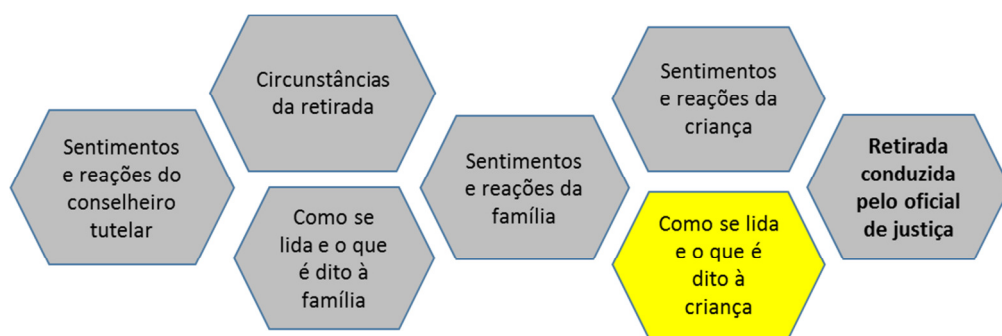
Aline: Elas, normalmente, elas não reagem mal. Normalmente, elas vão com a gente, chegam no abrigo, porque a criança que ela é abrigada, normalmente, ela é muito negligenciada, então, ela não está acostumada com aquela mãe carinhosa de um lado. Então, ela vem com a gente, que é um estranho, ela vai no carro, ela... Olha, foram raríssimos os casos que foram chorando, elas chegam no abrigo numa boa [...]. Então, a gente percebe que [...] uma criança que tem o carinho dos pais, uma família estruturada, se você tirar a criança para ela ir com um estranho [...], já não vai aceitar essa situação, mas, nos casos de que tem acolhimento são situações já estão sofridas, a criança já vem de um sofrimento tão grande que realmente não chega, é uma coisa estranha, mas não chega chorando.

Pesquisadora: Mesmo os pequenos?

Aline: Mesmo os pequenos. Bebê, ele não tem muito entendimento, mesmo os pequenos, não têm muito. Também a gente só abriga em situações muito críticas mesmo [...]. (Aline, conselheira tutelar).

As conselheiras contam que o acolhimento pode, realmente, ser um alívio para a criança, quando é realizado em situações muito críticas, em que há um quadro severo de violência, manifestado em suas mais variadas modalidades, tendo, portanto, fragilizado a relação entre a criança e seus responsáveis (outros trechos de entrevista no Anexo N).

E como os conselheiros conduzem esse momento em relação às crianças? O que lhes é dito? (Fluxograma 10).



**Fluxograma 10** – Como os conselheiros tutelares lidam e o que dizem à criança no momento em que a retiram de seu contexto familiar e/ou de origem.

A conselheira Patrícia conta o que costuma dizer para a criança:

Pesquisadora: [...] o que é dito, assim, para a criança? Chega lá e você tem essa tarefa de levá-la.

Patrícia: É, a gente faz uma abordagem com uma criança maiorzinha, não sendo bebê, a gente diz para ele que vai precisar levar ele com a gente para uma outra

*casa e essa casa vai ter outras crianças que moram lá: “Você vai poder ver a mamãe” [...], mas, nesse momento ele tem que vir com a gente, mas vai ser um lugar legal, vai ser um lugar que ele vai poder conversar com adulto, com criança [...], entendeu? Leva e, realmente, tentar mostrar para ele que é um momento diferente, mas que não tem muita escolha, não, vai ter que ir mesmo.*

Pesquisadora: É dito por que ele não pode ir para a casa dele ou por que está indo para esse outro lugar?

Patrícia: *Então, [...] dentro da compreensão da criança, a gente até fala [...]. Eu me lembro de um caso de um casalzinho de irmãos, eles saíram numa boa também, sabe? Assim, “Vamos passear, vamos para outra casa, fala tchau para a mamãe”, falou: “A mamãe vai te ver depois lá no outro local”, entendeu? E a criança foi numa boa. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Patrícia ressalta para a criança que *não tem muita escolha, não, vai ter que ir mesmo*. Não há, aparentemente, uma prática consolidada de dizer à criança o motivo de sua ida para essa outra casa. Patrícia chega até a descrever uma cena em que a ida para a instituição foi caracterizada para as crianças como um passeio. De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989), todos os assuntos que afetam a vida da criança devem levar em conta sua opinião, considerando-se sua idade e maturidade (§ 1º do art. 12). Essa proposição promove a ideia de que as crianças devem participar de tudo aquilo que lhes diz respeito. É preciso que elas sejam envolvidas, informadas, consultadas e ouvidas. Essa nova diretriz, contribui para que as crianças deixem de ser vistas como “objetos assujeitados à ação/decisão de terceiros (adultos) e comecem a ser reconhecidas não só como sujeitos de direitos, mas também como sujeitos de suas próprias histórias” (Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011, p. 54).

Em consonância com o exposto, foram incluídos, no ECA (Brasil, 1990), a partir da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), alguns princípios que regem a aplicação das medidas de proteção (artigo 100), e, dentre estes, destaca-se o princípio da obrigatoriedade da informação. Esse princípio assegura que as crianças e os adolescente, bem como suas famílias ou responsáveis, devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa (inciso XI). Faz, ainda, tal como a Convenção dos Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989), a ressalva de que se deve respeitar o estágio de desenvolvimento da criança e do adolescente e sua capacidade de compreensão.

Todavia, observa-se que ser ouvida e informada são direitos que não têm sido assegurados à criança. Quem determina a partir de que idade e/ou de qual grau de maturidade ou compreensão as crianças passam a ser dignas de tais direitos? Afinal, há muitas formas de ouvir a criança para além da palavra (Rossetti-Ferreira, Solon & Almeida, 2010). Ademais, Dolto (2003) afirma que “não existe idade para se explicar a uma criança sua situação”. Mesmo que a criança não seja capaz de responder, é preciso falar-lhe para que ela ouça

“palavras claras de alguém que não procure chegar ao nível delas, dourando as dificuldades” (p. 135).

A conselheira Daniela conta como conduziu um dos acolhimentos que fez:

*Daniela: [...] No caminho, eu fui acompanhando a criança do hospital até o serviço de acolhimento [...], aí no caminho ela falou assim: "Tia, você vai me levar para a sua casa?", e eu falei: "Não, eu vou levar você para a casa das crianças"; "Tem muita criança?"; "Tem um monte de criança lá, você vai adorar, tem brinquedos, tem bastante coisa para você fazer". Aí ela foi tranquilinha. "Tia, você compra uma bicicleta para mim?"; "Olha, lá onde você vai, tem bicicleta para você brincar!" [...]. E aí, então, ela chegou na casa, era hora das crianças estarem dormindo, era logo depois do almoço e, aí, eu mostrei toda a casa para ela.*

Pesquisadora: Você é que fez isso?

*Daniela: Eu e uma monitora do abrigo [...]. Aí, eu me despedi dela e ela pediu para eu ir vê-la.*

Pesquisadora: Você foi?

*Daniela: Não. Passados uns 15 dias, ela já foi para uma família acolhedora e aí eu não posso ir. A gente não sabe quem são as famílias acolhedoras. (Daniela, conselheira tutelar).*

Daniela, assim como Patrícia, diz para a criança que a instituição é uma casa que tem outras crianças. Nada é dito sobre quem são e por que essas crianças estão lá. Há, também, ênfase na existência de brinquedos. A conselheira teve o cuidado de, junto com a educadora da instituição, mostrar a casa à criança antes de ir embora. Esta parece ser uma boa maneira de mediar a transição entre a retirada da criança de seu contexto de origem e sua chegada na instituição, além de contribuir para a apresentação e inserção nesse novo ambiente. Afinal, neste caso, especificamente, a conselheira parece ter conseguido estabelecer boa relação com a criança e contar com sua mediação nesse início, certamente, trouxe contribuições. A criança, inclusive, chegou a pedir que a conselheira a visitasse. No entanto, mesmo com 15 dias para fazer isso, a conselheira não a visitou.

A seguir, a conselheira Aline fala sobre sua forma de atuar com as crianças:

Pesquisadora: Aline, e as crianças? O que é dito para as crianças, se é dito alguma coisa, como é?

*Aline: A gente sempre [...] fala, assim, onde que ele vai, como é o local, porque está indo, [...] que não é para sempre, que é por enquanto, enquanto a gente vai atender a família, que é um lugar que vai ter outras crianças, que também estão passando por um momento assim como ela [...]. Então, não dá para falar muito porque não tem nem como a gente falar muito para a criança, porque ela não tem esse entendimento do que é um abrigo [...].*

Pesquisadora: E isso é a partir de alguma idade que vocês procuram...

*Aline: É, a idade que a criança já tem algum entendimento, a gente fala.*

Pesquisadora: E quando, mais ou menos, vocês acham?

*Aline: Três anos, mais ou menos, já dá para conversar. Eles não entendem, muitos não entendem, mesmo os maiores, eles chegam meio perdidos [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Todos os pontos que Aline diz tocar na conversa com a criança são essenciais, embora essa conversa aconteça apenas com crianças com idade por volta dos 3 anos. A conselheira ressalta que, apesar dessa conversa, as crianças *não entendem, muitos não entendem, mesmo os maiores, eles chegam meio perdidos*, demonstrando que, pela complexidade dos assuntos tratados, apenas a informação não basta. Serão necessários espaços contínuos de conversas durante todo o processo de acolhimento, para que os assuntos possam ser abordados repetidas vezes. E por se tratarem de assuntos de difícil elaboração, será fundamental que existam parceiros/interlocutores (educadores e técnicos) dispostos, disponíveis e preparados para ajudar a criança nesse processo. Assim, nessas instituições, sempre deve haver possibilidade e disponibilidade para o diálogo, levando-se em conta que as crianças têm maneiras diversas de se expressar (Rossetti-Ferreira, Solon & Almeida, 2010).

A conselheira Daniela relata um caso em que sentiu dificuldade para explicar a necessidade do acolhimento para uma das crianças envolvidas:

Daniela: [...]  *você tenta com muita conversa, com muito jeito, com muito carinho, convencer a criança de que aquilo é necessário.*

Pesquisadora: E o que é dito?

Daniela:  *Por exemplo, está com um mês, mais ou menos, eu fiz um acolhimento que foi o que mais me doeu. A mãe estava separada de corpo do pai há cinco anos e ela dormia no sofá.*

Pesquisadora: A criança?

Daniela:  *Não, a mãe. E o pai dormia na cama de casal, a única cama da casa, com as duas filhas [...]. Isso durou cinco anos e a mãe não tinha condições de imaginar que alguma coisa pudesse estar acontecendo, até que a menina um dia falou: "Mãe" - a menina de 13 anos - "eu acordei com o pai em cima de mim" [...]. Então, a mãe veio com essa menina de 13 anos [...]. E a outra criança dela tinha ficado na casa, a vizinha cuidando, o marido estava trabalhando, então eu falei: "Então, nós vamos ter que fazer o acolhimento das suas filhas porque no abrigo elas vão estar protegidas dessa situação, se você não consegue voltar para casa, então, não vamos deixá-las na jaula do leão".*

Pesquisadora: A outra era menorzinha?

Daniela:  *A outra tinha oito anos. E aí foi o mais complicado para mim porque a de 13 anos, ela sabia o que estava acontecendo, sabia porque estava indo para o serviço de acolhimento e entendeu que era para proteção.*

Pesquisadora: Foi falado para ela?

Daniela:  *Foi, foi falado para as duas, para a mãe e para a menina de 13 anos. Então, nós fizemos essa conversa [...]. E [...] eu fui com a mãe até a residência para pegar essa menininha de 8 anos e eu tive que falar para ela que ela ia se separar da mãe dela, mas eu não podia falar o porquê, porque ela não me pareceu, pelo menos ela não manifestou que ela tivesse algum problema com o pai [...]. Aí eu falei: "Olha, a tia veio aqui e eu vou levar você para ficar junto com a sua irmã num lugar que tem bastante criança, que tem pessoas da idade da sua irmã e que vocês vão ter que ficar lá um pouquinho, depois vocês vão voltar para a casa da mamãe". Daí, ela já olhou para a mãe dela e já começou a chorar, "Mas por quê? Eu quero ficar com a minha mãe, e a minha irmã aqui". "Mas a sua irmã vai ter que ir para aquela casa e ela não quer ficar sozinha, ela gosta tanto de você e se você ficar com ela, ela fica. Você quer ficar com a sua irmã?" "Eu quero ficar com a minha irmã, mas eu também quero ficar com a minha mãe." Sabe, então, eu tentei diminuir a dor falando que ela ia ter a irmã, que ela não ia ficar só...*

Pesquisadora: E elas ficaram juntas?

Daniela: *Ah, ficaram juntas, a gente não ia deixar separar. Então, assim, a gente tenta minimizar [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

No relato acima, Daniela deixa claro quão *complicado* foi, para ela, lidar com a situação, em que uma das irmãs sabia o motivo do acolhimento e, portanto, compreendeu sua necessidade, enquanto a irmã mais nova, por desconhecê-lo<sup>33</sup>, resistiu à medida. Na tentativa de convencer a criança, a conselheira fez uma argumentação confusa e muito distante do que realmente estava acontecendo, além de sugerir a responsabilização da irmã mais velha pelo acolhimento: *Mas, a sua irmã vai ter que ir para aquela casa e ela não quer ficar sozinha, ela gosta tanto de você e se você ficar com ela, ela fica.*

Partindo do fato de que a decisão, nesse caso, foi conjunta, ou seja, tomada com a participação e anuência da mãe (não agressora), esta não poderia ter sido envolvida na conversa com a filha mais nova, a fim de explicar-lhe o motivo do acolhimento? A mãe, conhecendo a filha (mais do que a conselheira, que nunca havia visto a criança), não poderia ter uma maneira mais significativa e contextualizada para tratar do assunto, mesmo que apoiada pela conselheira? Ao excluir a mãe e tomar para si essa tarefa, a conselheira parece sinalizar a não valorização da família como competente para lidar com e encontrar saídas para suas próprias dificuldades.

O conselheiro Pedro descreve situação vivenciada por ele e mais duas crianças:

Pesquisadora: E o que é dito para a criança, se é dito alguma coisa?

Pedro: *Então, geralmente, a criança é difícil falar [...] cada caso é um caso [...]. Teve um caso recentemente de duas crianças bem pequenas (4 e 6 anos) que o pai foi em uma casa de prostituição e deixou os filhos dentro do carro [...]. Eles são de uma cidade aqui [...] e a polícia abordou e levou todo mundo para a delegacia. O pai tinha passagem, [...] outras pendências e ele acabou ficando [...]. Eu acabei acolhendo as crianças [...]. “Olha, você precisa descansar, então, hoje, o tio vai levar você numa casa que tem outras crianças e você vai descansar lá e amanhã a gente vai ver certinho, vocês vão voltar para a casa de vocês”. Então, na verdade, eles voltariam mesmo porque o município competente, onde eles moram, é outro e eles vieram parar aqui [...], então, [...] foi feito o recâmbio [...]. O começo é bem complicado, assim, para você conversar, mas a gente conseguiu chegar numa boa [...], a gente foi conversando com eles e não é que aceitam, mas eles acabam vendo a situação que aconteceu e tendo um pouquinho menos de ansiedade, até aguardar o próximo fato, eles não sabem o que vai acontecer, na verdade, nem a gente sabe o que vai acontecer dali para a frente [...]. Difícil você falar alguma coisa, de prometer alguma coisa para aquelas crianças, a gente fala que no momento elas estão protegidas e elas vão ficar protegidas em um lugar que tem outras crianças e que vai ter uma pessoa responsável por ela lá que vai tentar resolver todos os probleminhas que ela tiver enquanto ela tiver ali. Então, vai tá sempre com ela ali, tentando responder às perguntas dela porque, por menor que seja, eles têm muitos questionamentos “Por que eu tô aqui, o que eu vim fazer aqui, o que aconteceu com meu pai?”.*

<sup>33</sup> Essa é uma inferência da conselheira tutelar, baseada no relato da mãe da criança.

Pesquisador: E quando pergunta por que tá sendo levada para essa casa que tem um monte de crianças ou por que disso tá acontecendo?

Pedro: [...] *no caso deles: “O papai fez uma coisa errada, então, quando a gente faz uma coisa errada, a gente não tem um castigo? Então, o papai tá lá e ele vai ter um castigo e vocês não podem ficar sozinhos, porque vocês precisam de cuidados, precisa de alguém para te dar banho, para te dar comida, então, vocês não podem ficar com o papai [...], mas vão ficar com uns tios e esses tios vão cuidar de vocês”. E, assim, a gente tenta amenizar “Lá vão ter outras pessoas, outras crianças, lá tem brinquedo”. Então, assim, às vezes não adianta você tentar falar com uma criança muito pequena sobre o fato real, a gente tenta abordar pelo lúdico, então, “Lá você vai poder brincar com um monte de criança, lá tem um monte de brinquedo”. Então, assim, ela começa a deslumbrar uma possibilidade de outra coisa, aí esquece um pouco daquilo que ela tá passando naquele momento [...]. Eu tento usar essa questão porque, realmente, como você vai conversar com uma criança de 4, 6 anos? (Pedro, conselheiro tutelar).*

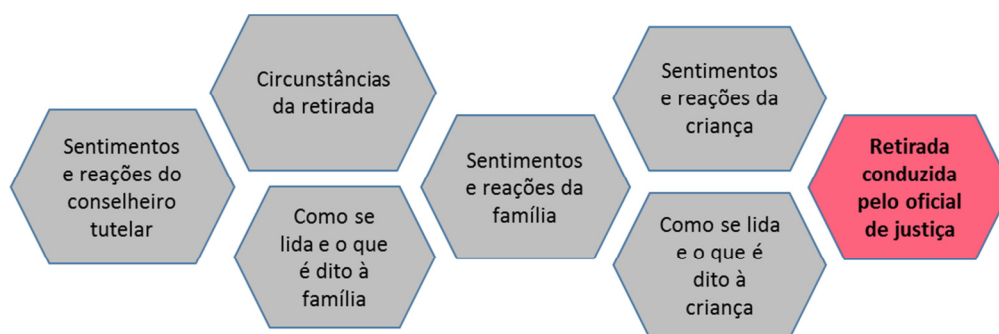
Pedro esforça-se para tranquilizar as crianças. No entanto, menciona sua dificuldade e despreparo para conversar com crianças *de 4, 6 anos*. Além disso, percebe-se, em sua fala, a necessidade de distrair a criança. Todas as tentativas parecem ser na direção de distanciar a criança da angústia, daquilo que a faz sofrer, daquilo que a constitui, daquilo que o adulto não sabe lidar, seja com promessas vazias, com brinquedos ou *um monte de criança*. Recorrendo mais uma vez a Marin (2010), é preciso permitir que a criança fale de seu abandono, de sua angústia e de tudo o que lhe diz respeito.

Estes foram os relatos dos acolhimentos feitos pelos conselheiros tutelares. Todavia, a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem é feito predominantemente pelos oficiais de justiça<sup>34</sup> (Fluxograma 11). Como não foi possível entrevistá-los, sua conduta será abordada a partir do relato dos outros profissionais participantes da pesquisa.

---

<sup>34</sup> O oficial de justiça é um profissional concursado, cujos requisitos de escolaridade são heterogêneos, com critérios que variam por região ou estado do País. De acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro (Brasil, 1973), em seu artigo 143, cabe, aos oficiais de justiça: I - fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora. A diligência, sempre que possível, realizar-se-á na presença de duas testemunhas; II - executar as ordens do juiz a que estiver subordinado; III - entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido; IV - estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.





**Fluxograma 11** – Retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem conduzida pelos oficiais de justiça, na perspectiva dos profissionais participantes.

A conselheira tutelar Patrícia fala sobre o acolhimento feito pelo oficial de justiça, por meio de busca e apreensão, por ordem judicial:

*Patrícia: O que sabemos é que a busca e apreensão é como buscar realmente uma cadeira: “Você não pagou, eu vou levar embora”. Não sei se tem pessoas mais sensíveis, mas a gente sabe que é bem assim: “Olha, eu vim buscar, [...] é uma determinação e estou levando” e pega a criança; ela sai berrando mesmo. A gente tenta ser, lógico, um pouco mais assim... Mas, de qualquer maneira, aquilo não vai ser uma coisa tranquila [...]. (Patrícia, conselheira tutelar).*

De acordo com Patrícia, o oficial permanece alheio aos sentimentos e reações da criança durante o processo de retirada. A conselheira faz uma comparação entre a atuação desse profissional e a do conselheiro tutelar, afirmando que o último *tenta ser, lógico, um pouco mais assim...* Será mesmo possível fazer essa generalização?

O conselheiro Pedro concorda com Patrícia:

*Pesquisadora: Pedro, [...] teria alguma coisa que você acha que poderia potencializar esse sofrimento (da criança) [...]?*

*Pedro: Eu acho que os abrigamentos feitos através de oficial são bem piores do que os nossos.*

*Pesquisadora: Por que você acha?*

*Pedro: Porque um oficial é um ator da lei, [...] ele tanto faz prisão de um bandido que matou, que roubou, como faz uma busca e apreensão de uma criança. E é diferente, o papel [...]. Se a gente, que já tem um preparo de lidar com criança e adolescente todo dia, de alguma forma, é afetado, por isso, não tem como. Para a gente já é difícil, imagina para uma pessoa da lei! Eu já assisti um abrigamento feito por um oficial e é muito frio. Vai muito do profissional, também, não vou dizer que são todos, mas tem aquele que diz: “Eu vim cumprir meu papel de levar essa criança embora [...]”. (Pedro, conselheiro tutelar).*

Ao falar do despreparo dos oficiais de justiça, Pedro reconhece seu próprio despreparo, classificando-se como menos pior. E se mesmo os que consideram que *tem um preparo* estão despreparados, o que esperar daqueles com quem, provavelmente, não foi feita nenhuma preparação específica para lidar com crianças nessa situação?

A assistente social Marina e a educadora Sílvia contam sobre acolhimentos que ficaram marcados pela violência com que foram conduzidos:

*Marina: [...] a gente estava falando do oficial de justiça. O que eu já vi nessa prática de acolhimento, [...] isso é feito de uma forma, assim, que violenta muito a criança. A criança é arrancada praticamente. Eu já vi [...] criança que o oficial de justiça tirou de dentro do refeitório do núcleo, [...] aquela coisa sempre feita ou com a Guarda (Municipal) ou com a Polícia, a coordenadora sensibilizada com aquilo pediu para os oficiais que esperassem a criança terminar a refeição, que levaria para a sala dela [...] e as crianças foram literalmente retiradas do refeitório [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa)

*Sílvia: [...] Eles chegaram já entrando e queria que abrisse o portão. [...] não tinha como ela (assistente social) vir, a gente teve que acabar recebendo. [...] Veio uma mãe e uma neném, [...] só que a mãe ia para um outro abrigo. A mãe não podia ficar aqui. [...] Ele (oficial de justiça) entrou junto com a mãe e com a criança, só que ele mandava entregar e ela chorando, né. Ela tinha 15 anos e a menininha tinha dois aninhos. [...] E, aí, chegou uma hora que ele não quis mais saber de esperar, ele tirou a criança: “toma e vamos embora”. Foi bem assim. Aí, ficou todo mundo chorando, porque eu nunca tinha visto isso.*

*Pesquisadora: Até vocês choraram?*

*Sílvia: Até a gente. [...] Não tinha quem não chorou, porque a gente nunca tinha participado assim desse laço que se desgruda um filho da mãe. Nossa! A mãe saiu e a menininha chorava. Chorava a menina, chorava a gente. [...] aí a Valentina conversou com a presidente e trouxe a mãe para ficar com ela.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Nas situações relatadas, a violência foi tão explícita que provocou reações contrárias naqueles que as presenciaram (outro trecho de entrevista no Anexo O). No primeiro trecho, mesmo com a intervenção da coordenadora da escola, que sinalizou não ser aquela a melhor forma de proceder, as crianças não foram poupadas. E, no segundo, restou a todos chorar. Na situação em que mãe e criança foram separadas, a decisão que gerou a separação não foi tomada pelo oficial de justiça. Ele era apenas o executor de uma decisão judicial, embora a forma de executá-la seja de sua responsabilidade.

A assistente social Marina e a psicóloga Lia mencionam relatos da própria criança e da família, respectivamente, que também sinalizam quão violento pode ser esse momento:

*Marina: [...] ela veio me falar como que foi a retirada dela. Ela falava: “Eles não deixaram eu abraçar a minha mãe. A polícia foi lá no condomínio e me pegou” [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

*Lia: [...] o oficial (de justiça) tem a ordem de trazer a criança para o abrigo e nem sempre... [...]. Já escutei queixas assim, da família reclamar “Ah, tirou a criança, estava almoçando, trouxe de qualquer jeito” [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Os trechos transcritos demonstram a inadequação dos procedimentos. Que urgência é essa de levar a criança para a instituição que torna impossível esperar o tempo de um abraço ou o término de uma refeição? Não se tratam de acolhimentos emergenciais e, mesmo que fossem, o que pode estar por trás dessa pressa? Será que há demanda excessiva de trabalho, e a necessidade de terminar rapidamente um para começar o próximo? Caso seja isso, como fica o atendimento prioritários às necessidades e aos direitos da criança e do adolescente, assegurados pela legislação (Brasil, 1990)? Ou será que a rapidez é uma tentativa de minimizar o próprio sofrimento do executor dessa medida?

A assistente social Valentina fala sobre sua percepção:

*Valentina: [...] eu acho que os oficiais de justiça, [...] nenhum deles têm o mínimo cuidado com o que eles estão fazendo. Não sei se é pela situação, [...] nunca acompanhei, não sei, não deve ser muito fácil. Mas, [...] não existe um diálogo ou alguma conversa. Nada, absolutamente nada [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Para Valentina, os oficiais de justiça talvez conduzam a situação dessa forma, pela dificuldade inerente à tarefa.

Para melhor compreender a situação vivenciada por esses profissionais, buscou-se estabelecer um paralelo com a comunicação de más notícias a pacientes e familiares em hospitais. Apesar de distante, o paralelo mostra-se válido, na ausência de estudos específicos sobre o tema. Assim, a revisão da literatura realizada por Victorino *et al.* (2007) demonstra que dar más notícias é uma das tarefas mais difíceis e importantes dos profissionais da saúde. Referem haver, entre eles, uma grande preocupação em como a notícia afetará o paciente; receio de causar dor ao paciente e ser responsabilizado por isso; receio de expressar suas emoções; entre outros aspectos.

De maneira semelhante, aquele que aborda a família e a criança com a notícia de que chegou o dia em que vão se separar, geralmente, também é visto como ser portador e executor de má notícia. É possível, portanto, que, nessa situação, sentimentos e receios parecidos com os citados pelos profissionais da saúde sejam despertados.

A revisão da literatura aponta, então, alguns aspectos que podem facilitar a comunicação das más notícias: estabelecer relação adequada entre a equipe de saúde e o paciente; conhecer minuciosamente a história médica; enxergar o paciente como pessoa; preparar e organizar o *setting* e o tempo; ter comunicação cuidadosa; estar sensível para reconhecer o que e quanto o paciente quer saber; encorajar, acolher e validar as emoções; estar atento e cuidadoso com a família; planejar o futuro; e, por último, trabalhar os próprios

sentimentos (Victorino *et al.*, 2007). Todos esses aspectos podem ser levados em conta, com as devidas adaptações, para qualificar a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem, mas não é difícil concluir que, atualmente, há pouco planejamento e investimento nessa direção.

Outra hipótese, que não exclui necessariamente a primeira, é que a frieza e a violência no ato de retirar a criança de seu contexto familiar e/ou de origem resultem de, pelo menos, duas concepções prevalentes em nossa sociedade, que vêm “costurando” toda essa pesquisa: a culpabilização da família, que é, portanto, merecedora de castigo e punição; e a objetificação da infância, principalmente da infância pobre, que leva a criança a ser considerada indigna de explicações, informações, conversa, respeito, etc.

Apoiar-se em tais concepções – justamente por ser uma tarefa difícil e despertar sentimentos ambivalentes e contraditórios – parece ser resolução possível para que os profissionais consigam lidar minimamente com a situação, uma vez que refletir sobre a sua complexidade pode ser entendido/sentido como dificultador do trabalho.

O que se observa, então, é que se “protege” a criança contra a violação de direitos, violando-os. Conclui-se, assim, que todos os envolvidos no processo de retirada da criança de seu contexto familiar são afetados de diferentes maneiras. Seus executores, por mais que se percebam preparados, não o estão, sejam oficiais de justiça, conselheiros tutelares, guardas municipais ou policiais.

As normas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006) defendem que a transferência da criança para o serviço de acolhimento deve lhe causar o menor transtorno possível e também à sua família. Parâmetros das Nações Unidas (2009) estabelecem que essa transferência pode ser realizada com o máximo de sensibilidade e de maneira amigável, por pessoas especialmente treinadas e, de preferência, sem uniformes. Porém, diante de tudo o que foi exposto, constata-se que o processo de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem ainda precisa evoluir significativamente para alcançar tal qualificação.

A partir de tais constatações, buscou-se conhecer se há, por parte dos Conselhos Tutelares, a construção coletiva de procedimentos, planejamento, apoio, supervisão e/ou formação continuada voltados especificamente para esse momento.

### 6.3.2 Existência (ou não) de planejamento, apoio, supervisão, formação continuada com foco na retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem: “essa capacitação faltou”

A conselheira tutelar Patrícia conta que a prefeitura do município e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes [CMDCA] têm investido na *capacitação* dos conselheiros tutelares.

*Patrícia: Então, a gente recebe capacitação, ultimamente, porque antes não recebia, quando entra. Quando entra por quê? Porque [...] o Estatuto diz [...] que é alguém da população, mas muito cru, entendeu? Eu acho que até pode ser da população, mas tem que ter um pouco dessa vivência, do social, então, entra gente, assim, que não sabe o que é rede de atendimento, aí você fala um monte de sigla, não tem a mínima ideia, então, [...] logo que entra, é dado uma capacitação para os conselheiros. Agora, a gente, ultimamente, também tá tendo uma espécie de capacitação, é um psicólogo que trabalha com o grupo e ele veio porque, assim, o relacionamento entre os pares do Conselho Tutelar é muito difícil, porque são pessoas que vêm de vários locais, [...] aqui também têm pessoas que você olha e parece que caiu de paraquedas [...]. Então, essas pessoas têm que ser capacitadas e, aí, a gente acaba tendo um estremecimento também entre nós, porque o trabalho é muito pesado. Aí veio esse psicólogo trabalhar com o grupo, para resolver, nos ajudar, e a gente acabou até vendo um monte de coisa [...], a nossa ansiedade, o que cada caso traz, entendeu? [...] é um trabalho que a gente tem achado que vale a pena [...], a prefeitura e o Conselho de Direitos que paga esse profissional para vir, para estar conosco. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Patrícia diz que têm sido ofertadas formação inicial e *capacitação* (pelo que descreve, parece ser supervisão) aos conselheiros tutelares, muito necessárias, em sua opinião. Porém, nada foi dito, especificamente, sobre a existência de alguma discussão a respeito da tarefa de retirar a criança de seu contexto familiar e/ou de origem (outros trechos de entrevista no Anexo P).

A conselheira Daniela é bastante explícita:

*Pesquisadora: Daniela, [...] vocês receberam ou recebem alguma orientação, uma capacitação específica [...] (sobre o momento de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem)?*

*Daniela: Específico não [...]. Uma formação específica de como agir nesse ou naquele momento, não. (Daniela, conselheira tutelar).*

Ela deixa claro que não há formação *específica de como agir nesse ou naquele momento*, portanto, deduz-se que também se aplica à retirada da criança.

A conselheira Aline confirma:

Pesquisadora: Aline, pelo o que eu estou entendendo, em relação a essa retirada da criança [...], que é meio pessoal, assim, cada pessoa faz da forma que é melhor.

Aline: *Não tem. Essa capacitação faltou. Faltou. A gente faz aqui entre a gente, por exemplo, teve um caso aqui que a mãe ficou muito alterada e a conselheira foi para cima da mãe para tirar à força, era um bebezinho, né, na hora não teve como impedir, ela tirou à força, a mãe gritando, segurando o bebê, o bebê começando a ficar todo roxo, ela apertando o bebê, eu fiquei desesperada "Vai matar a criança!" [...]. No dia, eu deixei tudo passar [...], mas na pauta da reunião seguinte, a primeira coisa a dizer foi que eu achei que foi um procedimento totalmente inadequado, que, como conselho, não podia nunca mais; eu ainda falei: "Gente, sinceramente, enquanto eu estiver aqui, nunca mais quero ver uma cena dessa". Porque eu acho que todo mundo perdeu, todo mundo foi para casa naquele dia muito mal [...], porque foi uma cena deprimente. Eu acho que um conselho é um órgão de proteção, nós não somos polícia, não somos de repressão [...].* (Aline, conselheira tutelar).

Segundo Aline, essa *capacitação faltou*. Conta que, a partir de uma situação específica e extrema, ela se posicionou contra a conduta de uma colega, também conselheira. Entretanto, não é possível perceber se houve o aprofundamento da discussão e, conseqüentemente, a construção de procedimentos ou princípios que pudessem nortear o momento de retirada da criança, a partir do ocorrido, com o objetivo de qualificá-lo.

Pedro conta o que influencia sua atuação no Conselho Tutelar:

Pesquisadora: Pedro, [...] existe um procedimento, assim, que é compartilhado por esse grupo de conselheiros, ou cada um faz aquilo que acha que...

Pedro: *Então, algumas coisas são comum, mas não por determinação, por acordos [...].*

Pesquisadora: Mas, falando da questão de como retirar uma criança de sua família e encaminhar para um abrigo, existem esses acordos, essas construções que vocês fazem coletivamente? Tem algo a respeito disso?

Pedro: *Então, nas capacitações, é colocado muito o papel do conselho, o que é o conselho, o que é o conselheiro; a gente tem sim, essas informações. Nem sempre são usadas essas informações, que eu te falei porque o conselheiro tutelar ele traz toda bagagem dele de vida, então, é difícil você falar que você não toma nenhuma decisão por um prejulgamento, pela sua vivência familiar, como ser humano. É difícil colocar isso, por isso que a gente tenta tomar as decisões importantes no colegiado, porque, às vezes, aquele conselheiro pode tá equivocado [...]. Então, temos essa deliberação e isso é lei, agora de conduta...*

Pesquisadora: Ou como fazer...

Pedro: *Como fazer, como eu vou abordar, o que eu vou dizer...*

Pesquisadora: É pessoal?

Pedro: *É pessoal. É lógico que aí vai contar a vivência, [...] eu vou ser pai, são coisas que mudam, não adianta. A gente tem aqui conselheiro que não é nem pai, nem mãe, e não tem esse sentimento. Eu acho que para eles pode ser um pouco mais difícil de lidar com essa situação [...], às vezes, não têm aquele preparo, de vivência que ele teria que ter. Porque, na formação, não diz que tem que ser pai, mas eu acho uma importante, eu acho que seria importante o conselheiro ter uma vivência de paternidade [...]. Não tem, não, assim, um protocolo, assim, de ação.* (Pedro, conselheiro tutelar).

Há muitos equívocos na argumentação de Pedro. E essa deturpação/confusão dos papéis/funções na área da proteção à criança se repete em falas de outros atores importantes.

Afinal, o que é ser pai? O que é ser conselheiro tutelar? O que é ser educador? Que há de singular e comum nesses diferentes papéis e funções sociais?

As colocações de Pedro evidenciam o desafio que é a seleção, preparação e qualificação dos profissionais da área e, especificamente, do conselheiro tutelar. É preciso muito investimento em formação e supervisão continuadas para superar a influência das vivências pessoais e prejulgamentos em sua atuação e tomadas de decisões, as quais acarretam consequências significativas na vida das pessoas envolvidas.

Em relação ao processo de retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem, é difícil supor que seria possível haver um protocolo de ação, dado o engessamento que poderia trazer a esse momento tão complexo e delicado. No entanto, o oposto também é preocupante. A ausência de reflexões, discussões e construções coletivas sobre o assunto, relegando a condução desse momento a decisões pessoais, demonstra que essa etapa do acolhimento é profundamente negligenciada, assim como desconsiderada sua importância.

#### **6.4 A chegada da criança na instituição de acolhimento: “*não precisa chorar, vamos tomar um banhinho*”**

Essa é a parte do processo de acolhimento mais focada pela presente pesquisa, por isso, buscou-se dar voz aos diferentes profissionais que participam diretamente do acolhimento inicial da criança nas instituições: educadoras, assistentes sociais, psicólogas, pedagogos e coordenadoras.

Assim, ora a análise dos dados se atém a um tema sobre o qual articulam-se as contribuições dos participantes das quatro instituições, ora volta-se para a dinâmica mais específica de cada instituição.

##### **6.4.1 Breve contextualização sobre especificidades dos abrigos institucionais que podem interferir na maneira como a criança é acolhida: “*não adianta dizer que é uma casa*”**

De acordo com a RedSig (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2004): “Os processos de desenvolvimento das pessoas encontram-se situados em contextos cultural e socialmente regulados” (p. 25). Esses contextos ou meios sociais são marcados pelas histórias geral e local, pelos sistemas de valores e crenças prevalentes, assim como são constituídos pelos ambientes físico e social, pelas estruturas organizacional e econômica, entre outros elementos.

São, também, “definidos por e definem os papéis sociais e as formas de coordenação de papéis/posicionamentos, contribuindo para a construção das relações profissionais, pessoais, afetivas e de poder entre os seus participantes” (p. 26). Assim, numa relação dialética, meio e pessoa se constroem e se transformam mutuamente.

A partir dessa concepção, são analisados alguns aspectos contextuais e específicos das instituições que podem influenciar o processo de acolhimento, mesmo sem estar diretamente a ele relacionados.

Na ocasião da coleta de dados da presente pesquisa, no segundo semestre de 2011, havia demanda reprimida de acolhimento de crianças e adolescentes.

Daniela: [...] os serviços de acolhimento tem uma demanda reprimida de mais de 30. Tem indicação de acolhimento, mas está aguardando vaga [...]. (Daniela, conselheira tutelar).

Pedro: [...] nossos abrigos estão superlotados, então, é a questão da vaga, [...] já aconteceu de ter que fazer um acolhimento e não ter vaga.

Pesquisadora: E aí?

Pedro: Segura o acolhimento. Então, quando é muito urgente, a gente batalha, a gente fala que tem que arrumar de qualquer jeito, mas, às vezes, quando a situação [...] dá para segurar um pouco, a gente acaba protelando [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).

Todas as instituições de acolhimento estavam com suas vagas ocupadas ou funcionavam acima de sua capacidade (Abrigo institucional Tulipa). Fora toda a problemática que uma demanda reprimida (outro trecho de entrevista no Anexo Q) desta natureza pode gerar, diante da necessidade de novo acolhimento, estabeleceu-se, no município, um fluxo em que, antes de acolher a criança, há sempre a busca por vaga.

Pesquisadora: Daniela, e os abrigos tem conhecimento anterior de que uma criança vai chegar na instituição?

Daniela: Até porque precisa da vaga [...] . De qualquer maneira é feito um contato, ainda que seja na hora, seja no meio da noite, por exemplo, você liga no abrigo "Olha, é uma situação assim assado, estou levando" [...]. (Daniela, conselheira tutelar).

Valentina: [...] elas (técnicas da Vara da Infância) ligam para saber se tem vaga [...] ou a própria Sandra, que é da Gestão (dos Serviços de Alta Complexidade do município), ela faz um pouco essa distribuição de vagas. Então, elas ligam para saber se tem vaga, se a gente consegue acolher determinada idade, porque, às vezes, tem vaga para outra idade [...]. Geralmente, quando é busca e apreensão, chega no horário comercial, não vem à noite, ou final de semana [...]. Então, a gente sabe exatamente e fica esperando. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).



Essa busca por vaga possibilita que as instituições saibam com antecedência (horas ou dias) que nova criança chegará (outro trecho de entrevista no Anexo R) e, hipoteticamente, preparar-se para recebê-la. Como é salientado pela assistente social Valentina, nas ONGs<sup>35</sup>, os acolhimentos acontecem, com raras exceções, em dias e horários comerciais, ou seja, dentro do horário de trabalho das equipes técnicas das instituições. Isso possibilita que membros da equipe técnica participem do acolhimento, na maioria das vezes. Ademais, nessas instituições, não se acolhe além do número de vagas.

Como descrevem Cristiana, João e Angélica, o mesmo não acontece no abrigo institucional Tulipa, que é municipal e funciona como “porta de entrada”<sup>36</sup> para o acolhimento de crianças (com idades até 12 anos incompletos):

*Cristiana: [...] como eles têm que ver se tem vagas, a gente é avisado. O problema é quando eles ligam para saber se tem vaga, aí a gente fala: “não”, aí eles vão ver os outros abrigos. Se os outros abrigos acolhem, ótimo. Se não acolhem, eles não me ligam de novo avisando que vai vir para cá porque não conseguiu vaga em nenhum lugar. Simplesmente mandam [...]. Como sou municipal [...], mesmo sabendo que eu vou estar superlotada, eles mandam [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

*Pesquisadora: E, então, pelo que você me falou, [...] quando a Vara encaminha, vocês ficam sabendo antes que a criança vai chegar?*

*João: Sim, eles ligam para nós e perguntam se tem vaga [...]. Eles sempre ligam perguntando, mas eles já sabem que nós estamos acima da capacidade. Nós vivemos uma realidade difícil, aqui, porque a nossa meta é uma e nossa realidade sempre foi outra, muito além do que é a nossa meta [...].*

*Pesquisadora: E, aí, se eles não encontram vaga nos outros serviços, volta para cá?*

*João: É, muitas vezes, o juiz determina e aí nós temos que acolher, independente se a criança vai ter um cantinho legal ou não [...]. Muitas vezes, não temos camas suficientes, ou até a cama tem, o que não tem é espaço na casa para colocar mais um cama. Então, é necessário colocar um colchão no chão [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

*Angélica: [...] a gente está sempre acima da nossa capacidade [...], sempre quase cheio, o dobro da nossa capacidade. Então, a gente está sempre acima daquilo que preconiza as Orientações Técnicas, muito acima. E, além das crianças estarem acima, ainda a equipe (técnica) está reduzida.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Independentemente de estar *sempre acima da capacidade*, a instituição é posicionada (e se posiciona) como responsável por acolher demandas emergentes de acolhimento, justamente por ser representante do Poder Público. Soma-se a essa situação, o fato de a equipe

<sup>35</sup> Três das instituições que participaram da pesquisa são organizações sem fins lucrativos (ONGs), apenas uma é municipal.

<sup>36</sup> É usado o termo “porta de entrada” porque, quando é necessário acolher crianças após o horário comercial e em fim de semana, é para essa instituição que são levadas. Caso necessário, no próximo dia útil, será realizada busca por vaga nas demais instituições e, havendo, a criança será transferida. Se não houver, a criança permanecerá no abrigo municipal, mesmo funcionando acima de sua capacidade.

técnica estar composta por um número insuficiente de profissionais, o que traz consequências que vão muito além de ter cama ou espaço para a criança dormir.

*Cristiana: [...] Eu questiono porque o atendimento cai e eu fico com muito medo de tá vitimizando essa criança porque eu sei que a qualidade não vai ser a mesma, no atendimento. Se eu tiver superlotada é humanamente impossível, [...] uma coisa é você ter quatro crianças, outra coisa é você atender dez, não é? A mesma pessoa atender oito, não dá para dar a mesma atenção, olhar olho no olho. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).*

*Marina: [...] vem dizer que tem que ser mais próximo de uma casa... Me desculpe se eu sou até indelicada, de colocar isso, mas você não pode falar que um lugar que tem 36 crianças é uma casa. E também entendo que, na sua casa, você abre uma geladeira e você pega uma faca. Eu até entendo que a cozinheira não deixa a criança entrar porque a gente tem criança lá com problema de saúde mental e já pegou garfo para ameaçar uma monitora [...], você imagina se todo mundo fizer isso! Então, é diferente. Não adianta dizer que é uma casa porque, com 36 crianças, não vai ser uma casa. Não é [...]. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).*

Ambas, Cristiana e Marina, falam da dificuldade de oferecer atendimento personalizado às crianças, que atenda suas necessidades e seus direitos, tal como preconizado pelo ECA (Brasil, 1990), reforçado pela Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a) e pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009e), devido à superlotação e aos recursos de que dispõem.

E como deve ser acolher e ser acolhido, nessas condições?

*Aline: [...] Sabe qual é a impressão, Ivy, que eu tenho, sinceramente? Eles não querem mais um lá, que é um problema a mais que está chegando, pela superlotação. Não porque eles não querem trabalhar, mas porque eles sabem da dificuldade que vai ser mais uma criança ali [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Ser significada como *um problema a mais que está chegando*, com certeza, não favorece a receptividade com que será recebida e nem a inclusão da criança nesse novo contexto. E, dependendo de como será sua apreensão dos significados atribuídos a ela e à situação, poderá haver algum comprometimento de seu autoconceito e identidade, afinal, a criança pode entender/perceber que não é bem-vinda naquele local.

Há, ainda, outra peculiaridade, no que diz respeito ao abrigo institucional Tulipa. Há alguns anos, por volta de 2009, a instituição passou por um reordenamento, tendo como uma das medidas a separação da coordenação e equipe técnica, que passaram a ficar em prédio diferente e distante do local onde ficam as crianças e educadores. A coordenadora Cristiana fala sobre como a decisão afetou o momento de recepção/acolhida da criança:

Pesquisadora: Cristiana, qual é sua participação no processo de recepção, de acolhimento da criança que chega?

Cristiana: *Na hora que chega, na verdade, nem sempre eu sou informada, pela rotina que a casa tem [...]. Nesse reordenamento (local onde a coordenação e equipe técnica fica é distante de onde ficam as crianças e adolescentes acolhidos), [...] no início, a gente pensou em trazer a criança acolhida primeiro para cá, mas a gente viu que, na prática [...] isso não se tornou muito viável, [...] porque, às vezes, chegam em horários, assim, que o técnico tá em horário de almoço, o motorista tá em horário de almoço; aí, depois, eu não tenho nem carro para levar a criança daqui até lá, nem monitor junto. Então, a criança chega às vezes com fome, com frio, enfim, com uma demanda que, de imediato, aqui, hoje, eu não tenho como atender. Então, a gente entendeu que seria melhor que a criança chegasse na casa e, depois, os procedimentos a gente ia fazendo conforme a necessidade [...]. Quando sou informada (de que uma criança chegou), quando possível, faço questão de conhecer a criança, pelo menos ver a carinha [...]. Se não dá para passar naquele dia, no dia seguinte, a primeira coisa, antes de vir para cá, é passar lá para ver quem é essa criança, dar um oi, me apresentar e eu já fico sabendo o que já foi feito.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Cristiana conta que, após o reordenamento, o acolhimento inicial passou a ser feito na *casa* (onde as crianças ficam com os educadores) por causa da infraestrutura e que, portanto, *nem sempre* fica sabendo quando uma criança chega. Diz que os procedimentos técnicos são feitos *conforme a necessidade*. Mas, conforme a necessidade de quem?

A psicóloga Angélica fala um pouco mais sobre como esse distanciamento e o déficit no número de funcionários na equipe técnica alterou sua participação no momento do acolhimento inicial da criança:

Pesquisadora: Angélica, qual é a sua participação no processo de recepção, na chegada da criança na instituição?

Angélica: *Olha, participação, eu diria mínima, quase nula. Logo que eu cheguei no abrigo, as crianças ainda moravam aqui, junto com a equipe técnica, então, aí era 100%. Eu é que fazia o acolhimento junto com a estagiária de psicologia. E era muito interessante, porque a gente primeiro ouvia a história, tentava entender o que ela tinha compreendido dessa chegada, o que eles contavam para mim, entre os próprios irmãos, como é que foi, então, eles recontavam muito [...]. Eles contavam de uma forma muito dramática e isso até me fez pensar o quanto seria importante a gente montar grupos com as crianças, nesse momento, e depois, em outros momentos, continuar ouvindo aquela história porque senti que eles queriam repetir sempre e acho que foi muito interessante na época. Eu também podia esclarecer para a criança o que estava acontecendo com ela, dar pistas para elas, algumas aceitavam, outras não, sobre a possibilidade de que a mãe ou o pai, ou os responsáveis, não estavam cuidando bem. Alguns não aceitavam isso, diziam que a mãe cuidava muito bem ponto e basta, mas tinha alguns que ficavam meio em dúvida, não tinha certeza que aquilo estava certo ou não. Quando as crianças foram morar nas casas, eu, ainda, eventualmente, ia até lá e fazia os acolhimentos, como a equipe começou a ficar reduzida, isso acabou praticamente.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

No trecho acima, Angélica evidencia como uma mudança estrutural (local e número de funcionários) pode modificar completamente a atuação dos profissionais envolvidos, afetando, conseqüentemente, a qualidade do acolhimento oferecido à criança (outro trecho de entrevista no Anexo S).

A seguir, a coordenadora e as profissionais da equipe técnica da instituição Tulipa falam sobre seu (des)conhecimento a respeito de como a criança é acolhida atualmente.

Angélica: *Depende do horário [...]. Eu imagino, não presenciei [...]. Faz a fichinha, se apresenta, fala do abrigo, coloca no banho, dá comida, se não comeu [...]. Mas não tenho certeza absoluta, tenho um pouco de imaginação nisso, mais pelo que se fala, mas não pelo que eu vejo [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Marina: *[...] Eu já ouvi relatos de monitor que daí eles acolhem a criança, se tá no horário de refeição, ela entra na refeição, ou de um banho, vai tomar um banho, dependendo do estado em que chega, mostrar e apresentar as crianças [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: A primeira coisa que se faz é dar banho na criança?

Cristiana: *Não tenho certeza disso [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

*Eu imagino, não presenciei; não tenho certeza absoluta; já ouvi relatos de monitor; não tenho certeza disso.* Tais expressões evidenciam quanto as profissionais estão excluídas do processo de recepção/acolhimento inicial da criança. E, de certa forma, elas também se excluem, na medida em que, conforme as particularidades institucionais e estruturais a que estão assujeitadas, precisam adaptar-se e escolher algumas prioridades de ação, tal como aponta Angélica:

Angélica: *[...] a gente trabalha com referência que, teoricamente, o ideal, é uma dupla psicossocial. O que acontece é que a gente tá sempre acima da nossa capacidade, então, a assistente social atende alguns casos e eu atendo outros, ou seja, cada uma fica responsável por se aproximar mais do grupo familiar e da criança [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica: *[...] Quando eu vim para cá, eu pensei que tinha que modificar todo o trabalho de assistência à família e que eu ia, na verdade, fazer esse tipo de assistência, mas hoje eu me tornei uma especialista em fazer PIA. Só isso que eu faço. Agora é correr atrás de prazo para dar conta de tudo [...]. Eu confesso que isso tem me deixado muito frustrada, assim, muito mesmo.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Sem terem condições de trabalhar interdisciplinarmente, ou seja, uma psicóloga e uma assistente social atendendo conjuntamente as famílias e crianças, e com as novas demandas e prazos a serem cumpridos, a partir da implementação do PIA, acolher e receber a criança não se constituem como prioridade. Ademais, percebe-se certo descontentamento em relação às limitações impostas ao desenvolvimento do trabalho (outro trecho de entrevista no Anexo T).

O fato da equipe técnica estar alocada em local distante, dificulta que as profissionais participem e acompanhem os momentos significativos do processo de acolhimento, tal como a chegada da criança na instituição. Todavia, a distância em si não é o principal empecilho, uma

vez que as técnicas poderiam se organizar para transitar e permanecer nos dois locais (prédio técnico-administrativo e prédio onde ficam as crianças acolhidas), conforme a necessidade das crianças e também da atuação interdisciplinar com as famílias. Porém, isso é impossibilitado, na medida em que há um significativo déficit de profissionais (equipe técnica) em relação ao número de crianças e famílias a serem atendidas.

Outro aspecto bastante mencionado pelos profissionais das ONGs, refere-se à dificuldade para contratar pessoas qualificadas e com perfil adequado para o trabalho a ser desempenhado.

Lara: [...] não tem funcionários suficientes para a necessidade de trabalho.

Pesquisadora: Educador?

Lara: É.

Pesquisadora: E equipe técnica tem?

Lara: Tá difícil também, [...] não tem quem tem experiência em abrigo, porque a experiência em abrigo ela é peculiar, totalmente diferente [...]. Você tem que [...] saber trabalhar em equipe, ser sensível, ser justo a hora que tem que ser, orientar a hora que tem que ser, saber separar as coisas, então, é bem saber de tudo, olhar da saúde, da educação [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Lara diz que não tem funcionários suficientes para a necessidade de trabalho. E a dificuldade para contratar profissionais com qualificação e perfil condizentes com a função, agrava-se devido aos baixos salários oferecidos.

Janaína: [...] é muito difícil, [...] tem um salário muito inferior, então você acaba pegando profissional que não é tão qualificado, mas você tem que pegar porque você não tem quem trabalhe [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Simone: [...] se você não oferece, você também não tem como cobrar. Então assim, é o que aparece [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

No que diz respeito à seleção e contratação de profissionais, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) sugerem que os candidatos tenham as seguintes características: motivação; aptidão para o cuidado; lidar bem com frustração e separação; trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; lidar com conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; proatividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional. Ademais, especificamente em relação aos educadores, espera-se que tenham conhecimento sobre: cuidados com crianças e adolescentes; noções sobre desenvolvimento infanto-juvenil; noções sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema Único de Assistência Social; Sistema de Justiça; e Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Porém, essa não é a realidade vivenciada pelas instituições. E considerando as circunstâncias descritas, será que os profissionais contratados têm condições de acolher com qualidade a criança que chega? Possivelmente, não, principalmente porque há poucas oportunidades, na rotina institucional, de refletir e construir coletivamente princípios e procedimentos que abarquem esse momento do acolhimento.

Nessa lógica, em que as instituições se limitam a atender pobremente a pobreza (Vieira, 1999; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002), a profissionalização dos serviços ainda é um importante desafio a ser vencido. Nesse sentido, de acordo com Escorsim (2008, p. 6), no Brasil, historicamente, as ações filantrópicas estiveram (e pode-se dizer que ainda estão) tomadas pela “concepção caritativa de ajuda ao próximo sob o prisma da moral cristã” (p. 6), o que claramente pode ser observado no trecho a seguir.

*Cássia: [...] Se você for pensar "vou trabalhar aqui pelo salário", você não fica [...]. Você tem que ter um pouquinho de amor, não vou dizer que você vai ter 100% de amor, mas ter 80%, 70%, tem que ter amor e gostar daquilo que você faz. Assim, ter esse compromisso [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Inegavelmente, gostar de e ser comprometido com aquilo que se propõe a fazer é essencial. Todavia, a educadora Cássia frisa que é preciso trabalhar por amor, já que o salário é insatisfatório. O adulto pode, realmente, sentir satisfação ao ocupar o papel daquele que ajuda o outro. Porém, *ter um pouquinho de amor* pelo que faz torna as educadoras aptas a ajudar a criança a lidar com e (re)significar suas complexas vivências? E, para as educadoras, como deve ser trabalhar com essas demandas contando, frequentemente, apenas com sua boa vontade, caridade, senso comum e sem ter um retorno financeiro digno?

*Simone: [...] Ninguém trabalha só porque ama o que faz, a gente depende do financeiro também para sobreviver [...]. Então, faltam, não tem ninguém para cobrir [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

*Manoela: A pessoa até entra, mas quando vê que a realidade não é fácil, [...] aí a pessoa acaba desistindo [...]. Se você tiver uma oportunidade de trabalho melhor, ganhando mais, você tem todo o direito de ir, [...] mas você também não pode entrar tendo em vista o provisório [...]. Você não tá lidando com um... é com pessoas; que vão se vincular a você [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Há insatisfação com os salários, o que acaba culminando em faltas e busca por novas oportunidades de emprego com melhor remuneração. As coordenadoras mencionam, então, estratégias que utilizam para lidar e amenizar a insatisfação das educadoras.

Lara: [...] Mas, a gente tem feito bastante coisa para isso, tá tendo capacitação direto [...], com supervisão de fora, nós passamos a dar plano de saúde para todos os funcionários, nós não descontamos nada deles; então, assim, é um benefício a mais. Ganha cesta básica, seguro [...]. A gente, no aniversário, eles ganham um presente individual da equipe [...]. Então, assim, a gente tem trabalhado também essas questões de cuidado mesmo. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Manoela: [...] ainda falta condição, [...] de maior capacitação, um benefício para o funcionário [...]. É importante para o funcionário se sentir olhado pela instituição, então, falta muito isso, infelizmente [...]. Eu vejo que não é porque a instituição acha que não tenha que ter, mas é uma despesa a mais, então, assim, por ser uma despesa a mais, não vamos fazer. E isso vai ficando uma rotina e a pessoa vai se sentindo esquecida [...]. Então, a gente tenta para que isso minimize, [...] a gente faz, vamos supor, a gente tem uma doação de alguma coisa, que as crianças não vão usar, por exemplo, teve a [...] doação de uma cafeteira e [...] aquele negócio de fazer lanche, que faz dois lanchinhos só, para aqui, dois lanchinhos de cada vez, não resolveria. Então, na reunião, a gente sorteou. Às vezes, a gente ganha calçado de adulto, [...] daí, cada um pega [...]. A gente fala que isso não faz o profissional, não faz, mas que ajuda, ajuda [...]. A gente tem que ter muito cuidado com isso, você tem que valorizar as coisas que a pessoa faz, para ela ser vista de um outro lado, porque desse (financeiro e benefícios) ela não é [...]. (Manoela, coordenadora do Abrigo institucional Hortência).

De maneiras diferentes, com mais ou menos recursos, percebe-se que são criadas alternativas para valorizar e incentivar os profissionais, sobretudo os educadores.

Dentre os parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas (2009) para o cuidado alternativo de crianças, está explícita a necessidade de assegurar que os profissionais passem, previamente, por avaliação abrangente, para verificar a aptidão para trabalhar com crianças. Ademais, é ressaltada a importância das condições de trabalho, incluindo a remuneração dos educadores, de forma a maximizar a motivação, satisfação, continuidade e disposição para que cumpram seu papel de maneira mais satisfatória e eficaz.

A relevância da discussão desses aspectos está no fato de que o ônus da falta de qualidade dos profissionais contratados e da instabilidade na permanência desses na instituição recai sobre a criança. Frequentemente, os adultos a que tem acesso estão despreparados e em número insuficiente para interagir, conversar, brincar e cuidar dela. E, sobretudo, como aponta Manoela, há perda ainda mais significativa, que diz respeito às constantes rupturas afetivas vivenciadas pela criança, na medida em que os educadores com os quais vinha construindo laços de afeto e confiança, de um dia para outro, desaparecem e são, com mais ou menos rapidez, substituídos por outros. Essas circunstâncias podem ter ainda mais peso por se tratar de crianças que vivenciaram e/ou estão vivenciando rupturas afetivas importantes no âmbito familiar.

E, por último, outro aspecto mencionado nas entrevistas é a resistência à mudança por parte dos profissionais e também dos gestores.

Cristiana: *Eu tenho [...] uma equipe heterogênea, muito tempo de casa, resistentes, gostam de trabalhar sozinhos, do jeito deles [...]. Aí, para ser trabalhada, [...] temos dificuldades [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Manoela: *[...] você se depara, às vezes, com a resistência muito grande da instituição, em relação a mudanças também. Você quer mudar alguma coisa, daí você se depara com condição que não tem e com a própria concepção [...] mais antiga de instituição, que era antes [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

O contexto descrito sinaliza que as resistências são um dos circunscritores da mudança. Apesar do significativo período de transformações e conquistas, sobretudo no que diz respeito à legislação e às diretrizes técnicas (Brasil, 1990; Brasil, 2009a; Brasil, 2009d; Brasil, 2009e), implementá-las não é tarefa fácil.

O espanhol Unamuno (1996) já dizia que as mudanças são possíveis, desde que aconteçam dentro da continuidade. Nesse sentido, Campos, Fullgraf e Wiggers (2006) apontam que, em qualquer processo de mudança, se observa a convivência entre as inovações e as antigas concepções e práticas. Assim, é necessário enfrentar e vencer os desafios e as “resistências”, gradual e continuamente, rumo à qualidade dos serviços prestados à infância. E tão importante quanto, serão os investimentos que atendam à necessidade e complexidade do trabalho prestado por essas instituições à população, inaugurando uma nova lógica de funcionamento que rompa com o antigo paradigma da caridade que se propõe a atender pobremente a pobreza (Vieira, 1999; Rossetti-Ferreira, Ramon & Silva, 2002).

#### **6.4.2 A qualidade do acolhimento feito pelas instituições na perspectiva dos conselheiros tutelares: “é bem bacana” ou “é uma coisa que tem que melhorar muito”?**

Assim como os profissionais das instituições tiveram a oportunidade de falar sobre suas percepções a respeito da retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem, buscou-se também conhecer a percepção dos conselheiros tutelares sobre a forma como a instituição acolhe a criança que chega.

A conselheira Patrícia refere ter boa impressão do acolhimento feito pelas instituições:

Pesquisadora: E como você sente normalmente essa interação, de quem tá recebendo a criança, com a criança?



Patrícia: *Ah, são educadores, assim, tranquilos. Eu acho legal, chega: "Oi, tudo bem? Vem com a tia"; se já é bebezinho, ou de colo, já pega no colo, sabe? Então, assim, tem uma primeira abordagem. Se é maiorzinho, também, pega na mão, leva, "Vem aqui, vamos brincar" [...]. Eu acho que tem acolhimento, porque o treinamento que eles têm é que o acolhimento deve ser muito tranquilo, muito gostoso para a criança, que é a primeira impressão que ela vai ter dali. Então, assim, eu vejo como adequado; nunca presenciei nada que não fosse adequado [...].* (Patrícia, conselheira tutelar).

Patrícia evidencia o protagonismo dos educadores. Considera que a condução desse momento é adequada e tranquila, uma vez que eles se dirigem à criança, pegam no colo ou em sua mão e convidam-na para brincar. Supõe até que os educadores recebem *treinamento* específico para lidar com a criança nesse momento.

A conselheira Daniela fala sobre sua percepção:

Daniela: *[...] Isso de vir todo mundo receber com alegria, acho que isso é muito bom [...], então, se tivesse condição de todo mundo vir receber aquela criança, mas isso não é comum [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

Daniela diz que é *muito bom* quando o acolhimento é coletivo e alegre. Todavia, ressalta que a prática não é frequente.

O conselheiro Pedro conta que a forma de acolher difere, dependendo do período (se de dia ou de noite) em que a criança chega na instituição:

Pesquisadora: E, da sua experiência, do que você já presenciou, o que acontece assim que a criança chega na instituição?

Pedro: *Então, depende, se é de dia [...] é uma abordagem bem bacana, porque é um profissional, um psicólogo, que vai conversar com ela, para explicar para ela, passar as regras do novo lugar, principalmente, quando é criança que já entende um pouquinho [...]. Então, assim, eu acho que é mais tranquilo [...]. O problema são os abrigamentos urgentes, assim, de madrugada. Quando chega de madrugada, fica todo mundo naquela situação, não tem profissional [...], não é igual, a abordagem.*

Pesquisadora: E o que é feito?

Pedro: *Geralmente, assim, elas vão [...] suprir as necessidades físicas e [...] pôr elas para dormir e só vai conversar com elas no dia seguinte porque também a casa tá todo mundo dormindo [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

De acordo com Pedro, o que difere no acolhimento durante o dia daquele que é feito à noite é, sobretudo, a (in)existência de um espaço de *conversa* com a criança que, aparentemente, é do domínio do técnico, mais especificamente, do *psicólogo*.

A conselheira Aline diz que fica *muito angustiada com a forma como eles* (crianças e adolescentes) *são recebidos*:

Aline: *Não é grande coisa, é uma coisa que tem que melhorar muito, fico muito angustiada. Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza que o pior dia para mim é*

*quando tenho que levar uma criança para um abrigo. Porque eu fico muito angustiada com a forma como eles são recebidos.*

Pesquisadora: Como eles são recebidos?

*Aline: Ah, não tem, Ivy, não é uma coisa assim [...]. Acho que a prioridade deveria ser a criança que está chegando, porque é muito duro. A gente tem que se colocar no lugar da criança, porque é retirada da família, levada para um lugar que ela não conhece ninguém [...], na maioria das vezes, numa situação de grande angústia, de sofrimento [...]. Então, é uma situação toda desfavorável e chega no lugar e não tem assim, não tem uma técnica que já chega e já leva para uma sala, para conversar com ela. Às vezes, chega e a gente fica esperando lá, com a criança [...]. Esse dia, eu quase surtei com eles, sabe, porque veio uma menina que [...] não se apresentou, [...] era uma pessoa do administrativo: "Não, não vamos receber sem a guia de acolhimento". Na frente da criança, sabe. Ninguém chegou: "Oi!", pelo menos. O conselheiro não tem que ter atenção, quem tem que ter atenção é a criança. Conversa com a criança, acolhe, recebe, depois protocola o documento que o conselheiro está levando, que qualquer pessoa do administrativo faz. A criança não é recebida de uma forma, assim, não é [...]. A equipe não é preparada para essa chegada. (Aline, conselheira tutelar).*

A conselheira menciona que a criança é ignorada. E, novamente, a conversa com a criança é referida como algo que poderia tornar o momento inicial na instituição mais acolhedor e humanizado, se conduzido por *uma técnica* (possivelmente, psicóloga ou assistente social). Então, conclui que a equipe está despreparada para receber a criança que chega.

Nos relatos citados, observam-se divergências e convergências de opiniões sobre o que é acolher e acolher com qualidade. Cada conselheiro recorreu a parâmetros pessoais para “avaliar” as formas e os procedimentos utilizados para recepcionar/acolher a criança. Assim, para a conselheira Patrícia, o contato físico e a distração da criança parecem ser os aspectos mais valorizados. Daniela, por sua vez, menciona que o acolhimento deveria ser coletivo, feito por todos e de maneira alegre. Pedro e Aline destacam o espaço para a palavra, para a conversa com a criança, como aquilo que contribui (ou contribuiria) para qualificar de maneira positiva esse momento.

Há muitas maneiras de olhar e conceber o processo de acolhimento inicial da criança e, a partir dessas diferentes perspectivas, indaga-se: o que é receber e acolher? Quem deve fazer isso? O objetivo principal é distrair ou conversar com a criança? Quem pode conversar com ela e sobre o que podem falar?

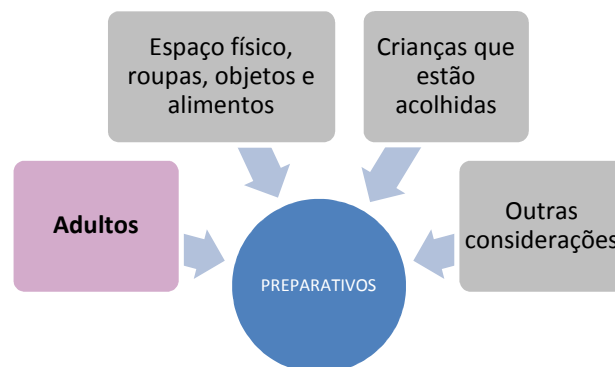
Ao longo desse tópico, certamente, essas questões são respondidas pelos participantes, de acordo com suas concepções e expectativas sobre esse momento inicial do acolhimento.

### 6.4.3 Os preparativos para a chegada da criança na instituição de acolhimento: “é só mais uma criança que a gente vai receber”

De acordo com o que foi discutido, a criança e sua família não são preparadas para vivenciar esse momento, e frequentemente são surpreendidas pela notícia de que chegou o dia em que a criança será retirada de seu contexto de origem, muitas vezes sem nem compreenderem as razões que motivaram a aplicação da medida de proteção.

As instituições, por sua vez, ficam sabendo antecipadamente, com raras exceções, que a criança chegará. Segundo normas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), o educador, dispondo de recursos e apoio adequados, deve organizar a recepção da criança, implementando-a de forma profissional e com estreita colaboração de todas as pessoas envolvidas. Buscou-se, então, saber, se há, nas instituições, alguma preparação para recebê-la e, quando há, o que é feito e quem se envolve ou é envolvido nesse momento inicial de recepção e acolhimento.

Para tanto, este tópico foi organizado em torno de quatro elementos principais: **preparativos dos adultos**; preparativos do espaço físico, das roupas, dos objetos e da alimentação; preparativos das crianças já acolhidas; e outras considerações sobre o assunto. A seguir, será abordado o primeiro deles (Fluxograma 12).



**Fluxograma 12** – Preparação dos adultos para receber e acolher a criança que está para chegar.

Os três trechos seguintes apontam o movimento inicial que parece caracterizar todas as instituições:

Yolanda: *Quando a gente fica sabendo, então, a gente já [...] conversa com as educadoras: "Vai chegar uma criança, tal, assim, a idade...", e passa, assim, o*

*mínimo. O que a gente souber da criança, a gente já passa para as educadoras [...].* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Fernanda: *[...] Avisar as monitoras, avisar quem tá de plantão [...], deixar as pessoas de sobreaviso de que vai chegar uma criança e quando a criança chega.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Beatriz: *[...] todo mundo é avisado para a gente saber que tá vindo alguém e a gente precisa ter uma atenção com ele.* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Assim que a equipe técnica é avisada que uma criança chegará, os demais adultos da instituição são comunicados (outros trechos de entrevistas no Anexo U).

No entanto, podem surgir dificuldades na comunicação e fazer com que a criança seja acolhida sem que os educadores saibam antecipadamente sobre sua chegada, tal como conta a psicóloga Janaína:

Pesquisadora: A partir do momento que vocês sabem que uma criança vai chegar, existe uma preparação para recebê-la [...]?

Janaína: *Às vezes, a gente consegue falar para as educadoras que vai chegar uma criança de tal idade, que daí elas precisam se organizar quanto ao quarto, as coisas, o armário, então a gente sempre fala...*

Pesquisadora: Você diz “às vezes”, por quê?

Janaína: *Então, “às vezes” porque a gente consegue falar para um plantão, mas aí o Conselho Tutelar não chega naquele plantão, tem isso, ou a Vara da Infância [...]. Aí, vai para outro plantão e a gente também vai embora e, às vezes, essa comunicação falha um pouco [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

As dificuldades descritas (atraso na chegada prevista da criança; mudança de plantão das educadoras; e término do horário de trabalho da equipe técnica) poderiam ser facilmente sanadas com o uso de comunicados por escrito e, principalmente, por “encontros diários de 15-20 minutos entre os profissionais de diferentes turnos para troca de informações”, como previsto pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009e, p. 27). Não foi investigado, especificamente, se há esses encontros nas instituições. Todavia, pelo que Janaína descreve, é possível supor que, mesmo que existam, a comunicação sobre a chegada de uma criança não está sendo priorizada e os preparativos para o seu acolhimento, conseqüentemente, também não se constituem em prioridade na rotina institucional.

Todavia, essa mesma psicóloga faz referência a um procedimento que pode contribuir para qualificar o processo de preparação para a recepção e o acolhimento da criança:

Pesquisadora: Janaína, qual a sua participação no momento de chegada da criança na instituição?

Janaína: *Quando a gente fica sabendo da criança que vem para cá, seja pelo Conselho (Tutelar), seja pela Vara (da Infância), a gente pede um relatório antes,*

*para gente saber quem é a criança, que família é essa. Quando isso é possível, acho que começa aí a participação, de estudar quem é a família, que território; a gente já pega algumas informações do centro de saúde, do território [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Há uma busca ativa por informações relevantes sobre a criança e sua família, mesmo antes do acolhimento acontecer. Essa é uma prática muito positiva, porém o ideal é que o acesso a essas informações, anterior à chegada da criança na instituição, já estivesse garantido pelo fluxo do acolhimento, de maneira a não depender da proatividade da equipe técnica das instituições. Isso por que é relativamente frequente essas informações chegarem depois da criança.

*Simone: [...] muitas vezes, as crianças chegam aqui, não veio nem um relato para nós [...]. A gente não sabe quem é a mãe, nem porque veio para cá. Aí você liga para a Vara (da Infância): "Ah, então, a gente vai mandar depois". A gente também enfrenta essa dificuldade de ter informações [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Saber quem é esperado contribui, sobremaneira, para possível personalização do processo de acolhimento inicial da criança. Porém, é fundamental garantir o acesso a essas informações aos educadores, uma vez que serão eles que permanecerão com a criança a maior parte do tempo, desde o início do processo de acolhimento. Quanto antes a equipe tiver acesso ao estudo que gerou o acolhimento, mais ágil será o início da construção do PIA, cujo objetivo principal é a restauração do direito da criança à convivência familiar e à comunitária (Brasil, 2009a).

Porém, na rotina institucional, o não acesso a informações significativas sobre a criança e sua família, aliado à ausência de reflexão sobre a importância de haver preparo e planejamento para receber e acolher aquele que chega, traz consequências:

*Pesquisadora: [...] começa haver alguma coisa, na casa, para esperar?*  
*Lourdes: Não, [...] para a gente é só mais uma criança que a gente vai receber. Para a gente está na nossa rotina, no dia a dia [...]. Normalmente, a gente espera a criança chegar, pelo fato de, muitas vezes, acontecer de avisar que está para chegar a criança e a criança não chega. Então, assim, você espera a criança chegar para aí [...] correr atrás, mas já sabe que está ali, é só arrumar [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

O risco encontra-se, exatamente, no automatismo da prática, na atitude rotineira, em que se deixa de considerar a importância de não tratá-la como *só mais uma* criança. A proposta de haver preparação para recebê-la é, justamente, contrária ao que descreve a educadora Lourdes. Constitui-se numa tentativa de construir um “espaço” para a criança

dentro da instituição, tanto física como subjetivamente, demonstrando que a chegada dela estava sendo aguardada por todos e que naquele lugar e por aquelas pessoas sua presença e suas necessidades serão acolhidas.

No entanto, a fala da educadora mostra que entregar-se à rotina pode ser a maneira encontrada para evitar o contato com seus próprios sentimentos e emoções, despertados nesse contexto. Minimiza-se a percepção da complexidade da situação ao não reconhecer ou refletir sobre as especificidades da criança, a importância desse momento para ela e seu papel (de educador). Desta forma, a educadora pode estar expressando quanto esse momento é delicado e difícil não só para a criança, mas também para si mesma.

As Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) apontam que a natureza (complexidade dos casos atendidos) e a dinâmica (demandas que exigem resolutividade, rapidez e mobilidade) das instituições de acolhimento, acabam afetando emocionalmente os profissionais de diferentes maneiras, o que pode gerar automatismo de respostas, e fazer com que passem a agir sem refletir sobre o atendimento que está sendo realizado. Alertam, então, para a necessidade do oferecimento de formação continuada aos profissionais, o que também é enfatizado nas normas internacionais (Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

Flávia, Lourdes e Sílvia mencionam que, quando as educadoras ficam sabendo que uma (ou várias) nova criança chegará, expectativas e preocupações são geradas:

*Flávia: [...] Fica nessa espera, ansiedade, para saber quem é a criança que tá chegando.*

*Pesquisadora: E gera ansiedade?*

*Flávia: Tem vez que eu [...] quando ouço o nome da criança, assim, eu quero saber quem é. Será que vai ser mais uma criança que você vai ter trabalho com ela? Ou vai ser uma criança quietinha? Tomara que seja uma criança quieta! Porque a gente já tá cansado de tanta coisa. No fim, ela é quietinha, mas depois ela se agita, ela começa pôr a energia dela para fora. Ou, então, uma criança que chega e não fala, mas você quer que ela fale, você quer que ela exponha o que ela tá sentindo [...]. Você fica naquela coisa. Você não sabe como a criança vai chegar, o que ela vai fazer [...]. Enfim, é o que eu falei: não tem um manual. Aí, você tem que se virar [...]. A criança não vem com manual de instrução, aí você vai estudando a criança para saber como que ela tá, como que vai fazer, se você vai dar atenção mais para ela e não vai dar atenção para os outros, mas sem esquecer que tem as outras crianças também. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

*Lourdes: [...] A gente fica meio... “Mais uma criança! Meu Deus do céu, como será? Será que é chatinha? Será que é chorona? Será que é doente?”. Enfim, você fica preocupada que tipo de criança vai receber. Se é uma criança malcriada, como que é o problema da criança, se vai chegar marcada, se ela tem problema respiratório [...]. Isso é o que a gente imagina. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa)*

*Sílvia: [...] A gente fica esperando o momento para ver com é .*

Pesquisadora: E como é essa espera?

Sílvia: *Parece uma espera de quando você está de nove meses. Parece que você vai ganhar nenê. Eu acho que é a mesma coisa. Você fica ali, naquela ansiedade: [...] “como será que é? Será que é maiorzinho? Será que é branquinho? Será que é bonzinho? Será que é chorão?”. Igual quando você vai ganhar neném. “[...] Será que dorme? Será que não dorme?”.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Parecem haver, *a priori*, expectativas negativas ou receio do que *mais uma criança* lhes trará de sobrecarga, principalmente no abrigo institucional Tulipa, que funciona, frequentemente, acima de sua capacidade. Porém, mesmo num contexto familiar, sentimentos contraditórios e preocupação, bem como alguns conflitos, são normais quando se espera uma criança (Brazelton, 1988). E, no contexto institucional, isso pode ser potencializado, uma vez que as profissionais encontram-se muito solitárias para lidar com essa tarefa tão complexa.

Mais adiante, será possível constatar que o não acesso a informações relevantes sobre a criança antes de sua chegada e os poucos (ou ausentes) espaços individuais e/ou coletivos para elaborar, preparar e prepararem-se para a chegada de uma nova criança, por exemplo, em supervisões, reuniões e encontros de formação continuada que tratem especificamente sobre o assunto (ver item 6.4.5), contribui para que as educadoras se sintam mais angustiadas e menos preparadas para executar sua função com mais confiança e melhor qualidade.

Porém, por mais que existam condições ideais de preparação para essa chegada, esse é um momento carregado de significados e o novo sempre traz consigo algo de desconhecido ou de estranho, o que gera insegurança. E isso provocará a emergência de novos processos de (re)significações por parte de todos os envolvidos nas mudanças provocadas pelo acolhimento: a criança, sua família, os profissionais e a instituição (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1993; Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitoria, 1997; Rossetti-Ferreira, Vitoria & Goulardins, 2011).

De qualquer forma, com algumas exceções, os adultos não são surpreendidos com a nova criança. Mesmo que minimamente, eles têm a chance de anteciparem-se em relação a essa chegada.

**E o que é feito** a partir disso? (Fluxograma 13).



**Fluxograma 13** – Preparativos em relação ao espaço físico, às roupas, aos objetos e alimentos para aguardar a criança que está para chegar.

Heitor: [...] a gente já sabe (que a criança chegará), então, dá para a gente se preparar, [...] vou ver se tem um berço para ela, cama para ela [...]. Aviso os monitores, o pessoal da cozinha “Olha, guarda o almoço”, alguma coisa assim, isso é o preparativo para a criança chegar. (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).

Fernanda: Bom, [...] primeira iniciativa é ver onde ela vai ficar, onde ela vai dormir, qual vai ser a cama dela [...]. Se é um bebê vai ter que reorganizar os quartos, trocar uma criança de um quarto para o outro, dependendo da idade. Se é uma criança maior, vai para o quarto dos meninos ou das meninas, como que vai reorganizar fisicamente a casa para receber essa criança. Roupa de cama, de banho, separar produtos de higiene pessoal [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Em todas as instituições, os profissionais fizeram referência a alguma preparação para receber a criança, e todos mencionaram procedimentos que diziam respeito a: arrumar um local para a criança dormir (cama ou berço) e separar roupas, objetos relacionados à alimentação (prato, copo, mamadeira, talher), higiene e brinquedo. Fizeram referência também a alguma organização na cozinha que possibilitasse prover alimentação para a criança, mesmo que fora do horário previsto na rotina da instituição (outros trechos de entrevistas no Anexo V).

Mas, e as **crianças que já estão acolhidas**? O que acontece, em relação a elas? (Fluxograma 14).





**Fluxograma 14** – Como as crianças são preparadas para receber e acolher a criança que está para chegar.

Para proporcionar uma visão mais específica dos procedimentos adotados em cada instituição na preparação das crianças, que já estão no local, para receber aquela que chega, os dados serão apresentados separadamente.

### No abrigo institucional Tulipa...

Heitor, apoiador técnico, fala sobre a diferença de conduta das crianças de diferentes faixas etárias.

Heitor: [...] se é alguma criança com uma demanda mais específica, por exemplo, já é um adolescente, eu já converso; até com as crianças, eu até já dou um toque, porque, às vezes, quando chega, é muito tumulto [...]. Se é um bebê, a gente não fala para as crianças até 5, 6 anos, nem dou um toque não [...].

Pesquisadora: Mas essas crianças mais velhas, por que você acha que é interessante avisá-las? Qual é a intenção? O que acontece, a partir disso?

Heitor: Eu acho que tem que comunicar [...]. Eles vão ficar apreensivos, mas eu acho que evita um pouco aquela chegada assim... Por quê? O que acontece? Quando a criança chega, vem todo mundo correndo para ver, mas, se você avisar, o pessoal já chega de maneira mais suave, já vai está sabendo [...]. A gente já dá um toque, já avisa, para a chegada ser mais tranquila, porque eu acho que é a chegada da criança é muito importante, aquele primeiro momento [...].

Pesquisadora: Heitor, e por que para as crianças menores não é tão necessário avisar, de alguma forma, preparar?

Heitor: [...] a gente nunca parou para pensar exatamente nisso; então, não é uma determinação técnica do abrigo estar avisando, não tem nada disso e [...] a gente nunca ponderou isso. A gente nunca discutiu isso, mas também seria importante [...]. É simplesmente porque a gente nunca conversou sobre isso e também porque é mais tranquilo, com a chegada dos menores. Os menores não é tanto tumulto assim, então, não vejo maiores problemas. Uma criança de 4 anos chegando é diferente de um adolescente de 12 anos chegando; a chegada na casa é diferente.

Pesquisadora: Em que é diferente?

Heitor: É diferente. Passa mais despercebida, vamos dizer assim.

Pesquisadora: Mas, em relação a quê?

Heitor: Em relação às outras crianças, com certeza. Se chega uma adolescente de 12 anos [...] chama mais a atenção das crianças do que chegar uma criança de 3, 4 anos. (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).

As crianças pequenas, na faixa etária foco da presente pesquisa, não são comunicadas, previamente, sobre a chegada de nova criança porque não tumultuam significativamente a instituição, ou seja, não causam desordem/desorganização coletiva, em um nível que atrapalhe o trabalho dos adultos. Conclui-se, assim, que, do ponto de vista do funcionamento institucional, não há razão para comunicar as crianças, então, isso não é feito.

Não se considera uma possível desordem/desorganização pessoal que possa acometer as crianças, na medida em que se veem, de uma hora para outra, tendo que dividir/compartilhar com mais uma criança, por exemplo, o quarto, os brinquedos, os espaços e, acima de tudo, os amigos e a atenção dos educadores. E Heitor diz que procedem dessa maneira, porque nunca houve reflexão coletiva voltada para essa prática, bem como sobre seus possíveis efeitos.

O pedagogo e a coordenadora da instituição falam sobre a prática de não comunicar e não preparar as crianças:

Pesquisadora: João, as crianças ficam sabendo, antes, que vai chegar uma outra criança?

João: *Não, muito difícil. Um caso ou outro só.*

Pesquisadora: E por que é assim?

João: [...] *o que eu sinto é que eles ficam sabendo por que nos ouvem conversando lá na casa, ou a gente chega e fala para um educador, mas não que tenha esse diálogo direto com a criança, “Olha, se prepara que vai chegar mais um menininho”. Não, isso não acontece.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Cristiana: [...] *muitas vezes, algumas crianças ficam sabendo que vai chegar outra criança.*

Pesquisadora: Elas ficam sabendo, elas não são comunicadas?

Cristiana: *Não são [...]. Se ela vê que já vai mexer ou arrumar a cama no quarto dela, no caso das meninas, [...] se alguém vai estender a cama para a criança que vai chegar, naturalmente, a criança vai perguntar: “Quem vai dormir aí?” [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Não informá-las, não quer dizer que as crianças não fiquem sabendo. As crianças ouvem ou percebem que algo diferente está acontecendo, por exemplo, a partir da colocação de uma nova cama no quarto e, *naturalmente*, buscam informações (outro trecho de entrevista no Anexo W). Ademais, considera-se que não se trata de dizer para as crianças “*se preparem*”, mas, sim, de realizar um trabalho efetivo com elas.

### **No abrigo institucional Rosa...**

Há controvérsias sobre o procedimento adotado em relação a informar e preparar as crianças para o acolhimento de outra(s):

Lara: [...] *é avisado para o pessoal [...], inclusive, as crianças.* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Elas (crianças que já estão acolhidas) ficam sabendo antes que uma criança vai chegar? Ou elas ficam sabendo só na hora que chega?

Beatriz: *Não, as crianças não, não têm essa necessidade.* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Enquanto uma profissional afirma que as crianças são avisadas de que uma nova criança chegará, a outra, da mesma instituição, afirma o oposto. Conclui-se que esta não é uma prática consolidada e instituída no abrigo institucional. Uma das profissionais explica que essa medida não é necessária. Todavia, na perspectiva de quem, não é necessário avisar as crianças com antecedência? Se os adultos precisaram de certo tempo, anterior à chegada da criança, para se organizarem de forma a serem capazes de melhor acolhê-la, por que isso não seria oportuno também para as crianças?

A educadora Camila fala sobre a diferença de conduta em relação às crianças de diferentes faixas etárias.

Pesquisadora: [...] as outras crianças que [...] já estão na casa ficam sabendo que uma nova vai chegar?

Camila: *Berçário não.*

Pesquisadora: Não?

Camila: *Não [...]. O berçário, às vezes, não tem tanto entendimento assim. Então, a gente fala na hora, porque, às vezes, a criança nem vem naquele dia [...]. Agora, quando é dos maiores, a gente fala, já é diferente, né.*

Pesquisadora: A partir de que idade?

Camila: [...] *Quando é aqui na parte de 5, 6 anos, daí a gente já fala: “Olha, vai chegar um amiguinho, ele é na idade do João, o João tem 6 anos” [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Parte-se do pressuposto de que criança com menos de 5 ou 6 anos *não tem tanto entendimento* e que, portanto, não são informadas e menos ainda preparadas para receber a criança que chega.

Porém, assim como no abrigo institucional Tulipa, há o reconhecimento de que, embora não haja a prática de informar as crianças, elas podem ficar sabendo:

Pesquisadora: Elas ficam sabendo com antecedência que outra criança vai chegar?

Lia: *Que vai chegar? Às vezes, depende. Porque, às vezes, vai tudo muito rápido, se a gente sabe com antecedência, a gente já informa as monitoras, que já preparam a casa, [...] então, as crianças acabam meio que participando desse movimento todo, já sabem que está chegando alguém.*

Pesquisadora: Porque elas percebem que está tendo movimentação diferente e que provavelmente uma criança vai chegar?

Lia: *É, tem horas, tem algumas vezes que dá para a gente fazer isso, tem algumas vezes que não, então eles acabam meio que observando.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Pela movimentação da casa, as crianças percebem que *está chegando alguém*. Se são capazes de compreender o que veem, por que não seriam capazes de compreender o que escutam e sobre o que conversam? Por que deixá-las à margem do que está acontecendo ante seus olhos, apenas observando passivamente?

Certamente, não envolvê-las intencionalmente nesse processo demonstra que, por trás dessa conduta, há uma concepção de criança que não leva em consideração muitas de suas potencialidades e direitos, bem como o importante papel que desempenham nesse processo.

### **No abrigo institucional Lírio...**

Nessa instituição, também se percebe que há controvérsias:

Valentina: *[...] sempre digo para elas (para as crianças já acolhidas) que vai chegar, o nome das crianças que vão chegar [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio)

Pesquisadora: *[...] as crianças são preparadas antes da chegada de uma criança? É dito alguma coisa para elas?*

Adriana: *A gente procura dizer quando sabe, porque, às vezes, chega de surpresa [...]. Aí, a gente avisa quem a gente vê na frente [...].*

Pesquisadora: *Mas é um procedimento comunicar as outras crianças que uma nova vai chegar, ou elas acabam percebendo pela dinâmica da casa?*

Adriana: *Olha, é uma tentativa de cumprir com o procedimento. A equipe técnica concorda com isso, mas os fatos não saem como a gente planeja [...].* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: *Mas, e as crianças sabem que uma outra vai chegar? É dito alguma coisa?*

Fernanda: *Não, normalmente, não [...].*

Pesquisadora: *Mas elas devem perceber, de alguma forma, a movimentação, né?*

Fernanda: *Sim, sim [...]. Mas não especificamente: “Oh, vamos sentar, conversar” [...]. Eles percebem, mas não é dito, a não ser que elas perguntem [...]. Não, não tem esse cuidado.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: *E as outras crianças ficam sabendo que uma criança nova vai chegar?*

Sílvia: *Não. Desde que eu tô aqui, não. A não ser os maiores, [...] eu acho que passava e ouvia. Geralmente, não.*

Pesquisadora: *Não é dito para eles que uma criança vai chegar, quem é? Não?*

Sílvia: *Não, mas podia ser feita uma reunião, com todo mundo junto, que vai chegar um acolhido, né. Assim seria bacana.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio)

Embora a assistente social afirme que comunica às crianças que chegará outra, as demais profissionais dizem que esta não é uma prática instituída. Todavia, parece haver algum reconhecimento de que essa poderia ser uma boa prática.

### No abrigo institucional Hortência...

Por fim, nessa instituição, também há contradições:

Pesquisadora: As outras crianças sabem, quando uma nova vai chegar? Com antecedência?

Cássia: *Sabem, com antecedência.*

Pesquisadora: Como é?

Cássia: *[...] quando é avisado que precisa de uma vaga, então, as próprias meninas trabalham com as crianças, a psicóloga e a gente também. "Vai chegar um bebê, vai chegar um coleguinha para ficar no seu quarto, vai chegar mais uma pessoa [...]"*. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Como é isso? As crianças também são avisadas, ou acabam ouvindo?

Manoela: *[...] se for possível, de repente é um horário em que eles estão na escola, aí não tem jeito [...]. Então, às vezes, a criança chega e a criança nova já chegou, depende muito. Quando é possível, a gente fala [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Janaína: *[...] as crianças, elas ficam muito ansiosas se a gente fala para elas. Já chegou delas não dormirem, [...] de ficarem à noite agitadas porque ia chegar uma pessoa naquele quarto delas. Então, a partir daí, a gente começou a não falar para as crianças. Aí, no momento que chega, a gente reúne as crianças e fala.*

Pesquisadora: E como é essa conversa com as crianças?

Janaína: *Elas ficam super curiosas, elas querem saber o nome da mãe, se tem irmão, com quem que vai ficar, se vai receber visita...*

Pesquisadora: Essa é a conversa que você vai mediando?

Janaína: *É, acontece no corredor, na sala, eles vão solicitando as informações.*

Pesquisadora: Não acontece junto com a criança?

Janaína: *Não, não, às vezes sim, às vezes não, às vezes, a tia está mostrando a casa e as crianças já estão perguntando, então, eu paro e respondo.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

A contradição é evidente, portanto, não há como saber se as crianças são ou não avisadas, frequentemente (outros trechos de entrevistas no Anexo X). Todavia, percebe-se que a intenção da psicóloga é poupar e/ou proteger as crianças de seus próprios sentimentos e reações à expectativa da chegada de uma nova criança. Possivelmente, a ansiedade e agitação delas decorre de uma identificação com aquela que chega, uma vez que elas já passaram por isso. Mas será que essa é a melhor maneira de lidar com essa situação?

Negar tempo e oportunidade às crianças para conversar e elaborar sobre suas próprias vivências e sobre a vivência do outro, não parece ser a melhor saída para nenhum dos envolvidos: as crianças são pegadas de surpresa, inclusive pelo reavivamento de seus sentimentos, memórias, expectativas, etc.; os adultos se veem tendo que conversar e sanar as dúvidas das crianças que já estão acolhidas, ao mesmo tempo em que precisam acolher a criança que chega; e esta, por sua vez, pode ser a mais prejudicada, uma vez que pode se sentir invadida pela curiosidade das crianças que não foram preparadas para acolhê-la, além

de correr o risco de não receber a atenção devida dos adultos “divididos” pelas diferentes demandas das crianças.

De acordo com Elage (2010), as crianças podem facilitar a integração da que está chegando. Mas, para isso, é preciso considerar que o grupo de crianças precisa ser preparado para receber e acolher, o que é possibilitado quando: “os educadores do abrigo incentivam um ambiente solidário, as relações fraternas e cooperativas, e se constituem em um modelo de conduta porque também praticam entre si esse padrão de convivência e aceitação recíproca” (p. 34).

Todavia, conclui-se que o processo de preparação para receber a criança que chega, com raras exceções, resume-se a avisar os adultos para que organizem o local em que ela dormirá, suas vestimentas e outros objetos pessoais. Aos educadores, resta a preocupação e ansiedade. E a preparação das crianças que já estão na instituição praticamente não existe, uma vez que, frequentemente, nem são informadas sobre o que está para acontecer.

O procedimento de preparação dos adultos e das crianças para acolher aquela que chega não pode se resumir apenas à prática de informá-los, embora este seja, necessariamente, um aspecto essencial. Seriam necessários espaços, atualmente escassos ou inexistentes, de discussão, que fossem contínuos e específicos sobre o assunto, nos quais as crianças pudessem, por exemplo, falar sobre o processo de chegada de cada um, possibilidades para tornar esse momento mais acolhedor e as maneiras de participarem do acolhimento dos demais. E que os adultos pudessem refletir sobre a importância e as formas de acolher a criança, independentemente de ser chorona, arredia, boazinha, mal cheirosa, feliz, questionadora ou quieta, cientes de que cada reação, característica, ou pergunta, tem um (ou vários) significado que precisa ser compreendido para que possam ajudar a criança a elaborar suas vivências. Por mais difícil que possa ser.

Na Associação Lua Nova (2008), por exemplo, um educador da equipe é escolhido para ser referência para a jovem que chega. E, junto com ele, duas jovens que já estão acolhidas na instituição acompanham todo o processo da nova moradora. O objetivo é que a jovem tenha “um par” que contribua na compreensão do funcionamento da instituição e transmita confiança no novo ambiente. Certamente, isso também seria possível em outras instituições, nas quais, por exemplo, uma criança da mesma idade ou mais velha poderia ser escolhida e preparada para desempenhar esse papel. Porém, o que há, na verdade, é uma participação espontânea e pouco organizada das crianças, embora muito importante, como será visto mais adiante (ver item 6.4.4.4).

Ademais, outras **considerações merecem ser feitas sobre os preparativos** para receber uma nova criança (Fluxograma 15).



**Fluxograma 15** – Outras considerações sobre os preparativos para receber e acolher a criança que está para chegar.

Na educação infantil, há uma produção de conhecimento sobre o processo de preparação para a inserção da criança no novo contexto. A organização do espaço com vista à recepção e acolhida de novas crianças, é um aspecto bastante valorizado nessa área (Vitoria & Rossetti-Ferreira, 1993), porém, há pouco cuidado no acolhimento institucional. Deve-se, então, considerar que o adulto organiza o espaço conforme a concepção que tem sobre desenvolvimento infantil e de acordo com seus objetivos (Campos & Meneghini, 2011).

Nesse sentido, percebe-se, pelos relatos dos profissionais participantes da pesquisa, que a organização do espaço busca garantir apenas que a criança durma, coma, se asseie e se vista. Será que esses são os únicos ou principais objetivos da proposta político-pedagógica de uma instituição de acolhimento? Com certeza, não deveria ser, mas, certamente, ainda são precárias as oportunidades que os profissionais têm para refletir e discutir a respeito da importância do planejamento e organização do espaço nesse contexto. Carvalho (2011a) defende, inclusive, que todos os ambientes infantis deveriam promover: identidade pessoal; desenvolvimento de competências; oportunidade para movimentos corporais; estimulação dos sentidos; sensação de segurança e confiança; e oportunidades para contato social e privacidade.

Ademais, não parece haver, no contexto de acolhimento institucional, qualquer reflexão sobre o papel e a importância do adulto na interação entre as crianças. Ao passo que, na educação infantil, percebe-se que, ao organizar o ambiente em diferentes áreas

circunscritas<sup>37</sup>, com vários brinquedos e materiais à disposição (Campos & Meneghini, 2011), oferece-se à criança proteção e privacidade, contribuindo para que ela preste atenção na atividade ou comportamento do colega, aumentando a chance de brincarem juntos e permanecerem assim por mais tempo (Carvalho, 2011b).

Conseqüentemente, ao organizar e reorganizar continuamente o espaço, o educador está contribuindo para que as crianças se envolvam em brincadeiras entre elas, sem a necessidade de sua interferência direta. Isso faz com que ele permaneça mais tempo disponível para se dedicar ao contato individualizado com aquelas crianças que requerem mais sua atenção ou necessitam de intervenção especial (Carvalho, 2011b).

Ter essa intencionalidade na organização do espaço pode ser bastante funcional para as instituições de acolhimento, no processo de preparação para receber e acolher a criança, por duas principais razões: favorece a interação entre as crianças, inclusive daquela que chega; e contribui com a disponibilidade dos educadores, que podem se dedicar mais à nova criança nesse momento tão delicado.

Na educação infantil, também já está consolidado, há algum tempo, o reconhecimento da importância da participação da família na familiarização gradual da criança ao espaço e às pessoas (adultos e crianças) que nele se encontram, bem como a necessidade de construir relações de confiança e parceria entre a instituição, a família e a criança (Rossetti-Ferreira, Vitoria & Goulardins, 2011; Fortunati, 2009; Paniagua & Palacios, 2007; Oliveira, 2002; Bondioli & Mantovani, 1998).

No acolhimento institucional, por sua vez, embora esses aspectos já estejam previstos em normas internacionais voltadas ao cuidado alternativo de crianças (State of Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), em âmbito nacional não se encontram sequer nas orientações e diretrizes, e praticamente ausentes na prática cotidiana.

Preparados ou não, chega o momento de receber e acolher a criança. Como isso é feito?

---

<sup>37</sup> Cantinhos ou zonas circunscritas são, de acordo com Carvalho e Meneghini (2011), “áreas delimitadas em três ou quatro lados, com uma abertura para a passagem, onde cabem com conforto cerca de seis crianças” (p. 153). Mesinhas, cadeirinhas, caixotes de madeira, cortinas, entre outros materiais, podem ser usados para delimitar o espaço. Espaços embaixo de mesas ou cabaninhas também podem ser utilizados. Deve-se, porém, fazer uso de materiais que permitam à criança manter contato visual com o educador, devido à necessidade de manter contatos físico e visual com seu cuidador.



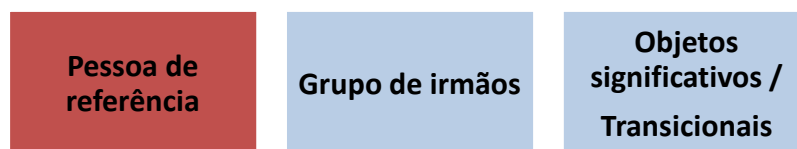
#### 6.4.4 A recepção da criança na instituição e o acolhimento voltado para sua distração: “vamos esquecer o passado”

É grande o desafio de descrever e analisar esse momento, retratando toda sua complexidade, a partir da articulação das várias vozes que esta pesquisa se propôs a escutar. Certa fragmentação foi necessária, embora, na prática, todos os elementos estejam entrelaçados.

##### 6.4.4.1 Um processo solitário e permeado por rupturas: “se vem sozinho, o sofrimento dele vai ser maior”

Para possibilitar a compreensão acerca da situação vivenciada pela criança, é interessante salientar que, além de não ser preparada para o acolhimento e retirada abrupta de seu contexto familiar e/ou de origem, é levada e chega na instituição sem a companhia de qualquer pessoa de referência com quem já tivesse algum vínculo e, frequentemente, sem os irmãos.

Neste tópico, serão abordados três assuntos: a possibilidade de ter um **familiar ou alguém de referência** para acompanhar a criança (Fluxograma 16); o acolhimento de grupo de irmãos; e cuidados com objetos significativos/transicionais.



**Fluxograma 16** – Participação de pessoas de referência para a criança no seu processo de acolhimento.

Diferentemente do que já ocorre na educação infantil (Rossetti-Ferreira, Vitoria & Goulardins, 2011; Fortunati, 2009; Paniagua & Palacios, 2007; Oliveira, 2002; Bondioli & Mantovani, 1998), no acolhimento institucional, não há, ainda, o reconhecimento da

importância da participação da família, ou de outras pessoas de referência, na familiarização gradual da criança ao espaço e às pessoas (adultos e crianças) que nele se encontram, o que poderia contribuir para a construção de relações de confiança e parceria entre a instituição, a família e a criança. No entanto, esses aspectos já estão previstos em normas internacionais voltadas ao cuidado alternativo de crianças (State of Alabama, 2000; IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

Quando questionados sobre a possibilidade de ter um familiar ou alguém de referência que acompanhe a criança até a instituição e participe do seu acolhimento inicial, os profissionais pareceram se surpreender.

Simone: *Você sabe que eu nunca pensei nisso, nunca parei para pensar [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortênciã)

Angélica: *Nunca pensei nisso [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Cristiana: *[...] Eu nunca pensei nisso.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

E, justamente, por ser uma ideia nova para eles, muitos não souberam responder inicialmente ao que estava sendo perguntado (outros trechos de entrevistas no Anexo Y):

Pesquisadora: E o que você acha da ideia de uma pessoa de referência da criança, um vizinho, uma professora, outro parente, que acompanhasse essa criança para mediar essa vinda dela [...]?

Lia: *Não sei [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Fernanda: *É, não sei se seria viável [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Para alguns, a participação da família ou de outra figura de referência para a criança pareceu ser um procedimento interessante:

Cristiana: *[...] É sempre mais agradável, vai dar mais segurança de você ser levado para algum lugar por alguém que você confia, que sabe realmente que quer o seu bem [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Janaína: *[...] Eu penso, às vezes, na mãe, na própria mãe ou familiar, acompanhar e também conhecer esse espaço, onde a criança vai ficar, porque é uma dúvida da mãe, onde ela vai ficar, se vai ser bem tratada. É uma prática nossa, quando a mãe chega para a primeira visita, a gente tem que explicar o espaço, mostrar para ela onde a criança dorme, como é a rotina, quem são as educadoras, quem são os amigos, isso vai quebrando um pouco a impressão, impressão ruim.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortênciã).

Pesquisadora: Adriana, você acha que seria viável a família participar desse processo de acolhimento?

Adriana: *Ah, para entender a criança, ia contribuir muito “Olha, ela chupa chupeta, ela não dorme sem o paninho” [...].* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Terem a oportunidade de conhecer juntos o local, os hábitos e as pessoas, pode ser importante não só para a criança, mas também para a família e para a instituição (outros trechos de entrevistas no Anexo Z).

Os conselheiros tutelares, Aline e Pedro, indicam que pessoas de referência participam em alguns acolhimentos. Todavia, essa participação não seria possível para todas as crianças e famílias (outro trecho de entrevista no Anexo AA).

Pesquisadora: Aline, [...] você acha que seria interessante e possível ter alguém de referência para essa criança, que mediasse essa saída da família?

Aline: *Claro, com certeza. Qualquer pessoa [...] que tivesse vínculo com ela, tanto que a gente faz assim, aqui [...], por exemplo, esse menino, ontem, a mãe foi com ele até lá, nós não deixamos ela aqui. Foi junto com o conselheiro, com a perua do conselho, mas ela foi [...], porque é uma situação que a mãe está deixando, está concordando, pediu essa medida [...]. Então, sempre que possível a gente, se é a situação que os pais estão numa situação que está pedindo, naquele momento, como nós já tivemos casos assim, estavam na rua, uma mãe, com duas crianças aqui, e ela veio pedir porque ela não tinha como, ela não queria ficar na rua com as duas crianças pequenininhas. Ela veio de Ubatuba e brigou lá com o marido, ele a ameaçou ela, ela veio embora, ela dormiu uma noite na rua, no dia seguinte, veio no conselho, pediu que abrigassem, pelo menos enquanto ela arrumava um lugar para ficar, então, nesses casos, dá para deixar, né, porque não vai oferecer nenhum risco e a criança vai muito melhor [...].* (Aline, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Pedro, [...] seria possível ter alguém de referência que acompanhasse essa criança para fazer essa mediação entre a saída da criança e a chegada à instituição - às vezes, um vizinho, ou uma professora, ou um parente [...].

Pedro: *Então, às vezes, isso acontece [...], por exemplo, na escola. Um abrigo aqui, um mês atrás, mais ou menos, a mãe não foi buscar na creche, aí a diretora solicitou a Guarda (Municipal) [...]. A Guarda Municipal foi até a casa da criança, levar a criança [...], porque, assim, a creche tem uma tolerância, deu essa tolerância, precisa fechar. E chegou lá no barracão, estava aceso e não tinha ninguém. E nenhum vizinho quis saber, às vezes, deixa com o vizinho, até a hora que chegar, mas a mãe dele vivia pelos bares [...], ela devia ser encrenqueira, aquelas coisas, uma pessoa difícil e ninguém quis ficar com o menino [...]. Aí, estava junto com a criança, a monitora, e isso facilitou muito porque ela tem vínculo e ficou aqui com ele o tempo todo. Então, a gente tentou contato com a família e não conseguiu ninguém, aí abrigou.*

Pesquisadora: Quantos anos têm a criança?

Pedro: *É [...] 5 ou 6 anos, nessa faixa.*

Pesquisadora: E essa monitora, foi junto no abrigo?

Pedro: *Foi até a porta do abrigo, deixou ele lá junto e aí, depois, fomos levar ela, mas ela ficou quase até 11 horas com a gente [...].*

Pesquisadora: Você acha que nessa experiência, ajudou ter alguém?

Pedro: *Eu achei legal.*

Pesquisadora: E você acha que em outras situações, seria possível?

Pedro: *Eu acho que na escola, sempre, porque escola é protetora, guardiã da criança [...]. Como seria ela ter vindo sozinha, com dois policiais que não conhece? A diferença de ter vindo com a monitora, que ela conhece, tem toda diferença; tá*

*certo que ela não pode ficar lá, mas o preparo dela de conversar com ela, que ela ia dormir lá, que lá é assim, lá tinha outras crianças e tal [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Os profissionais contam, porém, que as pessoas têm receio de se envolver e participar desse tipo de situação.

*Daniela: Eu não vejo como, porque, antes de a gente optar pelo acolhimento, a gente tenta que alguém fique com ela e só vai para o acolhimento se não tem outra opção, e aí então, quem a gente vai pedir para fazer esse acompanhamento, se já não quiseram ficar com a criança, então, eu não sei...* (Daniela, conselheira tutelar).

*Lia: [...] As pessoas, geralmente, elas ficam com receio de se envolver, porque são famílias que, às vezes, ameaçam as pessoas. Os próprios familiares, às vezes, não aceitam a guarda da criança por medo: "Esse pai é agressivo, se eu pegar, ele não vai me dar sossego, ele vai me ameaçar". Então, muito mais pessoas, né, escola, vizinho, fica com um pouco de receio de acabar se envolvendo. O máximo que fazem é denunciar para que os órgãos competentes façam esse trabalho, de estarem se protegendo de alguma forma [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Segundo dizem, as pessoas costumam se sentir inseguras em relação à família de origem da criança e temem se comprometer, por isso relativizam a viabilidade dessa participação no processo de acolhimento (outros trechos de entrevistas no Anexo AB).

Nota-se que a própria instituição teme a família:

*Valentina: [...] Eu não sei, para o abrigo, como é que isso seria. Eu tenho que admitir que acho que seria muito complicado porque, quando vem, na maioria das vezes, vem naquela situação - não sabia que iria vir, o oficial (de Justiça) foi lá com a polícia trouxe e, assim, a família obviamente acha que não deveria tá aqui. E, eu não sei, porque a gente só libera a visita para a família depois que eu for fazer a primeira visita, conhecer a família, sentir na conversa como a família reagiu em relação a isso [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

*Pesquisadora: [...] seria possível, nesse momento, [...] ter alguém de referência para essa criança [...]. Alguém que mediasse essa ida para a instituição?*

*Patrícia: Então, normalmente, a gente não leva a mãe junto, entendeu?*

*Pesquisadora: E por quê?*

*Patrícia: Porque é regra do abrigo, não saber onde o abrigo é [...]. No momento do acolhimento, não, porque, às vezes, é filho de traficante, entendeu? Se ele souber aonde é, ele baixa lá com arma e tudo [...]. Mas, cada caso é um caso, entendeu? Então, assim, depende, mas normalmente não vai.* (Patrícia, conselheira tutelar).

Assim, ao menos inicialmente, o endereço da instituição onde a criança está é mantido em segredo, o que não seria possível, se alguém de referência acompanhasse a criança até lá (outro trecho de entrevista no Anexo AC).

A prática de manter em sigilo o endereço do local onde as crianças foram acolhidas também foi observada em Porto Alegre/RS (Fonseca, 2009), e na cidade de São Paulo/SP (Baptista, Volic, & Arruda, 2008). Segundo as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa

paulista, “os familiares se viram obrigados a um período de ‘quarentena’ antes de terem o ‘direito’ de verem seus filhos, ou mesmo de saberem deles” (Baptista, Volic, & Arruda, 2008, p. 187).

Sobre essa postura das instituições, Fonseca (2009) discute que a lei, “ao impor determinadas categorias de classificação, acaba ‘criando’ a realidade que pretende regular” (p. 288). A partir do momento em que a lei determina que apenas crianças vítimas de abandono ou maus-tratos serão acolhidas nas instituições, seus pais passam a ser vistos como suspeitos, uma vez que se parte do pressuposto de que, se não representassem uma ameaça séria, suas crianças não teriam sido levadas à instituição. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que a principal causa que leva a criança ao acolhimento ainda é a miséria e/ou suas implicações, que acabam sendo encobertas pelos rótulos de negligência e/ou abandono da família.

A psicóloga Janaína, por sua vez, diz que o preconceito pode prejudicar a participação de pessoas de referência no processo inicial de acolhimento.

*Janaína: [...] mas, ao mesmo tempo, não sei como funcionaria, porque, quando a criança é pega na escola, é difícil a escola disponibilizar alguém, um professor, para vir [...]. Abrigo, coisa de criança abandonada, coisa de criança infratora, as pessoas que não conhecem, que chegam no abrigo, já chegam cheias de dúvidas, de imagens, então, trazer uma pessoa que não conhece o espaço, nesse espaço, com uma criança que vai ficar acolhida, não sei como que isso ia funcionar [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Será que trazer pessoas que são preconceituosas para conhecer a instituição e as crianças não poderia ser uma boa oportunidade para desfazer os preconceitos? Será que o fato da escola não disponibilizar um professor ou outro funcionário para acompanhar a criança não se deve, justamente, a esse desconhecimento? Afinal, é possível que a escola desconheça aquela criança (e sua família), a instituição para onde irá e a importância que esse acompanhamento teria para ela.

Pesquisas mostram que há dificuldades relevantes na significação, interação e vinculação entre as pessoas do contexto escolar e as crianças acolhidas (Almeida, 2009; Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011; Buffa & Pauli, 2011), o que faz com que seja urgente a construção de parcerias efetivas entre a instituição de acolhimento, a escola, a família e a criança.

No entanto, há outros preconceitos que, segundo a psicóloga Angélica, poderiam ser acirrados com a participação da família ou de outras pessoas *de fora* no momento do acolhimento.

Angélica: [...] Em alguns casos eu acho que esse terceiro estranho chegando no sistema [...] institucional do abrigo, criaria melindres, como avaliações, prejulgamento, passaria algumas informações para os cuidadores que, às vezes, não são tão cuidadosos nessa fala. Quando algum cuidador, às vezes, tá bravo com a criança, ele não poupa: “A sua mãe que é vagabunda, sua mãe não te quer, porque você é malcriado”. Ele responsabiliza a criança por isso. Então, às vezes, vir alguém de fora e, dependendo de quem é essa mãe, ou de quem é essa família estendida, eles têm um julgamento, não só uma avaliação, mas é um julgamento.

Pesquisadora: Os educadores, em relação a essa pessoa?

Angélica: A esses familiares e, por exemplo, eles entram numa relação de competição: “Essa mãe não sabe, eu é que sei cuidar melhor” [...]. Já aconteceu isso nas festas, eu tenho como parâmetro nas festas em que os cuidadores e as famílias interagem [...] Você percebe competição ou a criança que, em algum momento, prefere o cuidador do que o pai e mobiliza, na família, essas coisas e tudo mais. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Mais uma vez, a exclusão é a maneira escolhida para lidar com preconceitos e julgamentos. A instituição fecha-se para tudo aquilo que *vem de fora* e, sobretudo, para aquilo que vem da família de origem. Evitar o confronto parece ser a única saída, mas não é. Embora seja muito mais complexo, requeira mais tempo e exija investimentos de diferentes tipos, há outras possibilidades de trabalhar o entendimento e a aceitação dos educadores e demais profissionais em relação à família, bem como em relação ao seu papel diante dela e da criança.

Para isso, as Orientações Técnicas (2009e) destacam a importância da formação continuada, as discussões de caso e supervisões externas. Enfatizam, inclusive, que os educadores não devem “competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta”. Devem estar preparados, portanto, para não “ter a pretensão de ocupar o lugar da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso” (p. 13-14). Não será evitando a família que isso será alcançado. É necessário qualificar os profissionais.

A conselheira tutelar Daniela aponta outra possibilidade que pode contraindicar a participação da família ou de outra pessoa de referência no processo de acolhimento.

Daniela: *Eu acho que, aí, ele (a criança) vai olhar aquele lugar (Instituição de Acolhimento) como o lugar que separou ele, aquele profissional que tirou a mãe, e aí o desenvolvimento daquele trabalho lá vai ser mais difícil, porque a culpa é deles. Aqui (no Conselho Tutelar) a gente tem um tempo maior para fazer esse trabalho neles (separar da família) e depois eles não vão nos ver mais. Então, a culpa ficou aqui (no Conselho Tutelar), quem separou foi aqui, e lá na instituição não, lá é o lugar da acolhida, não é o lugar que separou. Eu penso que seja assim.* (Daniela, conselheira tutelar).

Daniela acredita que ao separar-se da pessoa de referência na instituição, a criança pode culpabilizar aquele local e as pessoas que nela estão.

Utilizando argumentação semelhante, Simone e Manoela comentam o assunto.

*Simone: [...] E na hora que essa pessoa estiver indo embora daqui e essa criança pensar que está sendo deixada aqui por essa pessoa? Eu acho que, realmente, é uma ruptura brusca, difícil, mas, como eu te disse, nunca parei para pensar nisso, então, não sei te dizer, assim, com clareza maior. Mas, [...] a despedida aqui, o sentimento de ser deixado assim, talvez fosse até maior: "Aquele pessoa me trouxe, me deixou aqui". Pensando muito rapidamente, talvez eu não fosse favorável, [...] acho que ia ser mais sofrido. A princípio, soa mais leve, menos doloroso, [...] mas ela vai deixar ele aqui de qualquer maneira. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

Pesquisadora: Manoela, existe, a família participa, de alguma forma, do momento de chegada da criança? Você acha que existe a possibilidade de alguém que a criança já tem alguma relação acompanhar?

*Manoela: Já, já aconteceu do pai vir junto, de vir algum parente junto com o Conselho Tutelar, junto com a Vara da Infância, já aconteceu. Da criança vir com o pai, por exemplo, porque naquele momento, ele não queria se desgrudar do pai, então, para ser menos sofrido para ele e para o pai, os dois vieram. Então, o pai entra, o pai fica um pouco, porque a criança chorava muito, naquele momento, e aí, quando a criança se distrai... Isso não quer dizer que seja um sofrimento maior, depois, quando ele sente que o pai foi embora [...].*

Pesquisadora: Mas pensando na adaptação da criança naquele momento de chegada, você acha que foi positivo?

*Manoela: Olha, eu não sei te dizer, porque é tão sofrido para a criança, depois que ele vê que o pai não está mais ali...*

Pesquisadora: Ele não se despediu do pai?

*Manoela: Não, ele não se despediu do pai, porque ele não largava do pai, era uma gritaria, uma situação bem difícil, esse caso em específico [...]. A criança tinha esse medo, não sei, de ficar longe do pai e havia essa necessidade [...]. Então, acho que o pai, vendo essa situação, se prontificou a vir junto e aí subiu aqui com a criança, ficou um pouco, quando a gente viu que a criança se distraiu, ele saiu, mas aí chegou um determinado momento que ele sentiu falta do pai e aí ele chorou muito, mas o pai veio visitar algumas vezes [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

A assistente social Simone fala sobre o possível sentimento de abandono da criança ao ser deixada na instituição pela pessoa que a acompanhou (outros trechos de entrevistas no Anexo AD). Por sua vez, a coordenadora Manoela conta uma experiência que tiveram, na qual o pai acompanhou a criança até a instituição, mas saiu sem se despedir dela.

Vitória e Rossetti-Ferreira (1993) argumentam que, na educação infantil, é preferível que a criança saiba quando os pais estão saindo, que expresse seus sentimentos (raiva, tristeza, ou outros) e que a consolem. Com o passar do tempo, a criança perceberá que os pais voltam para pegá-la.

É preciso considerar as diferenças contextuais e, sobretudo, as implicações psicológicas que são radicalmente diversas, em se tratando de separações diárias de curta

duração (educação infantil), de separações extremas de longa duração (acolhimento institucional). Todavia, é possível fazer algumas reflexões interessantes. Afinal, os trechos reproduzidos se complementam, na medida em que não se trata de simplesmente acompanhar a criança e deixá-la lá, tal como fez o pai citado por Manoela. Ambos poderiam, juntos, conhecer as pessoas e explorar o local, além de conversar, tirar dúvidas e obter informações. Mesmo que a criança chore, o essencial é que ela e o pai se despessam, sob orientação e apoio dos profissionais, e que as visitas sejam oportunizadas de maneira ágil e de forma frequente. E, ao se despedir do pai e perceber que ele sempre volta, a criança talvez compreenda, com a ajuda dos profissionais, que não se trata de abandono.

O pedagogo João diz:

*Pesquisadora: E você percebe o contrário, alguma ação, situação que pode intensificar o sofrimento da criança nesse momento da chegada?*

*João: Olha, uma das questões que a gente observa é a da família. Se a família, logo na chegada da criança, já tem a permissão de visita, isso parece que vai acalmando mais a criança. Aí, ela vai percebendo que também tem a sua família ali; que, por mais que está longe, mas que a família já está presente na vida dela de novo. Então, eu acho que isso é uma coisa que ajuda bastante. Agora, quando já não tem a visita nos primeiros momentos, quando a criança tá mesmo impossibilitada de receber essa família, essa criança fica mais... (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).*

O trecho acima reforça a importância das visitas, para favorecer a manutenção dos vínculos familiares e a reintegração familiar, tal como previsto na legislação (Brasil, 1990; 2009a). No entanto, nem sempre isso ocorre. Mais adiante, será possível observar que mudanças são necessárias nos critérios e nas condições de visitas da família à criança (ver item 6.5).

Assim, a assistente social Marina conclui que propiciar a participação da família, nesse momento do acolhimento, é uma possibilidade para ser construída para o futuro.

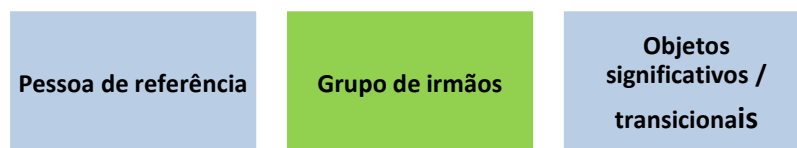
*Pesquisadora: Você acha que a família teria a possibilidade, no acolhimento da criança, de participar de alguma forma [...]? Uma professora, um vizinho [...]. De intermediar, vir junto, [...] para a criança não chegar com pessoas estranhas num lugar estranho?*

*Marina: Olha, eu acho que isso poderia ser construído ao longo do tempo, mas, hoje [...], como as coisas estão funcionando, isso é inviável [...]. Então, assim, talvez se a gente fizesse, no futuro, um processo de acolhimento diferente [...]. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).*

Conclui-se que, atualmente, a criança não pode contar com o apoio da família e nem de outras pessoas de referência, com raras exceções.



E os irmãos? Como tem sido conduzido o acolhimento de **grupos de irmãos?** (Fluxograma 17).



**Fluxograma 17** – Acolhimento de grupos de irmãos.

Embora as legislações e normativas nacionais e internacionais defendam que os grupos de irmãos não devem ser desmembrados/separados, a menos que esse seja o desejo da criança, ou vá contra seus interesses e a coloque em risco (Brasil,1990; 2009e; State of Alabama, 2000; International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE], 2006; United Nation, 2009; State of Queensland, 2013), essa ainda é uma prática muito frequente no município pesquisado.

Essa separação se deve, em parte, a critérios de seleção das crianças com base na faixa etária.

*Pedro: [...] quando são irmãos, vários deles têm, a gestora tem procurado, até pela nova lei, deixar os irmãos juntos [...]. O problema é que [...] aqui no município [...], a gente tem o abrigo por faixa etária, então, a porta de entrada de zero a 7 ou 8, 9 anos, é um lugar, e os maiorzinhos, a porta de entrada é outra, então, às vezes, tem irmão adolescente e irmão criança, [...] aí [...] um vai para um lugar e o outro acaba indo para outro. Existe essa preocupação, mas nem sempre o caso da logística do acolhimento isso é possível [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).*

*Aline: [...] Teve outro caso, também com um adolescente e a irmãzinha de 5 anos. O pai era terminal de HIV, a mãe estava sumida, uma pessoa totalmente agressiva e a casa estava sem água, sem luz, cheia de cachorro [...]. Mas aquele menino e aquela irmã tinham um vínculo um com o outro, ela tinha uma paixão por aquele irmão e ele por ela, um cuidava do outro, ele cuidava dela, porque ela tinha 5 aninhos e ele tinha 14, acho, na época. Ele foi para um abrigo, ela foi para outro. E nós deixamos ela primeiro porque, como ela era menorzinha, para ela, pelo menos, ter o irmão até a porta. O que esse menino chorou [...], foi uma coisa que me comoveu, sabe? Então, isso é uma coisa que não pode acontecer, [...] porque, você tirar da família, já é um absurdo, mas separar, sabe, e não tinha uma instituição que aceitasse [...]. Eu falei: "Por favor" e eles: "Não, não" e não aceitou. Esse menino chorava, ele chorava que nem criança, por causa da irmãzinha. E os pedidos dele no abrigo, do dia que ele entrou até o dia que eu acompanhei, era de visitar essa irmãzinha [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Apesar de apontarem que há, no município, um esforço para manter os irmãos acolhidos juntos, isso não tem sido suficiente, pois o critério de admissão das crianças,

pautado na faixa etária delas, não favorece que isso ocorra (outro trecho de entrevista no Anexo AE).

Além do critério de idade, há também a separação de irmãos por indisponibilidade de vagas nas instituições de acolhimento.

Pesquisadora: E quando são grupos de irmãos, tem algum procedimento para mantê-los juntos?

Patrícia: *Então, isso é uma guerra, [...] porque é para ficarem juntos, [...] mas [...] eles separam [...].*

Pesquisadora: Eles quem?

Patrícia: *O pessoal do abrigo [...]. Se é um acolhimento emergencial, fica [...] naquele dia. Aí, no dia seguinte, não. “Nesse abrigo [...], a gente já tá completo, não pode receber cinco, então ficou três aqui, foi dois para lá”, entendeu? Então, [...] eles dão prioridade para o número de crianças que eles têm e não para o vínculo de irmãos. Não separam à toa, mas [...] também não fazem talvez muito esforço para que eles fiquem juntos. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Marina: *[...] eu já recebi uma (criança) [...], era um grupo de irmãos e eles ficaram divididos em três instituições, aliás, quatro [...]. O desespero da menina, ela tinha uns 7, 8 anos, não era saber nem da mãe, ela queria saber, logo que ela chegou, dos irmãos menores que ela [...]. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).*

Observa-se que, quando a dificuldade para manter os irmãos juntos deve-se à indisponibilidade de vagas (outros trechos de entrevistas no Anexo AF), não se pode considerar que a solução seja a superlotação das instituições de acolhimento. Será necessário, no médio prazo, efetivar políticas públicas preventivas que atenuem as causas dos acolhimentos para diminuir a demanda e, em curto prazo, criar outras instituições que atendam aos princípios contidos nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009e), por exemplo, acolher crianças e adolescentes, de até 18 anos, de ambos os sexos.

Todavia, pela fala a seguir citada, nota-se que as alternativas de que dispunham, naquele momento, para acolher e manter os grupos de irmãos juntos, poderiam prejudicar outras crianças.

Pesquisadora: Mas, os irmãos ainda são acolhidos separadamente?

Fernanda: *Sim, normalmente, por exemplo, a gente tenta, é que é bem difícil quando vem esses grupos de irmãos, de três, quatro irmãos. Sempre a gente tem uma, duas vagas e, às vezes, também algumas pessoas já sugeriram: “Manda um para o outro e traz os irmãos para eles ficarem juntos”, mas aí a criança que já tá aqui há mais tempo, que tem um vínculo também com as monitoras, é mais difícil, né [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).*

A alternativa que está sendo proposta, ou seja, a transferência de instituição de uma ou mais crianças para liberar vaga(s) e possibilitar o acolhimento de irmãos (outro trecho de

entrevista no Anexo AG), vai contra outro princípio, igualmente assegurado pelo ECA (Brasil, 1990). No artigo 92, inciso VI, consta que se deve evitar, sempre que possível, a transferência, para outras entidades, de crianças e adolescentes acolhidos. Afinal, qual a legitimidade de uma medida que visa garantir o direito de uma criança, mas prejudica outra?

Mas, uma vez separados, alguma medida é tomada para que os vínculos sejam mantidos?

Beatriz: [...] aqui no abrigo a gente tá com [...] uma vaga só no berçário, então, se chega aqui um grupo de irmãos, vai ter que separar. Mas, não sei dizer se é tão ruim e nem tão bom. Não sei porque a gente tem contato com outros abrigos, então, tem a visita entre irmãos [...].

Pesquisadora: É mensal?

Beatriz: Isso. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: E quando eles estão separados, existe alguma prática para manter os vínculos?

João: A gente tem buscado isso. Uma vez por mês, [...] um mês, nós vamos até outra instituição; no mês seguinte, a outra instituição vem até nós.

Pesquisadora: Você acha que é suficiente?

João: Não, nem um pouco [...]. Acho que eles precisavam estar mais juntos [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Existe algum cuidado de manter os irmãos juntos, de preservar a relação entre os irmãos, como que é?

Fernanda: Sim, a gente tenta fazer algumas coisas juntos, alguns passeios [...]. Tenta fazer a visita [...], mas, normalmente, tem uma dificuldade de logística, de tempo, de distância e não tem funcionário, enfim, não tem um motorista para levar [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Simone: [...] A intenção é que eles, a cada 15 dias, se encontrem, mas é muito complicado. Por mais que esteja separado, a gente tem que se organizar, a intenção é que o vínculo exista. Temos um caso, que tem duas aqui e outra em outro lugar, que nem se conhecem, só sabem que existe. Se não houve, não aconteceu, em algum momento, a convivência, pode ter parentesco de sangue, mas se a gente não cuidar, não vai ter saudade, não vai ter afeto [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

De acordo com os relatos, embora digam que existem tentativas e a intenção de proporcionar condições para que os irmãos separados se encontrem e cultivem a vinculação afetiva entre eles, isso não parece estar acontecendo efetivamente. E, quando algo é feito, promovem-se visitas mensais. Difícil supor que se encontrando mensalmente está havendo um trabalho efetivo de manutenção de vínculos, embora a assistente social Beatriz pareça estar confiante de que isso basta.

Assim, muitas vezes, sob o pretexto de proteger, se desprotege. Afinal, para a criança, ficar separada de sua família e de seus irmãos pode ser altamente angustiante (Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011).

Além disso, dados de pesquisa mostram que a proximidade física entre os irmãos é um dos principais fatores que influenciam positivamente a manutenção do vínculo entre eles, pois possibilita o compartilhamento de experiências, sentimentos, histórias, e de tudo aquilo que “alimenta” uma relação ao longo do tempo (Almeida, 2009; Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011).

Todavia, a separação dos irmãos não traz consequências negativas só para as crianças, mas também para a família.

*Marina: [...] quando teve a vaga, a gente optou por deixar, então, o máximo juntos porque até para a mãe estava difícil. Como que a mãe ia dar conta de visitar vários...*

*Pesquisadora: Cinco abrigos.*

*Marina: É. Não tem condições, gente. Aí, você ainda quer que a mãe trabalhe.*

*Pesquisadora: Você usa isso como índice de interesse da mãe, se ela não vem aqui?*

*Marina: Sim, e como que você quer que uma mãe trabalhe, ou uma mãe dê conta desse trabalho? A gente já conseguiu que todos os abrigos trabalhassem em sintonia, mas cada um também tem a sua particularidade, então, cada um tem o seu encaminhamento. Como que essa mãe vai dar conta de tudo isso? É complicado [...]. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).*

Ter os filhos acolhidos em diferentes instituições torna difícil para a família comparecer às visitas e seguir os encaminhamentos feitos pelos profissionais, por três principais razões: alto custo do transporte público, agravado pelas várias passagens necessárias para chegar nas diferentes instituições; encaminhamentos diversos, de acordo com o trabalho desenvolvido por cada instituição, e que, muitas vezes, divergem entre si; e disponibilidade de tempo. Cria-se, assim, uma contradição. Tal como aponta a assistente social Marina, exige-se que a mãe vá às visitas, trabalhe e siga todos os encaminhamentos, mas como?

Outro aspecto observado é que, mesmo quando os irmãos são acolhidos na mesma instituição, isso não garante que permanecerão juntos.

*Camila: Às vezes, a criança tá lá (no berçário), mas tem irmão para cá, então, a criança do berçário acaba vindo para os grandes também na hora que os irmãos se encontram, na hora de lanche, que fica todo mundo junto.*

*Pesquisadora: Os irmãos ficam juntos só em horas específicas?*

*Camila: É, porque os maiores vão para a escola, tem dever de casa, tem o planejamento que tem que seguir porque cada dia é uma coisa. E eles (crianças que estão no berçário) também tem atividade fora do berçário, então eles têm o momento que a gente vai para o refeitório, se encontra com todo mundo, todo mundo se conversa, os irmãos vão com os irmãos e assim vai. E também tem muito assim, sabe, de pegar a criança do berçário, ela vem para os grandes, mas ela só vem naquela horinha também, e os grandes também só vão naquela horinha, parece que já é um acordo entre eles, entendeu, não vai conversar no berçário com o irmão lá em cima. Às vezes, quando chega um pequenininho, que não quer saber das tias,*

*não quer saber de ninguém, só quer saber do irmão, é que, às vezes, lá na casa, ele ficava só com aquele irmão [...]. Daí, tudo bem, daí o irmão vai para o berçário e vai ficar lá com ele, até ele sentir segurança que ele tá ali, mas que o irmão também tá presente.*

Pesquisadora: Mas não dorme com ele?

Camila: *Se for preciso, [...] ele vai poder dormir, mas geralmente acaba voltando.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Diferentemente do que a educadora diz, não se trata de um *acordo entre eles*, ou seja, entre os irmãos. É a forma de conceber a organização e o funcionamento da instituição que provoca essa cisão. Os adultos criam condições que favorecem a ocorrência de situações e experiências que separam os irmãos, mesmo quando estão na mesma instituição (outro trecho de entrevista no Anexo AH).

Essa característica de usar a faixa etária das crianças como organizadora do funcionamento da instituição e suas possíveis consequências para a manutenção dos vínculos entre os irmãos foi observada e discutida em pesquisa anterior (Almeida, 2009; Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011).

E, considerando que o processo de acolhimento é marcado pela surpresa da medida, pelo susto de se ver retirado de seu contexto familiar, sem saber o porquê e para onde será levado, ser recebido por pessoas estranhas, entre outros agravantes, não estar sozinho e contar com a presença de um irmão pode contribuir significativamente para o enfrentamento dessa vivência.

A fala dos pedagogos João e Yolanda ilustra a situação.

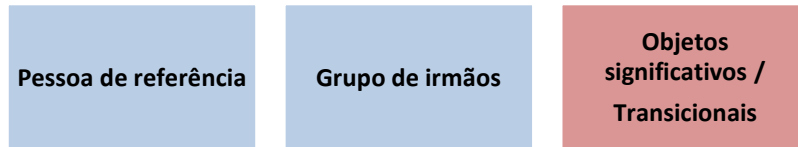
João: *[...] principalmente se vem sozinho, o sofrimento dele vai ser maior. Se é um grupo de irmãos, eles se adaptam melhor, às vezes, um ou outro que fica mais chororô, mas quando estão em grupos de irmãos, a adaptação é mais rápida [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Yolanda: *[...] quando é em grupo de irmãos, o sofrimento é menor, sim, porque ele pode até não tá com o pai, a mãe, não sei, com a família com que ele morava, mas tem os irmãos ali do lado. É o que ele tem no momento, então, se apoiam muito, né? E quando vem só, que o irmão fica sem os irmãos, vai para um outro lugar, acho que o sofrimento é maior, porque, na verdade, essas crianças acabam vivendo mais com os irmãos do que com pai e mãe, né? Então, eu acho que ele sofre menos quando vem um grupo de irmãos, sofre bem menos, porque eles se apoiam muito.* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Porém, frequentemente, a criança é acolhida sozinha, e abruptamente separada de todas as pessoas com as quais mantinha algum vínculo.

E, na educação infantil, quando não se consegue garantir a presença de alguém significativo para a criança, nos primeiros dias de sua inserção na instituição, sugere-se que

ela traga consigo um “objeto querido de casa” (Vitória & Rossetti-Ferreira, 1997, p. 59). (Fluxograma 18).



**Fluxograma 18** – Cuidado com os objetos significativos/transicionais da criança.

Qual o cuidado que se tem com os objetos que são significativos para a criança, e que podem, inclusive, ser usados como objetos transicionais? As conselheiras tutelares, Aline e Daniela, contam qual a conduta delas.

Pesquisadora: Mas tem, assim, um procedimento de pegar objetos que são importantes para a criança, a chupeta, o paninho?

Aline: *Carteira de vacinação, os documentos, a gente sempre pede, se tem chupeta, mamadeira, essas coisas, sempre vão junto.*

Pesquisadora: Mas porque a mãe dá, ou existe uma ação do...

Aline: *Não existe esse combinado. Eu acho que isso vai do conselheiro que está ali na hora, na ação. Acho que isso é muito da hora, da pessoa que está ali [...]. Mas também não tem essa capacitação.*

Pesquisadora: Às vezes, tem objetos que são importantes para a criança e também poderiam mediar isso...

Aline: *É, um brinquedo, alguma coisa que ela queira levar, um bichinho...*

Pesquisadora: Alguma coisa com o cheiro dela...

Aline: *Acho que seria importantíssimo para trabalhar na capacitação e até, inclusive, nos abrigos para aceitar essas coisas que vêm. Porque a gente não sabe até quando isso é respeitado depois, lá dentro. Se é mantido com a criança, se é dado o direito de ela dormir com aquele bichinho que, às vezes, não está cheirando tão bem, mas é o cheiro da casa dela. Vai ser um corte gradual da realidade dela. (Aline, conselheira tutelar).*

Pesquisadora: E quando vocês levam uma criança [...] têm algum cuidado de levar objetos, tipo um bichinho que a criança gosta, uma chupeta, um paninho, algum objeto que seja uma referência para ela, que seja algo que pertença a ela, que tem algo dela naquilo para levar no abrigo?

Daniela: *Elas vão com a roupa do corpo. Os acolhimentos que eu fiz assim, por exemplo, tirar do hospital, estava com a roupa do corpo, os dois, esse que eu peguei com as vizinhas, também, com a roupinha do corpo e a chupeta. Mesmo que chegue no serviço de acolhimento, os calçados que eles vão usar já estão lá, as roupas já estão lá, os brinquedos já estão lá. Eu não tenho conhecimento de alguém que leve alguma coisa e permaneça com essa coisa, eu não posso responder isso. Daqui do Conselho, [...] às vezes, até leva um mochilinha e tal, mas a gente fala: "Se quiser deixar a mochilinha com a sua mãe, a sua tia, a sua avó, lá você vai ter roupa, calçado e tal". Às vezes, a pessoa deixa, às vezes a pessoa fala: "Eu quero levar". Se levar, não tem problema, lá vai ter o lugar onde eles vão guardar, mas...*

Pesquisadora: Não existe o envolvimento de vocês de uma forma que eles tenham um objeto...

Daniela: *Não, para falar a verdade, eu nunca atentei para isso [...].*

Pesquisadora: Não? Pensando na criança pequena, às vezes, um paninho, um bichinho, um brinquedo...

Daniela: *Não, não, não[...]*. (Daniela, conselheiro tutelar).

As conselheiras mencionam que não há uma prática consolidada, ou um cuidado, por parte daquele que retira a criança de seu contexto familiar e/ou de origem, de levar, com ela, objetos que sejam significativos (outros trechos de entrevistas no Anexo AI). Exceções acontecem quando a família manda ou a criança está em posse do objeto no momento em que é retirada.

Tais colocações são reforçadas pelos profissionais das instituições (outros trechos de entrevistas no Anexo AJ).

Manoela: *[...] às vezes, a criança chega com a roupa do corpo, não traz nada [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Valentina: *[...] Eles chegam totalmente despatriados, mesmo, sem nenhuma referência. [...] eles chegam completamente sem identidade, de nenhum objeto que pertencia a eles antes, é extremamente violento.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: Quando uma criança chega, normalmente ela traz objetos dela, como uma chupeta, um paninho, brinquedo?

Sofia: *Alguns sim, às vezes, acontece sim, [...] é difícil, mas tem [...]*. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Cristiana: *Quem faz a busca e apreensão, não sei se é uma prática de pedir para trazer algumas coisinhas não. Às vezes, acontece da criança vir com uma sacolinha que a mãe prepara, porque muitas vezes eles estão [...] no centro de saúde, alguma coisa assim, eles estão lá com aquela mochilinha com algumas coisas, aí vem com aquela coisinha dele [...]*. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Há casos em que, após o acolhimento, a família entrega objetos que são importantes para a criança e, por vezes, comenta que não tiveram tempo de pegá-los no momento em que a criança foi levada.

Fernanda: *[...] Às vezes, quando a gente vai fazer a visita domiciliar, logo depois do acolhimento, nos dias seguintes ao acolhimento, a família manda: "Essa é a chupeta que ele gostava, essa é a boneca, posso mandar a roupinha?" [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Manoela: *[...] tem casos que as pessoas vêm e falam: "A gente ia pegar, mas a pessoa não pôde esperar". É falado isso para nós, a gente percebe que poderia ter mais essa paciência, esse respeito pelo outro e que, geralmente, a gente percebe que nem todos têm, porque, se tivesse, não haveria essa fala [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

A pressa para executar a medida protetiva aparece, mais uma vez, como violadora de direitos, desrespeitando a criança e sua família, ao não permitir, minimamente, que se

organizem (outro trecho de entrevista no Anexo AK), de forma a tornar esse momento menos sofrido para os envolvidos, sobretudo para a criança.

A psicóloga Fernanda conta que, após o acolhimento, em alguns casos, há uma busca, por parte da equipe técnica, de informações e objetos pessoais da criança, com a família, que a ajude no processo de adaptação à instituição.

Pesquisadora: E vocês têm esse envolvimento, de quando vão à casa, de perguntar, de ir buscar e trazer alguma coisa?

Fernanda: *Sim, sim, principalmente, por exemplo, quando a criança não tá se alimentando. A gente pergunta: “[...] com que ela se alimentava, tem alguma mamadeira, tem alguma coisa que ela gostava, [...] como era aqui, o que ela fazia?” [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Aparentemente, a equipe técnica faz essa busca por objetos significativos apenas quando percebem alguma dificuldade intensa de adaptação por parte da criança.

E, apesar de não serem tão comuns, e talvez por isso, houve relatos de alguns casos marcantes em que as crianças levaram objetos significativos para a instituição.

Janaína: *[...] Tem um que é bem emblemático, aqui, que ele chegou com pedrinhas e não largou essas pedrinhas por um bom tempo.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Ana: *[...] Essa Helena mesmo, ela já é grandinha, ela trouxe um travesseirinho e o dedo, ela chupa o dedo [...]. É uma coisa que eu aprendi nas escolinhas, que, às vezes, a criança supre a falta da mãe com chupeta e é uma coisa da criança [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Flávia: *[...] tem um menino que [...] veio com um elefante que ele falava que era azul. Aí, esse tal de elefante [...], não sei o que aconteceu [...] esse elefante sumiu. E ele querendo, falando nesse elefante. Aí foi no psicólogo, falou que quando ele veio para cá ele trouxe um elefante. Aí eu arrumei um para ele.*

Pesquisadora: E aí, ele gostou?

Flávia: *Eu cheguei hoje, primeira coisa, ele me viu, saindo do quarto [...], ele veio correndo e falou assim: “O nosso elefante, ele tá lá no quarto, viu?”. O nosso elefante! [...].*

Pesquisadora: Agora o elefante é seu e dele?

Flávia: *Agora é meu e dele [...]. Aí eu falo: “Tá bom, que legal! Depois eu vou ver o nosso elefante” [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

São citadas, acima, três situações em que as crianças chegaram com objetos que lhes eram significativos (outros trechos de entrevistas no Anexo AL), e, no último deles, o elefantinho sumiu, após a chegada da criança na instituição. Então, questiona-se: O que é feito com esses objetos? Qual a conduta da instituição?

Pesquisadora: Manoela, por exemplo, crianças menorzinhas que já vêm com paninho, chupeta, ou que depois são trazidos, esses objetos são mantidos?

Manoela: *É mantido.*



Pesquisadora: Ou depende do estado que chega?

Manoela: *Então, supondo. É difícil acontecer, mas se vem com um paninho muito sujo é pelo menos lavado [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Quando uma criança chega, normalmente, ela traz objetos dela, como uma chupeta, um paninho, brinquedo?

Sofia: [...] *Às vezes, tem uma criança que chega e quer a chupeta e tem aquela fralda amarrada na chupeta.*

Pesquisadora: E o que acontece?

Sofia: [...] *tem que estar fazendo a higienização das coisas, né [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Sílvia: *Fica aqui. [...] você deu banho, mandou na lavanderia, lava e volta [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Cristiana: *Então, quando chega, é aquela história, se estava na rua, então, vai tirar para lavar, vai para a lavanderia. Nós temos hoje uma lavanderia que é terceirizada e nem sempre posso garantir que tudo que vai, volta [...]. Eles só dão baixa lá que faltou tantas, entendeu? [...]. Acontece de não vir exatamente o que a gente manda, entendeu? Ou demorar três dias, daí mudou quem é o monitor que estava, não sabe mais [...]. Porque, às vezes, dependendo da idade, não sabe justificar, não sabe falar, então, é uma coisa que isso na massa, no coletivo, às vezes, acontece. Eu fico muito triste com isso, é uma coisa que me angustia aqui. Eu fico, às vezes, indignada [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Existem situações em que os objetos são mantidos com a criança, depois de higienizados (outros trechos de entrevistas no Anexo AM). Todavia, não há qualquer reflexão sobre as possíveis consequências desse procedimento para a criança, se considerado que o objeto pode estar sendo usado como um objeto transicional. Nesse caso, Winnicott (1975) chama a atenção para a importância de permitir que o objeto fique sujo e até malcheiroso, uma vez que, ao lavá-lo, poderá destruir seu significado e valor para a criança.

E, na fala da coordenadora Cristiana, percebe-se que, ao mandar esses objetos para serem lavados numa empresa terceirizada, além de correr o risco de acontecer o que Winnicott menciona, há ainda a chance de o objeto sumir, tal como ocorreu com o elefantinho.

Mas, uma vez lavado, com quem ou onde fica o objeto?

Cristiana: [...] *a gente deixa guardado para devolver [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E qual é a conduta de vocês, em relação a esses objetos trazidos [...].?

Janaína: *A gente tem um armário que é individual, de cada criança, [...] fica guardado e quando a criança solicita a gente mostra, ela pega, fica um tempo, depois devolve.*

Pesquisadora: Não são mantidos, por exemplo, paninho, chupeta, essas coisas que têm conotação mais específica...

Janaína: *Fica com a criança um tempo e depois que ela já não está ligando muito, a gente guarda, até para não perder, porque é muita coisa, muita criança. Tem isso,*

*sim, de ficar um tempo com ela.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

As profissionais mencionam que os objetos são guardados para não serem perdidos (outros trechos de entrevistas no Anexo AN). Porém, Dethiville (2013) aponta que os objetos prediletos podem ajudar a criança a se acalmar, tranquilizando-a em momentos angustiantes. Ademais, no caso do objeto transicional, de acordo com Winnicott (1975), a criança assume direitos sobre o objeto e o adulto deve concordar com esse assumir. Portanto, em nenhuma das possibilidades acima mencionadas, o acesso a esses objetos deve ser administrado pelo adulto, a menos que a criança peça ajuda em relação a isso, por exemplo, para guardá-lo.

Num posicionamento mais radical, alguns profissionais relatam que mantém o hábito da criança (chupar chupeta ou dormir com um paninho, entre outras possibilidades), mas substituem o objeto.

Camila: [...] *Quando tem, a gente entrega tudo para eles: “Tá acostumado com o seu paninho? Vai ficar com o seu paninho”, entendeu? Mas, assim, quase não vem, não.*

Pesquisadora: E se esse paninho, essa chupeta, vêm em condições assim...

Camila: *A gente substitui.*

Pesquisadora: No momento em que chega? Como que é?

Camila: *Não, [...] nesse momento não, porque ela tá chegando. Então, a gente não vai toma o que ela trouxe. [...] a gente substitui sim, mas, às vezes, eles nem notam muito, esse negócio de chupeta, essas coisas, não notam não. Mas, o pano, você manda lavar, põe outro no lugar, sabe.*

Pesquisadora: E se eles não quiserem que lave?

Camila: *A criança? Eu não tive nenhum caso, de que eu participei, que a criança não quis aquilo lá [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: [...] se for bebê e vier com um paninho sujo, uma chupeta suja, o que vocês costumam fazer?

Yolanda: *O bebê, quando é fraldinha, a gente tira e dá outra. A gente tenta dar um igual [...].*

Pesquisadora: E chupeta?

Yolanda: *Chupeta, quando chega com chupeta, eles continuam. A gente faz a troca sim, mas a gente procura dar a chupeta igual [...].*

Pesquisadora: E essa troca é feita logo que a criança chega?

Yolanda: *Não, nem sempre, porque, às vezes, se for trocar, é pior, não tem como, porque quando chega, ele já chega aqui desesperado, sofrendo horrores, se ainda tirar o que ele traz, não fica nada para ele [...].* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Ana: [...] *Chupetinha, quando eles vêm, geralmente, a gente joga fora e dá outra.*

Pesquisadora: Por quê, Ana?

Ana: *Ah, não sei, às vezes, é porque é aquela chupeta usada, feia, então, a gente já dá uma nova, no mesmo biquinho [...], se for bebezinho. Se for maiorzinho, a gente deixa um tempo, às vezes a criança está tão acostumada com aquela chupeta velha que não quer trocar, então, a gente vai conversando, para tirar dela.*

Pesquisadora: E paninho?

Ana: *Paninho, se é bebê, você acostuma com outro. Se for maior, a gente procura lavar aquele paninho, a gente substitui aquele, mas no tempo que a criança deixar também.* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E quando chega com chupeta, paninho, mamadeira, alguma coisa, vocês mantêm com a criança ou não?

Lourdes: [...] *a gente tenta fazer desaparecer, às vezes, chega usando mamadeira estãonojenta, aí não tem condição de você deixar de jeito nenhum, joga fora, acaba tirando.*

Pesquisadora: Paninho também?

Lourdes: *Paninho também. A gente procura substituir por um mais limpo, porque não é aquela coisa fixa, só aquele pano, aquela coisa suja, mesmo porque tem tanta criança que pega coisa do outro. Criança é inconsciente, não sabe que não é seu, [...] então, não dá para manter paninho, chupeta até vai [...]. Eu não costumo deixar criança com chupeta fora do horário de dormir, só se for pequenininho, que não entende [...]. A gente sabe que não precisa de chupeta, então, às vezes, você acaba deixando, deixando e acaba ficando sem, mas esses que se apegam na chupeta a gente deixa assim [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Percebe-se, então, que, quanto menor é a criança, mais está sujeita a ter seu objeto jogado fora e substituído por outro (outros trechos de entrevistas no Anexo AO). Winnicott (1975) alerta que, entre 4 meses e 1 ano de idade, é o período em que os objetos e fenômenos transicionais podem começar a surgir. Por isso, embora a criança ainda não tenha habilidade para se expressar verbal ou motoramente, de maneira inteligível ao adulto, não quer dizer que não sinta a perda desse referencial. Ademais, durante toda a infância, esse objeto pode continuar sendo “absolutamente necessário na hora de dormir, em momentos de solidão, ou quando um humor depressivo ameaça manifestar-se” (p. 17).

Winnicott (1975) afirma, inclusive, que o objeto nunca deve ser mudado, a não ser que a própria criança o mude. Portanto, jogá-lo fora e substituí-lo por outro poderá constituir-se em grande violência contra a criança, principalmente em um momento tão especial.

E constata-se que mesmo que o objeto não seja jogado fora logo no começo do processo de acolhimento, os profissionais procuram mudar os hábitos da criança *com o tempo*.

Lourdes: [...] *Eu não costumo deixar criança com chupeta fora do horário de dormir, só se for pequenininho, que não entende [...]. A gente sabe que não precisa de chupeta, então, às vezes, você acaba deixando, deixando e acaba ficando sem, mas esses que se apegam na chupeta a gente deixa assim.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia: [...] *A gente tenta tirar depois (o paninho), com o tempo, não força a criança a tirar, não. Tem os maiores [...] que tem o costume de vir com o dedo na boca. Aí a gente fala: “Tira esse dedo da boca”. Aí, os costumes que eles vêm, aos poucos, a gente vai tentando tirar, principalmente, entre as crianças maiores. Tem criança grande que vem também com o paninho.* (Flávia – Educadora do abrigo institucional Tulipa).

Há uma movimentação do adulto para *tirar* da criança a chupeta, o paninho, o dedo na boca (outros trechos de entrevistas no Anexo AP). O adulto desconsidera ou desconhece que

esses hábitos e objetos podem ser recursos importantes utilizados pela criança para lidar com as múltiplas separações e rupturas provocadas ou agravadas pela situação de acolhimento, sobretudo daquelas que têm idades até 6 anos (faixa foco da pesquisa).

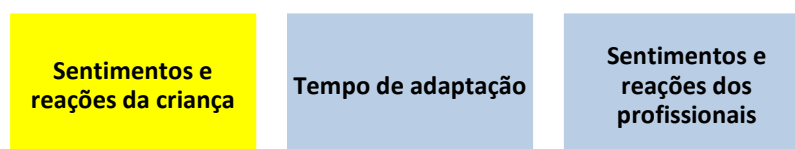
Desconsidera-se ou desconhece-se, também, que se tratando de um objeto transicional, é necessário permitir a perda gradativa do seu sentido, na medida em que os fenômenos transicionais tornam-se difusos e “se espalham por todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e o ‘mundo externo’”, através do brincar, do sentimento religioso, criatividade artística, etc (Winnicott, 1975, p. 19). E, nesse processo, o tempo necessário à criança para essa elaboração pode ser completamente diferente do tempo imposto pelo adulto.

Sob essas condições, como a criança se sente e reage, ao chegar na instituição de acolhimento? E os profissionais que a acolhem?

#### 6.4.4.2 Sentimentos e reações da criança que chega e dos profissionais que a acolhem: “*não é fácil*”

O momento de chegada da criança na instituição, tanto quanto o momento em que é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem, é marcado pelos mais diversos e contraditórios sentimentos, emoções e reações. Portanto, buscou-se apreender quais costumam ser os sentimentos e as reações da criança no momento inicial do acolhimento; quanto tempo leva seu processo de adaptação à instituição; e quais os sentimentos e reações dos profissionais, ao acolherem uma nova criança.

Então, **como a criança costuma se sentir e reagir?** (Fluxograma 19).



**Fluxograma 19** – Sentimentos e reações da criança ao chegar na instituição.

As coordenadoras Manoela e Lara dizem que as crianças sentem e reagem de maneiras diferentes.

Manoela: [...] *cada caso é um caso [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Lara: *Cada um é de um jeito [...]. E assim, então, não tem como ter padrão.* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Como não há um padrão, ambas sentem dificuldade para descrever os sentimentos e as reações mais comuns das crianças (outro trecho de entrevista no Anexo AQ).

Porém, apesar das especificidades de cada caso, identificam-se reações e sentimentos variados manifestos pelas crianças.

Sofia: [...] *uns que chegam e choram muito, passa dois, três dias chorando, chora bastante. Acalenta ali, um pouquinho, mas na hora de dormir, ele chora, na hora de comer, chora [...]*. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Fernanda: [...] *choram muito [...]. Na maioria, é choro [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Lourdes: [...] *tem aquelas que já chega chorando muito [...]. Tem aquelas que chora até dormir [...]*. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Foram muitos os relatos que apontam o choro como a mais frequente reação da criança (outros trechos de entrevistas no Anexo AR).

De acordo com Vitoria e Rossetti-Ferreira (1993), é comum os educadores de creche/educação infantil considerarem o choro como uma reação inevitável da criança, nesse momento de separação da família e adaptação à instituição. E quando não há um trabalho orientado especificamente para esse momento, ou seja, de recepção e acolhimento da criança, muitas vezes, os educadores acreditam que o melhor é deixá-la chorar, sem lhe dar muita atenção, pois, caso contrário, o choro se prolongará e a criança se tornará manhosa, requerendo atenção a todo momento, o que não é possível em instituições de educação e cuidados coletivos. E, por isso, “permanecem passivos frente ao choro, acreditando que, com o tempo, a criança se acostuma e para de chorar até por esgotamento físico e emocional” (p. 60). No entanto, ao agirem assim, podem estar contribuindo para que a criança se torne ansiosa, medrosa, passiva, desconfiada e com dificuldade para estabelecer novos vínculos afetivos. A fala da psicóloga Angélica permite aprofundar essa discussão.

Angélica: [...] *Tem bebês que choram o tempo todo [...], eles se autoembalam, porque não estão processando aquela separação [...]*. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica, talvez tendo como referência a obra de Spitz (2004), relata o comportamento de autoestimulação em bebês institucionalizados como um efeito pernicioso da separação materna. Todavia, é fundamental considerar outros estudos, como, por exemplo, o de O'Connor (1956<sup>38</sup> *apud* Rossetti-Ferreira, 1984, p. 5), que se propuseram a avaliar as características das instituições e relações sociais nelas (in)existentes, os quais apontam que os prejuízos no desenvolvimento das crianças deviam-se muito mais à privação geral de estímulos do que à privação materna em si. Então, a questão que fica é: qual a qualidade da proposta de acolhimento que se tem endereçado às crianças e, especificamente, aos bebês? Mais adiante será feita uma discussão sobre esse assunto (ver Fluxograma 30, com considerações sobre o acolhimento de bebês). Há outras reações, além do choro.

Manoela: [...] *quando ela passa do portão para dentro, ela entra assustada, porque são pessoas que ela nunca viu [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

João: *Eu vejo muito medo no rosto dela, eu vejo muito medo, uma criança assustada no meio de desconhecidos, de outras crianças [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Beatriz: [...] *Teve uma que vai fazer 3 (anos), [...] a gente via a expressão de assustada, não chorando, mas a expressão de assustada. Ela tava no colo da oficial e não queria sair. Ela sentou no sofazinho com ela ali na recepção e ficou. Aí, na hora que ela foi embora, ela ficou olhando, assustada. Aí, depois, eu sentei do lado dela e falei: “Tudo bem, olha ali, que legal, o parque, você quer ir lá?” e ela só balançava a cabeça com aquele olhar, a expressão de assustada. Então, [...] começou a chegar a perua com as crianças voltando da escola, “olha quanta criança ali, você não quer ir lá no parque? Eles vão brincar no parque, daqui a pouco”. Aí, ela já ergueu os braços para vir comigo. Na hora que eu peguei ela no colo, [...] ela tava trêmula. Não era tremer de frio, por exemplo. Era um tremor talvez de medo, de nervoso [...]. E, às vezes, parava o olharzinho de assustada [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Sentir-se assustada e com medo também foi uma das reações apontadas pelos profissionais (outros trechos de entrevistas no Anexo AS).

Flávia: [...] *As crianças maiores, ficam meio receosas, não deixam muito a gente chegar [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Ana: [...] *De cara, eles não aceitam carinho, às vezes você vai fazer carinho e ela já fica assim se protegendo, achando que você vai fazer alguma coisa. Geralmente são crianças que sofreram uma agressão, então até elas verem que não é nada daquilo, aí vai pegando confiança em você [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

---

<sup>38</sup> O'Connor, N. (1956). The evidence for the permanently disturbing effects of the mother-child separation. *Acta Psychologica*, 12, 174-191.

Há, também, as crianças que se sentem receosas e, por vezes, arredias à aproximação das pessoas (outros trechos de entrevistas no Anexo AT).

Lourdes: [...] *tem aquelas que [...] não quer nada, não quer banho, não quer comer... Acho que sente muita a falta dos pais, da mãe, não sei [...].* *Aí, é mais difícil [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Sofia: [...] *tem uns que não aceitam bem, assim, chega e não tem uma boa aceitação, sabe, não quer comer, não gosta de tomar banho [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Outras manifestam-se com resistência, negam-se a aceitar o que as pessoas lhes oferecem ou pedem para que faça (outro trecho de entrevista no Anexo AU).

Lourdes: [...] *A emoção é muito grande, muito forte, assim, acaba não conseguindo comer [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Fernanda: [...] *não come ou demora para comer [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Talvez seja menos por resistência, mas por inapetência; sentir fome e alimentar-se, nesse momento inicial do acolhimento, não é fácil para algumas crianças. Vitória e Rossetti-Ferreira (1993) apontam que essa é uma reação comum em crianças pequenas que estão em período de adaptação à creche/escola.

Algumas crianças sentem raiva e podem manifestar-se com agressividade e revolta (outro trecho de entrevista no Anexo AV).

João: [...] *no momento de chegada, eu sinto que eles sentem raiva, parece que para eles nós somos os culpados do acolhimento dele [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Sílvia: *outros [...] bem difícil de aceitar, querem bater em todo mundo [...].*

Pesquisadora: *E por que você acha que eles reagem assim?*

Sílvia: *Eu acredito que porque é maior e entende melhor que a mãe não tem condições [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Ana: [...] *os grandes vêm muito revoltados, então eles acham que a culpa de eles estarem aqui é sua também, então ele vai fazer de tudo para te agredir [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Questionar, fazer perguntas é outra maneira que a criança encontra para lidar com a situação (outro trecho de entrevista no Anexo AW).

Pesquisadora: Cássia, como as crianças reagem?

Cássia: *Quando eles chegam? Não reagem bem não. É um ambiente que eles nunca viram, assim, diferente, eles ficam perguntando por que ele tá aqui, o que aconteceu...* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Manoela: *[...] outros questionam onde está a mãe [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

O contrário também acontece, e a criança se cala.

Fernanda: *[...] ficam muito quietos, num canto [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Lourdes: *[...] Tem criança que é mais fácil de você lidar [...] é quietinha [...]*. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Há, ainda, aquelas que se intimidam e se sentem envergonhadas.

Fernanda: *[...] vergonha das pessoas [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Lara: *[...] Tem criança que é mais tímida [...]*. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Acontece, também, de haver regressões a etapas anteriores do desenvolvimento.

Fernanda: *[...] as crianças maiores voltam a fazer xixi na cama ou as que tiraram a fralda [...] voltam para a fralda [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Em consonância com o que Fernanda diz, Sayão (2010) aponta que experiências traumáticas podem interferir no curso do desenvolvimento. Assim, aquisições importantes, tal como desenvoltura no nível da linguagem, podem pelo menos momentaneamente estancar ou retroceder, devido à separação familiar.

A criança pode chamar pelos pais.

Janaína: *[...] eles ficam no portão gritando pela mãe, pelo pai, durante um bom tempo.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

João: *[...] vontade da família, eles falam tanto da família na chegada, que eles querem a mãe, o pai. Então, eles querem voltar, mesmo sofrendo as violências. É a referência deles [...]*. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Agitar-se é, do mesmo modo, uma reação possível.

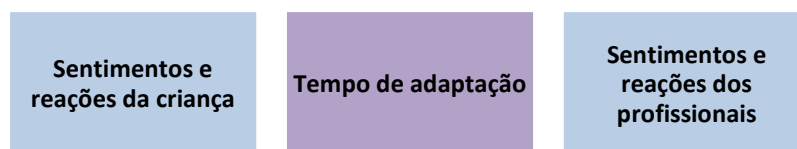
Lia: *[...] tem criança que chega um pouco mais agitada [...]*. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Menos frequente, mas bastante significativa, é a reação da criança que se esconde.



Fernanda: [...] Teve uma criança, especificamente, [...] ela se escondia e a gente tinha que: “cadê a criança?” [...], tava num cantinho, embaixo da cama, tava atrás da porta [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Todavia, quanto **tempo** a criança leva para se adaptar à instituição? (Fluxograma 20).



**Fluxograma 20** – Tempo que a criança leva para se adaptar à instituição.

Nos relatos dos profissionais, percebem-se variações:

Fernanda: *Uns três, quatro dias, uma semana, uma semana e pouco, elas já estão habituadas com a rotina, já entenderam mais o que é o abrigo, como funciona [...].* (Fernanda – Psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Lourdes: [...] Teve umas crianças que choraram três dias seguidos, só parava para dormir [...].

Pesquisadora: E ela acabou ficando bem?

Lourdes: *É, que remédio? Aí, acaba se enturmando, principalmente quando pega uma tia que se identifica, pega afinidade, [...] se apega e acaba ficando mais calma.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia: [...] passa uns dois, três dias, a criança se apega àquela pessoa e depois pega amizade com as outras crianças, aí fica no ritmo da casa.

Pesquisadora: Demora uns dias?

Flávia: *É, no máximo, acho que uma semana para a criança que tá bem fragilizada. Fica uma semana, depois ela pega o ritmo das outras crianças. Aí vai pegando amizade com as outras crianças e esquece da gente. A gente corre lá, para saber, não procura mais a gente e aí é a gente que vai procurar eles* (risos). (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Entre dois dias e uma semana, mais ou menos, a criança aparenta estar razoavelmente integrada às pessoas e à rotina institucional (outros exemplos no Anexo AX).

Após chorar três dias seguidos, talvez a criança perceba que não adiantará recorrer ao choro, buscando, então, outras maneiras de lidar com a situação, por exemplo, elegendo outras figuras de referência (adultos e/ou crianças).

No entanto, é interessante destacar os resultados de pesquisa realizada no interior do estado de São Paulo, em três abrigos institucionais, contando com a participação de 18 crianças com idades entre 6 e 12 anos, que tinha como um dos objetivos conhecer a rede

social de crianças em acolhimento institucional. Constatou-se, então, que a rede social das crianças é composta majoritariamente por pessoas do abrigo institucional. No entanto, quando convidadas a desenhar as pessoas mais importantes/significativas em suas vidas, os membros da família nuclear (mãe, pai e irmãos) foram os mais representados. Assim, deduz que, mesmo que o acolhimento provoque mudanças em suas famílias e em suas redes sociais, as figuras principais de afeto permanecem as mesmas de antes (Almeida, 2009; Almeida, Maehara, & Rossetti-Ferreira, 2011).

Há, também, crianças que, desde o início, são *fáceis de lidar*:

Lourdes: [...] *Tem criança que é mais fácil de você lidar, já chega, já tem uma certa afinidade, é quietinha [...]*. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Sílvia: *Tem uns que vêm bonzinhos [...]*. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Lia: [...] *tem criança que chega tranquila [...]*. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Sofia: [...] *tem uns que chegam calmos [...]*. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Goffman (2010, p. 26) argumenta que, nas instituições totais, a padronização completa do processo de admissão daquele que chega na instituição, faz com que seja necessária a cooperação inicial do novato. Aponta, inclusive, que há uma expectativa dos profissionais de que aquele que se mostra obediente nos encontros iniciais, assim permanecerá durante toda sua estadia. O inverso, provavelmente, também é verdadeiro. Quanto isso ainda está presente, atualmente, nas instituições?

Ter um tipo de reação que torna a criança mais *fácil de lidar* não quer dizer, necessariamente, que não há sofrimento ou qualquer outro sentimento de difícil elaboração. Uma criança que não manifesta seus sentimentos, apesar de não perturbar o coletivo, pode precisar até de mais atenção e ajuda, dos profissionais, do que aquela que se expressa com agressividade, por exemplo.

O que pode estar por trás dessa passividade? Possivelmente, para cada criança haverá uma explicação. Angélica faz alguns apontamentos interessantes:

Angélica: *Elas me surpreendem, na maioria das vezes. Eu penso que, assim, eu imagino elas muito assustadas... Minha fantasia: estranhando aquela rotina de comida, aqueles horários tão diferentes, a comida, posturas de gente dando ordens, que às vezes nem tinha, então, aquilo tem um impacto muito grande para elas, porque é diferente demais de tudo o que ela tava vivendo, seja porque na maioria dos casos vem de uma omissão de cuidados, seja porque ela tinha interiorizado umas rotinas que já não são mais possíveis de incorporar e de viver: hora para*

*dormir, hora para comer, gente valorizando escola [...]. Então, a minha imaginação me diz que ela tem muito sofrimento, mas, na maioria, parece que ela tem uma agilidade de falar: “Ah, tá bom” [...], muitas delas estão aceitando, estão aproveitando tudo aquilo que, de novo, está sendo dado para ela. Só nos momentos em que eles reencontram os familiares [...] que é chocante, que é o momento que cai a ficha para elas e falam assim: “Gente, eu não tô mais na minha casa, eu quero ir embora para lá”. Esse choro, eu acolho, esse momento do encontro da mãe, “quando eu vou embora?”, “por que eu tô aqui?”, aí aparece. Mas, se não, ia ser muito ágil, assim, a capacidade que elas têm, [...] na sua grande maioria, de arrumar substitutos para a vida, para o contexto. É impressionante! A maioria tem me surpreendido. Eu não sabia que era assim. Há aqueles que não conseguem também. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

Pesquisadora: Mas você acha que eles já chegam assim, com essa disponibilidade, ou esse momento, quando chega, você percebe que...

*Angélica: Eu penso que [...] o contexto deles criou internamente uma disponibilidade para eles lidarem com o que acontece aqui, em cada momento, então é uma disponibilidade interna deles [...]. Mas, claro, [...] tem uns que [...] choram, pedem muito pela mãe, é que não conseguem comer [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

A psicóloga Angélica fala de uma capacidade/disponibilidade interna da criança para aceitar ou lidar com aquilo que lhe acontece, que foi desenvolvida a partir do contexto em que estava imersa, até ser acolhida. De acordo com a RedSig, meio e pessoa se constroem e se transformam mutuamente (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004). Portanto, o contexto de desenvolvimento dessa criança, marcado pelos efeitos da multiexclusão social, pode ter favorecido que aprendesse que não adianta resistir às situações adversas a que é exposta. Sua impotência e assujeitamento são tamanhos que a criança passa a aceitar qualquer coisa. Assim, a disponibilidade ou capacidade para se adaptar a novas situações, a que se refere Angélica, podem ser compreendidas como passividade.

Por outro lado, existem crianças que, realmente, apresentam boa adaptação à instituição de acolhimento.

*Lourdes: [...] tem uns que já chega achando que tá em colônia de férias. Daí, já vai para o banho todo feliz, se tiver com fome, come mesmo, sem dó [...]. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

*Simone: [...] algumas crianças chegam, assim, parecem que já são da casa [...]. Acho que a situação lá para eles já era tão complicada que chega aqui e fala “Nossa, aqui eu estou bem melhor” [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

Nas situações em que a criança se adapta muito bem e rapidamente à instituição (outros trechos de entrevistas no Anexo AY), deduz-se que a medida protetiva de acolhimento parece ter sido aplicada oportunamente. É provável que essas crianças venham de contextos de privações severas e diversas, tal como apontado a seguir.

Camila: *Depende muito da situação como foi a retirada, né. Porque, às vezes, se lá a criança tá sendo muito maltratada, [...] muita falta de tudo, ela chega bem aqui. Porque aqui já começa procurar as coisas, vê as coisas, as novidades que não tinha em casa e aqui tem. Então, [...] tem criança que se solta, nem parece! E outras não, que [...] não tinha tudo, mas tinha carinho da mãe, né, tinha a presença muito forte da mãe, então esses são mais difíceis. Então, depende muito do tamanho e da forma como veio. Mas, no geral, nesses últimos tempos, eles estão chegando bem aqui, aceitando bem a situação.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Janaína: *[...] a gente não tem poucos casos aqui, que a criança está muito bem, que está muito melhor aqui, não são todas, é um parâmetro para a gente também. A criança gosta muito daqui, se transformou, desenvolveu desde fisicamente a emocionalmente. É um parâmetro para a gente ver o nível de violência também na família, na comunidade [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

As duas profissionais mencionam que se a criança, logo que chega, sente-se muito bem na instituição, isso está relacionado ao grau de violência de que era vítima em seu contexto de origem (outro trecho de entrevista no Anexo AZ).

Mas, de que violência se está falando? O desafio, então, é discriminar a violência doméstica perpetrada pela família<sup>39</sup>, da violência estrutural, da qual a família, como um todo, é vítima - o que não justificaria o acolhimento, de acordo com o art. 23 do ECA (Brasil, 1990), demandando a inclusão em programas oficiais de auxílio (Bernardi, 2010a).

Além disso, embora a violência doméstica contra crianças e adolescentes seja um fenômeno histórico, multicausal e esteja presente em todas as classes sociais, há uma complexa relação entre a violência estrutural e a ocorrência de violência doméstica, por causa dos devastadores efeitos da desigualdade e exclusão social (Guerra, 1998).

De acordo com Santos e Dell'Aglio (2012), “violência estrutural é caracterizada pela falta de condições mínimas de sobrevivência das famílias, que sofrem os efeitos da violação de direitos diariamente” (p. 160).

Segundo Bernardi (2010c), a família empobrecida “tem experimentado uma crescente diminuição de sua capacidade de proteger seus membros”. Assim, criar e educar os filhos “tem sido tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias” (p. 37).

O trecho a seguir exemplifica um caso em que, aparentemente, a violência sofrida que levou as crianças à institucionalização era, muito mais, de natureza estrutural,

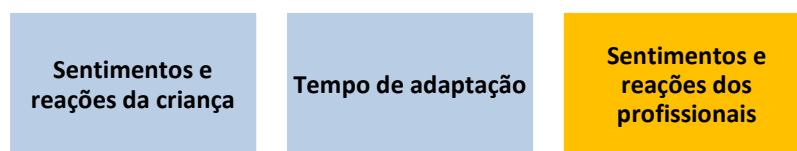
Valentina: *[...] esse grupo de quatro irmãos, um de 10 e um de 7, que eram os maiores. Eles ficaram deslumbrados. Falaram que “foi o melhor lugar que eu já entrei na minha vida”. Nunca tinham visto shampoo, na vida. Queriam tomar banho*

<sup>39</sup> Negligência, violência física, psicológica e/ou sexual.

*toda hora, para usar o shampoo. Nunca tinha visto uma TV, porque na casa deles não tem. Então, eles ficaram deslumbrados. Na verdade, eles falam assim: “Meu pai e minha mãe podem vir morar aqui?”, porque não querem voltar. Querem o pai e a mãe, mas não querem voltar para a casa. Querem ficar aqui com o pai e a mãe [...]”. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

O pedido da criança é para que os pais também sejam protegidos (outro trecho de entrevista no Anexo BA). Tal situação escancara a falência ou inexistência do trabalho com a família, levando a um acolhimento que não é recomendado pela legislação (Brasil, 1990).

**E os profissionais? Como se sentem e reagem com a chegada** de uma nova criança? (Fluxograma 21).



**Fluxograma 21** – Sentimentos e reações dos profissionais responsáveis por receber e acolher a criança na instituição.

Angélica e Cristiana falam de certa irritação inicial manifestada ao receberem a notícia de que nova criança chegará.

*Angélica: De imediato tem uma certa irritação, porque [...] é mais um para a gente fazer tudo [...], então, a gente começa a se irritar porque a gente não pode dizer não. A gente sabe que nosso trabalho vai tá capenga. É mais um para a gente cuidar, é mais um que tá acima daquilo que a norma estabelece, então, irritação, insatisfação. E, em alguns momentos, até os cuidadores também. Então, [...] eles querem muito saber como é a criança porque, às vezes, são crianças muito ansiosas, que solicitam muito dos adultos e das outras crianças e tal. Então, [...] de modo geral, acho que o primeiro sentimento é uma certa irritação [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

*Pesquisadora: E que sentimentos, que dificuldades, para o profissional, são gerados no momento da chegada de uma criança?*

*Cristiana: Mais um! Acho que é a primeira coisa que vem na cabeça de todos eles. Mais um! E quando eles estão lotados, então, isso é mais trabalho, é mais desgaste, é mais tudo [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).*

A irritação que mencionam, deve ser contextualizada. Ambas trabalham no abrigo institucional municipal (ver tópico 6.4.1), que, frequentemente, funciona acima de sua capacidade, além de contar com um número insuficiente de profissionais na equipe técnica. Assim, as falas das participantes reforçam a argumentação de que as condições estruturais

afetam, mesmo que indiretamente, a qualidade do acolhimento. Afinal, ser considerada “*mais um!*” e ser recebida por profissionais irritados não favorecerá sua acolhida.

Há, porém, outros relatos que diferem significativamente desses.

*Marina: [...] eu aprendi a ver o seguinte: [...] eu sei que onde essa criança estava não é bom para ela, aquilo que aquele pai, aquela mãe, aquela família tem a oferecer não é bom para ela. Eu tenho todos os indicadores, com mais a minha experiência, a formação técnica, mais tudo, eu consigo me resguardar [...]. O que vem, daqui para a frente, eu não sei. Então, particularmente, lido com isso, não sei se tranquilidade é a palavra, mas com mais segurança. Eu gosto muito desse trabalho; eu acho que se você pode contribuir para oferecer uma vida diferente para aquela criança, isso é positivo [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E como é lidar com esse momento, com essas reações, o que isso gera em você?

*Lia: Olha, não é fácil, a gente tem que ter estrutura emocional, saber lidar com isso, porque, às vezes, a gente se emociona também, [...] por um lado. Por outro lado, a gente vê que as situações que as crianças estão vivendo, tão complicadas, situações de risco, de agressões e é um alívio a gente poder cuidar deles [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

As profissionais referem se sentir seguras, tranquilas ou aliviadas, pois acreditam que o acolhimento foi a melhor medida para a criança.

A psicóloga Fernanda, embora também mencione sentimentos parecidos, relata vivenciar, concomitantemente, certa angústia.

*Fernanda: [...] Quando eu vejo as histórias, quando pego o protocolo de encaminhamento, é “Bom, melhor que as crianças estejam aqui. A gente vai poder cuidar e dar um suporte que elas não tiveram”. Mas, pensando do ponto de vista das crianças, o melhor lugar é ao lado da família, dos pais, independente do que eles fizeram ou deixaram de fazer, eles querem ficar ao lado da família e eles não sabem, não entendem, o que aconteceu. Num caso, por exemplo, que me chamou muita atenção, que a mãe não tinha o menor desejo, a menor condição de ficar com as crianças e era uma criança extremamente vinculada com essa mãe e [...], mesmo em situação de rua, ficava junto. Não ia para o médico, não ia para a escola, mas ela queria ficar do lado da mãe e ela perguntava: “Mas por que não posso ficar com a minha mãe? É o jeito dela. Eu quero ficar do lado da minha mãe”. Aí, eu acho que é angustiante, nesse sentido assim [...]: “Porque sua mãe não cuida de você, porque ela tá bebendo, se drogando, se prostituindo e não quer ficar com você”. Então, é angustiante, [...] a mãe e a família não quer [...]. Para mim é angustiante dizer ou não dizer isso [...]. Vejo que a mãe que se revolta [...]: “Não vou entregar, não quero”, e brigam [...] pelas crianças e que querem tê-las de volta é mais fácil: “Olha, sua mãe tá tentando, seu pai foi lá no advogado, tá lá na defensoria pública, vai demorar um tempo, a gente não sabe quanto tempo, mas as coisas estão caminhando, estão se movimentando”. Agora, aquelas mais apáticas, acho que é mais difícil.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Mesmo certa de que o acolhimento poderá oferecer cuidado e suporte à criança, Fernanda se angustia diante do desejo da criança de permanecer com a família, apesar de

todas as dificuldades e violações de direitos (outro trecho de entrevista no Anexo BB). Fala, então, de sua própria dificuldade para lidar com a suposta falta de desejo da mãe/família pela criança, diante de um desejo tão presente, na criança, de estar com ela. Mas, o que estará por trás desse “não querer” da família e desse “querer” da criança? Como trabalhar isso com a família e com a própria criança?

Valentina fala de seus questionamentos diante de cada nova criança que chega:

Pesquisadora: Enquanto alguém que recebe essas crianças, quais são seus sentimentos em relação a esse momento?

Valentina: *Então, acho que é de não saber nada da criança e dela pedir alguma coisa e a gente não conseguir sanar, chorando desesperadamente por falta, de repente, da família ou por fome, por sono, não sei e, enfim, você não conseguir sanar. De ter certeza que aquela criança realmente precisava ser acolhida, isso em todos acolhimentos que a gente faz eu me pergunto “Será que ela precisava tá aqui mesmo?”, às vezes, antes de conhecer a família... Depois, você vai conseguindo ter essa noção de que, realmente, ela precisava tá aqui [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Para Valentina, não saber como atender às necessidades da criança e não ter certeza se o acolhimento é mesmo a melhor solução, são questões importantes.

De maneira parecida, a pedagoga Yolanda diz que a impotência é o primeiro sentimento gerado:

Pesquisadora: Como é lidar com esse momento, com esse sofrimento tão evidente em algumas crianças, o que isso gera em você?

Yolanda: *Olha, às vezes, eu tenho aquele sentimento assim: “Ai, não dou conta, não vou conseguir fazer nada por essa criança. O que que eu vou fazer, se é a mãe que ele quer, se é a família que ele quer?”, e é uma coisa que a gente não tem para dar. Mas, aí, depois, eu penso: “Não, ele quer a mãe, sim, ele quer a família, mas, na verdade, o que ele tá pedindo é um pouco de atenção, um pouco de carinho”, e isso a gente tem para dar, né? Então, assim, gera aquele sentimento de impotência, sei lá, de não saber o que fazer naquele momento. Eu não sei o que fazer para acalmar uma criança dessa. Não sei o que fazer com essa criança, mas, depois, vem um outro sentimento que fala mais alto: “Não, eu posso ajudar. Da minha maneira, eu posso” [...]. No momento que a criança chega aqui [...], todos eles, eles vêm de uma carência muito grande, então, assim, você tem que descobrir como chegar até ele, então, você percorre vários caminhos, até chegar [...]. É uma coisa difícil, no primeiro momento, muito difícil, muito complicado, mas, passou aquele impacto do primeiro momento, se torna gratificante, porque você consegue ir trabalhando, trabalhando: “Ah, eu tentei dessa forma, não deu. Vou tentar de outra”, até que você descobre a que dá certo, então, é gratificante [...]. É muito gratificante quando você vê que a criança não tá sofrendo, passou aquele sofrimento, acabou. Eles sentem a falta e tudo, perguntam da família e tudo, mas não é com o mesmo sofrimento que ele trouxe, já é diferente, né?* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Embora Yolanda se sinta, inicialmente, impotente para lidar com o sofrimento da criança, há disponibilidade para estar com ela e ajudá-la, nesse momento.

E para a educadora Cássia, o processo de acolhimento, às vezes, é *desgastante*:

*Cássia: Olha, tem dias que a gente se sente, assim, capacitada. Tem dias que você se sente não capacitada, que é desgastante, mas, assim, você arruma forças. Quando você faz aquilo que gosta, você consegue fazer. Não, assim, ninguém faz nada 100%, mas um pouquinho você faz, vamos dizer assim, 55%, 60%, você consegue fazer. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortênciã).*

A educadora diz que nem sempre se sente capacitada, preparada para acolher, mas se esforça para lidar com a situação.

Sílvia e Cristiana falam da mobilização de outro sentimento:

*Sílvia: Quando eu entrei aqui, outra educadora falou que a gente tinha que cuidar, mas a gente não pode ter dó. Mas a gente acaba... Você fica, né, porque vem, que nem os maiorzinhos que, às vezes, tira da mãe e do pai. A gente, que é mãe, se imagina tirar um filho seu, como que não é? E, às vezes, por mais que a mãe [...] não cuida da forma correta [...], mas ela é mãe, né. Muitas mães, você tira, elas nem ligam, mas outras sofrem. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).*

*Cristiana: [...] Alguns, vendo o estado que a criança chega, eu sei que mobiliza muito a questão da pena, do dó, porque tem uns que chegam muito descuidados [...]. Então, mobiliza tudo isso [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).*

Ambas falam do dó, ora da mãe, ora da criança. Apontam como é difícil para o profissional conceber uma mãe sem filho e um filho sem mãe ou com uma mãe que não exerce a maternidade da forma como se espera. Sílvia, explicita, também, a concepção prevalente de que, por pior que seja a mãe, ela ainda será melhor para a criança do que a instituição, já discutida anteriormente (ver tópico 6.1).

O pedagogo João, em vez de dó, sente raiva da família:

*João: Depende muito de quem tá recebendo. Percebo que tem pessoas que recebem e, digo por mim, muitas vezes com raiva da família [...]. A gente tem raiva, eu sentia e sinto até hoje. Acho que isso tem melhorado, esse entendimento da família, mas, no primeiro momento, dá raiva mesmo, dependendo da situação [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).*

De maneira semelhante, a assistente social Beatriz menciona sua dificuldade para compreender a família, embora mencione que tenta separar sua opinião e sentimentos pessoais de sua atuação profissional.

*Beatriz: [...] enquanto assistente social ou como pessoa? Porque tem que separar. [...] Enquanto pessoa, é difícil, porque é uma criança indefesa. Se você não cuidar, ela não se cuida [...]. Então, às vezes, é difícil, a gente parar para pensar: “Nossa,*



*meu Deus, olha o tamanho dessa criança, custa dar mama, dar a mamadeira, dar banho, colocar para dormir num lugar, cantinho, quietinha [...]?” Agora enquanto profissional é mais um trabalho a ser feito com seriedade [...], pensando no futuro da criança. “Tá chegando uma criança, eu vou ter que saber quem é essa família, vou ter que tá concentrada [...] no meu trabalho” [...]. Tenho que ser ali totalmente neutra [...]. Então, enquanto profissional, eu tenho que ter uma coerência muito grande, de uma centralidade muito grande, por isso que a gente tá sempre com todo mundo junto. Enquanto pessoa, sim, a gente sente, claro. Acho que quando eu perder a sensibilidade, perco até como profissional. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).*

Entre a indignação e a neutralidade, Beatriz busca atuar de forma coerente e sensível. Mas, não há aí contradições significativas? Como separar o pessoal do profissional? Como ser coerente sentindo indignação? Como ser sensível, tentando ser neutra?

Referindo-se especificamente à criança, a educadora Flávia mostra-se bastante sensibilizada:

Pesquisadora: Como é lidar [...] com esse momento [...]? O que gera, em você, de sentimentos?

Flávia: (com a voz meio embargada, emocionada) *Me dói muito, por dentro. Tem vez que eu vou para a casa assim (põe as mãos nos ombros) ... Porque acho que eu vou, pego a criança quando ela chega, eu já vou... Eu acho que parece que eu quero envolver a criança (faz movimento com os braços, como se envolvesse algo com um grande abraço). Aí, eu vou embora para a casa e tá tudo dolorido, então, quer dizer, dói. É uma coisa dolorida demais. Aí, chega em casa [...] e eu falo: “Ninguém fala comigo”. Eu vou sentar lá, fecho o olho e fico quase uma hora sentada. Acho que para aliviar, porque parece que entra a dor deles dentro de mim, eu sinto que entra. Aí, eu tenho que ficar quieta. Chego em casa e não falo com ninguém [...]. Tenho que ficar pelo menos uma hora sozinha, comigo, aí, parece que eu tenho a impressão que vai saindo essa coisa do corpo. Aí eu relaxo, aí eu levanto, vou fazer as coisas, vou conversar com os meus filhos [...]. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Para a educadora, acolher dói. É uma dor física. Ela se envolve tão intensamente, que chega a sentir a dor da criança.

E, num movimento contrário, Simone e Camila buscam não se envolver:

Simone: *Então, eu tento, na medida do possível, me envolver o menos possível. Quando eu entro aqui, eu vivo só o aqui, sem pensar nos meus problemas, mas, principalmente, quando eu saio daqui, deixar muito aqui, porque se não eu acho que a gente pira. Se você começa a pensar nas coisas que vê, que ouve, nas atitudes e reações das crianças, naquelas carinhas de manhã cedo, naquele abraço gostoso, é muito difícil [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

Camila: *[...] a gente tem que tomar cuidado para não se envolver demais com aquela situação, né, que às vezes a gente se envolve, a gente tem a reação da gente, quando chega, quando sai, de sofrimento também. Então, [...] a gente tem que cuidar da gente primeiro, antes de cuidar deles.*

Pesquisadora: *E como é isso? Como que faz para não se envolver?*

Camila: *Até é interessante, elas (equipe técnica) passam para a gente só a parte que nos diz respeito, [...] mesmo que tenha uma história sofrida, nós temos que tratar todos igual [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

O sofrimento pode ser tanto que se corre o risco de *pirar*, de sucumbir. Portanto, o não envolvimento com a criança e com a situação parece ser uma tentativa de se protegerem. Não saber da *história sofrida* da criança parece “ajudar” o adulto a manter um distanciamento, que permite *tratar todos iguais*. Porém, é assim que deve ser feito? Apesar de todos terem os mesmos direitos, todos têm a mesma história e as mesmas necessidades? Com certeza, não. E ignorar a história da criança e, conseqüentemente, suas necessidades individuais, não a torna igual às outras. Então, se todos são diferentes, como sustentar a suposição de que devem ser tratados da mesma maneira?

Na área da saúde, há, nesse sentido, uma discussão sobre equidade. De acordo com Escorel (n.d.):

Igualdade significaria a distribuição homogênea, a cada pessoa uma mesma quantidade de bens ou serviços. Equidade, por sua vez, levaria em consideração que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas [...]. Sendo assim, o princípio de equidade estabelece um parâmetro de distribuição heterogênea (p. 1).

Na área social, também se objetiva o desenvolvimento de políticas de promoção de equidade social, de forma a atenuar a desigualdade social e a efetivar os direitos (Brasil, 2006).

Assim, transpor esse conceito para o contexto de acolhimento institucional é totalmente viável e necessário. E é, justamente, esse o propósito da personalização do atendimento (Brasil, 1990), viabilizado, em grande parte, a partir do acolhimento em pequenos grupos (Brasil, 1990) e da construção e implementação do PIA (Brasil, 2009a).

Todavia, para que o profissional esteja preparado para entrar em contato com a história da criança e atender às suas necessidades, sem sucumbir ao sofrimento que isso pode lhe causar, Camila sinaliza que *a gente tem que cuidar da gente primeiro antes de cuidar deles*. Essa é uma das razões para que as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) recomendem aos profissionais para que participem de formação continuada, supervisões e discussões de caso. Essas formas de apoio, discussão, sensibilização e empoderamento dos profissionais, inclusive dos educadores, são fundamentais para que suas próprias necessidades, pessoais e profissionais, sejam atendidas.

E quando não há esses espaços, com o tempo, cresce o risco de os profissionais criarem *cascas*.

Lourdes: [...] Hoje não, mas, no começo, eu chorava também, quando as crianças chegavam chorando. Só que, assim, eu tinha que ser profissional, não podia chorar na frente das crianças, mas era muito triste. Tanto na chegada, quanto na ida, eu chorava, mas depois de um tempo, parece que [...] você vai criando uma certa casca, um certo calejamento [...]. Passa o tempo e você começa a separar a razão da emoção [...]. Não que você não se emocione, você já não sofre tanto como se não estivesse preparado [...]. Todo esse tempo, esses anos, é uma preparação. A gente vai se preparando para aquela situação, aquela dificuldade. Então, assim, acho que quando você entra num lugar desses, você não tá com o seu emocional preparado e depois, com o tempo, vai vendo que é uma realidade [...]. Aí, você acaba acostumando [...], aceitando [...]. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Valentina: [...] Antes, eu sofria [...]. Agora eu já consigo lidar melhor com essa situação. Não sei se é um pouco de frieza, mas [...] eu já não choro com a criança. No começo, eu tinha que sair, dependendo da história, porque eu ficava extremamente chocada. Hoje, eu já consigo ser um pouco mais... Não é nem fria... Mas de lidar melhor com a situação, de acalantar uma criança se for necessário, sem precisar chorar com ela [...].

Pesquisadora: E o que você acha que a ajudou a lidar de maneira diferente?

Valentina: Não sei, não quero pensar que eu me acostumei com isso. Não quero me acostumar. Não sei. Talvez... Não sei o quê, na verdade. Não faço terapia. A Fernanda (psicóloga da instituição) brinca: “você precisa de terapia”. Eu não faço, então, eu não sei o quê. Eu não sei. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

João: [...] têm aqueles que são neutros. Eu percebo algumas pessoas neutras. Faz a função dela: acolher e ponto. Ela vai acolher, vai apresentar, vai mostrar, agindo de maneira normal, sem reação positiva, nem negativa, o que eu não sei se não é pior, porque parece que as pessoas, alguns, não conseguem se sensibilizar com o problema do outro [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

De tanto ferir o mesmo local, cria-se casca ou caleja-se, tal como disse Lourdes. Mas os calos e as cascas, justamente para servir de proteção, são insensíveis. Certamente, o equilíbrio entre sucumbir ao sofrimento e tornar-se indiferente ou insensível à dor da criança, não é fácil. Assim como estar preparado para lidar com a situação, é completamente diferente de se acostumar e de permanecer *frio* ou *neutro* em relação a ela (outros trechos de entrevistas no Anexo BC).

E, por último, a coordenadora Manoela fala de um posicionamento interessante:

Pesquisadora: Manoela, lidar com esse momento em que a criança chega, que, muitas vezes, é carregado de sofrimento, angústia, o que isso gera em você [...].?

Manoela: Isso acho que gera na gente, assim, uma responsabilidade de mudar alguma coisa na vida daquela criança, mudar, [...] ajudar [...]. Às vezes, você olha e [...] “Mas porque é assim?” [...]. É se envolver mesmo, é se dedicar naquilo ali para que tenha um desfecho o mais apropriado possível. Então, quando a gente tem certa postura em relação a isso e lá na frente você vê que não foi bem aquilo, é frustrante, então, todo esse cuidado, você tem que ter [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Manoela parece querer conhecer a situação e envolve-se, no sentido de se responsabilizar pela promoção da mudança necessária na vida da criança. O problema, ou melhor, a frustração pode surgir quando o profissional toma para si toda a responsabilidade, mas o objetivo do trabalho não é alcançado. Por isso, dada a complexidade das situações que levam ao acolhimento, as corresponsabilidades precisam ser fomentadas e viabilizadas.

Foi possível observar que, com a chegada de uma nova criança e, sobretudo, ao tomar conhecimento de seu sofrimento, uma gama de sentimentos e reações é despertada nos profissionais, o que, certamente, com vários outros elementos, influencia a forma como o acolhimento é conduzido. Por sua vez, o acolhimento influencia os sentimentos e reações da criança à situação. Constitui-se, assim, um circuito em que, aparentemente, não há começo e nem fim.

Então, o que acontece, a partir do momento em que a criança chega na instituição?

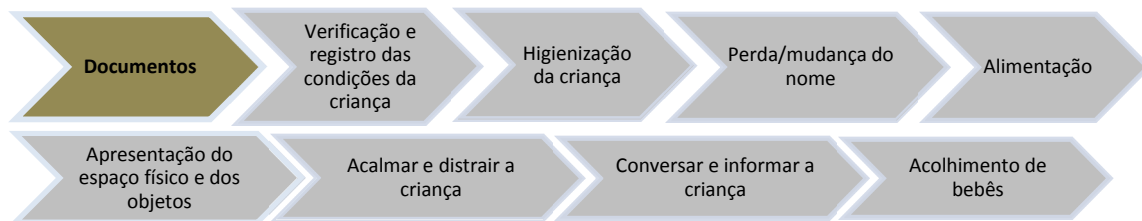
#### ***6.4.4.3 Procedimentos de recepção e acolhimento da criança: “o acolhimento é isso”***

Para Sayão (2010), o acolhimento inicial é um momento de extrema importância, pois pode provocar grau maior ou menor de sofrimento à criança, bem como consequentes efeitos ao seu desenvolvimento. Então, como tem sido feito?

O processo de acolhimento tem alguns procedimentos que são seguidos, com mais ou menos rigor, pelas instituições. A sequência deles não é fixa; há certa flexibilidade, e, algumas vezes, ocorrem concomitantemente.

Portanto, a sequência reproduz a ordem mais frequentemente narrada pelos participantes, ou seja: conferência e preenchimento dos documentos, assim que a criança chega; verificação e registro das condições em que ela chega; higienização da criança; perda/mudança do nome da criança; oferta de alimentos; apresentação do espaço físico e dos objetos; procedimentos para acalmar e distrair a criança; conversar e informar a criança; e considerações sobre o acolhimento de bebês.

Assim, quando a criança chega na instituição, a primeira medida é a **conferência e o preenchimento dos documentos** (Fluxograma 22).



**Fluxograma 22** – Conferência e preenchimento dos documentos da criança no momento de sua chegada na instituição.

Lia: [...] *A criança, chegando no abrigo, a gente confirma toda a documentação [...]. Aí, nosso trabalho é desde a parte burocrática, ver se a documentação está certa, deve vir com uma guia de acolhimento, que a Vara da Infância envia, o ideal é que venha com a documentação, com o histórico, tem o caso de famílias que já são atendidas por outras pessoas da rede mesmo e com documento, a certidão de nascimento [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Esse é o momento em que se confere a documentação da criança e toma-se ciência das motivações do acolhimento. No entanto, algumas vezes, essa documentação não acompanha a criança:

Valentina: *Então, é que, às vezes, o processo vem depois. Quando é busca e apreensão, geralmente, vem a guia de acolhimento do Judiciário e o processo vem depois, vem alguns dias depois. Quando vem direto da Vara (da Infância), geralmente, não está com o oficial de justiça, os processos [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Nessas situações, a instituição acaba acolhendo sem saber informações essenciais a esse processo e, portanto, à própria criança. São essas informações, porém, que permitirão que a criança seja recebida pelo nome, além de ter sua idade e condições de saúde conhecidas, “para que suas características próprias e especiais possam ser atendidas de imediato” (Bernardi, 2010b, p. 98).

Mas, enquanto correm os trâmites documentais, o que acontece com a criança?

Patrícia: [...] *a gente vai fazer a parte de documento, de dar o documento, a história, [...] o que aconteceu, por que aquela criança chegou aqui.*

Pesquisadora: *A mesma pessoa que recebe a criança, é que vai lidar com essa parte burocrática?*

Patrícia: *Não, não, normalmente não é. A gente fica com a pessoa no burocrático e o educador já pega a criança e já leva para fazer a interação dela com as outras crianças, tomar banho...* (Patrícia, conselheira tutelar).

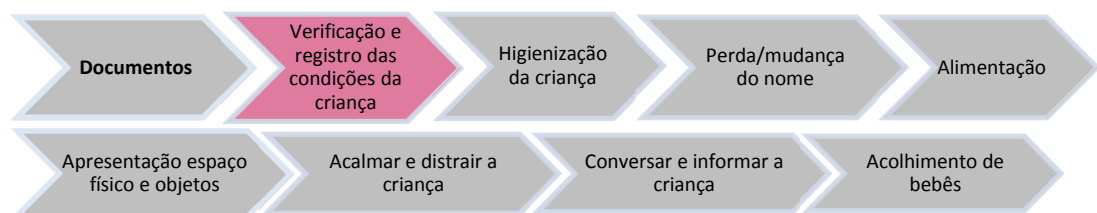
Flávia: [...] *Eles ficam na sala, quando chegam. A gente preenche a ficha, tudo. Aí fica ali, até você conseguir pegar amizade [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Parece não haver uma regra. Em algumas ocasiões, ou em algumas instituições, a criança é recepcionada por um adulto logo que chega e, em outras, a criança fica aguardando que o processo burocrático termine (outro trecho de entrevista no Anexo BD). Para que um adulto esteja disponível para acolher a criança, é preciso que, enquanto isso, tenha outro que cuide dos documentos, o que nem sempre ocorre. Além disso, é preciso que a prioridade seja a criança, o que nem sempre é.

*Aline: [...] Ninguém chegou: "Oi!", pelo menos. O conselheiro não tem que ter atenção, quem tem que ter atenção é a criança. Conversa com a criança, acolhe, recebe, depois protocola o documento que o conselheiro está levando, que qualquer pessoa do administrativo faz [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Nessa situação, evidencia-se que o adulto e o documento foram priorizados, em detrimento da criança.

A etapa seguinte consiste na **verificação e no registro das condições em que a criança chegou na instituição** (Fluxograma 23).



**Fluxograma 23** – Verificação e registro das condições em que a criança chegou na instituição.

### No abrigo institucional Rosa...

Em dois relatos, são citados procedimentos – despir a criança, observar e registrar o que é visto, com fotos e anotações – que buscam proteger a instituição de possíveis alegações futuras de violência contra a criança (outros trechos de entrevistas no Anexo BE).

*Lara: [...] Troca-se a roupa, porque é uma forma da enfermeira ver se tem machucado, se não tem, para a gente anotar tudo que tá sendo feito. Por que isso é o correto. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).*

*Beatriz: [...] a gente tem o costume de tirar foto de corpo inteiro e de rosto. De corpo inteiro, para mostrar como que a criança veio, a roupa, unha, esse tipo de coisa, para ter aqui, para a gente ver a evolução, para, caso, até onde eu saiba, isso nunca aconteceu aqui, mas, no caso de acontecer: “Ai, minha criança está sendo maltratada”; “Não, a gente tem a foto ali de quando ela chegou e agora, enquanto ela ta aqui”. De rosto, a gente costuma tirar também para ver a situação que a criança chega [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).*

O banho também aparece como forma de verificar a existência de *machucados* na criança.

Beatriz: [...] teve aqui, na semana passada, um acolhimento de uma criança de 9 meses. Chorava muito, muito, muito. Então, a gente quer acalmar logo a criança, então, a foto, eu deixei para depois [...]. Na hora de acalmar, a gente chamou a enfermeira [...]. Desceu para o berçário, banho direto. Aí, já foi detectado, pela enfermeira e pela monitora, assaduras gravíssimas, na criança, as unhas grandes e pretas [...]. Então, é sempre isso. Já chega, para o banho e comida. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Saber se a criança está machucada e se precisa de algum cuidado físico especial é necessário. Todavia, chama atenção o fato de não haver nenhuma reflexão sobre o procedimento adotado, do ponto de vista da criança. O que pode significar para ela, que foi recentemente retirada de seu contexto familiar, nas condições já relatadas (ver item 6.3), ser levada para um local estranho e nele ser despida e, por vezes, fotografada por pessoas desconhecidas, logo que chega?

Para Goffman (2010), o processo de admissão pode caracterizar-se como uma despedida e um começo, sendo a submissão à nudez o ponto médio entre eles. Assim, despir, fotografar, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, entre inúmeras outras medidas, provocam a perda de si mesmo e a mortificação do “novato”, uma vez que, ao ser “enquadrado”, admite ser “conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina” (p. 26).

E, nessa lógica, a criança é assujeitada a uma prática que a transforma em criança-objeto:

Beatriz: [...] no acolhimento, é isso: tira foto, passa para a enfermeira e entrega para a monitora, que é responsável pela casa para onde a criança vai [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Tal como um objeto, a criança *passa* pela enfermeira e é *entregue* para a educadora. O uso desses verbos parece ilustrar uma prática que se contrapõe à concepção humanizada de acolhimento. Todavia, na percepção dos adultos, baseada numa lógica adultocêntrica e residual das antigas instituições totais, o jeito com que esse momento está sendo conduzido é *o correto*.

### **No abrigo institucional Hortência...**

Também há preocupação com a verificação e o registro das condições em que a criança chega:

Pesquisadora: E quando a criança chega, o que acontece com ela [...]? Como é feito?  
Manoela: *Geralmente, a criança toma um banho, mas não, assim, logo que chega, não, no dia em que chega, mas não naquele momento, como se você fosse vistoriar uma mercadoria que entrou. Mas é feito, no momento certo, que é para ver se ela traz alguma coisa, alguma violência corporal que ela teve, mas isso é averiguado sim [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

O banho é usado, assim como na instituição anterior, para essa verificação. Porém, ao menos por parte da coordenadora, percebe-se certa crítica e flexibilidade em relação ao procedimento, no sentido de não objetivar a criança, tratando-a como *mercadoria*.

Mas, será que quem lida diretamente com a criança, ou seja, a educadora também tem essa mesma concepção?

Cássia: [...] nós, aqui, acostumamos a dar um banho, porque, às vezes, a criança vem machucada, se está vestida, a gente não está vendo. A gente olha, até para relato: "Olha, essa criança está machucada". Porque, às vezes, ele pode estar brincando e se machucar aqui dentro mesmo e a gente não vai saber como aconteceu. Pode ser bebê, qualquer idade, chegou aqui, a primeira coisa é conversar com ele "Você vai tomar banho [...]". (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

De acordo com a educadora, não há flexibilidade. A primeira medida é dar banho para verificar e registrar se a criança está machucada (outro trecho de entrevista no Anexo BF).

Bernardi (2010b) relata a experiência de uma instituição, no estado de Minas Gerais, em que a educadora diz observar os sinais físicos de violência, bem como o comportamento da criança, com um olhar atento e a partir das atividades cotidianas, buscando não constranger a criança.

### **No abrigo institucional Tulipa...**

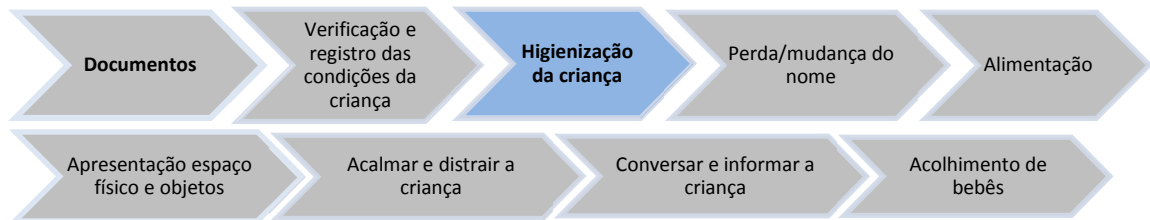
A necessidade é a mesma, nessa instituição:

Lourdes: [...] você tem que ver se a criança está machucada, ferida, [...] mas aí a forma com que você faz isso é sua, é de cada um [...]. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

É preciso verificar se a criança está machucada, mas cada profissional faz de um jeito. Os profissionais do Abrigo Institucional Lírio não apresentaram relatos dessa prática.



O banho como procedimento direcionado à **higienização da criança** também foi muito mencionado (Fluxograma 24).



**Fluxograma 24** – Procedimentos para higienização da criança.

### No abrigo institucional Tulipa...

Cristiana: [...] A monitora do grupo já vem e fala: “Olha, vamos lá para o quarto, vamos lá tomar um banho; você tá com fome?”, faz aquelas perguntas iniciais.

Pesquisadora: A primeira coisa que se faz é dar banho na criança?

Cristiana: Não tenho certeza disso. Depende muito de como ela chega, se ela chega com mais fome do que banho... Não sei, mas essa é uma boa pergunta para fazer [...]. Às vezes, quando percebem que a criança tá com aquela roupa já impregnada, de falta de banho...

Pesquisadora: Será que a necessidade de banho é da criança ou da instituição?

Cristiana: Eu acho que é mais dos adultos. Isso é uma questão que eu tenho discutido muito com todos [...]. Uma ideia meio higienista, de que toda hora, tudo é o banho. Acalmar na hora da crise: “Ai, vamos colocar no banho!”. Tudo é banho! Gente, tem que repensar [...]. Eu [...] penso que é mais, realmente, dos adultos, de achar que vai chegar no ambiente e ele tem que ser esterilizado [...]. Então, não sei se eles, realmente, entre fome e banho, se primeiro obrigatoriamente é o banho para depois comer. Eu gostaria de primeiro comer. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Talvez induzida pela pergunta da pesquisadora, ou seja, se a necessidade de banho era do adulto ou da criança, a coordenadora faz uma crítica dizendo que princípios higienistas predominam na rotina institucional, os quais visam, sobretudo, *esterilizar* a criança antes de ser aceita na instituição. Goffman (2010) relata a prática de dar banho e desinfetar a pessoa, no processo de admissão nas instituições totais.

Observa-se, no trecho a seguir, que a educadora Lourdes confirma a percepção da coordenadora Cristiana:

Pesquisadora: Lourdes, então, ela chega, você oferece o banho, e se ela não quiser o banho?

Lourdes: Ah, tem que querer. Se ela chora, para não banhar, [...] se é grande [...], a gente conversa: “Olha, você tá sujo, veio da rua...”. Geralmente, a primeira coisa é o banho [...]. Muitas crianças que chegam com muito piolho, sabe, pé cascudo, aquele pé de rua. Graças a Deus, ultimamente, tá suave, não tem chegado criança

*assim. Mas a primeira coisa é o banho. Isso já é como se fosse uma regra. Não é, mas a gente já adotou como uma regra [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Embora não seja uma regra da instituição, adotada a partir de uma reflexão coletiva entre os profissionais e as crianças, na prática, a *primeira coisa* é o banho com o objetivo de higienizá-la (outro trecho de entrevista no Anexo BG).

Assim, não há alternativas. A criança *tem que querer*. E, diante da sujeira, a única saída é o banho, o que faz lembrar Foucault (2000) ao configurar a água como elemento purificador dos loucos: “ela leva embora, mas faz mais do que isso, ela purifica” (p. 12).

Com um pouco mais de flexibilidade, a educadora Flávia diz:

Flávia: [...] *começa*: “*Você quer tomar banho? Vamos tomar banho?*”.

Pesquisadora: E se eles não quiserem?

Flávia: *Aí, a gente dá um tempinho, espera um pouquinho, porque não vai forçar tomar banho, porque eles se assustam na hora. Então, vai com calma, aí vai acalmando, depois dá um banhinho [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia afirma que não força a criança a tomar banho logo que ela chega, caso não queira, esperando que se acalme antes.

Porém, no processo de acolhimento, a criança é tão assujeitada que não é frequente chegar na instituição dizendo o que quer, ou não quer, fazer:

Heitor: [...] *Geralmente, muitas vezes, chega sujo, chega cheirando mal, então, já vai tomar um banho [...].*

Pesquisadora: E se a criança não quiser tomar banho?

Heitor: *Se não quiser tomar banho? Não lembro de ter acontecido isso, [...] dificilmente ela chega chegando, assim: “Não, não vou fazer isso” [...]. Os menores, até os 6 anos de idade, todos tomam banho, chegam muito quietos, muito acudados, assustados.* (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).

Deduz-se, então, que a forma como o processo de acolhimento é conduzido, desde o processo de tomada de decisão até a maneira como é acolhida na instituição, faz com que a criança acabe se rendendo às ordens dos adultos, já que não lhe resta outra possibilidade, nem a contestação. E o adulto não se dá conta dessa lógica adultocêntrica que cala, acua e assusta a criança. Talvez por que seja mais fácil para o adulto lidar com uma criança calada, acuada, assustada e, também, “mortificada”, como aponta Goffman (2010).

### No abrigo institucional Hortência...

Apesar da pedagoga dizer que o banho nem sempre acontece logo após a chegada da criança na instituição, a psicóloga evidencia que não há outra opção.

Yolanda: [...] até banho a gente evita de dar na hora em que chega. Por exemplo, às vezes, eles chegam bem sujos, muito sujo, mas, aí, a gente deixa, lava só a mão, dá o lanche, deixa para dar banho na hora em que vai dar banho em todo mundo, porque, às vezes, eles nem querem [...]. (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Como funciona a questão de banho?

Janaína: Na chegada? Ah, tem criança que chega num estado de higiene muito ruim. Nesse momento, a gente já usa a acolhida para dar o banho, para a higiene. Aí é apresentada para a educadora. A criança escolhe toalha, a escova e vem para o banho.

Pesquisadora: E elas aceitam bem ou não?

Janaína: Aceitam.

Pesquisadora: E quando a criança não quer?

Janaína: Então, a gente não força, mas a gente fala que aqui tinha um horário para o banho, que tem um horário para o banho, que ela precisaria tomar banho. É difícil a criança não querer tomar banho. Tem uma menininha, que ela não gostava do banho mesmo, mas depois a gente descobriu que tem algumas coisas de abuso, na hora do banho, então, aos poucos ela foi aceitando o banho na banheira, sem ninguém tocar nela. Hoje, adora a hora do banho, foi uma transformação.

Pesquisadora: Mas, se uma criança não quer, é dito que ela precisa tomar banho e se ela não quiser tenta convencer ela a tomar banho?

Janaína: É. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Embora afirme que a criança não é forçada, nota-se que, mesmo quando não quer, até por uma vivência anterior de violência durante o banho, há imposição do adulto para que isso aconteça logo após sua chegada (outros trechos de entrevistas no Anexo BH).

A educadora Ana fala um pouco mais sobre como lidam com esse momento:

Ana: [...] quando eles chegam, igual essa menina, [...] ela chegou aqui muito suja, muito fedida, parecia que ela não tomava banho, o cabelo dela, sabe aquele fedor de morador de rua mesmo? Aí, a primeira coisa que a gente faz é levar para o banheiro e dar um banho, jogar aquelas roupas todas fora, pegar roupa limpa para ela. Porque a gente não sabe o procedimento dela, entendeu, o cocozinho dela, então começa a limpar a bunda dela com luva [...].

Pesquisadora: E ela não queria tomar banho?

Ana: Não, chorava muito. Daí a gente colocava livrinho na banheira com ela, contava historinha, mas tudo para ela é muito novo, muito assustador. Fomos distraíndo e lavando conforme dava, fomos em duas, enquanto uma vai brincando a outra já vai lavando...

Pesquisadora: E ela foi aceitando melhor ou não quis?

Ana: Foi. Primeiro, a gente tirou a roupa dela e ela segurava a roupa dela, não deixava tirar, ela ficava assustadíssima.

Pesquisadora: E vocês iam falando alguma coisa para ela?

Ana: A gente ia conversando. “Não, nós vamos tomar banho, olha o seu pé, que sujeira, vamos tomar banho, olha o seu shampoo, esse shampoo é seu! Esse sabonete é só seu!” E aí ela já fica assim, né. “Olha o brinquedinho que eu trouxe para você, vamos tomar banho? Olha o peixinho nadando, já vamos encher a

*banheira, vamos por essa espuma na água?” E ela já vai relaxando. “Olha que gostoso, vamos!” Aí ela já vai esquecendo aquilo tudo [...]. E ela foi se acostumando, até que hoje eu chego e ela vem: “Tia Aia”, porque ela só fala as vogais do meu nome, “Tia Aia, bom dia!” É uma delícia [...]. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).*

*Ela segurava a roupa dela, não deixava tirar, ela ficava assustadíssima.* Porém, esse comportamento não parece ser suficiente para mostrar que o tempo e a necessidade da criança, naquele momento, são diferentes do adulto. Se o objetivo do acolhimento é proteger a criança, assujeitá-la dessa forma pode ser bastante violador. No entanto, é importante destacar o esforço das educadoras para tornar esse momento menos desagradável para ela.

### **No abrigo institucional Rosa...**

Dependendo do estado emocional ou da resistência da criança, é possível acalentá-la antes de submetê-la ao banho (outros trechos de entrevistas no Anexo BI).

Pesquisadora: Lara, e essa história do banho? Toda criança que chega vai tomar banho?

Lara: *Porque elas vêm muito sujas. Sempre.*

Pesquisadora: Mesmo se *ela não quiser, se tiver algum receio?*

Lara: *Não, porque não tem como. Mas, aí, [...] vai normalmente com a enfermeira, ela tem todo manejo: “Vamos tirar essa roupinha, vamos colocar uma roupinha nova para ficar cheirosinha”. Então, [...] eu falo assim, mas tem todo um trabalho com afetividade. [...] Normalmente, eles não ficam nunca... Normalmente... com as roupas que eles estão porque vêm extremamente rasgadas, sujas [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).*

Segundo a coordenadora, *não tem como*, é preciso que a criança esteja limpa, com roupas novas e cheirosa. E, para isso, há um trabalho conduzido com afetividade.

E a educadora Camila relata que há certa flexibilidade:

Camila: *[...] A gente tem que acalantar primeiro [...]. Daí, vai, e dá um banho [...]. (Educadora do abrigo institucional Rosa).*

A educadora Sofia diz que a criança limpa é melhor recebida pelas outras crianças:

Sofia: *Primeiro, a gente dá uma olhadinha se precisa trocar ou não. Se chega mais ou menos, a gente tenta entreter primeiro, porque, às vezes, chega muito sujo, muito assim. Vai depender de cada situação, se eles chegam e dá para ficar no meio das crianças, dá para ficar ali, até ele se acalmar. Se ele chega numa situação que... também, a gente não pode expor a criança, se eu pego a criança toda suja, vazada, e coloco no meio dos outros, daí já vai, né, vai ficar uma polêmica. Porque, nessa idade, eles são crianças, eles externam, tudo eles falam, são curiosos, tudo perguntam para saber, então, vai depender de como chega. Aí, se não a gente dá uma trocadinha rápida, põe uma roupinha né, leva lá para o meio das crianças [...].*

*Agora, dependendo do jeito que chega, [...] não tem opção, a gente acaba tendo que passar diretamente, dar um banho primeiro, estar trocando essa criança, para ser mais bem recebida, mais bem confortável, para ficar no meio das crianças. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).*

As crianças podem facilitar a integração da criança que está chegando (Elage, 2010). Mas, não se trata de colocar a criança no meio das outras, apenas. Todos precisam estar preparados para aceitar a criança que chega e como chega, respeitando sua origem, história, suas características e seu tempo. E, algumas vezes, quando a criança se mostra resistente ao banho, por mais difícil que seja aceitar a sujeira e o malcheiro, isso faz parte do processo inicial de acolhimento, para que a adaptação seja gradual e respeitada o tempo da criança. Mas, observa-se que acolher dessa forma é tarefa difícil para todos.

### **No abrigo institucional Lírio...**

A diferença que existe na flexibilidade com que a higienização da criança é feita, conforme sua faixa etária, é constatada nos trechos a seguir:

*Valentina: [...] as monitoras fazem os cuidados. Tem crianças que chegam muito sujas de cocô [...] e aí, sim, elas vão fazer esse procedimento (dar banho), aí elas cortam a unha.*

Pesquisadora: Mas logo nesse primeiro momento, já?

*Valentina: Já, logo que a criança chega.*

Pesquisadora: Como isso é sentido pela criança?

*Valentina: Pode ser que com os maiores não seja igual. Essa experiência que a gente teve, desses dois maiores (dois irmãos, um com 7 e o outro com 10 anos de idade), eles se enturmaram. As crianças chamaram para jogar bola e eles foram fazer isso. E aí eles só foram fazer as coisas, tomar banho, no horário em que todos os outros foram fazer. [...] Os menorzinhos de 1 ano, 1 ano e pouco, é isso que é feito. Eles chegam, vão tomar banho. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

*Sílvia: A gente pega (a criança), se precisar dar banho, a gente dá banho. [...].*

Pesquisadora: E se ela não quiser tomar banho, mesmo assim dá ou...?

*Sílvia: Se for maiorzinho, a gente até... Ele se acalmar, ver se a gente tenta conversar [...].*

Pesquisadora: Maior, quantos anos?

*Sílvia: Uns 4, 5 anos, porque, às vezes, chega, não tá acostumado, não conhece. Aí, a gente tenta ir conversando, né. [...] Aí, “vamos tomar um banho”, se ela se negar, a gente deixa ela ali um tempinho para que ela tente se familiarizar com o local e, aí, com jeitinho, a gente vai até conseguir dar um banho, trocar a roupa [...]. Agora, os bebezinhos, a gente dá o banho [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).*

Percebe-se, então, que bebês e crianças pequenas, até por volta de 4 anos, são simplesmente submetidos ao banho, mesmo que não queiram. Enquanto que o desejo da criança mais velha é minimamente respeitado, na medida em que há mais flexibilidade, mediada pela conversa. Porém, o conteúdo da conversa parece ser, apenas, no sentido de

convencer a criança sobre a necessidade do banho (para ler mais sobre conversar e informar a criança, no Fluxograma 29).

No entanto, além do banho e corte de unhas, há outras formas ainda mais invasivas de higienização da criança, as quais são minimamente flexibilizadas, de acordo com o sexo da criança.

*Adriana: [...] é o tratamento da criança. Se tá com a unha comprida, já providenciam o corte, uma escova de dente, banho [...]. Então, de cara, os cuidados básicos. Chega uma criança que os piolhos estão voando, se é menino, tem que ir imediatamente, ali na esquina, cortar o cabelo da criança, passar a maquininha mesmo [...]. Teve dois meninos que tiveram que raspar a cabeça assim, passar a maquininha, com um desenho bonitinho na cabeça, mas, assim, três vezes, por conta de tanto piolho, sarna e berne [...].*

*Pesquisadora: E se a criança tiver alguma resistência em relação a já chegar num lugar e já ir para o banho ou raspar a cabeça [...]? Se ela não quiser passar por esses procedimentos de higiene?*

*Adriana: Aí tem que ser buscada uma alternativa [...]. Primeiro, a gente tenta convencer a criança de que ela vai ficar melhor. Geralmente, a questão da piscina: “Olha, para frequentar a piscina...” [...]. Por exemplo, se deu um surto de piolho [...], a gente vai devagarzinho: “Então, vamos cortar com a tesoura, depois, vamos comer um chocolate”, tentar convencer a criança de uma maneira diferente. “Não quero raspar o cabelo!”, então, “Vamos cortar um modelo curtinho [...], que tal um moicano?”. Não raspa tudo... Tem alternativas.*

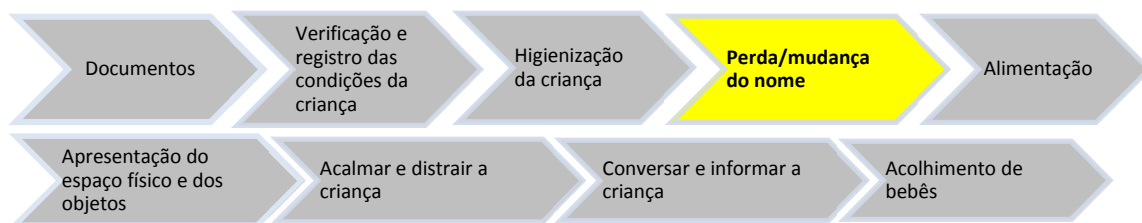
*Pesquisadora: E se for menina?*

*Adriana: Tem que já pôr o shampoo de piolho e passar o pente fino, tanto num plantão como no outro. Aí a criança vai melhorando, porque a menina não pode cortar todo o cabelo. Às vezes, a gente mesmo pega e acerta bonitinho para ficar chanelzinho, assim, mas de uma maneira que dê para passar o pente fino [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).*

Mesmo considerando que há a necessidade de cuidados com a saúde da criança, provocados pela existência de piolho, sarna e/ou berne, chama a atenção a radicalidade da medida escolhida, ou seja, o corte ou raspagem do cabelo da criança, ao chegar na instituição. Se, para as meninas, há a alternativa (nem sempre) de usar o shampoo específico para essas situações, aliado ao pente fino, por que não fazer o mesmo com os meninos? Como essa desfiguração da auto-imagem pode ser sentida/significada pela criança, num momento de tantas perdas de referências?

Conclui-se que, de maneira geral, em todas as instituições, as medidas de higiene servem para ajudar a tirar as marcas de fora da instituição, ou seja, da pobreza, da sujeira, com as quais consideram difícil lidar.

Embora tenha havido apenas um relato sobre **perda/mudança do nome**, ao ser acolhido, devido à seriedade da situação, optou-se por discuti-la (Fluxograma 25).



**Fluxograma 25** – Mudança do nome da criança.

O trecho a seguir mostra-se difícil de interpretar. Uma interpretação possível é a de que a atribuição de um apelido pode ser uma forma carinhosa de referir-se à criança, ainda mais por ela pertencer a uma família já conhecida pelos profissionais da instituição.

*Flávia: Eu tenho um esquema assim: “Ai, deixa eu ver se é meu neto que tá vindo”. Neto, assim, porque eu já cuidei da mãe, cuidei do pai e agora eu vou cuidar do filho dessa criança. Já teve, já aconteceu bastante experiência assim [...]. Tem um lá, que eu já cuidei do pai dele, da tia dele, a família toda esteve lá [...]. As crianças colocaram apelido nele de Tatá [...], o filho dele, que tá lá, que nós estamos cuidando [...], então, ficou Tatazinho (a criança tem um nome que em nada se assemelha ao apelido que lhe foi dado) [...]. Então, eu falo: “Opa, meu neto tá lá, ele é meu neto” [...]. Aí vem aquela coisa da família que não foi cuidado. O pai deles, ele cresceu daquele jeito, voltou para a família e pega o mesmo esquema do pai, ele vai cuidar do filho dele; então, agora, o filho dele tá no abrigo. Aí, acabou. Então é aquela bola [...]. Você fica assim: “Agora eu vou esperar se para o futuro não venha o bisneto” [...]. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Uma interpretação mais crítica e levando em consideração que se trata de uma instituição que, como substituta temporária da família, tem como um dos objetivos contribuir para a constituição do sujeito, de sua identidade, pode-se considerar que mesmo que o carinho e a afetividade estejam por trás dessa atitude dos profissionais, ao mudarem o nome da criança e lhe atribuírem um apelido que nada tem a ver com o seu nome (por exemplo, o diminutivo do nome), pode-se estar desrespeitando direitos garantidos por lei, como: o direito ao respeito (art. 17) que abrange a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, incluindo a preservação da imagem, da identidade, entre outros aspectos; e o direito à dignidade (art. 18), que visa garantir que a criança não receba, por exemplo, tratamento vexatório ou constrangedor (Brasil, 1990).

Bernardi (2010b) cita a importância de chamar a criança por seu nome, durante todo o processo de acolhimento, uma vez que esse é um direito básico, fundamental para o desenvolvimento de sua identidade e personalidade.

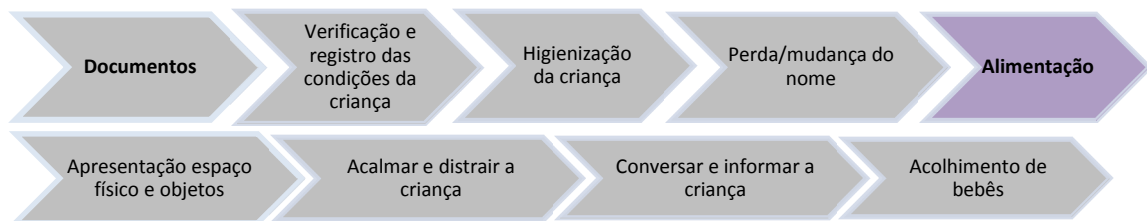
Nesse sentido, Goffman (2010) aponta que uma das coisas mais significativas que uma pessoa tem é seu nome e sua perda pode representar grande mutilação do eu. Esse

mesmo autor diz que todas as vezes em que uma ocupação propõe ou exige que a pessoa mude de nome, pode-se ter certeza de que há, implícita, a valorização da ruptura entre o indivíduo e sua história anterior, tal como ocorre nas ordens religiosas católicas (Goffman, 1988).

No entanto, numa interpretação ainda mais radical e considerando a dificuldade geracional dessa família, é possível inferir, a partir da fala da educadora, justamente, o contrário. Ao negar à criança o direito a um nome próprio, atribuindo-lhe o nome/apelido de seu pai, parece haver, implicitamente, a negação da possibilidade de que a criança tenha uma história própria e diferente da que seu pai teve. É como se já houvesse uma expectativa em relação à repetição dessa história familiar, na qual não resta ao “Tatazinho” outra alternativa, a não ser ter um filho de quem não conseguirá cuidar – o qual será “bisneto” da educadora.

Vale lembrar Rossetti-Ferreira (2006) quando menciona a crônica de uma psicopatologia anunciada, com a qual argumenta que a expectativa pela existência de um comprometimento ou problema ajudam, muitas vezes, a construir a realidade concreta que se teme que venha a ocorrer.

Outro procedimento característico no acolhimento é o **oferecimento de alimentos** à criança (Fluxograma 26).



**Fluxograma 26** – Oferecimento de alimentos à criança.

Flávia: [...] se é hora do almoço, oferece comida. Se é hora do lanche, ou se a pessoa que traz, fala: “Olha, ele não comeu nada até agora”, a gente vai na cozinha pede um suquinho para a tia, um lanchinho, qualquer coisa que tenha na cozinha e oferece, se quiser comer. Até se não quiser comer, não força, porque ela tá fragilizada, não tem como. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Camila: [...] vai, dá um banho. Se for a hora da comida, a gente vai com ela para o refeitório, se precisa pôr comida na boca, a gente põe [...]. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Sílvia: [...] a gente vai até conseguir dar um banho, trocar a roupa; dá alimentação [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

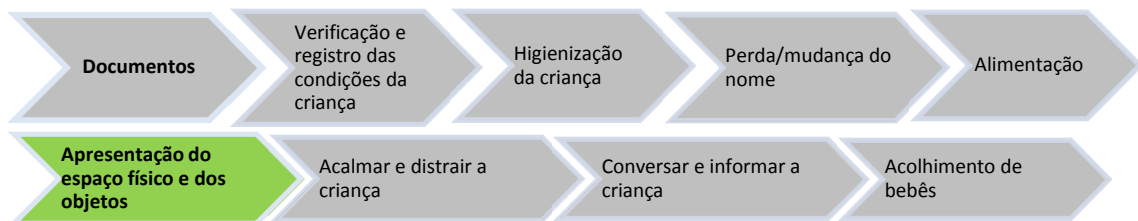
Pesquisadora: E depois que tem esse primeiro contato com a criança, o que acontece?



Cássia: *Aí já entra na rotina da casa, ele toma banho, vai comer [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortênciã).

Observa-se que o cuidado com o asseio e com a alimentação é prática comum em todas as instituições (outros trechos de entrevistas no Anexo BJ).

A **apresentação do espaço físico** também é feita (Fluxograma 27), em conformidade com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e).



**Fluxograma 27** – Apresentação do espaço físico e brinquedos à criança.

Fernanda: *[...] apresento um pouco o abrigo [...]: “Olha, [...] aqui é o quarto das meninas, dos meninos, né, você vai dormir aqui” [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Sofia: *[...] a gente já não leva diretamente para o berçário, a gente faz já um caminho até chegar lá no berçário. A gente passa na casa das meninas, na casa dos meninos, no refeitório, na cozinha, mostramos o parque [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Nessa apresentação, focam-se também os **objetos**.

Flávia: *[...] se é uma criança um pouquinho maior, a gente já mostra o abrigo todinho: “Oh, aqui é o quarto dos meninos, aqui é o quarto das meninas, esse daqui é o quarto que você vai ficar”. [...]. A gente mostra primeiro: “Olha aqui é o banheiro, aqui é a cozinha, olha, aqui é o seu quarto [...]. A gente mostra: “Aqui é a sala de TV, aqui tem os computadores, aqui tem os brinquedos”.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: *Maiores, quantos anos?*

Flávia: *Assim, de 5 a 6 anos já tem noção, então, a gente vai mostrando [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

É possível que a ênfase nos objetos, por exemplo, televisão, computador e brinquedos, seja dada para tornar a instituição mais atraente para a criança, justamente por serem objetos a que, muitas vezes, ela não tem fácil acesso em seu contexto familiar.

O brinquedo, principalmente, parece ser um importante “mediador” nesse momento inicial do acolhimento.

Adriana: *De acordo com a idade e se é menino ou menina, disponibilizar um brinquedo que atraia [...]. Então, a gente tenta atrair, vamos passear [...], sai um pouco da casa [...], ir para o parque ou para algum lugar que ela possa se sentir mais tranquila, porque dá para sentir que elas passaram por um turbilhão de emoções, né [...].* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Manoela: *[...] Depende muito de como a criança vem, às vezes, ela está chorando e não adianta você mostrar nada para ela, naquele momento, que não é isso que ela...*

Pesquisadora: E o que vocês costumam fazer?

Manoela: *Eu trago ela aqui comigo (sala da equipe técnica), geralmente, senta aqui, a gente conversa um pouco, "Você quer um brinquedo? Aqui tem tanto brinquedo, escolhe um". Nós temos aqui brinquedos novos: "Escolhe um brinquedo para você, qual você quer?". Aí, a criança "Quero", aí ela escolhe [...]. Conforme passa esse período, ela fica um pouco aqui com a gente, aí a gente desce [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Para a criança que externaliza mais seu sofrimento, além da utilização do brinquedo (outros trechos de entrevistas no Anexo BK), levá-la para um lugar mais reservado também parece ajudar.

Esse espaço é também bastante propício para proporcionar uma atitude mais continente, por parte dos profissionais, em relação ao sofrimento da criança, mostrando disponibilidade para escutar, conversar e acolher seu momento de crise. Porém, essa não é a proposta principal do acolhimento, como será abordado mais adiante (ver Fluxograma 28 - Acalmar e distrair a criança e Fluxograma 29 – Conversar e informar a crianças).

Quando são crianças *menores*, os profissionais também preferem mantê-las, inicialmente, em um espaço mais restrito.

Flávia: *[...] os menorzinhos (até por volta de 4 anos), a gente fica naquele lugar até ele se acostumar, aí depois vai se expandindo [...]. Eles ficam na sala, quando chegam [...], aí fica ali até você conseguir pegar amizade com ele. Ali, na hora, é muito difícil, então você tenta acalmar a criança, fazer ela parar de chorar. Depois você começa a apresentar a casa para ela.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Como a educadora diz, quando a criança é menor, tenta-se acalmá-la, em um espaço mais restrito, antes de mostrar a instituição. Aponta que essa é uma situação *muito difícil*. Na faixa etária a que se refere, é esperado que a criança proteste por causa da separação da pessoa objeto de apego (Rossetti-Ferreira, 1984). Todavia, a vulnerabilidade da criança e a circunscrição do espaço podem contribuir para a aproximação entre ambas (educadora e criança) e, conseqüentemente, o surgimento dessa *amizade*. Essa discussão será retomada no Fluxograma 32 - Considerações sobre a relação da criança com a pessoa que a acolhe.

No processo inicial de acolhimento, a tentativa de **acalmar a criança**, muitas vezes através da distração, parece ser um dos objetivos centrais dos profissionais (Fluxograma 28).



**Fluxograma 28** – Procedimentos para acalmar e distrair a criança.

O banho também é utilizado para esse fim.

Lourdes: *O banho é relaxante, mesmo porque, quando ela chega, ajuda ela a acalmar, principalmente se ela chegar chorando, triste [...]. Um banho distrai um pouco, ajuda a acalmar [...]. Enquanto isso, você vai conversando com a criança, conhecendo mais ela, ela vai se apegando com você [...]. Se você vai dar banho, ela tem em você uma pessoa que ela se identifica.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: João, você disse que, normalmente, são os educadores e esses apoiadores que recebem a criança, o que eles fazem?

João: *[...] o papel deles é [...] ver qual é a necessidade daquelas crianças. É comer primeiro ou é um banho? [...] Por que, muitas vezes, ela está tão desesperada que talvez um banho vá dar uma acalmada [...].*

Pesquisadora: E o contrário, se uma criança não quer tomar banho?

João: *Não, vai respeitar, vai respeitar a vontade, mas é sempre indicado [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Para a educadora Lourdes e para o pedagogo João, o banho ajuda acalmar a criança. Além disso, a educadora diz que também contribui para distraí-la e aproximar uma da outra.

Todavia, lidar com o sofrimento da criança não é tarefa fácil.

Flávia: *[...] Ali, na hora, assim, é muito difícil, então você tenta acalmar a criança, fazer ela parar de chorar [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Sílvia: *[...] você faz uma coisa, faz outra. Você vira de ponta-cabeça e a criança continua chorando [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Lara: *[...] Olha, na verdade, eu acho que tudo que você faz, qualquer coisa, não vai amenizar porque, imagine você, se coloque em algum lugar que você é retirado de pessoas, por pior situação que seja, por mais violência que seja, é o que ela conhece. Ser colocada num lugar onde só tem pessoas estranhas, que ela nunca viu, que ela não reconhece. Não tem o que ameniza. [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

E, apesar da coordenadora mostrar empatia ao sofrimento da criança, o imperativo parece mesmo ser distraí-la. E, para isso, há algumas “estratégias”, além do banho.

Nesse sentido, uso de brinquedos e outros objetos é utilizado (outro trecho de entrevista no Anexo BL).

Lia: [...] *Já tentar distrair a criança com algum brinquedo [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Janaína: [...] *tem os brinquedos, que é uma coisa que as crianças ficam bastante empolgadas, então ela escolhe o brinquedo, isso também vai ajudando, escolhe a roupa de cama dela, que travesseiro que ela quer [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Mostrar o espaço físico da instituição parece distrair a criança, acalmando-a (outro trecho de entrevista no Anexo BM).

Sofia: [...] *a gente já não leva diretamente para o berçário, a gente faz já um caminho até chegar lá [...]. Porque, muitos deles, chegam chorando, com medo, então, a gente não leva direto para não... tanto que, quando a gente chega no berçário, com os pequenos, [...] aquela criança já está mais calma [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Flávia: [...] *os maiores, vai mostrando até acalmar* (mostram a instituição para as crianças maiores até que se acalmem) [...]. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Inserir a criança no *meio* das que já estão na instituição é atitude bastante frequente (outro trecho de entrevista no Anexo BN).

Sofia: [...] *a gente [...] leva lá para o meio das crianças. Porque eles se acalmam, quando tem outras crianças recebendo, ficando ali [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Lia: [...] *mostrar o lado positivo de ter outras crianças, tentar acalmar mesmo.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Sílvia: [...] *a gente leva ele ou para essa salinha com as outras crianças [...]. A gente tenta fazer com que eles se enturmem com as outras crianças [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Manter proximidade com a criança também parece acalmá-la (outros trechos de entrevistas no Anexo BO).

Janaína: [...] *a gente fica com a criança, [...] fica ali esperando o tempo dela [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Sílvia: [...] *Se for bebezinho, a gente traz com o carrinho, a gente pega esse espaço com os maiorzinhos, coloca os carrinhos dos bebês e deixam eles próximos da*

*gente. Eles gostam de ficar junto. Quando eles chegam, vai uma (educadora), vai outra, aí eles acabam pegando uma afinidade com uma. Aí, eles querem ir para onde essa uma vai [...]. Acho que eles falam: “Essa é parecida com a minha mãe”. Aí, você anda, vai para lá e ele vai atrás; vem para cá, vai atrás; vai ao banheiro, vai atrás [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

No relato da educadora Sílvia, percebe-se que a criança acaba escolhendo, naquele contexto, uma pessoa que passa a ser objeto de apego ou, pelo menos, de referência. E passa a buscar ativamente essa proximidade (ver mais detalhes no Fluxograma 32 - Considerações sobre a relação da criança com a pessoa que a acolhe).

Manter contato físico, sobretudo com colo, é comum em relação aos bebês (outro trecho de entrevista no Anexo BP).

*Flávia: Pego no colo, abraço, fico no colo abraçando. Se é pequeno, aceita o colo, a gente pega no colo [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

*Camila: É difícil. A gente [...] dá muito colo, nesse momento, eles precisam do calorzinho da gente, né [...]. Porque não tem muito o que fazer para a criança a não ser dá o colo, o amor da gente [...]. Então, a gente, nesse momento, acolhe muito, dá muito colo, dá muito carinho [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

*Fernanda: As monitoras acabam ficando com essas crianças mais tempo no colo [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Vitoria e Rossetti-Ferreira (1993) referem que o choro da criança é um meio dela comunicar que, durante o período de separação, o aconchego, conforto e calor humano são necessários. E essa atenção especial em muito contribui para acalmar a criança e o próprio educador. Todavia, Marin (2011) adverte que o colo “é tentador, como forma de calar o choro e o sofrimento” (p. 10).

O desafio que se coloca, então, é dar colo e acalantar, mas também propiciar que a criança tenha “voz” e que seu sofrimento seja reconhecido, legitimado e significado. Mas, às vezes, nem colo é possível oferecer.

*Pesquisadora: Nessa correria do dia a dia, dá tempo de dar colo?*  
*Cássia: Às vezes, não. É muito corrido [...]. Às vezes, tem um bebê lá chorando, esperando para dar mamadeira, aí, às vezes, eu levo aquela criança lá comigo; sento perto de mim, me ajuda a dar mamadeira, fico conversando com ela, para não deixar isolado, para ela ir entrando na convivência da casa.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Nota-se que, nem sempre, devido às demandas do cotidiano, é possível pegar a criança no colo. Assim, são criadas outras formas de lidar com ela, com o objetivo de inseri-la na *convivência* e na rotina da instituição.

Simone: [...] *é tentar, naquele momento, agradar, dar carinho.* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Ana: *Não sei, é muita atenção, muito carinho nosso. A gente é tudo mãe [...], não adianta falar, é carinho de mãe mesmo. Você fazer o que você faria pelo seu filho [...]. Você entendeu? É, na hora do soninho deles, você deitar junto com eles e fazer cafunezinho na cabeça deles. É muito bom [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Lara: [...] *Normalmente, as crianças vêm muito carentes mesmo. Então, o afeto, o toque, a fala carinhosa [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Camila: [...] *A gente tem que acalantar primeiro, [...] tentando acalmar, tentando assim desprender daquele momento triste que ela chegou no abrigo, né.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Agradar a criança, dar carinho e atenção especial também são formas de acalmá-la (outro trecho de entrevista no Anexo BQ).

Embora a rotina institucional seja, em grande parte, padronizada, nesse momento inicial do acolhimento, abre-se a possibilidade de haver alguma flexibilidade para atender às necessidades da criança. Isso pode ser observado nas seguintes situações:

- No oferecimento de alimentos especiais:

Manoela: [...] *"Você está com fome? Quer comer alguma coisa?". Às vezes, tem alguma coisa diferente, um chocolate, que eu sei que a criança gosta [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Fernanda: [...] *dão alguma coisa para comer, normalmente, tem um cardápio fixo e, aí, tem essa preocupação maior de: "O que você quer comer? O que você tá com vontade de comer?", atende um pouco mais esses desejos, esses pedidos [...], porque algumas crianças recusam a alimentação, não querem comer.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

- Na forma de dar o banho:

Sofia: [...] *a gente vai conhecendo aos poucos, a gente vai mudando, eu dou banho na banheira, daí não dá certo, pula, fica muito agitado, daí, eu tiro e vou dar banho lá no chuveirinho, começo a brincar ali, ver a maneira que ele receber melhor [...]: "Oh, ontem, eu fiz assim e ele aceitou melhor", né, e assim vai [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

- Na escolha da pessoa que recebe e acolhe a criança:

*Flávia: Sempre vem uma tia, ou outro, sempre tem alguém que aparece na hora, aí tem aquela referência, na hora que chega a criança. Ou é a tia da cozinha ou é a tia da faxina, tem sempre alguém para acalmar a criança [...]. A gente não faz aquela, assim, chega e obriga: "Você tem que ir para aquele grupo, aquela é a sua tia". Aí vem a tia da cozinha, já traz uma bolacha, vem outra, aí, quando vê, tem um monte de gente em cima daquela criança [...]. A criança nunca chega e não tem ninguém para receber, se não tem monitor, tem alguém, alguma pessoa de referência para ela se apegar. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Percebe-se claramente, então, que há maior flexibilidade (outro trecho de entrevista no Anexo BR) no trato com a criança.

E, nos trechos a seguir, nota-se também que sensibilidade e flexibilidade são características desse momento:

*Ana: [...] quando eles chegam aqui, você tem que ir com muito cuidado [...]. Então, a gente vê primeiro qual é a atitude dela, antes da gente chegar [...].*

*Pesquisadora: E aí, o que acontece [...].*

*Ana: Então, [...] vai interagindo com a criança, brincando [...]. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).*

*Valentina: [...] quando tem mais atenção, [...] esse cuidado mais próximo, sem ficar nessa coisa mecânica. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

*Pesquisadora: E o que costuma dar certo?*

*Sofia: Então, assim, é que nem a gente fala, aquele jeitinho brasileiro, né? Eu tenho [...] que dar banho [...], mas daí dou o meu jeitinho, eu não vou simplesmente ir lá e catar [...] e pôr ela na água, vou dar banho [...]. Então, eu vou lá, vou conversar: "Vem pegar a roupinha com a titia?", né, "Olha que bonitinha essa, e se você tomar banho, vai ficar bonito, vai ficar isso, vamos arrumar o cabelinho? Você quer essa xuxinha?". Vamos entreter para ela estar ali, estar sentindo segura comigo [...]. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).*

Os profissionais mostram-se mais sensíveis às necessidades da criança, oferecendo um atendimento mais personalizado, contrário à atuação rotineira, mecânica e automática. Porém, não são todos:

*Pesquisadora: Lourdes, e o contrário? Tem alguma coisa que potencializa o sofrimento da criança?*

*Lourdes: Depende muito do cuidador [...] até porque nem todos somos iguais. Infelizmente, tem gente que faz tudo no automático [...]. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Nem todos os profissionais têm disponibilidade e/ou preparo para ser sensível, flexível e oferecer atendimento mais personalizado, nesse momento. E, às vezes, não se trata apenas disso:

Lara: *Aqui a gente sempre tenta tratar de uma forma mais natural do mundo possível. Normalmente, [...] a criança é dada para aquele monitor [...], então toma um banhinho, se aquece, normalmente, já apresenta e já fica na brincadeira. Não tem muito... A gente tenta não potencializar muito a situação em que a criança chegou porque isso, por experiência que a gente sabe, começa potencializar muito. É a mesma coisa quando vê um machucado, de repente, você fala, [...] a criança chora mais do que realmente é. [...] Quanto mais natural você recebe, mais natural, mais rápido é passado, essa coisa.* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Por vezes, a naturalização (banalização ou desconsideração) dos sentimentos e reações da criança é uma postura adotada pela instituição para tentar acalmá-la.

*Tratar de forma natural* parece ser o mesmo que não dar importância, não ser empático, não dar ouvidos ou, então, fingir que não percebe o sofrimento da criança, assim como se finge que não viu o seu machucado. No entanto, os machucados precisam ser tratados, sobretudo os mais graves. E, acima de tudo, é preciso levar em consideração que um machucado, cuja falta de gravidade “permite” ao adulto fingir que ele não existe, em nada se assemelha à separação abrupta e brutal vivenciada pela criança em relação à sua família, a qual muda toda sua vida.

Além disso, a pressa para inserir a criança na brincadeira, provavelmente, visa distraí-la de seu sofrimento. Mas, embora a intenção do adulto seja minimizar o sofrimento da criança ou, pelo menos, a sua manifestação, esse procedimento não oferece suporte suficiente para que a criança entenda e elabore essa forte vivência.

De acordo com Bernardi (2010c), chegar em um ambiente estranho é sempre assustador para a criança [e até para o adulto, sobretudo quando está sozinho], mesmo que não haja demonstração explícita desse sentimento. Então, mesmo que a criança chore menos, não necessariamente isso quer dizer que seu sofrimento, susto, angústia, estranhamento sejam menores.

Todavia, mesmo quando há um atendimento mais próximo, afetivo, sensível e personalizado no acolhimento inicial, ele não se sustenta no dia a dia.

Fernanda: *[...] eu percebo que os monitores, principalmente, que estão ali num cuidado mais direto com as crianças, elas têm um cuidado maior, procuram ficar mais próximos, conversar [...]. Enfim, mas eu percebo que elas, depois de um tempo que as crianças estão aqui, não tem mais esse afeto do início. Fica uma coisa mais mecânica, depois que já acostumou, que já entrou meio que na rotina, não tem mais isso, então, [...] eu percebo que, quando chega uma criança, tem afeto, um cuidado maior, um olhar mais maternal, e, aí, vai ficando tudo igual, então, é só comida, roupa, banho, sem tanto afeto [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).



No entanto, ao menos no acolhimento inicial, os profissionais dizem que tentam “tudo”, para acalmar a criança, mas nem sempre conseguem:

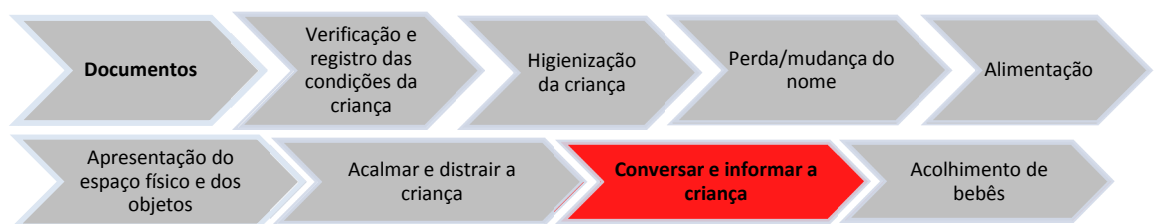
*Simone: Tudo o que você pensar, de tentar pegar no colo, de pegar brinquedo para ele brincar, de oferecer uma comida, uma bolacha, para ele tentar ir se acalmando. As crianças ficam meio, assim, [...] chega num lugar com mais de 30 crianças, não é fácil para eles [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

*Cássia: [...] A gente tenta dar um banho, dar mamadeira, dar água, ficar um pouquinho no colo, ficar para ver se ela vai parar de chorar [...]. Olha, às vezes funciona, às vezes não [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

*Simone: Não sei dizer exatamente o que funcionou, acho que foi um conjunto de tudo, de tentar agradar, deixar ele mais quieto, ele se acalmando por si só, tem que ter paciência, quando chega [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Percebe-se, então, que o *tudo* a que se referem diz respeito às tentativas de saciar as necessidades físicas da criança e de distraí-la de seu sofrimento, com o objetivo de acalmá-la. Nesse contexto, não parece ser incluído, com frequência, o acolhimento aos sentimentos e reações da criança, bem como o uso da palavra.

Porém, **conversar e informar a criança** é (ou deveria ser) um dos principais procedimentos a ser focalizado nesse momento e ao longo de todo o período de acolhimento (Fluxograma 29).



**Fluxograma 29** – Conversa e informação à criança.

A Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), no artigo 100, assegura a obrigatoriedade de informar a criança, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, bem como a seus pais ou responsável, sobre os seus direitos, os motivos que determinaram a intervenção e a forma como esta se processa. O mesmo é assegurado pelas normativas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

E, ainda, nas Orientações Técnicas (2009e) assegura-se que é necessário conversar com a criança sobre suas impressões quanto ao fato de estar afastada do convívio familiar,

esclarecendo que o acolhimento visa a sua proteção, além de ser um direito seu; e sobre sua história de vida, oferecendo espaço para que expresse seus sentimentos, desejos, angústias e dúvidas.

Mas, na prática, tem sido feito?

### **No abrigo institucional Hortênci...**

A psicóloga Janaína diz conversar com as crianças e passar informações importantes no acolhimento inicial. Percebe, inclusive, que isso ajuda a acalmá-las. E embora diga que essa é uma prática que privilegia as crianças com mais de 5 anos de idade, parece haver alguma flexibilidade e abertura para fazer o mesmo com crianças menores, que manifestem *interesse*.

Janaína: [...] apresento a casa, os educadores de plantão, os amigos, a parte de brinquedos, que conforta um pouco as crianças, na chegada, e um pouco quem é a equipe, o porquê dela estar aqui, quanto tempo ela vai ficar...

Pesquisadora: Isso é dito para a criança?

Janaína: É, para as maiores. A gente consegue falar um pouco, não o tempo, mas que a gente vai conseguir falar com a família, ela também vai ver a família, ela fica mais calma, então é dito.

Pesquisadora: E quando você diz crianças maiores, o que vocês entendem como...

Janaína: Por exemplo, chegou o Pedro, o Pedro é um menino de 3 anos, mas é muito esclarecido, então ele já sabia todo o esquema [...], ele sabia para onde ele vinha, com 3 anos. Então, com ele foi fácil explicar, que era um abrigo, que ele ficaria aqui por um período, mas que ele não ia morar aqui para sempre, que poderia ver a mãe e que gente ia conversar e ajudar [...]. Mas, normalmente, é a partir dos 5 anos que a gente tem toda essa conversa, que realmente senta para conversar. Os menores, a gente consegue mostrar a casa, a dinâmica, o que vão fazer, onde vai dormir, quem é o colega.

Pesquisadora: Não é dito nada, então?

Janaína: A gente conversa que aqui é um abrigo, mas que ele não vai morar aqui para sempre. O que vai ser feito, quando vai ver a mãe, a gente não fala [...].

Pesquisadora: [...] quando você diz que para crianças maiores de 5 anos é possível dar uma explicação maior [...], quais são as balizas para vocês afirmarem que uma criança de 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, normalmente, não é possível dizer [...].

Janaína: Muitas das crianças maiores, que chegam nessa idade, já chegam questionando, então, é possível perceber que ela vai entender o que você está falando. Não que as crianças menores não entendam, mas esse tipo de conversa mais específica a gente faz a partir do que a criança traz.

Pesquisadora: Ah, então, a baliza de vocês é quando a criança consegue formular a pergunta?

Janaína: Depende do interesse da criança. Tem criança que está sem ver os pais, que foi proibido, oficialmente, há seis meses e a criança nunca mais tocou nesse assunto. Quando a gente chama para conversar, a criança não quer ouvir, então, também...

Pesquisadora: O que elas fazem?

Janaína: Põe a mão no ouvido, grita, canta, enquanto você está falando, começa a derrubar as coisas, aí, nesses casos, a gente conta com a ajuda de psicólogos também que atendem essa criança e a gente vai aos poucos. Tem o projeto Fazendo História, [...] que facilita o trabalho, muito [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortênci).

Além da idade da criança, outro critério adotado para escolher com quem conversarão, é a habilidade e iniciativa da criança para formular perguntas, ou seja, se a criança questiona, as profissionais se propõem a conversar e informá-la sobre o que está acontecendo (outro trecho de entrevista no Anexo BS).

Apesar de serem, muitas vezes, assuntos difíceis e delicados de tratar, esperar que a criança pergunte pode ser um critério que talvez não atenda a necessidade e o direito de todas as crianças, afinal, se ela não pergunta, é por que não precisa saber? E se a incompreensão dela é tanta, sobre o que está acontecendo, que não lhe permite formular uma pergunta? E se a angústia da criança se manifesta de outras formas, diferentes da palavra? E se não há quem ouça suas perguntas? E se quem as ouve, não as responde por não saber como ou o que responder?

Elage (2010) argumenta que é responsabilidade do adulto estar atento e aproximar-se da criança, criando maneiras de facilitar a expressão de conteúdos difíceis e que causam dor. Não se deve esperar, passivamente, que a criança se aproxime.

É, justamente essa, a proposta do programa Fazendo Minha História, citado pela psicóloga Janaína. Com a leitura de livros de história e a construção de um álbum que narre a história de suas vidas, a criança, em parceria com um adulto, tem a oportunidade de se apropriar de seu passado e presente (Instituto Fazendo História, 2013).

Pelo que foi informado, observa-se que há um cuidado especial com aquelas crianças que têm mais dificuldade para falar sobre si e sobre suas vivências, na medida em que são encaminhadas para acompanhamentos psicoterápicos, em vez de recorrer simplesmente ao silenciamento.

Nos dois trechos a seguir, a assistente social Simone fala sobre como escolhem o momento para conversar com a criança e quais são os objetivos:

Pesquisadora: E quando ela chega aqui, é dito alguma coisa [...]?

Simone: [...] *Depois que a criança chega, fazemos esse trabalho, de dizer que a criança está aqui porque esse foi o melhor para ela; dar esse tipo de justificativa, explicação.*

Pesquisadora: Em que momento isso é feito?

Simone: *Não tenho como dizer para você o momento exato, depende muito de como essas coisas caminham, depende muito da idade da criança e de como as coisas caminham depois desse acolhimento. A gente tenta que seja logo depois do acolhimento, não tem um padrão. A criança chegou hoje, hoje mesmo eu tenho essa conversa, ou amanhã de manhã. Depende muito de como as coisas caminham.*

Pesquisadora: [...] O que determina o momento que essa conversa acontece?

Simone: *Até assim, da reação da criança, nesse acolhimento, para você se sentir bem à vontade para ter essa conversa com ela, que ela vai te ouvir, vai poder estar um pouco mais tranquila para entender melhor isso. Até porque, assim, quando a gente vai ter um tipo de conversa, a gente já tem que ter lido algo, como é que eu*

*vou conversar com você se você só chegou aqui e eu não sei se você vai ficar? [...] É uma coisa que a gente tem dificuldade também, porque, muitas vezes, as crianças chegam aqui, não veio nenhum relato para nós [...].*

Pesquisadora: Simone, mas, assim, coisas que independem dessa questão de vocês terem acesso ao processo, por exemplo, a criança saber que ela vai ficar por aqui um tempo, que vocês vão cuidar do caso dela, alguma coisa do tipo, que tem alguém olhando por ela, algo que situe a criança...

Simone: *É, a única coisa difícil, nesse sentido, é que, a primeira coisa que a criança pergunta, é "Que dia que a minha mãe vem?". Se a gente não tem minimamente uma informação, eu não tenho como dizer para a criança [...]. Depende muito de como a criança vai reagir nesse primeiro momento. Algumas demoram, outras já chegam assim, acho porque a situação lá para eles já era tão complicada que ele chega aqui e fala: "Nossa, aqui eu estou bem melhor". É mais fácil, nesse sentido, para a gente também se sentir mais à vontade, porque a criança já dá uma certa abertura maior para a gente. A gente pensa assim, também, a criança já foi tão violentada, corrompida em todas as coisas, já foi tão atropelada, que a gente também não pode continuar fazendo esse papel, entendeu? [...] Então, a gente tenta também ver de acordo com cada um, o seu tempo. Aí, as coisas chegam tão assim que parece que chega mais a gente bombardeando de questionamento, de informações [...]. Até quando são maiores, para a gente também é bom essa conversa, porque dali você tira muita informação, então eles estão nos subsidiando também [...], a gente também está colhendo as informações. A partir daí, que a gente vai observando, tentando entender como era essa dinâmica. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortêncica).*

Simone fala que é preciso estar sensível às reações e ao tempo da criança, para saber qual o melhor momento para conversar com ela. Mas, essa não é uma tarefa fácil. E, por isso, diz que há necessidade de o adulto se sentir à vontade para conversar com a criança, bem como de possuir informações sobre a história de vida dela. Caso contrário, corre o risco de se expor a uma situação em que, talvez, não consiga atender à demanda da criança (informações de que não dispõe ou que são difíceis de comunicar).

Por perceber que, para algumas crianças, é difícil ouvir e apreender o sentido de tudo o que está acontecendo naquele momento, nada é dito a elas. No entanto, de acordo com Dolto (1989<sup>40</sup> *apud* Bernardi, 2010b, p. 101), pior do que as rupturas é a incerteza sobre seu presente e o futuro. Assim, é possível que algumas informações e a disponibilidade de escuta ajudem a criança a organizar-se e acalmar-se.

Ademais, não se trata de usar esse espaço de conversa no acolhimento inicial para *colher* informações da criança. De acordo com Bernardi (2010b), deve-se “evitar, nesse momento, questionamentos dirigidos às crianças e aos adolescentes sobre situações vivenciadas que possam fazê-los lembrar de experiências traumatizantes, chocantes ou vexatórias de sua história pessoal” (p. 98). Sugere, então, que algumas informações sejam passadas à criança sobre a medida de proteção e que se permita que assuma a palavra e se expresse livremente.

<sup>40</sup> Dolto, F. (1989). *Dialogando com crianças e adolescentes*. Campinas: Papitus.

A psicóloga Janaína fala que são oportunizados espaços contínuos de conversa e escuta com/das crianças:

Pesquisadora: Com as crianças um pouco maiores de 5 anos, dependendo da demanda da criança, vocês conseguem ter uma conversa para dizer por que ela está aqui, quanto tempo vai ficar. Essa conversa é feita no momento em que ela chega, no mesmo dia ou num momento posterior? Como vocês fazem?

Janaína: *Dependendo, se a criança não está muito agitada, chorosa... Tem dia que a gente consegue conversar no mesmo dia, mas isso é um processo, continua. Então, [...] a gente tem um grupo toda semana.*

Pesquisadora: Você, com as crianças?

Janaína: *Em alguns encontros, as crianças chamam as educadoras para participar também, quando elas querem. Então, a gente consegue conversar sobre temas que eles mesmos trazem; sempre gira em torno da saída, por mais que a gente está falando da sexualidade, da limpeza do corpo, da higiene, aparece a saída, quando eles vão sair, para onde eles vão. É um tema recorrente. Então, a gente consegue garantir esse grupo; é sempre falado o processo, a situação judicial que está, lógico, quando a criança pede, a gente sempre pergunta: "Você vai falar para o grupo todo?". E a criança fala: "Não, pode falar". Aí a gente consegue conversar.*

Pesquisadora: E vocês dão notícias do processo delas?

Janaína: *Isso.*

Pesquisadora: Semanal?

Janaína: *É.*

Pesquisadora: E tem temas que eles escolhem, você vê a necessidade?

Janaína: *Por exemplo, [...] às vezes, acontece: "Hoje a gente vai falar sobre comportamento". Daí as crianças falam que não querem falar daquilo. "Então tá, do que a gente vai falar hoje?", daí elas falam. Elas gostam, esperam, se uma semana está muito corrida e não tem tempo de fazer, cobram, então é bem gostoso. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Como a psicóloga mesmo define: trata-se de um *processo*. E, nesse processo, manifesta-se a necessidade de repetir os assuntos, convidar outros interlocutores, perguntar, informar, falar e ouvir, parece poder ser acolhida.

Para que isso seja possível, é preciso proximidade, comprometimento e disponibilidade para se vincular às crianças:

Manoela: *[...] essa psicóloga que está aqui, no momento [...], ela [...] demonstra esse envolvimento, esse cuidado. Acho, assim, se você não tem esse envolvimento com a criança, fora da sua função até, fica mais complicado, [...] uma coisa muito mecânica, automática. Então, ela tem um envolvimento muito próximo mesmo, de eles virem aqui e falar coisas para ela [...] e isso é muito positivo. Brincar, brincadeira, pôs uma roupa nova e vem mostrar para nós. Nós temos muito isso, aqui [...]. Essa proximidade faz com que a criança se abra um pouco mais, porque ela não sente a gente tão distante, então, ela trabalha muito isso com eles [...], ela é muito próxima e para você trazer uma coisa da criança, que esteja mais guardada, fica mais fácil quando tem esse vínculo. Também é construído, né, não é uma coisa que você tem num primeiro momento, mas a gente tem tido essas respostas desse vínculo [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

Mas, nem sempre estar próximo, comprometido e disponível é o suficiente.

Cássia: *Ela chegou, a primeira coisa que a gente faz é receber [...], conversa com ela, tenta conversar com ela. Às vezes, aqueles que falam, falam assim: "Ah, tia, minha mãe vem me buscar?". Eu não vou dizer "não", porque senão choca a coitada da criança. "Ela vem, sim, mas não hoje". Às vezes, ele fica assim: "Ah, é depois..." porque a criança tem uma rotina: "É depois da creche?" ou "É depois da casa da avó?", e eu fico assim: "É, depois disso". Porque eu também não sei, também não vou falar para a criança que não vão vir buscar porque, daí, vai ser um choque, porque ela está traumatizada [...]. Então, é coisa que a gente tem que fazer isso.*

Pesquisadora: Você citou situações em que a criança pergunta, quando não existe essa pergunta, o que é dito? É dito alguma coisa?

Cássia: *Olha, é natural eles perguntarem, às vezes, você chega perto deles: "Bom dia, boa tarde, boa noite," e eles já perguntam onde está: "Mas por que eu estou aqui?"; "Olha, você veio porque a sua mãe precisou deixar você vir para cá porque ela está com algum problema...". Às vezes, eu falo para as crianças mais velhas, que ficam indignadas de estarem aqui: "Sabe, é que a sua mãe está dodói, ela foi no médico, quando ela sarar ela vem te buscar". Não era aquilo, mas se eu falar para ela o que aconteceu, é um choque muito grande para ela, então, ela vai ter a esperança de um dia ir embora, que a mãe vai vir buscar, até as meninas, que são psicólogas, ir trabalhando com eles para irem se conscientizando, aprendendo a nova vida deles, no novo lar. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortêncica).*

Nesse trecho, percebe-se claramente a boa vontade da educadora e seu esforço para acolher a demanda da criança e responder de forma a não prejudicá-la e não deixá-la desesperançosa. Todavia, mostra, também, que, por melhor que seja a intenção da profissional, isso não é o suficiente. É preciso estar preparado e receber formação, informação e apoio para estar apto a ajudar a criança a “resgatar e olhar para suas histórias por mais dolorosas que lhe possam parecer, pois é a partir delas e do que vivem no presente que irão desenhar um futuro em que seja possível sua realização como pessoa e cidadão” (Elage, 2010, p. 91).

### **No abrigo institucional Tulipa...**

Como discutido anteriormente (ver mais detalhes no item 6.4.1), nessa instituição, a equipe técnica não participa do acolhimento inicial da criança. E, durante todo o período de acolhimento, o contato com a criança é bastante restrito.

Pesquisadora: Angélica, então, só para eu entender, o que tem acontecido é que as crianças entram na casa e, até um mês atrás, você não tinha essa conversa com elas, você não tinha esse momento de estar com essas crianças?

Angélica: *Não, eu lia o relatório, começava a fazer a articulação com a rede [...] e quem fazia o acolhimento era a casa, as crianças, a coordenadora, eventualmente, que ia lá, que olhava, que dizia [...] a criança é assim, ou é assado, mas eu não ia lá falar com ela [...]. Eu achava complicado, porque alguma vez, por exemplo, eu estava conversando com a mãe e ela me perguntava como é que tá tal criança e eu não sabia dizer, por que eu não sabia como estava lá na casa [...]. Se chamo a criança aqui e consigo perceber um pouco como é que ela tá, compreendo esse momento do acolhimento, mas, assim, as relações dela na casa, eu tô bastante*

*distanciada. Eu não tenho, entendeu, se ela tá comendo, se ela tá conseguindo dormir, só quando acontece algo que chama muito a atenção.*

Pesquisadora: Aí chega até você?

Angélica: *Aí, os cuidadores dão um jeito de me ligar e acabo priorizando isso. É bem assim [...]. Então, agora, eu tenho tentado, de um mês para cá, chegou a criança, eu peço para pegar os relatórios, [...] chamo a criança aqui na sede, onde fica a equipe técnica e faço uma conversa com ela. Eu já fiz isso com duas crianças, desde que eu me impus, mas é uma decisão pessoal, [...] porque [...] a pressão é muito grande para que você priorize outras coisas e não o acolhimento.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E, posteriormente à chegada, você tem algum contato com a criança? Ou o trabalho é feito com a família mesmo, só?

Marina: *O trabalho é com a família [...]. Aquele espaço de escuta com a criança, ele se dá eventualmente. Nosso contato maior com a criança, salvo situações pontuais, é na visita aqui.*

Pesquisadora: Sei, quando os pais vêm?

Marina: *[...] o que nós sabemos é uma coisa, o que fazemos é outra, mas não é por displicência [...]. Nós não temos perna para ir lá [...]. Na visita, se a mãe perguntar a rotina da criança, vou me reportar ao monitor, você entendeu? Eu não, sinceramente, eu não conheço a rotina da criança na casa. Eu tô generalizando, claro que uma ou outra a gente tem mais contato [...] porque daí, na visita, naturalmente, força essa interlocução porque os pais questionam [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

As técnicas dessa instituição deixam claro que, por parte delas, quase não é possível oferecer espaço de escuta e de conversa para a criança, com exceção daquelas que externalizam mais suas dificuldades de se adaptarem à rotina institucional e daquelas que recebem visitas da família<sup>41</sup> (outro trecho de entrevista no Anexo BT). Ambas reconhecem que não deveria ser assim e ressaltam as condições estruturais como dificultadoras desse trabalho.

E, não ouvir a criança e não conversar com ela, gera consequências:

Angélica: *[...] o que tem mais me preocupado, vou dar o exemplo desse caso recente. A criança chegou numa quinta-feira. Sexta-feira pela manhã, eu fiz o acolhimento, tomei pé do caso, era um caso difícil, complexo, uma criança em cárcere privado [...]. No sábado, ela presencia uma briga entre duas crianças que já são pré-adolescentes, de faca [...]. Quando eu fui perguntar, na segunda-feira, para ele: “E, aí, como você tá? Você já fez amigos aqui? [...]”. Ele começou a chorar profundamente e dizer para mim que ele não gostava do jeito das crianças dessa casa. E existe uma tendência das crianças de também observar como é que é o jeitinho dessa criança e alguns eles pegam para mico, tipo: “Agora ele que vai ser a bola da vez” [...]. Existe sempre uma tendência de uma criança querer subjugar outra. O que me chamou a atenção, nesse processo de acolhimento dessa criança, é a importância de ter alguém que pudesse ir observando isso e dando suporte, para que uma criança que chegou com essa história pudesse ser melhor acolhida, mais aconchegada, mas não teve tempo, não teve condição, não teve profissional [...]. Mas, assim, não conseguimos, ele deixou claro que ele não conseguiu se sentir aconchegado nesse espaço e se sentiu desprotegido de alguma forma, acho que ele se sentiu muito ameaçado [...].*

<sup>41</sup> As crianças são levadas para o local onde as técnicas ficam para receber suas famílias. Nessa ocasião, as técnicas mantêm contato com elas.

Pesquisadora: *E a educadora, teve algum momento com ele, ou não?*

Angélica: *Não, que eu saiba. Assim, eu acho também que só pode aparecer toda a angústia, o sofrimento dessa criança, porque alguém foi lá e perguntou para ela. A coisa que menos se faz aqui, eu acho, é conversar, perguntar: “Como é que você está?” [...].* (Angélica, educadora do abrigo institucional Tulipa).

A psicóloga Angélica chama a atenção para a importância de o adulto se posicionar de maneira disponível e ativa, em relação à criança, assim como sugere Elage (2010).

A assistente social Marina, de maneira semelhante às profissionais das outras instituições, diz que as crianças maiores são priorizadas.

Marina: *[...] ontem, eu atendi uma menina, veio ela e os dois irmãozinhos. Ela tem 10 anos [...] e os dois irmãozinhos tem 5, são gêmeos [...]. Eu falo das dificuldades com os irmãozinhos, como ainda são menores, a gente até prioriza atender a menina, que é maior do que os próprios irmãozinhos [...]. Para atender, não tem tempo. A atividade com a criança menor necessitaria de mais coisas e, com a menina de 10 anos, já conseguiria conversar melhor, então, você acaba fazendo as escolhas, entendeu?* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

A coordenadora Cristiana, no entanto, parece conseguir acolher de maneira diferente, a criança que chega, mesmo que posteriormente.

Cristiana: *Quando sou informada (de que uma criança chegou), quando possível, faço questão de conhecer a criança, pelo menos ver a carinha [...]. A primeira pergunta que a gente sempre faz: “Você sabe por que você está aqui?” [...] e algumas crianças falam [...], muitos assumem para si o motivo do acolhimento, [...] outros falam que não sabem. E, aí, a gente fala: “Olha, a informação que eu tenho até esse momento é que você veio para cá por conta disso e disso”. Claro que eu vou falar numa linguagem que ela entenda, então, a primeira coisa, às vezes, [...] eu vou escutar o que ela tem para dizer e nessa fala eles trazem muitas informações e alguns têm [...] medo. Então, até a gente quebrar esse gelo, explicar para ele qual é o nosso papel, o que é o abrigo e que talvez tenha que ficar ali uns dias, talvez mais tempo. Aí, mais ou menos, conforme o caso, a gente [...] já fala: “Você vai ter que ficar uns dias aqui, tal, vai chamar sua mãe, você vai ter visita dos seus pais, da sua família, porque mamãe e papai não tá podendo tomar conta de você do jeito que deveria tomar, então a gente vai tentar ajudar quanto a isso” [...]. O que a gente observa é que muitas crianças têm dificuldade de entender esse motivo, parece que, mesmo quando a gente fala no início, alguns não... Acho que entra por aqui, e sai por aqui. Não entende direito o que se passou, o emocional tá muito mexido pela chegada, tá em um ambiente estranho... Sei que eles não apreendem o motivo, muitas vezes, do porquê que eles estão aqui. Isso eu observo porque, volta e meia, tem que tá lembrando isso [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Embora assinala que essa conversa acontece *quando possível*, seu conteúdo parece bastante pertinente. Ademais, a coordenadora reconhece a necessidade de que essa conversa não seja única, devido à fragilidade emocional da criança e à complexidade da vivência e do conteúdo tratado.



O pedagogo João percebe, inclusive, que quando a criança é acolhida de fato, por meio da conversa e da escuta, seus sentimentos de ansiedade e medo parecem ser apaziguados. Porém, isso nem sempre acontece, devido à organização da rotina institucional.

Pesquisadora: Tem alguma coisa que ameniza esse sofrimento, alguma coisa que pode ser feita?

João: *O acolhimento, eu acho que o acolhimento pode amenizar. Se a criança for acolhida de uma maneira mais aconchegante, de entender o porquê, talvez, naquele momento, se possível, já conversar, mostrar para ela por que ela tá aqui, mostrar para ela que isso aqui pode ser temporário, isso aqui pode mudar completamente, ou levar um pouco mais de tempo. Eu acho que isso ameniza, quando a gente ouve a criança, você vê que ela dá uma acalmada. Às vezes, não é possível. Eu vejo que, às vezes, não é possível fazer esse acolhimento de imediato.*

Pesquisadora: Por que, João?

João: *Até por conta da nossa rotina. Eu vejo que nós precisávamos nos organizar melhor. Isso eu sinto que nós podemos nos organizar melhor para fazer esse acolhimento de uma maneira melhor, menos dolorosa para a criança. Porque depois que a criança conversa, ouve um pouquinho o que tá acontecendo, a gente sente que ela dá uma apaziguada naquela ansiedade, naquele medo [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).*

E os educadores têm papel importante no processo de acolhimento.

Angélica: *Eu penso que, algumas vezes, a própria intervenção dos cuidadores [...] tem ajudado, que é um momento em que aquele sofrimento é valorizado, é reconhecido.*

Pesquisadora: Como, Angélica?

Angélica: *Ora, pela conversa, eu sei que, por exemplo, em momentos extraordinários, conversaram, explicaram [...], enfim, que chama assim na sala, que pergunta, que aí dá um desenho, fala de alguma coisa [...], que se particulariza um pouco aquela assistência por conta daquele sofrimento, naquele momento específico [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

A psicóloga ressalta quão positiva pode ser a atuação do educador quando o acolhimento é personalizado e sensível às necessidades da criança. Assinala, porém, que isso tem acontecido apenas em *momentos extraordinários*.

E o que, normalmente, é dito nessas conversas entre a criança e o educador?

Lourdes: *[...] conversar, é claro, que eles não vão entender o que você está falando na hora, principalmente os pequenos. E os grandes, geralmente, não querem entender, mas eles têm mais facilidade de entender. Agora, os pequenos, eu falo assim: “Você vai ficar aqui, agora a sua casa vai ser aqui, a gente não sabe por quanto tempo, mas você vai ficar temporariamente aqui” [...]. Eu sei que eles não vão entender exatamente o que eu quero dizer, mas, sei lá, eu acho que no fundo eles ficam sabendo, fica consciente, no fundo [...]. É uma situação muito difícil [...].*

Pesquisadora: E o que você procura conversar com elas, falar, quando elas perguntam?

Lourdes: *Então, dependendo da idade, você é mais realista, você fala mais a realidade, tipo: “Infelizmente, você vai ficar um tempo aqui com a gente porque sua mãe, por um tempo, ela não tá podendo ficar com você, cuidar de você”, enfim, eu*

*falo assim quando pergunta, porque a maioria vem, como eu disse, quando é grande, já chega enturmando e quando é pequeno não fala.*

Pesquisadora: E esses que não falam?

Lourdes: *Fica lá com a gente, sem saber o que falar exatamente. Você dá carinho, fica, pega no colo, coloca para brincar junto com os outros, enfim, põe eles na rotina ali, que ele vai se adaptando.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Apesar da educadora dizer que não adianta conversar com a criança, pois ela não entende, é interessante observar que, ainda assim, algumas informações significativas são passadas, pois considera que, *no fundo*, a criança fica sabendo. Tal concepção e atitude mostraram-se muito oportunas.

Porém, o que pode estar por trás da fala *“Infelizmente, você vai ficar um tempo aqui...”*, dirigida à criança? É possível que o *infelizmente* represente a concepção prevalente em nossa sociedade de que a instituição de acolhimento é “um mal necessário” e que “por pior que seja a mãe”, ela ainda será melhor do que a instituição, entre outras possibilidades. No entanto, é igualmente possível que a educadora esteja sendo solidária com o sofrimento da criança que externaliza seu desejo de estar com a família. Ambas as alternativas podem, inclusive, coexistir.

Tal como em outras instituições, nada é dito para a criança que não formula perguntas, pois considera mais difícil saber o que dizer. E, nesse caso, buscam-se outras formas para acolhê-la, com o colo ou inserindo-a com as outras crianças e na rotina institucional.

A educadora Flávia fala sobre como são suas conversas com as crianças:

Flávia: *[...] tem criança que tem visita, tem criança que não tem visita. Aí eu falo [...]: “O seu dia vai chegar, [...] um dia você vai embora, você vai voltar para a casa da mãe” [...].*

Pesquisadora: E elas falam que sentem falta da família?

Flávia: *Fala. Tem criança que chora. Quando acontece alguma coisa, começa a chorar: “Quero minha mãe, quero meu pai!”. Aí, começa a chamar todo mundo da família e, aí a gente fala: “Não é assim, tem que esperar agora, uma hora você vai ver sua mãe, uma hora você vai ver o pai, hoje, foi o Joãozinho que foi ver o pai, amanhã é você, você vai ver”. Então, a gente fala assim, mas, às vezes, o amanhã não acontece, mas a gente tá sempre esperando [...]. Não dá para falar: “Oh, você não vai mais ver o seu pai, você foi separado da família, você foi destituído”. Não fala assim para eles e também nem vai falar uma coisa que está sujeita ou não. “Você saiu da sua família” é um choque a mais para eles. A gente tenta, o máximo possível, não tocar no assunto de família, só quando é preciso mesmo, quando eles falam, aí a gente... Dia das mães, dia dos pais, eles trazem para nós [...]. Se a criança vem me perguntar: “Cadê meu pai? Cadê minha mãe?”. Aí, você dá atenção e fala: “Não, depois a gente vai conversar com a tia, a assistente social, para saber o que tá acontecendo, se você vai ter visita, então, espera um pouquinho, se eu tiver ido embora, você chega nela e fala, conversa com ela, pergunta para ela o que tá acontecendo”, mas não tem jeito de ficar falando. Ela tá ali já tentando fazer parte do grupo e, de repente, você fala: “Oh, você não vai ter mais visita” [...]. Depois, para você contornar a situação, você não vai conseguir, aí vai ficar uma revolta na criança [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia salienta que os educadores se esquivam de tocar em assuntos que envolvam a família da criança, com a intenção de não lhe provocar mais sofrimento, tal como em outras instituições. Assim, quando a criança demonstra querer falar sobre isso, a educadora endereça a conversa para a assistente social – *você chega nela e fala*. Mas, essa seria uma saída viável para a criança apenas se ela tivesse acesso livre à equipe técnica, o que não ocorre nessa instituição. Em alguns casos, já foi apontado que a psicóloga é chamada a intervir, mas qual será o grau necessário de sofrimento da criança para que essa convocação seja feita?

E como a criança não pode contar com adultos que se comuniquem com ela de forma aberta, honesta e respeitosa, como preconizam as normativas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), resta-lhe viver um tempo de espera.

Como apontado anteriormente, as separações, rupturas, o abandono e o acolhimento são circunstâncias que poderão ser elaboradas e superadas, caso a criança receba ajuda. Por outro lado, viver nesse estado de espera permanente, submetidas a inúmeras dúvidas e incertezas, pode ser altamente prejudicial à criança (Dolto, 1989<sup>42</sup> *apud* Bernardi, 2010b, p. 101).

### **No abrigo institucional Lírio...**

Nesta instituição, de acordo com a assistente social, recorre-se à palavra para tentar tranquilizar a criança, dando-lhe algumas informações que são pertinentes ao momento e à situação. Mas, isso não é feito para todas as crianças.

Valentina: [...] *Quando a criança é maior, então, quando chega, na maioria das vezes, muito assustada, geralmente a gente primeiro vem com elas aqui<sup>43</sup>, ou no outro espaço (sala da equipe técnica), e começa dizendo que elas vão ficar aqui por um tempo, que aqui é um espaço que tem outras crianças, que eles vão para uma escola nova. A gente tenta deixá-los mais tranquilos [...].*

Pesquisadora: Vocês dizem porque eles estão aqui?

Valentina: *Dependendo da idade, sim. [...] é uma situação difícil [...] Quando as crianças entram, a gente tenta dizer, de acordo com o entendimento deles, porque eles estão aqui. Tem alguns que a gente não diz, porque não consegue dizer: “Olha, vocês vão ficar aqui um tempo”.*

Pesquisadora: Não diz porque não consegue dizer?

Valentina: *É. Por exemplo, [...] eu acho que depende da idade. Tem uma criança, por exemplo, de 4 anos que tem bastante dificuldade, problemas neurológicos e a gente não diz, porque a gente não sabe dizer. A gente não sabe explicar se ela vai ter um entendimento ou não. A gente acabou conversando com os dois maiores e*

<sup>42</sup> Dolto, F. (1989). *Dialogando com crianças e adolescentes*. Campinas: Papirus.

<sup>43</sup> Sala localizada em um prédio separado e independente do abrigo, no mesmo terreno, porém com entradas diferentes. Nessa sala, há uma estante com livros infantis, um computador e uma mesa com cadeiras. Essa sala era usada pela equipe técnica para reuniões e outras atividades. Já as crianças, a utilizavam para fazer lição de casa ou outras atividades lúdico-pedagógicas.

*com ela não e ela foi ficando. Isso acontece, mas, na medida do possível, quanto maior for a criança, a gente tenta dizer, falar a verdade. Não com as palavras... Enfim, a gente tenta falar a verdade: “Não, sua mãe não vai vir aqui [...] hoje e a gente não sabe se ela vai vir”, né? A gente tenta dizer. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

É interessante notar que não depende só da idade, ou maturidade, da criança, tal como já mencionado pelas profissionais das outras instituições. Há também um importante reconhecimento de que falta habilidade aos profissionais para compreender e lidar com crianças em diferentes fases do desenvolvimento, com potencialidades e dificuldades diversas.

A psicóloga Fernanda complementa:

Pesquisadora: Mas o que é dito para essa criança? Vocês conversam [...], assim, para explicar?

Fernanda: *Não. Elas já estão dentro do abrigo. A gente faz uma apresentação que é dito, mais ou menos, assim: “Você vai ficar um tempo aqui, né, até sua família se organizar, a gente vai ver o que aconteceu”. Normalmente, as crianças maiores. Para os bebês, não é dito nada.*

Pesquisadora: Maiores de que idade, vocês procuram conversar, explicar?

Fernanda: *Acho que com 3, 4 anos [...]. Na verdade, acho que não é dito muita coisa, é mais uma enrolação, que acho que tem muito mais uma angústia nossa, maior do que das crianças, assim: “O que eu vou dizer? Vou dizer que a mãe abandonou, que os pais não... [...]?”. Normalmente, a gente acaba dizendo as coisas que a gente sabe ou que pode dizer, mas não há explicação assim muito fundamentada ou sistematizada: “Oh, a criança chegou, então, vamos conversar”, não. Elas são mais largadas lá.*

Pesquisadora: Por que é do jeito que é?

Fernanda: *Não sei. Acho que ou a gente nunca parou para pensar nisso ou a gente tá ali na rotina com as outras crianças e a gente: “É mais uma!” [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).*

Fernanda: *Acho que a gente nunca parou muito para pensar, nunca teve tanto cuidado para receber as crianças, né. A não ser quando a criança [...] chega chorando muito, ou fica muito assustada, aí, normalmente, essas a gente acaba ficando mais tempo lá, conversando, observando mais, mas se a criança chega, não pergunta, já vai ver como é que é, tal, a gente acaba muitas vezes não dizendo nada. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).*

Fernanda fala da angústia do profissional e da falta de sistematização, de reflexão sobre o que e como conversar com a criança (outro trecho de entrevista no Anexo BU). E, como consequência, a criança é *largada* na instituição aos cuidados das educadoras, muitas vezes, sem que nada lhe seja dito. Exceções acontecem quando as crianças demandam atenção maior, externando reações que mobilizam mais os adultos.

E, mesmo no decorrer do acolhimento, não é uma prática frequente escutar e conversar com a criança.

Pesquisadora: A criança é ouvida?

Fernanda: *Para saber se ela quer receber a visita?*

Pesquisadora: Essa criança não é ouvida, não é chamada para conversar, para saber a versão dela, saber o que aconteceu, o que ela tá pensando?

Fernanda: *É, acho que mais os adolescentes, as crianças maiores, de novo. Os menores, que têm umas coisas mais, assim, da fantasia, a gente acaba não ouvindo. Ou, então, às vezes, a gente até pergunta como é que foi, o que aconteceu, mas não é uma prática. A gente conversa, mas não determina muito a nossa decisão, o que a criança diz.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Conversar e ser ouvido parece ser, realmente, um privilégio das crianças maiores (acima de 4 anos) e dos adolescentes. A psicóloga diz que o objetivo é buscar a verdade, uma vez que as *fantasias* não são ouvidas ou são, simplesmente, desconsideradas.

Para Rossetti-Ferreira, Solon e Almeida (2010), “as crianças constroem, através de experiências narrativas com o outro, no dia a dia, seus próprios significados sobre o mundo e sobre si e se relacionam com o mundo a partir desses significados”. Isso quer dizer que é na interação com os diferentes parceiros de conversa que a criança cria suas narrativas, o que faz com que elas não sejam homogêneas. Assim, não revelam uma “verdade”. Por isso, é fundamental que o adulto considere que “as conversas com as crianças não devem servir para estabelecer sentidos de verdade” (p. 63-64).

Considerar uma única verdade sobre a história da criança desconsidera “a multiplicidade de sentidos que se constrói com relação ao passado e à identidade, a cada momento da vida, com diferentes interlocutores e em cada contexto”. Então, criar e disponibilizar espaços e oportunidades variadas para a criança ou o adolescente poderem conversar sobre eventos de sua vida é fundamental (Rossetti-Ferreira, Solon, & Almeida, 2010, p. 64).

E, da mesma forma, a intenção de “ouvir” a criança não pode ter como objetivo único ou principal a coleta de dados. O “ouvir” a criança deve ser acompanhado de um engajamento em uma conversação com ela, colocando-a numa posição de reflexão sobre a sua vida. Nesse processo, a criança e o adulto constroem o percurso da conversa (Rossetti-Ferreira, Solon, & Almeida, 2010).

E as educadoras?

Sílvia conta que as crianças maiores costumam fazer perguntas, mas, na ausência *de um trabalho*, conhecimento, argumentos, informação, conta que as educadoras sentem-se *perdidas*.

Sílvia: [...] porque eles perguntam, os maiores, que a mãe vem visitar, eles perguntam.

Pesquisadora: Maiores de quantos anos?

Sílvia: [...] com 10, [...] 7, [...] 4, [...] os que já entendem mais, eles perguntam.

Pesquisadora: [...] E o que vocês falam?

Sílvia: *Aí, eu falo: [...] “Você vai voltar, você vai estudando direitinho, vai se comportando”. Porque eles sabem que é o juiz, isso eles sabem. *Aí, eu falo tudo isso: “O juiz fica sabendo se você tem bom comportamento, você vai ver, logo você volta para casa”. Assim que a gente consegue trabalhar, porque, nessa parte [...] todas as monitoras ficam meio perdidas. Nessa parte, a gente não tem um trabalho. Para gente, já fica mais difícil.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).*

E despreparada, na conversa com a criança, Sílvia vincula a possibilidade de voltar ao convívio familiar ao bom comportamento. Numa total inversão de papéis e responsabilidades, a criança é responsabilizada/culpabilizada pela permanência na instituição. E, assim, é inserida numa lógica que pode trazer consequências negativas ao seu desenvolvimento, uma vez que, por mais boazinha que tente ser, nunca o será suficientemente para mudar sua condição, já que em nada depende dela.

Embora, nessa instituição não ofereça espaço suficiente para a palavra e para a escuta da criança, existe um reconhecimento de que há, por trás disso, um não saber e uma angústia por parte dos profissionais. Esse reconhecimento pode possibilitar alguma abertura para reflexões sobre o assunto e talvez para alguma mudança. Um posicionamento contrário a esse poderá ser observado na instituição a seguir.

### **No abrigo institucional Rosa...**

A coordenadora Lara é bastante explícita, ao assegurar que nada é dito para a criança, ao chegar na instituição.

Pesquisadora: E o que é dito para a criança, Lara?

Lara: *Nada. Naquele momento não é dito nada. A gente apenas acolhe porque a criança está assustada, ela tá chorosa, ela tá arredia. Então, assim, não é nem momento de falar. “Aí você vai conhecer um monte de amiguinho, vai conhecer uma casa legal, bacana”. Não é falado nada, então, assim, a gente não tenta absolutamente falar nada.*

Pesquisadora: Não entendi. Você falou “aí vai ter uma casa legal”, isso fala ou nem isso?

Lara: *Isso fala. A gente não fala nada do porquê ela está aqui. A gente faz o acolhimento, acolhimento afetivo, acolhimento de distração, aquela coisa para que ela se sintá... “Não precisa chorar, vamos tomar um banhinho” [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Tal como já apontado anteriormente (ver Fluxograma 28 - Acalmar e distrair a criança), o objetivo é oferecer um *acolhimento de distração*.

As Orientações Técnicas (2009e) esclarecem que é preciso conversar com a criança. Aponta, porém, que devem ser conversas (no plural) e que não precisam acontecer imediatamente após a chegada. Todavia, salienta que um acolhimento personalizado e de qualidade não deve primar pelo silêncio e nem negar a realidade de cada criança. O adulto deve mostrar-se disponível para conversar, mantendo postura receptiva, respeitosa e acolhedora.

Ao não dizer nada à criança, percebe-se que a intenção é poupá-la por causa do estado emocional em que se encontra - *assustada, chorosa e arredia*. Possivelmente, essa conduta não considera que esses sentimentos e reações, apesar de serem bem prováveis e até saudáveis perante as mudanças e separações que a criança está vivenciando (mesmo que necessárias), podem ser potencializados pela insegurança provocada pelo desconhecido. Guará (2006) diz que a incerteza em relação ao futuro desequilibra o presente e pode fazer emergir reações de emudecimento, agressividade e revolta.

Na fala a seguir, fica ainda mais evidente que a intenção das profissionais é promover o cuidado da criança:

*Beatriz: [...] a partir do momento em que entra aqui, a gente tem a intenção de que ele seja cuidado e se o cuidado dele depende de não tocar naquilo que o machuca, ou faz lembrar o acolhimento, de onde ele tá vindo, então a gente não toca [...].*  
(Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

A partir dessa fala, Beatriz afirma que, com a intenção de cuidar da criança, evita-se tratar de assuntos que possam “*machucá-la*” ou fazê-la lembrar de seu contexto de origem. Mas, se há algo que a machuca, em sua história, essa criança não estaria precisando de ajuda para elaborar e superar aquilo que causa a dor? Supor que há algo que poderia fazê-la lembrar de sua história é, ao mesmo tempo, supor que a criança seria capaz de esquecer sua origem e seu passado, pelo simples fato de não ter com quem conversar sobre eles. Vidigal (2006) argumenta que, no passado dessas crianças, há, frequentemente, situações difíceis de elaborar, e que, portanto, não adianta simplesmente silenciá-las, pois deixam marcas. É preciso encontrar diferentes meios para que a criança se expresse.

A psicóloga Lia fala sobre os receios e cuidados que permeiam as conversas com as crianças.

*Lia: [...] a gente tem que tomar cuidado, porque eu não sei se vai ter possibilidade de essa criança voltar para essa família, então não posso gerar uma expectativa nela [...], então a gente tenta não ficar focando muito nisso. A gente tenta acolher e mostrar, fazer o melhor para ela, aqui, estar junto com as outras crianças e*

*oferecer tudo o que ela precisa na faixa etária dela, não ficar ressaltando muito essa questão porque a gente está nesse processo de investigar, de avaliar, de fazer os relatórios para a gente saber se vai ter possibilidade ou não. Se não tiver, a gente já vai encaminhando para um outro lado, de evitar ficar falando, ou estar explicando mesmo as várias possibilidades e tentar trabalhar[...]. Por isso que, nesse começo, tem que tomar esse cuidado, se eu ficar focando muito na questão da mãe, eu vou gerar uma expectativa e pode ser que isso não seja viável, que não vá acontecer [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

É evidente e legítimo o cuidado que se procura ter para que a criança não crie expectativas falsas em relação ao seu possível destino (outro trecho de entrevista no Anexo BV). Porém, expectativas existirão sempre e, talvez, o fato da criança não ter oportunidade de conversar sobre essas possibilidades tenha efeito contrário ao pretendido. O papel dos profissionais do acolhimento é exatamente ajudar a criança a elaborar e balizar suas expectativas.

Outros pontos são interessantes, na fala da psicóloga. Ela diz que a instituição busca *oferecer tudo o que a criança precisa* (outro trecho de entrevista no Anexo BW). Percebe-se a intenção de atender adequadamente as necessidades da criança. Mas, será possível e mesmo desejável oferecer *tudo* à criança? Essa colocação faz lembrar Marin (2010), quando menciona a tentativa das instituições de se colocarem como substitutas totais da família, negando a falta vivida pela criança. A autora ressalta, então, que onde não há espaço para a falta, não há desejo. E, conseqüentemente, pode-se inferir que onde não há desejo, há a mortificação do eu. Tal como aponta Goffman (2010), essa mortificação pode ser interessante para a instituição, pois possibilita “maior controle da vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos” (p. 48), uma vez que perdem sua própria identidade e passam a cumprir as ordens institucionais sem tanta oposição.

E, por último, numa instituição que, frequentemente, se vê diante da difícil tarefa de acolher crianças em condições emocionais e físicas muito comprometidas, corre-se o risco de desenvolver uma postura pouco acolhedora em relação à família. Pode-se inferir isso a partir da fala que menciona que a equipe técnica se propõe a *investigar, avaliar e fazer relatórios* sobre a família, em vez de acolhê-la, compreendê-la e ajudá-la. É muito provável que isso também seja feito, no entanto, chama-se atenção apenas para a delicadeza dessa questão. Isso porque o posicionamento que se assume perante o outro, sem mesmo perceber, influencia a relação.

E, assim como nas outras instituições, nos trechos abaixo, as profissionais dizem que, para obter algumas informações, é preciso que a criança pergunte.



Beatriz: [...] No ato do acolhimento [...] é novo para a gente, é novo para eles. [...] Nem promessa e nem tocar muito no assunto. Se ele perguntar, a gente procura: “A tia vai ver e depois a gente conversa. Agora vamos brincar, tem tal coisa” [...]. Depois de um momento, ele vai ver o que acontece no abrigo, de alguns pais vir visitar algumas crianças, então, às vezes, vai vir a pergunta: “Eles não vão vir? Cadê meu pai e minha mãe?” [...]. Ou, então, assim: “Eu não quero ficar”, às vezes, quando vê o desligamento [...]. Então, a gente explica, chama para conversar, de uma maneira um pouco menos formal para uma criança [...] “Você sabe por que você veio aqui? O que tava acontecendo? Tava acontecendo alguma coisa na sua família? Sua mãe e seu pai...”. Faz tudo com muita cautela [...]. Então, nessas conversas, a gente tem, aqui, com a porta fechada, para saber um pouco mais da família, do que a criança pensa que ela tá fazendo aqui. [...] Aí vai surgindo e a criança, quando ele começa a conversar, daqui a pouco, vai contando, né. Então, é a partir daí que a gente sabe o que a gente pode falar, o que não pode [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Lara: [...] Porque, na verdade, a criança [...] principalmente nessa idade, a gente tem que responder aquilo que eles perguntam, não tem que ir além daquilo que eles perguntam. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Nota-se, mais uma vez, que o imperativo é distrair a criança e apenas dar-lhe informações, caso pergunte. A *cautela* para proteger a criança é novamente enfatizada. Ressalta-se, porém, que ser informada e ouvida são direitos da criança, garantidos pela legislação (Brasil, 2009a). E, portanto, é dever do adulto assegurar-lhe tais direitos, o que também é proteção. Nesse sentido, a criança que não pergunta também precisa ser protegida.

Beatriz: A nossa explicação é que aqui é um lugar, por exemplo, que as crianças vem porque tinha alguma coisa acontecendo em casa que não tava sendo correta, não tava acontecendo as coisas como tem que acontecer e vem aqui para a gente cuidar delas enquanto tudo se resolve.

Pesquisadora: E isso é dito para todas ou para aquelas que, de alguma forma, isso é perguntado?

Beatriz: [...] Quando é perguntado. O que a gente procura falar sempre é que aqui é um lugar onde vai cuidar deles e que existem algumas regras. A gente fala que tem horário para tomar banho, tem horário para comer, para dormir, para brincar, tem horário para tudo. [...] Agora, do acolhimento em si, da instituição, é mais para aqueles que perguntam. E, até nessa faixa etária, não tem muito. Pode ter entendimento da situação lá em casa, mas não tanto do “porque saí da casa dos meus pais e vim para cá? O que que é aqui?”. Então, de repente, na cabecinha deles, é uma escolinha. Não sei, mas para os maiorzinhos [...], eu posso falar que é de 6 para cima, a idade, que acontece essas perguntas [...]. A gente fala: “Calma, você vai ficar aqui, a gente não sabe o tempo ainda, mas tem passeios, as tias cuidam de você, você tem comida, brinquedo. Tudo o que você precisa você tem, então, tem que esperar um pouquinho”. Alguns, maiores, a gente fala assim: “Olha, é o juiz que vai determinar o que vai acontecer com você, mas, enquanto isso, a gente está aqui para te ajudar no que você precisa”. Então, isso depende muito mais da pergunta da criança, aí a gente explica de maneira sutil. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

A partir deste e dos demais trechos, pode-se concluir que algumas informações são fornecidas à criança quando há a formulação de uma pergunta. Parecem estar ausentes, no

entanto, aquelas que contextualizam para a criança o papel da instituição, da rede e de sua família, em relação ao que será feito para que seu direito à convivência familiar seja restabelecido. E, posicionando-se como uma instituição toda, completa, onde nada falta, salientam para a criança que tudo de que precisa lhe é oferecido e que, portanto, é desejável que permaneça calma à espera de uma resolução que parece depender apenas do juiz.

Constata-se, também, que a instituição de acolhimento é definida para a criança como um lugar de cuidados. Todavia, em consonância com sua função implícita (ou nem tão implícita) de contenção social, são, realmente, enfatizados as regras e o *horário para tudo*. Certamente, é importante que a criança conheça as regras da instituição, mas por que enfatizar logo na chegada?

Para Goffman (2010), a instituição, ao fazer com que as pessoas se movimentem em conjunto, cumprindo o que é exigido, permite maior vigilância e controle por um pequeno grupo dirigente. Além disso, nesse contexto, as mínimas atividades de uma pessoa podem estar sujeitas a regulamentos e julgamentos, o que faz com que sua vida seja “constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima, sobretudo durante o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto” (p. 42). Sob essas condições, num contexto em que há uma tendência a multiplicar as regras que são ativamente impostas, “violenta-se a autonomia do ato” (p. 42), o que serve também para mortificar o eu.

O uso da disciplina no contexto institucional, tal como descrito por Foucault (2009), por meio de métodos que possibilitam o controle do tempo, das atividades e dos corpos, traz em si uma lógica de “sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (p. 177). Impõem-se, assim, uma relação de poder, na qual se busca a docilidade dos que estão a ela submetidos – no caso, as crianças.

No entanto, as normativas europeias (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006), provavelmente, contrapondo-se a essas características típicas das instituições fechadas, que obrigam a criança a se adequar à organização e ao funcionamento da instituição, asseguram que o lugar de acolhimento deve adequar-se às necessidades, à situação de vida e ao meio social de origem da criança, a partir de um esforço consciente.

A psicóloga traz outros elementos importantes:

Pesquisadora: [...] Como é o seu contato com as crianças, você tem conversas com elas ao longo do acolhimento ou é quando, de alguma forma, elas mostram que querem conversar?

Lia: *Acho que tem que tomar bastante cuidado com o trabalho do psicólogo num abrigo para não ser o trabalho como numa clínica [...].*

Pesquisadora: Mas, em relação ao processo, como está o andamento, a questão da história dela, o que vai ser dela?

Lia: *Como assim?*

Pesquisadora: Da história de vida mesmo. Do que já passou, do que vai acontecer?

Lia: *Esse estudo que eu e a assistente social já fazemos [...].*

Pesquisadora: Mas como é a participação da criança?

Lia: *Da criança? A gente já conversa com a criança, né, [...] a gente tenta coletar mais dados para saber da família, os relatos da família, mas a criança traz o lado dela, a gente tenta verificar se há verdades [...]. Depois de algum tipo de agressão que ela está sofrendo, se demonstra algum tipo de afeto, [...] se a criança fala da família ou não [...]. Então, tudo isso a gente vai observando e vai olhando dentro do Plano (PIA), que é o guia que a gente faz assim que a criança chega; tem questões para esse ponto; qual é a opinião da criança sobre a opção do acolhimento.*

Pesquisadora: E como vocês colhem isso?

Lia: *Conversando com a criança, nos atendimentos aqui mesmo, nos atendimentos à criança, que a gente vai observando tanto o comportamento dela, se ela sente falta da família, o que ela expressa, que sentimentos ela expressa, vê também como está se comportando e conversando [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Talvez por dificuldade da pesquisadora em formular e reformular a pergunta, percebe-se que a psicóloga não a compreende inicialmente. Todavia, nota-se que, esquivando-se de atuar numa vertente psicoterápica, a qual realmente não seria sua função, ela parece focar a coleta de dados no seu contato com a criança, buscando, inclusive, *verificar se há verdades*. Tal postura já foi observada e discutida anteriormente em relação às instituições Hortêncina e Lírio.

E a educadora?

Camila: *[...] a história deles não são passada para a gente [...]. Então, não tem como eu falar para a criança. Então, [...] eu sempre falo quando é menorzinho que, às vezes, a gente sabe que lá fora vinha de uma vida mais livre, eu falo: “Olha, quando você pôs o pezinho aqui dentro, a gente vai fechar a porta lá fora, daí a gente vai viver só aqui, porque a tia não sabe responder às coisas de lá. Então, vamos brincar, conversar, pular, aproveitar o tempo, que isso vai fazer parte da vida e vocês, um dia, mais tarde, vai voltar para a casa, mas teve um momento legal aqui”. [...] Teve uma acolhida boa, teve escola, temos passeios, né, então, vamos esquecer o passado.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Pela frequência e intensidade de contato da educadora com a criança e, conseqüentemente, a possibilidade de intervir nos momentos de choro, de alegria, de perguntas, de brincadeiras, faz dela, na maioria das vezes, um adulto de referência. Essa posição exige que esse profissional tenha informações sobre a história da criança e, sobretudo, faça prévia e continuamente discussões dos casos com a equipe técnica (Elage, 2010).

Todavia, o que se observa no trecho acima, é que isso não acontece. E, sem ter informações sobre a história da criança, a educadora não tem o que falar. Aliado a isso, encontra-se a proposta da instituição de oferecer um acolhimento de distração, que muito pouco pode atender às necessidades da criança. Então, o que, afinal, está sendo considerado como uma *acolhida boa*? Viver somente a realidade institucional e esquecer o passado?

Em outro trecho, a educadora Camila fala mais sobre a dificuldade da criança elaborar suas vivências quando não pode contar com a ajuda de interlocutores que se comuniquem com ela de forma aberta, honesta e respeitosa (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

*Camila: [...] esses tempos, a gente recebeu uma menina que falava muito da mãe. E ela, eu não sei se ela criou uma história na cabeça dela, porque, às vezes, eles imaginam muita coisa diferente do real, do que tava vivendo na casa: “Minha mãe foi no shopping, e ela passou aqui e me deixou aqui”. Quer dizer, parece que a criança está num passeio e a mãe veio e deixou ela aqui, sei lá, e não voltou mais. Daí, a gente: “Ah, um dia ela volta!”. E a gente não pode ficar botando coisa, esperança que vai ver e, de repente, nunca mais vê. E se vai para uma adoção? Então, a gente não fala muito de mãe aqui, não. Às vezes, eles até substituem essa mãe aí pela gente, sabe? Tem criança que se identifica com aquela tia, começa a chamar de mãe. A gente fala assim: “Eu não sou sua mamãe, sou a tia tal”, porque a criança também não pode trocar uma coisa por outra. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).*

Esperar por uma mãe que nunca volta e de quem não se pode falar, ou tentar substituí-la por uma *tia* que não é sua tia, pode ser muito confuso e angustiante para a criança.

Marin (2010) fala sobre a criação de uma situação ilusória, por meio da qual busca-se imitar, no contexto institucional, as relações familiares. Assim, qualquer pessoa que se aproxime da criança passa a ser chamada de tia e, algumas vezes, educadoras chegam a ser chamadas de mãe. Nessa lógica, os adultos, tentando se fazer de substitutos dos pais e familiares da criança, esquivam-se de falar sobre eles.

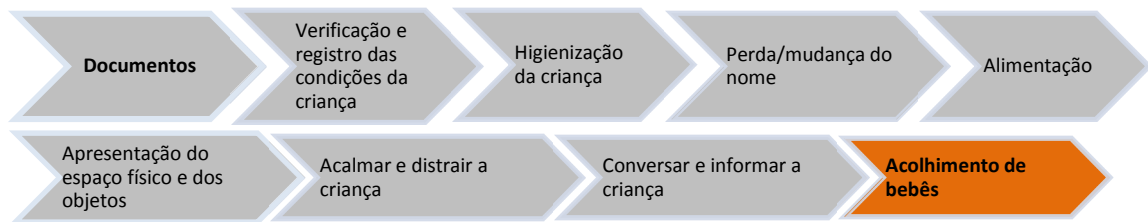
Elage (2010, p. 35) chama a atenção para a necessidade de os profissionais terem “clareza da importância do que é dito à criança”, bem como de tratarem eticamente sua história, para que possam ajudá-la a dar sentido às suas vivências.

Desta forma, constata-se que a prática de conversar e informar a criança honestamente, em maior ou menor grau, dependendo da instituição, ainda é insuficiente. Será mesmo que se pode dizer que o que está sendo oferecido a ela é acolhimento?

Para Bernardi (2010b), as ações básicas que fazem parte do acolhimento inicial estão organizadas em três eixos: a **recepção** (recebimento da criança ou adolescente; conferência de documentos e pertences; registro da entrada na instituição; e encaminhamento para os atendimentos de entrada, como conversa, banho, alimentação, cuidados para a acomodação inicial no abrigo); **acolhimento** (explicação sobre a natureza e as razões do acolhimento; ações voltadas ao acolhimento, apoio e escuta; informações sobre o que pode ocorrer nos primeiros momentos; explicações sobre o que a criança queira ou precise saber); **integração** (apresentação das pessoas, do espaço físico, da rotina institucional e de possíveis atividades em que queira participar).

Conclui-se, portanto, que a recepção e a integração da criança estão sendo feitas em todas as instituições. No entanto, os dados desta pesquisa mostram também que, na chegada da criança, os aspectos que dizem respeito, especificamente, ao acolhimento, tal como definido por Bernardi (2010b), merecem ser revistos.

O **acolhimento de bebês** merece uma reflexão à parte (Fluxograma 30).



**Fluxograma 30** – Acolhimento de bebês.

Há profissionais que consideram o acolhimento de bebês mais fácil. A assistente social Simone diz, inclusive, que isso se deve ao fato de o bebê não ter *noção do que está acontecendo*. Mas como afirmar isso?

Simone: [...] *é difícil, esse momento. A chegada é o pior momento, a não ser se for bebê, daí, não tem muita noção do que está acontecendo [...]*. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Beatriz: [...] *os bebês, eles chegam bem. [...]*. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Ana: [...] *os pequeninhos, é sempre mais fácil de lidar [...]*. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Nogueira (2011) diz que os bebês, ao serem acolhidos, possivelmente, à sua maneira, questionam-se: “Que luz é essa? Que lugar diferente é esse? Que cheiros e sons são esses? Quem são essas pessoas? Não reconheço o tom de suas vozes...” (p. 21). Ademais, a criança, desde o nascimento, se comunica, com o corpo, os gestos, as posturas, expressões faciais e vocalizações. Portanto, ela fala não somente com palavras (Carvalho, Pedrosa, & Rossetti-Ferreira, 2012).

Ferreira (2013), em sua pesquisa de mestrado, observa que, desde a primeira semana de vida, o bebê comunica seu incômodo ao outro com expressões faciais, vocais e corporais. Essa pesquisa pautou-se na análise de videogravações de um bebê que foi filmado em sua residência, no interior do estado de São Paulo, desde sua primeira semana de vida até os 12 meses. Percebeu-se, também, que as expressões são articuladas, seguindo uma sequência específica, conforme intensifica a manifestação de incômodo ou irritação do bebê: inicia com

o movimento corporal, acrescenta-se a expressão vocal e, depois, a facial, e o choro é o último recurso utilizado. Ao longo do primeiro ano de vida, a partir da interação com o(s) adulto(s) cuidador(es), essas expressões vão sendo refinadas, circunscritas e direcionadas. Será que os adultos, especialmente os que trabalham nesse contexto, estão sensíveis e preparados para perceber isso?

Por outro lado, há também profissionais que percebem o estranhamento e/ou sofrimento dos bebês:

Flávia: [...] *os menores choram muito [...]*. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Valentina: [...] *outros que [...] vieram pequeninhos, assim, com 1 ano, 1 ano e pouco, [...] eles estranham. Não querem ir com as pessoas, não querem dormir no berço [...]. Estranha a chupeta, a mamadeira, as pessoas. Chora muito [...]*. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: Como, normalmente, as crianças reagem?

Cássia: *Quando eles chegam? Não reagem bem, não.*

Pesquisadora: Mesmo os pequenos?

Cássia: *Mas as crianças, mesmo que não falem, eles sentem. Porque são pessoas que ele nunca viu, pessoas estranhas. Você chega com uma criança de 6 meses que já reconhece pai, mãe, conhece a família, então, você chega e pega ele nos braços, é claro que ele vai chorar, é uma pessoa estranha, nunca me viu na vida, é normal [...]*. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

As três profissionais demonstram bastante sensibilidade para perceber como essa experiência está sendo vivenciada pelo bebê. Porém, o que se observa é que o acolhimento de bebês é objeto, ainda menor, de reflexão e elaboração:

Lara: *Então, assim, a criança, de pequeninho, não tem nada para falar, de bebê.*

Pesquisadora: Pequeninho, você diz, bebezinho?

Lara: *Bebezinho, bebê. Não tem nada para falar.* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Beatriz: [...] *quando chega um bebê, a gente pega no colo e leva para o berçário, na companhia da enfermeira; tem uma técnica em enfermagem aqui. Então, aí ela vê os básicos: assadura, temperatura e tal. E, aí, a criança fica lá [...]*. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Adriana: [...] *eu acho que os maiores, eles se aproximam mais das atividades que eu faço.*

Pesquisadora: Maiores a partir de que idade?

Adriana: *A partir de 3 anos, porque os outros são mais os cuidados básicos e acabam ficando no berçário [...]*. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Fernanda: [...] *A gente faz uma apresentação em que é dito, mais ou menos, assim: "Você vai ficar um tempo aqui, até sua família se organizar, a gente vai ver o que aconteceu". Normalmente, as crianças maiores, para os bebês, não é dito nada.*

Pesquisadora: Maiores de que idade, vocês procuram conversar, explicar?

Fernanda: *Acho que com 3, 4 anos [...]*. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Assim, constata-se que as práticas de acolhimento voltadas para os bebês são especialmente empobrecidas (outros trechos de entrevistas no Anexo BX).

A primeira reflexão que se impõe é: quem é bebê?

Ao longo de toda a pesquisa, percebeu-se que há variações importantes nos critérios adotados para classificar quem é bebê, quem é criança pequena e quem é criança grande/maior. Assim, para algumas pessoas, bebê é a criança até 1 ano ou 1 ano e meio, mas, para outras, pode ser uma criança de até 3 ou 4 anos de idade. O que está sendo considerado?

Essa reflexão/discussão mostrou ser importante, pois somente será possível acolher com qualidade e atender às demandas de cada criança, se os adultos tiverem conhecimento sobre desenvolvimento infantil, bem como permanecerem sensíveis às especificidades e potencialidades da criança.

Se isso não existe, o acolhimento como um todo se esvazia, semelhante ao que se verificou nas escolas de educação infantil, cuja programação das atividades mostrou-se “pouco diversificada, rígida, presa a rotinas empobrecidas, levando à ociosidade e representando pouco estímulo a seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, cultural e social” (Campos, 2006, p. 98).

A psicóloga Angélica se emociona ao falar sobre a precariedade do acolhimento dos bebês.

*Angélica: Olha, Ivy, às vezes, até me emociono com isso, porque é uma coisa que me toca tão profundamente... É difícil falar disso sem me emocionar (olhos enchem-se de lágrimas). Eu sinto que os bebês são os mais prejudicados, em parte pela situação, do contexto que desencadeia o acolhimento e, em parte, pela forma como são cuidados. Existem alguns cuidadores que são muito inadequados, são muito inadequados e minha hipótese é que, na verdade, a gente esteja formando psicóticos ou, na melhor das hipóteses, sociopatas. Fico muito angustiada, muito [...]. As pessoas estão sempre muito preocupadas [...] com a higiene, com a comidinha, com o espaço limpo do berçário. E eu não estou preocupada só com isso. É claro que isso é importante, mas eu não quero que a criança seja tratada como produção em série, como se estivesse empacotando arroz, sabe assim? Precisa olhar, conversar. Eu estou preocupada com a construção psíquica dessa criança que, muitas vezes, não é valorizada [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

O que é necessário, para um bebê se desenvolver integralmente num espaço de educação e cuidado coletivo? Essa deveria ser a pergunta norteadora de qualquer serviço que se proponha a acolher bebês. Mas, embora seja fundamental, na prática, não há essa preocupação. Moura e Amorim (no prelo) mostram, com uma revisão sistemática de literatura, que há baixa produção de estudos que focalizam, especificamente, o bebê no contexto de acolhimento institucional. Apontam, inclusive, que na legislação e normativas

nacionais são poucas as vezes em que os bebês são mencionados. O mesmo acontece nas normativas internacionais analisadas (State of Alabama, 2000; International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE], 2006; State of New Jersey, 2008; United Nation, 2009; Texas Department of Family and Protective Services, 2010; State of Queensland, 2013).

Esse dado sinaliza a falta de cuidado e importância que se dá à proposta e metodologia de trabalho com bebês.

Um dos programas desenvolvidos pelo Instituto Fazendo História, que tem trabalhado com inúmeras instituições de acolhimento e redes de proteção, a fim de possibilitar que as crianças construam e transformem a própria história, foca o fortalecimento do acolhimento de bebês. Nesse programa, há o desenvolvimento de ateliês de sensibilização, com educadores, visando ao registro das histórias dos bebês em um álbum, além de promover espaços de reflexão e formação para os profissionais que os acolhem (Nogueira, 2011, p. 25).

Ainda em relação a esse programa, a proposta é destinar um educador de referência para cada bebê, que deverá não só cuidar dele, mas, também, exercer “a função de sustentá-lo uma imagem de si, como um espelho que revela suas reações e os efeitos de suas ações no mundo ao redor. A partir dessa posição, o educador confere ao bebê o caráter de sujeito singular, que age e convoca o outro junto de si” (Cuperman, 2011, p. 8).

Albano (2011) esclarece que cuidar pressupõe olhar e escutar o bebê; para isso, é preciso técnica para nortear a ação do educador, oferecendo-lhe princípios fundamentais, mas sem tolher o seu encontro com o bebê. Em suas palavras: “é importante que o adulto cuidador esteja disponível para o encontro, sinceramente interessado e atento às ações do bebê, ao que este mostra e comunica com seu corpo, e que responda de forma coerente a essas manifestações” (p. 42).

No entanto, algo bastante diferente disso, foi observado por Moura (2012) em sua pesquisa de mestrado. A pesquisadora realizou videograções, durante três meses, com foco em dois bebês (3 meses e 10 meses, respectivamente) acolhidos em uma instituição, localizada em uma cidade de médio porte no interior do estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa era apreender se existe o reconhecimento de pessoas preferenciais e interações afetivas, com indícios de vínculos afetivos. Dentre os resultados, observou-se que os funcionários não são muito responsivos à busca de proximidade com os bebês. E, embora outras crianças e bebês tenham se mostrado mais responsivos que os adultos, tais relações eram dificultadas pela organização do espaço e pelas concepções/normas institucionais, por



exemplo, ao deixarem as crianças em berços, carrinhos ou andadores, e ao não disponibilizarem objetos que pudessem mediar suas atividades e interações.

Qual a qualidade do acolhimento que está sendo oferecido aos bebês?

Angélica: [...] *Então, minha vontade, meu desejo profundo, era de ir lá (no berçário), de falar assim (para um bebê recém-nascido que havia chegado na instituição): “Olha, [...] você veio para cá porque sua mãe...”, contar a história. Era um bebê, mas eu queria fazer isso. Era um recém-nascido que tinha quase morrido no ponto de ônibus, foi o Samu que foi lá, que socorreu e porque terceiros ligaram, mas já tinha saído, já estava fora, estava quase cianótico quando chegou o Samu, quase morrendo, quando chegou o Samu. E a mãe ainda completamente noitada e tal [...]. Foi tudo muito dramático, por parte desse bebê, a gestação dele e essa ruptura, sem nada. Então, eu queria dizer: “Você se chama fulano de tal, você é muito bem-vindo aqui”. Eu queria fazer isso, mas não consegui porque eu tinha um prazo para entregar aquele PIA [...] e a minha pressão foi essa. Aí, consegui, minimamente, sensibilizar os cuidadores, liguei na casa: “Olha, faça isso, por favor, diga para ele”. Levei o caso para a supervisão, aí, na supervisão, a psicanalista me ajudou assim: “Olha, é preciso que ele seja maternado, que ele seja acolhido, colocado no colo, que ele sinta a temperatura, que ele ouça voz porque essa criança viveu uma experiência de morte muito forte, logo que nasceu”. Aí, a gente pode ir construindo um cuidado super bacana, assim, que eu acredito, que eu sei que é importante, mas eu não consigo fazer isso com todos [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica fala de sua vontade, que não pôde ser concretizada, de acolher o bebê recém-nascido também através da palavra, narrando-lhe sua história e dando-lhe boas-vindas. A partir de sua intercessão e da supervisora, os demais profissionais foram sensibilizados, o que parece ter feito diferença no acolhimento desse bebê. O trecho demarca a necessidade de que essa sensibilização e esse trabalho em equipe sejam oportunizados e contínuos para que os bebês e as crianças, bem como suas histórias, não se percam na rotina institucional, ou melhor, não se tornem invisíveis, tal como chamam atenção Moura e Amorim (no prelo).

Como já mencionado anteriormente, para Dolto (2003; 2005), é necessário narrar e explicar à criança sua situação, não importa sua idade e habilidade para responder. Segundo Cuperman (2011): “Dizer a verdade sobre a vivência ou sobre uma história não é apenas preencher um vazio, mas também reenxertar o sujeito em sua própria história, explicitar e tornar mais verdadeiro algo até então confusamente sentido” (p. 85). Nesse sentido, a autora sinaliza que o bebê, recém-nascido, traz consigo uma memória que, mesmo não verbalizada, será expressa em seu corpo, por meio do choro, ausência de apetite, doenças crônicas, etc. Assim, falar com o bebê sobre fatos importantes de sua história, oferecendo-lhe uma versão sobre o porquê de seu acolhimento e garantindo-lhe um lugar singular de cuidado e proteção, contribuirá para que, mais adiante, a criança possa elaborar e construir sua própria versão a respeito de sua vida (Cuperman, 2011).

Pires (2011) argumenta que: “Para que possa falar um dia sobre si, o bebê terá primeiro que ser falado por um outro. E nesse ponto resgatamos as indagações de muitas pessoas acerca do que se fala com bebês e do porquê de lhes falar se eles não compreendem o que lhes é dito” (p. 71).

As educadoras contam como costumam acolher bebês:

Pesquisadora: Você disse que conversa, a partir de que idade? Com quem você conversa [...]?

Cássia: *Converso. Eu converso com os bebês, eu falo "Bem-vindo". Falo que ele vai ser bem tratado aqui e converso assim mesmo. Também, assim, uma coisa que eu aprendi, sempre que uma criança chegar, eu abençoar "Seja bem-vindo, que Deus te abençoe, que você vai ser algo bom nessa vida...". Mesmo que seja bebezinho eu gosto de abençoar.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E você disse que vai mostrando cada parte do abrigo e tudo, a partir de que idade vocês fazem isso?

Sofia: *Quando vem bebezinhos...*

Pesquisadora: E bebezinhos você chama até quanto tempo?

Sofia: *Ah, às vezes vem direto da maternidade, a gente chama mais bebezinho até 1 mês, porque mais de um mês ele entende, tem gente que fala que não, mas a criança entende o que você fala, né. Você fala e eles ficam, já responde no olhar, no sorriso, muitos deles entram chorando e você chega brincando ele já dá um sorrisinho para você. Então, a gente desce conversando, lógico que a gente não vai fazer a mesma coisa que gente faz com uma criança maiorzinha, de um aninho, de 8 meses... acima de 6 meses, que já entende muita coisa, abaixo disso a gente vai conversando, assim, se for bebezinho, a gente vai, eu converso, pego no colo, vou mostrar para as outras meninas: "Olha quem chegou", "Ah, deixa eu pegar" [...], "Ah, chegou mais um para a gente!" [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Dentro das possibilidades das educadoras, percebe-se abertura para estar com e acolher os bebês. Nota-se, na fala da educadora Sofia, uma compreensão sobre a importância de introduzir e incluir a criança na linguagem.

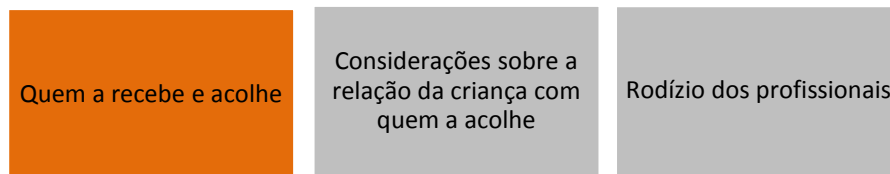
Todavia, isso ainda é muito pouco, perto do que, potencialmente, um educador pode e deve oferecer à criança. Há muitas formas de acolher, com brincadeiras, músicas, olhares, palavras e cuidado (Nogueira, 2011), mas, é preciso apoio, preparo, supervisão, planejamento, formação, tempo, estrutura e organização para pô-las em prática com intencionalidade e qualidade.

#### 6.4.4.4 Um acolhimento feito por adultos e crianças: “as crianças recebem melhor do que a gente”

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que há diferenças quanto a quem recebe e acolhe a criança, nas quatro instituições. Ora o protagonista é o adulto, ora são as crianças que já estão acolhidas.

Para melhor compreensão dessa dinâmica, os temas que serão abordados nesse tópico são: quem recebe e acolhe a criança; considerações sobre a relação da criança com a pessoa que a acolhe; e rodízio dos profissionais e seus possíveis efeitos para o processo de acolhimento. A seguir, é discutido o primeiro deles (Fluxograma 31).

##### Quem a recebe e acolhe?



**Fluxograma 31** – Quem recebe e acolhe a criança que chega.

##### No abrigo institucional Lírio...

Nessa instituição, a criança é levada inicialmente ao local em que fica a equipe técnica, que é separado da casa onde ficam as crianças.

*Valentina: [...] Às vezes, quando a Fernanda (psicóloga) está na instituição, a gente faz isso juntas. Geralmente, sou eu que faço, na maioria das vezes. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

Quem recebe a criança é a assistente social e a psicóloga, mas, sobretudo, a primeira (outros trechos de entrevistas no Anexo BY). Nesse local, os documentos são preenchidos e, às vezes, as técnicas conversam com a criança para passar-lhe algumas informações sobre o acolhimento (para mais detalhes, ver Fluxograma 29 – Conversar e informar a criança).

Logo em seguida, a criança é levada para a casa onde estão as demais e as educadoras.

*Sílvia: [...] geralmente, aquele plantão em que recebe, todo mundo recebe. Aí, na hora, todo mundo quer pegar. [...] A gente fica paparicando, a gente dá toda a atenção. A gente só não pode ficar muito tempo em cima porque também tem as outras crianças [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).*

Todas as educadoras parecem fazer parte do acolhimento, mas não são só elas. Foram vários os trechos em que as profissionais mencionam a participação das crianças no acolhimento daquela que chega.

Adriana: [...] na maioria dos acolhimentos, as crianças são muito acolhedoras. Elas sabem a dor do outro e elas dividem a roupa, o sapato, o pente: “Eu tenho um para ela, esse serve nela”. Principalmente se é pequenininha, vira boneca das meninas, vira a irmãzinha mais nova que nasceu. Isso é muito bonito, a referência que as crianças são para as que chegam. Isso é de admirar mesmo [...]. Às vezes, ela tem como referência uma outra criança e não um adulto [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Valentina: [...] Na verdade, as crianças acabam apresentando a casa, a gente tem uma das crianças que adora fazer isso. Então, ele apresenta todos da casa, diz onde vai ser a cama deles, onde vai ser o guarda-roupa deles, quais os brinquedos que eles podem brincar, porque tem os brinquedos que são dos bebês, então, os grandes não podem brincar e ele já explica todas as regras do abrigo [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Fernanda: São elas (as crianças que já estão acolhidas) que acabam fazendo, explicando mais o funcionamento da casa, o que pode, o que não pode fazer [...], vendo mais a reação das crianças, se fica triste [...], elas que acabam acompanhando mais essas reações iniciais.

Pesquisadora: Mas, acompanhando, em que sentido?

Fernanda: Observando e algumas repassam: “Oh, fulano está assim, fulano não comeu, fulano não dormiu, fez xixi na cama”, [...] ou se a criança tem algum hábito diferente, elas que acabam percebendo.

Pesquisadora: E por quê?

Fernanda: Não sei se: “Oh, eu já passei por isso, eu sei que isso é difícil, vamos ser amigos”, é uma relação de irmãos, assim, por mais que nunca tenham se visto. Eles se tratam como irmãos, mesmo [...], eles acolhem, chamam para fazer as coisas juntos, mostram as coisinhas deles, apresentam as pessoas, vão para a escola juntos [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Sílvia: [...] quando entra dentro da casa, eles já vem receber também. [...] Os maiores querem pegar. Ah, [...] se for um bebê calminho, [...] eles sentam, põe no colo e fica ali monitorando. Agora, se for chorão, a gente pede para que eles esperem a criança se acalmar. É aquela euforia toda. E depois vem a Laís, que é maiorzinha, o Henrique. Eles adoram ajudar quando é bebê, assim que chega.

Pesquisadora: Eles têm quantos anos?

Sílvia: O Henrique tem 10, a Laís também. [...] Eles entram no banheiro, querem ver: “Tia, deixa eu ver dar banho? Tia, deixa eu ajudar?” [...]. Os maiorzinhos entendem mais. Os menorzinhos, às vezes, nem liga. Você chega, apresenta, mas, para eles, tanto faz [...].

Pesquisadora: E quando chega uma criancinha maior?

Sílvia: Eles ficam contentes também, porque, eles querem levar para a salinha (de brinquedo). Os maiorzinhos querem brincar, às vezes, a criança não... quer chorar. E eles querem dar atenção, eles oferecem todo tipo de brinquedo, eles recebem bem. É bem bacana [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

As crianças que já estão acolhidas têm papel fundamental no acolhimento inicial (outro trecho de entrevista no Anexo BZ). Os quatro relatos anteriores sinalizam o protagonismo das crianças nesse momento, chegando a ponto das técnicas considerarem que elas acolhem melhor do que os próprios adultos. Mas, o que será que isso quer dizer? Será que

o acolhimento realizado pelas crianças consegue ser especialmente sensível e empático? Ou será que o acolhimento feito pelos adultos tem sido negligenciado e negligente? Não necessariamente a primeira situação exclui a segunda.

É fundamental ressaltar que o protagonismo das crianças não suprime o importante papel dos adultos e, possivelmente, os adultos têm muito o que aprender com as crianças. Mas, de qualquer forma, possibilitar que a criança que um dia foi acolhida se torne capaz de acolher, pode ser uma experiência significativa a ser vivenciada na instituição. E, pelo que a educadora relata, essa participação da criança é viabilizada, na medida em que se permite o envolvimento dela em diferentes atividades.

No entanto, será que, em meio ao acolhimento da criança que chega, as que já estão na instituição sentem ciúme?

Pesquisadora: Mas, [...] ao mesmo tempo, você percebe que tem um ciúme?

Sílvia: *Eles ficam [...]. Se for bebezinho, até que não, se for maiorzinho, sentem porque eles entendem que tem uma criança nova [...], que [...] está sendo tão paparicado. Isso já aconteceu [...] de uma criança que chega, eles ficam felizes e, ao mesmo tempo, com ciúmes.*

Pesquisadora: E o que eles fazem normalmente?

Sílvia: *Ficam em cima, não tanto da criança, ficam na gente. Aí, às vezes, querem colo, a gente pega um pouco. Às vezes, as meninas querem ver a gente dar banho e quer tomar banho igual; Elas querem que a gente arruma o cabelo [...], então a gente vai arrumar o cabelo ou, então, [...] experimenta uma roupa e tira essa mesma roupa várias vezes [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Fernanda: *[...] as próprias crianças vão meio que ambientando e apresentando. E as crianças recebem muito bem, [...] uns ficam enciumados, outros fazem uma parceria mais rápido, né. Eu penso que as crianças recebem melhor do que a gente [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Os sentimentos, por vezes, podem ser contraditórios. E, para algumas crianças, ter mais uma criança para dividir a atenção dos poucos adultos e dos amigos, além dos objetos e do espaço, pode não ser tão tranquilo – o que é uma reação saudável, pois pode sinalizar que a criança vinculou-se às educadoras e às crianças, por exemplo. Porém, a educadora Sílvia parece acolher bem as diversas reações das crianças.

### **No abrigo institucional Rosa...**

Nessa instituição, a criança também é acolhida, primeiramente, pela equipe técnica, na parte da frente da instituição, onde fica uma sala de recepção (que não é exclusiva para receber a criança), sala da administração e salas dos técnicos.

Sofia: *Quando a criança chega, quem recebe é, num primeiro momento, [...] é a assistente social, a psicóloga, que faz, aí chama a gente lá de baixo [...]. A gente*

*vem, aí elas apresentam a criança para a gente [...]. Daí, a gente sai com a criança no colo porque os pequenos geralmente sempre quer colo, e a gente vai [...] fazendo a apresentação para eles, sabe? "Ah, essa é a tia tal, é fulano tal [...]"*. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Depois dos procedimentos iniciais, a criança é encaminhada para a educadora do seu grupo de referência, que vem buscá-la.

As crianças de até 6 anos de idade ficam em uma casa separada das crianças maiores, embora estejam no mesmo terreno. E, ao chegarem onde as outras crianças estão, são apresentadas:

*Sofia: [...] a gente vai [...] fazendo a apresentação para eles, sabe? "Ah, os coleguinhas!". Os coleguinhas dão oi [...]. Então, aí a gente apresenta para as outras crianças, depois de apresentada ali, a gente vai cuidar da criança que chegou.* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

E qual a reação das crianças?

*Sofia: [...] Quando chega, as crianças pequenas já ficam tudo curioso: "Chegou, tia!" [...]. Aí, já começam a perguntar nome. "Tia, ele vai dormir onde?". Daí, a gente vai mostrar o bercinho que a gente já deixa preparado e os outros vêm atrás para ver onde vai pôr [...]. Se vem outra tia do berçário, eles já vão comunicar: "Tia, chegou fulano tal" ou, se não, "Chegou um bebezinho". Eles já querem levar lá no lugar...* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

*Camila: [...] os grandes, os maiores, que tem 5 anos, 6, que entende mais, eles fica esperando com alegria (a criança que está chegando). Sabe, às vezes, a criança chora, eles falam assim: "Não precisa chorar, eu também estou aqui". Entendeu? Ele consola o outro, né, que está chegando. "Ah, vai passar por isso, eu também passei". Então, [...] "meu irmão está aqui, minha irmã está no berçário", eles mesmo começa a contar a história. E é onde a criança sente-se bem, né, porque: "Ah, então, todo mundo está nessa situação, eu também vou superar".* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

As crianças contribuem ativamente, e de forma bastante empática, para o acolhimento daquela que chega (outros trechos de entrevistas no Anexo CA). Todavia, a coordenadora da instituição não tem a mesma percepção:

*Lara: Elas recebem natural e, assim, isso é até um pouco triste, para falar bem a verdade. Porque, para elas, é tudo normal, para qualquer criança que já esteve aqui por um tempo.*

Pesquisadora: Normal, você diz o quê? Estar aqui?

*Lara: Entrar a criança. A criança chegou, beleza, tal. Ninguém, assim, recebe aquela coisa. Não, assim, é a coisa mais normal do mundo para todas as crianças aqui. Muito raro alguém... Tanto que elas, as crianças, chegou, apresentou, chama para brincar como se a criança já pertencesse ao grupo. Não existe essa questão do vamos acolher, aí todo mundo fica em volta. Já entra normal, já começa a brincar normal, da mesma forma como eles receberam. Então, não tem essa situação... Para mim, acho um pouco triste.*

Pesquisadora: *Mas [...] o educador tem algum papel nesse sentido [...]*?

Lara: *Ah, sim. Não. Elas conversam: "Vamos acolher". É sempre falado: "Vamos acolher da mesma forma quando vocês vieram, ser amiguinho, ajudar". Então, sempre um, por exemplo, acompanha para mostra a casa. Isso é feito, mas é bem natural. Não é uma coisa assim de potencializar essa situação, entendeu?* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

De acordo com a coordenadora, para as crianças, é *normal* chegar outra e, portanto, não há um envolvimento significativo. Mas, por que seria diferente disso? A atitude das crianças, descrita por ela, parece ser bastante adequada em relação a uma criança com quem ainda não tiveram tempo e oportunidade de conviver e conhecer.

Ademais, é necessário que os adultos tenham conhecimento do seu papel no que diz respeito ao envolvimento das crianças no processo de acolhimento da que chega para que o viabilizem, o fomentem e o promovam, por exemplo, a partir de um trabalho efetivo de preparação das crianças (ver mais sobre esse assunto no item 6.4.3).

### **No abrigo institucional Hortência...**

Nessa instituição, a criança é recebida pelas técnicas e pela educadora, de maneira conjunta.

Manoela: *[...] A educadora daquele grupo, junto comigo e com a psicóloga, se ela não estiver, a pedagoga, que acolhe a criança. Se eu não estiver aqui, é quem está, mas se eu estiver, eu desço, [...]*. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Trata-se de uma casa adaptada, onde a separação das crianças se dá apenas em relação aos quartos e a equipe técnica fica alocada em dois cômodos que fazem parte da casa.

E qual a participação das crianças que lá estão?

Janaína: *[...] Normalmente, as próprias crianças vão perto também* (da criança que chegou e está chorando), *chamam para ver o quarto; essa parte do parquinho que a gente tem, as crianças mais velhas ajudam também.*

Pesquisadora: *Elas participam?*

Janaína: *Quando é bebê, são muito carinhosos; então todas querem ver o berço, pegar a criança, todas querem dar o mamá, então, é uma participação muito legal. Até a tia tem que falar: "Hoje, é a vez de tal pessoa ajudar a dar banho. Se não todo mundo quer, elas cuidam muito dos bebês [...]. E quando são do quarto, todo mundo fica sensibilizado, todo mundo ajuda, dá um espaço no armário quando não tem, divide algum brinquedo [...]. Eles se identificam.* (Janaína, Psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Manoela: *[...] eles ficam muito felizes quando chega, a criança se sente muito acolhida por todos [...]. Aí, uma criança já vai mostrando: "Olha o seu quarto", a própria criança mostra. A criança daquele grupo mostra as dependências da casa.*

Pesquisadora: *As próprias crianças meio que vão...*

Manoela: *Vão, vão. Com a educadora, mas a criança mais, sempre tem aquela mais falante, vai mostrando [...]*. (Manoela, Coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: As outras crianças que já estão na casa participam desse momento, da recepção?

Cássia: *Participam. Aquela que é dada. São aquelas crianças amorosas, que brincam, gostam de participar. Vai lá, conversa [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

As crianças também participam significativamente do acolhimento da nova criança (outros trechos de entrevistas no Anexo CB). No entanto, algumas demonstram um pouco mais de dificuldade para acolher mais uma criança.

Pesquisadora: [...] As crianças conseguem se integrar com facilidade com as outras [...]?

Yolanda: *Olha, algumas conseguem, outras não, não tão fácil [...], porque tem sempre uma ou duas no grupo que não interagem bem com a criança que chegou. Demora um tempinho, vem questionar algumas coisas, para, depois de muita conversa, aí, a gente faz o grupinho com eles, explicando a situação daquela criança e tudo [...].*

Pesquisadora: Então, vocês intervêm para facilitar...

Yolanda: *Para facilitar essa interação. Não é sempre, não é todos, mas tem aquela criança que não interage porque não gostou da criança, porque ele não quer se aproximar do estranho, porque é muito novo [...].* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

Cássia: [...]. *Mas, tem outras que não, que recebem até mal. É da pessoa. Então, quando são maiorzinhos, já falam: "Ah, porque vai ficar no meu quarto, vai mexer no meu guarda-roupa, eu não vou deixar ele mexer no meu brinquedo". Tem uns que são assim, outros não. Nós temos crianças aqui que são muito amorosas, que até ajudam a gente, outros não, são mais resistentes, não aceitam a chegada porque [...] quando chega outro: "Ah, não, ele vai tomar o que é meu. Vai ficar no meu lugar".*

Pesquisadora: Sei, e é feita alguma coisa, como vocês tentam lidar com essa situação?

Cássia: *A gente sempre trabalha com essas crianças, fala que [...] as crianças que vêm não vão pegar nada dele, porque eles não vão morar aqui, é só um tempo, até resolver a situação deles, é só um tempo [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Yolanda e Cássia dizem que algumas crianças *não interagem bem*, podendo receber *até mal* aquela que chega, mas essa é uma reação que parece ser compreensível na situação vivenciada por elas, em que muitos aspectos importantes para a criança são continuamente compartilhados com outras crianças como, por exemplo, a atenção dos adultos, brinquedos, amizades e o próprio espaço físico. E ter mais uma criança na instituição pode significar, ao menos num primeiro momento, rivalidade.

Brazelton e Sparrow (2006) falam sobre rivalidade entre irmãos. Dizem que a chegada de um segundo filho na família perturba todos os relacionamentos anteriores, constituindo-se importante desafio a ser administrado. Chamam a atenção para o fato de que, em nossa cultura (ocidental), “a atenção dos pais às necessidades individuais dos filhos tornou-se mais



importante do que valorizar sua habilidade de dividir e de aprender a viver juntos” (p. 17). E, em muitos casos, mesmo fomentando a competição entre os irmãos, os pais se inquietam com a rivalidade existente na relação entre eles. Embora os autores estejam se referindo à dinâmica familiar, é importante destacar o papel do adulto na mediação e construção das relações entre as crianças.

Vale refletir sobre a fala da educadora quando diz que a reação de receber *mal* a criança que chega é algo próprio *da pessoa*. Realmente, as pessoas são diferentes umas das outras e, como Brazelton e Sparrow (2006) dizem, há algo na relação entre as crianças que não está sob o controle ou a responsabilidade dos adultos. Porém, possivelmente, se a criança pudesse contar com espaços contínuos de escuta e conversa, nos quais tivesse oportunidade de expressar e elaborar seus sentimentos sobre seu próprio acolhimento e sobre a chegada de novas crianças, podendo planejar e se preparar para essa experiência, talvez esse momento fosse significado e conduzido de outra forma.

### **No abrigo institucional Tulipa...**

A criança é recebida pela pessoa responsável pela parte administrativa (apoiador técnico) e, em seguida, é acolhida por algum funcionário da instituição, que tanto pode ser o educador, como o pessoal da cozinha ou limpeza.

Pesquisadora: E como que é a chegada da criança [...]?

Heitor: *Quando a criança chega, [...] vai até minha sala, daí [...] faz as apresentações. Aí, [...] enquanto o pessoal da Vara vai preenchendo o cadastro, eu já vou conversando com a criança; a gente já procura, nesse momento, quebrar o gelo: “Olha, eu sou o tio Heitor”. Daí, eu procuro já brincar: “Que time você torce?”; “Corinthians”; “Não, aqui não pode ter corinthiano”, [...] a gente já começa essa brincadeira. Cumprimenta, sabe quando você toca assim? (Mostra um cumprimento com as mãos) Já vou, apresento o monitor. E os monitores, todo mundo, se sensibiliza nesse momento. Eu vejo, assim, que, realmente, é bem recebido[...]. Geralmente, tem certas pessoas, que já recebe naturalmente, [...] os bons funcionários. O pessoal da cozinha, eles vão, já conversam, mostra qual é a cama dela, já mostra: “Aqui é o banheiro, aqui é o quarto, seus colegas de quarto, você está com fome?” [...]. (Heitor – Apoio Técnico no abrigo institucional Tulipa).*

Heitor: *[...] Geralmente, tem monitor que é mais seco, tem monitor que é mais acolhedor [...], geralmente eu já peço para esse [...]. Tem uma funcionária que é notória! Eu gosto de pedir para ela porque [...] ela recebendo é ótima. Ela tem esse negócio de mãezona mesmo, entendeu? Eu gosto de pedir para ela, mas ela não está todo dia e ela é da limpeza. Então, [...] eu costumo pedir para esses que têm mais jogo de cintura, que se sensibiliza mais com esse momento. (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).*

Pesquisadora: Qual é a sua participação no momento de chegada da criança na casa?

Lourdes: *[...] a criança chega, primeira coisa, vai lá na secretaria falar com o receptor (apoio técnico) que seria, no caso, quem está de administrativo no dia ou, [...] na falta deles, [...] qualquer pessoa da casa livre ali, pode receber a criança*

[...]. *A minha participação é [...], não anotar os dados nada, eu pego a criança; primeira coisa, é oferecer uma comida e, dependendo do estado dela, ofereço um banho. Primeira coisa porque, às vezes, chega criança muito suja, muito judiada [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Quando possível, dá-se preferência para aquele que tem mais sensibilidade. Os técnicos não participam por estarem alocados em um local diferente e distante de onde ficam as crianças (para mais detalhes, ver item 6.4.1).

E as crianças que já estão na instituição?

Pesquisadora: E a criança pequenininha, vocês apresentam para as outras crianças [...]?

Lourdes: *Bem, acontece naturalmente. As crianças grandes têm curiosidade. Se eles estão por ali e veem chegando, eles vão no quarto, vão atrás: “Tia, chegou criança nova? Deixa eu ver?”. E os grandes, entre eles mesmos, quando é criança grande, eles falam: “Vem aqui que eu vou te mostrar seu quarto, vem aqui ver onde vai ser o quarto” [...].*

Pesquisadora: Isso com quantos anos, mais ou menos?

Lourdes: *A partir de 6 anos, 5, eles mesmos já vão, 7 [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia: *Eles [...] querem saber quem é, como chama e fica: “Quem é, tia? Quem é tia?”. Os maiores já vão atrás para saber, conversar, fica rodeando até puxar conversa. [...] se eles não chegam chorando muito, a gente já fala: “Vamos mostrar o refeitório!”. Aí tem sempre um que pega na mão e leva: “Olha, aqui é a cozinha.”, já leva no quarto: “Você vai dormir aqui”. A primeira coisa que eles levam é no quarto [...]. Depois, vai mostrar a casa toda, vai mostrar a cozinha, [...] mostra a televisão, onde brinca, aí [...] mostra a casa todinha [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

As educadoras falam que as crianças aproximam-se, curiosas, daquela que chega e que as maiorzinhas, a partir de uns 5 anos de idade, ajudam a apresentar a instituição.

O pedagogo João conta que o acolhimento feito pelas crianças é tão *bem-feito* que chega a ser melhor do que o dos adultos:

João: *[...] as outras crianças fazem esse acolhimento também, por incrível que pareça, eles se acolhem.*

Pesquisadora: Como, normalmente, as crianças reagem?

João: *Percebo que eles têm interesse de conhecer, de saber quem é, muitos deles perguntam por que está aqui. Eu percebo que talvez seja um reflexo do próprio acolhimento dele: “Eu passei por isso”. Pode ser que façam, inconscientemente, mas eles fazem isso bem-feito. Eles trazem: “Esse vai ser seu quarto, aquela é sua cama”. Se tem uma cama vazia no quarto, quando tem, eles já falam: “Olha, a cama está vazia, é sua”. Então, as próprias crianças parece que fazem isso melhor do que nós, eu acho.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

De acordo com João, talvez as crianças ajam até inconscientemente, no sentido de haver um reconhecimento e uma identificação com a situação, uma vez que passaram por ela.

E, há manifestação de algum outro sentimento ou reação, por parte das crianças que já estão acolhidas?

Flávia: [...] *se tem aquele que é mais apegado em você, não deixa chegar, ele vem e já senta no seu colo. Aí, você tem que dividir a atenção, tem que ter um jogo de cintura para cuidar do que já está e não deixar o outro que chegou se sentir também desprezado. Aí começa aquela briga [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E na chegada de uma nova criança, isso acontece? Digo de vocês terem que dar uma atenção maior para aquele que está chegando e despertar o ciúme dos outros.

Lourdes: *Acho que não [...] ou, eu não sei, pode ser que, pelo fato de eu estar lá há muito tempo, eu não tenha prestado atenção nesse sentido. Porque, às vezes, a gente está lá tão envolvida que não presta atenção, talvez eu não tenha prestado atenção nesse sentido, mas eu acredito que não tenha essa dificuldade não.*

Pesquisadora: Normalmente eles acolhem bem?

Lourdes: *Acolhem bem quem chega [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

As duas educadoras mencionam percepções bastante diferentes sobre a reação das crianças. Ou também é possível que as crianças sintam ou manifestem seus sentimentos de maneiras diferentes com cada uma delas. De qualquer forma, será que Lourdes tem razão, sobre o fato de que, ao atuar durante muito tempo nessa função, corre-se o risco de parar de *prestar atenção* nas crianças? Será que é o tempo que faz isso?

A psicóloga Angélica conta uma situação em que a criança chegou, mas mal foi notada, mesmo depois de dois dias na instituição.

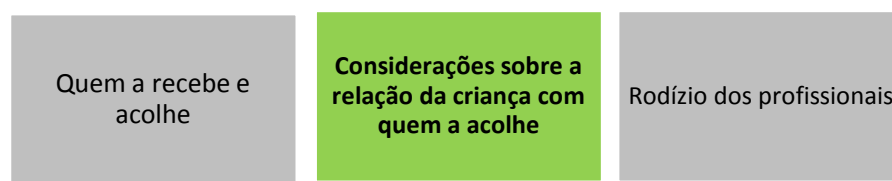
Angélica: [...] *esse dia me chamou muito a atenção, foi uma coisa que me tocou muito, a criança veio de uma circunstância muito adversa, muito adversa de cárcere privado, e entrou de madrugada [...]. Eu chamei ele para comunicar isso (de que seria encaminhado para uma família acolhedora) e, depois, eu comecei a passar na casa para dizer assim: ‘Olha, tal criança vai embora’; ‘Quem é tal criança?’*, e, assim, tanto as crianças quanto os cuidadores mal sabiam o nome e quem era. Isso me chamou muito a atenção, assim, porque ele já estava há dois dias e eles não sabiam, não tinham se dado conta. Se bem que, em parte, tem muito a ver com a característica daquela criança especificamente, um pouco mais tímida, em uma situação mais retraída, mas me chama atenção. É um rolo compressor tão grande, é uma rotina tão sugadora que, às vezes, passa batido, acima desses cuidados fundamentais da subjetividade humana, infelizmente. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica chama a atenção para a rotina *sugadora* da instituição, que passa a funcionar como um *rolo compressor*. Como conceber um ambiente de cuidado e proteção de crianças que funcione dessa forma? Pode-se mesmo dizer que há acolhimento nessas circunstâncias? A criança citada pela psicóloga foi acolhida, seja pelos adultos, seja pelas crianças? Baseando-se nas definições de Bernardi (2010b), sobre os três eixos de ações que devem compor o

acolhimento institucional, ou seja, a recepção, o acolhimento e a integração da criança, possivelmente, no caso descrito, a criança foi apenas recebida.

Nesse sentido, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e) salientam que as instituições devem “dispor de cuidadores/educadores com capacitação para a realização de acolhida afetuosa e segura de crianças e adolescentes em momentos de crise, particularmente vulnerabilizados” (p. 12). Todavia, mesmo dispondo de educadores qualificados, é preciso considerar que a razão adulto/criança também interfere na qualidade do acolhimento. E, no caso específico dessa instituição, a superlotação de crianças é frequente, sobrecarregando todos os profissionais.

Mas, de maneira geral, mostrou-se relevante fazer algumas **considerações sobre a relação da criança com a pessoa que a acolhe** (Fluxograma 32).



**Fluxograma 32** – Considerações sobre a relação da criança com quem a acolhe.

Considerando que o desenvolvimento humano se dá “nas e por meio das múltiplas interações estabelecidas pelas pessoas” (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004, p. 23), não parece possível haver, nos contextos de vida humana, algum local onde haja ausência total de vinculação (Carvalho, 2005). E, de acordo com Bolwby (1997), a capacidade que os indivíduos humanos têm para estabelecer vínculos afetivos adequados a cada fase do ciclo vital, é tão típica quanto as capacidades de ver, ouvir, comer e digerir.

*Flávia: A gente tenta primeiro conversar com a criança porque ela vem grudada na pessoa que traz ela. Então, aí, a pessoa quer ir embora, a gente vai acalmando, tentando conversar. Quando ela vem, tem vezes que a criança se apegam com aquela que recebeu, então, você vai embora aí fica: “Quando você vai voltar? Quando você vai voltar?” [...]. Aí, você tem que chegar, ir no grupo dela primeiro, ir lá conversar com ela primeiro e depois com o seu grupo [...]. Faço tudo assim porque a criança pega uma marca com você, quando chega, você está sendo uma referência. Aí, tem tia de uma turma que tem apego com as crianças de fora, tem a turma de fora (crianças mais velhas) que se apegam às crianças do berçário [...] a criança pega referência naquele que atende na hora, fica aquela marca registrada e se você fica muito tempo sem vir: “Nossa, onde você estava? Por que você não veio?”. Fica essa referência. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Manoela: [...] às vezes, a criança fica muito apegada na gente porque, naquele momento, foi a gente que deu essa... [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Valentina: [...] Geralmente, quem pega a criança, [...] a monitora ou a funcionária que pega da mão do oficial de justiça, é com quem ela se apegava [...]. O oficial vem assim, né, daquele jeito. E aí elas pegam de um jeito mais delicado, abraça, enfim, conversa com a criança e ela se apegava. Assim, vai passar para outra monitora, ela já chora. E, como é um esquema de plantão, ela tem que se acostumar com todos. Infelizmente, a gente não consegue ter uma referência para cada criança [...], mas ela se adapta [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Sofia: [...] Nosso acolhimento melhorou muito de uns tempos para cá. Era diferente. A gente não participava tanto, assim, desse acolhimento, da gente vir e pegar a criança e já se envolver ali no ato. A gente esperava levar. Hoje, não, hoje a gente vem buscar, então, a partir do momento que você vai ver a criança, a criança pega confiança naquele que está ali, então, ele não se apoia tanto no outro, se apoia mais naquele que veio buscar. Isso é muito importante. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

De maneira bastante específica, os trechos acima mostram a necessidade de a criança se vincular a alguém que seja, ao menos em potencial, fonte de cuidado, proteção e afeto (outros trechos de entrevistas no Anexo CC).

Rossetti-Ferreira (1984) discute uma série de estudos que sinalizam que a criança, em uma situação estranha, tende a intensificar os comportamento de apego, ou seja, da busca de proximidade e contato com a pessoa objeto de apego. Na ausência desta, e considerando que a função primordial do comportamento de apego é a proteção (Bolwby, 1990), é possível que, nesse momento de extrema vulnerabilidade da criança, cuja perda de referências é absoluta, ela busque substitutos que possam lhe garantir a sobrevivência e a saciação de suas necessidades, inclusive afetivas. E, assim, novas figuras de referência e de apego são escolhidas.

No entanto, para que isso ocorra, é necessário que existam pessoas dispostas, disponíveis para estar e se relacionar com a criança nesse momento tão delicado. A pedagoga Adriana fala sobre o assunto:

Adriana: [...] estar presente, estar pronta para ouvir, colocar uma música agradável, perceber a reação dela. Teve um dia que [...] dois irmãos chegaram tão cansados, acho que exausto de tudo que eles viviam, [...] eu simplesmente coloquei um CD gostoso, [...] sentei no chão e eles foram se aproximando. Então, participar do primeiro dia da criança é importante, ser uma referência para ela. Não só ir lá ver a carinha e falar que tem pijama, tem tudo e tal. Mas, se possível, cancelar as reuniões, estar aquele dia com aquela criança até para orientar os funcionários, no sentido do que fazer para acolher [...]. Ela (a criança que chega) consegue se aproximar de acordo com o que você dá para ela de acolhimento [...]. Se possível, eu acompanho o sentar na mesa para comer, para que os outros não intimidem. Às vezes, a criança comia com a mão, aí o outro ridiculariza a criança, então, não é assim [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Nesse momento inicial, a presença e a responsividade do adulto às suas necessidades e comportamentos, bem como a quantidade de interações que espontaneamente se inicia com ela (Schaffer & Emerson, 1964<sup>44</sup> *apud* Rossetti-Ferreira, 1984, p. 8), provavelmente, são preponderantes para que a criança o escolha como figura de referência na instituição.

E não é apenas a criança que se vincula a um adulto em especial. O adulto também elege sua criança favorita (outro trecho de entrevista no Anexo CD):

Lourdes: [...] *se você tem alguém que você se apega, você fica lá bajulando, paparicando, tem isso, viu?*  
 Pesquisadora: *De vocês com as crianças?*  
 Lourdes: *É, exatamente, com a criança que tem mais afinidade, que você gosta mais. Não que você não goste das outras, mas tem uma que você se apega mais, você fica mais íntima, acha que é seu. Eu tenho muito disso, infelizmente, tenho muito disso, acho que é meu [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

A vinculação, além de ser inevitável, é de extrema importância para o desenvolvimento de todos os envolvidos. Porém, dados de pesquisa mostram que, tanto para os educadores como para as crianças, os papéis e funções não estão claros. “O educador precisa estar preparado para acolher com disponibilidade, atenção e carinho, por vezes até desempenhando funções maternas e paternas (cuidar, educar, proteger, dentre outras), porém sem se apropriar do papel de mãe ou pai” (Almeida, 2009; Almeida, Maehara, & Rossetti-Ferreira, 2011).

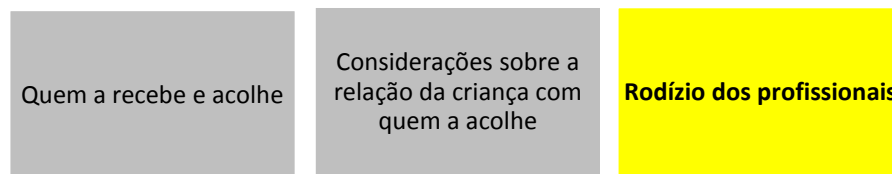
Guará (2006) salienta que o acolhimento institucional pode ser um momento em que se vivenciam vínculos afetivos, mas sem que se tente substituir o amor filial ou o carinho da vida em família. O que deve ser oferecido à criança é, portanto, uma relação de amizade e compreensão, acolhendo sem criar dependência, com grande aceitação e desejo de acompanhar seu desenvolvimento. Nas palavras da autora: “Querer bem também é, para cada educador, envolver-se sinceramente com a criança, a fim de lhe propiciar um possível retorno à vida familiar e comunitária” (p. 65).

Portanto, vincular-se à criança, nesse contexto, é diferente de tomá-la para si.

Mas, considerando a importância desses vínculos, muitas vezes formados desde os momentos iniciais do acolhimento, como é tratada com a criança a questão do **rodízio dos**

<sup>44</sup> Schaffer, H. R., & Emerson, P. E. (1964). The development of social attachment in infancy. *Monographs Society Research Child Development*, 29, whole n. 94.

**profissionais**, principalmente dos educadores, devido à **jornada de trabalho**<sup>45</sup>? (Fluxograma 33).



**Fluxograma 33** – Considerações sobre o rodízio de profissionais na instituição.

Pesquisadora: Cássia, quando a criança vem, ela chega com quem estiver de plantão. É dito para a criança que vai haver o rodízio de adultos? Ou ela percebe no dia a dia?

Cássia: *Sim. Quando vai entregar o plantão, a gente tem uma roda da conversa, a gente senta ali...*

Pesquisadora: Todo dia?

Cássia: *Todo dia. A gente senta no sofá e fala que a tia está indo embora e que a outra tia vai cuidar deles, então, é uma continuação do trabalho. Mas, [...] para a criança que chegou agora, ele tomou o banho dele, tomou o café da tarde, descansou e jantou, e fica: "Nossa, o que é isso? Na minha casa não tinha isso, era uma pessoa só comigo, minha mãe, ou tia". Mas, assim, a gente fala que não mora aqui e que viemos para cuidar deles "Mas, agora, a gente vai para casa da gente e vocês vão ficar com essa tia, fulana de tal", para não ficar assim jogado, solto.*

Pesquisadora: Com todas as crianças?

Cássia: *Com todas, nós fazemos isso [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

A criança é comunicada sobre a troca dos profissionais ao final do turno de trabalho (outros trechos de entrevistas no Anexo CE). E, embora isso seja feito, Cássia considera que há algum estranhamento por parte da criança recém-chegada.

Todavia, conversar com a criança sobre a alternância dos profissionais não é prática adotada por todos:

Pesquisadora: Lourdes, como funciona isso? Você disse que tem essa afinidade (entre a criança e o educador), [...] como as crianças ficam nas mudanças de turno?

Lourdes: *É estranho [...]. Eu falo assim: "O que passa na cabeça dessas crianças?"*

Pesquisadora: Isso é falado para a criança, ou ela acaba percebendo na rotina?

Lourdes: *Eu acho que ela acaba percebendo na rotina, não tem como a gente falar: "Oh, a tia vai embora". Eu sei, se está acordado, eu falo, principalmente, as que chegam e estão chorando: "A tia vai embora, mas a tia fulana vai ficar, vai cuidar de você", às vezes acaba falando. Só que no meu período, quando eu saio, às vezes, eles estão dormindo, porque eu saio 10 da noite, [...] quando acorda, de manhã, já é*

<sup>45</sup> De acordo com as Orientações Técnicas (2009e), os educadores devem trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, o que permite que o mesmo educador realize sempre determinada tarefa na rotina da criança, por exemplo, acordá-la, dar banho, ajudá-la a fazer as tarefas escolares, etc. O objetivo é proporcionar o máximo de constância e estabilidade na prestação dos cuidados à criança, bem como possibilitar melhores condições para a vinculação com o educador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária. Na época da coleta de dados, em meados de 2011, os educadores trabalhavam em turnos diários de oito horas apenas no abrigo institucional Tulipa. Nos demais, trabalhavam 12 horas contínuas, com 36 horas subsequentes de descanso.

*outra, né. E é essa rotatividade, tanto de criança, quanto de tia [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

*Fernanda: [...] aqui não há continuidade, cada dia uma pessoa cuidando, cada dia uma pessoa olhando, uma olha de um jeito, outra age de outro. Não tem essa continuidade [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

A educadora conta que a criança acaba entendendo como é o funcionamento dos turnos, conforme vivencia a rotina institucional (outros trechos de entrevistas no Anexo CF). Lourdes, tal como Cássia, considera que a troca constante de educadores pode ser *estranha* para a criança. E chama a atenção para o fato de que esse contexto é igualmente marcado pela rotatividade de crianças, o que também expõe, constantemente, os educadores ao *estranho*.

Ademais, a psicóloga Fernanda indica o que a falta de continuidade que o rodízio de profissionais, provocado pelos turnos de trabalho (12 horas trabalhadas para 36 horas de descanso), traz para o processo de acolhimento da criança.

A educadora Camila enfatiza a troca de informações sobre a criança, entre as educadoras, no rodízio de profissionais:

*Pesquisadora: E como funciona, a criança chega num plantão, depois troca de educadora, como é feito, ela é apresentada para a outra?*

*Camila: É, eu vou passar o plantão para ela, [...] apresenta determinados dados, né: “Ele é uma criança chorona, assim, é um pouco difícil de se integrar com os outros”, passo tudo o que eu observei, que me foi passado, [...] aí, vou embora, despeço dele.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Camila diz que nada é dito para a criança, uma vez que as informações são trocadas apenas entre as educadoras. E destaca-se, em sua fala, que há ênfase na transmissão de informações negativas sobre a criança. Assim, mesmo antes da educadora conhecê-la, já existe a expectativa de encontrar uma criança chorona e difícil, por exemplo. Como isso pode influenciar o processo de acolhimento dessa criança?

Oliveira, Guanaes e Costa (2004) esclarecem que a pessoa vai:

*se constituindo e sendo constituída no aqui-agora de suas inter-relações; assumindo e atribuindo dinamicamente papéis ou posições que a localizam e significam frente a si mesma, aos outros e ao contexto social discursivo, proporcionando o desenvolvimento de uma subjetividade narrativa pessoal e multifacetada (p. 79-80).*

Assim, é na relação eu-outro que os sentidos são construídos e os papéis ou posições são atribuídos e assumidos (Oliveira, Guanaes, & Costa, 2004). Portanto, é fácil perceber que a forma de acolher uma criança de quem não se tem nenhuma informação, ou sobre a qual se



ouviu dizer, por exemplo, que é sorridente e feliz, poderá ser diferente do acolhimento dado a uma criança significada e posicionada como chorona e difícil.

Todavia, é importante considerar o dinamismo do processo de significação, bem como na coordenação de papéis e jogos de posicionamentos. Desta forma, na interação entre as pessoas caberá, com maior ou menor flexibilidade, um contínuo negociar dos significados atribuídos (Oliveira, Guanaes, & Costa, 2004). É possível, portanto, que a educadora mude de opinião sobre a criança ao ter a chance de conviver mais com ela ou, então, tenha a possibilidade de conhecer sua história e compreender a razão de seu choro e temperamento difícil. Mas, nem sempre isso acontece.

*João: [...] existe a questão da empatia e, infelizmente, tem situações de acolhimento que acontece aquela questão da primeira impressão [...] quando vê a criança, “esse vai ser, vai aprontar, esse vai ser difícil”. Então, existem educadores que têm essa prática ainda [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).*

E, assim, as crianças são rotuladas e estigmatizadas durante o processo de acolhimento, principalmente, nas instituições em que não há supervisão e discussão de casos com a participação de educadores.

#### **6.4.5 Existência (ou não) de planejamento, apoio, supervisão, formação continuada com foco no acolhimento inicial da criança: “cada um faz do jeito que acha que deve ser feito”**

A complexidade e importância do momento inicial do acolhimento, constituído pelos processos de recepção e acolhida da criança, levam à necessidade de conhecer se existem planejamento, apoio, supervisão e/ou formação continuada, cujo foco esteja nesses processos.

*Pesquisadora: E vocês recebem algum apoio, supervisão, tiveram alguma capacitação, formação para lidar com essas situações?*

*Fernanda: Não, a gente está tendo uma supervisão de equipe [...], mas eu acho que essa questão sobre o acolhimento, a recepção [...] das crianças, a gente nunca abordou. Assim, pelo menos, faz dois, três meses que a gente começou a ter essa supervisão da equipe institucional, mas a nossa demanda maior; no momento, é decidir se a criança vai voltar para a família ou vai ser destituída. Nossa preocupação é mais com a saída do que com a chegada [...].*

*Pesquisadora: E por que será?*

*Fernanda: [...] É o mínimo que se faz aqui, no cuidado das crianças, então é o mínimo na chegada, que talvez seja o maior, né, o maior afeto. Aí, elas chegam, depois a rotina mecaniza o atendimento e, aí, quando sai, é um alívio e, ao mesmo tempo, abre uma vaga para chegar outra. Quando sai uma, abre para receber outra. Então, é uma coisa totalmente não pensada, principalmente a chegada. A saída, eu acho que existe uma reflexão maior [...], até porque a gente já se ateuve*

*mais para a história da criança, já teve contato com a família, com serviços que vão atender, quando ela voltar para o território... É mais pensado do que a chegada.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

*Heitor: [...] É um momento importante, mas nunca teve um trabalho dirigido [...]. Já foi conversado algumas vezes, claro, entendeu? Mas, por exemplo, detalhes, como você me perguntou: “Pô, mas tem que avisar as crianças? Tem falar como? Fala individualmente ou com todo mundo? Até que idade? Tem que falar com os bebês?”. Isso mais detalhado, assim, um treinamento específico, não.* (Heitor, apoio técnico do abrigo institucional Tulipa).

*João: [...] Não tem muito essa prática, não. E, dentro do abrigo, ainda não tem esse lugar para aquilo que é da criança que está chegando e qual o significado daquele objeto para a criança. Também foi tema de discussão nossa na reunião de equipe [...]. Então, a nossa coordenadora, a partir dessa situação (perda dentro da instituição de um objeto significativo para uma criança – um elefantinho azul), até na conversa com os funcionários, ela trouxe para a gente também começar a olhar para isso. O que a criança trouxe? É uma chupeta, uma fraldinha, qual o cheiro daquela fraldinha, qual o significado daquela fraldinha para aquela criança? Não é simplesmente pegar e mandar para a lavanderia. Tem o cheiro da mãe ou tantos outros significados para ela [...]. Mas, [...] ainda não tem essa prática de trazer, não, nem da nossa parte, talvez, de pedir para essa família na primeira oportunidade, e nem de quem faz o acolhimento da criança lá, quem faz a busca, de pedir algo que seja significativo para ela [...]. Então, , é algo a se pensar.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

São vários os trechos que apontam que, por mais que possam ter tocado nesse assunto, em algum momento, não havia, até aquele momento, uma formação específica ou um planejamento coletivo sobre o acolhimento inicial da criança<sup>46</sup> (outros trechos de entrevistas no Anexo CG).

Como consequência, cada um conduz o processo de recepção e, principalmente, o processo de acolhida, do jeito que considera melhor:

*Pesquisadora: [...] Pelo que estou entendendo, você está me dizendo [...], quando uma criança chega, não existe algo que seja compartilhado por todos...*

*Fernanda: Não, cada um faz do jeito que acha que deve ser feito.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Sem planejamento, os profissionais agem, então, de forma intuitiva, baseando-se na própria sensibilidade:

*Pesquisadora: Heitor, [...] existe uma orientação a respeito de como fazer?*

*Heitor: Não, muito mais na intuição, [...] mas é muito por obviedade. A gente vai pela sensibilidade [...].* (Heitor, apoio técnico do abrigo institucional Tulipa).

<sup>46</sup> Lembro-me de um dia, nos encontros de formação dos profissionais dos serviços de acolhimento, dos quais participei durante 2010 e 2011, em que propusemos uma discussão sobre os diferentes momentos do processo de acolhimento institucional, ou seja, a chegada da criança, a permanência e a saída. Para isso, os profissionais deveriam escolher livremente qual dos momentos gostaria de discutir, formando três grupos de trabalho. Das quase trinta pessoas, nenhuma escolheu discutir o momento de chegada da criança.

Angélica: [...] a gente [...] foi desvalorizando muito esse momento do acolhimento. Ele, hoje, é feito meio de uma forma intuitiva, sem planejamento, baseado na sensibilidade de cada um que está naquele momento e não no momento que a criança chega, de que contexto, se é de madrugada, qual idade da criança e tal. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

E, na opinião das educadoras, para acolher bem a criança, é preciso ter dom e, principalmente, sensibilidade e/ou instinto materno:

Cássia: *Eu sempre faço na sensibilidade, como mãe [...], porque abrigo é isso, você se colocar no lugar de mãe.*

Pesquisadora: E as outras educadoras, você percebe que agem parecido com você [...]?

Cássia: [...] *tudo tem que ter dom, tem umas que vêm assim, meio crua [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Ana, [...] você recebeu alguma capacitação, alguma formação de como receber uma criança, o que fazer quando uma criança chega?

Ana: [...] *o que a gente faz aqui é mais instinto materno mesmo, como a gente agiria com o nosso filho [...]. Acho que a única exigência deles aqui deveria ser mãe, mas boa mãe [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Lourdes: [...] *eles são os filhos que eu não tive, você entende? [...] Eu não sei o que é ser mãe, mas eu imagino que eu exerço papel de mãe porque, se precisar brigar, dar carinho, pôr de castigo, [...] afinal de contas, você está aqui como mãe [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Moura e Amorim (no prelo) alertam que considerar o trabalho na instituição de acolhimento similar às tarefas domésticas desempenhadas pelas educadoras em suas casas, com seus filhos, é uma ideia muito comum, porém equivocada. Retratam como uma armadilha a confusão que se pode fazer entre o trabalho profissional com o cuidado maternal.

Ademais, Badinter (1985) desconstrói, a partir da análise de dados relacionados à história, à literatura, entre outras fontes, concepções consideradas, muitas vezes, como irrefutáveis, como “a maternidade como definição essencial da mulher, o amor espontâneo e o devotamento natural da mãe ao filho” (p. 341). A autora traz argumentações minuciosas que mostram que a maternidade não está vinculada, naturalmente, ao amor materno, bem como aos seus possíveis desdobramentos: cuidado, sensibilidade, devoção, etc. Ao contrário, conclui que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, pode existir ou não, ser forte ou fraco, ser e desaparecer. Segundo Badinter, “Tudo depende da mãe, de sua história e da História” (p. 367). Portanto, ser mãe não é garantia para a qualificação do processo de recepção e acolhida da criança.

Nos trechos a seguir, as profissionais também mencionam que a qualidade do acolhimento depende de características pessoais daquele que acolhe:

Camila: *Acho que depende muito da pessoa, tem pessoas que já têm isso dentro delas, né. Têm aquele carinho, sabem resolver, e outras já são mais secas, que é o jeito da pessoa [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Janaína: *[...] tem aquele educador que é bem funcional, chegou: "Vamos tomar banho, veste essa roupa, tira essa roupa". Tem isso, e tem aquele educador que não, que vai dar uma abraço, vai dar um colo. É pessoal, só que eu acho que pode ser treinado, pelo menos. A gente sabe que tem muito da disponibilidade interna de cada um.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

O que se percebe é que, o ato de ser bem recebida e acolhida dependerá de sorte, ou seja, se a criança chegar no dia e horário em que a educadora “carinhosa” está, melhor acolhida será; porém, se for a educadora “seca” e “funcional”, o mesmo não acontecerá (outros trechos de entrevistas no Anexo CH).

Todavia, é interessante ressaltar a fala da psicóloga Janaína, quando ela diz que há uma *disponibilidade interna de cada um*, mas, ao mesmo tempo, considera que *pode ser treinado*. Possivelmente, a psicóloga está apontando que existe algo que é do perfil e das características pessoais da pessoa, mas que é possível haver um trabalho de formação que promova as potencialidades de cada profissional no sentido de desenvolver uma prática sensível às necessidades da criança no processo de recepção e acolhida, e ao longo de todo o período de acolhimento.

Ademais, existem pessoas que não têm perfil para exercer essa função. Desta forma, retomamos a discussão feita anteriormente (ver item 6.4.1), de que, devido à complexidade dessa função, aliada à sua desvalorização, inclusive no que diz respeito aos baixos salários ofertados, frequentemente, não há profissionais suficientes com a qualificação e o perfil necessários disponíveis no mercado, fazendo com que sejam contratados aqueles que *aparecem*.

E, no trecho a seguir, percebe-se que, na opinião da educadora Sofia, a necessidade de personalizar o acolhimento impede que tenham regras que o norteiem:

Sofia: *Tem procedimento a ser cumprido, tem as regras, que têm que ser cumpridas, temos horário de banho, nós temos horário de janta, temos horário de sair, horário de voltar [...].*

Pesquisadora: Mas, isso que você está me dizendo é do dia a dia, do funcionamento, e em relação ao momento da chegada? Como receber essa criança?

Sofia: *Ah, eu acho que não tem como você fazer ali: "Tem que ser recebido desse jeito". Não tem como, porque uma coisa é chegar, abrir o portão, pegar a criança, botar ali, levar ali, fazer isso aqui, não tem como, não tem como. Entendeu? Então, assim, [...] depende da criança, da maneira como chega aquela criança, que a gente vai...* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

O que Sofia diz deve ser levado em consideração, pois é fundamental haver flexibilidade para adequar a recepção e o acolhimento àquela criança específica, que acaba de chegar.

No Direito, os princípios e as regras são subtipos de normas. Em linhas gerais, os princípios caracterizam-se por poderem ser cumpridos em diferentes graus, mas, na maior medida possível, dependendo das possibilidades reais e jurídicas. As regras, ao contrário dos princípios, são normas que podem, somente, ser cumpridas ou não, ou seja, deve-se fazer exatamente o que elas determinam (Amorim, 2005).

Assim, levando essa discussão para o processo de acolhimento inicial da criança, observa-se que, na prática, há procedimentos que são seguidos e conduzidos pelos profissionais, porém sem que existam princípios e regras, claros e coletivamente construídos, para nortear essa prática. E, a ausência total de normas que digam o que e como deve ser feito, leva a práticas muito diversificadas, pois *cada um faz do jeito que acha que deve ser feito*, assim como descrito anteriormente. E, nessa diversificação, é possível que se encontrem práticas que atendam às necessidades da criança e outras que se distanciam demasiadamente disso.

De qualquer forma, apesar de não haver um espaço específico e significativo de reflexão, discussão e construção coletiva a respeito do acolhimento inicial, é importante destacar que, no período em que a coleta de dados foi feita (meados de 2011), as instituições de acolhimento estavam participando de encontros de formação e também de supervisões com profissionais externos, além de realizarem reuniões periódicas.

Manoela: [...] esse ano, nós tivemos um momento com uma psicanalista que foi muito bom e que esse ano, de 2012, talvez a gente não tenha [...].

Pesquisadora: Era uma supervisão?

Manoela: *Era uma supervisão e era um trabalho com as educadoras também, um momento nosso com ela, de falar da gente, esquecer um pouco, porque o nosso trabalho é pesado, então, um momento de a gente relaxar, falar da nossa infância, falar da gente como pessoa. E elas também, em momento separados, e isso fez muito bem para elas, elas voltavam assim carregadas e teve um retorno positivo e esse ano talvez não tenha [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Heitor, [...] vocês têm alguma supervisão?

Heitor: *A gente tem uma supervisão da equipe técnica, [...] que é muito boa.*

Pesquisadora: Está sendo legal?

Heitor: *Muito boa, gerando várias discussões. A gente repensa todo o abrigo, entendeu? Eu acho que quem tinha que ter essa supervisão, era os monitores, eles tem que ter.*

Pesquisadora: E ainda não têm?

Heitor: *Não tem, porque a nossa supervisão é feita por uma voluntária, entendeu? [...] Ela faz voluntariamente. É uma ótima profissional, ela consegue pegar nas feridas, fazer a gente repensar como que a gente trabalha aqui. E, eu acho que os*

*monitores também tinha que ter essa supervisão e repensar todo instante o trabalho, a postura deles, porque eles agem dessa forma... Por que, às vezes, é tão mecânica [...]. Com uma supervisão de uma pessoa de fora, que não está aqui no dia a dia, que vem aqui cada 15 dias, que nem ela, é psicanalista, então, vai no subjetivo, na parte do inconsciente coletivo. Os monitores também deveriam ter, toda equipe de apoio também: cozinha, limpeza, guarda, motorista.*

Pesquisadora: Eles não têm nenhum tipo?

Heitor: *A gente tem uma reunião mensal. É o que temos.*

Pesquisadora: Que é com quem, com os técnicos?

Heitor: *Com os técnicos e, às vezes, alguma pessoa de fora [...].* (Heitor, apoio técnico do abrigo institucional Tulipa).

Cristiana: *[...] nós tivemos a capacitação, quanto à equipe técnica, tanto da Maria Lúcia Gulassa [...] e também a capacitação da Carminha [...]. Agora, os educadores já tiveram alguns momentos de capacitação e também pela Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor, eles podem escolher [...]. Todo mês, solta vários cursos e muitos têm a ver com a dinâmica de um abrigo; por exemplo, a questão da sexualidade. Então, são capacitações que eles dão também para toda a prefeitura, para os professores [...]. A gente incentiva. Isso também foi uma coisa que modificou bastante, porque eles quase não tinham permissão para fazer, sempre a mesma justificativa: “Não tem funcionário”, e a gente falou: “Olha, a gente entende que se a gente não liberar para fazer, cada vez mais o atendimento para as crianças será pior, então, a gente tem que fazer o inverso, estimular para que eles participem”. E a gente se aperta daqui, dá um jeito [...]. Alguns cursos que eles trazem [...], até a cozinheira: “Eu gostaria de fazer esse curso”, a gente estimulou, autorizou, participou [...]. Tem um, também pela Maria Lúcia Gulassa, para os educadores. E, nesse, tem um educador da manhã e um da tarde que eles também estão fazendo.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Como são as reuniões?

Lara: *Semanal.*

Pesquisadora: Entre vocês da equipe técnica?

Lara: *Assim, tem de voluntário, uma vez por mês; tem reunião de funcionários, uma vez por mês. Eles estão pedindo mais, então, a gente vai tentar fazer, pelo menos, duas vezes [...].*

Pesquisadora: E a equipe técnica, tem uma reunião?

Lara: *Toda semana, a gente, agora, esses últimos dias, não deu [...], mas a gente está tentando resgatar [...]. Além disso, eu tenho a supervisão também de fora, toda quarta-feira [...].*

Pesquisadora: Existe uma periodicidade para ter capacitação?

Lara: *Sim, [...] agora em março, a gente vai ter uma grande, fora a interna, que é a nossa capacitação [...]. A gente se impõe, por exemplo, [...] eu venho à noite e faço com o pessoal da noite [...]. Dá algumas orientações, pergunta como está, apesar que elas têm abertura para estar ligando, mandando bilhetinho. Qualquer dúvida, é conversado, a gente está sempre presente para que elas não se sintam sozinha e elas têm a pedagoga direto [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Sem dúvida, a realização de encontros de formação, supervisão, cursos e reuniões periódicas constitui-se uma conquista, um avanço importante para o acolhimento institucional (outros trechos de entrevistas no Anexo CI). Essas medidas tendem a contribuir para a qualificação do processo de acolhimento como um todo. Normativas nacionais e internacionais apontam a necessidade de investimento na formação dos profissionais que atuam nessa área (State of Alabama, 2000; International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives

[FICE], 2006; State of New Jersey, 2008; Texas Department of Family and Protective Services, 2010; State of Queensland, 2013).

Todavia, nos trechos reproduzidos, ainda se observam algumas fragilidades, quando mencionam que dependem de profissionais que façam a supervisão voluntariamente, ou de verbas que podem não ser renovadas. Nessas situações, o risco do trabalho de formação ser descontinuado é maior. Outro ponto é a dificuldade que ainda está posta, em algumas instituições mais e em outras menos, para incluir os educadores nas supervisões e em reuniões de equipe. As reuniões de educadores aparecem como algo à parte e com frequência inferior.

Os efeitos dessas medidas aparecem, justamente, na relação com a criança:

*"Sabe, é que a sua mãe está dodói, ela foi no médico, quando ela sarar ela vem te buscar".* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortênciã).

*"O seu dia vai chegar, [...] um dia você vai embora, você vai voltar para a casa da mãe".* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

*"O juiz fica sabendo se você tem bom comportamento, você vai ver, logo você volta para casa".* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

*"Olha, quando você pôs o pezinho aqui dentro, a gente vai fechar a porta lá fora, daí a gente vai viver só aqui, porque a tia não sabe responder as coisas de lá".* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Essas são falas dirigidas às crianças, cujos conteúdos se distanciam de uma comunicação honesta, em grande parte resultantes da falta de recursos, preparo e apoio das educadoras, que só com boa vontade não conseguem cumprir satisfatoriamente sua função com profissionalismo (para mais detalhes, ver Fluxograma 29 – Conversar e informar a criança).

A educadora Flávia diz não perceber contribuições significativas a partir das reuniões e encontros de formação, de que tem participado:

Pesquisadora: E vocês recebem algum apoio, alguma supervisão, algo que apóie vocês a lidar com essa dificuldade?

Flávia: *O pessoal tem feito reuniões e chamado alguém de fora para dar [...], mas [...] a gente espera que alguém de fora traga alguma coisa para a gente e a maioria das vezes não é isso que vem. A gente começa a conversar, falar, e é a gente mesmo que tem que tentar resolver depois. [...] Não traz assim: "Olha, eu vou falar para você, quando for lhe dar com aquela criança, você vai fazer isso, isso e isso". Não tem, porque cada criança é de um jeito, então [...] não vem uma coisa assim, um papel escrito [...].*

Pesquisadora: Mais alguma coisa poderia ajudar?

Flávia: *Não sei se teria alguma coisa. Não tenho nem ideia, se tem uma regra para fazer. Não tem regra, não tem uma regra para dizer: "Hoje você vai fazer a, b, c, d". Não dá!. Você começa e, de repente... Está certo, você vai levantar, dar banho nas crianças, vai levar para a escola, vai não sei o quê, mas, no meio desse caminho, acontece uma coisa diferente, que você vai: "Opa!", vamos voltar lá e*

*procurar, mas não tem um manual, você tem que fazer no dia a dia. É você mesmo que tem que resolver as situações que estão acontecendo. Eu acho que não tem como ter um manual. Você tem que ter jogo de cintura e tentar resolver a situação do dia.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

A educadora fala da imprevisibilidade da rotina institucional e da flexibilidade necessária para lidar com as diferentes demandas que surgem. Ela enfatiza, porém, que *não tem um manual*, com respostas prontas que atendam às necessidades cotidianas. É como se, na ausência disso, existisse apenas o fazer no aqui e agora da situação. Sua fala reflete o quanto, muitas vezes, é difícil construir e se apropriar de novos conhecimentos a partir de reflexões e discussões coletivas, pois se trata de um processo que demanda tempo e envolvimento.

Foi possível constatar também que há um limite, estabelecido pela equipe técnica, para o que deve, ou não, ser dito aos educadores. As técnicas explicam, então, os motivos que as fazem não compartilhar e discutir os casos das crianças com os educadores:

Pesquisadora: Discussão de casos, não?

Lia: *Com os monitores não, porque é sigiloso, só quem é técnico para ter essas informações [...]. Mesmo porque não é mesmo para a gente estar abrindo, os arquivos ficam todos arquivados, as pastas das crianças, os históricos, esse tipo de coisa que é só da equipe técnica, que tem a formação para lidar com essas informações, os dados de cada criança [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Marina: [...] (o educador) *julga a partir dos seus valores [...], então, é difícil lidar com monitores [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: *Vocês não têm discussão de casos com elas?*

Valentina: *Não. [...] Isso também seria muito bacana, mas infelizmente a gente não... Para ser bem sincera, não me sinto segura para discutir algumas coisas relacionadas às crianças com elas. A gente já teve situações em que elas repassam informações para as crianças de forma atravessada ou elas comentam entre elas, perto das crianças, com relação a alguma família, sabe? [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Na contramão do que as técnicas acreditam (outros trechos de entrevistas no Anexo CJ), Cuperman (2011) argumenta que “quanto maior a quantidade, mais detalhadas e fidedignas as informações”, melhores serão as possibilidades dos educadores compreenderem dificuldades apresentadas pelas crianças e de planejarem ações e intervenções a serem realizadas (p. 88).

Nessa mesma direção, Albano (2011) diz que o trabalho do educador é extremamente complexo, pois, além de ter uma função estruturante para a criança, precisa “encontrar um equilíbrio entre a técnica, a informação e a intuição, a espontaneidade das ações e dos gestos”. Justamente por isso, “as discussões de casos, os espaços de reflexão e a supervisão são recursos que propiciam aos educadores falar das suas dificuldades, angústias e



dos sentimentos” que o trabalho com as crianças lhes provoca “para que possam elaborá-los e se reposicionar diante desse quadro” (p. 45).

E, de acordo com Bernardi (2010b), o estudo de caso permite que o educador observe, entenda, analise e descreva as informações a partir de seu foco e função, afinal ele conhece a criança através de inúmeras oportunidades de contato no cotidiano institucional. Desta forma, a sua perspectiva poderá trazer contribuições importantes para a compreensão da criança, com as dos demais profissionais.

Porém, Elage (2010) diz que, frequentemente, os educadores são impedidos de entrar em contato com a história das crianças com as quais trabalham. Esta omissão traz em si a ideia de que o adulto se deixa tocar pela história, o que mobiliza angústias e que alguns podem fazer mal uso dessas informações. Nesse sentido, a psicóloga Lia diz que é preciso ter *formação para lidar com essas informações*. Ela está certa. No entanto, essa formação não é garantida pela educação formal, afinal, qualquer profissional, educador ou técnico, pode se angustiar diante da história de uma criança e fazer mal uso dela, caso esteja despreparado e não receba apoio para lidar com essas informações. Assim, Cupermam (2011) salienta que é no espaço de supervisão que as angústias “podem ser problematizadas e transformadas em instrumentos de trabalho. No espaço de formação contínua, esse material bruto vivido pode ser lapidado e transformado em conhecimento acumulado, procedimentos e recursos desenvolvidos pela equipe” (p. 92).

Porém, apesar do conhecimento compartilhado com os educadores ser insuficiente, as educadoras Sofia e Flávia relatam que o desconhecimento já foi maior e que, atualmente, é possível buscar ativamente algumas informações que se mostram necessárias:

*Sofia: [...] hoje, elas falam tudo, assim, a parte nossa, o que a gente tem que saber: como a gente tem que cuidar, como tem que agir. Muitas vezes, a gente vem até elas perguntando muita coisa sobre as crianças. Eles (as crianças) têm certas atitudes, então, a gente quer saber se quando ele chegou tinha essa atitude, ou se eles começaram apresentar depois; como lidar com aquela situação; que às vezes, tem criança que é mais difícil. Então, a gente tem que entender a criança para poder cuidar, né. A partir do momento que a gente entende, fica mais fácil.* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

*Flávia: [...] A gente, de vez em quando, tem reunião aqui para colocar os casos das crianças [...]. A gente tem reunião das crianças [...] a última sexta-feira do mês, a gente sempre fala de uma criança ou outra. A gente pergunta se vai embora, o que vai acontecer [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Ademais, não há como negar que a transmissão de informações ocorre, apesar do não dito (ou por causa dele), tal como mostra o trecho a seguir:

Sílvia: [...] de algumas crianças, a gente até sabe, de algumas crianças que tem aqui eu não sei, mas algumas a gente acaba meio que perguntando, né.

Pesquisadora: Para as crianças ou para os técnicos?

Sílvia: Não, para elas mesmo (crianças). Acaba, às vezes, perguntando. É a necessidade que todo mundo tinha, não só eu, como as outras meninas. A gente gostaria de saber porquê.

Pesquisadora: Então, quando chega uma criança, vocês não sabem o porquê de ela estar vindo?

Sílvia: Não, a gente, às vezes, fica sabendo depois, quando a gente pergunta, porque algum outro funcionário comenta e [...] a gente acaba ouvindo, fica sabendo. Mas a gente não tem essa informação. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Se a informação não chega por meio das técnicas, daquelas que possuem e controlam o saber, outras vias acabam sendo buscadas, seja através das próprias crianças, dos comentários entre os funcionários, dos conteúdos ouvidos pelos corredores. Como a educadora afirma: *a gente acaba ouvindo, fica sabendo*. Percebe-se, então, que não ter um espaço específico e adequado para discutir os casos com todos os profissionais envolvidos no cuidado das crianças, provoca a criação de espaços alternativos e “clandestinos” de discussão que podem comprometer a qualidade do acolhimento.

As técnicas Lia e Valentina percebem que há uma demanda por parte das educadoras por esse conhecimento:

Lia: [...] Às vezes, a gente percebe que elas gostariam de saber [...]. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Valentina: [...] elas reclamam bastante e eu estou me policiando para isso, de que, no momento que a criança chega, de não saber a história da criança. É uma reclamação constante delas [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

E as educadoras, Sílvia e Sofia, conseguem identificar quais seriam os benefícios que isso poderia trazer ao trabalho com as crianças:

Pesquisadora: [...] Em que você acha que ter essa informação poderia contribuir para o trabalho de vocês?

Sílvia: Eu acho que ajuda bastante, porque, se é uma criança, [...] se te faz uma pergunta, você consegue trabalhar em cima do que ela está perguntando: “Tia, minha mãe vem? Minha mãe não vem me visitar? Eu vou voltar?”. Você consegue contornar essa situação, consegue falar para eles [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Sofia: [...] Então, a gente tem que entender a criança para poder cuidar, né. A partir do momento que a gente entende, fica mais fácil. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa)

Todavia, as educadoras Camila, Lourdes e Sofia, parecem ter se apropriado da ideia de que há um conhecimento sobre a criança que não lhes diz respeito:

Camila: [...] *elas passam para a gente só a parte que nos diz respeito, né, se quer saber até tal lugar, passou dali, vocês não têm o que saber [...]*. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Lourdes: *Não, detalhes, exatamente [...]. Então, assim, o que eles puderem passar para a gente, não esconde não. A gente fica sabendo dos casos.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Sofia: [...] *hoje elas falam tudo, assim, a parte nossa, o que a gente tem que saber [...]*. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Faleiros (2011) chama a atenção para o fato de que o “processo de conhecimento é pois uma relação de força”. Nesse sentido, “o saber profissional, a competência legitimada pela instituição” não pode servir para “deslegitimar e desmobilizar” o saber do outro. Em relação a esse “outro”, a autora refere-se especificamente à população. Porém, é possível ampliar essa discussão para todos os outros que não possuem um saber técnico. Para ela, há diferentes saberes. Por isso, o saber profissional/técnico precisa servir à produção desses outros saberes (e vice-versa) e não se sobrepôr a eles. No entanto, essa “relação de força”, parece dificultar que os diferentes conhecimentos/saberes sejam compartilhados dentro das instituições de acolhimento (p. 27).

Há educadores, todavia, que dizem preferir não saber nada sobre a história da criança:

Ana: [...] *não sei o que ela (criança) passou lá (com a família de origem), não quero saber. A gente aqui só sabe o necessário para cuidar da criança. Eu não quero saber, se não, eu fico revoltada. A psicóloga diz para não ficar, que era o que podiam dar naquele momento, mas eu não concordo, a minha mãe foi mãe de dez filhos, ela não deu tudo, mas deu o necessário. Quando eu tinha 14 anos, ela não era companheira como eu gostaria, eu não tive, mas não a culpo. Também, quando fui fazer meu curso de casamento, ele me perguntou como eu queria ser, eu falei que completamente diferente, ser amiga da minha filha, conversar, não bater [...]*. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Mas você não quer, por quê (conhecer a história da criança)?

Flávia: *Eu me estresso. Fico muito estressada e fico com a coisa de querer resolver e eu não vou poder resolver a situação da família. Então, eu prefiro cuidar só da criança, ter o problema só da criança. Tem vez que a criança chega e eu pergunto: “Quantos irmãos você tem?”. [...] eu não pergunto do pai, não pergunto da mãe [...]. Que nem, agora, tem os gêmeos [...], perguntei só dos irmãos. Não quis me envolver com história de pai e mãe. Não quero perguntar o que aconteceu, como você veio parar. Sei que esse departamento não é meu. Vou cuidar da criança.*

Pesquisadora: E você acha que receber informações a respeito da família...?

Flávia: *Não é bom saber [...]*.

Pesquisadora: Mas por quê?

Flávia: *Porque eu acho que é muito estressante para mim. Eu vou ficar me remoendo por dentro e não vou poder fazer nada. Vai ser pior para mim, então, eu acho que eu não devo ir atrás, me informar para saber [...] porque eu sei que vou ficar chateada, eu vou me sentir mal e esse negócio, por dentro, vai me remoendo,*

*vou ficar ruim e não vou poder resolver. Então, eu acho que eu não devo correr atrás.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

É possível ouvir um pedido de ajuda, nos trechos reproduzidos. As educadoras falam sobre a dificuldade que sentem para acolher a criança, juntamente com sua história e sua família (outros trechos de entrevistas no Anexo CK).

Explicitamente, mencionam o ressentimento que sentem em relação à família de origem (não só da criança, mas dela mesma, no caso da educadora Ana) e quão impotente se percebem frente a isso, o que lhes gera sofrimento.

Aprofundando um pouco mais essa discussão, há relatos em que os profissionais falam explicitamente sobre como se sentem em relação à família da criança:

*João: Depende muito de quem está recebendo. Eu percebo que tem pessoas que recebem e, digo por mim, muitas vezes com raiva da família [...]. A gente tem raiva, eu sentia e sinto até hoje. Acho que isso tem melhorado, esse entendimento da família, mas, no primeiro momento, dá raiva mesmo, dependendo da situação [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa)

*Flávia: [...] estranhei a parte dos pais (assim que começou a trabalhar na instituição). Eu achava ruim, quando tinha visita. Aqueles pais vinham tudo bonitinho, abraçava os filhos. Eu achava um absurdo aquilo: prender criança aqui. Tinha que prender o pai, não tinha que prender a criança, [...] achava isso aquele absurdo. A criança ficar presa e o pai passeando para cima e para baixo, depois, chega aqui, dá um beijinho, um abraquinho no filho e vai embora. Então, era essa parte que eu achava ruim. Aí, depois, eu fiquei muito ruim, deu sinusite. Falei assim: “Não, eu não vou me estressar mais com pai [...], eu vou cuidar da criança, vou levar no médico, vou cuidar delas” [...]. Eu separei completamente pai e criança.*

Pesquisadora: E [...] hoje, o que você pensa desses pais?

*Flávia: Continuo a mesma coisa [...]. Então, eu não quero nem me envolver com a situação das famílias [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

*Lourdes: [...] É nosso trabalho, é a situação, é o sistema, mas eu vou confessar uma coisa para você: eu tenho muita raiva das mães, eu fico com muita raiva das mães, eu acho que é uma negligência, é uma falta muito grande da parte delas, uma irresponsabilidade muito grande. Mas, enfim, a gente tem raiva, mas tem que entender, afinal de contas, [...] não teve educação suficiente para poder educar, não teve cuidado o bastante para cuidar dos filhos. [...] eu já estou aqui há dez anos [...], eu continuo tendo raiva das mães. Cada criança que chega, fico com muita raiva das mães, dos pais. E, eu sei que não posso, não está em mim julgar, mas é [...] pelo que eu vejo. Eu acho que é muita irresponsabilidade. Eu gostaria de mudar essa realidade, pegar essas mães e dar uma lição, principalmente as que têm bastante filhos [...]. Aí eu tenho raiva, aí eu falo: “Por que o sistema não muda? Por que nessas mães, que não tem responsabilidade, não é feita laqueadura?” [...]. Tem gente que tem o terceiro, quarto, quinto (filho), mas tem tanta camisinha, tanto preservativo, tanto anticoncepcional... Pensa um pouco! Vai colocando criança no mundo, assim, sem pensar no futuro delas. Porque, você vê, essas crianças no abrigo, assim, você fica se perguntando: “Que futuro elas têm?” [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Ter que lidar com a criança, nas condições em que ela chega na instituição, frequentemente, bastante comprometida, e desconhecer a história da família, certamente, reforça esse tipo de reação e sentimento do profissional. Portanto, seu distanciamento e desconhecimento, apesar de parecer protegê-lo, na verdade, impossibilita-o de refletir sobre a situação para além do senso comum e agir de maneira a contribuir com a mudança da história da criança e de sua família, saindo, assim, do lugar da impotência, que o faz sofrer. Afinal, “as crenças dos profissionais acerca das famílias e o modo como se relacionam com as mesmas, também influenciam os resultados das intervenções” (Brasil, 2009e, p. 34).

Tais falas sinalizam, portanto, que compartilhar o conhecimento sobre a história da criança e a oferta de espaços consistentes, contínuos e contínuos de discussão, significação, suporte e apoio aos profissionais, ainda são práticas insuficientes, sobretudo para os educadores.

Nesse sentido, o pedagogo João fala sobre como a participação em diferentes processos de formação tem contribuído para mudar sua concepção sobre a família da criança e, conseqüentemente, sua atuação:

Pesquisadora: [...] Quando você estava nessa linha de frente, faltavam informações e, por isso, você acha que alguns sentimentos negativos eram gerados, em relação à família. Você acha que isso acontece com quem está lá também, por causa de falta de informação?

João: *Eu acho que nos últimos anos, uma das coisas que valorizo muito, que aconteceu aqui, e comigo já há bem mais tempo, é a questão da capacitação, a preparação dos educadores. Antigamente, a gente não participava muito das capacitações [...] e faltava muita informação, conhecimento mesmo, de como lidar com essas situações, de como atender uma família, e que essa família precisa de ajuda também. Isso tem melhorado muito. Para mim, tem melhorado muito, depois que eu comecei a participar de capacitação, que eu fui fazer a pós [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

A partir de toda essa discussão, é possível concluir que a qualificação do processo de acolhimento está diretamente relacionado à preparação e disponibilidade que toda equipe de profissionais tem para receber e acolher não só a criança, mas tudo aquilo que ela traz consigo, ou seja, sua história e sua família. Afinal, o que “sobra” da/para a criança se lhe tiramos isso?

A seguir aprofunda-se a discussão sobre a relação existente entre a criança, a família e a instituição.

### 6.5 A relação com a família e a preservação dos vínculos familiares: “vai no colo da mamãe, mamãe veio te ver”

A partir da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), reforçou-se a primazia dos vínculos familiares, a provisoriedade da medida de acolhimento e a ênfase no trabalho de reintegração familiar.

E de acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009e), as instituições de acolhimento devem se esforçar para preservar e fortalecer os vínculos familiares, considerando sua importância para o desenvolvimento humano, sobretudo nas fases da infância e adolescência.

Mas, como fica a vinculação afetiva entre a criança e sua família, ao serem e permanecerem separadas? Qual a percepção dos profissionais sobre isso?

Pesquisadora: E como fica a relação das crianças com a família, Adriana?

Adriana: *Fica revoltante. Elas ficam com uma revolta no abrigo e uma revolta com a família, até. Algumas deixam transparecer assim: “Foi por tua culpa que eu estou aqui!” ou “O que você fez para me deixar?”. Não sei, é uma relação [...] indescritível. Tanto é que, quando o juiz autoriza as visitas, é meio estranho aquele momento. Imagina sua mãe vindo te visitar, indo embora e você não sabe o que vai acontecer. Difícil, né?*(Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

O acolhimento gera sentimentos, reações e significações diversas e contraditórias que, por vezes, podem fragilizar, ainda mais, as relações familiares. Assim, devido à delicadeza da situação descrita pela pedagoga Adriana, destaca-se o importante trabalho que a equipe técnica e demais profissionais deveriam desenvolver com a criança e sua família com o objetivo de auxiliá-los na elaboração, (re)significação e superação das dificuldades a que estão submetidos. Afinal, é de responsabilidade da instituição atuar na promoção e no fortalecimento dos vínculos familiares, bem como conversar e manter a criança informada sobre todos os aspectos que lhe digam respeito (Brasil, 2009a).

Janaína: *[...] O começo é muito difícil para a criança, depois ela se acostuma, daí ela vê que o convívio familiar era ruim [...]. A gente tem criança que se deu muito bem com o acolhimento, que fala, verbaliza, que prefere muito mais aqui, que não quer de jeito nenhum voltar para aquela família, aquele lugar. E tem crianças que retornaram ao convívio familiar e ligam para a gente para falar que gostariam de estar aqui, que queriam estar aqui recebendo visita dos pais.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Nesses casos, é preciso entender melhor se o que leva a criança a preferir a instituição é, realmente, o convívio familiar *ruim*, como diz a psicóloga, ou se são as condições precárias

de vida a que a família está submetida. Cada uma dessas situações exigiria interpretação e intervenção diferentes. De qualquer forma, percebe-se que a criança permanece vinculada à família.

A pedagoga Yolanda fala sobre sua percepção:

Pesquisadora: Yolanda, como fica a relação da criança com a família enquanto ela está aqui? O vínculo, os efeitos dessa separação...

Yolanda: *Olha, é tão complicado, porque eles se distanciam muito, mas, ao mesmo tempo, parece que fica mais ligado. Não sei se de tanta saudade que eles sentem... É só uma vez por semana que a família vem, né? Eu acho pouco, para um vínculo, eu acho pouco [...].* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

De acordo com Yolanda, a relação da criança com a família se distancia, mas o vínculo continua. Salienta, no entanto, que as condições oferecidas pela instituição para promover a manutenção desse vínculo são insuficientes.

Nessa direção, a psicóloga Janaína conta que há crianças que solicitam a presença, o contato com a mãe ou outro familiar:

Janaína: *[...] tem crianças que só pedem a mãe, que não querem ficar aqui de jeito nenhum. Quando acontece de elas verem a mãe, familiar, é uma emoção, a criança fica muito bem. Então, às vezes, só de ligar para a mãe, a criança já dá uma acalmada e são várias fases [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

O contato com a mãe ou familiar, seja pessoal ou por telefone, acalma a criança, segundo Janaína.

Sílvia, por outro lado, diz que é comum que as crianças fiquem tristes, quando os pais vão embora, no dia da visita:

Pesquisadora: E como você percebe que o vínculo entre eles fica?

Sílvia: *[...] Quando o pai vai embora, eles ficam, os maiores [...].* *Você nota que eles ficam... Não quer comer naquele dia, eles ficam bem abatidos, assim, muito tristesinhos.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Cristiana: *[...] mas também tem o sofrimento, na hora da família ir embora, daí eles choram, na hora de ir embora.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

E, se as crianças ficam tristes, ao se verem novamente sem os pais, é porque estes permanecem sendo figuras de referência/apego para os filhos.

Assim, quando os pais deixam de comparecer à visita, a ausência pode causar sofrimento intenso à criança.

Pesquisadora: *[...] A partir da sua relação com as crianças, como fica a relação delas com a família, o efeito da separação?*

Lourdes: *Tem aquelas crianças grandes que se apegam em pai e mãe. E o dia de visita e os pais não vêm, sofre, chora, esbraveja, esperneia, quebra tudo [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E os que não recebem visita?

Yolanda: *Os que não recebem visita... Tem um que fala assim, para mim: "Ai, Yolanda, vem me fazer uma visita?".*

Pesquisadora: Para você?

Yolanda: *É. Eu falei "Mas como é que eu posso vir fazer uma visita, se eu já estou aqui todos os dias?". Assim que eu comecei a trabalhar aqui, ele falava isso direto para mim: "Vem aqui, me visitar". Então, falei: "Mas só se eu vier no final de semana fazer uma visita para você, porque eu estou aqui todos os dias! Todos os dias eu venho". Tanto que ele começou a falar, que falei assim: "Então tá, então, vamos lá em cima um pouco, porque, agora, eu sou sua visita, então, eu vou ser um pouco só a sua visita", falava isso para ele...*

Pesquisadora: E ele?

Yolanda: *Ele vinha, ficava contente, porque ele falava para mim "[...]. Eu quero uma visita para mim! Alguém que venha me ver".* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência)

São diversas as formas de manifestação de sofrimento, através de atos ou palavras.

Interessante observar, também, que são vários os relatos que versam sobre o choro da criança no reencontro com os pais, e cada profissional atribui um significado para esse comportamento.

A educadora Cássia fala sobre a sua percepção:

Pesquisadora: Como fica a relação da criança com a família? Os efeitos da separação...

Cássia: *Olha, fica um pouco complicada [...]. Um bebê, não vai entender, pode até entender, mas ele não põe para fora. Aqueles maiorzinhos, eles às vezes, tem uma resistência muito grande e quando a mãe chega, o pai chega, uns até choram, não querem nem lembrar o que passou, fica aquele filminho na cabeça. Então, [...] a gente, como as próprias técnicas, vão trabalhando com eles, com a família, para ter essa proximidade de novo.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Cássia conta que as crianças, principalmente as *maiorzinhas*, choram, ao ver os pais. A educadora atribui esse choro a uma lembrança desagradável dos tempos vividos com os pais. Realmente, isso pode ocorrer, demonstrando a fragilização da relação e dos vínculos afetivos. A educadora aponta que, nesses casos, há um trabalho da equipe voltado para essa questão.

No entanto, esse choro pode ter muitos outros significados. A psicóloga Angélica, num trecho discutido anteriormente, refere algo diferente:

Angélica: *[...] na maioria, parece que ela tem uma agilidade de falar: "Ah, está bom" [...], muitas delas estão aceitando, estão aproveitando tudo aquilo que, de novo, está sendo dado para ela. Só nos momentos em que eles reencontram os familiares [...] que é chocante, que é o momento que cai a ficha para elas e falam assim: "Gente, eu não tô mais na minha casa, eu quero ir embora para lá". Esse choro, eu acolho, esse momento do encontro da mãe, "quando eu vou embora?", "por que eu tô aqui?", aí aparece [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).



Angélica aponta que é na presença da mãe que a criança (re)significa sua ausência, fazendo com que sinta sua falta ainda mais intensamente, despertando-lhe o desejo de permanecer com ela. E isso a faz chorar.

Vitoria e Rossetti-Ferreira (1993) falam sobre outro significado para o choro. As autoras dizem que, no período de adaptação da criança à creche, é comum o choro nos reencontros com os pais, e pode significar “um desabafo de alguém ao reencontrar a pessoa com quem pode relaxar, que assume por ela o controle da situação” (p. 60).

Por outro lado, o choro também pode significar estranhamento ou raiva:

Pesquisadora: E como você percebe que fica a relação das crianças com a família enquanto elas estão aqui?

Camila: *Do berçário, os menorzinhos, tem uns que [...] chora demais, quando veem a mãe, parece que meio que esquece. Às vezes, a mãe até reclama: “Nossa, mas por que ele chora tanto?”. É que eu acho que vai apagando um pouco da memória, né, a imagem da mãe ou [...] viveu alguma angústia, pode ser.*

Pesquisadora: Mas as mães, que ficam um tempo sem ver?

Camila: *[...] quando chega aqui, às vezes, não tem visita, entendeu, demora um pouco. Às vezes, leva meses para vir e a criança pequena acaba apagando um pouco da mente. Então, até ela se acostumar de novo que aquela lá é a mãe dela, às vezes, ela não aceita, [...] ela chora até a tia vir lá para ficar junto. Eu acho que apaga um pouco da cabeça. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).*

Lourdes: *[...] E tem aquelas que não gostam, principalmente, os pequenos, que se apega com a gente. Quando a gente vem trazer para a mãe, não quer, quer ficar no nosso colo, tem isso também. “Vai no colo da mamãe, mamãe veio te ver”, com muito custo vai, mas não quer ir, porque fica muito tempo longe [...]. E aquelas grandes sempre querem ver a mãe, muito difícil uma criança grande que não quer. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Camila diz que a primeira visita pode levar *meses* para acontecer e que as crianças, especialmente os bebês, chegam a se esquecer de suas mães, por isso choram ao reencontrá-las. Realmente, bebês que foram acolhidos ainda recém-nascidos, ou logo nos primeiros meses de vida, pode ser que, mãe e bebê, não tenham tido oportunidade de construir vínculos afetivos significativos, de apego, anteriormente à separação. Nesse caso, é possível que o longo período em que permaneceram distantes provoque o estranhamento da criança.

No entanto, o choro de bebês um pouco maiores, acolhidos a partir de seis ou oito meses de vida e que tiveram a oportunidade de desenvolver relação de apego com suas mães, ou com outra pessoa que desempenhe essa função, antes da aplicação dessa medida de proteção, pode ter outro significado.

De acordo com Bowlby (1997), o apego é uma necessidade primária, tanto quanto o sono e a alimentação. Devido ao lento desenvolvimento do bebê humano, o comportamento de apego quase sempre pode ser observado em crianças a partir do segundo semestre do

primeiro ano de vida, quando apresenta desenvolvimento psicomotor que permite sua maior expressão e visibilidade, tal como, por exemplo, agitação dos braços, sorrisos e gorjeios de prazer ao se deparar com o objeto de seu apego. Além disso, afirma que é a partir do terceiro ano de vida que a criança começa a se sentir mais segura na ausência da figura de apego e na presença de estranhos. Assim, o apego continua como parte importante do comportamento da criança, porém começará a sofrer algumas modificações ao longo da vida, manifestando-se durante todo o ciclo vital (Bowlby, 1990).

É possível concluir, portanto, que uma criança que teve a oportunidade de desenvolver relação de apego com sua mãe (nem sempre saudável e não necessariamente com a mãe), mesmo ao se separarem, esse vínculo perdurará. Embora os vários meses em que permaneceram distantes possa ter fragilizado a relação, dificilmente a criança a terá esquecido. O mais provável é que haja algum ressentimento por parte da criança, devido à separação. Portanto, o choro, a raiva e o evitamento da criança, ao rever a mãe são algumas das reações compatíveis com a situação vivenciada, conforme a idade da criança, o tempo de separação, suas experiências prévias, sua habilidade cognitiva para compreender o que está acontecendo, dentre outras possíveis influências.

Talvez, por isso, a educadora Lourdes perceba que *aquelas (crianças) grandes sempre querem ver a mãe, muito difícil uma criança grande que não quer*. Em outras palavras, é possível inferir que, quanto maior a maturidade e desenvolvimento cognitivo da criança, mais condições ela terá para elaborar e lidar com essa separação temporária (Rossetti-Ferreira, 1984).

Mas, que trabalho tem sido realizado pelas instituições e que condições têm sido oferecidas à criança e sua família para preservar, fortalecer, (re)construir, (re)significar o vínculo entre elas?

As Orientações Técnicas (2009e) apontam a necessidade de se promover o fortalecimento desses vínculos nas ações cotidianas da instituição, com visitas e encontros entre as crianças e as famílias.

### **No abrigo institucional Lírio...**

Chama a atenção a proatividade da assistente social que busca o contato com a família da criança em curto prazo, o que possibilita mais agilidade quanto ao início das visitas, quando consideradas benéficas à criança.

Valentina: [...] a gente só libera a visita para a família depois que eu for fazer a primeira visita, conhecer a família, sentir na conversa como a família reagiu em relação a isso.[...] Dependendo de como a família reage, a gente já libera as visitas e já comunica o juiz [...].

Pesquisadora: [...] Geralmente demora quanto tempo?

Valentina: Uma semana, no máximo. Na mesma semana que a criança é acolhida, eu já vou até a família, até um dia depois, ou no máximo dois dias, mas, na mesma semana. Eu só não vou logo como, por exemplo, os bebês, que vêm da maternidade, geralmente, não tem o endereço da mãe porque a mãe [...] recebe alta, vai embora e larga a criança. Então, [...] gente vai investigando nos serviços do bairro até conseguir o endereço. Tem casos em que a gente não conseguiu o endereço, aí a gente comunica para o juiz [...]. Geralmente demora uma semana, mas tem casos que demoraram 6 meses para a família começar a visitar.

Pesquisadora: Por conta dessa não identificação?

Valentina: Da não identificação e, também, [...] teve uma família que [...] a gente identificou [...], mas era uma mãe [...] em uso de crack e de álcool. E todas as vezes marcava, agendava, ela não vinha. Foi um processo bem longo até a gente conseguir que ela fosse para um tratamento. Então, isso também acontece, mas, na maioria das vezes, na mesma semana, a gente já faz a visita, já identifica a família e já agenda para eles virem. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Destaca-se também a autonomia da equipe técnica, para autorizar as visitas (com posterior comunicado ao juiz), conforme prevê a legislação brasileira, a qual estabelece que, salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as instituições devem estimular o contato da criança com a família<sup>47</sup>. O mesmo é assegurado pelas normativas do Estado do Alabama, nos Estados Unidos, que especificam que o direito à visitação deve ser honrado, a não ser que existam motivos documentados (State of Alabama, 2000).

Pesquisadora: [...] quanto tempo demora para a família ver essa criança novamente?

Fernanda: Normalmente, se é uma família que a gente percebe essa vontade, se a gente vê que não vai causar nenhum risco para a criança [...] a gente já marca [...]. Então, se a gente percebe, se a gente está fazendo a visita domiciliar e avalia que não coloca a criança em risco ou que foi uma situação feita à revelia mesmo, geralmente, a gente já marca, já autoriza. E, aí, a gente [...] comunica o juiz que a gente autorizou as visitas e ele manda um documento autorizando efetivamente as visitas.

Pesquisadora: E isso leva quanto tempo, para a criança ver novamente a família?

Fernanda: Então, se a gente avalia, já é quase que imediato [...]. É preciso avaliar também como é esse vínculo, como era com a família, um mês, nem isso.

Pesquisadora: Um mês?

<sup>47</sup> O defensor público Diego Vale de Medeiros, que também é um dos coordenadores do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, tem feito um importante trabalho de formação voltado para a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente. Tive oportunidade de estar presente em alguns eventos, nos quais Diego participou e enfatizou o direito da criança acolhida à convivência familiar e a responsabilidade da equipe técnica de viabilizar as visitas o mais rapidamente possível. Posteriormente, via trocas de e-mails, o defensor enviou-me um compilado com todas as leis que asseguram à criança esse direito, o qual está reproduzido abaixo:

- Constituição Federativa do Brasil: artigo 227.

- Estatuto da Criança e do Adolescente (com as modificações da Lei 12.010/2009): artigo 19, §§ 1º ao 3º; artigo 92, inciso I, § 4º; artigo 100, inciso X; artigo 101, §§ 4º a 7º.

- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Fernanda: *É.*

Pesquisadora: Para quê?

Fernanda: *Para a família começar a ver, porque a gente precisa conseguir ir, encontrar a família... Às vezes, a criança chega e a gente [...] não consegue contato com a família [...]. Agora, se não demora e se a gente avalia, a gente percebe que não vai ser legal a visita, aí, a gente pede autorização primeiro para o juiz, para ganhar esse tempo para avaliar essa família [...].*

Pesquisadora: E o que, normalmente, vocês avaliam, que não vai ser benéfico para a criança?

Fernanda: *Se tem alguma questão de violência, né, de violência sexual [...] ou que a família está envolvida com droga ou [...] que ela possa vir alcoolizada, em condições que vai desorganizar um pouco também o abrigo [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

A psicóloga Fernanda, tal como Valentina, aponta que, às vezes, é possível que a visita familiar tenha início rapidamente, mas nem sempre é assim nos casos em que a família não é encontrada ou, então, quando a equipe técnica precisa de mais tempo para avaliar os possíveis efeitos da visita para a criança. Nesse último caso, a psicóloga diz que solicitam autorização de visita para o juiz, em vez de elas mesmas autorizarem, como forma de ganhar mais tempo para realizar a avaliação da família.

Valentina: *[...] hoje, as visitas acontecem semanalmente [...].*

Pesquisadora: Com horário determinado?

Valentina: *Com horário.*

Pesquisadora: Que horário?

Valentina: *Depende. Na segunda-feira, cada família acaba vindo num horário que é melhor para ela e a gente fica à disposição da família o dia todo. [...] Nós temos que ter horários. Não dá para gente deixar aberto porque não é sempre que posso atender, não é sempre que posso acompanhar. [...] Então, a gente tem que ter, pelo menos, dias e horários predeterminados porque, infelizmente, não estou disponível todo tempo [...]. Eu, ou a Fernanda (psicóloga da instituição), a gente sempre acompanha até para conversar com a família, [...] a gente observa também como que é a relação da criança com a família [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Autorizadas as visitas, elas são semanais, em um dos dias úteis da semana (na época da coleta, era de segunda-feira) e com hora marcada. A família, porém, tem alguma flexibilidade para escolher o horário, desde que seja no período comercial, devido ao horário de trabalho da equipe técnica. Nos casos em que os pais trabalham, mesmo havendo essa flexibilidade, é provável que encontrem dificuldade para conciliar os dois compromissos (visita e trabalho), ambos necessários para viabilizar a reintegração da criança em sua família.

As normativas do Estado de New Jersey, nos Estados Unidos, asseguram que a instituição deve estabelecer o horário de visitas para as crianças, porém, com flexibilidade, a fim de garantir esse direito para aqueles cujas famílias não podem comparecer nesse horário. Ademais, esclarece que o coordenador da instituição deve estabelecer e implementar

procedimentos de visitação que assegurem a regularidade das visitas (State of New Jersey, 2008).

Valentina: [...] *quando tem festinha de aniversário dos filhos, a gente também convida, mesmo não sendo naquele dia e horário (de visita). [...] A gente faz festa de Natal. [...] Mas você sabe que tem pais que a gente até propôs duas vezes na semana e eles não quiseram pela dificuldade de vir porque a maioria mora muito longe ou por trabalhos esporádicos que, às vezes, eles fazem durante a semana, por passe de ônibus que a gente, infelizmente, não consegue [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Fernanda: [...] *A gente até já tentou; a criança tem algum problema de saúde, ficou internada, “Vamos pedir para a mãe ir acompanhar”, mas a gente não sabe até que ponto ela vai [...], teve alta e a mãe pega e leva embora. Também é nossa responsabilidade. Ou, então, vai ter uma apresentação da escola, então, “vamos chamar a família”, não.*

Pesquisadora: Não também?

Fernanda: *Às vezes, a gente até convida, fala que vai ter uma apresentação aqui no abrigo, eles não vêm. No Natal passado, teve uma apresentação de Natal em que as crianças fizeram um teatro. A gente até convidou as famílias que tinham autorização para visita, que vinham toda semana, mas eles não vieram.*

Pesquisadora: Vocês procuraram saber por quê?

Fernanda: *Porque era fim de ano, porque não tinha dinheiro para vir, dinheiro da passagem, ou porque estava chovendo. A gente tem as mais diversas desculpas.*

Pesquisadora: E passagens, vocês não fornecem?

Fernanda: *A gente fornece, mas, normalmente, a gente fornece um trecho, então, eles vêm e a gente dá a volta.*

Pesquisadora: Entendi.

Fernanda: *Isso é o que a gente consegue.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Outras oportunidades de contato com a família são oportunizadas quando há alguma festa na instituição, em decorrência de datas comemorativas. Porém, em outras ocasiões, por exemplo, em apresentações na escola, ou quando a criança é hospitalizada, a família não é convidada a participar. No Estado do Alabama (State of Alabama, 2000), as normativas para as instituições de acolhimento asseguram que as crianças têm direito de estar com a família em todas as ocasiões possíveis. E as normativas europeias estabelecem que a família de origem deve ser ajudada a compreender as circunstâncias da criança e ser incentivada a ajudá-la (IFCO, SOS-Kinderdorf International & FICE, 2006).

Valentina conta que a família tem dificuldade para comparecer à instituição numa frequência maior que a semanal, devido, sobretudo, à falta de recursos financeiros e à incompatibilidade de horários, já que precisam trabalhar no horário disponível para a visita. Ademais, na fala de Fernanda parece haver certa desconfiança ou, então, uma expectativa negativa em relação à família, no sentido de que talvez não compareça ao hospital, se for chamada, ou de que compareça, mas leve a criança embora, ou de que são *desculpas* as justificativas para o não comparecimento nos eventos.

E como costumam ser as visitas?

Valentina: [...] *É óbvio que eles ficam um pouco só eles, até porque a gente tem que garantir isso. Mas a gente sempre está por perto observando, até para ver como a criança reagiu com a família e tudo [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

A assistente social diz que, apesar de sempre ter uma técnica por perto, para observar a criança com a família, há algum cuidado para garantir-lhes certa privacidade. Em relação a isso, normativas americanas estabelecem que se devem oferecer condições razoáveis de privacidade à família e à criança durante a visita, a menos que existam motivos específicos documentados que indiquem o contrário (State of Alabama, 2000; State of New Jersey, 2008).

Pesquisadora: E como fica a relação da criança com a família, enquanto ela está acolhida, Sílvia?

Sílvia: [...] *eles vêm visitar as crianças. Aí, a gente arruma eles, dá banho, arruma eles todos bonitinhos, e aí a mãe vem e fica lá no parque [...].*

Pesquisadora: E as famílias, participam? Assim, tem os momentos de visita uma vez na semana, né, mas elas participam da rotina da criança, de alguma forma, por exemplo, se estiver no horário de comer, se elas podem dar comida; se estiver na hora do banho, se elas podem dar banho... Se tem alguma participação ou elas ficam só lá no parque?

Sílvia: *Não. Geralmente, quando elas chegam, elas já tomaram banho, elas já tomaram o café e ela vai embora. Quando é de manhã, geralmente, ela vem, fica um período e ela vai sempre antes do almoço. Aí, fica mais naquele momento de lazer mesmo. [...] Quando é à tarde, é a mesma coisa [...].* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: [...] essas famílias não participam do cotidiano do abrigo?

Fernanda: *Não, não participa.*

Pesquisadora: Ela não pode, por exemplo, chegar, dar um banho no filho...

Fernanda: *Não.*

Pesquisadora: Não existem exceções?

Fernanda: *Não. Às vezes, já aconteceu da questão da alimentação, de dar uma mamadeira, de dar a comida, mas da rotina, assim, não [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

A visita não é planejada com o objetivo de favorecer a participação da família na rotina da criança, por exemplo, através de práticas de cuidados.

A pedagoga Adriana diz que já tentou promover maior integração das famílias, no entanto, sem um retorno satisfatório, em sua opinião:

Pesquisadora: A família participa de alguma forma da rotina do abrigo, assim, do cotidiano da criança?

Adriana: *Não. Quando está autorizada, ela vem para a visita e vai embora. Eu já tentei envolver, [...] pegar os pais na visita e trazer para a horta, com os meninos, com as meninas, [...] mas eles não aderiram e aí não rolou, sabe? Eles não estão abertos a uma troca. Vêm e querem ficar sentados, sabe? Estão cansados, querem ficar sentados ali. Não têm muita energia, não.* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Adriana considera que *não rolou* por causa dos pais, ou seja, devido à falta de abertura e energia deles. No entanto, antes de chegar a essa conclusão, não parece ter havido uma avaliação mais criteriosa sobre a proposta de integração das famílias promovida pela instituição.

### **No abrigo institucional Tulipa...**

Tal como na instituição anterior, a equipe técnica do abrigo institucional Tulipa, de forma autônoma e proativa, prima pela rapidez no contato com a família para que possam avaliar, o quanto antes, a possibilidade de início das visitas à criança.

*Cristiana: [...] as oportunidades de visitas, logo que é possível, que a gente vê que a família que não traz risco para a criança, a gente tenta liberar para que a criança não se sinta abandonada [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).*

*Angélica: [...] Na maioria, é assim: tão logo o caso chega, a gente dá uma olhada na documentação e se já tem alguma documentação que a gente consiga ter o telefone, a gente já liga e já entra em contato; às vezes, no outro dia mesmo, mas a gente também avalia um pouco o contexto desse acolhimento, como que se deu. Então, recém-nascido, se já vem direto da maternidade e a mãe demonstra um certo vínculo, então, a gente tenta garantir já de cara se existe a possibilidade de amamentação [...]. Então, a gente vai tentar manter. Com filhos maiores [...], a gente também tenta já, logo no outro dia, fazer um vínculo, em contato telefônico, ou ir fazer uma visita domiciliar, para a gente já sentir também um pouquinho, como que aquela mãe está compreendendo a situação do acolhimento e se existe a possibilidade de a gente já liberar para visita ou não. Às vezes, a gente acha que não dá, e essa criança fica muito tempo sem receber visita. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

No entanto, existem algumas famílias que não são autorizadas ou não desejam manter contato com sua criança.

Pesquisadora: E quais são os casos que não dá?

*Angélica: Alguns já vêm com proibição de visitas, suspensão [...]. Se é uma reincidência grave, se é uma mãe que está envolvida com criminalidade, com situações que envolvem risco de morte da criança, ameaça de morte, esse tipo de coisa, aí a gente dá uma segurada. A gente nem, às vezes, faz entrevista aqui no abrigo, a gente convoca e vai na Vara da Infância [...]. Mães que, por exemplo, na visita fala: "Olha, eu não quero ver eles, não faço a menor questão" [...]. Geralmente é a família extensa que passa esses detalhes [...]: "Não tem muito o que fazer, essa mãe não está nem aí, essa criança, também, nós não queremos mais". Então, a gente tende a voltar para o abrigo e comunicar que a gente foi na casa, pelo menos eu tento fazer isso, que os pais colocaram para a gente que eles estão com muitas dificuldades de cuidar, sim, que eles gostam, mas que eles preferem que a gente cuide [...], porque eles estão muito perdidos no jeito de como faz isso. É, mais ou menos, o que eu digo para as crianças, então, que eles vão ficar aqui, que eles vão ser cuidados. Aí, eu tento dizer que eles não vão receber visitas, eu tento*

*comunicar isso para eles para ter notícias, mas não são com todos, por exemplo, com os bebês [...].*

Pesquisadora: Mas e para as crianças maiores?

Angélica: *Sim, aí sim [...]. Eu, pelo menos, tento dar esse retorno de que não vai ter. Aí tento descobrir também se tem irmãos: "Mas vocês vão continuar vendo seus irmãos e tudo mais" [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Nesses casos em que as visitas não serão possíveis, a psicóloga Angélica diz conversar, de maneira honesta, com a criança sobre a situação, com exceção dos bebês.

E, nesta instituição, as visitas também são semanais, porém com um pouco mais de flexibilidade.

Pesquisadora: Queria falar um pouquinho da família [...]. Quanto tempo ela demora para vir visitar? Como é? São semanais, as visitas?

Angélica: *As visitas são semanais e [...] varia um pouco, de caso para caso [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E em relação à família, eles têm oportunidade de estarem juntos só uma vez na semana?

Cristiana: *Em alguns casos, duas.*

Pesquisadora: *E tem um tempo?*

Cristiana: *A visita tem geralmente duas horas. E bebezinhos que estão amamentando, a gente propicia o encontro diário para a mãe amamentar.*

Pesquisadora: *Uma vez no dia?*

Cristiana: *Ela vem uma vez no dia e, aí, depois, se quiser, ela pode trazer o leitinho dela, tirar com a bombinha. Ela pode ficar, assim, bastante tempo aqui, num período. Tudo também depende do tipo de mãe, se a mãe está cuidando direitinho e souber, ela fica. Já teve mãe que ficou aí a manhã toda com a criança.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Além das visitas ocorrerem duas vezes na semana, dependendo do caso, com duas horas de duração, os bebês recém-nascidos podem ter o tempo de permanência com a mãe estendido, durante a visita, por causa da amamentação.

Todavia, não existe a possibilidade das visitas acontecerem aos fins de semana, para aqueles pais que trabalham.

Cristiana: *[...] A única coisa que ainda está difícil, que é um desafio para mim ainda [...]. Na casa (onde as crianças são acolhidas), a gente ainda não tem infraestrutura para as famílias irem à casa, então, a gente não liberou as visitas lá. As visitas acontecem aqui na sede.*

Pesquisadora: E como no final de semana não tem ninguém aqui...

Cristiana: *Não tem ninguém aqui, então, não é liberado ainda [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

A coordenadora Cristiana diz que, por dificuldade de infraestrutura, as visitas precisam ocorrer no prédio onde ficam a equipe técnica e o pessoal do administrativo, mas, como não há expediente nos fins de semana, as visitas ficam impossibilitadas.

E, por uma questão de segurança, as famílias, muitas vezes nem sabem onde os filhos estão exatamente.



Pesquisadora: Cristiana, as famílias sabem onde é a casa?

Cristiana: *Algumas sabem, outras não [...]. A gente evita fornecer o telefone e o endereço para a família, a gente fala que é aqui perto, não é longe daqui, porque muitas têm a questão do risco mesmo, de querer... Nós já tivemos crianças aqui que a família entrou, pai entrou para seqüestrar a criança daqui de dentro. Então, a gente ficou meio...*

Pesquisadora: Se a criança quiser ter contato por telefone com a família não pode, nem a família com ela?

Cristiana: *A gente propicia, em geral, daqui (do local onde os técnicos e o administrativo ficam) ou [...], em alguns casos, é possível da casa. Famílias que a gente já acompanha, que a gente sabe que não tem um risco, a gente fornece sem problema, as crianças já têm ligado [...]. Lá, é mais por uma questão até de despesa, porque eles ligam muito para celular e ficam horas e tivemos um corte muito grande; assim, tem que justificar muito, então, tem essa questão administrativa também, então se é só um contato [...], uma ligadinha com a nossa supervisão [...]. O que acontece, às vezes, no fim de semana é que eles entram, telefonam sem... Os mais velhos lá fazem isso e tem uma dificuldade muito grande de seguir as regras. Isso está muito difícil, mesmo na casa.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Em alguns casos, em que há avaliação de que a família não representa perigo para a criança e para a instituição, contatos telefônicos são permitidos entre a família e sua criança. Todavia, percebe-se que há controle em relação aos gastos que isso gera para a instituição, além de supervisionarem o teor da conversa. Tais regras são burladas pelas crianças mais velhas.

As normativas do Estado do Alabama (State of Alabama, 2000) estabelecem que a instituição deve desenvolver uma política, por escrito, em relação aos contatos por telefone e por *e-mail*. Essa política deverá, então, ser explicada para a criança e uma cópia do documento deve ser entregue à sua família.

Já em New Jersey (State of New Jersey, 2008), assegura-se que não deve haver restrição na quantidade de *e-mails* enviados ou recebidos pela criança e que tais *e-mails* não deverão ser lidos pelos profissionais da instituição. Em relação às cartas, as normativas dizem que as crianças receberão uma quantidade razoável de selos e outros materiais necessários (papel, caneta, etc) para se corresponder com quem desejarem. Especificamente sobre os contatos telefônicos, estabelecem que na instituição deverá ter um telefone à disposição das crianças e que cada uma delas terá um número razoável de ligações para fazer e receber. Ressalta, inclusive, que as ligações de telefone, feitas ou recebidas, não deverão ser monitoradas pelos profissionais.

No abrigo institucional Tulipa, existem também outras iniciativas para promover o contato entre algumas crianças e suas famílias.

Pesquisadora: E como é feito o trabalho com a vinculação entre a criança e a família, você percebe que [...] é suficiente a visita?

Cristiana: *Essa é uma boa pergunta. A gente tem visto que não é suficiente. A gente tem observado, de algum tempo para cá, que algumas mães, a gente tem feito com que ela assuma alguns compromissos com a criança [...]. É uma coisa que a gente começou mais esse ano, com umas famílias e a gente começou meio timidamente com duas, três [...], de começar a assumir o compromisso de ir no psiquiatra junto e tal. Eu acho que isso fortalece o vínculo entre pai e filho, as responsabilidades e até a forma como ele tem que lidar. Então, tem sido positivo [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Marina: [...] *a gente estava discutindo aqui também, até em razão de um questionário que veio do Ministério Público [...] que, às vezes, você mergulha na rotina do trabalho e nem percebe. Nesse questionário, tem uma pergunta muito semelhante à sua: até onde a família de origem participa das atividades da criança dentro da instituição. E a gente concluiu [...], diante desse questionário que veio, que a gente informa. Então, se você tem um filho que vai fazer música, que vai fazer alguma atividade circense, alguma outra coisa, eu te informo, mas eu não te chamo para participar [...]. Isso é uma falha no nosso atendimento, uma vez que eu estou trabalhando a reintegração! E a gente acha que está participando: “Olha, estou fazendo isso para o seu filho”. Daí, a gente se questionou: “Nossa, que furo no nosso atendimento isso!”.*

Pesquisadora: E mesmo na rotina, assim, elas participam de alguma forma?

Marina: *Nós temos começado a mudar isso [...]. Tem sido legal. Algumas famílias que a gente está vislumbrando o retorno ou a possibilidade mais efetiva de retorno - porque aquela que você não está vislumbrando, isso não é indicado, na minha opinião - a gente tem conseguido muito que mães acompanhem os filhos ao médico, algumas crianças até sem monitor, aquelas que a gente tem certeza que não corre o risco dela fugir com a criança [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Nota-se que as profissionais estão num movimento importante de questionamento, avaliação e mudança de suas práticas, seja ampliando o número de dias de visita, corresponsabilizando as mães em relação ao acompanhamento médico de seus filhos e/ou pensando em formas de promover a participação da família na rotina da criança que extrapole a simples informação.

Especificamente nos dias de visita, quais as condições oferecidas pela instituição para esse encontro?

Pesquisadora: E aqui, o que acontece durante as visitas? O que eles podem fazer juntos? O que acontece?

Cristiana: *Eles podem brincar aqui no parquinho [...]. Os pais, geralmente, trazem lanchinhos diferentes, que a criança pede. Alguns brinquedos, que ficam aqui na sala, podem pegar para brincar [...]. E, às vezes, a equipe técnica faz alguma intervenção com a família [...]. A gente está num local que não é perto da casa desses pais, [...] então, nem sempre as famílias podem vir mais de uma vez aqui. Tem famílias que pedem e quando a família pede [...], então, a gente também incentiva. E a gente tem a estrutura porque, também, se vier todas as famílias no mesmo horário, porque a gente tem que ter a observação do técnico em alguns momentos, então, a gente avalia tudo isso [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

A criança e sua família podem, então, brincar no parquinho ou utilizar outros brinquedos disponíveis como mediadores da relação entre eles. Como a visita não ocorre no

local onde a criança fica acolhida, também não há a possibilidade da família participar de sua rotina de cuidados, porém permite-se que alimentos dos quais a criança goste sejam trazidos. Há também observação e avaliação da equipe técnica, *em alguns momentos* da visita, bem como outras intervenções em relação à família.

### **No abrigo institucional Hortência...**

A psicóloga Janaína, numa atitude bastante empática, em relação à mãe da criança, diz que, na primeira visita, há o cuidado de apresentar-lhe o local, as educadoras, as crianças e a rotina institucional.

Janaína: [...] *porque é uma dúvida da mãe, onde ela (a criança) vai ficar, se vai ser bem tratada. É uma prática nossa, quando a mãe chega para a primeira visita, a gente tem que explicar o espaço, mostrar onde a criança dorme, como é a rotina, quem são as educadoras, quem são os amigos, isso vai quebrando um pouco a impressão, impressão ruim.*

Pesquisadora: Como são as visitas aqui, Janaína, são semanais?

Janaína: *Elas acontecem uma vez por semana, no período da manhã, das 9h até as 11h30.*

Pesquisadora: E para as mães que trabalham, ou os pais?

Janaína: *É oferecido esse horário apenas, quando a mãe trabalha e tem restrição, a gente consegue fazer um horário dependendo do horário dela. Não inicialmente, a gente até dá uma comprovação que ela esteve aqui [...]. Inicialmente, a gente não abre exceção, até para a gente ver como vai ser a mãe com a criança aqui, porque tem mães que também tumultuam a vida na casa, que começam a falar da vida particular delas na frente de outras crianças, ou questionam a forma como estão cuidando do filho, as roupas que veste, por que está com aquela fralda. E é assim, se a mãe tem uma boa relação com o filho, com as pessoas, aí a gente libera para um horário que ela possa, mas a princípio é naquele horário que a gente determinou. Aí a gente vê se a gente já tem o vislumbre do retorno dessa criança, a gente pensa nos fins de semana com essa mãe, se a criança vai passar o fim de semana ou vai passar só o sábado, o domingo... Daí começa a agregar outras pessoas da família que foram ou são importantes para essa criança. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Assim como nas outras instituições, as visitas são em dia e horário comerciais. E como forma de avaliar o comprometimento da mãe, inicialmente, não há qualquer negociação em relação a isso. Resta-lhe apenas submeter-se às regras institucionais. Após avaliarem o seu desejo pela criança e grau de periculosidade, abrem-se as negociações. E, nos casos em que há a proposta de reintegração familiar, o contato com a família se amplia.

Porém, no momento em que a coleta de dados foi feita, apenas uma criança estava recebendo visita.

Simone: [...] *nós temos hoje uma mãe só que está autorizada a fazer visita.*

Pesquisadora: Nossa, de quase 30 crianças?

Simone: *Entendeu? Muitas, foi porque deixou, porque já está destituído, porque abandonou na maternidade, outras são porque até estavam autorizadas, mas não apareceram mais, outras porque não tem condições e a gente não autoriza [...]. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

Simone: *A gente fala que faz alguns combinados com essa família, assim: “O que nós estamos propondo para você? Você vai para o centro de saúde, faz o seu atendimento”, algumas precisam de psiquiatra... E a gente pede para a pessoa se comprometer, cada vez que for para um atendimento, ela vai trazer um comprovante para nós. Até para tentar ver esse comprometimento.*

Pesquisadora: E elas têm passe para vir?

Simone: *Não, nós não oferecemos passe aqui.*

Pesquisadora: E se ela não tem condição?

Simone: *Nós não oferecemos o passe, nós não temos uma verba destinada para isso.*

Pesquisadora: Mas, se ela não tem condição de ir e vir?

Simone: *Mas, o comprovante que a gente pede é dos serviços que já tem na região dela [...].*

Pesquisadora: E essas, que não tem visita autorizada, elas não vêm, vocês é que vão até lá?

Simone: *Nós que vamos até lá, a gente vai até a residência, quando há necessidade, marca um atendimento, que não aqui, no acolhimento [...]. Outras que a gente não conseguiu nem localizar para marcar, não tem contato, tem uma criança aqui que foi deixada na maternidade. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

Há um alto grau de exigência em relação à família. Seu comprometimento é analisado a partir do cumprimento de *combinados* feitos pela/com a equipe técnica. No entanto, a avaliação sobre o não cumprimento não parece considerar as dificuldades enfrentadas pela família. Ademais, o comprometimento da família não deve ser avaliado sem que todos os outros envolvidos também passem pelo mesmo crivo de avaliação.

Há, na área da saúde, uma discussão sobre encaminhamento responsável. Andrade *et al.* (2013), com base em diferentes estudos, apontam a necessidade de se romper e superar o movimento de desresponsabilização e articulação pontual dos serviços para que seja possível o oferecimento de um trabalho integrado e contínuo de cuidado à população. Trabalhar, efetivamente, dessa maneira, é um importante desafio a ser vencido, pois o simples encaminhamento das pessoas dificilmente surte o efeito esperado.

Essa discussão parece ser bastante pertinente no acolhimento institucional, pois muitos dos *combinados* que precisam ser cumpridos envolvem certa condição física, emocional e financeira para cuidar de si e também do outro. Todavia, as famílias atendidas, frequentemente, carecem de todas ou de muitas dessas condições. E, por isso, precisam ser cuidadas e assistidas pelos diferentes serviços, de maneira integrada e contínua, para depois se tornarem capazes de fazer isso, mais ou menos, autonomamente, dependendo de cada caso.

Porém, percebe-se que a responsabilidade recai, sobretudo, na família:

Pesquisadora: Durante o acolhimento, como fica o vínculo com a família?

Manoela: *Depende muito mais da família do que da gente [...], porque a família que quer a criança, independentemente da situação financeira, ela quer e cuida. Se gosta, ela vai se desdobrar e fazer com que aquela criança retorne a ela, então, depende muito mais dela mesmo. Como a gente percebe que tem caso que a família,*

*não, ela fala, mas não faz, por mais que a gente tente dar meios para eles [...].*  
(Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

E, assim, corre-se o risco de desconsiderar a complexidade da situação a que está submetida a família. Afinal, existem inúmeros outros circunscritores que também podem interferir na forma como essa criança é significada e desejada pela família.

Uma vez que as visitas tenham sido autorizadas, qual o contexto em que ocorrem?

Pesquisadora: E as visitas acontecem em que espaço, aqui?

Janaína: *Na verdade, elas ficam livres. Começa lá embaixo, normalmente, como é de manhã, a criança acabou de tomar o café da manhã, depois as mães sobem, ficam no parquinho, ficam livres.*

Pesquisadora: É uma visita monitorada, como é?

Janaína: *Alguns casos são. Inicialmente, é monitorado, mas quando a gente percebe que a mãe é tranquila e a criança se sente bem com ela, daí...* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

A psicóloga Janaína diz que, inicialmente, as visitas são monitoradas, mas tornam-se mais livres, conforme o encontro com a mãe/familiar se mostrar benéfico para a criança.

A educadora Ana fornece outras informações significativas sobre as visitas:

Ana: *[...] Tem mãe que vem e traz salgadinho e soca salgadinho, e às vezes não é isso que a criança quer, o que ele quer é a presença da mãe, é o momento de dar comida na boca dele, dar banho nele...*

Pesquisadora: E elas poderiam fazer essas coisas?

Ana: *Pode, tem mãe que faz isso. Tinha a mãe de um menino que chegava na hora da comida: “Olha, é hora do papa dele, você quer dar comida para ele?”. Ela dava.*

Pesquisadora: Mas vocês ofereciam?

Ana: *Só se a mãe pedisse, se ela está com a criança e ela não se manifesta, você fala “É o horário dele almoçar”. Tem mãe que fala: “Então toma”. Se faz isso, a gente pega, se ela pede para dar, a gente deixa, mas se a gente vê na cara dela que ela está meio assim... Mas a gente deixa, tinha mãe que ficava bem à vontade, chegava no berçário e pedia para dar comida, banho, a gente deixa bem à vontade. Às vezes, vinha de sapato alto, porque era advogada, e eu dava o meu chinelo para não escorregar, ela dava banho, fazia espuminha, contava historinha, brincava de peixinho [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Nessa instituição, a família parece ter mais inserção e participação do que nas anteriores. Além de levar alimentos para a criança, podem dar comida na boca, dar banho, trocá-la. Todavia, a educadora frisa que a família é deixada *à vontade* para fazer essas coisas, ou seja, não parece haver um trabalho intencional e planejado para que isso seja incentivado.

No exemplo que foi dado, a protagonista é uma mãe advogada, provavelmente de classe média, que chegava usando sapatos de salto alto, ou seja, um perfil de mãe/família bastante diferenciado daquele que, comumente, transita pela instituição. Em sua maioria, as famílias atendidas são pobres, e vêm de um processo de submissão significativo, como já foi discutido anteriormente, podendo faltar-lhes esse tipo de iniciativa e proatividade. Por isso,

um trabalho com esse objetivo poderia ser benéfico, no sentido de criar estratégias e oportunidades para o fortalecimento dos vínculos familiares.

### **No abrigo institucional Rosa...**

O primeiro aspecto que chama a atenção é que, ao contrário do que estabelecem as legislações nacionais e internacionais, o movimento inicial da instituição é proibir o contato com a família, em vez de promovê-lo.

Pesquisadora: E como é a relação, como fica a relação com a família, Lara, enquanto elas estão aqui [...]?

Lara: [...] Criança vem para cá com busca e apreensão, primeiro fato: proibição de visita. Não tem como estar vindo. [...] Óbvio que isso não significa que não esteja sendo trabalhada essa família, [...] mas a visita, tem que ter autorização judicial. Quando ela vem aqui, normalmente, já vem com certo histórico. [...] Aí, a gente vê também o tempo da reação dessa criança. Se for necessário que ela veja essa criança, às vezes, a gente já até abriu mão de esperar a autorização do juiz. Se for benéfico para a criança, a gente primeiro atende e, depois, a gente pega e informa que, independente, a gente já autorizou, em benefício da criança. Então, assim, o que é importante você saber que sempre é feito em relação à criança. Se for benéfico para a criança, a gente trabalha essa família. Essa família é trabalhada a partir do momento que a criança entra aqui, mas a forma que vai ser trabalhada, isso depende da criança. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Como mencionado, a Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a) assegura que, salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as instituições devem estimular o contato da criança com a família. Assim, a lei evidencia que as visitas já estão, *a priori*, autorizadas, exceto nos casos em que existir determinação contrária do juiz. Portanto, as visitas são um direito garantido, ou seja, seu reconhecimento, legitimação e implementação não precisariam ser submetidos à burocratização do sistema judiciário.

Ademais, a efetivação do direito de manter contato com a família nada tem a ver com a reação da criança à separação, que pode variar em decorrência de inúmeros circunscritores, inclusive das diversas interpretações ou significações que diferentes interlocutores podem atribuir às manifestações da criança. Independentemente, o trabalho prioritário da instituição é promover e fortalecer os vínculos familiares, em benefício do desenvolvimento da criança, com exceção dos casos em que isso não é possível ou recomendável. E, nesse sentido, quanto mais ágil for o trabalho da equipe, melhor para a criança será.

Nessa direção, a assistente social, assim como Lara, menciona flexibilidade da equipe para agilizar alguns casos:

Pesquisadora: Beatriz, [...] quem decide se a criança pode receber visitas? Quanto tempo normalmente isso demora?

Beatriz: *Geralmente, é o juiz. [...] Às vezes, não é bem demorado, um pouco demorado para conseguir a autorização do juiz. São muitos processos, imagina, né. Então, às vezes a gente verifica, no caso de negligência, que costuma ser um caso não tão grave, como de abuso sexual [...], a gente consegue entrar em contato com a família, conversar com a família, verificar a situação da casa e verificar [...] se, de repente, eles têm condições de vir visitar, se oferece algum risco para a criança. Aí tem um parecer nosso que é favorável, ou desfavorável. E também da assistente social da Vara que, geralmente, também faz essa visita, também faz essa entrevista, atendimento e tal. Então, é meio que em conjunto, quando a gente sabe que pode demorar e aí a gente acaba autorizando, claro, sempre com o conhecimento deles [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Apesar da possibilidade de a equipe técnica autorizar as visitas, isso parece ser feito apenas nos casos menos complexos (negligência, por exemplo) e seria muito demorado esperar a autorização do juiz.

Quando isso é feito, prioriza-se a autorização da família extensa e não, necessariamente, da família de origem.

Pesquisadora: E, normalmente, quanto tempo demora do momento que a criança chega aqui até ela receber a visita? Pensando num caso que tenha a possibilidade de visita...

Lia: *Depende da gente ajudar, se a gente ver que é possível, se não for os pais, mas uma avó, a gente já sabe, a gente já vê de cara, se os pais não têm condições, tem alguém da família extensa que vai poder, já está preocupado, querendo saber da criança, a gente já agenda.*

Pesquisadora: E isso é o quê? Quanto tempo, mais ou menos?

Lia: *Logo no começo, na semana seguinte, depende da nossa agenda também, a gente tem que estar acompanhando, mas é logo no início..* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

De maneira geral, percebe-se que a postura da equipe é esperar pelo contato da família, para iniciar o trabalho, como forma de avaliar o *interesse* pela criança.

Beatriz: *[...] Tudo depende, cada uma vem com uma história [...]. Todas, como eu te falei, chegam aqui em processo verificatório [...] tem uma suposta agressão, maus tratos, negligência, seja lá o que for. Enquanto é suposta ainda oferece um risco para a criança [...]. Dependendo do caso, a gente espera a família entrar em contato [...].*

Pesquisadora: Normalmente vocês esperam a família entrar em contato?

Beatriz: *É, não é uma regra, mas [...] dentro do prazo de 30 dias de que a criança foi acolhida, a gente tem que enviar o PIA [...] e, nesse momento, a gente precisa de algumas informações. Então, a gente não pode falar assim: “Não, vou esperar entrar em contato”. Então, a gente aguarda um tempo até para gente meio que já começar investigando ali qual o interesse da família nessa criança. Porque, às vezes, é acolhido num momento estranho que a família tá passando, mas que na verdade não é aquilo, é só um momento [...]. Essa avó, por exemplo, já entrou em contato. Ela quer visitar a criança, mas aí a gente orienta ela a ir na Vara da Infância. Nada impede que a gente faça uma entrevista com ela aqui, mas deixa ela tentar primeiro a autorização de visita, a próxima vez que ela ligar, a gente fala: “Olha, já que a senhora...”. [...] Se a gente vê que a mãe, por exemplo, [...] não tem vontade nenhuma de ficar com a criança. A gente vê que realmente ela não ligou, não foi na Vara procurar, a gente já começa a ter os nossos achismos.* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Percebe-se que cabe à família provar seu interesse pela criança e também sua inocência, enquanto a instituição permanece numa posição mais passiva e pouco acolhedora.

E as visitas? Como ocorrem?

*Pesquisadora: Lara, e as visitas como acontecem?*

*Lara: São semanais, as visitas, com uma hora de duração e adaptado de acordo com as necessidades. Se a família trabalha, a gente tenta organizar um horário que elas possam vir depois do trabalho e respeitando o horário escolar das crianças. Tanto que tem visitas que são feitas com grupos de irmãos que estudam de manhã e à tarde, então, as visitas são feitas na hora do almoço, para que possa pegar todas as crianças junto. Então, a gente sempre é adaptado para o que é melhor, por isso que eu falo: nosso foco é a criança. E criança, a gente não vê sem família, então uma coisa leva à outra. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).*

Tal como nas demais instituições, as oportunidades de contato entre a criança e sua família são semanais, com uma hora de duração. A coordenadora refere flexibilidade, quanto ao agendamento do horário.

Há monitoramento da equipe técnica e regras a serem cumpridas pela família durante as visitas.

*Pesquisadora: E [...] como são as visitas deles?*

*Beatriz: As visitas são monitoradas, sempre, com alguma técnica [...]. Esse monitorar é mais de observar ali, porque a gente tem as regras do abrigo [...], de não usar celular, não pode tirar foto, não pode trazer nada de comer para a criança, presentinho. Nada disso. A gente explica o motivo. Tudo que é de comer, a criança tem aqui, todas as necessidades dela, até um docinho [...], aqui também tem as horas de comer o docinho deles, as coisinhas deles. Então, os bens materiais, vamos resumir assim, o que precisam, tem aqui. “Ai, queria trazer um presentinho”, “Olha, não precisa”. [...] Se quiser trazer uma vez no aniversário, no Natal, pode trazer. Mas isso se for na rotina de visita, não. Então, tem as regras.*

*Pesquisadora: Por quê?*

*Beatriz: Porque, como eu falei, os bens materiais eles têm aqui. O que eles precisam da visita é da conversa, do afago, do carinho dos pais, da presença dos pais, do parente, do familiar. Não de presente. Então, ali vai como se fossem super bonzinhos. Convive com uma criança que você está dando presente e a outra não ganha presente, pergunta quem é bonzinho... Então, não. Não é isso que ele precisa. Então, pode no dia do aniversário, não precisa, mas quer trazer, para fazer um agrado, para mostrar que está presente, né, pode trazer [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).*

Diferentemente das outras instituições, a visita é regida por regras bastante rígidas, que impossibilitam que a família faça alguns *agrados* para a criança, fora das datas comemorativas, por exemplo, dando-lhe seu alimento preferido ou um presente/objeto significativo. Não é permitido aos familiares se mostrarem *bonzinhos* com esses artifícios. No entanto, é interessante observar que essa mesma regra não vale para a instituição.



Beatriz: [...] a gente acaba dando um presentinho para mostrar que a gente gosta dela, que não somos pessoas ruins, enfim, é isso [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Lara: [...] a gente recebe [...] sempre, normalmente, tem um brinquedinho [...] para saber que ele está sendo esperado, dependendo da idade também [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Assim, percebe-se que a instituição pode utilizar-se dos *presentinhos* para mediar a relação com a criança. Nesse contexto, tais objetos, principalmente brinquedos, parecem possibilitar às profissionais demonstrar afeto e cuidado, além de sinalizar à criança que as pessoas daquele local não são *ruins*. Por que essas mesmas possibilidades são vetadas à família?

E a interrupção das visitas pode ser solicitada ao juiz a qualquer momento:

Pesquisadora: E quanto tempo de duração?

Beatriz: *Uma hora. E se, ainda, dentro dessas visitas, a gente ver que não está correndo bem, que está sendo negativo para a criança, depois da visita, durante, ou, por exemplo, a visita acontece numa segunda e no decorrer daquela semana a gente vê uma diferença da criança, falando alguma coisa ou até de agressividade, enfim, alguma diferença, [...] a gente solicita para o juiz que seja interrompida, que sejam proibidas as visitas.*

Pesquisadora: Mas, às vezes, a criança não pode ficar assim porque queria estar com a família e não aqui?

Beatriz: *Pode ser, mas tem algumas coisas que são provocadas, nas crianças [...]. Por exemplo, que já aconteceu aqui, a mãe trazia o celular e ficava gravando, colocava dentro da bolsa e ficava gravando: “Oi filha, a mamãe te ama tanto”, sabe aquelas coisas assim muito... Você vê que tem alguma coisa fingida, estranho. E foi observando longos meses que a gente pode perceber que cochichava no ouvido da criança e aí daquele cochicho, vamos ver dois, três dias depois da visita, quebra vidro, bate em todo mundo: “Eu vou sair daqui, minha mãe falou que não sei o que, não sei o que”. Não está fazendo bem alguma coisa que ela fala [...]. A gente via que ela ligava e colocava o pai no telefone para falar com a criança e o pai é proibido de ver porque ele é o suposto agressor. Então, isso pode gerar uma confusão na cabeça e gerou uma confusão na cabeça da criança, tanto que hoje, com a proibição das visitas [...], eles estão muito diferentes. Acontece de acordar querendo a mãe, chama, acorda chorando, porque é uma... Mas a gente já viu uma diferença [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Com intenção de proteger a criança, tudo o que for observado antes, durante e após as visitas, poderá ser usado à favor ou contra a sua continuidade, dependendo da interpretação e da atuação técnica das profissionais, com a criança e sua família.

Há variações importantes, nas quatro instituições de acolhimento, no que diz respeito aos procedimentos, posicionamentos e às concepções que permeiam o trabalho de manutenção dos vínculos familiares. Possivelmente, por esta função ser relativamente nova para as instituições, as mudanças necessárias parecem estar sendo incorporadas aos poucos,

nas práticas institucionais. E, nesse processo, algumas instituições mostram-se estar à frente de outras.

### **6.6 A perspectiva dos conselheiros tutelares e dos profissionais das instituições sobre o que pode ser melhorado no processo de acolhimento da criança: “acho que não está ruim”, mas será que é o melhor?**

Alguns profissionais consideram que não há muito que ser melhorado no processo de recepção e acolhida da criança.

*Lara: [...] O que a gente pode fazer é o que a gente já faz. É fazer um ambiente agradável e acolhedor [...]. E aqui é muito gostoso. Pelo menos materialmente, eles têm de tudo. Então, tem muita criança, tem muito brinquedo, muitos atrativos [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

De acordo com o trecho acima, tudo o que é possível ser feito, já está sendo feito (outros trechos de entrevistas no Anexo CL).

*Pesquisadora: E a última pergunta: Esse momento, o processo de como receber essa criança, poderia ser melhorado de alguma forma?*

*Lourdes: Eu acho que não tem o quê. Dá para melhorar, mas não o jeito que a gente faz, eu acho que é um bom jeito, [...] mas, se tiver alguma coisa que a gente possa, claro, que a gente está aberto para receber novas ideias, novas formas de melhorar o acolhimento das crianças [...]. Porque também a gente está ali no automático, às vezes, não vê [...], se tem nova saída, se tem alguma coisa diferente para fazer [...], mas acho que não está ruim.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Embora a educadora demonstre certa abertura para algo novo, considera que o modo como o processo está sendo conduzido está bom ou *não está ruim*.

*Pesquisadora: É a última pergunta: Tem alguma coisa que poderia ser feita para melhorar esse momento de chegada?*

*Sofia: No início, quando eu entrei sim, mas, agora, a gente está andando assim, certo, eu acho que está dando certo da maneira que está fazendo, o jeito que a gente está andando, o andamento melhorou muito, muito, muito, muito. Antigamente, chegava, a gente catava e já levava direto para tomar banho, levava a criança chorando, mas tinha que dar aquele banho. Agora não, agora a gente já tem mais liberdade, já mudou mais, esse receber a criança, no ato de receber a criança, já mudou muito, mudou muito, muito mesmo. Porque, antigamente, era imposto, era imposto, era uma coisa assim, tinha que dar banho, tinha que dar banho primeiro, para depois as outras coisas [...]. Claro que tudo nessa vida tem melhoras, nada é perfeito, mas a gente mudou bastante, nesse longo tempo que eu trabalho aqui, mudou bastante.* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

A educadora Sofia também diz que, com as mudanças que ocorreram ao longo do tempo em que trabalha na instituição, o processo de recepção e acolhimento melhorou significativamente e, hoje, está *dando certo*. No entanto, tal como a educadora Lourdes, admite que ainda possa haver alguma melhoria.

Por outro lado, muitos foram os profissionais que identificaram aspectos desse processo que podem ser aprimorados (outros trechos de entrevistas no Anexo CM). Abaixo são mencionados os principais.

O conselheiro tutelar Pedro e a coordenadora Manoela se referiram às mudanças necessárias em elementos que antecedem e que até poderiam prevenir o acolhimento:

*Pedro: Depois que já aconteceu a situação, não tem mais jeito [...]. O que eu penso é que, assim, as políticas públicas de base deveriam funcionar [...]. A violação começa na creche, então, teria que ter creche em período integral para todas as mães poderem trabalhar, [...] atendimento pediátrico para as crianças, atendimento psicológico para as mães, programa de vínculo familiar para esses que têm problemas de afetividade, violência de gênero, violência doméstica, segurança pública para combater a drogadição. É um monte de coisa que [...] acaba estourando na alta complexidade. É lógico! Você não investiu na média, na baixa [...]. É tragédia anunciada [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).*

*Manoela: O que poderia ser melhorado, não só aqui, tem muita coisa que poderia ser melhorada, sim, muitas crianças chegam aqui sem ter tido o trabalho antes [...].*

*Pesquisadora: E não é feito antes, por quê?*

*Manoela: Eu acho que falta comprometimento de muitos, da rede, enfim, não digo todos, mas de forma geral falta isso. Talvez mais funcionários para trabalhar com isso [...]. Talvez tenha pessoas envolvidas, mas ela sozinha não vai conseguir fazer tudo. Então, você vê que naquela região que a pessoa mora, [...] falta recursos, falta tudo ali para ela, de repente, se ela tivesse algo mais ali, ela não teria feito o que ela fez, ela não teria chegado onde chegou. Falta o básico até [...]. Às vezes, as meninas vão fazer uma visita e fala assim: "Diante das condições que eles estão ali, até que eles não estão tão mal assim" [...]. A pessoa vive na miséria mesmo. Então, falta conscientização à pessoa? Falta, muitas vezes falta, mas falta também ajuda, apoio, ela também não teve. De repente, se tivesse tido um apoio, uma força, ela teria tentado, mas ela não teve isso. A gente se depara muito com isso, com essa dificuldade. A pessoa [...] não consegue, ela sozinha, lutar contra isso. Se mudasse isso, acho que mudaria muita coisa, a política mesmo. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

Ambos falam da precariedade na implantação das políticas públicas, e o acolhimento institucional é um de seus desdobramentos, o que, nas palavras de Pedro, é retratado como *uma tragédia anunciada* (outros trechos de entrevistas no Anexo CN).

Em relação à qualidade e continuidade dos serviços oferecidos à população, a conselheira tutelar Patrícia fala sobre as consequências geradas pelos baixos salários pagos aos profissionais:

*Patrícia: [...] o problema é que, os programas [...] na rede social, eles pagam um salário muito baixo para o profissional. Então, não são profissionais capacitados [...]. Então, [...] o rodízio de profissionais na rede de atendimento é muito grande.*

*Então, entra uma menina que nunca viu isso, nada sobre violência doméstica, já para trabalhar num programa do Paefi (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), do Creas (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) [...]. E ela está cruzinha, só saindo da faculdade com "aquela teoria", que trabalho ela faz com essa família? [...] Então, muitas famílias, às vezes, a gente vê que têm anos e anos e anos e foi feito esse trabalho, [...] mas a família está no mesmo pé, então, assim, não foi feito esse trabalho, entendeu? Porque, se fosse feito efetivamente... [...]. E eu fico pensando, como que, na realidade, além da violência da família, que ela já sofre, a criança [...] vem, um profissional se vincula, aí abandona. Como essa criança sente esse abandono, desse profissional? Então, assim, é muito complicado, a rede de atendimento. Às vezes, [...] você acaba, assim, entre aspas, ficando descrente. Será que está fazendo o trabalho ou está dizendo que faz, entendeu? [...] enquanto isso não for discutido no nível de salário, os profissionais não vão ser capacitados para lidar com o tanto de gravidade que estão lidando. (Patrícia, conselheira tutelar).*

Segundo a conselheira, ao pagarem baixos salários, tende-se a contratar pessoas com baixa qualificação, para lidar com as complexas dificuldades enfrentadas pelas famílias. Ademais, essa situação provoca um grande rodízio de profissionais, que acabam indo em busca de outras oportunidades de trabalho, com melhor remuneração. Esse rodízio também traz efeitos negativos para a população, pois a quebra constante de vínculos, muitas vezes, impede a continuidade ou o sucesso do trabalho.

A forma como a criança é retirada de seus familiares também foi apontada como algo que deveria ser melhor cuidado no processo de acolhimento.

*Lia: [...] Na medida do possível, pensando, se realmente tem que ser o acolhimento, é a forma como essa criança é abordada, para chegar no abrigo. Às vezes, a forma como ela é trazida para cá, esse trabalho de busca mesmo, eu acho que é fundamental, as pessoas serem capacitadas para fazer esse trabalho. Mas é muito delicado mesmo, porque existe muita resistência das famílias, de entregar as crianças, por isso é recomendado que tenha um técnico junto, uma psicóloga junto [...] que poderia ajudar mais esse trabalho, nesse momento [...]. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).*

*Pedro: [...] preparo melhor para esse acolhimento, até nessas questões de urgência. Começa até da parte do oficial de justiça despreparado, às vezes, dos conselheiros tutelares, também. Ou ter um serviço que faz isso [...] junto do profissional, que pudesse fazer isso em conjunto, pode ser meio utópico, mas [...] um profissional 24 horas para fazer essa abordagem da criança [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).*

Lia e Pedro sugerem que as pessoas que executam essa função sejam preparadas especificamente para isso. E que, além disso, haja um serviço ou um técnico (psicólogo), talvez uma equipe trabalhando em plantões, que acompanhe e atue, nesse momento, em parceria com o oficial de justiça e com o conselheiro tutelar (outros trechos de entrevistas no Anexo CO).

A pedagoga Adriana fala sobre a possibilidade de ter alguém da própria instituição acompanhando o processo de retirada da criança de seu contexto familiar:

Pesquisadora: [...] O que você acha que poderia ser melhorado, no momento da chegada da criança [...].

Adriana: *Poderia fazer parte, dessa busca e apreensão, uma pessoa da instituição de acolhimento [...]. Ou eu, ou a assistente social, ou uma monitora [...] vai, acompanha essa busca, traz essa criança no colo, participa desse momento. Porque a criança chega aqui na porta e [...] você não sabe de onde veio, o que aconteceu e até essa pessoa, dependendo do local, ela poderia trazer chupeta, um paninho, coisas que é o pertence da criança [...].* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

A psicóloga Janaína fala também sobre o momento de retirada da criança de seu contexto familiar, porém menciona a possibilidade de ter alguém significativo que a acompanhe até a instituição.

Janaína: *A sugestão de ter alguém especial para a criança trazer até aqui, seja familiar, professor, seria muito legal, eu não sei como isso aconteceria, mas acho que facilitaria.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

O conselheiro tutelar Pedro fala, então, sobre o acolhimento de grupos de irmãos, ou melhor, sobre a não separação deles:

Pedro: [...] *separar irmãos é uma atrocidade, porque pode não ter o vínculo com o pai, mas entre os irmãos é absurdo, às vezes, o vínculo que eles têm de proteção. E, às vezes, você tira a única proteção que eles têm e isso mexe muito comigo [...]. Quando a gente vê isso, sabe, já estava ruim, ficou pior [...]. Então, acho que isso tem que funcionar, tem que sair do papel, tem que solucionar essa questão. Você tem que dar conta da... Não é logística, não estamos falando de logística, estamos falando de ser humano, criança e adolescente [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Outro aspecto muito importante, de acordo com a psicóloga Janaína, é o acesso dos profissionais da instituição às informações sobre a criança, anteriormente à sua chegada.

Janaína: *A informação, antes da criança chegar é imprescindível. Informação de quem é essa família mesmo, como é essa criança, em que momento ela vai ser acolhida, por quem vai ser, acho que essas informações iriam facilitar [...]. Às vezes, a criança chega e a gente não sabe nada, aí a gente não tem um pouco de conhecimento dela, então, às vezes, ela questiona e a gente também não tem a resposta e até explicar que a gente também não sabe, a criança fica um pouco mal [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

E, uma vez acolhida, a conselheira tutelar Daniela diz que a criança não deveria ter que mudar de instituição.

Daniela: [...] *Outra coisa é que ela não deve mudar de abrigo, porque, de alguma maneira, pode cair para ela como: "De novo não me querem aqui" [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

Essa mesma conselheira e a educadora Sílvia sugerem que a recepção e o acolhimento sejam feitos por todos e de forma alegre.

Daniela: [...] a receptividade. A criança pôs o pé dentro do abrigo, acho que a equipe tem que receber, as crianças que estão lá, têm que receber, tem que ser feita uma festa para ela não sentir aquilo como um castigo [...]. (Daniela, conselheira tutelar).

Sílvia: Acho que a gente podia fazer uma festa, que é mais bacana. A gente por vestido, fazer um bolo, é bacana. Você receber, sabe, uma festa, alegria. Ter a psicóloga, a pedagoga, as monitoras, as técnicas de enfermagem, todas juntas para receber a criança. Uma festa igual quando você chega do hospital, vem o marido, prepara uma surpresa. É uma delícia! [...] Você vem para uma festa como se estivesse nascendo para a gente, naquele dia [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Para o conselheiro tutelar Pedro e para a psicóloga Angélica, é importante ter pessoas qualificadas e preparadas para conversar com a criança no momento em que ela chega na instituição, em qualquer hora do dia ou da noite.

Pedro: [...] Por que não [...] ter uma pessoa preparada tecnicamente para fazer aquilo (acolher/receber a criança)? Porque a gente vê hoje que não é isso que acontece [...]. É madrugada, não dá para conversar com as crianças de madrugada, mas, às vezes, a criança não vai dormir. Ela passou por tudo isso, a última coisa que vai fazer é dormir. Ela está alterada em seu máximo, ela saiu da área dela de segurança, aconteceu um monte de coisas. Ela não quer saber se é 3 horas da manhã. Para ela, é o momento dela [...]. Ela não entende isso: “Vou ter que dormir agora em um lugar que não sei quem é quem”. Então, [...] tem tido progresso [...] nessa parte de humanização, mas é lento, muito lento e, para a gente que está na área do fronte, aqui, é meio agonizante esse processo de saber que não funciona ou de saber que não é o ideal [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).

Angélica: [...] Acho que se a gente também tivesse um momento logo depois com o acolhimento deles, para que a gente ouvisse a história deles, para que a gente ouvisse a opinião deles e muito aquilo que, de potencial de retorno delas, também fosse considerado, a partir da opinião da criança, no PIA [...]. Um caso que eu, recentemente, acolhi [...], eu falei: “Olha, você vai ficar aqui e tudo mais, você gostaria de receber visita de alguém? Tem alguma pessoa que você gostaria que eu fosse atrás?”; “Não, eu não quero”; “Você tem pai, você tem mãe, você quer que eu ligue?”; “Não, eu não tenho pai, eu não tenho mãe”; “Você não tem por que eles morreram ou por que você não conhece?”; “Eu não tenho porque eu odeio eles”; “Por que você odeia eles?”; “Porque eu não gosto deles”. Porque você não gosta deles, porque você odeia eles [...]? “Você quer receber visita da pessoa que cuidava de você, da babá?”; “Não, eu não quero receber visita”; “E se eles ligarem e procurarem você, quer que eu dê algum recado?”; “Não quero”.

Pesquisadora: Quantos anos tinha?

Angélica: Sete anos [...]. Então, a mãe, no outro dia veio, a babá, no mesmo dia queria vê-lo e eu não autorizei a visita porque eu já tinha feito o acolhimento com a criança. Se eu não tivesse feito, provavelmente, eu teria ligado para trazer a criança, mas ele deixou muito claro que ele não queria, que era muito forte para ele. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica chama a atenção para a relevância da conversa com a criança, no que diz respeito à viabilização de um acolhimento personalizado, que atenta para suas necessidades.

A psicóloga também fala sobre a importância de se oferecer à criança um ambiente/contexto institucional que seja capaz de promover a saúde mental e o desenvolvimento:

Angélica: [...] *Se você for lá, é uma coisa tão muvucada que não dá para se ouvir, tudo, às vezes, é no grito, é todo mundo falando, é muito agitado. Aquilo lá bota qualquer um numa adrenalina a mil. Algumas crianças, por exemplo, para elas conseguirem ter um espaço mais reservado, mais interno com elas mesmas, elas vão para o quarto dos bebês.*

Pesquisadora: Que interessante, Angélica.

Angélica: *Ficam lá. Como os bebês, às vezes, saem, eles têm o banho de sol, então elas vão e ficam no quarto. É muito agitado mesmo. É um ambiente que não propicia o contato com o mundo interno [...]. Realmente, a gente comete muitas falhas, com a subjetividade, coisas fundamentais, assim, organização emocional, psíquica de um ser humano [...]. É um rolo compressor [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Angélica e a coordenadora Cristiana falam sobre cuidados com os objetos pessoais e significativos.

Cristiana: *Eu acho que se a gente pudesse garantir que o acolhimento fosse mais afetuoso, acolhedor e garantindo que as crianças possam trazer umas coisinhas, que a gente pudesse preservar essas coisinhas com eles, eu acho que ajudaria. Eu não tenho certeza se isso a gente está conseguindo fazer [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Angélica: [...] *eles precisam ter algumas coisas que sejam a cara deles [...]* e não se estrutura direito. O guarda-roupa é um guarda-roupa que, às vezes, as crianças não respeitam, pegam, somem, tem muitas brigas, por causa disso. Então, se pudesse manter o seu espaço; é o seu cantinho, você pode decorar, pode colocar uma fotografia de quem você queira, dos próprios familiares, enfim, seria bacana, mas a gente não tem isso [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

A atenção especial com a alimentação da criança foi citada pela psicóloga Angélica e também pela pedagoga Adriana.

Angélica: [...] *O acolhimento, também, mais individualizado, das coisas que comem [...]. Eu já presenciei, por exemplo, crianças que eu fui lá depois falar e ela disse assim: “Tia, eu não quero ficar nesse lugar, eu quero (falou o nome do abrigo que ela quer ir), esse lugar é muito ruim”, ele foi obrigado a comer verdura. “Tinha uma mulher gritando, falando que tinha que comer. Tia, eu nunca comi verdura e tem que comer verdura”. Ela era tão fragilzinha, tão franzina, está acabando de chegar, tem que comer, tem que fazer tal coisa, aí, eu acho que é demais [...]. É muito forte, para algumas crianças [...]. Então, poder também comer ou fazer algumas coisas que são de lembrança deles, coisas assim, “Ai, tia, estou com uma vontade de comer carne moída com arroz e feijão” [...], faria uma diferença nesse acolhimento também. A cozinheira, em algum momento, perguntar para ele: “Você gosta de comer tal coisa?” [...].*

Pesquisadora: Elaborar o cardápio em cima das sugestões?

Angélica: *Com coisas que ele quisesse, assim, eu acho que faria com que ele se sentisse também acolhido e respeitado naquilo. Alimentação é uma coisa muito forte, muito carregada de afeto [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Adriana: [...] tem uma atividade de educação nutricional que a gente buscou, assim, perguntar para as crianças: “O que você tem vontade de comer?” - e isso traz na lembrança, na memória do paladar... É indescritível! “Eu quero comer pastel de queijo”; “Mas que queijo? Mas como é esse pastel?”. Não é um simples pastel de queijo. “É redondinho, quadradinho [...]?”; “É o pastel que minha avó fazia”. Não que a gente vá substituir, mas trazer esse gostinho, esse gostinho de viver assim, viver pode ser bom. Essa lembrança pode voltar. Lembrança é uma coisa que a gente pode viver, não só lembrança ruim. Enfim, fica mais significativo trabalhar assim, fazer a criança ficar contente. Aí, os outros também acabam comendo o pastel de queijo que ela pediu, então é legal isso, elas compartilham, elas se sentem importantes [...]. Então, assim, trabalhar com a criança de uma maneira que tenha a cara dela [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

O oferecimento de um atendimento, à criança, sensível, empático e genuíno, em contraposição à prática mecânica e automatizada, foi mencionado pela conselheira tutelar Daniela.

Daniela: [...] a gente assistiu a uma cena assim: uma monitora, na nossa presença, até imagino como é sem a nossa presença, estava trocando a fralda de uma criança, era uma coisa em cima do fraldário, mecanicamente, não esboçava um sorriso para a criança, a criança, com cerca de um ano e meio; ela não olhava para a criança e aí chegou outra, andando com dificuldade ainda, uma criança muito pequena também, segurou nas pernas dessa monitora e a monitora falou assim: “Deixa eu aproveitar e trocar você também”. E pegou pelo braço da criança e pôs a criança em cima do balcão, não esboçava um sorriso, não trocava uma palavra, não teve um cuidado para pegar a criança daquela maneira que todo mundo gosta de ser tocado [...]. Eu tenho dito [...] que o abrigo precisa ser melhor do que a casa dessas crianças, porque, para empatar, ou para ser pior, deixa a criança ficar com a mãe, pelo menos é sangue do sangue dela, pelo menos não vai ter a quebra do vínculo. O abrigo precisa ser melhor, e os profissionais que estão lá precisam ser melhores que a família, a mãe, o pai que não deu conta. Então, o tratamento precisa ser mais individualizado. A criança precisa ter colo, as crianças não têm colo porque não tem profissionais o suficiente. Então falta isso. (Daniela, conselheira tutelar).

Daniela, porém, ressalta que, para que o atendimento à criança seja individualizado ou personalizado é preciso que se tenha profissionais não só qualificados, mas também em número suficiente.

E, nesse sentido, a assistente social Simone e a coordenadora Manoela falam sobre a importância dos recursos humanos para a instituição.

Pesquisadora: Simone, teria alguma coisa para ser melhorada, nesse momento de recepção, de acolhimento, que você sugere?

Simone: [...] Eu acho que o RH (Recursos Humanos) é uma coisa complicada, não aqui, em todos os lugares. Acho difícil que você trabalhe bem, não estou dizendo só técnica, estou dizendo no geral. Acho que você pode prejudicar, tem que trabalhar minimamente os Recursos Humanos.

Pesquisadora: Você diz a qualidade, ou a quantidade?

Simone: Quantidade e qualidade. A questão de não ter um salário adequado, gera insatisfação, acho que não rende [...]. Assim, se você não oferece, você também não tem como cobrar. Então, é o que aparece. Eu penso muito na coisa como um todo, não penso como assistente social, mas a qualidade do meu trabalho vai refletir no



*seu trabalho, na coordenação e lá embaixo também, só que isso é cíclico, é no geral, se lá, não está bom, reflete aqui também. Deixa a desejar no geral, a pessoa vem porque tem que vir, uma obrigação, mas a gente tem que pôr um pouquinho de sentimento porque precisa. Ninguém trabalha só porque ama o que faz, a gente depende do financeiro também, para sobreviver, mas influencia muito. Então faltam, não tem ninguém para cobrir, a gente vê como é complicado. Então, acho que não é assim, no acolhimento, é na chegada, é durante, é no processo todo. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).*

*Manoela: Acho que a conscientização das pessoas que trabalham com essa realidade [...] esse trabalho é feito (de conscientização), mas tem que ter o perfil mesmo para você se colocar no lugar do outro, naquele momento [...]. A gente se depara com profissionais, assim, que são, às vezes, duros em palavras "Se você não tinha isso, por que você não está valorizando?". Não é mexendo na ferida que você vai mudar alguma coisa [...]. Quando você contrata um profissional, ele tem que ter perfil, porque a fala dele com a criança vai fazer a diferença, de forma positiva ou negativa [...].*

*Pesquisadora: E o que falta para esses profissionais?*

*Manoela: Eu acho que maior capacitação, maior conhecimento do lugar que ele trabalha, aqui não é um emprego qualquer, um lugar qualquer, é muito diferente. Essa consciência mesmo de onde ele está e do papel dele na vida da criança, o quanto ele vai fazer a diferença na vida da criança, se ele quiser fazer [...]. Se a instituição tivesse mais condição financeira, de fazer isso de uma forma rápida...*

*Pesquisadora: Você diz o quê? Substituir o profissional por um mais adequado?*

*Manoela: Substituir por um mais adequado [...]. Você quer um profissional adequado, mas isso também tem um custo. Então, é complicado você exigir, mas na hora do retorno, você oferecer pouco. Então, você tem que contar muito mais com o perfil e o dom: "Não, olha, eu faço porque eu gosto e porque me sinto muito feliz aqui com as crianças" do que propriamente a valorização dele na profissão. Então, às vezes, a pessoa gosta, mas ela gosta também do dinheirinho no bolso, no final do mês, ela também tem família. A gente se depara com tudo isso, tem pessoas que, por mais que você conscientize, é dela. Às vezes, [...] ela põe para fora frustrações da vida dela, ela acha que, porque ela não teve isso, ele também não precisa ter, mistura um pouco [...]. É muito negativo, porque contamina [...] "Faz isso não, isso é bobagem, você não ganha para isso", sabe essas coisas? Então, é muito mais fácil você tratar a pessoa no coletivo, no automático, do que tentar trabalhar a criança na individualidade que exige muito mais de você. "Eu não ganho para isso, porque eu vou fazer isso?". A gente se depara muito com isso. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

A desvalorização e, conseqüentemente, os baixos salários pagos dificultam a contratação de profissionais qualificados, motivados e com perfil para a função para a qual foram contratados (outros trechos de entrevistas no Anexo CP). São inúmeras as conseqüências disso para a instituição e, sobretudo, para a criança. Dentre elas, a conselheira tutelar Aline destaca o rodízio dos profissionais.

*Aline: [...] O que atrapalha [...] é a rotatividade de funcionário de abrigo, a alta rotatividade, se fosse sempre a mesma pessoa, talvez a gente fosse desenvolvendo um trabalho diferenciado, talvez até um vínculo maior do conselho com os profissionais, entre a rede, das capacitações, mas é que a pessoa vai, está lá hoje, se capacita para receber, como acolhe, como receber, amanhã, ela já não está mais lá, é um novo, que não recebeu nenhuma capacitação, chega lá, já é outra pessoa, que você nunca viu, que nunca te viu nem nada. Tudo isso prejudica, prejudica muito [...]. (Aline, conselheira tutelar).*

Ainda em relação ao rodízio dos profissionais, Valentina diz que é interessante ter uma pessoa de referência (da própria instituição) para a criança que chega, porém, isso é inviabilizado por causa dos turnos de trabalho das educadoras.

*Valentina: [...] ter uma pessoa de referência para esse acolhimento. Digo alguém ali da monitoria, que faça os cuidados com as crianças ou alguém da equipe técnica, de repente, de ter um olhar sobre essas crianças, pelo menos nos primeiros dias, específico para elas. Cuidar delas, ficar com elas, ver o que ela está precisando, o que está sentindo. [...] Enfim, ter esse cuidado mais próximo de quem está chegando, ter uma pessoa que seja referência para ela nesse primeiro momento. Mas [...] se ela chega no final da tarde, dali duas horas, são outras pessoas que estão trabalhando, então, isso também se perde bastante. No outro dia, são outras pessoas que não as de ontem, então é muito difícil. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

Para Angélica, desconstruir resistências à mudança também é fundamental para melhorar a qualidade do acolhimento.

*Angélica: [...] então, a resistência, ou a [...] dificuldade de lidar com aquela equipe (educadores que estão há mais de dez anos na instituição), de fazer com que algumas posturas, que a gente entende que não vão contribuir em nada, seja modificada. Alguns resistem, então, é muito difícil. E as crianças, rapidamente, captam como é o esquema da casa, então, é muito difícil depois quebrar isso e tem sido assim [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

A educadora Cássia e a pedagoga Yolanda, por sua vez, sugerem que haja formação continuada para promover melhorias no acolhimento.

*Pesquisadora: Por último, Cássia, o que poderia ser melhorado nesse processo de acolhimento da criança?*

*Cássia: Para a gente, [...] mais cursos, treinamento, uma coisa que não seja só no papel, na teoria, que seja na prática. Uma pessoa qualificada para nos orientar, para dar luz para nós. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).*

*Pesquisadora: Yolanda, para finalizar, tem alguma coisa que poderia ser melhorada, pensando no momento da recepção, [...] que poderia ajudar os educadores ou as crianças, algo que pudesse contribuir para melhorar esse momento?*

*Yolanda: Eu acho que principalmente uma capacitação [...] mais profunda para as educadoras, direcionada para elas, porque é quem eles mais têm contato. Por mais que a gente vai recepcionar, [...] depois de toda aquela recepção, [...] 5 horas a gente vai embora e ele vai ficar com ela. Então, essa capacitação deveria ser exatamente para elas terem mais condição, para saber o que fazer num momento desse [...]. Então, acho que teria que ter uma capacitação nesse sentido, dessa recepção, o que fazer, como fazer para acalmar uma criança dessa [...]. (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).*

Há também profissionais que falam sobre a necessidade de existir uma construção coletiva a respeito do processo de recepção e acolhida da criança, de forma a terem a oportunidade de refletir e conversar sobre os princípios que devem nortear a prática, além de se preparar para essa tarefa:

Pesquisadora: E, para finalizar, o que poderia melhorar no processo de acolhimento inicial [...]?

Angélica: *Primeiro, conversar entre nós, assim, os princípios fundamentais para que nós, da equipe técnica e os cuidadores, que estão lá na casa, também já sentissem e percebesse o que é fundamental e que todos nós, de alguma forma, nos ajudassem [...]. Então, eu penso que os cuidadores poderiam nos ajudar em algumas partes, quando acontecem furos eventuais, seja de ter um atendimento mais particularizado para explicar, seja para facilitar o acesso: “Olha, esse aqui é o fulano de tal, ele está chegando, vou te apresentar um pouco para as crianças”, seja de proporcionar que as próprias crianças pudessem se envolver com esse acolhimento e também fazer com que as coisas acontecessem com a participação das próprias crianças, mas eu não tiraria o momento deles virem com a equipe técnica [...].* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E o que [...] poderia ser melhorado, pensando na chegada da criança, se você acha que tem algo para ser melhorado?

Fernanda: *Eu acho que a gente poderia [...] se organizar um pouco mais para a chegada da criança, estar mais presente, participar mais, conversar mais, pensar mais [...] como a gente vai fazer, vamos explicar... Porque a gente praticamente larga a criança lá. A gente podia ter um esqueminha, assim, um protocolo do atendimento, do acolhimento, né [...]. A gente podia ter um cuidado maior e não só deixar lá e deixar que as crianças se organizem, se recebam. Acho que podia ter um olhar mais cuidadoso, apesar que esse é o momento mais cuidadoso [...]. São muitas crianças e, às vezes, a gente também não tem perna para acompanhar todas as crianças, todos os dias [...]. A gente vai, a gente acaba apagando o fogo, né. É mais urgente a que está mais doente, a que está mais triste. E, no dia a dia, é uma coisa sem pensar, então, a gente poderia conversar mais com as crianças, mesmo com os pequenos. Falar que eles vão ficar ali por um tempo e a gente não sabe quanto, porque o nosso tempo também não é o da criança, então, poder dizer mais coisas e não ficar tantas coisas não ditas [...].* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

E, por fim, o pedagogo João sugere a participação da própria criança nesse processo de construção coletiva sobre a recepção e acolhida.

João: *A minha sugestão é que nós possamos discutir mais qual a melhor maneira... Nós precisamos capacitar mais, não só os adultos, mas as crianças também, em momento de roda de conversa, de assembleias, discutir com a própria criança o que ela gostaria quando ela chegasse no abrigo, o que ela gostaria de ter recebido que não recebeu. Acho que é eles que vão dar esses indicadores [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Elevar a criança à posição de sujeito, não só de direitos, mas também de voz e de um saber que lhe é peculiar, parece ser um caminho com muitas possibilidades. Afinal, quem poderia ser melhor do que a criança para dizer ao adulto o que está bom e o que precisa ser mudado nesse processo?



---

# Discussão Final

---



## **7 DISCUSSÃO FINAL**

Quando acolhida, mesmo que provisoriamente, a criança é abruptamente separada das pessoas que lhe são significativas e colocada num ambiente estranho com pessoas desconhecidas. Nessas circunstâncias, a vivência inicial na instituição, ou seja, a forma como é recebida e acolhida, influenciará a construção de novas relações afetivas, bem como a manutenção dos vínculos afetivos anteriormente estabelecidos, sobretudo com os familiares (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Vitória, 1997; Mantovani, & Terzi, 1998).

É fato que há décadas, no contexto de creche/educação infantil, o processo de recepção e acolhimento de bebês e crianças pequenas tem sua importância reconhecida, dada sua influência na forma como a criança enfrentará essa separação cotidiana (mesmo que por algumas horas) dos pais ou responsáveis, bem como na construção de novos relacionamentos. No entanto, o mesmo não acontece no acolhimento institucional.

Terminada a pesquisa, foi possível concluir que o processo de recepção e acolhida tem início muito antes da chegada da criança na instituição. A participação da família e da própria criança no processo de decisão sobre o acolhimento parece ser uma etapa fundamental para que a medida de proteção não seja uma surpresa trágica, principalmente para a criança.

Sobre essa questão, os dados obtidos a partir desta pesquisa são apenas exploratórios, uma vez que muitos outros atores importantes precisam ser ouvidos, ou seja, os demais profissionais que participam do processo de decisão e, sobretudo, as famílias e as próprias crianças. Porém, independentemente de uma investigação mais aprofundada sobre a participação delas no processo de tomada de decisão sobre o acolhimento, ficou evidente, a partir das falas dos participantes, que a família e, sobretudo, a criança são, sim, surpreendidas no momento de sua retirada e transferência para a instituição. Esse é um indício importante de que é necessário rever a maneira como se tem promovido a participação daqueles que são os mais afetados por essa decisão.

Assim, com todo o “peso” de uma surpresa trágica, o processo de retirada e transferência mostrou ser, para quase todos os envolvidos, um momento que provoca muito sofrimento. E, talvez por isso, na maioria das vezes, o imperativo parece ser a rapidez. Tudo é feito com muito pressa, pois, desta forma, conclui-se logo o que precisa ser feito. No entanto, o que se percebe é que a rapidez não impede ou atenua o sofrimento de ninguém. A criança, frequentemente, tomada como objeto, simplesmente é pega e levada à instituição. E tudo parece ser agravado quando essa medida de proteção é conduzida pelos oficiais de justiça,

uma vez que esses profissionais, possivelmente, não recebem nenhum tipo de formação e apoio para lidar com essa situação.

Ademais, em meio à complexidade do trabalho a ser desenvolvido pela instituição de acolhimento e, conseqüentemente, às inúmeras “urgências”<sup>48</sup> em que os profissionais se veem envolvidos no cotidiano e em sua rotina, o acolhimento inicial da criança constitui-se como um procedimento não prioritário, por vezes até negligenciado. Isso pôde ser observado não só a partir das práticas narradas pelos participantes da pesquisa, mas também da pouca ou nenhuma atenção que esse momento do acolhimento parece receber nas oportunidades de discussão e construção coletiva existentes (encontros de formação, supervisões e reuniões de equipe, por exemplo).

Vale ressaltar, entretanto, que embora careçam de reflexão, preparo e planejamento, existem boas iniciativas em algumas instituições. A participação das crianças que já estão na instituição, na recepção e acolhimento daquela que chega, e a proposta de fazer grupos com as crianças, seja pela psicóloga ou pelo pedagogo, com os quais se criam novas e contínuas oportunidades de conversa e escuta, são exemplos positivos que merecem ser destacados. Além disso, é importante dizer que em alguns momentos a pesquisadora chegou a se emocionar com os participantes, tamanha a intensidade das demonstrações de envolvimento e boa vontade na relação com a criança.

Todavia, foi possível perceber que, apesar de fundamental, envolver-se e ter boa vontade não é comum a todos os profissionais e, principalmente, não é suficiente para garantir um acolhimento inicial de qualidade. O que, aliás, pode ser considerado um acolhimento inicial de qualidade? Esta pesquisa mostrou que não há um consenso a esse respeito, pois os parâmetros usados são pessoais e também influenciados pelas concepções que regem o funcionamento de cada instituição.

No entanto, antes de aprofundar esta discussão, faz-se relevante contextualizar a posição do pesquisador perante o objeto pesquisado. Para isso, considera-se que as palavras de Fonseca e Cardarello (2009) são oportunas. Segundo elas, aos profissionais:

cabe agir e, no ato, travar uma política clara de opções entre múltiplas possibilidades. O pesquisador, liberado desta responsabilidade, se entrega a um número sem limites de digressões, algumas mais relevantes do que outras. Tomamos então como tarefa aproveitar

---

<sup>48</sup> Nos encontros de formação voltados aos profissionais do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, no município em que a pesquisa foi realizada, dos quais participei como facilitadora, nos anos de 2010 e 2011, havia uma fala bastante frequente entre os participantes: “Nós vivemos apagando fogo” (sic). Tal fala referia-se à dinâmica de funcionamento das instituições, na qual os profissionais viam-se tendo que resolver problemas todo o tempo, priorizando sempre os mais graves/urgentes.



a relativa liberdade de nosso lugar “distanciado” para ir além de problemas imediatos e vasculhar estruturas que não eram aparentes no decorrer de atividades cotidianas (p. 228).

Esse foi o lugar que a pesquisadora buscou ocupar durante todo o processo de construção desta pesquisa. Partiu-se, então, do pressuposto de que esse distanciamento, permite ao pesquisador enxergar alguns aspectos que permanecem ocultos àquele que cotidianamente está envolvido em determinada função/atividade, em um contexto específico. No entanto, também se considerou que, certamente, esse mesmo distanciamento impossibilita que outros ângulos sejam vistos, os quais somente quem está “dentro” da situação é capaz de ver.

Além do que, de acordo com os pressupostos teóricos metodológicos da RedSig, o dado não é “dado”, mas construído na relação do pesquisador com o evento pesquisado (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004). Isso quer dizer que o pesquisador tem participação ativa no processo de co-construção dos dados. Desde a elaboração das perguntas que são feitas, a forma como são enunciadas aos participantes, a relação construída com cada participante, a escolha da literatura a ser lida, a seleção dos trechos das entrevistas a serem analisados, as interpretações que se faz a partir deles, tudo isso, necessariamente, passa pela rede de significações do pesquisador.

E, a partir dessas condições, tentou-se convidar e, por vezes, convocar o leitor a refletir sobre vários aspectos que pareceram ser relevantes e que, possivelmente, poderão contribuir para a construção de um novo olhar para o momento inicial do processo de acolhimento da criança.

Essas considerações são importantes, uma vez que frente aos inúmeros questionamentos e discussões que esta pesquisa trouxe, pode-se ter (ou dar) a impressão errônea de que os profissionais estão sendo responsabilizados, isoladamente, pelas dificuldades que ainda precisam ser sanadas, no que diz respeito à etapa inicial do processo de acolhimento. Como muito bem argumentam Fonseca e Cardarello (2009), não se trata de representar os funcionários das instituições, conselheiros tutelares, oficiais de justiça ou qualquer outro profissional envolvido nesse processo como as “forças do mal”, subentendendo-se que basta substituí-los por outros mais qualificados que “as coisas poderiam ser melhoradas”. Absolutamente, não é isso. Os profissionais são apenas uma das “peças” importantes que compõem o processo de acolhimento e que, como tal, estão em inter-relação com muitas outras. E todas elas dependem umas das outras para fazer esse processo acontecer (p. 227).

Nesse sentido, pôde-se constatar que essas “peças” importantes que compõem o processo de acolhimento são perpassadas e “alinhavadas” por discursos e significações, por vezes contraditórios, a respeito da família e da criança pobres, assim como do próprio acolhimento institucional. Esses discursos e significações compõem a matriz sócio-histórica que impregna nossa sociedade e que, por sua vez, se concretiza nas falas e nas práticas das pessoas e das instituições. Portanto, os participantes foram apenas porta-vozes desse imaginário predominante que, de certa forma, circunscreve sua maneira de pensar, ver, escutar, planejar, receber, acolher...

A começar pela família, percebeu-se que esta é, de maneira geral, culpabilizada pelo não cumprimento de seus deveres para com sua criança. Culpabilizada no sentido de ser vista como a única responsável pelas dificuldades que ocasionaram a aplicação do acolhimento como medida de proteção.

Na mesma direção do que já apontamos anteriormente, Fonseca e Cardarello (2009) propõem uma reflexão que vai na seguinte direção: a família é violadora por não garantir o bem-estar de seus filhos? Ou o violador é o Estado? Dependendo de como as pessoas e, especificamente, os profissionais entendem essa questão, haverá posicionamentos distintos (Fonseca e Cardarello, 2009).

Rizzini (2008), em uma pesquisa sobre as raízes históricas da assistência à infância, realizada na década de 1990, percebeu que não havia registros das vozes das crianças e de suas famílias. A partir desse dado, a autora compreendeu que havia, ao longo da história, significativa desvalorização desses por serem pobres e considerados como de menos valia, menos capazes, menos dignos e viciosos. Rizzini (2008), então, se questiona a respeito de quanto essas imagens ainda estão presentes entre nós, nos dias de hoje, e por que não conseguimos fazer melhor.

Em outra publicação, a autora fala sobre a persistência do estereótipo do pobre (Rizzini, 2011). Aponta, então, que as famílias pobres, ao serem representadas como incapazes de cuidar de si mesmas, são igualmente vistas como incapazes de cuidar adequadamente dos seus filhos. Argumenta ainda que “o Estado transformou as crianças e os adolescentes pobres no pretexto e canal que lhe propiciava a intervenção normalizadora no seio das famílias”, sendo a ameaça de perda do poder familiar uma estratégia fundamental e amplamente utilizada (p. 325).

De acordo com Fonseca e Cardarello (2009), nas últimas décadas, houve uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e de sua família. Muitos dos problemas enfrentados pela família, em decorrência de questões socioeconômicas deixaram de ser vistos

como uma questão estrutural, para serem considerados como de responsabilidade única da família. Nessa direção, Fonseca (2009) discute que a imposição pela lei de determinadas categorias de classificação, contribui para a criação da realidade que pretende regular. Desta forma, ao determinar que apenas crianças vítimas de abandono ou maus-tratos seriam acolhidas nas instituições, seus pais passaram a ser vistos como suspeitos, já que se considera que se não representassem um ameaça séria, suas crianças não teriam sido levadas à instituição.

Assim, considera-se que a família “é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de vida, enfim, “não se organiza”” (Fonseca e Cardarello, 2009, p. 243). No entanto, é importante ponderar que a miséria e/ou suas implicações continuam sendo a principal causa que leva a criança ao acolhimento, embora tenham passado a ser encobertas pelos rótulos de negligência e/ou abandono (Fonseca, 2009).

Consequentemente, num país como o Brasil, por mais que os profissionais “tentem “disciplinar” as famílias populares, exortando os pais a “se organizar”, conseguir um emprego, ou construir uma casa maior” e, acrescentamos, a largar a dependência das drogas, como o respaldo estatal é muito precário ou insuficiente e, por vezes, inexistente, resta-lhes apenas o recurso da ameaça aos pais em relação à retirada das crianças (Fonseca e Cardarello, 2009, p. 245). Foi, exatamente, isso que pôde ser percebido a partir da presente pesquisa.

E, nessas condições, à família pobre e considerada culpada resta a submissão e passividade perante as intervenções e decisões que são tomadas a seu respeito. Com isso, nota-se que a promoção do envolvimento e da participação da família no processo de tomada de decisão sobre o acolhimento institucional de sua criança, bem como no processo de acolhimento inicial, fica prejudicado. Consequentemente, o trabalho de manutenção dos vínculos familiares também é afetado, o que se contrapõe a uma das principais funções da instituição que é a viabilização da reintegração familiar.

Se a família é posicionada e se posiciona como submissa e passiva, a criança o é ainda mais. Sarti (2011) aponta que, realmente, há uma expectativa de que as crianças simplesmente obedçam o adulto. E isso se agrava quando se tratam de crianças pobres e pequenas, ou seja, até 6 anos de idade, foco da presente pesquisa.

De acordo com Carvalho, Pedrosa, & Rossetti-Ferreira (2012), cada pessoa interage com a criança “conforme as representações e expectativas que tem sobre aquela criança, sobre seu desenvolvimento e sobre seu papel com relação a ela” (p. 28). Assim, sob uma visão “adultocêntrica”, a criança é vista apenas a partir do que lhe falta para que se torne adulta, sendo, portanto, considerada imperfeita, inacabada, incompleta (Szymanski, 2010). E, mais

especificamente, a criança é vista como incapaz de compreender o que lhe é dito e de falar “verdades” sobre si mesma e sobre o que lhe aconteceu. Diante disso, foi possível perceber que os adultos não a escutam ou desconsideram o que diz, bem como se calam frente à criança ou lhe dizem qualquer coisa nada esclarecedora, ao mesmo tempo em que tomam decisões em nome de seus direitos e bem-estar. Parece conveniente, para melhor contextualizar essa situação, considerar que, desde a passagem do século XIX para o século XX, governar crianças passou a ser uma estratégia assistencial, política e jurídica por e em nome de seu futuro (Lee, 2010), mas, acima de tudo, por e em nome do futuro da nação (Rizzini, 2008; Rizzini, & Pilotti, 2011).

E no controle da situação e imbuídos do desejo de que cumprir seu papel perante a criança, ou seja, protegê-la ou salvá-la (lema que vem mobilizando os brasileiros desde o final do século XIX (Rizzini, 2011)), muitas vezes, a tomamos como objeto a ser levado daqui para ali (França, 2007), frequentemente, sem que nada lhe seja dito, temendo machucá-la ainda mais.

Buscou-se, no entanto, relativizar essa concepção com base, principalmente, nos argumentos de Françoise Dolto, com os quais a psicanalista enfatiza a importância de informar e conversar com a criança, independentemente de sua idade e capacidade de compreensão (Dolto, 2003; 2005). E, mais do que isso, enfatizou-se a legislação e as orientações técnicas (Brasil, 2009a; 2009e) que asseguram à criança o direito de ser informada e escutada sobre tudo o que lhe diz respeito.

No entanto, é possível perceber que, embora a legislação e as diretrizes nacionais tenham evoluído, as concepções sobre criança, aquelas que regem as práticas dos adultos para com ela, precisarão de mais tempo e investimento para mudar. Os adultos não se sentem e não foram preparados para lidar com a criança na posição de sujeito autônomo e sujeito de direitos. Nesse sentido, considerando o alto nível de escolaridade dos profissionais, pode-se inferir que o ensino formal (magistério, graduações e pós-graduações, mesmo que em áreas do conhecimento afins à criança/infância) não tem garantido esse tipo de qualificação. Evidencia-se, assim, a necessidade de investir em formação específica e continuada para todos os envolvidos no processo de acolhimento da criança.

Passivos, sem saber como conversar sobre assuntos tão delicados e temendo causar um mal maior à criança, os adultos esperam que ela reivindique seus direitos de ser informada e escutada para, então, proporcionar-lhe minimamente algum espaço de conversa. Porém, pelo que pôde ser observado, nem sempre se trata de um espaço de conversa e, sim, de um espaço de coleta de dados para preenchimento de documentos, sobretudo, do PIA da criança, o qual

deveria contar com a participação ativa da criança, de seus familiares, dos educadores e de toda a rede para a sua melhor efetivação.

O objetivo da pesquisa não foi avaliar quanto isso tem sido feito na prática. Porém, pelo pouco espaço de conversa com a criança que parece existir na rotina institucional, aliado ao desconhecimento das educadoras sobre a história das crianças, sobre possibilidades de intervenção voltadas à promoção do desenvolvimento da criança (por exemplo, em conversas francas que ajudem a criança a elaborar suas vivências) e sobre planos futuros, é possível supor que a proposta de utilização do PIA como norteador de um trabalho personalizado, voltado à criança, precisa ser aprimorado.

E a história mostra que as instituições de acolhimento não foram criadas para lidar com sujeitos autônomos e sujeitos de direitos, o que traz reflexos, até hoje, na forma de conceber o trabalho que prestam à criança e sua família.

A Casa dos Expostos e os asilos de órfãos, abandonados e desvalidos tinham como propósito devolver a “ordem pública” e propiciar educação industrial aos meninos e doméstica às meninas, para que pudessem ocupar seu lugar na sociedade. Para isso, pressupunham: a segregação; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – com o objetivo de disciplinar e prevenir desvios ou garantir a reeducação das crianças (Rizzini, & Pilotti, 2011).

Os resultados da presente pesquisa mostram que ainda não se conseguiu desvencilhar totalmente desses preceitos, mesmo que permaneçam como resquícios, eles se encontram infiltrados nas práticas institucionais. Para citar alguns exemplos, pode-se destacar: a dificuldade para incluir a família no contexto institucional, bem como o que vem dela (objetos, hábitos, etc.); os procedimentos invasivos com os quais a criança é recebida (foto, nudez, higienização, corte de unhas e cabelo, etc.); a ênfase dada às regras, assim que a criança chega (“*tem horário para tudo*”); a prática insuficiente de conversar e informar a criança; entre outros.

Apesar disso, inúmeras foram as mudanças e melhorias alcançadas nas últimas décadas. A Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), a Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009a), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009d) e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009e) são provas e catalizadores fundamentais para essas transformações. Todavia, mudar a cultura, as mentalidades e as

concepções que predominam na matriz sócio-histórica de nossa sociedade requer um processo mais longo e difícil.

Embora importantes passos já estejam sendo dados, percebe-se que falta uma redefinição profunda a respeito da função e do papel social do acolhimento institucional na nossa sociedade. Gulassa (2006), na sistematização de Mesas de Trabalho que foram realizadas com nove instituições, aponta que os profissionais se deram conta de que há situações que podem almejar mudanças, no entanto, parecem manter intactos valores que são contrários a elas. Nessas condições, o risco é “fazer de conta que se muda, mas na realidade continua-se na mesma” (p. 9).

A instituição de acolhimento, ainda carrega o peso de ser um “mal necessário”, tal como pôde ser observado a partir desta pesquisa, em consonância com o que é apontado por Gulassa (2005; 2006). Por isso, ter conhecimento e consciência, por parte dos profissionais, da cultura existente e da cultura desejada é essencial para o processo de reconstrução do papel e da identidade do acolhimento institucional (Gulassa, 2006). De acordo com Guará (2006), procurar e encontrar a identidade positiva é uma das condições básicas para se alcançar a legitimidade e superar a ambivalência de expectativas sociais que existem em relação às instituições de acolhimento.

E, nesse processo, o que se almeja é que o acolhimento se torne, segundo Guará (2006), uma comunidade socioeducativa e de cuidado que busque “novos significados e competências, com base nas histórias reais, mesmo nas que remetem esses indivíduos a perdas e dores”, uma vez que será a partir delas que poderá surgir o “desejo de planejar uma nova história”. Assim, educar as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade é ajudá-las a “perceber a própria história sem sucumbir a ela, descobrindo novas estratégias de sobrevivência e de inserção social” (p. 61).

No entanto, será que a proposta de promover um “acolhimento de distração” vai ao encontro desses novos e atuais propósitos do acolhimento institucional?

Os resultados desta pesquisa mostram que esse “acolhimento de distração” permeia o processo de retirada, recepção e acolhimento inicial (mas, não somente o inicial, pelo que pôde ser percebido), propondo-se a distrair a criança de seu sofrimento. Certamente, a distração faz parte do trabalho, mas esse não pode ser o único ou principal objetivo das instituições, uma vez que muito pouco poderá contribuir para o desenvolvimento da criança, por melhores que possam ser as intenções dos profissionais.

O caminho da distração, certamente, é o caminho possível, se considerado todo o contexto descrito até aqui. Afinal, acolher uma criança no auge de seu sofrimento não é tarefa

fácil. Isso foi claramente dito pelos profissionais participantes desta pesquisa. Há um sofrimento que é de todos e, sem apoio, suporte, reflexões e construções coletivas, os profissionais acolhem da forma como acham que deve ser feito, conforme suas características pessoais permitem ou da forma como dão conta de fazer.

Ademais, vale chamar a atenção também para as questões estruturais que também circunscrevem esse momento do acolhimento como, por exemplo: profissionais pouco valorizados e com baixa remuneração; educadores sem perfil condizente com a função; equipes com número insuficiente de profissionais; equipe técnica com pouco ou sem contato com a rotina institucional e com as crianças; superlotação de crianças; rodízio de profissionais, seja pelos turnos de trabalho, seja pela significativa rotatividade de funcionários; resistência à mudança por parte dos gestores das instituições, como também dos funcionários; entre outras.

Soma-se, a isso, o fato, já apontado anteriormente, do acolhimento inicial da criança não ter sido e não ser pauta das discussões coletivas que vinham ocorrendo nas instituições, por meio dos encontros de formação, reuniões de equipe, supervisões e discussões de caso (que ocorrem sem a inclusão dos educadores). Nesse sentido, chama-se atenção para o fato de que quando lhes é oferecido espaço de escuta e conversa, tal como ocorreu no período de coleta de dados dessa pesquisa, os profissionais têm experiências e conhecimentos valiosos que lhes possibilitam fazer sugestões pertinentes e interessantes que podem vir a contribuir para a melhoria da qualidade do processo de acolhimento inicial da criança.

Retomando, então, a argumentação com a qual teve início esta discussão final, ou seja, a importância do momento inicial do acolhimento para a construção de novos relacionamentos que promovam o desenvolvimento da criança, bem como para a manutenção dos vínculos anteriormente estabelecidos, com os familiares e outras pessoas significativas, fica a questão: não será preciso olhar mais atentamente para esse momento e investir, efetivamente, na promoção de mudanças que o qualifiquem?





---

# Considerações Finais

---



## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em âmbito nacional, mudanças importantes ocorreram, nos últimos anos, na área do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a partir de avanços na legislação e da criação de diretrizes técnicas para as instituições (Brasil, 1988; 1990; 2006; 2009a, d, e).

No que se refere ao município em que a pesquisa foi realizada, o investimento que vem sendo feito na formação dos profissionais das instituições de acolhimento e dos conselheiros tutelares também merece ser destacado. Outro aspecto positivo que pôde ser percebido foi o envolvimento da maioria dos profissionais que participaram da pesquisa com a causa da criança e/ou com as crianças em si. Algumas práticas sensíveis às necessidades da criança também foram relatadas. Embora isso, no geral, tenha se mostrado insuficiente para garantir um processo de acolhimento inicial respeitoso e, verdadeiramente, acolhedor para com a criança e sua família.

Afinal, mudanças na matriz sócio-histórica que permeia as práticas e o imaginário são lentas, podendo levar décadas. Como aponta Campos, Fullgraf e Wiggers (2006), o novo convive com o antigo. E, assim, apesar dos avanços já alcançados no que se refere ao município em que a pesquisa foi realizada, guardadas as diferenças pessoais e institucionais, decisões que mudam radicalmente a vida da criança, bem como a de sua família, são tomadas sem que elas façam parte de maneira efetiva dessa decisão, ou sejam, verdadeiramente, preparadas para lidar com essas mudanças. A criança é, muitas vezes, simplesmente, pega e levada à instituição, tal como se faz com um objeto. Sob essas condições, é recebida na instituição, separada e/ou desapropriada de tudo o que lhe é significativo, frequentemente, sem que nada lhe seja dito sobre o que está acontecendo e o que acontecerá. A recepção e o acolhimento inicial da criança resumem-se a higienizá-la, alimentá-la e distraí-la, por vezes, a partir de procedimentos altamente invasivos que não respeitam o tempo e os sentimentos da criança. E a instituição de acolhimento ainda encontra dificuldades para assumir sua corresponsabilidade no trabalho de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

Assim, há várias reflexões que podem ser propostas. A começar pela resignificação da identidade da instituição de acolhimento como um recurso que pode auxiliar a criança e sua família a superarem uma fase extremamente difícil. A desconstrução das concepções e dos preconceitos que perpassam a relação entre os profissionais e as famílias, bem como entre adultos e crianças, é igualmente fundamental. Todos esses aspectos e, mais especificamente, as reflexões acerca do processo de acolhimento inicial devem receber atenção especial e

contínua nos espaços já existentes de formação, mas também em novos espaços a serem criados.

É necessário considerar que o processo de acolhimento tem início muito antes da chegada da criança na instituição. Dessa forma, seria importante incluir todos os profissionais que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente nessa discussão. Isso porque, desde o início do processo, direitos fundamentais da criança e de sua família estão sendo violados, dentre eles, o direito à participação e ao respeito.

É preciso disponibilizar espaço de escuta e conversa, entre esses profissionais, para que suas concepções e práticas sejam conhecidas e suas dificuldades compreendidas para que, assim, encontrem, juntos, possíveis caminhos e parceiros para superá-las. Será no trabalho em rede, nas discussões e construções coletivas, que soluções e alternativas poderão ser (re)criadas e (re)inventadas.

Esse percurso é necessário para que possam fazer o mesmo com a criança e sua família, ou seja, para escutar, conversar e ajudá-las a encontrar caminhos e parceiros para a superação de suas dificuldades. E esse é um ponto crucial para o acolhimento.

Por isso, os profissionais que têm contato com a criança, principalmente, os técnicos da rede que acompanham as famílias em seus territórios, os conselheiros tutelares, os oficiais de justiça, os profissionais das instituições de acolhimento, sobretudo os educadores, incluindo os profissionais de apoio (cozinheira, lavadeira, faxineira, motorista, entre outros) precisam estar aptos e disponíveis para conversar com ela de maneira sensível e sincera, independentemente de sua idade e maturidade.

Destaca-se, então, o papel dos educadores, que são aqueles que permanecem o maior tempo com a criança. Para além de cuidar ou monitorar, esses profissionais têm papel fundamental no sentido de promover seu desenvolvimento. No entanto, para exercê-lo com qualidade, essa função precisa ser reconhecida, legitimada, valorizada e receber apoio e investimento, tanto financeiro, com salários dignos, quanto em formação. Incluí-los nas discussões de rede, formações, supervisões, discussões de caso e na construção do PIA de cada criança é essencial.

Os educadores e demais profissionais das instituições de acolhimento precisam saber também que a organização do tempo e do espaço faz parte do seu trabalho, com o intuito de promover, intencionalmente, melhores condições para o acolhimento e desenvolvimento da criança. Para isso, necessitam de repertório, conhecimento e autonomia. Nesse sentido, a equipe técnica das instituições, para que possa contribuir para a construção de um contexto de acolhimento de qualidade, necessita conhecer as crianças e participar da rotina delas,

acompanhando e apoiando de perto o trabalho dos educadores, paralelamente ao acompanhamento das famílias. Percebe-se que a responsabilidade e a carga de trabalho são grandes. Por isso mesmo, não há como garantir qualidade quando há superlotação de crianças e/ou número insuficiente de profissionais.

Melhorar as condições de trabalho vai possibilitar estabilidade no quadro de profissionais, e trazer ganhos para as crianças, na medida em que serão menos expostas a separações e rupturas, favorecendo a construção de relações afetivas significativas no contexto institucional. No entanto, a estabilidade por si só não garante que isso aconteça. Os profissionais devem receber mais apoio, além de formação e supervisão contínuas ao longo de anos.

Por último, é importante considerar que existem políticas públicas falhas e/ou insuficientes que vitimizam gerações de famílias e que tornam, muitas vezes, impotente e frustrante o trabalho dos profissionais. Mudanças nesse sentido são fundamentais. Todavia, por estar ainda em um momento de construir e “tecer” a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, há inúmeras crianças que são continuamente vitimizadas. E, nesse contexto, não se pode aceitar uma medida de proteção que as revitalize, uma vez que não há proteção sem acolhimento.

Esta pesquisa embasou-se em determinada realidade (cidade) e em um momento histórico específico, outros estudos sobre esta situação pouco estudada, em diferentes contextos, podem propiciar uma troca muito rica de experiências.



---

# Referências

---





## REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. *Patterns of attachment: a psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erbaum, 1978.
- Albano, P. (2011). O que é um bebê?. In F. Nogueira (Org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. (p. 32-46). São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Alencar, R. (2011). Brincando com bebês. In F. Nogueira (Org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. (p. 47-66). São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Almeida, I. G. (2009). *Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional*. 203f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), Ribeirão Preto.
- Almeida, I. G., Maehara, N. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional: a importância do relacionamento entre irmãos. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Orgs.) (2011). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, pp. 119-172.
- Amorim, K. S. (2012). *A rede de significações e o estudo dos processos desenvolvimentais humanos*. [Slides PowerPoint]. Aula ministrada na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento no Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FFCLRP/USP em agosto de 2012.
- Amorim, K. S., Eltink, C., Vitoria, T., Almeida, L. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2004). In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, & A. P. S. Silva (Orgs). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. (p. 138-156). Porto Alegre: ArtMed.
- Amorim, K. S., Rossetti-Ferreira, M.C. (1999). Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena. *Psicologia Ciência e Profissão*, 19 (2), 64-69.
- Amorim, L. B. (2005, jan/mar). A distinção entre regras e princípios segundo Robert Alexy: esboço e críticas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 42 (165), 123-134. Recuperado em 29 de outubro de 2013, de <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15545-15546-1-PB.pdf>

Andrade, A. M., Brito, M. J. M., Silva, K. L., Montenegro, L. C.; Caçador, B. S., & Freitas, F. L. C. (2013). Organização das redes de atenção à saúde na perspectiva de profissionais da atenção domiciliar. *Rev. Gaúcha Enferm.*, 34 (1), 111-117.

Associação Lua Nova (2008). *Novos vínculos: a construção de vínculos como fundamento de um novo projeto de vida para jovens mães com seus filhos*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo [AASPTJ-SP]. (2004). *Por uma política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão Interinstitucional de Acompanhamento, 238 p. Relatório de Pesquisa.

Azambuja, M. R. F. (2010). A inquirição da criança e do adolescente no âmbito do Judiciário. In Conselho Federal de Psicologia. *A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*. (p. 69-76). Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia.

Baptista, M. V., Volic, C., & Arruda, I. (2008). Trajetórias de vulnerabilidade e luta. In E. T. Fávero, M. A. F. Vitale, & M. V. Baptista (Orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. (p. 175-198). São Paulo: Paulus.

Barros, R. (2006). Em busca de um projeto de vida. In M. V. Baptista (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e sócioeducação*. (p. 95-96). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.

Bernardi, D. C. F. (2010a). Abrigos para quem?. In D. C. F. Bernardi, *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (p. 19-35). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

Bernardi, D. C. F. (2010b). Acolhida e socioeducação em abrigos. In D. C. F. Bernardi, *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (p. 95-115). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

Bernardi, D. C. F. (2010c). Desenvolvimento infantil e abrigamento. In D. C. F. Bernardi. *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (p. 117-123). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

- Biasoli-Alves, Z. M.; Dias da Silva, M. H. G. F. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paideia – Cadernos de Educação*, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69.
- Bowlby, J. (1990). *Apego - volume I da Trilogia Apego e Perda*. (2.ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento de laços afetivos*. (3.ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bondioli, A., & Mantovanni, S. (1998). *Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva*. Porto Alegre: ArtMed.
- Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF.
- Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília, DF.
- Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2009a). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Educação. (1996). *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] (1996)*. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2009b). *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Parecer CNE/CEB n. 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009.
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2010). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Parecer CNE/CEB n. 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (2006). *Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica (2009c). *Indicadores de qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 64 p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional da Assistência Social (2009d). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: autor.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2009e). *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: autor.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: autor.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2011). *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Recuperado em 3 de junho de 2013, de <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/encontro-nacional-de-monitoramento-do-suas-2011/arquivos/mesa6/LevantamentoNacionaldasCriancaseAdolescentesemServicosdeAcolhimento.pdf>

Brazelton, T. B. (1988). *O desenvolvimento do apego: uma família em formação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Brazelton, T. B., & Sparrow, J. D. (2006). *Entendendo a rivalidade entre irmãos*. Porto Alegre: Artmed.

Campos, M. M. (2006). Educação infantil: conquistas e desafios. In *Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor*. São Paulo: Editora Ática; Editora Scipione. Recuperado em 27 de outubro de 2013, de <http://www.oei.es/pdfs/reescrevendo.pdf>.

Campos, M. M., Füllgraf, J. & Wiggers, V. (2006). A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, 36 (127), jan./abr.

Carvalho, A. M. A., Beraldo, K. E. A., Pedrosa, M. I., & Colelho, M. T. (2004). O uso de entrevistas em estudos com crianças. *Psicologia em estudo*, 9 (2), 191-200.

Carvalho, A. M. A., Pedrosa, M. I., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2012). *Aprendendo com a criança de zero a seis anos*. São Paulo: Cortez Editora.

Carvalho-Campos, M. I. (2011a). O porquê da preocupação com o ambiente físico. In M. C. Rossetti-Ferreira, A. M. Mello, T. Vitoria, A. Gosuen, & A. C. Chaguri. (Orgs.). *Os Fazeres na Educação Infantil*. (p. 156-158). (12ª ed.). São Paulo: Cortez.

Carvalho-Campos, M. I. (2011b). Por que as crianças gostam de áreas fechadas? In M. C. Rossetti-Ferreira, A. M. Mello, T. Vitoria, A. Gosuen, & A. C. Chaguri. (Orgs.). *Os Fazeres na Educação Infantil*. (p. 154-155). (12ª ed.). São Paulo: Cortez.

Carvalho-Campos, M. I., & Meneghini, R. Estruturando a sala. (2011). In M. C. Rossetti-Ferreira, A. M. Mello, T. Vitoria, A. Gosuen, & A. C. Chaguri. (Orgs.). *Os Fazeres na Educação Infantil*. (p. 152-153). (12ª ed.). São Paulo: Cortez.

Carvalho, M. C. B. (2010). Introdução. In I. M. F. R., Guará (Org.). *Redes de proteção social* (p. 8-9). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [NECA].

Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência [CBIA/SP]; Instituto de Estudos Especiais [IEE-PUC/SP]. (2003). *Trabalhando abrigos*. São Paulo: Forja Gráfica e Editora. Cadernos de Ação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro [CMDCA/RJ]. (2001). *Políticas de Abrigos para Crianças e Adolescentes do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo [CMDCA/SP]. (1998). *Resolução 40/CMDCA, de 1 de junho de 1998*. Diário Oficial do Município. São Paulo. 18/06/98. p. 27-28.

Cuperman, L. (2011). Os bebês têm história. In F. Nogueira (Org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. (p. 85-92). São Paulo: Instituto Fazendo História.

Dethiville, L. (2013). *Donald W. Winnicott: uma nova abordagem*. Campinas: Armazém do Ipê.

Dolto, F. (2003). *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. (3.ed.). Aparecida-SP: Editora Ideias & Letras.

Dutra, L. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Elage, B. (coord.) (2010). *História de vida: identidade e proteção – a história de Martin e seus irmãos*. Coleção Abrigos em Movimento. São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

Escorel, S. (n.d.). Equidade em saúde. Recuperado em 13 de novembro de 2013, de <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/equsau.html>.

Escorsim, S. M. (2008). A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. *Revista Espaço Acadêmico*, 86. Recuperado em 06 de agosto de 2013, de <http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>.

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Divisão de Rede de Atendimento. (2001). *Projeto de Reordenamento Institucional da Rede de Abrigos da STCAS Porto Alegre e Viamão*. Rio Grande do Sul: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas [Corag].

Estado de São Paulo. Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social. (1998). *Programa Criança e Adolescente: referências para a implantação de padrões básicos de operação*. São Paulo, 32 p. Série: Construindo a Inclusão.

Faleiros, V. P. (2011). *Saber profissional e poder institucional*. (10ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.

Fávero, E. T., Clemente, M. L., & Giacomini, M. (2008). Famílias e medida de proteção abrigo: realidade social, sentimentos, anseios e perspectivas. In: E. T. Fávero, M. A. F. Vitale, & M. V. Baptista (Orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam* (p. 113-142). São Paulo: Paulus.

Fernández, J., Álvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. *Infancia y Aprendizaje*, 26 (2), 235-249.

Ferrari, M., & Kaloustian, S. M. (2005). Introdução. In S. M. Kaloustian (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. (p. 11-18). (7. ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef.

Ferreira, L. D. I. P. M. (2013). *Expressões emocionais de desprazer no primeiro ano de vida: manifestações e processos de transformação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

- Finkler, L., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Crianças em situação de rua: a desproteção como forma de violência. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Orgs.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (p. 159-175). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Fonseca, C. (2005, maio-ago.). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14 (2), 50-59.
- Fonseca, C. (2009). Aventuras familiares: do acolhimento à adoção. In C. Fonseca, & P. Schuch (Orgs.). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. (p. 273-294). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Fonseca, C., & Cardarello, A. D. L. (2009). Direitos dos mais e menos humanos. In C. Fonseca, & P. Schuch (Orgs.). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. (p. 219-251). Porto Alegre: UFRGS.
- Fortunati, A. (2009). *A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família*. Porto Alegre: ArtMed.
- Foucault, M. (2000). *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fraga, L. B. (2008). *Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida*. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- França, D. B. (2007). Cuidados especiais no momento da acolhida. Instituto Berço da Cidadania. Recuperado em 21 de agosto de 2011, de <http://bercodacidadania.org.br/cuidados-especiais-no-momento-de-acolhida-por-dirce-franca/>
- Gallo, C. M. C. L., Barros, G. D., Peruchi, M. I. V. P., Franco, M. L. E., Felipe, S.S.R., Duarte, S. H. S. A., Serrano, S. A., & Cassin, W. C. (2007). A teoria do apego e a formação e rompimento de vínculos: perspectivas teóricas sobre os efeitos do abrigamento em crianças e adolescentes. In A. A. P. Franco, & M. J. R. Melão (Orgs.). *A Psicologia e o Serviço Social nas práticas judiciais*. (p. 117-146). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goffman, E. (1975/1988) *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

Goffman, E. (1961/2010). *Manicômios, prisões e conventos*. (8ª ed./2ª reimp.). São Paulo: Perspectiva.

Gonçalves, A. S., & Guará, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. In I. M. F. R. Guará (Org.). *Redes de proteção social*. (p. 11-29). Coleção Abrigos em Movimento. São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

Graciane, M. S. S., Guerra, M. A. G., Graciani, G. S., & Graciani, J. S (Orgs.). (2013). *Crianças e adolescentes têm direitos: conheça o Sistema de Garantia dos Direitos e saiba como participar*. São Paulo: Condeca; Manufatura de ideias.

Guará, I. M. F. R. (2006). Abrigo: comunidade de acolhida e sócioeducação. In M. V. Baptista (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e sócioeducação*. (p. 59-68). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.

Guerra, V. N. A. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Gulassa, M.L.C.R. (Coord.). (2005) *O abrigo como possibilidade*. São Paulo: Instituto Camargo Correa e Fundação Abrinq, 38p. (Relatório de Sistematização de Mesas de Trabalho).

Gulassa, M.L.C.R. (2006). A fala dos abrigos. In M. V. Baptista (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. (p. 49-57). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.

Gulassa, M. L. C. R. (2010a). *Abrigos em movimento: o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo*. Coleção Abrigos em Movimento. São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente [Neca].

Gulassa, M.L.C.R. (Org.). (2010b). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente [Neca].

*Instituto Fazendo História* (2013). Recuperado em 13 de novembro de 2013, de <http://www.fazendohistoria.org.br/>



Instituto de Pesquisa Aplicada [Ipea]. (2005). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Recuperado em 1º de abril de 2007, de <http://www.ipea.gov.br>

International Foster Care Organization [IFCO], SOS-Kinderdorf International & Fédération Internationale des Communautés Educatives [FICE]. (2006). *Quality4Children: normas para o acolhimento de crianças for a de sua família biológica na Europa*. Áustria: autores.

Kuhlmann Jr., M. (2007). *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. (4ª ed.). Porto Alegre: Mediação.

Lee, N. (2010). Vozes das crianças, tomada de decisão e mudança. In F. Müller (Org.). *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. (p. 42-64). São Paulo: Cortez Editora.

*Lei Municipal n. 8.950*, de 23 de setembro de 1996.

Mantovani, S. & Terzi, N. (1998). A inserção. Em A. Bondioli & S. Mantovanni. *Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma Abordagem Reflexiva*. Porto Alegre. Artes Médicas, p. 173-184.

Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. (2ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Marin, I. S. K. (2010). *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. (3ª ed. rev.). São Paulo: Escuta.

Marin, I. S. K. (2011). Prefácio. In F. Nogueira. *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigo*. São Paulo: Instituto Fazendo História.

*Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

Mioto, R. C. T. (2006). Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In M. A. Sales, M. C. Matos, & M. C. Leal (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. (p. 43-60). (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

Moura, G. G. & Amorim, K. S. (no prelo). A (in)visibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional. *Psicologia em estudo* (Maringá), 18 (2).

Moura, G. G. (2012). *Quem não pega não se apega? O acolhimento institucional de bebês e as (im)possibilidades de construção de vínculos afetivos*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), Ribeirão Preto.

Nações Unidas. *Convenção dos Direitos da Criança*, de 20 de novembro de 1989.

Nascimento, A. F. et al. (2009). Conselhos Tutelares. In S. G. Assis, L. M. B. Silveira, M. Barcinski, & B. R. Santos (Orgs.). *Teoria e prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente*. (p. 139-224). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.

Neder, G. (2005). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In Kaloustian, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. (p. 26-46). (7ª ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef.

Nogueira, F. (2011). Introdução. In F. Nogueira (Org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. (p. 19-31). São Paulo: Instituto Fazendo História.

Oliveira, R. C. S. (Coord.) (2007). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos*. São Paulo: AASPTJ-SP.

Oliveira, Z. M. R., Mello, A. M., Vitoria, T. & Rossetti-Ferreira, M. C. (1992). *Creches: crianças, faz de conta & cia*. Petrópolis: Vozes.

Oliveira, Z. M. R. (2002). *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez.

Oliveira, Z. M. R., Guanaes, C., & Costa, N. R. A. (2004). Discutindo o conceito de “jogo de papel”: uma interface com a “teoria de posicionamento”. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, & A. P. S. Silva (Orgs.). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. (p. 69-80). Porto Alegre: ArtMed.

Organização das Nações Unidas [ONU] (1959). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Recuperado em 20 de abril de 2011, de <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/389cad15-8993-4900-ba1f-c70d82c091a5/Default.aspx> >

Pachá, A. M., Vieira Junior, E. G., & Oliveira Neto, F. (2009). *Novas regras para a adoção: guia comentado*. Brasília/DF: Associação dos Magistrados Brasileiros.

- Paniagua, G., & Palacios, J. (2007). *Educação infantil: resposta educativa à diversidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Paiva, L. (2010). Abertura. In Conselho Federal de Psicologia. *A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*. (p. 25-28). Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia.
- Pires, M. P. (2011). Falar com bebês, será que eles entendem?. In F. Nogueira (Org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. (p. 67-84). São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Rezende, M. A. (2004). Uma proposta de cuidado à criança em creches e pré-escolas: a busca de superação dos determinantes históricos e sociais brasileiros. *Acta Paul. Enf.*, São Paulo, 17(1), p. 102-107.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. (2ª ed. rev.). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I. (2011). Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. In I. Rizzini, & F. Pilotti (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (p. 97-150). (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2011). Introdução – A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In I. Rizzini, & F. Pilotti (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (p. 15-30). (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Loyola.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (1984). O apego e as reações da criança à separação da mãe. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, fev., n.48, pp. 3-19.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Olhando a pessoa e seus outros, de perto e de longe, no antes, aqui e depois. In D. Colinvaux, L. B. Leite, & D. D. Dell'Aglio (Orgs.). *Psicologia do Desenvolvimento: Teorias e Pesquisas e Aplicações*. (p. 19-59). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rossetti-Ferreira, M. C. & Amaral, N. R. (2010). Construcción de vinculos afectivos en contextos adversos de desarrollo: importancia y polemicas. *Scripta Nova* (Barcelona), 1, pp. b21. 741-98.

- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., & Silva, A. P. S. (2004). Rede de Significações: alguns conceitos básicos. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, & A. P. S. Silva (Orgs). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. (p. 23-34). Porto Alegre: ArtMed.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S. & Vitória, T. (1996). Emergência de novos significados durante o processo de adaptação de bebês à creche. *Coletânea da Anpepp: Investigação da criança em interação social*. 1(4), set.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S. & Vitória, T. (1997). Integração família e creche: o acolhimento é o princípio de tudo. Em E. M. Marturano, S. R. Loureiro & A. W. Zuardi (orgs.). *Estudos em saúde mental 1997*. Ribeirão Preto: Comissão de Pós-graduação em Saúde Mental – FMRP/USP.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Ramon, F., & Silva, A. P. S. (2002) Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, março, n.115, p. 65-100.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Almeida, I. G. (Orgs.) (2011). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec. 408 p.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Solon, L. G., & Almeida, I. G. (2010). A delicada arte de conversa e escuta. In D. C. F. Bernardi (Org.). *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo*. (p. 61-84). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].
- Rossetti-Ferreira, M. C., Vitoria, T., & Goulardins, L. G. (2011). Quando a criança começa a frequentar a creche ou pré-escola. In M. C. Rossetti-Ferreira, A. M. Mello, T. Vitoria, A. Gosuen, & A. C. Chaguri. (Orgs.). *Os Fazeres na Educação Infantil*. (p. 51-55). (12ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Rutter, M. (1995). Maternal deprivation. In M. H. Bornstein (Ed). *Handbook of Parenting*. Vol.4. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Sarti, C. A. (2011). Famílias enredadas. In A. R. Acosta, & Vitale, M. A. F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. (p. 21-38). (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Sayão, I. (2010). Famílias em situação de vulnerabilidade. In D. C. F. Bernardi, *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo* (p. 37-43). São Paulo:

Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

Serrano, S.A. *O abrigamento de crianças de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. 2008. 240f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), Ribeirão Preto, 2008.

Spink, M. J. & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. Em M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, p. 93-122.

State of Alabama. Department of Human Resources. (2000). *Minimum Standads for Residential Child Care Facilities: child care institutions, group homes, maternity centers, shelter care and adjunct programs*. (Rev.). Alabama: autor.

State of New Jersey. Departmant of Children and Family. (2008). *Manual of Standads for Children's Shelter Facilities and Home*. New Jersey: autor.

State of Queensland. Parliamentary Counsel. (2013). *Child Protection Act 1999*. (Reprint). Queensland: autor.

Szymanski, H. (2010). Ser criança: um momento do ser humano. In A. R. Acosta, & Vitale, M. A. F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. (p. 53-62). (5ª ed.). São Paulo: Cortez.

Texas Department of Family and Protective Services. Child Care Licensing Division. (2010). *Minimum Standards for Shelter Care*. Texas: autor.

Thorne, B. (2002). From silence to voice: bringing children more fully into knowledge. *Childhood*, 9 (3), 251-254.

Unamuno, M. (1996). *Do sentimento trágico da vida*. São Paulo: Martins Fontes.

United Nations. Human Rights Council. (2009). *Guidelines for the alternative care of children*. 15 june 2009.

Valente, J. A. G. Serviços de acolhimento familiar: programa de famílias acolhedoras. In D. C. F. Bernardi, *Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (p. 139-151). São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescentes [Neca].

- Victorino, A. B., Nisenbaum, E. B., Gibello, J., Bastos, M. Z. N., & Andreoli, P. B. A. (2007). Como comunicar más notícias: revisão bibliográfica. *Rev. SBPH*, 10 (1), jun, p. 53-63.
- Vidigal, C. (2006). Fazendo minha história. In M. V. Baptista (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e sócioeducação*. (p. 84-85). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Vieira, L. M. F. (1999). A Formação do Profissional da Educação Infantil no Brasil no Contexto da Legislação, das Políticas e da Realidade do Atendimento. *Pro-Posições*. Campinas, v. 10, n.1 (28), p. 28-39, Mar.
- Vitória, T., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1993). Processos de adaptação na creche. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 55-64, ago.
- Winnicott (1975). *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Yunes, M. A. M. (2010). As práticas de agentes sociais com famílias de baixa renda: em busca de interações com foco na resiliência. In C. S. Hutz. *Avanços na psicologia comunitária e intervenções psicossociais*. (p. 61-88). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R., Tavares, M. F., & Faria, L. C. (2001). A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paideia*, 11, 47-56.







---

# Apêndices

---



## APÊNDICES

### Apêndice A - Ficha de caracterização e apresentação da instituição

Nome fictício:

Tempo de funcionamento:

Breve histórico:

Entidades/instituições mantenedoras:

Ligação com entidades religiosas:

Projetos submetidos e financiados / a quem e por quem / qual(is):

Diante das várias mudanças que vêm ocorrendo, decorrentes das novas diretrizes e leis que regulamentam os abrigos, quem decide o que e como implementá-las na instituição?

Como são tomadas as decisões?

Quem participa das decisões?

Capacidade de atendimento:

Nº de crianças abrigadas no momento:

Nº de grupos de irmãos abrigados no momento:

Irmãos acolhidos em outros locais:

Composição da equipe de trabalho:

Processo de seleção dos funcionários/ critérios de seleção:

Características da equipe (tempo de casa, interação entre os profissionais, comunicação):

Reuniões de equipe / frequência:

Planejamento e realização do processo de formação/capacitação inicial e em serviço dos vários funcionários:

Organização da instituição (como os quartos são divididos<sup>49</sup>; como os funcionários se organizam no cuidado das crianças; turnos...):

Existência de Projeto Político-Pedagógico [PPP]:

Como tem se dado o processo de construção do PPP?

Nele há diretrizes, orientações e/ou descrição de procedimentos a serem adotados no processo de recepção/acolhida das crianças?

Está sendo implantado o Plano Individual de Atendimento [PIA]?

Como tem funcionado?

Vocês têm conseguido apoio de outros atores da rede nesse trabalho? De quem?

Como tem se dado a relação, particularmente, com os Conselhos Tutelares e com o Judiciário?

### Apêndice B - Ficha de Caracterização e Apresentação do Profissional

Nome fictício:

Idade:

Sexo:

Estado civil:

Filhos:

Escolaridade:

Função:

Histórico profissional:

Tempo de trabalho e trajetória na instituição:

### Apêndice C - Perguntas disparadoras e itens a serem investigados junto aos coordenadores e técnicos dos abrigos institucionais

1. Qual a sua participação no processo de recepção e acolhimento das crianças?

<sup>49</sup> Este dado será complementado a partir de observações no local.

2. Você tem conhecimento sobre como, normalmente, acontece o processo de tomada de decisão sobre o acolhimento institucional de crianças, pensando nos casos em que vocês têm recebido?  
Itens a serem investigados:
  - Processo de preparação e participação das famílias e da(s) criança(s) anterior à separação, ou seja, anterior ao acolhimento (com exceção dos casos em que o acolhimento é emergencial);
  - O abrigo tem conhecimento, com antecedência, sobre a chegada de uma nova criança.
3. Como é a chegada da criança na instituição? O que acontece quando ela chega no abrigo?  
Itens a serem investigados:
  - Planejamento: organização do espaço e preparação das crianças que já estão acolhidas;
  - Quem participa e o que é feito.
4. Existem procedimentos a serem seguidos?  
Itens a serem investigados:
  - Existência de orientação/capacitação sobre como proceder no momento de recepção e acolhimento;
  - Recebimento de apoio/cuidado e supervisão para o desempenho dessa função;
  - Dificuldades e sentimentos vivenciados pelo profissional.
5. Como as crianças costumam reagir?  
Itens a serem investigados:
  - Reações mais comuns
  - Tempo de duração das reações;
  - O que costuma ser feito frente às reações das crianças;
  - Ações que podem minimizar o sofrimento da criança nesse momento;
  - Ações e situações que podem até intensificar o sofrimento da criança nesse momento.
6. Como as crianças que já estão na instituição reagem à chegada de uma nova criança?  
Itens a serem investigados:
  - O que costuma ser feito frente a reações das crianças;
  - Participação das crianças que já estão acolhidas no processo de recepção e acolhida da nova criança;
  - Processo de integração da criança nova com as crianças que já estão na casa.
7. A família participa de alguma forma do processo de recepção e acolhimento das crianças?  
Itens a serem investigados:
  - Possibilidade de algum parente, vizinho ou professora da escola no momento do acolhimento;
  - Manutenção dos irmãos juntos na mesma instituição como uma forma de garantir a presença de uma (ou mais de uma no caso de serem vários irmãos) pessoa de referência junto da criança.
8. Quando uma criança é acolhida, ela traz consigo alguns pertences de que gosta, tais como roupas, brinquedos, paninhos, fotos, etc?
9. Como fica a relação da criança com a família enquanto ela está acolhida?  
Itens a serem investigados:
  - Efeitos da separação para a relação/vinculação;
  - Contato, visitas, participação da família no cotidiano da instituição;
  - Planejamento e realização do trabalho de reintegração familiar.
10. Como você acha que o processo recepção e acolhimento poderia ser melhorado? Que medidas sugere?

#### **Apêndice D - Questões disparadoras e itens a serem investigados junto aos educadores dos abrigos institucionais**

1. Qual a sua participação no processo de recepção e acolhimento das crianças?
2. Vocês ficam sabendo, com antecedência, quando uma criança nova vai chegar?
3. Como é a chegada da criança na instituição? O que acontece quando ela chega no abrigo?  
Itens a serem investigados:

- Planejamento: organização do espaço e preparação das crianças que já estão acolhidas;
  - Quem participa e o que é feito.
4. Existem procedimentos a serem seguidos?  
Itens a serem investigados:
    - Recebimento de orientação/capacitação sobre como proceder no momento de recepção e acolhimento;
    - Recebimento de apoio/cuidado e supervisão para o desempenho dessa função;
    - Dificuldades e sentimentos vivenciados pelo profissional.
  5. Como as crianças costumam reagir?  
Itens a serem investigados:
    - Reações mais comuns
    - Tempo de duração das reações;
    - O que costuma ser feito frente às reações das crianças;
    - Ações que podem minimizar o sofrimento da criança nesse momento;
    - Ações e situações que podem até intensificar o sofrimento da criança nesse momento.
  6. Como as crianças que já estão na instituição reagem à chegada de uma nova criança?  
Itens a serem investigados:
    - O que costuma ser feito frente á reações das crianças;
    - Participação das crianças que já estão acolhidas no processo de recepção e acolhida da nova criança;
    - Processo de integração da criança nova com as crianças que já estão na casa.
  7. Quando uma criança é acolhida, ela traz consigo alguns pertences de que gosta, tais como roupas, brinquedos, paninhos, fotos, etc?
  8. Como fica a relação da criança com a família enquanto ela está acolhida?  
Itens a serem investigados:
    - Efeitos da separação;
    - Contato, visitas, participação da família no cotidiano da instituição.
  9. Como você acha que o processo de recepção e acolhimento poderia ser melhorado? Que medidas sugere?

#### **Apêndice E - Questões disparadoras e itens a serem investigados junto aos conselheiros tutelares**

1. Qual a sua participação no processo de recepção e acolhimento das crianças?
2. Como, normalmente, acontece o processo de tomada de decisão sobre o acolhimento institucional de crianças?  
Itens a serem investigados:
  - Processo de preparação e participação das famílias e da(s) criança(s) anterior à separação, ou seja, anterior ao acolhimento (com exceção dos casos em que o acolhimento é emergencial);
  - O abrigo tem conhecimento, com antecedência, sobre a chegada de uma nova criança?.
3. Como é feita a retirada de uma criança de sua família?  
Itens a serem investigados:
  - Procedimentos utilizados;
  - Dificuldades e sentimentos vivenciados pelo conselheiro.
  - Recebimento de orientação/capacitação sobre como proceder;
  - Recebimento de apoio/cuidado e supervisão para o desempenho desta função;
4. Quais são as reações mais frequentes das crianças e das famílias?  
Itens a serem investigados:
  - O que costuma ser feito frente às reações das crianças e das famílias;
  - Ações que podem minimizar o sofrimento nesse momento;
  - Ações e situações que podem até intensificar o sofrimento das crianças e das famílias.
5. O abrigo fica sabendo com antecedência quando uma criança será acolhida?
6. O que acontece assim que a criança chega na instituição?

7. Seria possível contar com a presença de algum parente, vizinho ou professora da escola no momento do acolhimento?
8. Os irmãos são mantidos juntos na mesma instituição?
9. Quando as crianças são retiradas de suas casas, elas levam consigo alguns pertences de que gostam, tais como roupas, brinquedos, paninhos, fotos, etc?
10. Como você acha que o processo de retirada da criança de sua família e sua recepção na instituição de acolhimento poderia ser melhorado? Que medidas sugere?

#### Apêndice F - Autorização para realização da pesquisa

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável pela Instituição

\_\_\_\_\_  
Nome da Instituição e CNPJ

Eu, Ivy Gonçalves de Almeida, faço parte do grupo de pesquisa intitulado Cindedi (Centro de Investigação sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil – FFCLRP/USP), sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, o qual vem desenvolvendo, desde a década de 1970, pesquisas e ações práticas voltadas ao desenvolvimento da criança e educação infantil.

A partir do ano de 2003, com a criação do subgrupo chamado GIAAA (Grupo de Investigação de Adoção, Abrigamento e Acolhimento Familiar), iniciamos também estudos e ações sociais ligadas especificamente à área de acolhimento institucional de crianças, buscando conhecê-la de forma mais ampla e aprofundada. Até o presente momento, desenvolvemos pesquisas que estudaram diversos elementos do acolhimento, contando com a participação de diferentes protagonistas envolvidos nesse processo.

Nesse nosso percurso, sentimos, todavia, necessidade de conhecer melhor a forma pela qual as crianças, sobretudo as bem pequenas, têm sido recebidas nas instituições, ou seja, conhecer mais aprofundadamente como essas crianças são recepcionadas e acolhidas no momento em que chegam aos abrigos institucionais. Esse é um momento extremamente delicado para a criança, uma vez que é permeado, frequentemente, por sentimentos de tristeza, revolta, insegurança, estranhamento, entre muitos outros, causados pela separação abrupta da família e sua chegada em um local completamente desconhecido.

Na educação infantil há um grande conhecimento produzido sobre o processo de recepção e acolhida de crianças pequenas em creches e pré-escolas. Apesar da imensa diferença existente entre os dois contextos – abrigos institucionais e instituições de educação infantil – consideramos importante analisar se alguns dos conhecimentos produzidos na área da educação podem contribuir para melhorarmos as práticas de recepção e acolhida nas instituições de acolhimento, a fim de minimizar o sofrimento causado e não (re)vitimizar as crianças que encontram-se sob essa medida de proteção.

Desta forma, é com esses objetivos que desenvolveremos a pesquisa intitulada “*Processo de recepção/acolhida em instituições de acolhimento e (re)vitimização de crianças: o que e como melhorar as práticas atuais?*”, a ser realizada pela doutoranda Ivy Gonçalves de Almeida, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Esta pesquisa buscará conhecer os procedimentos de recepção e acolhida de crianças de zero a seis anos de idade, realizados pelos abrigos institucionais da cidade de XXXXXXXX-SP, a partir da perspectiva dos profissionais envolvidos neste processo, bem como identificar possíveis contribuições do conhecimento produzido na área de educação infantil para o acolhimento institucional.

Para isto, entrevistaremos profissionais das instituições (coordenadores, técnicos e educadores) e conselheiros tutelares, além de realizarmos notas de campo. Ressaltamos que os procedimentos de pesquisa serão realizados de acordo com as normas estipuladas pela resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde sobre Pesquisa com Seres Humanos. Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. Nesse sentido, estabelece critérios que dizem respeito a aspectos éticos que uma pesquisa deve conter, entre eles: informação aos sujeitos da pesquisa, relevância social e ponderação entre riscos e benefícios.

Acreditamos que esse estudo pode ampliar o conhecimento da prática de acolhimento em abrigos institucionais – um processo, até o momento, não estudado sistematicamente. Não atendo-se apenas a isso, buscaremos propor procedimentos que possam vir a melhorar os atualmente utilizados, frente à necessidade de se desenvolver práticas que não (re)vitimizem crianças que estejam sob medida de proteção.

Dessa forma, solicito autorização para realização da pesquisa nessa instituição.

Atenciosamente,

Ivy Gonçalves de Almeida  
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (Cindedi)

**Autorizo a realização da pesquisa.**

**Assinatura do responsável pela instituição**

**Contatos da Pesquisadora:**

Ivy Gonçalves de Almeida  
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (CINDEDI)  
Endereço: Av. Bandeirantes, 3.900 – Ribeirão Preto  
Telefone: (019) 3929-6559  
E-mail: ivy.almeida@uol.com.br

**Para denúncias e/ou reclamações referentes aos aspectos éticos da pesquisa:**

Comitê de Ética em Pesquisa/FFCLRP/USP  
Av. Bandeirantes, 3.900 - CEP 14040-901 - Bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto – SP  
Fone: (16) 3602-4681 / Fax: (16) 3633-2660  
E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

**Apêndice G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n. \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada “*Processo de recepção/acolhida em instituições de acolhimento e (re)vitimização de crianças: o que e como melhorar as práticas atuais*”, desenvolvida por Ivy Gonçalves de Almeida, portadora do RG n. 28.909.671-6, pós-graduanda da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e vinculada ao grupo de pesquisas do Cindedi – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira.

Fui informado(a) que o objetivo principal desta pesquisa é conhecer os procedimentos de recepção e acolhimento de crianças, desenvolvidos por instituições de acolhimento, a partir da perspectiva dos profissionais envolvidos neste processo. E que, além disso, a pesquisadora buscará identificar possíveis contribuições do conhecimento produzido na área de educação infantil para o acolhimento institucional.

Como justificativa para a sua realização, foi-me informado que a relevância social desta pesquisa encontra-se na possibilidade de conhecer uma prática institucional – o processo de recepção e acolhida de crianças em instituições de acolhimento - até o momento, não estudada sistematicamente. Fui também informado que a pesquisadora pretende, ao final da pesquisa, propor procedimentos que possam vir a melhorar os atualmente utilizados, frente à necessidade de desenvolver práticas que não (re)vitimizem crianças que estejam sob medida de proteção.

Foi-me esclarecido que essa pesquisa foi submetida à avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e que seus procedimentos serão realizados de acordo com as normas estipuladas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde sobre Pesquisa com Seres Humanos.

Estou ciente de que a pesquisa contará com a participação voluntária de profissionais de instituições de acolhimento, bem como conselheiros tutelares. Fui informado(a) de que todos os participantes serão contactados no local de trabalho pela própria pesquisadora, a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No ato da apresentação deste documento, a pesquisadora o lerá em voz alta, com a pessoa convidada, de forma a garantir que todos tenham acesso ao seu conteúdo e possam, durante a leitura, tirar as possíveis dúvidas, caso as tenham. No entanto, foi-me assegurado que a pesquisadora estará à disposição para

responder e esclarecer quaisquer dúvidas e perguntas que surgirem em qualquer momento (antes, durante ou após o término da pesquisa).

Foi-me esclarecido que a pesquisa somente será realizada com as pessoas que desejarem participar e aceitarem as condições de sua participação, ambos aspectos comprovados pela assinatura do TCLE. Desta forma, fui informado(a) de que a coleta de dados se dará a partir de entrevistas individuais audiogravadas e contará com questões disparadoras sobre temas relacionados à prática cotidiana dos profissionais, relacionadas ao processo de recepção e acolhida de crianças em instituições de acolhimento.

Estou ciente de que os dados a serem coletados não são, *a priori*, confidenciais e não existem respostas certas ou erradas às perguntas que serão feitas aos participantes voluntários da pesquisa. Portanto, mesmo tendo seu conteúdo audiogravado, espera-se que o momento de entrevista não cause sentimentos de desconforto e/ou constrangimento, mas, caso gere, que esses sentimentos sejam mínimos. Além disso, fui esclarecido que se pretende que o contexto de entrevista seja muito próximo de uma conversa, no qual o participante também possa perguntar, dizer o que está sentindo, se negar a responder certas questões ou fazer qualquer outra colocação. Inclusive, estou ciente de que os participantes, bem como a instituição como um todo, representada por seu representante legal, poderão interromper a participação na pesquisa e retirar seu consentimento em qualquer momento, sem que essa decisão traga quaisquer conseqüências ou prejuízos.

Fui informado(a) que a pesquisadora poderá realizar anotações complementares (notas de campo) referentes aos dados observados antes, durante e após as entrevistas, tais como comunicações não verbais, descrição do local ou de acontecimentos pertinentes, reflexões da pesquisadora, conversas informais com os técnicos ou educadores e qualquer outro dado que se mostrar importante para contextualizar a pesquisa.

Fui informado(a), também, que todos os dados serão utilizados somente para finalidade de pesquisa e que todas as informações referentes à identificação dos participantes e da instituição serão tornadas anônimas. Portanto, foi-me garantida a confidencialidade das informações que por alguma razão possam expor suas identidades e/ou causar constrangimentos ou prejuízos aos voluntários e/ou à instituição.

Estou ciente de que o local de realização das entrevistas será a própria instituição, o que pode, para algumas pessoas, ser um fator de desconforto. Portanto, serão os próprios participantes que escolherão o local (espaço físico da instituição) e o horário em que preferirão conversar com a pesquisadora, buscando assim garantir o nível de privacidade desejado, além da confidencialidade das informações e bem-estar de cada participante.

Sobre possíveis benefícios para o voluntário e para a instituição, fui informado(a) que se parte do pressuposto de que, na medida em que o profissional é convidado a responder e pensar sobre alguns aspectos relacionados à sua prática, talvez ele se torne mais sensível a esses aspectos. Em outras palavras, o profissional pode começar a prestar mais atenção em alguns elementos das atividades que cotidianamente realiza, muitas vezes, automaticamente e sem reconhecer a sua devida importância. De forma mais abrangente, a partir desta pesquisa, espera-se produzir material reflexivo que subsidie programas de capacitação e formação de profissionais desta área, a fim de promover práticas que busquem a não (re)vitimização de crianças que estejam sob medida de proteção.

Estou ciente de que a participação desta instituição é feita por um ato voluntário, ficando explícito que a pesquisa não trará qualquer tipo de apoio financeiro, dano ou despesa para a instituição e para os participantes.

Fui esclarecido(a) de que as informações serão utilizadas para os fins do estudo proposto, ficando a pesquisadora autorizada a apresentar o resultado desse trabalho em congressos e enviá-lo para fins de publicação e divulgação científica, assegurando a não identificação nominal da instituição e das pessoas envolvidas.

Declaro, ainda, que todas as minhas dúvidas e questões no que diz respeito à pesquisa foram respondidas e a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas em qualquer momento da realização da pesquisa, ou mesmo após o seu término.

Por fim, declaro que foi-me assegurado que a instituição e os participantes da pesquisa receberão uma cópia assinada deste termo (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Participante voluntário	Pesquisadora
<p><b>Contatos da Pesquisadora:</b> Ivy Gonçalves de Almeida Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (Cindedi) Endereço: Av. Bandeirantes, 3.900 – Ribeirão Preto Telefone: (019) 3929-6559 E-mail: ivy.almeida@uol.com.br</p>	<p><b>Para denúncias e/ou reclamações referentes aos aspectos éticos da pesquisa:</b> Comitê de Ética em Pesquisa/FFCLRP/USP Av. Bandeirantes, 3.900 - CEP 14040-901 - Bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto – SP Fone: (16) 3602-4681 / Fax: (16) 3633-2660 E-mail: coetp@ffclrp.usp.br</p>



**Apêndice H - Autorização para inclusão de informações em banco de dados**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n. \_\_\_\_\_, participante da pesquisa intitulada “*Processo de recepção/acolhida em instituições de acolhimento e (re)vitimização de crianças: o que e como melhorar as práticas atuais*”, desenvolvida por Ivy Gonçalves de Almeida, portadora do RG n. 28.909.671-6, pós-graduanda da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e vinculada ao grupo de pesquisas do Cindedi – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, aceito que as informações cedidas por mim sejam utilizadas para os fins do estudo proposto e façam parte do Banco de Dados do Cindedi, podendo subsidiar outros estudos deste grupo de pesquisas, desde que seja assegurada a não identificação nominal da instituição e das pessoas envolvidas. Estou ciente de que o armazenamento das informações se dará por meio do arquivamento da audiogravação da entrevista cedida por mim, bem como da transcrição da mesma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante voluntário

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

<p><b>Contatos da Pesquisadora:</b> Ivy Gonçalves de Almeida Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (Cindedi) Endereço: Av. Bandeirantes, 3.900 – Ribeirão Preto Telefone: (019) 3929-6559 E-mail: ivy.almeida@uol.com.br</p>	<p><b>Para denúncias e/ou reclamações referentes aos aspectos éticos da pesquisa:</b> Comitê de Ética em Pesquisa/FFCLRP/USP Av. Bandeirantes, 3.900 - CEP 14040-901 - Bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto – SP Fone: (16) 3602-4681 / Fax: (16) 3633-2660 E-mail: coetp@ffclrp.usp.br</p>
---	---



---

# Anexos

---



## ANEXOS

## ANEXO A – Ofício do Conselho de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP sobre análise a aprovação do projeto de pesquisa



Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Of. CEP/FFCLRP-USP/128/11

Ribeirão Preto, 27 de setembro de 2011.

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "PROCESSO DE RECEPÇÃO/ACOLHIDA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E (RE)VITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS: O QUE É COMO MELHORAR AS PRÁTICAS ATUAIS?" foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, e enquadrado na categoria: APROVADO, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 600/2011 - 2011.1.2226.59.9.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANA RAQUEL LUCATO CIANFLONE  
Coordenadora

À Senhora  
**Ivy Gonçalves de Almeida**  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP - USP.

Com cópia para a orientadora:  
**Prof.ª Dr.ª Maria Clotilde Rossetti-Ferreira**  
Docente do Departamento de Psicologia da FFCLRP - USP

**ANEXO B – Outros trechos de entrevistas referentes às situações em que o conselheiro tutelar passou a aplicar a medida de acolhimento, após a Lei 12.010/2006**

Pesquisadora: [...] Qual é a sua participação no processo de recepção e acolhimento de criança?

Pedro: *A gente trabalha nessa questão do acolhimento em questões, assim, de extrema vulnerabilidade e perigo eminente também. A gente tem muito cuidado com essa área do acolhimento porque é [...] das últimas das medidas de proteção que a gente aplica, porque a gente entende que é bem dolorosa essa questão de rompimento familiar. Por mais doloroso que seja, às vezes, ainda existe o vínculo da criança com quem é o responsável dela no momento [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Patrícia: [...] *Casos em que realmente houve a necessidade de abrigamento, caso de uma criança que estava num hospital, que era negligenciada pela mãe, o vizinho que tomava conta [...] há vários tempos, já. E a mãe tentou até, no hospital mesmo, agredir a criança, entendeu? Então, aí, a gente discutiu e achou que não daria para ficar com essa pessoa porque [...] ela não tinha uma autonomia para dizer não à mãe. A mãe podia pegar essa criança e se essa mãe já tentava agredir no hospital, imagine longe de qualquer pessoa. Então, aí, essa criança foi para um acolhimento direto [...].* (Patrícia, conselheira tutelar).

Pedro: [...] *também tem caso das próprias adolescentes e crianças pedirem esse acolhimento. Aí, a gente entende que [...] chegou num ponto que, realmente, para ele deve estar muito penoso, muito doloroso [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

**ANEXO C – Outro trecho de entrevista referente às mudanças provocadas pela Lei 12.010/2009 na atuação do conselheiro tutelar, no que se refere à aplicação da medida de acolhimento**

Patrícia: *Então, desde novembro que mudou algumas coisas no Estatuto (da Criança e do Adolescente), a gente não pode mais fazer nenhum abrigamento, [...] porque o abrigamento é a última medida [...]. O nosso papel hoje em dia é muito mais longe de abrigamento mesmo. Quando a gente sabe de um caso grave, que chega como denúncia e existem vários relatórios sociais dos programas que acompanham essa família, dizendo que necessita do abrigamento, a gente [...] pega os ofícios, encaminha para o juiz dizendo para fazer esse acolhimento, [...] aí o juiz determina o acolhimento e o oficial de justiça vai lá e realmente retira essa criança. É raro a gente, como conselheiro, ir a uma casa retirar essa criança, tá [...].*

Pesquisadora: [...] Isso é a partir de novembro do ano passado, com a mudança, ou sempre foi assim, sempre o Conselho Tutelar deste município funcionou assim?

Patrícia: *Olha, sempre funcionou assim... É que têm diferenças de Conselho também, entendeu? Porque [...] depende do entendimento do conselheiro e do Conselho quando ele toma uma decisão dessas [...]. Agora, a partir de novembro, o juiz, em combinado conosco, também em cima da lei, ficou muito mais difícil, não pode abrigar sem realmente passar por ele; a não ser em casos extremos, extremos, extremos. Mas a gente sabe que alguns casos não extremo, extremo, extremo acabam indo para o abrigo e depois encaminhados para o juiz. A gente até pode fazer esse abrigamento [...]. Então, a gente tem certa [...] maleabilidade para fazer, mas tem que ser uma coisa fundamentada. Eu não posso chegar e realmente entrar na casa de uma pessoa e falar: “Olha, houve uma denúncia de abuso sexual e eu estou levando sua filha”.*

Pesquisadora: Mas acontecia mais antes de novembro, antes da nova lei [...]?

Patrícia: *Tinha uma autonomia, sim, um pouco mais, [...] só que, como em todo lugar, existe o abuso de poder, então, assim, “Vamos mandar para o abrigo e ponto”, entendeu? Para a mãe, realmente tomar jeito na vida.* (Patrícia, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Como uma punição?

Patrícia: *É [...]. Então, nesse Conselho, nessa gestão em que estou, a gente é muito consciente quanto a isso. Eu sempre fui [...] realmente contra o abrigamento, o acolhimento, só em último caso mesmo, não dá para levar lá e [...] achar que daqui um mês isso vai passar. Não, é extremo, entendeu? [...].* (Patrícia, conselheira tutelar).

**ANEXO D – Outro trecho de entrevista referente à percepção dos profissionais de que a aplicação da medida de acolhimento tornou-se mais criteriosa após a sanção da Lei 12.010/2009**

Pesquisadora: Perguntei [...] porque, depois dessa nova lei (Lei 12.010/2009), de que o Conselho Tutelar não poderia tirar a criança se não fosse uma situação emergencial, isso diminuiu muito?

Manoela: *Diminuiu, porque até essa pessoa que trouxe (conselheiro tutelar que acolheu uma criança que estava na escola, sem se enquadrar numa situação de emergência), houve até um processo [...]. Ela (a mãe) teve que depor, eu tive que ir lá depois para mostrar as condições em que a criança chegou aqui [...]. Talvez, se fosse*

*uma pessoa (a mãe) que não tivesse esse esclarecimento, passaria, mas tinha. Então, [...] ela foi atrás dos direitos dela [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO E – Outro trecho de entrevista referente às diferentes formas de atuar dos conselheiros tutelares, em relação à aplicação da medida de acolhimento**

*Daniela: [...] Você sabe que os Conselhos são autônomos, né? Embora estejamos todos no mesmo prédio e a gente sempre tem o Estatuto da Criança e do Adolescente como norte, como fundamento do nosso trabalho, às vezes, dá diferença de um Conselho para outro, sobretudo nessa questão do acolhimento institucional. Este Conselho aqui quer evitar ao máximo o afastamento da criança da sua família [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

**ANEXO F – Outros trechos de entrevistas referentes ao acolhimento institucional como resultado de um processo de decisão coletivo**

*Pedro: [...] a família [...] já está sendo assistida na baixa, na média complexidade, já está no Cras, no Creas, pela assistente social, está estendido para a saúde, mas chegou no momento que tudo foi feito e não adiantou, as situações continuam em risco, às vezes, em risco grave e, dependendo das circunstâncias, se for muito grave, a gente nem notifica a Vara (da Infância), a gente acolhe como medida emergencial e depois comunica a Vara. E, às vezes, tem caso que dá para fazer essa ação conjunta [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

*Pedro: [...]a gente socializa entre todos (conselheiros tutelares) porque essa decisão geralmente passa pelo colegiado nosso, todas as decisões que a gente toma, aqui, importantes, são através do colegiado [...]. A gente analisa com muito cuidado essa questão, tentamos trabalhar a família extensa antes desse acolhimento, então, geralmente, quando existe alguma possibilidade de um avô, de uma avó, de uma tia, seja quem for, que tenha um vínculo afetivo mínimo com essa criança e adolescente, a gente tenta fazer contato para evitar o acolhimento institucional.* (Pedro, conselheiro tutelar).

*Pedro: [...] a gente nunca toma decisões por apenas suspeitas, então, [...] a criança vem aqui toda marcada, de cima em baixo, aí fica difícil não contestar a situação. E quando é uma situação muito recorrente, também, [...]isso vai muito do histórico da família [...] se já tem um estudo. Se não tem, a gente pede [...] para ter elementos para fazer alguma coisa pela família, [...] uma ajuda em conjunto, uma ajuda psicológica para a mãe ou, às vezes, o problema era econômico e está gerando essa violência, [...] caso de drogadição [...]. É muito comum aqui, caso de violência por causa dessa drogadição, de uso de substância pelos genitores [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Pesquisadora: Quem participa desse processo, como é?

*Pedro: [...] a gente recebe documentos dos disque denúncias municipal, estadual e federal, são órgãos que a comunidade tem, que elas ligam, e fazem essas denúncias. E essas denúncias chegam aqui e [...] a gente tem um motorista, cada Conselho (Tutelar) tem um motorista, que ele mesmo entrega pessoalmente as notificações [...] e a pessoa assina.* (Pedro, conselheiro tutelar).

Pesquisadora: E a pessoa vem até aqui?

*Pedro: Vem até aqui. Nós fazemos três notificações, que é da lei, [...] quando não vem nenhuma das três, a gente faz o relatório e manda para o juiz e aí ele intima [...]. Às vezes, acontece uma situação dessas de confirmação daquela denúncia, aqui mesmo, no dia do atendimento, e nesse caso é a mesma coisa, procura [...] antes de fazer o acolhimento, realmente, ver essa questão se [...] tem alguém da sua família que possa proteger até [...] a gente ver, fazer um estudo direito social [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

Pesquisadora: [...] Como se decide que uma criança vai ser acolhida? Existe algum processo de preparação, participação das famílias e das crianças, anteriormente à retirada da criança?

*Daniela: [...] vai depender da gravidade do caso [...]. quando somos acionados, [...], se não é aquela situação que [...] a criança está correndo risco iminente de vida, então a gente vai encaminhar para os Serviços [...]. E aí a rede que vai ficar nos comunicando: "Olha, o Conselho fez um encaminhamento para a saúde e nós avaliamos e a criança precisa de acompanhamento psicológico, mas a família não traz". Então, nós vamos chamar essa família, vamos orientar de novo, vamos advertir que ela tem o papel dela...* (Daniela, conselheira tutelar).

Pesquisadora: E ela sabe que, caso não cumpra esse papel, corre o risco de...

Daniela: *Sabe.* (Daniela, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Vocês dizem isso?

Daniela: *Sabe, dizemos já no primeiro encaminhamento: "Olha, o Conselho Tutelar está aqui para garantir que o direito da criança seja cumprido" [...].* (Daniela, conselheira tutelar).

#### **ANEXO G – Outro trecho de entrevista referente à existência de um histórico de atendimento da família, anterior ao acolhimento**

Cristiana: *Olha, pelos relatórios que a gente vê, muitas vezes era focado pelo território. Vendo que a criança está em situação de risco, eles acabam fazendo um trabalho, às vezes [...] e não tem repercussão, ou seja, esses pais não mudam as suas atitudes, aí a criança continua em risco, aí eles fazem um relatório para a Vara da Infância ou para o Conselho, dependendo do grau [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

#### **ANEXO H – Outros trechos de entrevistas referentes à participação da família no processo de decisão sobre o acolhimento de sua criança**

Pesquisadora: Aline, a família e a criança participam desse processo de tomada de decisão, de que vai haver o acolhimento?

Aline: *Participam. Nós conversamos muito com a família e com a criança, às vezes. Dependendo da idade da criança, não dá para ela participar efetivamente com a opinião dela [...]. Tendo certo entendimento, a gente conversa com a criança, em separado, assim, uma conversa informal, sem ela perceber do que se trata, mais para saber, mais ou menos, o que está acontecendo na casa. E, com a família, a gente tenta oferecer muita opção para não abrigar a criança, tenta uma reflexão [...]. A gente procura sempre conversar muito, porque a gente entende que abrigamento não é a melhor medida.* (Aline, conselheira tutelar).

Cristiana: *[...] É falado para essa família, porque a gente entende que, nos relatórios, isso é dito, ou pelo menos quando a gente liga para a rede: "A gente falava que isso podia acontecer". A família sabe, mas acham que não vai acontecer com ela. Sabe não, elas são prevenidas de que isso pode acontecer [...]. Algumas conseguem mudar [...], agora, outros não conseguem mudar a dinâmica. Só prevenindo que isso pode acontecer e que vai acabar no acolhimento, só na hora que tem o impacto mesmo da criança vir é que a família cai em si [...]. Não há um preparo e muito menos com a criança, o que tenho visto é o contrário [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

#### **ANEXO I – Outro trecho de entrevista referente à concepção de que a família participa do processo de decisão, uma vez que teve oportunidade para mudar sua conduta, mas não o fez**

Pesquisadora: Manoela, pelo que você percebe, do seu contato com a família, ela participa do processo de decisão de que vai haver um acolhimento, de que a criança vai ser retirada da casa; é um processo de que participa?

Manoela: *Dependendo do caso, sim. Vamos supor, se houve uma denúncia, o Conselho vai, não é na primeira que ele retira a criança de lá, a não ser que seja um motivo muito grave, um extremo, então há um aviso. A pessoa está avisada de que aquilo está errado e que se aquilo se repetir, pode acontecer de a criança ser acolhida. Muitas vezes, a pessoa está sabendo que pode acontecer, talvez não acredite [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO J – Outro trecho de entrevista referente à dificuldade da família para corresponder ao trabalho e às expectativas dos profissionais**

Pesquisadora: [...] Ela (a família) participa desse processo de tomada de decisão, né, de que uma criança vai ser acolhida [...].?

Lia: *Às vezes [...]. Se a pessoa tivesse consciência de que ela... Ou mesmo tivesse disponibilidade de buscar essa mudança, não chegaria nesse ponto. [...] Tem famílias que estão no alcoolismo, nas drogas, na prostituição, então, [...] talvez ela não enxergue como uma negligência, a criança que não vai para a escola, está sem cuidados. E, aí, essas pessoas, para chegarem nesse ponto, por mais que os técnicos estejam na comunidade*



*trabalhando com essa família, elas só realmente percebem que a pessoa está falando a verdade quando acontece a separação [...]. Estão tão envolvidas no problema ali, às vezes, eles mesmos precisam de ajuda, de tratamento e não têm condições, disponibilidade, para cuidar de uma criança. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).*

**ANEXO K – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que a família não participa do processo de decisão sobre o acolhimento de sua criança**

Pesquisadora: Da sua prática, do tempo em que mantém contato com as famílias, você acha que a família da criança participa de alguma forma da tomada de decisão que a criança vai ser retirada da família e irá para o acolhimento institucional?

Marina: *Eu creio que não, até porque a tomada de decisão independe dela, porque a maioria que a gente recebe hoje [...] é busca e apreensão, então, a criança é literalmente arrancada da família. E o que vejo [...] no atendimento que faço com a família, [...] são famílias que tão sendo advertidas pelo Conselho (Tutelar) ou até a própria Vara (da Infância), então, já vêm num processo [...], têm um histórico anterior com outros filhos. Eles não levam muito a sério, como possibilidade de acontecer, tanto que, quando é tirado um filho, ou mais de um filho, elas engravidam. Elas não vêm a seriedade de um filho ser tirado [...]. (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).*

Pesquisadora: Janaína, pelo contato que você tem com as famílias, elas participam do processo de decisão de que a criança dela vai ser acolhida?

Janaína: *Não, elas não participam, a gente tem [...] um caso que a mãe pediu acolhimento [...], mas na maioria dos casos não [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Pesquisadora: E as crianças?

Janaína: *Também não, como consequência [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Fernanda: *Não, elas não participam. Eu penso que é totalmente à revelia, a não ser quando já estão sendo atendidas por outros serviços. Teve um caso só, do tempo em que estou aqui, que tinha uma equipe que ia e avisava: “Ó, se não mudar, a gente vai sugerir o acolhimento” e foram alguns meses de tentativas, mas, normalmente, não, são denúncias do Conselho Tutelar, aí vem a Vara da Infância, e vêm busca e apreensão por outras denúncias.*

Pesquisadora: Mas esses que vêm por busca e apreensão, não estava sendo feito um trabalho antes?

Fernanda: *Não tão próximo. Fica em tom de ameaça mesmo: “Vou denunciar para o Conselho Tutelar, ou vou chamar o conselheiro tutelar para ver que você não está cuidando da sua criança”. A saúde faz muito isso [...], mas acionar o conselho é igual acolhimento, não é dito: “Ó, vocês vão ter que se reorganizar”. Pelo menos, não percebo isso na rede, nos casos que a gente atende. Tem um caso, inclusive, que a mãe foi pedir ajuda na escola [...]. Tinha um suposto abuso sexual e a escola se viu na obrigação de comunicar e essa comunicação gerou o acolhimento. E, aí, virou um acolhimento, virou um processo, e a criança está aqui até hoje [...].*

Pesquisadora: Faz quanto tempo?

Fernanda: *Vão fazer dois anos [...]. Aí, vira um círculo vicioso, porque tem uso de álcool, droga e porque está sem os filhos vai piorar, ter recaída, vai usar mais álcool, vai usar mais drogas e, aí, a possibilidade do retorno vai ficando mais distante. Então, que eu saiba, que tenho percebido, ou visto, ultimamente, nos casos que a gente tem atendido, eu não sei se tem.*

Pesquisadora: Não tem participação da família na decisão?

Fernanda: *Não, não. Inclusive, as famílias mais simples [...]: “Quem foi? Quero saber quem foi que denunciou, porque eu vou pegar, vou bater, vou matar”. E outras não, outras, quando a gente vai fazer a visita domiciliar: “Mas, a senhora sabe por que seu filho foi acolhido, o que aconteceu?”; “Não, eles vieram e levaram meu filho embora” [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).*

Pesquisadora: [...] As famílias participam do processo de tomada de decisão de que a criança vai ser levada para o abrigo?

Adriana: *Não, não participa. Algumas até suspeitam, mas é em função da briga da vizinha, da ameaça da escola ou do vizinho [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).*

Pesquisadora: Menos ainda as crianças?

Adriana: *Muito menos. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).*

Pesquisadora: [...] você percebe que eles (membros da família) participam, de alguma forma, desse processo de tomada de decisão?

Silvana: *Eu acho que não, eu acho que não. Raríssimas vezes, até porque, Ivy, os casos que têm vindo para cá, assim, ou tem a ver com acolhimento de emergência, ou seja, à noite, de madrugada [...]. Então, nesse momento, é claro que o pai foi surpreendido [...] e as crianças vêm surpresas. Quando existe busca e apreensão em horário normal, tudo planejado, são famílias que geralmente, na sua grande maioria, tem uma complexidade muito grande de violações, assim, básicas, envolvimento com drogas, o mundo da criminalidade, às vezes, os pais estão com algum agravamento na saúde mental, seja pela dependência química, seja por algum outro transtorno mental, então, a compreensão é pequena. Tem muitas situações de abandono onde, por exemplo, os pais estão sempre fora e as crianças sozinhas dentro de casa. São os vizinhos que fazem a denúncia e que dão pista para que aconteça a busca e apreensão. Então, eu penso que os pais, muito pouco, participam desse processo de decisão, raramente, talvez pouquíssimos é que vem com processo de reflexão, de saber: “Olha, vai ser tomada a medida...”*. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO L – Outro trecho de entrevista referente às situações em que o conselheiro tutelar delega à Guarda Municipal ou à Polícia a tarefa de retirar a criança de seu contexto familiar e/ou de origem**

Patrícia: [...] *Hoje em dia, [...] quem vai primeiro é a Guarda Municipal, leva para fazer um BO (boletim de ocorrência) [...] e a gente pega da delegacia, essa criança, e leva para um abrigo [...]*. (Patrícia, conselheira tutelar).

**ANEXO M – Outro trecho de entrevista referente ao choro como a reação da criança mais frequente no momento em que é retirada de seu contexto familiar e/ou de origem**

Pesquisador: [...] *Normalmente, as crianças reagem como? Quais são as reações mais frequentes diante da retirada da criança?*

Pedro: *Geralmente, é de dor, inevitavelmente, é de dor. Tem um choro ou muito expressivo ou muito contido, vai depender de cada personalidade da criança, entendeu? [...]*. (Pedro, conselheiro tutelar).

**ANEXO N – Outros trechos de entrevistas referentes às crianças que aceitam ser retiradas de seu contexto familiar e/ou de origem**

Pedro: [...] *as crianças têm a facilidade de se adaptar, a maioria, pelo menos, tem sim a facilidade de lidar com o novo [...]*. (Pedro, conselheiro tutelar).

Patrícia: [...] *Muitas mães, que são negligentes e que provocam dano físico, deixam os filhos com qualquer pessoa, então, eles estão muito acostumado [...] a ficar com outras pessoas, a dormir na casa de outras pessoas, então, “eu sair com você para ir para uma casa é muito tranquilo”, [...] porque, de repente [...] esse é um hábito e, aí, elas não choram muito, não.* (Patrícia, conselheira tutelar).

**ANEXO O – Outro trecho de entrevista referente às situações em que a retirada da criança de seu contexto é violenta**

João: [...] *recentemente, [...] teve um acolhimento [...] de uma menina de 6 anos, o momento do acolhimento se deu dentro da escola e quando eu entrei em contato com a escola, [...] uma profissional da escola me falou: “João, o que é aquilo? Que sofrimento! Chegaram aqueles policiais e eu não entendi muito bem. Eu estava com o papel do ofício na mão e eles foram entrando na sala da menina, tiraram a menina, colocaram no carro, ninguém conversou com aquela criança”. Falei: “Infelizmente, é assim mesmo que acontece” [...]. Será que não era o momento do professor estar ali junto? Ou alguém da escola sentar, primeiro conversar com essa criança? [...] A profissional estava revoltada. Eu falei: “Você tem toda razão, mas é algo que ainda não está no nosso controle, não somos nós que fazemos esse acolhimento. Muitas vezes, recebemos essa criança desesperada, que saiu daí, e a família no portão, gritando conosco também” [...]*. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO P – Outros trechos de entrevistas referentes ao oferecimento de supervisão aos conselheiros tutelares**

Aline: *Pela primeira vez, nessa gestão agora [...] do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), há capacitação dos conselheiros, estamos tendo [...] um psicólogo, ele vem dando supervisão para a gente, para discutir realmente os casos, o que nos angústia. No Conselho, vem sendo muito bom, [...] porque cada pessoa tem um lugar [...] onde ela consegue suprir, descarregar um pouco essa tristeza que, às*

vezes, causa, porque o conselheiro é muito triste, trabalhar no Conselho é muito triste. Eu gosto muito do que faço, mas é muito duro porque só trabalha com problema [...]. Isso causa uma frustração muito grande, uma sensação de impotência muito grande [...]. Eu sempre falo aqui para o pessoal "Gente, ou a gente se cuida ou adoece mentalmente" [...]. (Aline, conselheira tutelar).

Daniela: *Tem, mais ou menos, tem um profissional, um psicólogo que está vindo a cada 15 dias aqui; a participação é voluntária. Eu, normalmente, participo, gosto de participar e aí é a gente senta com ele, e a partir de um caso que algum conselheiro leva, a gente discute nossas impressões, nosso sentimento e até nossas divergências, a partir daquele caso. Não é exatamente uma supervisão de caso, mas, de alguma maneira, a gente fica em contato com nossos sentimentos e nossas emoções e aí a gente até elabora um pouco, é um trabalho de que eu particularmente gosto. Não é bem frequentado, somos em 20 conselheiros e reúne até oito, dez, no máximo, cada vez que a gente se reúne e normalmente são as mesma pessoas, tem pessoas que não querem, não participam.* (Daniela, conselheira tutelar).

Pesquisadora: E vocês recebem apoio, supervisão? Vocês têm algum suporte para exercer essa difícil tarefa?

Pedro: *A gente tem, pela lei, a capacitação. Capacitação são cursos, palestras, questões de violência doméstica, questões sexuais. O que mais a gente sentia falta é do apoio psicológico dessas questões, de falar sobre esses conflitos internos que a gente tem. Então, o ano passado, começou a fazer um trabalho no final do ano passado e, neste ano, a gente conseguiu um trabalho permanente, a cada 15 dias, [...] um único profissional e ele faz esse trabalho com a gente sobre nossas angústias, sobre essa questão [...] de tentar acertar sempre, lidar com esse sentimento de frustração que a gente sente.*

Pesquisadora: E tem sido bom?

Pedro: *Tem. É bem bacana, é um espaço que a gente tem para colocar, porque [...] eu não levo para casa o que eu vivo aqui, porque é uma coisa muito pesada, nem cabe ficar dividindo isso com a família. Às vezes, a gente sente falta de um espaço para a gente colocar essas nossas angústias [...]. Em grupo, para a gente, é até bacana, porque cada um coloca seu lado, sua impressão, sua angústia. A gente acaba socializando isso e um acaba entendendo melhor o outro e ajuda a entender melhor você mesmo dentro das situações. Você vê que o efeito não é só seu, é de todo mundo que passa por aqui. Essa angústia que um sente, todos também sentem. E o legal é que cada um trabalha de uma forma, [...] um consegue levar melhor, o outro se apega mais [...]. Tem muito conselheiro que fica doente mesmo com as situações porque, assim, se afetam tanto [...] eles próprios começam a somatizar essas coisas [...].* (Pedro, conselheiro tutelar).

#### **ANEXO Q – Outro trecho de entrevista referente à existência de crianças que aguardam vaga para serem acolhidas**

João: [...] a gente sabe que tem grupos de irmãos ainda aguardando acolhimento, esperando vaga em abrigo.

Pesquisadora: Que não foram acolhidos, por quê?

João: *Não foram acolhidos porque não tem vagas. Eu soube dessa informação recentemente [...]. Eram 13 crianças. Isso é um absurdo.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Mas se podem ficar esperando para serem acolhidas, será que precisam ser acolhidas mesmo?

João: *É um absurdo isso, mas acontece. São coisas que ainda acontecem à criança [...].* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

#### **ANEXO R – Outro trecho de entrevista referente ao conhecimento prévio dos profissionais de que uma nova criança será acolhida**

Pesquisadora: Patrícia, e quando acontecem esses acolhimentos, o abrigo fica sabendo, antes, que a criança vai chegar?

Patrícia: *Sim, sim, ele tem que saber, porque tem que disponibilizar a vaga.* (Patrícia, conselheira tutelar).

#### **ANEXO S – Outro trecho de entrevista referente às consequências negativas que questões estruturais podem causar à qualidade do acolhimento prestado pela instituição**

Pesquisadora: Qual é a sua participação no processo de recepção e acolhimento de uma criança?

Marina: [...] *Hoje, com esse déficit de funcionário que a gente tem aqui, de equipe técnica, não recebemos a criança diretamente. O acolhimento é feito diretamente na casa, principalmente nessa faixa etária. Quando é uma criança maior, a gente ainda tem a prática de trazer para cá ou ir lá conversar, mas [...] a equipe técnica não faz isso hoje, no acolhimento da criança, por falta de pernas, mesmo [...]. É lógico que a gente inicia todo o*

*trabalho que tem que ser feito com a família e tudo o mais, mas o acolhimento da criança, não.* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO T – Outro trecho de entrevista referente ao descontentamento profissional causado pelas condições de trabalho**

Angélica: [...] às vezes, sou desconsiderada [...]. Tento me fazer ser respeitada nas coisas mínimas da minha profissão, entendeu? Porque: “Olha, mas você já chegou, já falou, agora você não precisa mais conversar com essa mulher, ela é assim, põe lá e pronto e acabou” [...]. Tem uma pressão para que eu, na verdade, faça uma coisa rápida e objetiva, bote no papel e acabou: ponto e basta. Aí, é muito difícil, porque é uma escolha ética minha, de entrar nesse rolo compressor ou de fazer valer alguns princípios que considero fundamentais, mas ainda não é fácil. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO U – Outros trechos de entrevistas referentes à preparação dos adultos (profissionais da instituição) para receber a nova criança**

Cristiana: Primeiro, a gente é informada aqui na sede se for no horário comercial, a gente liga para os administradores (apoiadores técnicos), [...] então, eles [...] deixam avisado já o grupo (de educadores) que deve chegar [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Manoela: [...] quando a Vara, ou o Conselho Tutelar, liga, falando dessa vaga [...], a gente já avisa, seja eu, a pedagoga, “Vai chegar uma criança de tal idade” para aquele grupo, para aquela educadora daquele grupo, mas todos tomam conhecimento [...].

(Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Valentina: [...] avisa todos os funcionários, [...] então, já deixo todo mundo avisado, [...]fica todo mundo preparado. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Heitor: [...] a gente já sabe (que a criança chegará), então, [...] aviso o monitor “Olha, até meio-dia, vai chegar uma criança assim, assim, assado” [...]. Aviso os monitores, o pessoal da cozinha “Olha, guarda o almoço”, alguma coisa assim, isso é o preparativo para a criança chegar. (Heitor, apoio técnico no abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO V – Outros trechos de entrevistas referentes à preparação do espaço físico, das roupas, dos objetos e alimentos para receber a nova criança**

Cristiana: [...]eles (apoiadores técnicos) verificam se lá eles têm condições de acolher, se não, vêm aqui e providenciam todas as coisas [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Sílvia: [...] se for bebê, a gente vai arrumar bercinho, as roupinhas, [...] se é menino, ou menina [...]. A gente vai arrumar gavetinha, se é roupinha, se é macacãozinho. Se é maiorzinho, a gente vai arrumar a cama, [...] separa alguns brinquedos, porque cada um tem o seu brinquedo. [...] A gente separa a mamadeira, o copinho, o pratinho, a colher [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Lara: [...] se é bebê, já manda preparar o berço, preparar a mamadeira para ela [...].

(Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Angélica: [...]. Existem várias circunstâncias, não tem um padrão, mas o básico é assim [...] preparar as roupas de cama, roupa de banho e as roupas pessoais, que número calça [...]. O resto vai acontecendo meio... (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Simone: [...] de repente, ligam e corre montar o berço, e assim a gente faz com as camas. As roupas, graças a Deus, a gente tem para todas as idades, a gente não tem esse problema. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E é feita alguma preparação, para esperar essa criança?

Ana: *A gente prepara. No caso do berçário, [...] já deixa um berço separado, a roupinha separada [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Lourdes: *Roupinha sempre tem, sempre tem uma mamadeira nova, sempre tem comida [...], não tem que sair correndo para comprar [...]. Às vezes, acontece é de berço, no caso de ser criança pequena, no caso de não ter um berço [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia: *[...] É um bebê que vai chegar, [...] então, vamos providenciar um berço [...]. Se é uma criancinha maior, [...] vamos [...] ver como que fazer e vai passando de quarto em quarto para ver se dá certo. Mas, uma preparação assim, não tem não [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E o que acontece quando vocês ficam sabendo que uma criança vai chegar, existe alguma coisa que acontece antes, para esperar essa criança?

Cássia: *A gente fica na expectativa, arruma o berço, [...] já separa roupa [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

#### ***ANEXO W – Outro trecho de entrevista referente à preparação das crianças que já estão acolhidas para receber a nova criança***

Marina: *Participam, assim, espontaneamente. Não existe, [...] pelos relatos que já ouvi, não existe uma coisa das crianças estarem preparadas para isso. É espontaneamente [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

#### ***ANEXO X – Outros trechos de entrevistas referentes às contradições no que se refere à existência de preparação das crianças que já estão acolhidas para receber a nova criança***

Pesquisadora: [...] e as crianças, elas ficam sabendo com antecedência que outra criança vai chegar?

Simone: *Não [...]. Pode avisar no dia em que está chegando, mas bem de última hora, quando a gente já sabe que a criança está vindo, porque se não, você não tem noção [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E as crianças ficam sabendo que outra criança vai chegar, antes?

Ana: *Não.* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Só na hora em que chega aqui?

Ana: *Só na hora em que chega aqui. Depende, se for dos pequenininhos, não ficam sabendo, se for dos maiores, a gente fala "Olha, vem tal, de tal idade, uma menina que chama [...], faz amizade com ela". Quando é bebê, não.*

Pesquisadora: E bebê, vocês consideram até que idade?

Ana: *Bebê que fica no berçário aqui é até 1 aninho, depende, tem criança que tem lano e meio [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E nesses casos em que vocês ficam sabendo com antecedência que a criança vai chegar, [...] acontece alguma coisa na "casa" para esperar a criança?

Yolanda: *Quando a gente fica sabendo, já reúne as crianças e já conversa [...]. Faz roda de conversa com as crianças, explicando que vai chegar um novo amigo, e que é um menino ou uma menina que vai chegar, tem a idade, conversa que é mais um amigo que vem morar aqui na casa, por um tempo [...].*

Pesquisadora: Isso acontece todas as vezes?

Yolanda: *Quando é avisado bem antes, sim. Quando a criança chega, já está sendo esperada por eles. Nem sempre tão todos para receber, porque, às vezes, a criança chega tarde, o pessoal foi para a escola [...], mas já sabe que vem a criança [...].*

Pesquisadora: Yolanda, e qual é a reação das crianças?

Yolanda: *Olha, eles ficam muito ansiosos, porque querem saber tudo: "O que ele tem? O que aconteceu? Cadê a mãe dele, cadê o pai? Quanto tempo ele vai ficar aqui? Ele vai logo embora? A mãe dele vem visitar?". Então, eles ficam naquela ansiedade, até para saber o que aconteceu, ou, às vezes, também é porque eles ficam com aquela expectativa: "Eu logo vou embora? Eu estou aqui por um tempo e ele vai chegar... Ele vai receber visita?" - principalmente aqueles que não têm visita - "Ele vai receber visita e eu não?" [...]. Então, eles ficam com uma certa ansiedade em saber tudo daquela criança que vem, até porque ele está esperando a chance de ir embora [...].*

Pesquisadora: E essas perguntas, eles fazem tanto antes da criança chegar, como também quando a criança chega, na frente da criança?

Yolanda: *Quando a criança chega, às vezes, não. É difícil eles fazerem. A criança chega, eles começam a mostrar a casa, brinquedo, roupa, falar de passeio que vai ter, que teve [...]. Eles perguntam tudo na roda, eles conversam tudo, tudo, tudo.*

Pesquisadora: E quando eles não têm a oportunidade de ter essa roda de conversa?

Yolanda: *Aí, eles são pegos de surpresa. Daí fica, assim, a gente apresenta: "Olha, chegou um novo amigo e tal". Aí começa, vem um: "Tia, quanto tempo ele vai ficar? Tia, por que ele está aqui?". Aí vem outro, "Tia, ele tem mãe? Tia, a mãe vem visitar ele? Onde ele vai dormir? Qual armário ele vai usar? Então, eles não param de perguntar, ficam meio surpresos quando chega sem eles serem avisados. (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortêncica).*

***ANEXO Y – Outros trechos de entrevistas referentes à dificuldade dos profissionais pensarem sobre a possibilidade de ter um familiar ou pessoa de referência que acompanhe a criança no processo de transferência para a instituição, bem como em seu acolhimento inicial***

Beatriz: *Essa possibilidade? Não sei [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).*

Pesquisadora: [...] Seria viável, seria interessante, de alguma forma, que alguém, com quem a criança já tenha alguma relação afetiva, mediasse esse momento de chegada [...]?

Janaína: [...] *não sei como funcionaria [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortêncica).*

***ANEXO Z – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que seria positivo para a criança poder contar com a participação de um familiar ou pessoa de referência no processo de transferência para a instituição, bem como no acolhimento inicial***

Pesquisadora: [...] Seria viável, interessante, de alguma forma, que alguém com quem a criança já tenha alguma relação afetiva, mediasse esse momento de chegada [...]?

Janaína: *Seria ideal [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortêncica).*

Yolanda: *Olha, a possibilidade é mínima, mas seria interessante, dependendo do caso [...]. Tem a professora deles, que é uma pessoa em quem eles confiam muito, né? [...] Alguns falam que sentem saudade da professora, então, seria muito interessante, sim, porque essa pessoa estaria aqui para receber com a gente. É diferente de ele chegar aqui e ver uns rostos que nunca viu na vida [...]. Se ele chega aqui e já tem alguém conhecido, já é diferente, já se sente mais seguro. Seria até mais fácil a adaptação da criança aqui dentro.*

Pesquisadora: E você falou que teria possibilidades mínimas de acontecer, por quê? Yolanda: *Porque, quando vão fazer essas buscas e apreensões, eles chegam na casa para levar a criança, às vezes está na escola, nem cogitam essa possibilidade. Pegam, trazem e acabou [...]. Não tem todo um preparo, não tem um preparo para fazer isso, tem que tirar e pronto [...]. (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortêncica).*

Valentina: *Para a criança seria muito bom, vir junto uma pessoa que eles conhecem, no colo de uma pessoa que eles já conhecem, que tem vínculo [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).*

***ANEXO AA – Outro trecho de entrevista referente à concepção de que não seria possível para todas as crianças poder contar com a participação de um familiar ou pessoa de referência no processo de transferência para a instituição, bem como no acolhimento inicial***

Pesquisadora: Mas seria viável?

Cristiana: *Eu acho sim. Não sei se para todos os casos [...]. É, eu acho que para alguns casos, é viável, eu não diria para todos [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).*

Angélica: [...] *alguns casos, isso é possível, talvez pudesse fazer toda a diferença [...]. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

**ANEXO AB – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que algumas pessoas têm receio de se envolver no processo de transferência e acolhimento inicial da criança**

Fernanda: [...] a gente tem percebido que quando precisa de algum contato, de alguma fala [...] de algum vizinho, normalmente, é bem difícil ter algum comprometimento, eles têm muito medo de se comprometer, de serem chamados para testemunhar alguma coisa. Normalmente, as falas são para denunciar [...]. Seria muito difícil, mesmo a escola [...], sempre que a gente identifica que é do abrigo: “Olha, eu vi, mas não posso me comprometer, não posso ir”, tem muito receio.

Pesquisadora: E é um receio do quê?

Fernanda: É um receio de ter que se responsabilizar por alguma coisa, de “não é meu filho, não tenho o menor compromisso com isso”. Eu vejo pelas audiências concentradas, assim, pelo retorno, das dificuldades que a gente tem de trazer alguém para saber do caso e para entender que a criança vai voltar para a família ou vai para família substituta. Já é difícil, com o retorno da criança para o território, agora, ter alguém que venha [...] seria muito difícil, mesmo com a escola, com a saúde, um agente de saúde que fosse. Está todo mundo muito voltado para o que é seu, para sua família. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Cristiana: [...] estou aqui pensando nos prós e contras. Se, de repente, a família souber que foi trazida por essa pessoa, se você não vai ter um constrangimento dessa pessoa com a família... Se for família do mal, vamos dizer, aquelas famílias bem difíceis, que você sabe que a gente tem, na área do tráfico, do mal, essa pessoa pode ser que não aceite, por medo da retaliação, que vai ter. Isso é um problema que até o território tem dificuldade, [...] tanto que, às vezes, assinam vários profissionais, para não ficar só com uma sendo a pessoa que informou o juiz da situação crítica daquela família [...].

(Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO AC – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de não informar o endereço de onde está a criança à família**

Aline: [...] Tem medidas que nós não podemos deixar os pais irem junto, porque o abrigo pede, por questões de segurança para a própria criança, para o próprio abrigo, o próprio serviço. Se não o pai, a mãe sabe que a criança está lá e pode invadir, pode tentar tirar o filho, então eles pedem para dar o telefone [...]. (Aline, conselheira Tutelar).

**ANEXO AD – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que a criança poderá se sentir abandonada pela pessoa de referência, ao se despedir dela na instituição**

Pesquisadora: [...] por que aumenta o sofrimento, se despedir?

Daniela: Eu não sei falar como cheguei nisso [...], mas cheguei nisso observando, porque, até com a gente, que teve aquele pequeno contato, quando ela percebe que vai ficar e a gente já vai embora, ela gruda na gente [...]. (Daniela, conselheira tutelar).

Pesquisadora: [...] É melhor que a pessoa da família não acompanhe, porque é mais sofrimento lá do que aqui, mas qual é a diferença de se despedir lá do que aqui?

Daniela: Porque, aqui, ela ainda tem um tempo depois que a família vai embora, ela fica aqui com pessoas que estão entendendo que é a proteção, a gente brinca muito, essa menininha que estava com os pés furados, ela ficou umas quatro horas aqui. Eu brinquei de casinha com essa menininha, fizemos comidinha [...], acho que quebra um pouco. Não sei te apontar uma teoria, estou criando essa teoria a partir da prática. Sempre que faz o desligamento aqui, a gente percebe que a criança fica melhor, a gente vai conversando até chegar no abrigo, eu acho que destensionam (sic) um pouco. (Daniela, conselheira tutelar).

Beatriz: [...] acho que seria mais difícil até mesmo para a criança [...]. É até legal, porém é difícil. [...] Não sei muito, agora, quando vem alguém junto, aí deixa essa criança aqui, talvez eles entendam isso como um abandono. Eu não vejo que, com esse acolhimento, do jeito que acontece, eu não acredito que eles entendam como um abandono. Mas, talvez, o fato de vir alguém, que a pessoa, o vizinho, que você falou, que vem aqui, aí sai e ele fica, talvez entenda isso como um abandono: “Ela me largou lá”, entendeu? É um achismo meu [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO AE – Outro trecho de entrevista referente à separação de grupo de irmãos devido aos critérios de idade adotados pelas instituições**

Patrícia: [...] *Se é um acolhimento emergencial, fica [...] naquele dia. Aí, no dia seguinte, não. “Nesse abrigo, não aceita essa idade, então foi para não sei onde [...]”*.  
(Patrícia, conselheira tutelar).

**ANEXO AF – Outros trechos de entrevistas referentes à separação de grupo de irmãos por indisponibilidade de vagas**

Aline: [...] *o desmembramento do grupo de irmãos é um sofrimento muito grande para as crianças, além de tirar da família, né.* (Aline, conselheira tutelar).

Pesquisadora: E como está isso hoje? Dos irmãos?

Aline: *Como não estamos mais fazendo esses tipos de acolhimentos, não sei, mas o último que foi feito já na Lei 12.010/2009, depois de conversarmos, uma situação que a mãe até concordou, aqui no Conselho (Tutelar), foram três crianças. Os mais velhos foram para um abrigo, o pequenininho, justo o pequenininho, foi sozinho para outro abrigo. Nós ligamos, tentamos de todas as formas não fazer isso, falamos “pelo menos coloca dois e dois”, mas não, foi imposto, meio que imposto ao Conselho, que eram três num lugar e esse outro abrigo ia pegar só esse pequenininho, questão de vagas [...]*. (Aline, conselheira tutelar).

Simone: [...] *A intenção e a lei é para que exista, mas nunca tem vaga [...]*. (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AG – Outro trecho de entrevista referente às possíveis alternativas para manter os grupos de irmãos juntos**

Simone: *Então, o que a gente está fazendo, é uma conversa, uma discussão em que entra a Vara da Infância, se existe a possibilidade de... São três irmãos, daí vai cada um para um lado, dificulta o trabalho, porque são equipes diferentes, apesar de trabalharem junto. Existe a possibilidade de um, que é sozinho, a gente transferir para lá e virem todos para cá? Ou, então, tentar transferir de lá para cá? São tentativas para a gente errar minimamente. Tem lugares que são um pouco mais abertos, que a gente tem menos dificuldades, outros, nem um pouquinho abertos, que precisa de intervenção da Vara. É uma tentativa, porque é muito complicado [...]*. (Simone, assistente social do abrigo institucional Lírio).

**ANEXO AH – Outro trecho de entrevista referente às concepções, organização e funcionamento da instituição que provocam a separação dos grupos de irmãos mesmo quando acolhidos juntos**

Lia: [...] *Quando vêm irmãos, isso facilita, a última que chegou foram três irmãos e na idade de berçário era só um, estava por volta de 2 anos e os outros dois entre 8 e 10 anos. E aí [...] o mais novo, ele queria ficar no colo do mais velho, então o irmão acabou ajudando. Os mais velhos entenderam mais essa separação, choraram um pouco no começo e depois se acalmaram. A gente explicou exatamente isso, que a gente ia fazer o contato com a família que eles iam ficar aqui um período, era provisório, a gente ia fazer esse trabalho para ajudar, esse espaço. E o mais novo não entendia, só estava sentindo falta da mãe, da família, e queria ficar no colo desse mais velho, então esse mais velho acabou ajudando. Apesar do mais novo ficar no berçário e o mais velho aqui na casa, mesmo sendo do lado, ficou lá junto um pouco, ficou mais à noite, até o mais novo dormir. Até os irmãos se ajudam, isso é importante, evita-se ao máximo separar irmãos, mas, às vezes, isso acontece, não tem vaga para todos e se não ficarem no mesmo local, isso é complicado. Entre eles, eles se ajudam...* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO AI – Outros trechos de entrevistas referentes às condutas dos conselheiros tutelares em relação aos objetos significativos da/para a criança**

Pesquisadora: E quando a criança é retirada da casa, [...] elas levam algum pertence delas [...]?



Patrícia: *Se quiserem levar algum brinquedo, ou alguma coisa, tranquilo, se pedirem para levar. Normalmente, [...] roupa não leva nenhuma, entendeu? Roupa não é necessário levar, porque normalmente tem tudo no abrigo [...].* (Patrícia, conselheira tutelar).

Pesquisadora: Pedro, e quando uma criança é retirada da casa, existe um cuidado de que ela leve coisas, que são objetos importantes para ela? Às vezes, uma chupeta, um bonequinho, um paninho?

Pedro: *Tem situações que não dá. Esse (criança que havia sido acolhida recentemente) veio da escola, foi com a roupa da escola e o material escolar, entendeu? Agora, tem outros que vem de mala e cuia. Tem mãe que vai entregar o filho, aí traz tudo. Não sei qual o intuito, se é proteção ou se não quer mais ver ele [...].*

Pesquisadora: Mas nos casos, por exemplo, em que vai pegar a criança na casa?

Pedro: *Quando é feito na casa, [...] como é medida urgente, na maioria das vezes, [...] você não tem essa possibilidade. Isso acaba não ocorrendo.* (Pedro, conselheiro tutelar).

#### **ANEXO AJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao fato das crianças, frequentemente, chegarem na instituição sem levar consigo nenhum objeto significativo**

Pesquisadora: Adriana, e quando uma criança chega no abrigo, ela costuma trazer pertences significativos para ela, por exemplo, um paninho, uma chupeta, um brinquedo, uma foto?

Adriana: *Não, nada. Todas as crianças que chegaram vieram com a roupa do corpo, às vezes, até descalças.* (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

Valentina: *[...] quando vem de busca e apreensão, a gente não sabe se a criança usava chupeta ou não, se a criança mamava na mamadeira ou não.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: Não existe um cuidado de quem retira essa criança de casa, de pegar esses pertences?

Valentina: *Imagina! Eles vem mal com a roupa do corpo. [...] O oficial (de Justiça) chega, pega e sai com a polícia. [...] Eles não trazem absolutamente nada. Nenhuma criança que veio.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: E, quando uma criança chega, ela traz algum objeto de que ela gosta, uma chupeta, uma mamadeira, um paninho, uma boneca, uma roupinha?

Fernanda: *Difícilmente [...]. Quando é por busca e apreensão, as crianças vêm até sem roupa, vem do jeito que estão na casa, com uma meia só no pé, vem daquele jeito [...].*

(Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: Simone, as crianças, quando chegam, costumam trazer objetos pessoais? Tipo um paninho, chupeta, um brinquedo, algo que tenha alguma...

Simone: *Geralmente não, mas não é uma regra [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Quando as crianças chegam, costumam trazer com elas pertences, tipo chupeta, paninho, brinquedo, foto? Coisas que são delas.

Lia: *Como, geralmente, é busca e apreensão, como eu disse, não. É raro, vir com alguma coisa de casa.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Lourdes, quando uma criança chega na casa, ela costuma trazer objetos dela, tipo chupeta, paninho, um bichinho, uma foto, coisas de casa?

Lourdes: *Normalmente não. Chupeta, às vezes [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa)

Pesquisadora: Flávia, e quando a criança chega, ela costuma trazer objetos, uma chupeta, mamadeira, um paninho, um bichinho, foto [...].?

Flávia: *Costuma, tem vez que vem [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E quando bebê, ou mesmo os maiores, chegam com chupeta, paninho ou bichinho? Eles costumam chegar com essas coisas ou não?

Cássia: *Uns sim, outros não.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Camila, quando essas crianças chegam, costumam trazer com elas objetos pessoais, tipo, chupeta, paninho, brinquedo, foto, coisas assim?

Camila: *Muito pouco.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Muito pouco?

Camila: *É, muito pouco. Geralmente, não vem com nada [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO AK – Outro trecho de entrevista referente à atitude da família de levar para a criança o objeto que lhe é significativo, pouco tempo depois de ser acolhida**

Manoela: *[...] não traz nada, aí, com o passar dos dias, aparece um familiar, a gente entra em contato ou a pessoa entra em contato e traz uma mochila, [...] uma bonequinha, o travesseirinho que é dela, uma mamadeira que ela já usava, coisas desse tipo ou, às vezes, vem sem nada [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AL – Outros trechos de entrevistas de crianças que levaram consigo objetos significativos**

Cássia: *[...] Já teve caso de trazer uma pedrinha e não soltar daquela pedrinha por nada. Então, deixei tomar banho com aquela pedra, porque eu não ia tomar aquela pedra dele. Para mim, a segurança naquela hora dele era aquela pedra, aquele objeto que ele trouxe, lembrava alguma coisa [...]. Eu não entendo do assunto, particularmente, eu pensei que era a segurança dele aquela pedra que ele trouxe, então ele passou um tempão com a pedrinha dele, mas, assim, eu não tirei, em momento nenhum eu tentei tirar. Outro trouxe um bodoque, estilingue, a gente deixou porque foi uma coisa com que ele se apegou, trouxe de casa na hora em que pegaram ele para trazer e eu senti que era dele, foi a única coisa que ele trouxe.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Simone: *[...] Tem o caso de uma criança [...] que [...] chegou com três pedrinhas na mão. Aquela pedrinha tinha uma coisa tão, assim, de segurança [...]. Eu acho até que elas estão guardadas aí [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E seria interessante?

Valentina: *Com certeza. Eles precisam ter, pelo menos, um brinquedinho, [...] um paninho que eles cheiram quando dormem. Sabe, tem que vir alguma coisa. Para você ver que interessante, nós acolhemos recentemente do (abrigo institucional Tulipa), [...] teve um surto de virose e eles tiveram que tirar algumas crianças que estavam mais doentinhas. E um deles veio para cá, veio um paninho com o cheiro da monitora que a criança estava acostumada e ele se acalmava muito quando colocava o paninho perto.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Cristiana: *[...] Tivemos uma adolescente que, no dia da apreensão, não sei por quê, mas ela veio com um vestido da mãe e, eu nunca soube, ela falava desse vestido muito e eu não sei se conseguiu ser localizado. Isso é uma falha nossa muito grande porque tinham que ser preservadas, essas coisas da criança e do adolescente.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO AM – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos, adotados pelas instituições, que buscam higienizar o objeto levado pela criança**

Cristiana: *[...] a gente tem conversado um pouquinho até sobre isso. Tudo o que chegava com a criança, ia para lavar, a gente falou: “Gente, deixa o cheirinho, deixa o brinquedinho com ela, deixa ela ter alguma coisa que dê um pouquinho mais de segurança para ela, porque ela está vindo para um lugar totalmente desconhecido para ela, gera insegurança e até ela criar esse novo vínculo”. Então, a gente tem conversado um pouco disso com os grupos, com os pequeninhos que chegam.*

Pesquisadora: E tem sido possível?

Cristiana: *Eu não sei como que está isso, ultimamente, mas a gente tem feito umas conversas sobre isso [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: João, pensando nas crianças menores, as de até 6 anos, quem traz a criança costuma trazer objetos de que ela goste: um paninho, uma chupeta, boneca, roupinha, alguma coisa?

João: *Não, e quando acontece de trazer, perdem no abrigo.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Faz o que, no abrigo?

João: *Perdem. Aconteceu um caso recente, a criança [...] trouxe um bichinho de pelúcia e perdeu na casa. Ele dormia desde pequenininho com esse bichinho [...]. Não se sabe o que aconteceu, sumiu [...]. Não tem muito*

*essa prática, não. E, dentro do abrigo, ainda não tem esse lugar para aquilo que é da criança que está chegando e qual o significado daquele objeto para a criança. Também foi tema de discussão nossa, na reunião de equipe [...]. Então, a nossa coordenadora, a partir dessa situação, até na conversa com os funcionários, trouxe essa situação para a gente também começar a olhar para isso. O que a criança trouxe? É uma chupeta, uma fraldinha, qual o cheiro daquela fraldinha, qual o significado daquela fraldinha para aquela criança? Não é simplesmente pegar e mandar para a lavanderia. Tem o cheiro da mãe ou tantos outros significados para ela [...]. Mas, [...] ainda não tem essa prática de trazer não, nem da nossa, talvez, de pedir para essa família, no primeiro momento, e nem de quem faz o acolhimento da criança lá, quem faz a busca, de pedir algo que seja significativo para ela [...]. Então, quer dizer, é algo a se pensar.* (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Mais se vem sujinho, vocês mandam lavar e volta o paninho?

Flávia: *Volta o paninho, quando volta o paninho, dá o paninho para ele.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E se ele não quiser que lave, mesmo assim tem que lavar?

Flávia: *A gente, nos primeiros dias, deixa ficar. Também não vai tirar logo nos primeiros dias. Depois, a gente consegue tirar deles, aí substitui o paninho, aí fala: “Ó, esse aqui está mais bonito” [...] e tenta trocar, mas troca sim porque não dá para ficar com o pano sujo. Aí, automaticamente, ele mesmo, quando está tomando banho, ele mesmo põe no cestinho para lavar e aí fica automático o costume.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Ana, quando chega, a criança costuma trazer objetos pessoais, como uma chupeta, um paninho?

Ana: [...] *Essa Cleide mesmo, [...] ela trouxe um travesseirinho e o dedo, ela chupa dedo [...]. Então, a gente lava esse travesseiro. “Olha, Cleide, hoje me dá o seu travesseiro cedo que nós vamos lavar para secar para você dormir com ele à noite” [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO AN – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento, adotado pelas instituições, de guardar o objeto trazido pela criança**

Pesquisadora: E se vem sujo? Se vem num estado em que a gente não...

Janaína: *Quando é bebê, a gente retira, às vezes, tem bebê que veio da maternidade com um ursinho muito sujo de barro, de chão mesmo, sujeira. Daí, a gente tirou para limpeza. Um bebê que tinha problemas de respiração, pulmão, então a própria pediatra não deixou. A gente tirou, guardou, ficou guardadinho.* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Quando a criança chega na instituição, traz consigo alguns objetos que, para ela, são importantes: chupeta, paninho, roupa, boneca, carrinho, alguma coisa que seja significativa para ela?

Angélica: *Eu não sei se ela traz, mas há uma tendência de a gente tirar esses objetos deles.*

Pesquisadora: Por quê?

Angélica: *Porque, algumas crianças têm prazer em pegar aquilo que é diferente e que está chegando e destruir. Então, a gente diz que vai ficar guardado em um canto; ele tem um cantinho aqui e que, quando quiser pegar, ver, ele poderá pedir, mas a gente não deixa entrar com coisas que são muito diferentes da casa, porque eles destroem. E os paninhos, é uma coisa que eu queria muito, com o bebê, algo que traga o cheiro, a lembrança e tal. E aí eles são super.... [...] Eu não tenho certeza disso, Ivy, mas acho que não pode.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

Cássia: [...] *Era um costume dele, uma coisa dele, não acho certo tirar, porque, até para você tirar uma chupeta de uma criança, é mais de meses, uma mamadeira, para a criança não levar aquele choque maior.* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO AO – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos que buscam substituir o objeto da criança por um novo**

Beatriz: [...] *até se vem chupeta, a gente joga aquela e pega outra. A gente não sabe onde estava, de onde é que veio, entendeu. Agora, um ursinho, um bichinho, nunca, que eu saiba, aconteceu [...]. No caso de vir com chupeta, um chocalho, mamadeira, sei lá, um pano, a gente desfaz e repõe outro limpo e esterilizado, que a gente sabe que a procedência é boa. Porque, infelizmente, [...] manda a criança com um paninho e chega um negócio encardido aqui, igual uma que veio com uma chupeta que, sem chance, toda preta em volta do bico [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Quando uma criança chega, normalmente traz objetos dela, como uma chupeta, um paninho, brinquedo?

Sofia: *Alguns sim, às vezes, acontece sim, [...] é difícil, mas tem. Às vezes, tem uma criança que chega e quer a chupeta e tem aquela fralda amarrada na chupeta.*

Pesquisadora: E o que acontece?

Sofia: *[...] eu arrumo uma parecida (chupeta) igual [...] e a gente tenta estar junto com aquela... "Olha essa, você não quer pegar tal?", porque, às vezes, ele chega tão agarrado naquilo, né. Se for um brinquedo, fica com a criança, fica com eles, são coisas que não tem como, vamos supor, é uma boneca, fica com a criança, mas se é uma chupeta, está velha, rasgada, que nem já aconteceu, a gente vai trocar, sim.*

Pesquisadora: Mas, [...] tem uma negociação com a criança, ou há casos que não tem negociação?

Sofia: *Tem casos que não tem como, tiro a chupeta, mas a gente guarda. Eu pego, tiro de você e guardo, e dou outra para você. Aí você não aceitou aquela, a gente vem, investe e tudo, mas aquela está numa situação que não dá para a criança chupar. A gente vai comprando, vai dando outra, porque tem vários modelos, procura comprar uma sempre igual à que a criança chupa, [...] aquele mais ortodôntico, né, a gente procura dar mais daquele [...].*

Pesquisadora: E paninho?

Sofia: *Paninho também, a gente tirava aquele, mandava lavar e amarrava outro [...]. Aqui, a gente tem um ambulatório, [...] ali, ela tem uma caixa de chupeta, de mamadeiras também, [...] então, para ficar mais fácil para a gente, porque, às vezes, vem criança muito apegada mesmo, né, a gente tenta substituir, sim, mas se não consegue, acaba dando idêntico, do mesmo material, a mesma coisa. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).*

Pesquisadora: E paninho e chupeta, mamadeira, essas coisas?

Janaína: *[...] quando a mamadeira está com aquele bico bem quebrado, bem sujo, a gente troca sim. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Pesquisadora: Mesma coisa, a chupeta?

Janaína: *É, mas normalmente elas chegam sem chupeta [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).*

Pesquisadora: E quando vem, como é o procedimento aqui?

Lia: *Se vem, mantém. Depois o pessoal vê, se é importante para ela, a gente respeita.*

Pesquisadora: E quando, por exemplo, crianças até 6 anos, e a condição desses pertences não é o que a gente considera das melhores [...]? Como vocês procedem?

Lia: *Tem que tomar um cuidado, para eu achar que aquilo ali está ruim, mas aquilo é um caso especial para a criança. Tem que ir trabalhando essa troca, ter condição de mostrar algo, se é um brinquedinho, dela receber outro, se ela acaba gostando, trocando, uma coisa gradativa. Paninho que, para nós, não tem valor nenhum, para a criança tem muito, então, a gente tem que respeitar. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).*

Pesquisadora: Se traz chupetinha, vocês mantêm a chupetinha, ou trocam?

Flávia: *Depende, se a chupeta estiver em boas condições, ela continua com a chupeta. Se não, a gente arruma outra e vê se ela consegue, vai tentando fazer a troca da chupeta dela, a antiga pela nova.*

Pesquisadora: E paninho, bichinho, essas coisas, mantêm?

Flávia: *[...] Se o bichinho está muito estragado, sem condições, que dá para levar para a lavanderia e lavar, aí manda lavar, se não, arruma outro bichinho para pôr no lugar.*

Pesquisadora: Mesma coisa com o paninho? (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Flávia: *Mesma coisa com o paninho. O paninho, a gente tenta porque vem sempre aquele paninho encardidinho. A gente tenta trocar o paninho, dar outra fraldinha para ele, aí ele pega. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).*

Pesquisadora: Esses que chegam com essas coisas, o que vocês costumam fazer?

Cássia: *Se ele chega com a chupeta dele, eu deixo, porque é uma coisa que ele já está acostumado, até pelo gosto. Porque, se eu for trocar aquela chupeta naquele momento talvez ele nem vá querer, então eu deixo. Se trazer qualquer chupeta, se eu estiver e me entregarem aquela criança, eu deixo. Pode estar velha, pode estar o que for, prefiro deixar, depois eu tiro. Assim, dois dias, três dias, quatro dias, porque vai passar um bom tempo aqui, então, vou com mais calma, que já é um choque. Pode ser bebezinho, pode ser grande, se tirar, ele sente. Já é um choque que ele levou na vida e você ainda tirar outra coisa dele?*

Pesquisadora: E se for paninho, bichinho?

Cássia: *Chegou uma criança aqui, outro dia, com um paninho sujo, sujo, sujo. Daí, teve que tirar, porque não tinha condições, aí eu tentei trocar por uma fralda limpinha. Se eu deixasse, até poderia ter uma bactéria, alguma coisa, aí a gente tentou trocar por outro paninho, por uma fraldinha limpa, tudo...*

Pesquisadora: Ele aceitou?

Cássia: *Aceitou. O negócio dele era um paninho, que ele dormia, que ele chupava, então, ele até me deu, aí ele aceitou outro paninho. Ele passou um bom tempo ainda, passou acho que 6 meses, dormindo com uma fraldinha, sempre limpinha, quando ele pedia para dormir [...].*(Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Yolanda, quando a criança chega na instituição, ela costuma trazer objetos de casa? Paninho, chupeta, boneca, bichinho, foto ou outras coisas que sejam significativas para ela?

Yolanda: *Olha, alguns trazem; essa menina de que eu falei, que é grande, que às vezes até esqueço que ela só tem 9 anos, ela trouxe uma almofada. Ela não trouxe, ela chegou aqui sem a almofada, e a avó veio trazer essa almofada, porque ela não ficava sem [...]. A almofada é terrível, está acabada, já rasgou, já costurou, rasgou, costurou, ela tem mais linha do que pano da almofada. E ela fica com aquela almofada o tempo inteiro. Então, traz, [...] e se já é apegado [...], eles se apegam mais ainda. Agora que eu consegui tirar essa almofada dela. Eu falei: "Olha, você fica sem essa almofada, se você não conseguir ficar sem, não tem problema, eu te dou outra, vou te dar outra, e você tenta. Nós vamos só trocar, se você conseguir ficar sem, tudo bem, se não você fica com uma nova, porque essa sua não dá mais para você usar". Porque ela não desgrudava, até para lavar, estava sendo difícil [...]. E ela não chupa dedo e nem nada, mas quando ela estava com a almofada, ela era um neném [...]. Então, aquela almofada, na verdade, era uma fuga para ela. Quando ela pegava a ponta da almofada [...] e ficava passando no rosto; passava no rosto, fazendo carinho no rosto com aquela ponta daquela almofada. Ela dormia com aquilo ali, fazendo aquilo, fazendo aquele carinho no rosto, com aquela almofada. Então, na verdade era uma fuga mesmo.*

Pesquisadora: E você resolveram tirar por quê, Yolanda?

Yolanda: *Porque a almofada já estava velha, rasgada, com malcheiro, estava terrível, a almofada dela, muito suja. Daí, eu pedi para ela, para a gente trocar, ela falou que não queria trocar não, que ela gostava do cheiro da almofada [...]. Eu troquei, mas eu guardei a velha, porque fiquei com medo dela não conseguir, porque tem criança que realmente não consegue, tem que devolver aquela mesmo, porque não tem negociação. Mas ela conseguiu ficar, ela está com outra nova.*

Pesquisadora: E continua apegada?

Yolanda: *Continua, continua com a almofada. Tirei a capa da velha e pus na nova.*

Pesquisadora: Ah, tá!

Yolanda: *[...] na primeira proposta, ela não aceitou, falou que não, que não, que não queria. Eu falei "Então, está bom". Aí, depois, as meninas começaram a reclamar da almofada suja no quarto.*

Pesquisadora: As amiguinhas?

Yolanda: *É. Daí já começou "Ah, essa almofada fede, essa almofada é muito suja para ficar em cima da cama da gente [...]". Então, da segunda vez, ela aceitou, falou assim: "Vamos trocar só um pouco, mas depois eu quero a minha almofada de volta". Daí, eu peguei a almofada, e falei "Guarda a almofada, porque se a gente perceber que não deu certo, que ela sofreu por falta da dela, a gente devolve assim mesmo, suja, com malcheiro [...]". Mas ela se adaptou com a outra, daí, eu perguntei se ela queria a almofada de volta, ela falou assim: "Não, eu gosto da outra também, a outra tem o mesmo cheirinho", mas é por causa da capa, que ela acha que tem o mesmo cheiro [...].* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO AP – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos que buscam mudar/retirar hábitos e objetos da criança**

Ana: *[...] às vezes, a criança está tão acostumada com aquela chupeta velha que não quer trocar, então a gente vai conversando para tirar dela.* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Flávia: *[...] esse grupo (crianças que andam) não toma mamadeira, mas, se tem uma criança que chega, a gente não vai deixar ela tomar mamadeira junto com os outros, para as outras crianças não sentirem vontade da mamadeira, mas, se já veio tomando na mamadeira, então, leva lá fora, ela toma mamadeira [...]. Vai tirando aos pouquinhos, a mamadeira, até ele sentar à mesa, começar a tomar cafezinho, leitinho no copo, na canequinha. Vai tirando aos poucos [...].* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO AQ – Outro trecho de entrevista referente à dificuldade dos profissionais para citar ou descrever as principais reações da criança ao ser acolhida**

Janaína: *Cada uma tem um jeitinho mesmo [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AR – Outros trechos de entrevistas referentes ao choro como principal reação das crianças, ao chegarem na instituição**

Lourdes: *[...] têm uns que choram bastante, mesmo com 2, 3 anos choram bastante. Umhas crianças choraram três dias seguidos, só paravam para dormir. Para comer, ela comia chorando [...]. Era um choro constante. Parava um pouquinho, de repente começava tudo de novo.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Janaína: *[...] um menino de 3 anos que, na verdade, chegou muito bem, mas na hora que os conselheiros foram embora, ele despencou a chorar [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Manoela: *[...] Tem criança que entra, às vezes, chorando [...].* (Manoela – coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Lara: *[...] tem criança que chora [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Lia: *[...] tem crianças que, às vezes, choram no começo, mas logo se apegam com as monitoras [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Valentina: *[...] provavelmente, ele vai chorar à noite, porque vai estranhar a cama, não é a cama dele [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

**ANEXO AS – Outros trechos de entrevistas referentes ao susto e ao medo como reações muito frequentes, por parte das crianças, ao chegarem na instituição**

Sofia: *Tem uns que chegam assustados, a gente vê que está muito assustado [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Marina: *A maioria chega assustada, porque, como eu falei, [...] porque ela está sendo arrancada, gente, da família dela. Ela entra num carro de polícia e vai para um desconhecido [...].* (Marina, assistente social do abrigo institucional Tulipa).

Lourdes: *[...] vem assustada [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Valentina: *[...] Quando a criança é maior, então, quando chega, na maioria das vezes está muito assustada [...].* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

**ANEXO AT – Outros trechos de entrevistas referentes à tentativa das crianças de se manterem a alguma distância das pessoas, ao chegarem na instituição**

Simone: *[...] algumas crianças [...] são muito arredias, chorosas [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Simone: *[...] Quando já é maior é isso mesmo, por exemplo o Zezinho (3 anos), [...] não queria que ninguém chegasse perto dele [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AU – Outro trecho de entrevista referente à resistência que algumas crianças apresentam para aceitar ou fazer o que lhe oferecem ou pedem, ao chegarem na instituição**

Simone: *[...] Quando já é maior, é isso mesmo, por exemplo o Zezinho (3 anos), [...] ele não queria comer, não queria beber, [...] não queria tomar banho [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AV – Outro trecho de entrevista referente à raiva e/ou agressividade como uma das formas da criança reagir ao acolhimento**

Lara: [...] tem criança que fica violenta [...]. Tem criança que é mais agressiva [...]. Tem criança que reivindica mais [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa)

**ANEXO AW – Outro trecho de entrevista referente à reação da criança de fazer perguntas, ao chegar na instituição**

Lia: [...] tem criança que chega [...] só perguntando [...]. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO AX – Outros trechos de entrevistas referentes ao tempo que a criança leva para se adaptar à instituição**

João: [...] tem criança que, no próprio dia de chegada, já se enturmou, já está mais confortável, tem crianças que demoram mais um pouco, que choram mais [...]. (João, pedagogo do abrigo institucional Tulipa).

Cássia: [...] Tem criança que chora três dias, não que chora direto, mas brinca, come, dorme, mas acorda chorando, perguntando pela mãe [...]. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AY – Outros trechos de entrevistas referentes às crianças que se adaptam muito fácil e rapidamente à instituição**

Fernanda: [...] mas teve uma menina que chegou e “esse é o melhor lugar que eu já fui na minha vida”, outras não, “eu quero minha mãe” [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Lara: [...] Tem criança que parece que veio passar uma tarde [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Sílvia: [...] a única que não chorou foi a Aninha. Essa, do jeito que chegou, ela ficou. Parecia que ela já conhecia a casa, que conhecia todo mundo [...]. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Manoela: [...] tem criança que entra bem e que nem questiona [...]. Nós tivemos o caso de uma criança que disse: “Nossa tia, mas eu dormi tão bem”. Como se estivesse assim, num hotel, sabe [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO AZ – Outro trecho de entrevista referente às razões que explicariam o fato de algumas crianças se adaptarem muito fácil e rapidamente à instituição**

Lourdes: Tem uns que acham que vieram passear na colônia de férias, já se acham. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E porque tem essa diferença, assim, porque umas reagem...

Lourdes: É a forma como elas são criadas em casa, por exemplo, uma criança muito apegada aos pais, [...]sofre mais quando fica sozinha [...]. Aí, as que chegam, que a mãe deixa um fim de semana em cada casa, deixa sozinha em casa, eu imagino que [...] não tem aquele apego não, tipo assim, a mãe foi embora, mas tanto faz como tanto fez. Esses aí é que se adaptam fácil [...].Eles já estão acostumados com isso. (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO BA – Outro trecho de entrevista referente às crianças que pedem para que seus pais sejam acolhidos junto com elas**

Cristiana: [...] *tem uns que se adaptam bem porque a gente sabe que estava muito negligenciada, apesar de que eles tendem ainda a querer a mãe, mas que come melhor, dorme melhor, você vê que muda muito. Em alguns, é notório. Teve uma que foi muito bonitinha: “Por que minha mãe não pode ficar aqui comigo?”. Ela não queria ir embora para a casa, [...] ela queria que a mãe ficasse no abrigo.*

Pesquisadora: *Que a mãe também fosse cuidada.*

Cristiana: *Que também fosse cuidada. E era uma menina de 6 anos, quer dizer, ela teve essa clareza [...]. Logo de início, ela já falou isso: “Por que minha mãe não pode ficar aqui comigo, com meu irmão?”. Então, [...] realmente, ela está vendo, ela conseguiu ver tudo de bom que estava tendo aqui, mas estava faltando o afeto da mãe.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO BB – Outro trecho de entrevista referente à angústia que o profissional sente diante do desejo da criança de permanecer com a família, apesar de todas as dificuldades e violações de direitos**

Simone: [...] *é uma situação muito complicada, que a gente fica até meio, é difícil ver uma criança desse jeito. A gente sabe, entende, que isso foi o melhor para ela, mas difícil é que a criança entenda isso, porque mãe é mãe em qualquer lugar e vai ser sempre. É difícil fazer entender [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortênciã).

**ANEXO BC – Outros trechos de entrevistas referentes às formas como os profissionais lidam com o próprio sofrimento**

Camila: [...] *Mas [...] com o tempo, com a experiência que a gente vai adquirindo, [...] a gente entende melhor, não se envolve tanto mais, porque antes eu sofria muito, sofria muito. Hoje, eu não sofro mais tanto quanto sofria. A gente se apega a alguns sim, não tem como, mas não me envolvo mais tanto quanto me envolvia com as coisas [...].* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Simone: [...] *Não é fácil, mas, com o tempo, você vai se acostumando, vai conseguindo trabalhar melhor. Hoje em dia, já não me surpreende, eu já vi muita coisa, tem casos que mexem, mas não posso pensar assim, a gente não pode deixar nossos conceitos, preconceitos, que interfiram [...], mas não tem que deixar se influenciar, porque se não a gente pira.* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortênciã).

**ANEXO BD – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de verificação da documentação da criança**

Cristiana: *Ah, ela chega, aí vai lá na sala do administrativo só para preencher a ficha de ingresso [...]. Dependendo da faixa etária, ela senta e espera [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO BE – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos de verificação das condições em que a criança chegou, no abrigo institucional Rosa**

Sofia: *Então, [...] a gente vai olhar [...] para ver se está tudo certo, se está tudo em ordem. Ver se o umbigo já caiu [...]. Aí, a gente vai fazer o cuidado da criança mesmo. Depois de eu ter feito isso, tenho que relatar no nosso caderno de plantão, vamos supor: “Às 12 horas da madrugada, uma criança de tal, quantos dias de nascido”, daí a gente escreve, “aparentemente a criança está bem” ou se estiver com algum hematoma, alguma coisa, a gente relata depois. Por isso que a primeira olhada é importante, para a gente é importante, porque, daí para frente, eles estão com a gente, né? Qualquer coisa que aconteça, é responsabilidade nossa. Principalmente nós que ficamos lá embaixo para cuidar deles, então, é isso que a gente faz.* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Lia: [...] *A criança, chegando no abrigo, a gente [...] vê a situação que a criança chega [...] para depois estar direcionando para as cuidadoras [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).



**ANEXO BF – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de verificação das condições em que a criança chegou, no abrigo institucional Hortência**

Cássia: [...] *Toda vez que chega criança, a gente tem que olhar, dar banho para ver se não tem machucado...* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BG – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Tulipa**

Lourdes: [...] *primeira coisa, [...] dependendo do estado dela, eu ofereço um banho. Primeira coisa porque, às vezes, chega criança muito suja, muito judiada [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

**ANEXO BH – Outros trechos de entrevistas referentes aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Hortência**

Pesquisadora: E quando a criança chega, o que acontece com ela [...]? Como é feito?

Manoela: *Geralmente, a criança toma um banho, mas não, assim, logo que chega, não, no dia que chega, mas não naquele momento, como se você fosse vistoriar uma mercadoria que entrou [...]. A não ser que ela chegue muito sujinha, de repente, é busca e apreensão e a gente está vendo que a criança está descalça: "Vamos tomar um banhinho? Pegar um chinelinho novo, pegar uma roupinha nova" [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Simone: [...] *às vezes, chega muito suquinho, muito suado, dá um banho [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Yolanda: [...] *ele chegou, ele estava muito, muito, muito sujo, terrível, estava muito, mas, aí, quando falou assim: "Você quer tomar banho?", ele ficou muito desesperado [...]. Aí, trouxemos ele: "Você quer escolher uma roupa nova, você quer uma roupa nova para você pôr na hora do lanche?" [...], mas ele não falava nada. Daí peguei uma roupa nova e dei para a educadora. Daí, ela falou assim: "Nossa, agora sim! Está na hora do banho, porque nós vamos lanchar e você vai tomar um banho, pôr uma roupa bem limpinha, cheirosa" [...]. Quando ele viu o chuveiro, meu Deus! Ele chorava tanto, daí ela falou assim: "Vamos abrir o chuveiro?". Nossa! Era a mesma coisa que estar batendo nele, sei lá. Aí, ela abriu o chuveiro, mesmo ele chorando, aí ela falou assim: "Põe a mão debaixo d'água, vá tirar a roupa, vá tirar o short", ele não queria de jeito nenhum. Daí, ela falou assim: "Você quer tomar banho de short? Eu tiro só a sua camiseta, põe a mão na água". Daí, ele foi de pontinha de pé, para não pingar água e colocou a mão. Ele colocou a mão na água e ficou com a mão embaixo do chuveiro, ficou assim e entrou embaixo do chuveiro.*

Pesquisadora: Ele achou que estivesse fria?

Yolanda: *Ele achou que a água era fria. Quando ele viu que a água era quente, ele entrou embaixo do chuveiro, nem tirou short, não tirou nada, [...] começou a brincar sozinho debaixo do chuveiro. Ela deu banho, ela cortou a unha dele [...]. No outro dia, ele começou a ir no armário, ele trocava de roupa toda hora, toda hora. Ele se arrumava, ele colocava a roupa, Ivy, aí olhava a blusa, arrumava a blusa, ia no armário, tirava aquela e colocava outra... E guardava a roupa...* (Yolanda, pedagoga do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BI – Outro trecho de entrevista referente aos procedimentos de higienização da criança, no abrigo institucional Rosa**

Pesquisadora: No caso, uma criança maiorzinha, que já saiba falar, e se ela não quiser tomar banho?

Beatriz: *Então, acontece. [...] às vezes tem resistência dos maiores até em acalmar porque eles chegam aqui, geralmente não chegam calmos [...]. Então, a gente primeiro acalma. Esse acalma é uma conversa, andar pelo parque, é apresentar, tentar pedir a calma, fazer com que a criança acalme mesmo, de fato. Você não precisa tocar no assunto porque está aqui, porque deixou de estar [...]. A gente acalma a criança conversando, trazendo para a gente, levando para uma brincadeira, alguma coisa assim. Até ele entender que é um novo lugar, que tem outras crianças, que existem algumas regras. Que talvez, na família, não é regra tomar banho, comer, por exemplo. Tem muito disso aqui [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de oferecer alimentação à criança**

Pesquisadora: E o que acontece assim que a criança chega na instituição [...]?

Patrícia: *Sempre vem um monitor, já pega a criança, já interage com ela, leva para, de repente, dar comida [...].* (Patrícia, conselheira tutelar).

Lourdes: *[...] A minha participação é assim [...], não anotar os dados nada, eu pego a criança, primeira coisa, é oferecer uma comida e, dependendo do estado dela, eu ofereço um banho [...].* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Lara: *[...] A gente dá uma alimentação sempre porque, provavelmente, ela não tenha se alimentado [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Sofia: *[...] a gente vai oferecer a primeira mamada, porque aqui a gente tem umas planilhas para manter o controle, né, a criança mama de três em três horas, a gente marca todos os horários. Então, aí, eu vou dar o que vai ser a primeira mamadeira, que leite que toma, né [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Manoela: *[...] É devagarzinho, "Você está com fome? Quer comer alguma coisa?". Às vezes, tem alguma coisa diferente, um chocolate, que eu sei que a criança gosta [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Simone: *[...] questionar se está com fome, se quer comer alguma coisa, você oferece uma coisa, não quer, quer outra [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência)

**ANEXO BK – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de utilizar o brinquedo como mediador da relação com a criança**

Lara: *[...] A gente recebe [...] sempre, normalmente, tem um brinquedinho [...] para saber que ele está sendo esperado, dependendo da idade também [...].* (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Flávia: *[...] você vai mostrando o abrigo: "Olha quanto brinquedo tem aqui [...]."* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Cássia: *[...] a gente mostra a casa, o que é dele, os brinquedos [...].* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Manoela: *[...] Depende muito de como a criança vem, às vezes, ela está chorando e não adianta você mostrar nada naquele momento que não é isso que ela.*

Pesquisadora: E o que vocês costumam fazer?

Manoela: *Eu trago ela aqui comigo (sala da equipe técnica), geralmente, senta aqui, a gente conversa um pouco: "Você quer um brinquedo? Aqui tem tanto brinquedo, escolhe um". Nós temos aqui brinquedos novos: "Escolhe um brinquedo para você, qual você quer?". Aí, a criança: "Quero", aí ela escolhe [...]. Conforme passa esse período, ela fica um pouco aqui com a gente, aí a gente desce [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BL – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de utilizar o brinquedo para distrair e acalmar a criança**

Manoela: *[...] "Você quer um brinquedo? Aqui tem tanto brinquedo, escolhe um". Nós temos aqui brinquedos novos: "Escolhe um brinquedo para você, qual que você quer?". Aí, a criança: "Quero", aí ela escolhe. É devagarzinho [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BM – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de mostrar o espaço físico da instituição para distrair e acalmar a criança**

Lara: [...] o ambiente acolhedor, bonito, bem limpinho, isso também ameniza [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BN – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de inserir a criança no meio das outras que já estavam acolhidas**

Janaína: [...] as próprias crianças vão perto também, chamam para ver o quarto, essa parte do parquinho que a gente tem, as crianças mais velhas ajudam também [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BO – Outros trechos de entrevistas referentes ao procedimento de manter a criança próxima das educadoras**

Janaína: [...] a gente fica junto com a criança, [...] fica ali esperando o tempo dela [...]. Então, [...] nessa hora do acolhimento, integra muito [...], acaba todo mundo ajudando um pouco. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Fernanda: As monitoras [...] ficam mais próximas ou, então, se é uma criança maior, de 5, 6 anos, a monitora está lá fazendo alguma atividade com os bebês, dando banho, [...] a monitora chama: “Ó, fica aqui junto comigo” ou, então, “me ajuda” [...]. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Valentina: [...] provavelmente ele vai chorar à noite [...]. A maioria acaba dormindo na sala na primeira noite porque tem medo de ir para o quarto, porque é um lugar estranho. Ficam com as monitoras, na sala. Independentemente da idade, eles acabam dormindo na sala ou a monitora acaba indo para o quarto até eles pegarem no sono e se adaptarem. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio)

**ANEXO BP – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de proporcionar contato físico com a criança, sobretudo, a partir do colo**

Camila: [...] A gente tem que acalantar primeiro [...]. A gente passa de dois dias com a criança no colo, tentando acalmar, tentando assim desprender daquele momento triste que ela chegou no abrigo, né. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BQ – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de agradar, fazer carinho e dar atenção especial à criança**

Manoela: [...]ela tem que sentir na gente um carinho, um acolhimento, uma atenção, ela se sentir querida mesmo e isso você só vai fazer demonstrando [...]. Então, muitas vezes, a gente deixa de fazer aquilo que está fazendo para atender a criança naquele momento, porque é naquele momento que é importante para ela. Então, é isso, você se envolver mesmo e saber quanto você é responsável para que alguma coisa seja diferente na vida dela [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BR – Outro trecho de entrevista referente à existência de maior flexibilidade no trato com a criança**

Camila: [...] sai, sai fora das regras, a gente quebra... Eu falo assim: “Não, vamos esperar o tempo deles, cada criança tem seu tempo”. Daí, com o tempo, a gente vai colocando ele junto com os outros. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BS – Outro trecho de entrevista referente ao procedimento de aguardar que a criança pergunte para dar-lhe informações relacionadas ao processo de acolhimento**

Pesquisadora: Manoela, que informações vocês passam para as crianças? Como você disse depende também de quanto ela pergunta, algumas não perguntam nada...

Manoela: *Algumas não perguntam nada, então, a gente vai deixando a coisa acontecer, mas, se ela perguntar alguma coisa... Você fala em relação à casa?*

Pesquisadora: É, por que ela está aqui, quanto tempo ela vai ficar, quem são vocês. Existe isso?

Manoela: *Existe isso. Aí já é com a dupla (psicossocial), no dia seguinte, chama a criança e conversa um pouco [...], dependendo do caso, da idade, "Você sabe porque você está aqui? Você sabe que você só vai ficar com a gente até a sua mãe se tratar, sua mãe não está muito bem...", coisas desse tipo. Dependendo do caso, a gente tem que passar um pouco da realidade, não pode enganar. E, também, no primeiro dia que eles chegam, não é o momento, aí, no segundo dia, quando ele já está mais adaptado...*

Pesquisadora: E não é o momento por quê, Manoela?

Manoela: *Porque ele não está, a não ser que ele pergunte, mas é tanta mudança, tanta coisa nova que, às vezes, não cabe a você querer que ele entenda isso naquele momento, a não ser que parta dele a curiosidade, mas, geralmente, é num segundo momento. Aí, a psicóloga senta e conversa a respeito, às vezes, ela até quer saber alguma coisa: "Onde você estava? Com quem você estava?". Isso já faz parte do trabalho dela para conhecer o que a criança traz.*

Pesquisadora: E todas as crianças passam por esse processo?

Manoela: *Todas.*

Pesquisadora: A partir de que idade?

Manoela: *Olha, acho que 4, 5 anos, às vezes, até ali, no próprio parquinho, no balanço, crianças mais velhas mais ainda [...].*

Pesquisadora: Mas não é dito nada para as crianças menores de 3 anos? É dito alguma coisa? Como é recebida?

Manoela: *[...] tem que falar uma coisa muito leve, mas respondendo o que ela pergunta, a gente espera mais vir dela essa curiosidade [...]. Então, assim, a gente tenta se aproximar o mais próximo da realidade da criança, sem ferir mais do que ela está, mas também sem ilusões. É falado sim, mas, nessa idade, quando parte mais dela a pergunta. Se não parte, a gente procura deixar como está, porque não tem muito o que fazer [...]. Se a criança não busca, não tem essa curiosidade, não sei, [...] mas é, mais ou menos, isso. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).*

**ANEXO BT – Outro trecho de entrevista referente ao oferecimento de espaço de escuta e conversa apenas para algumas crianças**

Angélica: *"[...] a minha escuta com a criança ainda é muito próxima quando elas recebem visita. Aí, sim, eu consigo ir acompanhando, eu faço acolhimento propriamente dito, no sentido de chegar e dizer assim: "Olha, você sabe por que você está aqui? O que você achou das pessoas que estão aqui nesse lugar? Você conseguiu fazer amizade? O que você achou do quarto? O que você achou da comida? Você gosta de alguma coisa? Não gosta do quê?". Eu consigo fazer isso depois, quando ela começa a receber visita. Aí sim, aí eu consigo chamar o pai, a mãe, fazer um pouco daquilo, claro que, de uma forma muito capenga, que é a minha especialização, que é meu desejo, que é minha vontade de trabalhar com o grupo familiar todo. Aí, eu consigo fazer um pouco. (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).*

**ANEXO BU – Outro trecho de entrevista referente à angústia do profissional e à falta de preparo para conversar com a criança**

Fernanda: *[...] o que eles perguntam muito quando chegam: "Por que eu não posso ficar com a minha mãe? O que aconteceu?" [...]. A gente acaba usando muito a figura do juiz: "Ah, o juiz vai decidir tal". E, aí, tem algumas reações assim: "Eu não gosto desse juiz! Liga para o juiz e pede para ele deixar eu ir para minha casa" [...]. Eles querem ter explicações e, muitas vezes, nem a gente tem explicações. Muitas vezes, a gente não sabe nem o que dizer [...]. Normalmente, o que a gente diz não é suficiente porque eles querem estar com a família. (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).*

**ANEXO BV – Outro trecho de entrevista referente ao silenciamento do profissional, na tentativa de não contribuir para que a criança crie falsas expectativas**

Pesquisadora: E o que é dito para essa criança, é dito alguma coisa?

Lia: *De imediato não, a gente está recebendo, falando que vai cuidar delas, a gente vai fazer esse trabalho de explicar, fazer o contato, saber por que elas estão ali, mas, depende da idade com que chega [...]. Tem criança que vem direto da maternidade, então, é mais ver questões de saúde mesmo, e se chegou com a carteira de vacinação, se toma alguma medicação, se tem alguma consulta agendada [...]. Nesse momento, a gente tenta mostrar o lado positivo do lar. Ela não vai entender nessa hora, então, é levado para o lugar onde ela vai ver outras crianças, vai levar para o parque, para brincar, aí ela já começa a se acalmar, e é aos poucos que a gente vai estar... A própria criança, às vezes, fala da família, às vezes não, a gente vai abordando de uma forma, e nem pode muito, porque depende do caso, a gente começa a investigar o caso, né, fazer contato com a família, saber se a gente tem que agendar atendimento, investigar o caso.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BW – Outro trecho de entrevista referente à tentativa da instituição de se colocar na posição daquela que supre todas as necessidades da criança**

Lia: *[...] a gente tem bastante recursos, então, esse estar com os materiais, os jogos, brinquedos, esse cuidado todo que eles recebem, porque, a maioria, não tinha esse cuidado. Então, é difícil estar no abrigo, mas é muito melhor do que a vida que eles estavam levando, essa falta de atenção e cuidados.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO BX – Outros trechos de entrevistas referentes às práticas voltadas para o acolhimento de bebês**

Valentina: *[...] a gente já pega e vai fazer os cuidados. Quando é bebezinho, a gente não faz muita coisa.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Valentina: *[...] com os bebês, como os menores, os RN (recém-nascidos), [...] geralmente quando vêm da maternidade, vêm limpinho, então bota lá para dormir, simplesmente.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Ana: *[...] bebezinho não entende muita coisa, então, a gente canta, troca, é bem pouco [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BY – Outro trecho de entrevista referente às pessoas que participam do acolhimento inicial da criança, no abrigo institucional Hortência**

Pesquisadora: Simone, [...] qual é sua participação no processo de recepção, de chegada da criança?

Simone: *Nós somos um conjunto, que a gente tenta se completar [...]. Na hora do acolhimento em si, a gente não tem uma coisa tão específica de quem atende e de quem recebe. A gente começa a dar os encaminhamentos específicos depois que a criança está aqui, mas a chegada, se for o fato só da chegada, fica a critério de quem estiver mais tranquilo, mais disponível, porque depende muito do horário que chega [...]. Geralmente, quando chega, na realidade, desce todo mundo "Ah, chegou fulano de tal!". A gente já sabe o nome, até porque já ligaram, pediram essa vaga [...]. A gente desce, vai conhecer, falar um oi, mas, geralmente, a conversa em específico é por parte da psicóloga que faz atendimentos individuais com eles.* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO BZ – Outro trecho de entrevista referente à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Lírio**

Valentina: *Eles adoram. É sempre uma novidade. Não acontece: "Você não vai ficar no meu quarto ou você não vai brincar com meu brinquedo". Muito pelo contrário. [...] Eles se ajudam, já arrumam: "Você pode ficar com uma parte do meu guarda-roupa", ajudam a guardar as roupas, ajudam a guardar os brinquedos. Algumas crianças têm um pouco de ciúmes, mas nada que eles descontem lá no coleguinha que chegou. [...] quando eles veem alguém perto dessa criança, eles vêm também... Coisa normal de criança, quando chega um irmãozinho.*

*[...] mas eles reagem muito bem. [...] Quando é bebezinho, eles se empolgam no começo, depois também esquecem e vão fazer outra coisa. Mas os maiores vão brincar juntos... É muito tranquilo. Eles têm, óbvio, as brigas que um monte de crianças tem, mas, na maioria das vezes, [...] é muito tranquilo.*

Pesquisadora: Elas sabem acolher bem.

Valentina: *Acolhem. Isso, exatamente.*

(Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

#### **ANEXO CA – Outros trechos de entrevistas referentes à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Rosa**

Pesquisadora: Lia, como as outras crianças costumam reagir à chegada de uma nova criança?

Lia: *Eles ficam bem, ficam felizes, é boa essa receptividade. Acolhe bem, recebe [...].*

(Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Camila: *[...] apresenta para a criança também: “Olha, hoje a gente recebeu um amiguinho novo, esse menino chama tal”. Daí, a gente explica para a criança: “Olha quanta criança que a gente tem, então, você nunca vai estar sozinho. Sempre vai estar com um grupo de crianças e mais a tia para te acolher sempre, sempre que precisar”. É assim, a nosso acolhimento.* (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Sofia: *[...] a gente [...] leva lá para o meio das crianças. Porque eles se acalmam quando tem outras crianças para receber, ficar ali [...].* (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Beatriz: *[...] É até engraçado, porque dá a impressão de que elas pensam assim: “É um amiguinho novo, um coleguinha novo”. Então, já chegam: “Como é o nome, é menina, é menino” [...]. Eles querem saber o nome para brincar e quer pegar na mãozinha, quer dar brinquedos. Se está chorando, elas vão e pegam brinquedos para distrair as crianças. Então, tem [...] uma maternagem infantil, não sei se isso é possível [...].* (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

#### **ANEXO CB – Outros trechos de entrevistas referentes à participação das crianças que já estão na instituição no acolhimento inicial da criança que chega, no abrigo institucional Hortência**

Manoela: *[...] uma criança já vai mostrando: “Olha o seu quarto” [...]. Eu falo para ela: “Mostra para ela a casa, vai mostrando para ele, para ela” [...]. Quando [...] a criança está bem, não está nessa coisa de choro, da tristeza, ela já se envolve ali, às vezes, estão brincando de alguma coisa e ela já entra no meio também [...].* (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

Ana: *[...] as crianças tem uma participação muito legal. Eles brigam muito também, é muita criança, dá diferenças, mas é muito gostoso porque eles também se ajudam muito. Teve uma cena dessa, a Raquel, é uma criança que nós temos, que é autista, ela tem 6 anos e quando está numa crise nervosa, ela se morde de arrancar sangue do braço. A gente fica “Raquel, não morde, faz carinho” [...].* *Alí, a Lúcia (3 anos) quando viu isso, ela ficava: “Não, Raquel, dodói, dodói”. Ela parou a brincadeira dela para cuidar da Raquel, achei tão incrível, [...] que bonitinha [...] e ela não saiu de perto da Raquel enquanto ela não parou de morder. Daí, peguei a Raquel no colo, fiz carinho e a Lúcia ficou do meu lado, ninando ela. Ela não brincou mais esse dia, enquanto ela não viu a Raquel acalmar. Eu pus a Raquel no carrinho e ela não deixava ninguém chegar perto dela, eles mesmos cuidam um do outro [...].* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Simone, [...] como as outras crianças costumam reagir?

Simone: *Acho uma coisa meio que natural, existe a curiosidade de saber o nome, de saber de onde veio. É mais um que agregou no grupo, sabe? Acaba pegando afinidade com um ou com outro; sempre tem aqueles ali que são os melhores amigos, sempre tem [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: Não tem, assim, ciúmes, uma rivalidade?

Simone: *Não, eu não percebo assim, acolhem bem. Se tiver é um ou outro, mas, para mim, não fica muito claro isso.* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

Ana: *[...] Principalmente para passeio, quando vai passear, precisa ver, os maiores fazem penteados nos menores, arrumam, passam creme, ajudam os menores a se arrumar. Na hora do almoço, que era para todo mundo estar almoçando eu tenho que falar: “Gente, chega, eu não quero mais ajuda.” “Tia, posso dar comida*

para ele?” “Não, eles não podem comer na boca, deixa eles pegaram na mãozinha sozinhos.” Elas oferecem muita ajuda e eu não recuso, aceito, é muito legal. Uma delas, a Bruna disse que sonha em ser educadora, que quer trabalhar em abrigo, eu falei: “Que bom, você tem o dom mesmo”. A gente vê que ela é muito carinhosa, ela gosta. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO CC – Outros trechos de entrevistas referentes à necessidade da criança de se vincular a alguém**

Sofia: [...] essa idade (4, 5 anos) é muito complicada, eles chegam chorando, chegam com medo de tudo, né. E é muito interessante que, quando eles chegam [...], sempre tem uma tia que eles se identificam mais [...]. (Sofia, educadora do abrigo institucional Rosa).

Manoela: [...] E tem criança que, quando fui embora, queria ir junto porque me pegou como referência aquele momento, então, tem que ter muito cuidado com isso também. Mas é natural, porque foi o primeiro dia, o primeiro momento. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO CD – Outro trecho de entrevista referente à existência de vinculação afetiva do educador com algumas crianças**

Sílvia: [...] Igual o bebezinho, que chegou ali, eu fiquei com ele uma tarde. Parece que é meu filho. Às vezes, alguma menina fala: “Nossa, mas ele não para de chorar!”. Aí, você fica assim: “Não faz assim com meu filho!”. É assim, desse jeito. Você acaba se apegando. Não que a gente não goste de todos, mas tem sempre aquele que você...

Pesquisadora: Que tem uma afinidade maior?

Sílvia: Que acaba se apegando porque ele vem mais para o seu lado [...] quando chega, que você fala: “Esse é meu”. É bem assim: você olha e já fala assim “Nem vem que esse é meu”. É bem assim. (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

#### **ANEXO CE – Outros trechos de entrevistas referentes à forma de conduzir a troca de educadores ao final dos turnos de trabalho**

Pesquisadora: E vocês explicam para a criança que [...] hoje, você está ali e amanhã é outra pessoa?

Flávia: Eu faço muito assim: “Agora eu vou embora às 2 horas, amanhã às 6 horas eu estou aqui, mas, a tia Lana, por exemplo, está chegando agora”. Aí eu espero chegar a outra tia primeiro, antes de ir embora. “Olha, a tia Lana está chegando, ela está agora para cuidar de você. Tudo que você precisar, vai pedir para a tia Lana [...]”. A gente dá sempre a referência para a criança [...]. (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Janaína, como fica a questão da rotatividade de funcionários, às vezes uma criancinha, principalmente até 6 anos, se acostumou com uma pessoa que está ali, que a recebeu e logo em seguida vai embora e vem outra pessoa que ela não conhece. É dito alguma coisa para a criança ou ela acaba percebendo na hora?

Janaína: Isso é dito. E a gente tem o sistema do caderno de recados porque também tem as tias da noite, então a gente deixa um pouco de como chegou a criança, um pouquinho da história dela e que a gente já falou delas para a criança, então para elas se apresentarem e daí no outro dia a gente volta com o outro plantão falando “Ah, a gente tinha falado que hoje iam ser outras tias...”.

Pesquisadora: E você consegue fazer isso com todas as crianças?

Janaína: Com todas, todas sempre, só quando eu não estou, quando eu estou numa reunião que, por exemplo, a criança chega e eu só pego no outro plantão, mas a gente consegue fazer isso sim. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: [...] qual é a reação da criança (que chega) a essa vivência nova?

Adriana: Elas se recolhem, elas se recolhem, se mostram tristes. Parece que não vão se adaptar. Parece que não vão conseguir dormir até por que trocam o plantão...

Pesquisadora: E elas sabem antes, que vai trocar o plantão?

Adriana: A gente conversa, fala e, às vezes, os outros (as crianças que já estão acolhidas) falam tudo de novo para eles, que hoje é uma tia, no outro dia é outra, que aquela tia é legal depois vem outra tia [...]. (Adriana, pedagoga do abrigo institucional Lírio).

***ANEXO CF – Outros trechos de entrevistas referentes à forma como a criança acaba entendendo como é o funcionamento dos turnos de funcionários, conforme vivencia a rotina institucional***

Pesquisadora: O que é dito para ela? É dito alguma coisa sobre o funcionamento da casa, que os educadores estão ali, mas não vir outros?

Fernanda: *É, não, a gente fala mais do que está acontecendo ali, naquele momento. Não, a gente não fala: “Ó, à noite vai vir outro” [...]. E a gente não diz que cada dia é uma pessoa, cada dia é uma equipe diferente [...]. É o mais básico possível que a gente explica.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: [...] é dito para a criança que aquela pessoa está ali, mas que mais tarde vai ser outra pessoa, ou que existe rotatividade de adultos, que não vai ser aquela pessoa...

Cristiana: *Não posso garantir o que eles falam, Ivy. Eu penso que deveria ser dito [...], mas não posso garantir exatamente o que eles falam sobre essa rotatividade de funcionários. É uma coisa que a criança vai entendendo como é que funciona.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

***ANEXO CG – Outros trechos de entrevistas referentes à ausência de formação específica e construção coletiva voltadas para o acolhimento inicial da criança***

Valentina: *Não, capacitação não, nenhum treinamento, nada. Assim, a gente acaba fazendo... [...], mas não existe nenhum procedimento: “Olha, todo mundo vai fazer isso, todo mundo vai fazer aquilo”.* (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: E vocês receberam alguma capacitação ou informação específica de como lidar com esse momento, o que fazer, como fazer?

Beatriz: *Não. Na própria faculdade, a gente aprende [...] o ato de você abordar uma pessoa, seja ela criança ou não [...]. Mas, então, nada específico* (do momento de recepção e acolhida da criança) [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: E vocês receberam alguma orientação de como fazer ou foram aprendendo fazendo?

Flávia: *Eu não tive, quando eu entrei. Aqui no abrigo, não tive orientação nenhuma [...]. Eu já entrei com o meu jeito mesmo, depois, eu fui me adaptando com o esquema, como era.*

Pesquisadora: E sobre como receber a criança, o que fazer, como fazer? Também foi fazendo?

Flávia: *Foi automaticamente. Fiz, foi automaticamente. Aí foram chegando monitores novos, eles foram aprendendo com os antigos da casa. Não foi tendo uma explicação: “Ó, você vai ter que fazer isso, ou fazer aquilo [...]”.* (Flávia, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Lia: *Olha, sempre tem treinamentos, capacitações, né [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Mas nada específico para o momento de chegada?

Lia: *De acolhimento? Ah, é sempre abordado, eu não me lembro de uma capacitação específica, mas sempre nesses encontros acaba se falando de tudo e desse momento em especial que é a chegada na instituição.* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Não existiu nenhuma formação, nenhuma capacitação para vocês, em relação a isso, nem algo construído coletivamente a esse respeito?

Fernanda: *Não.* (Fernanda, psicóloga do abrigo institucional Lírio).

Cristiana: *Então, [...] do que tem aqui, dessas atividades cotidianas, dessa rotina, eu não sei como foi a construção deles, mas já tem [...]. O que a gente não tem certeza é se realmente executa.* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: E como executa?

Cristiana: *Como executa, porque, assim, orientado, falado, foi algum tempo atrás [...], nós trouxemos em uma das reuniões sobre como é que está sendo esse acolhimento [...].* (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa).

Heitor: *[...] de tempos em tempos, a gente toca nesse assunto, mas nunca foi a fundo [...].* (Heitor, apoio técnico do abrigo institucional Tulipa).



Pesquisadora: E, nessas reuniões, já foi abordada especificamente a questão de como acolher, o que fazer com a criança, como fazer?

Lourdes: *Já, geralmente, a gente faz isso no começo, quando entram pessoas novas para trabalhar [...]. Faz tanto tempo, que está tanto tempo gente velha, que não entra ninguém novo aqui. Nesse sentido, não tem nem muito o que falar porque todo mundo já sabe a rotina da casa, de tratar, como tratar, enfim.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

Pesquisadora: Cássia, você recebeu alguma capacitação, alguma orientação sobre como proceder nesse momento, o que fazer, como fazer, o que dizer? Existe algo sistematizado na instituição [...].

Cássia: *Não, [...] quando eu entrei aqui era eu e eu, eu me sentia perdida...* (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

#### **ANEXO CH – Outros trechos de entrevistas referentes à qualidade do acolhimento inicial relacionada às características pessoais dos profissionais**

Pesquisadora: E você disse que a equipe técnica, às vezes, até a funcionária da cozinha, meio que todos participam. As pessoas que participam, participam da forma que deveriam participar? Tem uma postura que é adequada, que favoreça o acolhimento dessa criança ou é meio que pessoal?

Janaína: *É pessoal, então tem plantão de educadoras que são mais acolhedoras, tem outro plantão em que são mais funcionais, isso também com o pessoal da cozinha, manutenção... Mas isso a gente vê que a participação quando é voluntária dos próprios funcionários é porque é pessoal [...].* (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Lourdes: *[...] Então, tem gente que é mais carinhosa com a criança que é da própria pessoa, tem gente que é mais seca, então isso é da própria pessoa. Cada um tem o seu jeito peculiar de ser.* (Lourdes, educadora do abrigo institucional Tulipa).

#### **ANEXO CI – Outros trechos de entrevistas referentes à existência de encontros de formação, supervisão e reuniões periódicas para os profissionais**

Pesquisadora: Logo que entrou aqui, você recebeu alguma formação, alguma capacitação?

Sílvia: *Assim que eu entrei?*

Pesquisadora: É.

Sílvia: *Não, depois eu já tinha uns três meses teve um curso de que eu participei.* (Sílvia, educadora do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: É interessante ter esse momento (com a psicóloga)?

Ana: *Muito bom, porque você foge da rotina, sai um pouco daqui, fala, [...] você leva para a sua vida, é muito gostoso. A gente até cobrou, mas não teve a verba este ano [...]. Muito bom, você sai de lá com outra cabeça.* (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

Pesquisadora: E vocês recebem algum apoio, alguma supervisão?

Simone: *Este ano [...] tivemos a supervisão de uma psicanalista e ela fez a supervisão o ano todo, a princípio foi só com a equipe técnica [...] e, depois, a partir de setembro, [...] foi feito um grupo com as ADIs (educadoras/atendentes de desenvolvimento infantil) também, na medida do possível para ir todo mundo.*

Pesquisadora: E isso teve um efeito positivo, esse tipo de recurso?

Simone: *Eu acredito que, de um certo período para cá, sim, o começo ficou todo mundo assim, pela falta de clareza do objetivo, sabe, de alguém falar: "Olha, o objetivo seria esse e esse". Muita gente ficou sem saber, eu ouvia as meninas falarem: "Mas, para que, eu vou lá? Nossa, vou lá ficar ouvindo aquela mulher falar a tarde inteira?" As pessoas ficaram perdidas, sem saber o porquê.*

Pesquisadora: Inclusive os técnicos?

Simone: *Não, apesar que, para nós, também nunca foi passado, assim: "Olha, vocês vão ter uma supervisão e o objetivo é esse e aquele". A gente já vai com outro olhar, mas percebo que as meninas iam muito assim "Mas para quê? Chega lá, a mulher pergunta um monte de coisa, abobrinhas" [...]. Aí, depois, elas começaram a gostar mais disso, a entender, ir mais desarmadas, sem ir conversar com aquele pé atrás. No fim, eu acho que para nós foi muito bom [...]. Que contribuiu sim, e é um momento, assim, para você, um momento seu. Este ano, a gente não teve ainda uma resposta se vai ter, depende muito de verba [...].* (Simone, assistente social do abrigo institucional Hortência).

João: [...] a capacitação, preparação dos educadores, antigamente, a gente não participava muito das capacitações, das reuniões. Abordávamos algumas questões do dia a dia da criança, não era posto muito em prática e faltava muita informação, conhecimento mesmo de como lidar com essas situações, de como atender uma família, e que essa família precisa de ajuda também. Isso tem melhorado muito, para mim tem melhorado muito, depois que eu comecei a participar de capacitação, que fui fazer a pós, tudo isso me ajudou a olhar essa realidade de uma maneira diferente. Mas, os educadores, hoje, eles têm bastante capacitação, bastante participação, eles tem liberdade de chegar e falar de uma necessidade deles.

Pesquisadora: E os funcionários recebem apoio, supervisão?

João: Supervisão ainda não está acontecendo com eles, está só conosco da equipe técnica. Nós temos supervisão quinzenal com uma psicanalista voluntária. É o que está sendo muito bom, e as discussões são muito produtivas [...]. Ainda se pensa em uma supervisão com a equipe de educadores também, mas ainda não acontece. (João, oedagogo do abrigo institucional Tulipa)

Pesquisadora: Cristiana, você disse que tem a reunião mensal com toda equipe é isso mesmo que eu entendi?

Cristiana: Com toda a equipe de funcionário. É aberta para todos.

Pesquisadora: Então, tem esse momento mensal. E tem supervisão para eles também, ou não?

Cristiana: Não, ainda não conseguimos essa supervisão, embora nossa supervisora esteja aberta a ampliar, mas a gente ainda não conseguiu montar um esquema nesse horário para que outras pessoas possam ir, por causa até da demanda, que a gente ainda não se organizou.

Pesquisadora: Para os educadores, é só essa reunião mensal?

Cristiana: Só essa reunião mensal, por enquanto, e os grupos que o João (pedagogo) está fazendo, que ele estava se organizando para fazer.

Pesquisadora: Com os educadores?

Cristiana: Com os educadores. Ele fez um período com os educadores, mas agora a gente está querendo fazer até junto com as crianças, essas assembleias, que seriam semanais, visando mais as questões educacional, de rotina, de como lidar com alguns aspectos. Ele está começando esse movimento [...]. (Cristiana, coordenadora do abrigo institucional Tulipa)

#### **ANEXO CJ – Outros trechos de entrevistas referentes ao limite, estabelecido pela equipe técnica, para o que deve, ou não, ser dito aos educadores a respeito da história das crianças**

Pesquisadora: E os educadores, sabem dados da história das crianças?

Lara: Alguns. Alguns dados não há necessidade de saber. A gente só passa informações daquilo que vai ser benéfico para a criança [...]. Por exemplo, se é um abuso, que a criança era abusada dentro do chuveiro, é óbvio que ela vai ter problema com banho, então, é passado alguma coisa: “Olha, ela teve problemas na questão do banho, tal”. [...] Então, é trabalhado dessa forma [...]. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Valentina: [...] Às vezes, no momento da acolhida, eu também não sei nada da criança, absolutamente nada, além da guia de acolhimento, mas, conforme vou buscando informações que são pertinentes para os cuidados delas, eu repasso [...]. Na medida do possível, que eu possa informar, que vai ajudar elas no trabalho, passo essa informação [...], não anoto em nenhum lugar, [...] para a criança não ficar também lá, né. Eu tenho as anotações aqui, mas repasso para os plantões. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Pesquisadora: E os educadores, sabem dados da história das crianças?

Lara: Alguns. Alguns dados não há necessidade de saber [...]. Tem coisas que não tem a ver com o andamento, porque aí vira curiosidade [...]. Então, é trabalhado dessa forma [...]. Se vai acrescentar, beleza. Se não for, não precisa dizer, porque a gente tem que respeitar, de qualquer forma, essa família que está vindo aqui. (Lara, coordenadora do abrigo institucional Rosa).

Lia: [...] Elas sabem, de um modo geral, o motivo para as crianças virem, de violência doméstica, agora, falar de cada qual, é o motivo específico... Para não rotular a criança, não interferir no trabalho delas: “Ah, está se comportando assim porque tem esse problema”, sabe? Então não é por aí. A gente fala de um modo geral [...]. Só uma coisa que é realmente importante mesmo, em relação à saúde, tem enfermeira, o que a gente acha que é necessário ela saber a gente passa, detalhes assim de vida delas, o motivo para estar aqui, não. (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

**ANEXO CK – Outros trechos de entrevistas referentes à dificuldade das educadoras para acolher a criança, juntamente com sua história e sua família**

Cássia: [...] Desde que eu entrei aqui, eu não gosto de saber muitos detalhes da história, o que aconteceu com aquela criança. O que importa para mim é que ela está aqui dentro, ela ser cuidada, ser respeitada [...].

Pesquisadora: Por que você não gosta de saber?

Cássia: [...] eu não gosto muito porque fica muito exposta, o meu papel aqui é para cuidar.

Pesquisadora: Mas você acha que algumas informações são importantes?

Cássia: São, quando é problema de saúde, eu gosto de perguntar, porque, quando vou levar no médico, tenho que saber se ela já teve alguma doença, se teve acompanhamento, eu tenho que saber apontar o histórico e tudo para o médico. "Ah, [...] ela foi espancada, ela foi abusada", eu não gosto de saber, não, mas isso é de mim [...]. É um coisa que, depois, eu me sinto deprimida, depois eu vou pegar aquela criança e eu vou ver a história dela, às vezes, você pega até com dó: "Coitada, essa aqui foi espancada, foi abusada...". Não, eu estou aqui para cuidar, fazer o que está ao meu alcance, tentar fazer o meu melhor [...]. (Cássia, educadora do abrigo institucional Hortência).

Camila: [...] a gente tem que tomar cuidado para não se envolver demais com aquela situação [...]. Porque, se não, se a gente fica vivendo aquela angústia com eles, querem contar as coisas e a gente não pode se envolver também com a história. Então, a gente acaba ficando agoniado, porque também não pode fazer nada. Então, [...] quando ele vem falar, eu digo: "Vamos brincar?", para levar ele para o outro lado. Eu não gosto muito de ficar sabendo da história de cada um. Querer entender, querer resolver, isso não é meu papel, é meu papel cuidar [...].

Pesquisadora: Sei. E os pequeninhos? Como é? É dito alguma coisa?

Camila: Os pequeninhos não perguntam muita coisa, não. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa)

**ANEXO CL – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que não há o que ser melhorado no processo de acolhimento inicial da criança**

Camila: Não. Do jeito que a gente faz, está corretíssimo porque não tem muito o que fazer [...]. Tem que ser assim mesmo: chegar, a gente receber bem eles, tratar bem. Não tem outro caminho. (Camila, educadora do abrigo institucional Rosa).

Beatriz: Qualquer pessoa que sai do convívio daqueles que eles têm como referência é sofrido é difícil [...]. A gente tenta amenizar, como eu falei, passando essa calma, confiança, oferecendo os bens materiais que elas precisam e um pouco também dos emocionais, abraços, carinhos [...]. Não sei se existe mais alguma coisa para amenizar, fora essa cautela que eu falo que a gente tem que ter, esse carinho [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Ana, [...] teria alguma coisa para melhorar esse momento de chegada da criança [...]?

Ana: É difícil [...]. No momento, não me ocorre nada, [...] de fazer alguma coisa para melhorar, eu não vejo [...]. Então, aqui dentro, o trabalho é muito legal, não estou puxando sardinha para ninguém, mas, antes de conhecer o abrigo, para mim, isso aqui era uma Febem, as crianças apanhavam... Tanto que, quando conheci, fiquei assim, gente, é um trabalho muito bom, as meninas, a psicóloga, tudo, desde as moças que lavam a roupa, tudo, o tratamento é muito legal com as crianças aqui. Eles têm até mais do que os meus filhos, o carinho, o cuidado [...]. (Ana, educadora do abrigo institucional Hortência).

**ANEXO CM – Outros trechos de entrevistas referentes à concepção de que há o que ser melhorado no processo de acolhimento inicial da criança**

Valentina: [...] Tanto na entrada quanto na saída das crianças, a gente tinha que pensar num outro jeito. A gente acaba, pelo tumulto do dia a dia, deixando essas coisas passarem. Então, a gente se preocupa com outras coisas que nem são tão importantes, mas acabam sendo engolidos por outras coisas. Então, a gente deveria repensar mesmo, em como fazer junto com as monitoras que, inclusive, estão lá e ficam com as crianças depois [...]. (Valentina, assistente social do abrigo institucional Lírio).

Angélica: Recentemente, a gente passou por um processo de avaliação de desempenho aqui na prefeitura e eu reconheci que isso (acolhimento das crianças), na verdade, não tem sido uma coisa que eu tenho priorizado e que se eu me organizar, mesmo com toda essa dificuldade, poderia ainda priorizar isso [...]. Então, eu estou me

*autodisciplinando agora para poder dizer: “olha, apesar de isso aqui estar um caos, assim, com uma equipe muito reduzida, eu não vou poder deixar de acolher uma criança”. Então, agora, tenho tentado, de um mês para cá; quando chega uma criança, eu peço para pegar os relatórios [...] eu chamo a criança aqui na sede, onde fica a equipe técnica, e faço uma conversa com ela. Eu já fiz isso com duas crianças desde que eu me impus, mas é uma decisão pessoal, [...] porque [...] a pressão é muito grande para que você priorize outras coisas e não o acolhimento.* (Angélica, psicóloga do abrigo institucional Tulipa).

#### **ANEXO CN – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que se melhore a implantação das políticas públicas**

Pesquisadora: Lia, por último, você acha que teria alguma coisa que poderia ser melhorada nesse momento, no momento da chegada?

Lia: *A gente vê que [...] essas famílias passam por situações muito delicadas, se houvesse algum trabalho preventivo, tratar essas famílias, as condições em que vivem... trabalhar com essas famílias para evitar essa situação, seria o ideal, mas nem sempre isso acontece [...].* (Lia, psicóloga do abrigo institucional Rosa).

Aline: *Evitar o abrigo sem que a rede estivesse atendendo já. Ser a última medida mesmo. A rede investir nessa família, trabalhar, ir conscientizando, tentando evitar. Na verdade, o que eu gostaria é que não tivesse, mas quando a família está em atendimento, está em acompanhamento, mesmo que for para a técnica parar na porta dela da casa da família: "Escuta, você não foi de novo? A senhora sabe que a gente pode encaminhar para a Vara e o juiz determinar o abrigo dos seus filhos? Então, se isso acontecer, a senhora não vai ser surpreendida, esteja pronta, consciente de que é uma medida temporária, mas a senhora vai ter que esperar o tempo do abrigo, o estudo social do abrigo...". Porque a pessoa na hora não entra em pânico; o pior tipo de abrigo é o que você chega e tira o filho, é que nem cair uma bomba atômica [...].* (Aline, conselheira tutelar).

Pedro: *[...] da nossa parte, tenho plena consciência que a gente procura fazer da melhor forma possível e só fazer depois de muita displicência, muita diligência, situações, assim, vamos dizer, absurdas. Se a gente levasse a lei ao pé da letra, é até ruim falar isso, mas a gente não leva a lei ao pé da letra, porque, se a gente levasse, [...] teria que construir aí estádio de futebol para abrigar criança [...]. Então, tem muitas violações de direitos que a gente acaba, pelo fator de vulnerabilidade social e pela falta de descumprimento do Estado, a gente acaba passando a mão e deixando passar [...]. Por exemplo, uma coisa que é comum é abandono de incapaz. A mãe sair para trabalhar e deixar o filho em casa é uma violação de direitos [...]. Às vezes, tem criança de 12, 13 anos que fica em casa e [...] que toma conta do irmão de 4, 5 anos. Vai prender a mãe? Vai abrigar as crianças? O que você faz? Elas estão ali, porque a creche hoje, não tem creche, se tem, é meio período. E a mãe trabalha meio período? Não, trabalha tempo integral, então, como que a creche pode ser meio período? [...].* (Pedro, conselheiro tutelar)

Pedro: *[...] O Estado está preocupado com outras coisas, não está preocupado com política pública. A [...] nossa sensação é de impotência extrema, mas a gente tem que levantar a moral de falar assim “Não, a gente está fazendo pouco, mas está fazendo, está brigando, dando soco em faca. Não tem política, mas a gente vai brigar. O Judiciário não está fazendo nada, mas a gente vai continuar mandando para o Judiciário. Eles podem engavetar, mas a gente vai lotar as gavetas deles, precisa lotar as gavetas para ver que a gente fez a nossa parte”, entendeu? Então, não adianta “Ah, porque não vai fazer nada lá, então, não vamos fazer nada aqui também”, aí vira uma corrente do lado inverso. Você tem que fazer uma corrente, mas uma corrente para o lado bom. Então, o que a gente pode fazer? Qual é o papel nosso? A gente vai proteger de que forma? A gente tem que fazer a nossa parte, se puder fazer um pouquinho mais, faça [...]. A gente tinha que voltar a ter esse senso de comunidade [...], a gente cobra muito o Estado [...], mas a sociedade também não faz [...].* (Pedro, conselheiro tutelar)

#### **ANEXO CO – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que haja profissionais preparados especificamente para realizar a retirada da criança de seu contexto familiar e/ou de origem e a transferência para a instituição**

Pedro: *[...] Deveria ter oficiais só para aquilo, oficiais que se preparam, com formações para [...] fazer aquilo. A gente sabe que é difícil. O Judiciário hoje também é bem precário nessas questões, também de gente, de dar conta de tanta coisa. Mas seria ter um cuidado, uma formação para que fosse feito de uma forma mais amena*

possível. Não tem como ser em alguns casos, [...] tem caso que é muito dolorido, tanto para um lado, quanto para o lado da criança [...]. (Pedro, conselheiro tutelar).

Beatriz: [...] Não sei se a maneira como eles saem de lá, se tem uma conversa “olha, a gente vai te levar para um lugar onde tem outras crianças” ou, simplesmente, “viemos levar sua criança”, pega pelo braço e vem. Isso para mim ainda não é claro [...]. Talvez até esse trabalho desde lá, desse lar, que começa o acolhimento, então ali daquele momento até chegar aqui [...]. (Beatriz, assistente social do abrigo institucional Rosa).

Pesquisadora: Patrícia, [...] você acha que esse processo de retirar a criança da casa e ir para uma instituição poderia ser melhorado de alguma forma [...]?

Patrícia: [...] eu acho até que tem. Nunca pensei nessa hipótese [...]. Poderia ter alguém mais específico [...] para fazer esse acolhimento da criança, [...] porque, às vezes, vai aquele [...] cara que não tem nenhum tato [...]. A gente acabou nunca pensando mesmo, nem o município também, nunca ouvi isso. (Patrícia, conselheira tutelar).

#### ***ANEXO CP – Outros trechos de entrevistas referentes à sugestão de que haja uma maior valorização dos profissionais das instituições de acolhimento***

Janaína: [...] é muito difícil, [...] tem um salário muito inferior, então você acaba pegando profissional que não é tão qualificado, mas você tem que pegar, porque você não tem quem trabalhe. Então, a gente passa um pouco disso aqui [...]. (Janaína, psicóloga do abrigo institucional Hortência).

Manoela: [...] ainda falta condição, [...] de maior capacitação, um benefício para o funcionário... A gente repara assim, o funcionário está com um problema de saúde, ele não tem para onde correr [...]. Você fala "Poxa vida, eu merecia um cuidado" [...]. É importante para o funcionário se sentir olhado pela instituição, falta muito isso, infelizmente [...]. Vejo que não é porque a instituição acha que não tenha que ter, mas é uma despesa a mais, então, por ser uma despesa a mais, não vamos fazer. E isso vai ficando uma rotina e a pessoa vai se sentindo esquecida [...]. A gente fala que isso não faz o profissional, não faz, mas que ajuda, ajuda [...]. Tem que ter muito cuidado com isso, você tem que valorizar as coisas que a pessoa faz, para ela ser vista de um outro lado, porque desse (financeiro) ela não é [...]. (Manoela, coordenadora do abrigo institucional Hortência).

